UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FRANCISCO FABIANO DE FREITAS MENDES

**Um país sem graça:
Graciliano Ramos e a interpretação
de um Brasil moderno (1915-1953)**

São Paulo
2014

FRANCISCO FABIANO DE FREITAS MENDES

**Um país sem graça:
Graciliano Ramos e a interpretação
de um Brasil moderno (1915-1953)**

Tese apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de
Doutor em História.

Área de Concentração:
História Social

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Teixeira Lumatti

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M538p Mendes, Francisco Fabiano de Freitas
Um país sem graça: Graciliano Ramos e a
interpretação de um Brasil moderno (1915-1953) /
Francisco Fabiano de Freitas Mendes ; orientador
Paulo Teixeira Iumatti. - São Paulo, 2014.
341 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. 3.
Literatura Brasileira. 4. Interpretação do Brasil. 5.
Graciliano Ramos. I. Iumatti, Paulo Teixeira,
orient. II. Título.

MENDES, F. F. F. **Um país sem graça:** Graciliano Ramos e a interpretação de um Brasil moderno (1915-1953). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em: _____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Iza, éden feminino,
pelo amor que vivo.*

AGRADECIMENTOS

Cada passagem positiva deste trabalho teve a ajuda de instituições, profissionais e pessoas próximas. De diferentes maneiras, todos contribuíram para que eu chegasse ao melhor resultado final possível. Os equívocos e lacunas aqui existentes são, em parte, frutos de conselhos não seguidos à risca, e, também, consequência de minhas limitações.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em especial à chefia e aos funcionários da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PROPEG, pelo incentivo financeiro em forma de bolsa de pesquisa, pela paciência e orientação nos trâmites burocráticos.

Ainda no âmbito da UERN, agradeço àqueles colegas do Departamento de História que, de algum modo, me auxiliaram: lendo e opinando sobre o projeto e estando à minha disposição. Desses colegas mais próximos, destaco Francisco Linhares, Marcílio Falcão e, especialmente, o amigo Lindericy Lins que em vários momentos nesses longos quatro anos, ajudou-me a levantar, como pesquisador e como pessoa. Há ainda o geógrafo e amigo Fábio Bezerra, ouvidos e apoio de tantas horas.

Agradeço à Universidade de São Paulo (USP) pelas portas abertas e pelo grande incentivo que dá aos pesquisadores, sob a forma de estrutura e incessante busca pela excelência acadêmica. Encontrei nas bibliotecas, secretarias e institutos, profissionais atenciosos e solícitos que facilitaram os passos da minha pesquisa. Destaco os funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em especial a dulcíssima Elisabete Ribas.

Na USP, conheci pessoas brilhantes, abertas ao diálogo e academicamente generosas. Dentre elas, meu orientador, Paulo Teixeira Lumatti, que sempre apostou na feitura deste trabalho, mesmo nos piores momentos. Pautada na autonomia, sua orientação foi fundamental, não somente para meu amadurecimento, mas para minha sobrevivência acadêmica.

Pelas excelentes aulas, conversas e orientações – tanto a partir de meu projeto de pesquisa quanto de algum texto produzido –, agradeço aos professores Elias Thomé Saliba, Maria Arminda do Nascimento Arruda, José Miguel Wisnik. Agradeço ainda aos professores Marcos Silva e Manoel Fernandes, amigos que

reencontrei no prédio de Geografia e História e que, em vários momentos, foram meus conselheiros.

Agradeço aos professores Luiz Roncari e Júlio Pimentel, minha banca de qualificação. As duras críticas e os apontamentos valiosos ajudaram-me a encontrar o rumo que considerei correto.

Agradeço ainda aos professores Jefferson Cano e Francisco Foot Hardman, ambos da Universidade Estadual de Campina (UNICAMP), por receberem um desconhecido, lerem seu projeto e lhe darem valiosas ideias.

Alguns amigos e mestres da área de História me acompanham desde a Graduação. Recorro sempre a eles nos momentos decisivos. No Doutorado, não foi diferente, e sempre que precisei e chamei, eles estavam lá. Agradeço aos queridos Zilda Menezes, Ivone Cordeiro e Beethoven Gondim.

Agradeço à paraense Inaê, ao gaúcho Evandro e ao paulista Renan, colegas de albergue e de aventuras em terras paulistanas, sem essas amáveis pessoas os dias longe de casa seriam ainda mais longos e frios.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram por perto, prontos a ajudar. Dentre eles, destaco Sylmara Coelho, Henrique Sérgio Batista, Amanda Pontes, Antonio Santos, Luiz Fonseca e Rivânia Moura.

Agradeço ao Dr. Antonio Miranda pela presença em momentos de perda de chão realista.

Agradeço aos parentes que se aproximaram mais e se tornaram meus amigos e porto seguro. Destaco Cleudom e Cirene, Mateus e Luana (os “mocoeres”) e Gládice, que me secretariou em momentos de aperto.

Agradeço à minha família, em especial seu Nunes e dona Geni, por aturarem meus longos silêncios e minha cara amarrada.

O maior agradecimento vai para a Iza Regis, minha esposa. Menos por aguentar minhas mudanças de humor e minhas ausências durante os quatro anos do Doutorado, ou pelo apoio ao resolver detalhes triviais e impasses conceituais que só um intelectual sensível desanuvia; o agradecimento é por ela ser, na minha vida, aquela razão tão difícil de encontrar. Por ser a luz que faz dum caminho incerto o meio para que eu sempre chegue em casa. No fundo, agradeço por ela ser a minha casa e por não ter desistido de mim.

*Imenso trabalho nos custa a flor.
Por menos de oito contos vendê-la? Nunca.
Primavera não há mais doce, rosa tão meiga
onde abrirá? Não, cavalheiros, sede permeáveis.*

*Uma só pétala resume aurora e pontilismos,
sugere estâncias, diz que te amam, beijai a rosa,
ela é sete flores, qual mais fragrante, todas exóticas,
todas históricas, todas catárticas, todas patéticas.*

Carlos Drummond de Andrade
Anúncio da Rosa – A Rosa do Povo

Numa terra radiosa vive um povo triste.

Paulo Prado
Retrato do Brasil

RESUMO

MENDES, F. F. F. **Um país sem graça:** Graciliano Ramos e a interpretação de um Brasil moderno (1915-1953). 2014. 341 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Este trabalho tem como objeto de estudo o conjunto literário do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953), e busca mesmo mostrar como essa rica obra literária pode e deve ser vista como importante contribuição para o entendimento do Brasil das primeiras décadas do século XX. Graciliano Ramos e o Brasil republicano nasceram praticamente no mesmo ano, e as obras (ficcionais ou confessionais) daquele sempre estiveram atreladas aos rumos pelos quais o último tomou. As crônicas, os contos, os artigos, os romances, os livros infantis e as cartas do romancista revelam um conjunto de textos que, além da reconhecida qualidade literária, é detentor de um forte poder de observação e crítica da “realidade”. Graciliano Ramos escreveu sobre as gentes do sertão, das cidades do interior, da capital litorânea do seu Estado, da capital Federal. Mergulhou nas situações de privação, isolamento, injustiça, violência, rebeldia, resignação e esperteza. Descreveu o descampado, a fazenda, o subúrbio, as repartições públicas, as redações dos jornais, as rodas literárias. Faces de um país diverso, que parece permitir ser dito apenas pelo que as partes indicam. No entanto, na obra de Graciliano Ramos, esses temas orbitam ao redor de três grandes questões que atravessam todos os textos e que orientaram este estudo: campo e cidade, autoritarismo e democracia, poder e cultura letrada. A variedade de textos encontrou coesão a partir do estudo do autor em sua trajetória sócio-política. E o entendimento dessa trajetória só foi possível a partir do estudo minucioso dos textos do autor. Assim, História da Cultura e Estudos Literários tiveram de ser manejados conjuntamente pela exigência mesma da demanda, pois autor e obra sempre apareciam colados. Por fim, o ‘país sem graça’ e o ‘Brasil moderno’ que aparecem no título desta tese indicam o grau da contradição que Graciliano Ramos viu entre nossas bases formativas e as promessas feitas em nome da modernidade durante os quarente anos em que descreveu realisticamente o país.

Palavras-chave: Interpretação do Brasil. Literatura Brasileira. Brasil republicano. Modernidade. Graciliano Ramos.

ABSTRACT

MENDES, F. F. F. **A country without grace: Graciliano Ramos and interpretation of a modern Brazil (1915-1953).** 2014. 341 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research aims to study the literary work of the writer Graciliano Ramos (1892-1953), from the state of Alagoas, and seeks to show how this rich literary work can and should be seen as an important contribution to the understanding of Brazil in the first decades of the twentieth century. Graciliano Ramos and Republican Brazil were practically born in the same year, and the writer's literary works (fictional or religious) have always been tied to the direction in which the country went. The chronicles, tales, articles, novels, children's books and letters written by the novelist, reveal a set of texts that, besides the recognized literary quality, holds a strong power of observation and critique of "reality". Graciliano Ramos wrote about the people of the hinterland, the countryside towns, the seaside capital of his State and of the Federal capital. He plunged into situations of deprivation, isolation, injustice, violence, rebellion, resignation and cleverness. He described the clearing, the farms, the suburbs, public offices, newsrooms of newspapers, literary circles. The faces from a country that seems to allow only being referred to by its parts. However, in the work of Graciliano Ramos, these themes revolve around three major issues that cross all texts and guide this study: town and countryside, authoritarianism and democracy, power and literacy. This variety of texts found cohesion from the author's study in his socio-political trajectory. And understanding of this trajectory was only possible from the close study of texts by the author. Thus, History of Culture and Literary Studies had to be managed together by the requirement of same demand as author and work always appeared attached. Finally, the 'country with no grace' and 'modern Brazil' that appear in the title of this thesis, indicate the degree of contradiction that Graciliano Ramos saw between our formative bases and the promises made in the name of modernity over the forty years in which he realistically described the country.

Keywords: Interpretation of Brazil. Brazilian literature. Republican Brazil. Modernity. Graciliano Ramos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: HISTÓRIA, LITERATURA E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL	11
1.1. Por que Graciliano Ramos intérprete do Brasil?	14
1.2. História e Literatura: questão social de cultura	24
PARTE I – RAMOS DE UM MESMO GRACILIANO	38
2. CAPÍTULO I: INFÂNCIA SECA	44
2.1. Particularidades da seca universal	45
2.2. Bárbara educação	53
3. CAPÍTULO II: CAETETERISMO	70
3.1. Letrar modernidades	71
3.2. Vale a pena o quanto pesa?	81
4. CAPÍTULO III: BERNARDOS E ESQUÁLIDOS	95
4.1. Os lados do poder: mapas do conflito	100
4.2. Honorável capital bandido	116
4.3. A luz difusa na selva	134
5. CAPÍTULO IV: MEMÓRIAS NA VITRINE ESPELHADA	150
5.1. “Pronomezinho irritante”	153
5.2. Universalidades da seca particular	175
6. CAPÍTULO V: O “LUGAR” GRACILIANO	192
6.1. Ab-ismos (ou nem péssimo nem ótimo)	194
6.2. Futuro do pretérito feito	212
6.3. O autorretrato	226
PARTE II – UM PAÍS SEM GRAÇA	227
7. CAPÍTULO VI: CAMPO E CIDADE	232
7.1. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra	237
7.2. Aspectos da rusticidade: os bípedes da cidade e do campo	257
8. CAPÍTULO VII: AUTORITARISMO E DEMOCRACIA	268
8.1. Matizes do mandonismo: (in)conveniências de (des)obedecer	272
8.2. Três cães ou mais: questão de classes	287
8.3. O <i>demo</i> é o diabo?	295
9. CAPÍTULO VIII: CULTURA ESCRITA E PODER	305
9.1. Educação: campo de batalha	309
9.2. Os intelectuais e os outros	315
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	326
11. REFERÊNCIAS	329

1. INTRODUÇÃO: HISTÓRIA, LITERATURA E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL.

*De qualquer modo desejamos um milagre de oito
milhões de quilômetros para o Brasil...*

Graciliano Ramos
Milagres – Linhas Tortas

Habitando os escritos de Graciliano Ramos (1892-1953), existe uma interpretação do Brasil, a qual parte, como qualquer outra, de um olhar interessado e interrogativo lançado a aspectos da realidade brasileira,¹ no intuito de entender-lhes a formação, o desenvolvimento e seu papel no processo histórico.

Temas vigiados de perto, tais aspectos servem de colunas de sustentação, sobre as quais repousa uma imagem coesiva, fruto da elaboração intelectual, seja do acadêmico, do erudito, do cientista e – por que não? – do artista. Deste último, sua interpretação dificilmente realiza uma teoria para o país ou está associada a um processo declaradamente interpretativo, sendo, portanto, a interpretação graciliânica mais uma sólida postura crítica diante da realidade do que um modelo interpretativo, guiado por conceitos e métodos e ligado a um corpo teórico, visto que sua pretensão de verdade não coincide com a de caráter científico.²

A capacidade mesma do discurso literário – que vai da investigação social panorâmica a partir do estudo do tipo³ à penetração profunda nos abismos humanos

¹ É importante esclarecer que o complexo termo “realidade”, como aparece aqui e em vários momentos deste estudo, refere-se ao esforço do autor em abarcar o máximo de elementos socioculturais, econômicos e políticos que estiveram ao alcance do seu ponto de vista crítico. Sobre ponto de vista, ver mais em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006, p. 161-188.

² Quando relacionada à proposta deste estudo, tal evidência exige que dois pontos de vista nunca sejam esquecidos: o do autor e o do pesquisador. Na verdade, esses pontos de vista se convertem em “lugares” específicos: o “lugar” do autor é o universo literário de uma época, portanto, passível de localização e de investigação de suas relações; o “lugar” do pesquisador é o da História da Cultura, interessada em aspectos, sujeitos, eventos e processos específicos da realidade social de uma época. O contato entre esses “lugares” exige procedimentos específicos, ao passo que de outros não pode ou não consegue lançar mão – exigência mesma de um objeto de pesquisa. Ver “lugares de produção” e “operação historiográfica” em: De CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas-SP: Papirus, 1995, p. 222. De CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-77.

³ Quanto ao contato entre História e Literatura a partir dessa perspectiva ver GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.16; e ver também POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 71.

a partir da perscrutação do eu⁴ – talvez seja o primeiro obstáculo que se interponha entre o historiador interessado em discutir interpretações do país a partir de intelectuais como Graciliano Ramos, pouco contemplado pela definição corrente de intérprete do Brasil.

E mesmo o obstáculo vencido, quando estudado em áreas que não são os estudos literários propriamente ditos, a forma literária na qual a interpretação do Brasil de Graciliano se encontra muitas vezes leva seus escritos a serem tomados ou como exemplificação de teorias (novas ou consagradas) sobre períodos do país, ou como suporte para discussões teórico-metodológicas do conhecimento histórico, sobretudo as que envolvem a questão da memória e a da narrativa. Obviamente, nenhum desses caminhos está errado ou incompleto. São escolhas, dentre as muitas possibilidades que uma produção cultural complexa enseja, o que não significa que o caminho mais seguro a tomar seja o que parta da desconfiança da potência de verdade do discurso literário, baseado na potência de verdade supostamente exclusiva do discurso científico, sendo os desafios trazidos por aquela, apenas vistos como meio de aprimoramento deste, mantendo-se, ambos, numa ilusória postura antinômica em relação ao outro.

Creio que, no caso específico de Graciliano Ramos e o conjunto de suas obras, o imenso desafio seja apresentar, sem impor, um sentido geral a partir de seus temas recorrentes. Em outras palavras, é necessário encontrar uma imagem coesiva, não só jamais autodeclarada, como pertencente a corpo literário francamente destituído da estrutura explícita do tipo ‘tópicos de uma tese’, corpo esse o qual está, no entanto, firmemente assentado na experiência de um escritor obstinado pela observação e elaboração profunda sobre o observado, em seus ensaios, romances, contos, crônicas, cartas, os quais acabam comprometidos com questões que sempre retornam e sempre se renovam, não obstante as muitas direções que cada obra aponte, e a aparente desimantação dos elementos de seu conjunto. E porque são ao mesmo tempo componentes da formação histórica e presença na realidade daquele que vê, pensa e busca escrever sua realidade para além da aparência imediata, dessas questões Graciliano não consegue se desviar.

⁴ Posição compartilhada por Asa Briggs (ver em: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história* – nove entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 68) e STAROBINSKI, Jean. A Literatura. In: Le GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Tudo isso me exigiu a promoção de constantes encontros da História da Cultura com os Estudos Literários, da Biografia com a Interpretação de Textos, da História Intelectual com a História Política. E não por outro motivo, li e interpretei os textos de Graciliano, operando a impossibilidade de descolá-lo de sua obra; na relutância em impedir a prosa entre sua obra e seu tempo; na insistência em encontrar, para além da mera verificação de alegorias, a legítima relação do cenário social com a representação literária lá feita, aquela que seu autor chamava de “pequenas verdades”⁵; e, por fim, operei a postura infensa à separação do autor do ser social.

Como bem disse Octavio Ianni (1926-2004), “além do compromisso com a linguagem e a invenção, a literatura alarga o sentido da cultura e da vida.” O que é, de certo modo, o mesmo efeito provocado pelas ciências do social, diferenciando-se dessas no que se refere à lide amidiada com “o singular, o privado, o subjetivado, o sensível”, tornando “vívida a vida que a ciência precisa buscar” e revelando “dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas.” O que seria, segundo o sociólogo paulista, o equivalente à “parte submersa do *iceberg*.”⁶

A opinião de Ianni sobre a literatura e sua relação com as interpretações do Brasil são extremamente caras para este estudo. Quando exemplifica essa relação (Literatura e realidade) num plano mundial, o sociólogo cita a obra de Kafka (1883-1924) como elemento a mais na compreensão da alienação e da burocracia, trabalhadas respectivamente por Marx (1818-1883) e por Weber (1864-1920), ou as obras de Dostoiévski (1821-1881) e Tolstói (1828-1910) como reveladoras de questões do tzarismo estudado por Lenin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940). Quando foca no Brasil, os termos usados por Ianni permitem ver essa relação operar seus elementos mais imbrincadamente, como se houvesse mesmo uma complementaridade tácita entre os dois conjuntos de obras (científico e artístico), talvez possível pela estreiteza do intervalo do tempo entre elas, ou mesmo por sua simultaneidade, em certos casos. Assim, segundo Ianni, “os escritores descortinam dimensões da tirania que as Ciências Sociais apenas sugerem”, e prossegue:

⁵ RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 259. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referentes.

⁶ BASTOS, Elide Rugai; *et alii* (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 52.

Lima Barreto, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto avançam na compreensão da sociedade brasileira, permitindo refinar as sutilezas e grandezas sugeridas por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado.⁷

Quais sutilezas e grandezas da História brasileira são essas que Graciliano Ramos “refina”? E no que ele “avança na compreensão da sociedade brasileira”? Foram essas as perguntas norteadoras de cada página deste estudo, mas perguntar ‘Por que Graciliano Ramos intérprete do Brasil?’ foi o mais urgente a responder.

1.1. Por que Graciliano Ramos intérprete do Brasil?

A pergunta poderia ser respondida com outra: e por que não, Graciliano Ramos intérprete do Brasil? O tema ‘interpretações do Brasil’ é enfrentado mais regularmente pelas áreas História Intelectual, História das Ideias, História Cultural, Historiografia Brasileira, as quais – em relação às questões inerentes ao tema – têm por objetos frequentes figuras e obras que compõem a chamada *intelligentsia* do país. Essa produção historiográfica tem por objetivo atualizar as várias interpretações do Brasil, interpretando-as com o olhar do presente, sendo, portanto, frutos da demanda sempre renovada de reflexão e autorreflexão do universo intelectual, do qual a própria História e as Ciências Sociais como um todo fazem parte. Daí, talvez, a inclinação quase absoluta para a escolha de intelectuais e interpretações que compreendam o campo de ação do pensamento racional-científico.

Observar uma interpretação do Brasil habitando os textos graciliânicos só foi possível pela bem-vinda ampliação da categoria ‘intérprete do Brasil’; talvez ainda tímida, mas em franca expansão.

Muito provavelmente Machado de Assis (1839-1908) é o escritor mais visado pelos pesquisadores que acolheram literatos como intérpretes do Brasil. O período em que atuou como escritor de praticamente todos os gêneros literários, corresponde ao rico fervilhar de ideias que compreende a consolidação da identidade nacional, o aparecimento sistemático do republicanismo e a instalação da

⁷ *Idem.*

República.⁸ Guimarães Rosa (1908-1967), pela inventividade narrativa, parece ser desafio mais complexo, porém longe da recusa. Nascido no ano em que Machado morreu, sua obra está concentrada no pós-Segunda Guerra e encontra, ou melhor, vai de encontro a um Brasil modernizado. Sua linguagem inovadora, dentre tantas análises já feitas, pode ser vista como o escorrimento para o papel das contradições entre modernidade e tradição.⁹ As obras de Lima Barreto (1881-1922) e Euclides da Cunha (1866-1909) talvez sejam o melhor caminho para se traçar uma teoria do desencantamento do Brasil moderno.¹⁰ Não é acaso a associação que faço entre esse desencantamento e a ausência de ‘estado de graça’ na obra Graciliânica.

Autores como Jorge Amado (1912-2001), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e Érico Veríssimo (1905-1975) também aparecem em estudos que, se apontam para a discussão da construção identitária da nordestinidade, da mineirice, do gauchismo, embora nela não se detenham, sendo mais forte a discussão sobre o Brasil e o papel de cada um desses literatos em determinados processos e períodos.¹¹

Parte mesma da crescente presença da Literatura nos Estudos Históricos (seja como fonte, seja como objeto), outro ponto importante a destacar é que essa ampliação cobra, na perspectiva da História, a análise do intérprete concomitante à análise da interpretação. E já é ponto passivo que o contato com as produções intelectuais deve pautar-se no equilíbrio entre o olhar sobre a obra e o olhar sobre seu entorno contextual, nem sempre encontrando aquilo que Robert Darnton chamou de “tensão entre as abordagens internas e externas do pensamento formal”.¹² Nesse sentido, e ainda resguardando os apontamentos de Darnton, busco

⁸ Sobre Machado de Assis intérprete do Brasil ver, entre outros: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; BOSI, Alfredo. Um nó ideológico: sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis. In: *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 398-421; SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

⁹ Não por ser curta a lista dos estudos sobre a interpretação roseana do Brasil, destaco aqui, contudo, apenas BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

¹⁰ Foi o que fez SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹¹ Trabalho sobre Jorge Amado ver: DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1996. Sobre Érico Veríssimo: CHAVES, Flávio Loureiro. *Érico Veríssimo: realismo e sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Sobre Carlos Drummond de Andrade ver: IGLÉSIAS, Francisco. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar,FACE,UFGM, 2009.

¹² DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 221.

o afastamento da chamada História das Ideias de sentido restrito, ou de alto nível, que vê somente na ideia, no texto (filosófico, literário, ensaístico), toda a força necessária para sua compreensão, evitando a interdisciplinaridade, vista como senda aberta à análise superficial,¹³ e se utilizando, para a obtenção necessária de aprofundamento, entre outros, do arsenal estruturalista de análise.¹⁴ Pois se a ideia e o poder discursivo são trans-históricos – sobrevivendo em sua forma e força-motriz – nunca são a-históricos. História da Literatura, a própria História Intelectual (das Ideias) orientada no estudo do pensamento político, a História Intelectual “propriamente dita”, a História Social das Ideias, a História Cultural¹⁵ – poderíamos acrescentar a História do Livro, da Leitura e da Recepção e a História Social da Cultura – todas são tentativas de ver o texto atuando no tempo, com o tempo, e não sobre o tempo ou levitando sobre as sociedades.

Para Graciliano Ramos, os textos não eram apenas armas fracas e de papel, eram também armas que “só podiam ser manejadas no isolamento”.¹⁶ Tal observação nos leva à questão da autonomia do texto. Se, felizmente, mais de um crítico literário já disse que aquilo que um autor diz de sua própria obra nem sempre é o melhor caminho para o entendimento da obra referida, esse “respeito” ao texto em detrimento à posição me ajuda a entender o papel da História no tocante à pesquisa com textos literários, qual seja, o respeito ao autor, ser histórico, em detrimento do eterno ‘agora’, que pode ser atribuído ao texto. Assim, é preciso, sempre que possível, sondar os satélites das obras, os quais são, no fundo, comentários que ajudam ao autor entender seu lugar no mundo social.

No tocante à observação de Graciliano acima transcrita e aparentemente abonadora da proteção a todo custo do texto e do momento da criação, ela reforça,

¹³ *Ibid.*, p. 219-220.

¹⁴ Levando em conta as variações do próprio estruturalismo, Raymond Williams (1921-1988) aponta-lhe uma definição geral: prefere-se “estrutura a processo porque enfatiza uma organização específica e complexa de relações, amiúde em níveis muito profundos.” E ainda: “Grande parte da análise estruturalista é *formalista* no sentido de que separa *forma* e *conteúdo* e prioriza a *forma*, assim como é *formalista* no sentido mais amplo e aceitável de análise detalhada de uma formação específica. Esta não precisa separar o conteúdo, mas pode preocupar-se exatamente com as *formas do conteúdo* e com o *conteúdo das formas* como processos integrais.” Ver WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 157-164. Se preferirmos, podemos também ficar com a crítica de Candido, de 50 anos atrás, quando já apontava os problemas do estruturalismo, comparando-o ao barão de Münchhausen, ou seja, realizando a façanha de “arrancar-se de um atoleiro puxando para cima os próprios cabelos.” Ver CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000, p. 13-14.

¹⁵ DARTON, Robert, *op. cit.*, p. 219-229.

¹⁶ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere – vol. I*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 52. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referentes.

a meu ver, a necessidade do olhar acurado a ser lançado ao sujeito social *escritor*, cujo ofício específico à sua situação compreende pelo menos quatro incontornáveis problemas: a elaboração penosa do estilo, e suas implicações na relação com o assunto, e o compromisso de manter um caminho literário; uma “fisionomia do espírito”;¹⁷ o enfrentamento, por vezes doloroso, dos temas e a exposição de si;¹⁸ e, por fim, o embate com a crítica e com as instituições tanto ligadas à cultura quanto à política e até mesmo à polícia,¹⁹ oriundo da luta contra o vazio sempre circundando os textos por encomenda, ou ainda o treinamento do olhar perscrutador lançado à realidade e transfeito em “cousa miúda” na crônica semanal.²⁰

Nesse sentido, não se trata de negar de todo ou seguir à linha o comentário do autor ou mesmo o de seus críticos contemporâneos ou posteriores. Trata-se de levar em consideração a riqueza dos comentários, mesmo aqueles que desdiguam interpretações já consagradas, pois todo esse redor – cujo centro é tanto o texto quanto o autor – ganha em importância para a História, por ser um caldo contextual que, ou fala de seu ‘agora’ e carrega toda contaminação do tempo presente, ou fala de presentes passados eleitos por sua significância, enquanto flagra, no mesmo movimento, o ‘agora’ de quem os elege.

Outra questão é que, dada a dificuldade mesma da tarefa de interpretar um país como o Brasil – reiteradas vezes apontado como um desconhecido íntimo, um

¹⁷ A questão do estilo foi uma constante na vida literária de Graciliano, da associação por vezes forçada a uma literatura tipicamente nordestina (num plano coletivo – o romance nordestino dos anos 1930 à impressão de uma marca com um conjunto de obras reduzido e ao mesmo tempo tão tentacular. Sobre essa diversificação de modos num mesmo Graciliano ver: LAFETÁ, João Luiz. Três teorias do romance. In: *A dimensão da noite*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004, p. 284-295. Ainda sobre estilo ver: COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 163-191; SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 79.

¹⁸ Questão cara ao autor e alguns de seus primeiros críticos, ganhou feição mais clara em CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

¹⁹ Associado à confissão do autor, várias vezes reiterada, de que sua obra repousava sobre chão realista, mas brotava dos sentidos que lhe permitiam ver o mundo somente da sua maneira e não da de seus desejos, há considerável material que permite olhar para as condições de fatura de suas principais obras, bem como os desafios de recepção, tanto pela crítica quanto pelos órgãos fiscalizadores da cultura em tempos de vigilância mais incisiva da inteligência do país. Sobre a “composição ativa e as condições dessa composição”, ver: WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; e ainda WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

²⁰ CHALHOUB, Sidney; SOUZA NEVES, Margarida de; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2005.

enigma ou um problema destinado a peritos²¹ – e o caráter fragmentário e diverso que acaba por ter o conjunto de obras de seus intérpretes, não raro uma imagem coesiva torna-se difícil de ser encontrada e de ser sustentada em sua escolha. Sua busca é, portanto, quase sempre um risco a se correr, daí a operação interpretativa de uma única obra ou de um conjunto interno mais ou menos coeso ser mais atraente e, logo, mais posta em prática.

Para citar apenas três das nossas principais interpretações, todas mais ou menos contemporâneas dos principais escritos de Graciliano Ramos, pode-se dizer que, não obstante sua vasta ramificação, as questões presentes na obra de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foram aglutinadas numa imagem de Brasil que, indo da visão edênica registrada pelos colonizadores e passando pela longa e dramática abertura de caminhos pelo Brasil e sua administração, chega ao coração do brasileiro e ao lugar central que sua conduta assistemática e cordial ocupa na nossa conformação sociopolítica, num momento crucial da afirmação republicana, qual seja, o início dos anos 1930.

Do mesmo modo, pode-se dizer que Gilberto Freyre (1900-1987) enfeixa sua vasta e diversa bibliografia com a corda da pluralidade cultural, possível pela mistura étnica e responsável pela convivência, à brasileira, da modernidade com a tradição; convivência emblemada na forçada estrutura unitária da fazenda colonial, na

²¹ E não faltam expressões (guardiãs de uma sabedoria impossível de ser contestada pelo fato de ser a própria afirmação um sintoma de seu discurso) que sucedem e se repetem e são consumidas tão exaustivamente que sua vinculação a determinadas figuras dificultam sua verificação. No fundo, o que importa saber é que as expressões do tipo “o Brasil não é para principiantes”, frase atribuída ao maestro e compositor fluminense Tom Jobim (1927-1994), falam da penosa tarefa de compreender o país. Há as que falam da existência de um Brasil dividido em “oficial e real”, expressão do dramaturgo paraibano Ariano Suassuna, comentando a obra do escritor fluminense Machado de Assis. Ou ainda o desconhecimento do Brasil pelos próprios brasileiros, mote da canção “Querelas do Brasil” (1978), de Aldir Blanc e Maurício Tapajós, que renova, de certo modo, a preocupação euclidiana – compartilhada pelo historiador cearense Capistrano de Abreu (1853-1927), que, por sua vez, já atualizava a imagem seiscentista cunhada pelo baiano Frei Vicente do Salvador (1564-1636/9) – de um país enorme e diverso, que, no entanto, vendo-se apenas da e na estreita faixa litorânea cujo Atlântico servia de ponte para a Europa, esquecia-se de entender a maioria de seu resto. Por fim, um pequeno paradoxo: o título de uma das últimas coletâneas que atualizam as interpretações do Brasil se intitula *Um enigma chamado Brasil*, título que desperta a curiosidade para a decifração do enigma, mas traz também certo quê de assustador e excludente, ainda mais quando ao passar as primeiras páginas, o leitor se depara com a ameaçadora frase de Tom Jobim, acima citada. Coincidência ou não, com a exceção de Euclides da Cunha – figura pendular entre cientista e literato – não há, nessa “introdução ao pensamento social no Brasil”, sequer um escritor de ficção no rol de vinte e nove intérpretes discutidos na coletânea, o que se supõe ser o uso específico da linguagem acadêmica, racional e científica, um dos requisitos para decifrar o Brasil. Ver em: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

vibrante bifurcação excludente das cidades do tempo do Império e na controversa lógica conservadora da política liberal republicana.

Caio Prado Jr. (1907-1990), por sua vez, costurou toda sua pungente produção historiográfica nos aspectos variados das regiões do país e suas particularidades nos processos de evolução política e formação social, os quais, quando cruzados com os fatores econômicos, dão-se ao entendimento da urdidura de nosso Capitalismo.

A lista se estende longamente no tempo, tanto para frente quanto para trás, abarcando pensadores de orientação positivista, autoritária, romântica, progressista, etapista. Contudo, invariavelmente, os intelectuais manejam eventos, processos e conjunturas, utilizando-se de quadros referenciais teóricos, servindo-se de aportes conceituais, movimentando-se com o auxílio de métodos, guiando-se em hipóteses que pretendem confirmar ou derrubar. Ou seja, se limitada a essa esfera de procedimentos, elaborar a interpretação de um povo, de um país, de um período, de um aspecto acaba por ser tomada como uma tarefa autodeclarada, que é mais menos pertencente ao meio acadêmico ou fruto da posição privilegiada do homem de ciência, que possui, de uma maneira ou de outra, uma postura militante, ou ainda que é, de um modo geral, vista como pertencente ao campo das Ciências Sociais e Humanas, capazes, inclusive, de afirmar que – diante de tantas e variadas interpretações, muitas delas conflitantes – “nenhum Brasil existe”.

Verso de um poema de 1934, a expressão de Carlos Drummond de Andrade, que dá título à coletânea de interpretações *Nenhum Brasil existe*, é explicada pelo organizador do volumoso livro de mil páginas como antítese às tentativas oficiais, sempre renovadas, de estabelecer uma brasilidade para o país que, de acordo com João Cesar de Castro Rocha, nunca será plenamente envolvido numa única imagem de Brasil profundo, coincidente com sua realidade contraditória e em constante movimento, natureza mesma da História.²²

²² ROCHA, João Cesar de Casto (org.). *Nenhum Brasil existe*: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade Editora, 2003. Embora lançado originalmente em inglês, em 2001, para a comemoração dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, data por sinal bastante ofensiva, o projeto *Nenhum Brasil existe* traz, já na ideia de se intitular uma “pequena enciclopédia”, a proposta de renovar esse tipo de publicação, matizando-a com as mais variadas contribuições: de análises da obra de Gilberto Freyre à compreensão do movimento *hip-hop*; da multileitura da carta de Pero Vaz de Caminha à discussão da politização via estética do cinema de Glauber Rocha. O caráter politonal da obra coletiva, embora não desdiga seu título, talvez sugira a existência de um Brasil ao mesmo tempo único em sua multiplicidade, capaz de alimentar tamanha variedade de interpretações.

No entanto, se nenhum Brasil existe, o que parece ser uma posição bastante razoável diante dos riscos de um Estado ou, o que é pior, de um governo novamente sobrepor-se às fronteiras internas da cultura de um país por dominar suas fronteiras geográficas e conduzir-lhe a política, existe (também sempre em constante renovação) a necessidade de dizer que algum Brasil existe, ou, o que talvez seja mais correto, que alguns Brasis coexistem. Tal tarefa, aparentemente mais adequada aos homens da ciência, aos homens da razão, sempre foi abraçada, a seu modo, por escritores, artistas plásticos, dramaturgos, cineastas e compositores que, aos poucos, tiveram suas obras – legítimas interpretações do Brasil – interpretadas por alguns daqueles primeiros, interessados em trazer para junto das obras seminais de seus pares, esses outros olhares, esses Brasis que existem.

Mas é provável que o risco que se corre ao tentar encontrar uma imagem coesiva num conjunto de romances, contos e crônicas seja maior do que tarefa similar que tem como alvo um conjunto historiográfico ou sociológico.

Ainda assim – mesmo numa interpretação desse tipo: nascida do solo da ficção, crescida nos jogos da linguagem e amadurecida mais na “auscultação” (termo caro ao autor de *Caetés*) do espírito humano do que mesmo dos eventos históricos – esse trabalho descontínuo de uma vida voltada para as letras é conduzido por uma inquietação motriz, seja uma tese a ser defendida, um conceito a ser testado, uma política a ser praticada, uma dor a ser entendida. “Um escritor”, segundo Silviano Santiago, “desprovido de uma interpretação do Brasil pessoal e original nunca chegou (nunca chegará) a produzir uma grande obra literária.”²³

Por que não? Talvez porque o que Santiago chame de “grande obra literária” seja, para além do lugar de excelência que a obra ocupe no cânone literário, algo cujo conhecimento provoque no leitor ao mesmo tempo o reconhecimento e o estranhamento de si e do mundo ao seu redor, fazendo com que a obra provoque tensão, desequilíbrio e movimento, requisitos básicos de toda interpretação provocadora de interesse, e que pelo seu próprio movimento no cenário sociocultural em que aparece, sugere ao pesquisador (ou mesmo dele exige) que a enfrenta, procedimentos que desconheçam meios de se desviar de princípios dialéticos. O trabalho do escritor: dizer o mundo que o atinge e dizer ao mundo o que isso

²³ SANTIAGO, Silviano. Mário, Oswald e Carlos – intérpretes do Brasil. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói-RJ, n. 38, jan./jul. 2009, p. 22. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/38/artigo1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

significa como experiência do vivido – muitas vezes do vivido por aqueles que não podem ou não o sabem dizer, não buscando fazer caber na escrita a própria realidade, mas procurando fazer como a realidade seja vista, sentida, enfrentada, e, portanto, de algum modo, compreendida, a partir doutros espaços e meios ao mesmo tempo ‘aquém-’ e ‘além-’ do que seja somente o viver, o que é, em essência, irrecuperável.

Não por outro motivo, talvez por isso foi que *Vidas Secas* figurou na primeira edição da importante coletânea de textos clássicos *Intérpretes do Brasil*, organizada pelo mesmo Silviano Santiago. Na referida coletânea, o livro de Graciliano ombreava-se com *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado (1875-1941) e *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (1869-1943). E como membro de um clube privilegiado que fornecia visões fundamentais para o entendimento do país, *Vidas Secas* era contemplado com a definição de “farol”, dada às principais interpretações do Brasil ali reunidas:

Os muitos livros que temos e que envolvem, de maneira descritiva, ensaística ou ficcional, o território chamado Brasil e o povo chamado brasileiro, sempre serviram a nós de farol (e não de espelho, como quer uma teoria mimética apegada à relação estreita entre realidade e discurso). Com a sua ajuda e fecho de luz é que temos caminhado, pois eles iluminam não só a vasta e multifacetada região em que vivemos, como também a nós, habitantes que dela somos, alertando-nos tanto para os acertos quanto os desacertos administrativos, tanto para o sentido do progresso moral quanto para o precipício dos atrasos irremediáveis.²⁴

Mas o que talvez mais legitime a defesa de Graciliano Ramos como intérprete do Brasil seja o fato de o autor não só haver tecido todo um conjunto literário baseado na ‘experiência’ como ter percorrido, sempre que podia, sobre o ‘fator experiência’ como elemento indispensável ao texto literário. Logo, impossível esse texto eximir-se da função de crítico da realidade, problematizando-a, inclusive, a partir de aspectos que exigiam a discussão de seu processo formativo.

Na *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*, após as informações convencionais típicas de um verbete – dados biográficos e arrolamento

²⁴ SANTIAGO, Silviano (org.). Introdução. In *Intérpretes do Brasil* – vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000, p. xv. A partir de sua terceira edição, a importante coletânea de textos clássicos sofreu um desfalque, justamente *Vidas Secas*, o único exemplar não tradicionalmente visto nas listas de textos considerados fundamentais para o entendimento do país. Um tanto vaga para a ausência da única obra não-ensaística na nova versão da coletânea, a explicação de Santiago seguia pela senda das questões editoriais.

dos principais livros – ‘Graciliano Ramos’ e sua obra são assim definidos pelo crítico gaúcho Flávio Wolf de Aguiar:

A produção do escritor alcançou importância na história da literatura brasileira à medida que apresentou inovações significativas no tocante à estética e à maneira de narrar, “alimentando a imaginação através da memória”, como afirma Antonio Candido. É o que se lê ao traçar a história do Brasil sob a vertente de sua própria trajetória, em um balanço crítico como aparece em *Memórias do Cárcere* (1953), relato contundente sobre os dez meses em que permaneceu na prisão sem direito a depoimento, entre 1936 e 1937, sob a acusação não esclarecida de subversão. (grifo meu).²⁵

Apesar de se referir exclusivamente ao livro-depoimento da experiência na prisão, o trecho grifado acima – esse acompanhar de perto as viradas e as persistências na história da política e da cultura brasileiras – deve ser estendido à obra geral de Graciliano. Para reforçar a importante ideia de História do Brasil visualizável na trajetória pessoal do escritor, Aguiar escolheu o exemplar mais às vistas: as memórias da prisão getulista. Mas o olhar atento lançado aos livros de ficção, às crônicas do período de quase anonimato e às da maturidade, aos contos e aos ensaios, muitas das vezes envolvidos numa atmosfera de despreensão que pode ser vencida à medida que se promove o entrecruzamento de suas obras angulares – os romances que colocaram o autor no mais elevado patamar da nossa Literatura – com essas de menor profundidade literária e, por isso mesmo, de contato mais imediato com os acontecimentos de seu tempo, tudo isso permite perceber que praticamente todo o período correspondente às primeiras seis décadas republicanas teve muitos de seus processos e eventos descritos criticamente por um escritor sempre inclinado a unir o escrutínio da sociedade brasileira ao questionamento dos dilemas do homem ocidental moderno.

Desse modo, dos romances, livros de memória e alguns contos e textos avulsos, saltam os grandes conceitos da obra de Graciliano, ligados ao entendimento dos *processos* históricos: a relação campo e cidade; a instalação do Capitalismo tardio; o processo de urbanização e alienação do homem; o mandonismo político; a manutenção da ignorância; a fome de toda sorte; solidão e isolamento; violência e resistência; violência e resignação; a condição do homem de letras. Tudo isso no contexto de uma República que se instalara sobre bases

²⁵ AGUIAR, Flávio Wolf de. Graciliano Ramos. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana*: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, p. 1026.

bastante vacilantes, incapazes de promover rupturas significativas com o regime anterior, o que dava a atual forma político-administrativa do país feição rúptil. Já nas crônicas, críticas, ensaios e cartas, percebe-se o desfile dos *eventos*: a matéria da vida cotidiana, os acontecimentos datados e a relação entre presente e passado, especificada por um objeto fixo, como as novidades da modernidade, sem, contudo, deixar de haver constante referências àqueles grandes temas.

No recorte temporal de sua interpretação de Brasil não declarada, Graciliano praticamente nada falou do período colonial e pouco se deteve na fase imperial, embora o que desses períodos ele escreveu aponte certo interesse em flagrar permanências na nossa História.²⁶ Seu foco, com efeito, está no Brasil republicano, que foi o seu Brasil. E, diferentemente dos sujeitos que habitam as linhas do “Bruxo do Cosme Velho”, com suas infelicidades em invólucro de afirmação do nacional, os sujeitos das linhas do “Velho Graça”, mais herdeiros dos sertanejos de Euclides da Cunha e dos cidadãos de Lima Barreto, vivem desgraçadamente num cenário que se metamorfoseia no sentido norte-sul, caatinga-mata atlântica, descampados-avenidas, consumindo e sendo corroídos pelo ácido da desilusão diante da perversidade do jogo que acabou por se tornar o país – um misto de promessa para um futuro em constante adiamento e reedição de construção identitária, valsando e sambando no salão da democracia republicana, sob a regência de mandonismos ora de caráter liberal, ora de tendência fascista.

Neste estudo, captei e compreendi essas questões, organizando-as em pares de temas complementares: campo e cidade, autoritarismo e democracia, poder e cultura letrada, cingindo-os na imagem de um país que não surgiu de nenhuma graça, que não se desenvolveu no consórcio gracioso de grupos sociais apartados pelo abismo econômico e, ainda assim, interdependentes pela própria relação de poder aqui desenvolvida, e, sobretudo, não devendo visualizar qualquer horizonte a partir da crença em milagres humanos.

Pode-se dizer que, para Graciliano, não havia salvação para o Brasil. Mas o que à primeira vista parece ser uma imagem infértil, que joga na cova da renúncia

²⁶ O tamanho do recorte temporal que compõe o conjunto de sua obra, mais ou menos cinquenta anos – do final do século XX até onde pôde escrever, no início dos anos de 1950 –, é praticamente o mesmo da obra machadiana. Segundo Faoro, o recorte machadiano “percorre o espaço de cinquenta anos: 1840 a 1890. Poucos são os episódios da época colonial e raros os acontecimentos da última década do século.” O que faz de Machado, assim como de Graciliano, um intérprete das questões do presente pouco inclinado ao estudo profundo dos processos formativos da nação. Ver em FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001, p. 201.

qualquer denúncia feita, é, na verdade, a negação da ideia de salvação, de repouso, de graça alcançada. “Desgraçada” por escolha e compromisso com a vida material, a palavra de Graciliano, ainda viva, é posto avançado de uma conduta política que não só não abriu mão das convicções, como não lhes permitiu correrem soltas, sem o constante reexame que um espírito desconfiado exige. Sua posição diante da cultura não tolerava a perda da capacidade de criticar e de se autocriticar. Enxergou o intelectual como alguém que só merece carregar o termo se, ao fazer uso da palavra, esteja fazendo um compromisso verbal com a experiência e as possibilidades reais do presente.

Elementos que se complementam, mas nem por isso estão livres de cismas, experiência e palavra, realidade e ficção, ou História e Literatura uniram-se neste estudo pela exigência mesma do objeto, merecedor da atenção interdisciplinar por ser passível de sofrer mutilações graves. Daí a importância de situar autor e obra, sujeito e prática, realidade e representação nesse espaço interdisciplinar, que guarda a atenção metodológica dos modernos estudos da ação do homem no tempo.

1.2. História e Literatura: questão social de cultura

‘Graciliano Ramos, intérprete do Brasil’ é uma afirmação que se confirmou neste estudo somente porque todo o material por ele produzido foi lido com o intuito de compreender sua atitude intelectual pautada na atuação literária também tomada como ação política, e não somente como parte do universo artístico formal. Ao mesmo tempo, essa atitude intelectual só pôde ser verificada e compreendida porque seus textos foram vistos por dentro, ou seja, menos como sintomas e mais como códigos de uma inteligência forjada no confronto social que encontrou na forma literária sua expressão precisa.

Seguindo por essa via, fez-se indispensável o trabalho interdisciplinar entre História e Literatura. Trabalho pautado tanto no trato constante do material literário (mais tateado pelos críticos) quanto no enfrentamento do material sobre o autor (aparentemente a estrema do historiador da Literatura ou da Cultura, ou ainda do biógrafo, geralmente desarmado de problemáticas específicas que não seja cobrir a vida do biografado) com fins para além do debate teórico e epistemológico, ou seja, aquele que se detém sobre o estatuto da História ou o da própria Literatura, e que

finda por gerar um sem-número de ataques e de defesas de “lugar”, fazendo com que os pesquisadores de uma ou outra área tenham de explicar a seus pares e aos colegas do outro lado do corredor porque eles são historiadores ou críticos literários, e o que é pior, porque não o são.²⁷

Compreendo que uma atitude interdisciplinar não seja vestir o uniforme acromo de homem de fronteira nem tecer elegia ou elogio como o falante de um “não-lugar”. A interdisciplinaridade, cuja existência se faz necessária já na escolha mesma do objeto, talvez seja a marca mais funda na pele metodológica do historiador que, de um modo geral, é sempre um pesquisador interdisciplinar. Economia, Arte, Guerra, Política, Religião, Movimentos Sociais, Epidemias são realidades convertidas em historiografia sem que para tanto o historiador seja, necessária ou concomitantemente, economista, crítico de arte, estrategista militar, cientista político, teólogo, sociólogo, médico.

No caso específico da relação História/Literatura, a atrição mais séria (possivelmente a base explicativa de alguma eventual e radical repulsa mútua) talvez repouse na disputa velada pela memória, nos modos de lidar com o real perdido e construído, passando pelas intersecções narrativas.

Recentemente, na lição inaugural n. 195 do Collège de France, Roger Chartier escreveu que a atual obrigação do historiador é “entender” e “aceitar” que “já não tem mais o monopólio das representações do passado”, e apontou as “insurreições da memória” e as “seduções da ficção” como fortes concorrentes da História, no que tange dizer ao real, descritiva e/ou analiticamente.²⁸

Na mesma época, o historiador francês escreveu um texto conciso, uma espécie de balanço dos trinta anos de suas publicações em terras brasileiras, que trazia na discussão sobre a instituição histórica, justamente as disputas com a memória e a ficção em sua relação com o passado. O interessante nesse texto é que, diante da memória, o que se estabeleceu foram suas diferenças para com a História: com relação às fontes, o que difere “testemunho” de “documento”; com relação ao tempo, a diferença entre o “imediatismo” e a “construção”; com relação à verdade, a diferença entre “reconhecimento” e “representação”. Já diante da ficção,

²⁷ Ver debate entre José Carlos Sebe Bom Meihy e Walter Mignolo em MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPINNI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo EDUSP, 1993. p. 115-161.

²⁸ CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, maio/ago. 2010, p. 12

o historiador francês lista três razões para a aproximação entre Literatura e História e para o ganho de espaço da primeira nesta concorrência, quais sejam, o forte poder de representação; a apropriação de fontes e métodos da História; a reescrita do passado pela Literatura diante da emergência de novos grupos sociais, o que põe em xeque a credibilidade, por exemplo, das Histórias Nacionais.²⁹ Para *Clio*, na opinião de Chartier, parece ser mais difícil ter sua imagem dissociada da irmã *Calíope* que mesmo da mãe, *Mnemosine*. Nesse sentido, “entender” parece ser mais proveitoso que mesmo “aceitar”, já que, como veremos adiante, não se trata necessariamente de uma novidade a Literatura exercer o papel de interpretação do pretérito enquanto dialoga com as expectativas do presente.

A questão da memória, aparentemente um debate interno no campo historiográfico, com posições que vão da defesa da complementaridade entre ambas³⁰ à dominação da Historiografia moderna e acelerada sobre a memória – campo do tradicional, transformado em “arquivo”, “dever” e “distância” pelas demandas da ciência histórica³¹ – abrange também o campo literário quando sua produção – tanto no âmbito individual quanto na verificação de um tendência – está fortemente ligada ao depoimento, àquilo que Ricœur chamou de “memória declarativa”, um movimento cuja “marca temporal” é “promovida a linguagem”.³²

Trazendo a questão para o caso Graciliano Ramos, percebe-se que a memória, que em última instância é o mecanismo de elaboração sobre a experiência, torna-se de extrema importância para o entendimento de sua visão do Brasil. E como não exclusiva a ele, essa necessidade de memoriar-se declaradamente fez da geração de 1930, segundo Massaud Moisés, a produtora de uma “literatura da infância”:

Sendo adulta, reivindicatória, ou ao menos denunciante, a prosa ficcional de 30 é, paradoxalmente, uma literatura da infância. E o autor de *Vidas Secas* não fugiu a regra: Jorge Amado focalizara *Os capitães da Areia* e outros; José Lins do Rego retratara os meninos de engenho e os doidinhos; enquanto Graciliano Ramos não raro faz suas personagens lembrarem os primeiros anos. E tanto quanto Jorge Amado (*Menino Crapiúna*) e José Lins

²⁹ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 17-31.

³⁰ Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 471.

³¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 14-21.

³² RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 34-40.

do Rego (*Meus Verdes Anos*), revisitou os tempos da memória em suas meninices: *Infância*.³³

Essa tendência como característica marcante da produção literária que nos anos 1930 se vê adulta, formada, tem conotações que remetem ao conjunto heterogêneo de ações tomadas no período (para bem ou para mal), num claro impulso de projeto identitário para o país. Se à época da consolidação da nação, os esforços do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) estavam voltados para o encontro da origem histórica do Brasil, o que no fundo levava a uma origem mítica, numa ideia de encontro entre o elemento feminino (índio) e o masculino (europeu), vendo no elemento negro um item que se mostrava problemático, por ser uma ferramenta transportada de longe e voltada para sustentação da artificialidade material, à geração de 1930 não era mais interessante o olhar lançado à origem e sim, à formação. É a partir dela, da ideia de formação, que se projeta o olhar para o processo histórico, e mesmo não havendo uma ligação temporal direta possível, três de nossos principais intérpretes do período (os mesmos trazidos para o tópico anterior), estabelecem o vínculo formativo que seu presente surpreende, o que possibilita afirmar que esta tendência não era exclusiva da produção ficcional.

É Sergio Buarque de Holanda reconhecendo que diante de certa artificialidade de nossa formação, na relação entre instituições, condições, ambientes e elementos humanos, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.”³⁴

É Gilberto Freyre dedicando *Casa-grande & Sensala* à memória dos avós, num trabalho que, se altera positivamente o foco dos estudos coloniais de ‘raça’ para ‘cultura’, não poupa ataques à promessa republicana não cumprida, comparando o ruim instituído no patriarcalismo escravagista com o péssimo maquiado no liberalismo republicano. No presente do Freyre de *Casa-grande & Sensala*, “da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras”, incluindo-se a própria condição do escravo diante do trabalhador livre, já que “patriarcalismo”, “desfeito em 88”,

³³ MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira* – volume III: modernismo. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 175.

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 31.

“amparou os escravos, alimentou-os com verta largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social.”³⁵

É Caio Prado Jr. percorrendo o Brasil como arquivo vivo para entender que “os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás”; destacando a experiência pessoal do historiador-viajante, que pôde compreender, ao sentir as marcas da formação deixadas no Brasil, “perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei de *visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos.”³⁶

Assim como a História e as várias interpretações de Brasil desse período específico, em especial o segundo quartel do século XX, a literatura de Graciliano Ramos não pode deixar de ser olhada pelo viés de ser ela um exercício de memória. A ideia de confissão na ficção, desenvolvida por Antonio Candido, talvez tenha sido levada ao extremo por Vander Melo Miranda ao trabalhar a imagem do corpo escrito: “o corpo, fincado na concretude histórica e instrumento de defesa e de ataque no embate de forças com as mais diversas formas autoritárias, vai além de si mesmo e se faz voz do vivido coletivo.”³⁷ Está claro que a Historiografia do período, representada nestes três grandes nomes e obras, não é memória nos termos que a da Literatura testemunhal de Graciliano Ramos, ficção abundante de confissão. No entanto, a confissão também abunda nestes escritos; não como declaração testemunhal no sentido do relato, mas como declaração testemunhal no sentido de demarcar vivamente o quanto do processo histórico por eles meditado os atinge, atinge seu tempo e seu lugar, como o faz a lembrança persistente, a reminiscência empenhada, a História engajada.

A questão da narrativa – que Chartier chamou de “sedução da ficção” – sugere um debate igualmente longo e complexo, portanto, impossível de ser trazido em sua inteireza e discutido a contento neste estudo. Ele abrange desde a operação do “controle do imaginário” durante todo o século XIX como tarefa fundamental para

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 61-62.

³⁶ PRADO-Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 11-12.

³⁷ MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992, p. 151.

se instalar um ambiente científico para os estudos das sociedades,³⁸ até as mais iconoclastas posições que no século XX, que, num movimento oposto, pretendeu dotar o discurso historiográfico de funções e mecanismos unicamente artísticos, ou seja, literários.³⁹

O mais importante a perceber é que, das diversas posições no debate, o que parece saltar como positivo é não somente o reconhecimento de certa concorrência – o que, com efeito, estabelece a diferença entre os dois discursos – como a prevalência de alguns pontos de contato, o que torna necessário o trabalho interdisciplinar, quando o objeto a ser pesquisado assim o exige.

De acordo com Ginzburg:

[...] a noção de narrativa em história tem se moldado nos romances do século XIX, mas se pensarmos em romances do século XX, como os de Proust ou Joyce, fica evidente que a distinção entre ficção e não-ficção se torna muito pouco clara. A esse respeito uma ideia que me atrai é a da relação entre história e ficção como envolvendo competição e desafios mútuos. A história tem sido um desafio para romancistas como Balzac, por exemplo, que reagiu dizendo: “serei historiador do século XIX”. E então, depois dele, temos Stendhal, Flaubert e outros criando, por sua vez, desafios para os historiadores. A relação entre história e ficção envolve, pois, aprendizado mútuo, com os gêneros se desafiando e respondendo um ao desafio do outro.⁴⁰

E prossegue:

O autor é, no meu entender, alguém capaz de nos tornar conscientes de certas dimensões da realidade. Há, por assim dizer, algo kafkiano na realidade, especialmente do século XX, que Kafka foi capaz de nos revelar. Esse lado cognitivo da literatura me é muito importante...⁴¹

Interesse similar e de certa maneira correspondente ao de Octávio Ianni, antes mencionado, é o de Asa Briggs, que defende a importância das “evidências literárias”, capazes de

³⁸ LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 123-129. Segundo Costa Lima, a História só quebra o paralelismo e a transversalidade em relação à Literatura quando os rumos da História Política soterram os demais, é quando “a historiografia se encara a si própria como ciência, surgindo, sob sua autoimagem, a face escarninha, debochada, inescrupulosa da arte.” Que “submersa, recalcada, (...) como que se vinga, fazendo-se perversa. Onde a indesejada seja reconhecida, será para o desprezo de seu praticante”. Antes disso, a História passava desconfiadamente pelos corredores do conhecimento e da razão, depois foi a Literatura, salvo a via do realismo que, segundo Costa Lima, com a história se “mantém em osmose”.

³⁹ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 97-116.

⁴⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história – nove entrevistas*, op. cit., p. 277-278.

⁴¹ *Ibid.*, p. 280.

nos dar acesso a experiências comuns, que, caso contrário, ficariam perdidas; pode também revelar experiências individuais e relacioná-las com as comuns; e pode, finalmente, transcender, até certo ponto, essas experiências e tratar de questões universais da vida humana.⁴²

Acumulemos às observações desses dois historiadores às de Antonio Candido (1918-), crítico literário e historiador da literatura, que criticou desde o início a via da exclusividade formalista como enfrentamento do texto literário:

Uma das condições de perfeição de um romance é o fato de conter certos aspectos fundamentais da sua época. É Stendhal dando forma à luta do mérito contra os privilégios da Restauração; é Balzac espelhando a agitação humana, a mobilidade horizontal e vertical que recompunha e deslocava as classes na primeira metade do século XIX; são Dostoiévski e Tolstói expondo a problemática do homem russo e o sentido da sua história.⁴³

Obviamente não é da competência do historiador detectar o que seria perfeito ou não num livro como obra literária, mas percebe-se nessa passagem de Candido que o texto literário deve atingir aquilo que Ginzburg denominou de “lado cognitivo” e Briggs de “experiências comuns”, “experiências individuais” e “questões universais”.

Isso não coloca historiadores que se debruçam sobre textos literários e historiadores literários, bem como os críticos literários, num mesmo e único bloco – afinal, por que teríamos nomes diferentes se faríamos a mesma coisa? – mas os aproxima, como se percorrendo o labirinto do texto e utilizando-se do mesmo fio-guia, historiadores, atravessando o labirinto para dele sair, e estudiosos da literatura, atravessando o labirinto para nele entrar, se encontrassem no meio do caminho e tivessem o que contar ao outro sobre sua metade percorrida, ajudando-se mutuamente na tarefa de percorrer a próxima metade, possivelmente mais arriscada por ser a parte do labirinto que compreende o ponto de partida do outro.

Aqui, chega-se à inevitável discussão sobre método. E mais uma vez Candido oferece chave preciosa para se entender o ponto:

Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato, isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação.⁴⁴

⁴² *Ibid.*, p. 68.

⁴³ CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 23.

⁴⁴ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, op. cit., p. 69.

A lição de Antonio Candido não envelheceu com o tempo, não obstante tenham surgido outras formas de ler criticamente um texto literário – mais afeitas à exclusiva atenção com a estrutura do texto e o peso que nelas têm as palavras. Possivelmente uma opinião lançada aos críticos literários, a lição do sociólogo de formação, deve, contudo, ser vista pelo historiador da cultura como um alerta que pode livrá-lo de duas posturas extremadas, quando do trato com o material literário: de um lado, reconhecer no conteúdo do texto literário o papel de espelho do seu exterior, fazendo dessa operação sobreviver apenas o escritor, evidenciando, assim, certo aspecto biográfico da interpretação e a função meramente utilitária do texto; doutro lado, buscar no texto uma vida interior que por si só traga todas as respostas para perguntas invariavelmente formuladas a partir de questões sociais que atingem o pesquisador, sejam elas do passado ou do presente, fazendo dessa operação sobressair o texto estranhado de qualquer tempo, pouco afeito à interpretação, dado à tradução de sentidos que se voltam para o próprio texto e dá as costas à vida sociocultural da qual de algum modo faz parte.

Candido também chama a atenção para o fato de o interesse pela obra intelectual de uma vida pedir uma vida social observada, tanto a partir do indivíduo, em suas características marcantes, decerto corruptoras do texto (ficcional ou não), quanto a partir do contexto, da realidade que nos textos se exprime ou nele aparece como sintoma, influência ou negação.

Por fim, um dos primeiros críticos a enfrentar o conjunto da obra do escritor alagoano, dando-lhe a unicidade do caráter confessional assumido por sua ficção, Candido toca nos três elementos fundamentais para o entendimento correto do texto literário como fonte de pesquisa para o objeto ao qual me proponho neste trabalho, quais sejam, “emoção”, “fatos” e “imaginação”, tendo a acrescentar mais um elemento: a produção de verdades.

No chão realista que sustenta os textos de Graciliano Ramos, sente-se o “efeito de realidade” (que no fundo é efeito de verdade) do qual falou Ginzburg,⁴⁵ ser pensado e efetivado de modo bastante consciente, explícito e forte. Dois exemplos de seus escritos, um testemunho e um ensaio sobre a Literatura Brasileira ajudam a entender o que significa essa produção de verdade no texto literário, e mais, no texto literário como o enxergava Graciliano. O último texto, o ensaio, funciona como um

⁴⁵ GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 23.

manifesto em defesa da credibilidade e da verossimilhança que deve orientar o texto literário. Mas comecemos pelo testemunho.

Em *Memórias do Cárcere*, seu autor tece o seguinte comentário sobre a perda das anotações que vinha fazendo desde que fora preso:

Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam as árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco.⁴⁶

É interessante ver como a categoria de testemunho se opera no texto de dois modos, pendulando entre o documental propriamente dito e a construção literária: no primeiro modo, o texto é reconhecido pelas ciências sociais como fonte preciosa para o entendimento do contexto de transição para o Estado Novo, *vide*, por exemplo, a obra de recolha de Jorge Caldeira que traz vários olhares de quem viu acontecer a história brasileira. Esses olhares trazem a credibilidade útil ao historiador ausente, que pode e deve cotejar essa fonte com outras, quando elas existem.⁴⁷ Mas no caso da perda das anotações, o próprio Graciliano – seu corpo, suas dores e desgastes, a memória enfim – é seu grande documento. E o “efeito de verdade” que um documento em história aparentemente não precisa ter, aparece no livro, porque o testemunho que se torna público é sobre fato notório. E mais, toda a Literatura produzida pelo autor antes das memórias endossa esse texto que por si só já respira credibilidade.

O segundo modo lança-se mais profundamente à questão anterior, ou seja, procura entender como se dá essa credibilidade e como o texto oscila entre o documental via testemunho e o autobiográfico, cuja credibilidade passa a sofrer certo abalo, mas dela ainda sobressaem os “efeitos de verdade” que operam no intuito de permanecer crível o que o autor acaba por falar de si mesmo – sempre um risco para o trato historiográfico. Luiz Costa Lima deteve-se a esses aspectos e procurou demonstrar essa sutil diferença: “Ao documento bastaria descrever o que

⁴⁶ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 36.

⁴⁷ CALDEIRA, Jorge (org.). *A história contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008, p. 508-511.

via se passar. As *Memórias* não se contentam em fazê-lo – contêm a cena pública e veem além dela”. E prossegue: “Seu caminho não é o da inevitável oclusão no presente da escrita, pois se distende na viagem não documental do eu-com-os-outros.”⁴⁸

Talvez seja necessário incluir mais um texto de *Memórias do Cárcere* nesse ponto da questão. O episódio da deportação de Olga Benário Prestes (1908-1942), por sinal trecho escolhido por Jorge Caldeira, serve perfeitamente ao propósito:

Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto. A subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo enchia-me de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil. Nasceria longe uma criança, envolta nas brumas do norte; ventos gelados lhe magoariam a carne trêmula e roxa. Miséria – e nessa miséria abatimento profundo.⁴⁹

Apesar de curto, o texto possui três partes distintas: a primeira parte vai da *descrição* de Olga Prestes até o diagnóstico daquela situação, qual seja, a entrega das “autoridades reles” ao “despotismo longínquo”, ao Nazismo; a segunda parte é intimista, as sensações que surgiam daquela situação: vergonha, ódio, revolta; a terceira parte é a especulação, sendo que nela o autor permite que permaneça no universo da dúvida o destino da criança, já sabido quando da escrita do livro, e nessa parte o autor se permite a uma descrição imaginativa de cenários e situações, inclusive com a “bruma” suprimível anteriormente e que agora volta pra compor uma situação de tristeza perspectivada. Assim, essas poucas linhas acodem aos dois modos de que falei anteriormente: tanto o do documento, útil à História e à perpetuação da obra como testemunho, quanto o da entrega à esfera literária desses momentos vividos, essenciais à perpetuação da obra como clássico de nossa Literatura.

O segundo texto é ‘O Fator Econômico no Romance Brasileiro’, pequeno ensaio que ganhou as páginas da revista especializada *Observador Econômico e Financeiro*, em 1937, retornando no jornal político *Tribuna Popular*, em 1945, ano da filiação de Graciliano ao Partido Comunista.

Faltava-nos naquele tempo, e ainda hoje nos falta, a observação cuidadosa dos fatos que devem contribuir para a formação da obra de arte. Numa

⁴⁸ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 361.

⁴⁹ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 276.

coisa complexa como o romance o desconhecimento desses fatos acaba prejudicando os caracteres e tornando a narrativa inverossímil.

Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber donde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores se a safra lhe deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque nos afirmam que isto acontece mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso. [...] Está certo que não desejamos reportagens, embora certas reportagens sejam excelentes. De ordinário, entrando em romance, elas deixam de ser jornal e não chegam a constituir literatura. [...] Não sei por quê. Acho que o artista deve procurar dizer a verdade. Não a grande verdade, naturalmente. Pequenas verdades, essas que são nossas conhecidas.⁵⁰

Nessa passagem do artigo há pelo menos duas tendências: a primeira refere-se ao momento do autor, interessado numa Literatura que apresente o Brasil à sua população leitora de modo honesto e completo, instruindo, dando a oportunidade a qualquer cidadão leitor de ter o mesmo privilégio que teve Engels (1820-1895) ao ler Balzac (1799-1850).

Tal postura está em consonância com a do Partido Comunista, mas só até certo ponto – as rugas entre Graciliano e os orientadores do realismo socialista⁵¹ são profundas e trouxeram consequências sérias para o escritor, inclusive após sua morte, no famoso caso envolvendo os originais de *Memórias do Cárcere* e suposta manipulação sofrida antes do lançamento.

A segunda tendência é mais interna ao texto e, portanto, mais delicada. Ela deixa transparecer um Graciliano em sua face mais realista, mais documental, não obstante fazer a ressalva sobre Literatura não ser reportagem. Portanto, atento ao respeito à forma, ao estilo, à criação, esse texto dos anos 1940 permite enxergar a formação literária do escritor: Graciliano fora leitor durante toda a vida dos romances históricos de Walter Scott (1771-1832), Anatole France (1844-1924) e Francisque Sarcey (1827-1899), sua biblioteca particular guarda quatro títulos do primeiro, nove do segundo e do terceiro *Le Siège de Paris* (1871), obra da qual se gabava saber vários trechos de cor e cuja leitura sempre repetia “para descansar”, como registrou Ricardo Ramos (1929-1992). Além disso, todos os grandes escritores realistas

⁵⁰ *Linhas Tortas*, p. 254-259.

⁵¹ De acordo com Otto Maria Carpeaux, o realismo socialista foi imposto aos escritores russos à força, sendo entendido mais como um instrumento literário do que mesmo como um estilo literário. A partir do Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, realizado em 1934, o modelo a ser seguido era Gorki, espécie de padroeiro dessa vertente e talvez o único que tenha conseguido “equilíbrio entre o processo literário de Tolstói (e de Tchekov) e a ideologia de Lenin”. A maioria transformava esse encontro em mera panfletagem com o “otimismo forçado da propaganda”. Para Carpeaux, as obras deixavam de ser “clássicas para se tornar classissistas.” CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental* - vol. VIII. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, p. 3.415-3.417.

formaram sua base literária desde a infância, com destaque do próprio autor a Aluísio Azevedo (1857-1913).

Pois bem, levando-se em conta que, do lado da Literatura, a luta de Graciliano era contra a falta de concretude e de referenciais que garantissem o reconhecimento do movimento social nas páginas duma escrita de ficção – nessa época atacava fortemente os escritos intimistas, psicológicos – e que, do lado da História, desde o século XIX, quando, conjuntamente à sua afirmação como ciência e suas escolhas metodológicas e temáticas, surgem as primeiras críticas que vão desembocar na História Social e Cultural de hoje, temos um movimento de antifilosofia da História e anti-história Política, encontrado em um Liev Tolstói,⁵² em um Walter Benjamin⁵³ (1892-1940) e também nos primeiros anos combativos dos *Annales*.

Ainda em relação aos “efeitos de verdade”, deve-se reconhecer mais dois pontos importantes. O primeiro, desenvolvido pelo crítico literário Luis Costa Lima, para quem a clara distinção entre a busca da verdade em História e na ficção, reside no fato de que “a ficção implica a presença de uma aporia diversa daquela que respalda a escrita da história: não pretende ser uma investigação do que foi, sem que por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la.”⁵⁴

O outro ponto é desenvolvido pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), que, reconhecendo a porção literária na narrativa histórica, na qual o historiador se equilibra entre a sujeição aos “testemunhos da realidade passada” e a interpretação dos eventos, chama atenção para um traço mais profundo ainda, o “pressuposto teórico”,⁵⁵ impossível de ser arredado de qualquer enredo histórico, e não necessariamente *habitué* dos textos de ficção.

Diferença fundamental que não só não desqualifica o texto literário na condição produtor de verdades, como ainda o coloca numa posição de liberdade conceitual e teórica da qual o pesquisador, mesmo aquele que busca desenvolver uma teoria totalizante, como era o caso de Engels, lança mão para melhor enxergar

⁵² TOLSTÓI, Liev. A dificuldade de definir as forças que movem as nações. In: GARDINER, Patrick (org.). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 208-211.

⁵³ BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223; MATOS, Olgária Chaim Féres. A Rosa de Paracelso. In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 244.

⁵⁴ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*, op. cit., p. 225.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 141.

a realidade de seu interesse. A proposta tácita de um desafio mútuo, do qual fala Ginzburg, que aponta a ambição de Balzac como um ponto importante do confronto entre a Literatura Realista, pulsante e sensível, e a História Política, tradicional e universal, logo uniforme e distante [ou monótona, como queria Ranke (1795-1866)], tudo isso remete a uma iluminadora postura tomada por Engels diante do autor de *Ilusões Perdidas*. Através de carta à jovem amiga Margaret Harkness (1854-1921), ensaísta e romancista da linha do *New Social Realism*, Engels, em 1888, vê na obra de Balzac, para ele um legitimista, rica fonte para o entendimento da sociedade burguesa europeia:

Balzac, que considero de longe o maior mestre do realismo de todos os Zolas do passado, presente ou futuro, proporciona-nos na sua *Comédie Humaine*, uma história maravilhosamente realista da 'sociedade' francesa, descrevendo, no estilo de crônica, quase ano por ano, de 1816 a 1848, a pressão crescente da ascensão da burguesia sobre a sociedade de nobres que se estabeleceu a partir de 1815 e voltou a instalar, na medida do possível, (*tant bien que mal*), o padrão da *vieille politesse française* (velha delicadeza francesa). [...] E em torno desta imagem central o autor tece uma história completa da sociedade francesa, com a qual, mesmo em pormenores econômicos (como, por exemplo, a redistribuição da propriedade real e a privada após a Revolução Francesa), aprendi mais do que com todos os historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período.⁵⁶

Em relação a Graciliano, Boris Schnaidermann tem posição semelhante. O tradutor e ensaísta ucraniano radicado no Brasil aponta para o fato de que a obra geral de Graciliano, mas sobretudo *Memórias do Cárcere*, é um tipo de texto cuja nitidez obriga enxergar a dialética da realidade, mesmo que feita por um intelectual pouco afeito aos conceitos e pouco versado em Hegel:

Temos nele um destes livros básicos, cujo aparecimento faz com que se passe a encarar de outro modo o país, o povo, a cultura a que pertencemos, e depois dessa leitura já não somos os mesmos. Torna-se desnecessário, pois, dizer que, após tantos anos, o texto continua a causar impacto, e que se este não é o mesmo, temos de considerá-lo equivalente. Há nas memórias, escreveu Jacó Guinsburg (1989:9), "uma luz vigorosa de Nordeste, eliminando todo cromatismo impressionista".⁵⁷

Nos capítulos que compõem este estudo, a maioria dos escritos de Graciliano apareceu conduzida por esse efeito, tanto causado por Balzac em Engels quanto pelo próprio Graciliano em Schnaidermann, efeito esse possível porque para o autor

⁵⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global, 1986, p. 71.

⁵⁷ SCHNAIDERMAN, Boris. Duas vozes diferentes em *Memórias do Cárcere? Estudos Avançados*. São Paulo, v. 09, n. 12, jan./abr. 1995, p. 332.

de *Pequena História da República* (texto sério pelo tom farsesco escolhido) não há vida literária sem o contato ininterrupto com as questões do presente e do passado, principalmente aquelas que melhor flagram as contradições da realidade e dos projetos de futuro – especialidade mesma da História, sem a qual, para Graciliano “estaríamos num espaço inútil a qualquer meditação”.⁵⁸

⁵⁸ RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 160.

PARTE I

RAMOS DE UM MESMO GRACILIANO⁵⁹

*Não deixem que a história tenha a aparência de uma necrópole inerte,
pela qual passam unicamente sombras despojadas de substâncias.*

Lucien Febvre
Combates pela História

*Contarei ingenuamente como aconteceram as coisas,
sem nada adicionar por conta própria,
o que não significa pouco esforço para um historiador.*

Voltaire
Micrômegas - Contos

Desde a infância entregava-me ao dever estéril.

Graciliano Ramos
Memórias do Cárcere

Ciente do seu papel na sociedade como educador, homem das letras, funcionário público do setor de Educação e Cultura, político e militante, raras vezes o autor de *São Bernardo* insinuou ser a sua literatura algo que merecesse maior importância: foram os críticos, os historiadores, os sociólogos, os linguistas e colegas de profissão que o fizeram. E nesse fazer disseram tanto que a seguinte reflexão se torna incontornável: ainda há o que dizer sobre Graciliano e sua obra?

A resposta mais tranquilizadora talvez possa ser encontrada com Willi Bolle, a partir de observações de Joseph de Maistre (1753-1821) e Walter Benjamin. Diz o crítico alemão radicado no Brasil: “dois ou três críticos fixam inicialmente a opinião, e a grande maioria dos que vêm depois segue por essas mesmas trilhas”.⁶⁰

Dos críticos que pavimentaram o caminho da leitura analítica dos escritos graciliânicos – eles aparecem ao longo deste trabalho, pois são imprescindíveis – destaco Antonio Candido, que reuniu, no final dos anos 1950, todo o material que

⁵⁹ Tomo emprestado a Tristão de Athayde (1893-1983) a expressão “ramos de Graciliano”, modificando-a muito pouco para ficar como está no título deste capítulo. A ideia-trocadilho com o nome do escritor serve para mostrar menos a diversidade – embora seja imprescindível o acompanhamento das fases de sua atuação artística, política e social – do que a unicidade à qual chegamos, após olharmos de perto seus passos na História e na Literatura, objetivo geral deste capítulo. ATHAYDE, Tristão de. Os ramos de Graciliano. In: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, s.d. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

⁶⁰ BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil, op. cit., p. 19.

escrevera até então sobre o romancista alagoano, formulando assim a decisiva tese de que o movente na obra do autor de *Infância* é a relação entre ficção e confissão, ou seja, “a experiência” como “condição da escrita.”⁶¹ Trata-se de uma porta aberta que muitos adentraram no intuito de alargá-la, torná-la mais atual ou emprestar-lhe nova coloração.

Há também a valiosa contribuição de Roger Bastide (1898-1974), que desenvolvendo em meados dos anos 1940 a ideia de trágico no conjunto da obra de Graciliano, com seus heróis “que se comem a eles mesmos, que se devoram por dentro”, foi um dos responsáveis, no final dos 50, por espalhar mundo a fora, a partir da porta francesa, a imagem de uma literatura seca, às voltas com a injustiça e atravessada pelo fracasso do convívio em sociedade, tanto de seus heróis como do próprio autor em seus livros de cunho autobiográfico.⁶²

Álvaro Lins (1912-1970), na segunda metade dos anos 1940, em perspectiva mais conservadora, abriu um veio para estudos que privilegiavam o psicologismo como fio condutor da crítica, enquanto Adonias Filho (1915-1990), a partir dos anos 1950 – assim como fizera o próprio Monte Brito anos antes – investiu crítica na direção do estudo do social, a tendência documentarista da Literatura não só de Graciliano mas da maioria dos chamados escritores de 30, embora reconhecesse no escritor alagoano um eficiente equilíbrio entre “o documentário e o psicologismo”, entrosados “em uma só estrutura”.⁶³

Na atualidade, é provável que em termos de conjunto da obra, a crítica feita por Luís Bueno, subsumida numa História da Literatura cujo recorte é o decênio de 1930, seja a mais importante para os propósitos deste estudo, por ver nos romances de Graciliano, e em seus textos “menores” que naqueles orbitam, o ponto mais equilibrado de uma Literatura que se viu herdeira da abertura iconoclasta provocada

⁶¹ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, op. cit., p. 82.

⁶² BASTIDE, Roger. O Mundo trágico de Graciliano Ramos. *Teresa: revista de literatura brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, n. 02, p. 139-142, 2001. (Publicado primeiramente n' *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 mar.1947 – recorte, pasta 14, Fundo Graciliano Ramos – Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/Universidade de São Paulo – SP). A partir desta nota, as demais referências a recortes, manuscritos ou correspondências guardados pelo IEB, no Fundo Graciliano Ramos, aparecerão neste estudo da seguinte maneira: (recorte/manuscrito/correspondência, pasta/microfilme, FGR/IEB/USP).

⁶³ ADONIAS FILHO. Volta a Graciliano Ramos. In: RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro: Record, 1975, p. 171. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente. Crítica publicada primeiramente no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 out. 1957. (recorte, pasta 15, FGR/IEB/USP); LINS, Álvaro. Valores e misérias das Vidas Secas. In: *Os mortos de sobrecaçaca*: obras, autores e problemas da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

pelo Modernismo de 1922 e as demandas sociais que encabeçavam o discurso progressista e nacionalista após a movimentação política de 1930. Não sendo, no entanto, nem mera continuação modernista nem uníssona enquanto atividade intelectual interessada.⁶⁴

Confissão, tragédia, mergulho psicológico, realismo social, equilíbrio estético: esses cinco caminhos percorridos pela crítica revelam a complexidade da obra de Graciliano Ramos, que ainda fornece elementos em abundância para que tanto os estudos estéticos quanto os sócio-históricos possam sobre ela se debruçar, mantendo seu autor e seus livros temas vivos para o entendimento de nossa Literatura e da sua relação com a realidade, com a sociedade. De acordo com Candido, a obra de Graciliano

não nos toca somente como arte, mas também (quem sabe para alguns sobretudo) como testemunho de uma grande consciência, mortificada pela iniquidade e estimulada a manifestar-se pela força dos conflitos entre a conduta e os imperativos íntimos. E a seca lucidez do estilo, o travo acre do temperamento, a coragem da exposição deram alcance duradouro a uma das visões mais honestas que a nossa literatura produziu do homem e da vida.⁶⁵

... e do Brasil.

Ainda há o que dizer, porque a cada período, no qual o presente exige que se verifiquem as bases do que ele aponta como promessa, a História se autoconvoca para, nessas bases, encontrar meios de driblar a ingenuidade do estado de graça que por vezes parece envolver as estruturas sociais, naturalizando-as como realidades dadas e imutáveis. A Literatura de Graciliano Ramos é um desses meios. Ela obriga o leitor a ver o desencanto da vida, ou seja, desenfeitiça-a; lembra-lhe da existência de processos e não do aparecimento ou desaparecimento de realidades que simplesmente se sucedem. Nela, o homem é mostrado dentro de seus limites, portanto, há um enorme esforço para que suas potencialidades possam ser vistas com o máximo de honestidade possível. Os dilemas entre grupos sociais, classes, ideologias estão nela para mostrar que há sempre mais de uma visão explicando por que a sociedade está tomando determinado rumo, e que existem disputas

⁶⁴ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2006. Bueno talvez seja mesmo o mais contundente defensor da visão mais complexa do chamado romance de 30, procurando encontrar as relações com as conquistas anteriores a ele sem, contudo, estabelecer vínculos de escola ou movimento literário; por outro lado, mostrando as divisões e disputas internas, verifica que a rotulação de segunda geração do modernismo empobrece o entendimento do que essa década representa como decisivo na Literatura brasileira.

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 99.

constantes que não permitem a sustentação da ideia de que se pode simplesmente ficar à parte dos acontecimentos.

Não é mais permitido, contudo, a demonstração da grandeza artística de Graciliano Ramos como se fosse uma novidade, menos ainda o uso de novos adjetivos que deem ao conjunto de sua obra uma posição diversa da que há décadas vem ocupando na Literatura brasileira, principalmente porque a questão do ‘valor’ é um ponto do qual este estudo deve manter distância segura.

Ainda assim, não só vejo que as centenas de artigos, livros, reportagens e trabalhos acadêmicos que discutem esse autor não o esgotaram – conclusão até certo ponto óbvia, porquanto vem de um historiador – como vejo esse vasto material incitar a busca por outras maneiras com que ver sua obra. A exigência dessas novas maneiras está, creio, na própria diacronia da crítica sobre este autor, marcada pela forte atração exercida por sua biografia, mesmo em muitos dos estudos de cunho mais formalista, como o do filólogo português Fernando Cristóvão.⁶⁶

Muito provavelmente o que chamo de “novas maneiras” talvez não seja mais do que rever uma prática da História Literária clássica voltada para o “liame entre a vida e a obra do escritor”, o que François Dosse chamou de busca pela “vidobra”, termo frontalmente criticado por Proust (1871-1922) que, ainda assim, como demonstra Dosse, não conseguiu dele deixar de lançar mão ao discutir Balzac.⁶⁷ Como este estudo não pretendeu descobrir nenhum ‘eu’ oculto no texto literário, e não cultivou condições de operar com o texto literário vendo nele um fim em si mesmo, portanto não havendo aqui arrogação do estatuto de crítica formal especializada, o caminho mais seguro para esta primeira parte do estudo não se tornar o extremo oposto, ou seja, uma biografia na qual a leitura dos textos de ficção funcionam como pretexto para confirmação de traços pessoais do autor, o caminho mais seguro foi atentar para o conceito de “circularidade” desenvolvido por Dosse a partir das lições de Stefan Zweig (1881-1942), mais um que encontrou em Balzac desafio iluminador para o trabalho de interpretar textos literários levando em conta que a “autenticidade biográfica” pode estar na obra, assim como a obra não pode ser tomada como apartada da vida, podendo toma-la (a vida) como elemento que possibilite fazer uma espécie de biografia da obra. Assim, “a vida e o próprio destino

⁶⁶ CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. Rio de Janeiro: Editora Brasília/Rio, 1977.

⁶⁷ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 80.

póstumo tiram daí o modelo ficcional de uma circularidade que fundamenta o direito de pensar em conjunto essas duas dimensões.”⁶⁸

Outro ponto de vista importante vem da própria crítica literária e da discussão específica desenvolvida pelo crítico belga Antoine Compagnon sobre o papel de uma Teoria da Literatura que supere tanto o radicalismo das teses “antimimética” e da “morte do autor”, quanto a presunção da encontro pleno com a intencionalidade da obra. Utilizando-se tanto da potencialidade diacrônica de uma História da Literatura quanto da potência sincrônica de uma História Literária, Compagnon sugere a possibilidade de encontrar um sentido na obra, que é também o sentido que lhe é atribuído pelo autor, revelando, portanto, sua intencionalidade; mas que pela vida própria do texto literário não permite ao leitor crítico desenvolver a pretensão de encontrar sua significação atrelada ao efeito primeiro provocado pelo autor quando do aparecimento de suas obras.⁶⁹ Interessa-me enormemente essa busca de sentido menos para estabelecer sua evolução no tempo do que para a partir da ação do agente social escritor Graciliano Ramos encontrar o exercício de um ponto de vista que nunca se viu apartado dos eventos e dos processos históricos encontrados fartamente dialogando com texto ficcional, marca inapagável do texto do autor de *Angústia*.

A busca por entender como conjunto coeso os vários resultados do exercício de um ponto de vista chamado Graciliano Ramos, levou-me menos a tentar mostrar o escritor de uma maneira inédita e mais a buscar outra maneira com que ver o Brasil de determinada época, tão importante para o entendimento do nosso presente quanto os períodos colonial e imperial o foram para a compreensão do início do Brasil republicano pelos intelectuais da época. E esse país em formato de interrogação, Graciliano nos mostrou expondo seus intestinos sem deixar surgir em momento algum a noção de dádiva. Compreender esse veio interpretativo que permeia seus escritos pede que se fixe no tempo do autor, no Brasil que o atravessa, que chegou até ele carregando pesado espólio e que o superou, levando consigo ares de promessa.

Com essa missão, esta parte do estudo precisa percorrer por toda a vida de Graciliano, partindo da infância do autor – também infância de um país reformatado

⁶⁸ *Ibid.* p. 94-95.

⁶⁹ Ver sobre “morte do autor”, “intencionalidade”, “crítica à tese antimimética” e “história literária” em COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, op. cit., p. 49-52; 83-91; 97-119; 196-211.

– até sua velhice, quando o mundo moderno reconfigurado e polarizado entre Capitalismo e Comunismo empurra o país para uma nova encruzilhada, cujas escolhas tomadas desnudam algumas das vocações que nos alcançam no século XXI. Creio que só assim se pode traçar o perfil de uma obra cujos vários ramos conformam com uma coesa visão de Brasil.

2. CAPÍTULO I: INFÂNCIA SECA

*Em casa eu usava alpercatas – dois pedaços de sola e correias.
Quando me impunham sapatos, era uma dificuldade: os pés formavam bolos,
recalcitravam, não queriam meter-se nas prisões duras e estreitas.
Arrumavam-se à força, e durante a resistência eu ouvia berros, suportava tabefes e chorava.
Um par de borzequins amarelos, um par de infernos, marcou-me para toda a vida.*

Graciliano Ramos
Infância

*Aí Fabiano parou, sentou-se, lavou os pés duros
procurando retirar das gretas fundas o barro que lá havia.
Sem se enxugar, tentou calçar-se – e foi uma dificuldade:
os calcanhares da meia de algodão formavam bolos nos peitos dos pés
e as botinas de vaqueta resistiram como virgens.*

Graciliano Ramos
Vidas Secas

“Pessimista de coração de menino”.⁷⁰ A interessante expressão usada por Rubem Braga em crônica de outubro de 1952 bem descreve (embora não defina) o caráter de Graciliano Ramos, que exatamente cinco meses depois estaria morto, devido à companhia assídua do cigarro *Selma* que lhe deixara nos pulmões o câncer de pleura. De certo modo, a frase firma duas das principais forças que o escritor emprega em sua literatura: o Realismo, responsável pelo tom de seus escritos, geralmente apontado como pessimista; e a rememoração, cuja fonte principal é a infância. Obviamente, “coração de menino” traz também conotação elogiosa, sugere pureza, expõe e pede admiração. Mas é preciso saber, para entender Graciliano, qual menino é esse que ele foi e, junto a isso, perceber que sua infância coincide com os verdes anos da República.

Neste capítulo, destaco as impressões deixadas pela seca, a relação traumática com a injustiça, a complicada iniciação no mundo das Letras, as incipientes e decisivas investidas no campo literário de um menino que chegou a nós através do homem que observou de perto o comportamento do Brasil, os cenários de duas guerras mundiais, a política coronelista do interior do país, herdada dos mecanismos imperiais e adaptada às estruturas de uma República Federativa, a

⁷⁰ BRAGA, Rubem. O Velho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1952. (recorte, pasta 01, FGR/IEB/USP)

‘Política do Café com Leite’, a chegada de uma modernidade orientada por um poder centralizador e repressor, a utopia da redemocratização.

2.1. Particularidades da seca universal

Graciliano Ramos de Oliveira é o primogênito do casal Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ramos: ele, filho de senhor de engenho falido; ela, de bem-sucedido fazendeiro criador de gado, em Pernambuco.⁷¹ Nasceu aos 27 de outubro de 1892, numa vila da zona da mata alagoana chamada Quebrangulo.⁷² Quando contava três anos, estava no terreiro da fazenda Pintadinho, em Buíque, sertão pernambucano. A fazenda era uma propriedade modesta, destinada à criação bovina e adquirida após Sebastião Ramos vender a pequena loja de tecidos na vila alagoana seguindo conselho do sogro.

O menino Graciliano viveu os primeiros anos como sertanejo, estatuto que, ao longo da História e Literatura brasileiras, raras vezes deixou de fazer seus vinculados pendular entre a punição tácita, por neles ser enxergada quase somente a brutalidade dos atos, e o indulto piedoso, por ser-lhes atribuído um grau de ignorância insuperável, sendo, pois, amarrados quase sempre a uma figura de rusticidade e telurismo, e nela se movimentando entre limites estreitos.⁷³ Esses limites estreitos sugerem não ser possível dizer que Graciliano Ramos nascera sertanejo; sua vida e sua obra, no entanto, autorizam o contrário, pois permitem justamente ver a dinâmica do interior do Brasil em suas múltiplas possibilidades, embora o autor respeite a languidez das transformações sociais em suas obras e o

⁷¹ Os dados biográficos espalhados neste capítulo foram colhidos em várias biografias publicadas. Destaco as de PINTO, Roland Morel. *Graciliano Ramos: autor e ator*. Assis-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962; LIMA, Valdemar de Sousa. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*. Brasília-DF: Editora Marco, 1971; MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012. Há que se levar em conta *Retrato Fragmentado*, livro de Ricardo Ramos (1929-1992), filho do escritor e os livros do próprio Graciliano, autobiográficos ou não.

⁷² A vila, que se tornou cidade emancipada em 1910, mudou de nome várias vezes até voltar a se chamar Quebrangulo, em 1928. Apenas em fins do século XX, o total da população rompeu a barreira dos dez mil habitantes, e nos últimos quinze anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, esse número não rompeu os onze mil, sendo verificada, inclusive, tendência de queda. Ainda segundo o IBGE, o Estado de Alagoas figura como unidade federativa das mais pobres. Os atuais indicadores sociais apontam-lhe uma população com altas taxas de analfabetismo e cerca de um quinto de seus habitantes vivem abaixo da linha da pobreza.

⁷³ Dentre os trabalhos mais recentes que visam a relativizar a ideia de sertão monocórdio, destaco o de BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum - o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado, 2000.

menino seja filho de proprietário rural, que antes fora comerciante e voltaria a sê-lo, após enfrentar a seca e por ela ser derrotado, partindo da fazenda para a vila de Buíque e, depois, voltando a Alagoas, para a cidade de Viçosa.

O menino Graciliano não é o sertanejo ícone, e, à medida que cresce, afasta-se cada vez mais dessa imagem, embora dela nunca tenha conseguido se despreçar. Quando usado para dizer do autor de *Vidas Secas*, “sertanejo” veio muitas vezes acompanhado de outros adjetivos: amargo – usado por Rubem Braga (1913-1990) na mesma crônica citada –, quieto e malicioso – usados mais de uma vez por José Lins do Rego (1901-1957)⁷⁴ –, seco – qualitativo que costuma aparecer como indicativo da natureza de sua narrativa.⁷⁵ Portanto: sertanejo amargo e seco, quieto e malicioso, com coração de menino. Tal montagem faz lembrar tentativas de sintetizar o caráter nacional brasileiro a partir da colaboração de etnias e grupos sociais, ao longo de mais de quinhentos anos de nossa formação.

A lembrança é digna de nota, já que o período em que Graciliano escreve e publica suas principais obras coincide com o de nova ocupação ideológica da formação do caráter nacional. As décadas de 1930 e 1940 compreendem o enfraquecimento do cultivo à herança raciológica como veio de explicação e discussão dos problemas nacionais e sua paulatina substituição pelas explicações de viés sociológico e culturalista, embora o vocabulário daquela ainda perdure; há, ainda, a ascensão da interpretação político-econômica de orientação materialista.⁷⁶ Fato é que novos elementos sustentam novas maneiras de ver velhos problemas. E embora Graciliano seja um dos responsáveis pela mudança da imagem do homem do interior nordestino, tanto em alargamento quanto em profundidade, temas como a seca, o distanciamento da cultura formal e o cultivo de uma tradição pautada pela violência marcaram fortemente sua escrita porque ainda marcam fortemente essa região do país, como é verificável em *Vidas Secas*, o qual está ligado à própria formação do Nordeste como discurso e prática, acabando por subsumir o que é

⁷⁴ REGO, José Lins. O mestre Graciliano. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 out. 1942. (recorte, pasta 61, FGR/IEB/USP)

⁷⁵ CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, op. cit., p. 154

⁷⁶ A tríade principal da interpretação da formação do Brasil no período é, sem dúvida, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, no pensamento histórico-sociológico, e Caio Prado Jr., na vertente materialista. Claro está que o pensamento de um Oliveira Viana (1883-1951), um Paulo Prado e anteriormente um Manuel Bonfim (1868-1932), promoveram, a seu turno, a modernização do pensamento nacional quando era imperativo discutir as questões de nossa formação. Mas as obras dos três principais autores dos anos 1930-1940 moldaram o pensamento acadêmico, inclusive, e deram sustentação ao exercício interpretativo do Brasil como temos até hoje.

vário num cenário único idealizado, habitado praticamente por um único tipo humano, igualmente idealizado.⁷⁷ No entanto, o romance é a travessia por esse cenário e o agudo olhar lançado a esse tipo, e, por ser travessia, não estaciona nem no cenário nem no tipo, embora o reconhecimento de sua existência seja a primeira forma de enfrentamento.

A sutil engenharia do livro possibilita-lhe falar de temas consagrados no entendimento da região (seca e distância da cultura letrada, distância da modernidade) e, ainda assim, mostrar o sertão nordestino de uma maneira mais complexa, ao mesmo tempo em que toca fundo em questões centrais para a compreensão do Brasil republicano (desigualdade social, distanciamento entre população e instituições públicas, mandonismo). Fabiano, o homem brasileiro e universal de *Vidas Secas*, é uma marca do sertão nordestino que Graciliano enxerga espalhada pelo Brasil.⁷⁸ O romance que mais se adéqua aos princípios solares do Regionalismo é também seu romance mais universal. Dentre os elementos que corroboram para esse duplo efeito, há o exercício da nomenclatura tipológica (menino mais velho, menino mais novo, fiscal, patrão), o que dá verossimilhança ao estudo dos tipos e das situações; há um olhar lançado à fragilidade da condição humana diante da natureza e também diante dos próprios homens; e há a proposital falta de referência temporal. Isso permite que Graciliano diminua a distância entre o mundo real que aparece no livro e o mundo real que é seu desde há muito e em nada se confunde com aquele, mas que de algum modo guarda na memória da vivência infantil muitas de suas verdades. O cenário, os tipos, as situações, tudo do pequeno romance está fortemente atrelado aos primeiros anos da infância do autor, saltando dela para a ficção realista, numa espécie de flagrante da “infância” da República, que “adulta” quando da escrita do livro, ainda está cheia de marcas que permitem ver a “criança triste”, ou seja, o resultado que fica quando as promessas não são cumpridas. O olhar que o autor lança sobre seu próprio livro está atravessado de reminiscências da sua infância e de negativas quanto à imagem forjada pela Literatura romântica:

⁷⁷ Em sua face discursiva, o Nordeste foi profundamente analisado por ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁷⁸ Em 1962, a Fundação William Faulkner premiou *Vidas Secas* como o livro representativo da Literatura brasileira contemporânea.

No começo de 1937, utilizei num conto a lembrança de um cachorro sacrificado na Maniçoba, interior de Pernambuco, há muitos anos. Transformei o velho Pedro Ferro, meu avô, no vaqueiro Fabiano; minha avó tomou a figura de sinhá Vitória; meus tios pequenos, machos e fêmeas, reduziram-se a dois meninos. [...] Fiz o livrinho sem paisagens, sem diálogos. E sem amor. Nisso, pelo menos ele deve ter alguma originalidade. Ausência de tabaréus bem falantes, queimadas, cheias, poentes vermelhos, namoros de caboclos. A minha gente, quase muda, vive numa casa de fazenda; as personagens adultas, preocupadas com o estômago, não têm tempo de abraçar-se. Até a cachorra é uma criatura decente, porque na vizinhança não existem galãs caninos.⁷⁹

A própria Literatura regionalista e a chamada Literatura pré-modernista é fortemente criticada na parte final do comentário sobre a novela, como se uma unidade – a Literatura brasileira e a sociedade que a engendra e consome – estivesse distante da realidade crua de certo Brasil profundo, ignorado ou mitificado. Mas o movimento proposto por Graciliano é pendular: aproxima-se para ser realista, distancia-se para ser verossímil.

Em carta a Antonio Candido, de 1945, após lançar *Infância*, seu primeiro livro flagrantemente de memórias, Graciliano diz: “O que sou é uma espécie de Fabiano, e seria Fabiano completo se a seca houvesse destruído a minha gente”.⁸⁰ Três anos depois, em entrevista concedida a Homero Senna, ao falar do tom autobiográfico de toda sua literatura, conclui: “se fosse analfabeto, por exemplo, seria tal qual Fabiano”.⁸¹ Na cronologia bibliográfica do autor, a publicação de *Vidas Secas*, lançado em 1938, está separada da de *Infância* por sete anos. No entanto, os dois livros foram projetados num breve intervalo, sendo que o projeto do livro de memórias vem primeiro; data do mesmo período da escrita de *Angústia*, como revela em carta a Heloísa Ramos (1910-1999), sua segunda esposa e companheira até o fim da vida, no início de 1936:

O *Angústia* vai mais ou menos. Falta-me consertar umas oitenta folhas. Um dia desses, no banheiro, veio-me de repente uma ótima ideia para um livro. Ficou-me logo a coisa pronta na cabeça, e até me apareceram os títulos dos capítulos, que escrevi quando sai do banheiro, para não esquecê-los. Aqui vão eles: Sombras, O Inferno, José, As Almas, Letras, Meu Avô, Emília, Os Astrônomos, Caveira, Fernando, Samuel Smiles. Provavelmente

⁷⁹ Este depoimento para os ‘Arquivos Implacáveis’, de João Condé, foi redigido em junho de 1944, mas só foi publicado em 23 de abril de 1953, em *O Cruzeiro*. Recolhi a carta a partir de dois livros: CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, op. cit., p. 184; SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973, p. 166-167

⁸⁰ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, op. cit., p. 10.

⁸¹ SENNA, Homero. *República das Letras* – entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 207.

me virão ideias para novos capítulos, mas o que há dá para um livro. Vou ver se consigo escrevê-lo depois de terminado o *Angústia*.⁸²

A prisão em março do mesmo ano, uma antevisão da repressão que se instalaria sistemática e cotidianamente após a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, alterou dramaticamente o curso de seus planos literários, profissionais e pessoais: *Infância* esfriaria e só voltaria nos anos 1940, *Vidas Secas*, que só aparecerá em 1938 é feito a toque de caixa para pagar as despesas ordinárias após o período de prisão, quando escrevia contos, artigos e críticas uns enganchados nos outros, a fim de complementar o orçamento sempre apertado. No final dos anos 1930, Graciliano seria nomeado inspetor federal do ensino secundário do Rio de Janeiro, emprego que teria até o fim da vida, acumulando no início dos anos 1940, com a encomenda de artigos para a *Revista Cultura Política* e a função de revisor de textos do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP. A prisão também lhe rendeu rico e doloroso material, que cobraria sua atenção nos seis últimos anos de vida e se transformaria em *Memórias do Cárcere*. Em outras palavras, por uma série de motivos, Graciliano se afastaria da forma romanesca. E as principais obras após *Vidas Secas* seriam *Infância*, uma autobiografia, e *Memórias do Cárcere*, um depoimento. O caminho que boa parte da crítica seguiu após sua morte foi encontrar nestas últimas a chave analítica para os romances.

Discutir essa alteração de rumo é importante na medida em que permite ver as influências do campo literário e do contexto político-social atuando na literatura do autor, mas, para não perder o foco deste capítulo, limito-me a afirmar que se o caráter geral de sua escrita é o confessional, havendo uma progressiva mudança de literatura ficcional/documental/testemunhal para literatura testemunhal/autobiográfica/memorialista, a permanência desse caráter geral e a dinâmica interna que flagra a mudança do ficcional para a realidade com certidão de nascimento dão-se porque Graciliano Ramos primou pelo Realismo em todos os seus escritos e porque há em sua obra, como aponta Erwin Torralbo Gimenez, a marca do reconhecimento do movimento que pede novas formas com que travar a existência humana, sobretudo, no pós-guerra, chocando-se com a marca ética de sua resistência, cuja consciência não comportava

⁸² RAMOS, Graciliano. Carta 88, 28-01-1936, in *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 161. Os títulos dos capítulos arrolados na carta e sublinhados na citação acima permaneceram no livro. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o número da carta, o título e o número da(s) página(s) referente.

outra forma romanesca senão aquela capaz de conjugar os traços subjetivo e objetivo em chave de conflito – sem poder reanimá-la, preferiu o silêncio, ou melhor, resistiu ao silêncio com a última reserva de afetividade: a memória.⁸³

Assim, no campo do estudo do estilo literário, Gimenez desenvolve a tese de o *testemunho* ser o único e último refúgio formal que permite a Graciliano continuar a operação de sua tragédia humana, transferindo o “fracasso” das personagens para o “fracasso” de seu autor, agora personagem de si mesmo nos escritos dos anos 1940, como a criança triste que fora em *Infância*, testemunha da seca, da miséria e da injustiça, e massa humana modelada brutalmente nos contatos iniciais com a cultura letrada.

O desejo de escrever *Infância* assim que concluísse *Angústia* e o constante exercício de rememoração de episódios e tipos de sua meninice, alimento para *Vidas Secas* e muito do material do livro de memórias, e que também já estava presente no próprio *Angústia*, não deve ser levado em conta apenas para confrontar a tese de Gimenez, por sinal não exclusiva a ele, e de certa forma reconhecida pelo próprio Graciliano: uma passagem da hegemonia do conteúdo para a hegemonia da forma, da hegemonia do social para a do psicológico, do objetivo para o subjetivo, num movimento crescente, iniciado já na segunda metade dos anos 1930.⁸⁴ Esse desejo aponta o valioso e perigoso caminho que Graciliano parece mostrar a seus intérpretes: a chave para compreender sua literatura pode encontrar-se no autobiográfico.⁸⁵

⁸³ GIMENEZ, Erwin Torralbo. Graciliano Ramos, uma poética da insignificância. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 231-25, set./dez. 2009, p. 233.

⁸⁴ Livros de diferentes matizes como SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002; BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Ed., Cultrix, 2006 e BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, deitam atenção a essa passagem dentro da forma romanesca. Em importante artigo escrito em 1941, publicado no mesmo ano no periódico da esquerda argentina *Nueva Gazeta*, usado pelo escritor em 1945, numa conferência em Belo Horizonte, e finalmente publicado na revista *Literatura*, em 1946, o próprio Graciliano acusa a transformação em andamento: “[...] E a nossa literatura começou a comportar-se, na moral e na sintaxe. [...] Baniu-se o palavão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam-se. E, timidamente, aproximaram-se da academia. Alguns críticos acham que existem dois gêneros de romances: os da cidade, bons, e os do campo, ordinários. O que se tem feito é secundário, chinfrim. Não vale a pena falar em mocambos, bagaceiras, cadeias, negros do cais. Insignificâncias. É necessário apresentarmos ao público sutilezas e complicações, as que existem no cassino da Urca e nos banhos de Copacabana.” RAMOS, Graciliano. ‘Decadência do Romance Brasileiro’, p. 05-06, 20.04.1941 – manuscrito, Caixa 01, nota 10.2, FGR/IEB/USP. O artigo completo foi publicado atualmente na coletânea de inéditos, *Garranchos*, organizada pelo pesquisador Thiago Mio Salla.

⁸⁵ Forte crítica à construção de análises puramente psicológicas ou biográficas que procuram estabelecer correspondências entre a vida e a obra do autor para se entender a última pode ser

Ponto delicado. Se tomarmos *Vidas Secas*, o auge de sua literatura de ficção, e *Infância*, o ponto de partida para um constante falar de si abertamente, veremos que ambas, nascendo do mesmo projeto e contexto, pedem a atenção para o fato de seu autor nunca ter realmente conseguido separar o ofício do criador da faina que é ser criatura. As mudanças de modo, facilmente datável, pode esconder uma prática que esteve sempre lá e continua funcionando, agora com polaridades invertidas, mantendo, contudo, o estilo ou, retornando à expressão de Lafetá, a “fisionomia do espírito”. Há, pois, muito de si nos escritos ficcionais, assim como há muito dos outros ficcionais nos escritos pessoais. O que sobra dessa equação é o resultado do estudo, da observação acurada do real, da busca de seu entendimento a partir do que protuberava como movente das atitudes humanas – forças que pedem algo diferenciado do estudo do exclusivo do estilo.

É por isso também que a interpretação de Brasil feita por Graciliano não pode ser a da formação por meio de bases coloniais. Se elas aparecem, estão a serviço da observação daquele que olha o presente, um personagem, o narrador, o próprio Graciliano, em escritos não-ficcionais. *Infância* representa o passado do autor, discutindo o quanto as promessas de mudança apenas arranharam o que se mostrava como permanências inarredáveis de Brasil longínquos no tempo, mas podendo mostrar também que se o cenário de promessas de mudança pôde surgir, essas permanências não seriam tão inarredáveis assim. Já *Vidas Secas* é a verificação das provações de muitos, em especial dos sertanejos pobres, diante de promessas feitas por poucos, distantes, praticamente incognoscíveis.

Infância vivência e *Infância* livro não são chave mestra para todos os gracilianos, mas são, respectivamente, o registro das bases de sua formação como escritor e recordação de um Brasil que ele viu de perto, cheio de injustiças representadas nas dores de menino que marcaram o homem; estão ligadas ao todo e estão a serviço da compreensão de permanências e mudanças. E se trago *Vidas Secas* constantemente para junto delas é porque seu caráter atemporal possibilita, no jogo da bifurcação, acompanhar em paralelo tanto o “espaço de experiência”

encontrada em MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago, op. cit., p. 50-55. O próprio trabalho de Miranda, desenvolvendo a ideia de “corpo escrito”, ou seja, com Graciliano sempre emprestando muito do seu eu aos personagens de ficção, e a chave explicativa de Antonio Cândido, sempre associando ficção à confissão, formam a vertente mais segura para olhar Graciliano Ramos. Digo olhar Graciliano Ramos e não sua obra, porque sempre me parece carente, para não dizer impossível, a crítica que busca tomar seus escritos como entidades independentes, assim como me parece extremamente superficiais os textos que buscam mostrar sua vida sem a presença de Luís da Silva (*Angústia*) ou João Valério (*Caetés*).

como o “horizonte de perspectiva” dos diferentes sertanejos nos primeiros cinquenta anos da República.⁸⁶

Lembremos que havia um “se” nas duas situações descritas a pouco, quando Graciliano se comparava a Fabiano. As condicionantes que lembram a existência da seca, agressiva e vitoriosa, mas não completamente destruidora, devido à base econômica dos Ramos, bem como à atmosfera do aprendizado formal, empurraram o sertanejo Graciliano para direção diversa da família sem sobrenome do romance de 1938.⁸⁷ No entanto, Graciliano acompanhou, mesmo que à distância, a vida dessa gente desprovida de teto, de conforto, de condições palpáveis à promoção de reviravolta em sua posição social. Descreveu-a com a empatia dos que reconhecem a falta de similitude, aproximando-se quando as sensações diante do meio e diante do outro lembravam-lhe certas experiências da infância que o acompanharam:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se: uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo aguentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. (grifo meu)⁸⁸

Salvo engano, esta deve ser a única passagem do romance na qual o narrador, distante, apartado daquela realidade, deixa escapar um ponto de contato com os personagens da trama: o sol ao céu apegado num abraço cárdeo e tudo o que essa imagem significa quando a sede, a fome e o isolamento não prometem termo. Vendo por esse ângulo, as injustiças, o aprendizado doloroso, os desastres vindos com a presença do outro, o mistério e a dureza das palavras, a vida assemelhada à dos animais fazem com que *Vidas Secas* finde por ter tanta força de chave explicativa dos textos graciliânos como seus livros autobiográficos ou os de

⁸⁶ Ver os dois conceitos em KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos, op. cit., p. 305-327. Para o historiador alemão, a indissociabilidade dos conceitos de experiência e expectativa, também por ele chamados de “recordação” e “esperança”, dá-se por eles serem constitutivos tanto da história quanto de seu conhecimento. Levadas a cabo no mesmo contexto, após o período de prisão, *Infância* e *Vidas Secas* são respectivamente a experiência revivida e a perspectiva denunciadora, ambas são passado e permanência, sendo que a realidade que está na última ainda encontraria equivalência durante décadas nas sucessivas edições que chegavam às prateleiras. Enquanto paroxismo das desigualdades sociais, as secas ainda estariam no horizonte do país após a morte de Graciliano, uma das grandes vergonhas da nação.

⁸⁷ Esse aspecto do distanciamento estabelecido em *Vidas Secas* ver em BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 19-50.

⁸⁸ RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 13. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

ficção escritos em primeira pessoa. Porque em praticamente todos eles pulsa o humanismo a permitir não só enxergar o outro, mas enxergar-se no outro. O próprio Alfredo Bosi, citado em nota logo acima a respeito do “distanciamento” estabelecido pelo escritor em relação aos personagens de *Vidas Secas*, reconhece que, não só no livro de 1938, mas “na obra inteira de Graciliano”, vale o processo de remoedura tanto da “percepção difícil” quanto da “relação truncada” do menino (de *Infância*) com o mundo ao seu redor.⁸⁹ É esse remoer que faz os personagens do universo graciliânico, incluindo-se o próprio escritor, passar por duras situações nesses mesmos conflitos. Nisso, através de seus escritos, insisto, inclusive os ficcionais, o autor fez de seus livros, como ele mesmo definiu, uma “demonstração de solidariedade a todos os infelizes que povoam a terra.” Mas o reconhecimento da distinção entre os “infelizes que povoam a terra” é outro traço da literatura ao mesmo tempo profunda e abrangente do escritor, atento para não se converter em panfleto o que em última instância deve ser percebido como arte, o que de modo algum, descarta a potência de interpretação do real.

2.2. Bárbara educação

A maneira como a família Ramos enfrenta a seca mais o processo rumo à obrigatória aprendizagem da leitura estão no ponto inicial da bifurcação social acima exposta. São marcas de distinção cuja efetivação deixou sulcos constantemente visitados em sua obra para relativizar o distanciamento entre os segmentos sociais, principalmente nos períodos em que o autoritarismo vogou-se despudoradamente. O modo como Graciliano descreveu tais marcas em *Infância* e o lembrar desse modo em *Memórias do Cárcere*, num breve comentário sobre o livro de 1945, levou-o a forjar o oximoro “bárbara educação”,⁹⁰ meio de promover a relativização do distanciamento acima mencionado.

⁸⁹ BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 228.

⁹⁰ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 178. Nessa passagem, Graciliano não se compara ao sertanejo pobre do Nordeste, mas a um malandro urbano, o paranaense José. De algum modo, a personagem Fabiano, enquadrada numa rígida pedagogia sem amarras visíveis, funciona como equilíbrio entre esses distanciamentos. E as ideias de rebeldia e acomodação emolduram o comparativo: “Débil, submisso à regra, à censura e ao castigo, acomodara-me a profissões consideradas honestas. Sem essas fracas virtudes, livre de alfabeto, nascido noutra classe, talvez me houvesse rebelado como José. Não me conformava com tal espécie de rebeldia. Contudo, apesar de nos dedicarmos a ofícios inconciliáveis, a autoridade não nos diferenciava.”

Uma das primeiras lembranças registradas em *Infância* está relacionada tanto à aprendizagem da escrita quanto à da mudança para o sertão, onde a seca iria deixar em situação periclitante o comerciante disfarçado em fazendeiro:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutro posterior, julgá-lo-ia sonho.

[...]

A sala estava cheia de gente. Um velho de barbas longas dominava uma negra mesa, e diversos meninos, em bancos sem encostos, seguravam folhas de papel e esgoelavam-se:

– Um *b* com um *a* – *b*, *a*: *ba*; um *b* com um *e* – *b*, *e*: *be*.

Assim por diante, até *u*. Em escolas primárias da roça ouvi cantarem a soletração de várias maneiras. Nenhuma como aquela, e a toada única, as letras e as pitombas convencem-me de que a sala, as árvores, transformadas em laranjeiras, os bancos, a mesa, o professor e os alunos existiram. Tudo é bem nítido, muito mais nítido que o vaso. Em pé junto ao barbado, uma grande moça, que para o futuro adquiriu os traços de minha irmã natural, tinha nas mãos um folheto e gemia:

– A, B, C, D, E.

[...]

Disseram-me depois que a escola nos servira de pouso numa viagem. Tínhamos deixado a cidadezinha onde vivíamos, em Alagoas, e entrávamos no sertão de Pernambuco, eu, meu pai, minha mãe, duas irmãs.⁹¹

De certo modo, as palavras iniciais do livro são a base do registro da formação de um escritor nascido num terreno hostil ao desenvolvimento da criação literária, longe dos grandes centros, numa família de poucos recursos escolares, que contava apenas com a ambição de vencer nos negócios. Particularidades da memória, uso da imagem, uma “espécie de pintura”, na definição de Paul Ricœur:⁹² o vaso, a grande mesa negra, o velho professor de barbas longas, nelas cabendo todo o século XIX. Graciliano escolheu como primeira lembrança esse contato efêmero com o universo da cultura letrada para, logo em seguida, arrolar as personagens que o acompanhariam em seus primeiros anos no sertão, num ambiente onde – palavras do autor – desenvolveu-se como um “pequeno animal”: o pai, forte, autoritário e de “fala tremenda”; a mãe, inquieta, ranzinza e colérica; Amaro, vaqueiro, caboclo triste e roto, uma espécie de Fabiano; sinhá Leopoldina, cozinheira e companheira de Amaro, fumava cachimbo, tal qual sinhá Vitória; José Baía, alegre e benfazejo, despido da armadura para o vaquejo, o primeiro amigo de

⁹¹ RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, s/d., p. 8-9. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

⁹² RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 36.

Graciliano, ensinando-lhe cantigas dos vaqueiros e mostrando-se como variante naquele universo de zanga, trabalho e violência.⁹³

A precisão no delineamento das pessoas presentes em seus primeiros anos se contrasta com a vagueza do cenário, melhor ainda, com certa onipresença fantasmagórica do meio, fidelidade aos princípios que nortearam sua obra ficcional e, sobretudo, fidelidade à estratégia usada em *Vidas Secas*. Um dos primeiros capítulos de *Infância*, ‘Verão’, traz a seca como um fenômeno natural que altera o destino dos homens e agudiza as desigualdades sociais:

Desse antigo verão que me alterou a vida restam ligeiros traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade. Sem dúvida as árvores se despojaram e enegreceram, o açude estancou, as porteiras dos currais se abriram, inúteis. É sempre assim. Contudo, ignoro se as plantas murchas e negras foram vistas nessa época ou em secas posteriores, e guardo na memória um açude cheio, coberto de aves brancas e de flores. [...] Certas coisas existem por derivação e associação; repetem-se, impõem-se – e, em letra de fôrma, tomam consciência, ganham raízes. Dificilmente pintaríamos um verão nordestino em que os ramos não estivessem pretos e as cacimbas vazias. Reunimos elementos considerados indispensáveis, jogamos com eles, e se desprezamos alguns, o quadro parece incompleto.

O meu verão é incompleto. O que me deixou foi a lembrança de importantes modificações nas pessoas. [...] Findaram as longas conversas no alpendre, as visitas, os risos sonoros, os negócios lentos; surgiram rostos sombrios e rumores abafados. [...]

Pela primeira vez falaram-me no diabo. É possível que tenham falado antes, mas foi aí que fixei o nome deste espírito: sem conhecê-lo direito, soube que ele andava solto nos redemoinhos que varriam o pátio, misturado a folhas e garranchos.

Um dia faltou água em casa. Tive sede e recomendaram-me paciência.

[...]

Espanto, e enorme, senti ao enxergar meu pai abatido, na sala, o gesto lento. Habituará-me a vê-lo grave, silencioso, acumulando energia para gritos medonhos. Os gritos vulgares perdiam-se; os dele ocasionavam movimentos singulares: as pessoas atingidas baixavam a cabeça, humildes, ou corriam a executar ordens. Eu era ainda muito novo para compreender que a fazenda lhe pertencia. Notava diferenças entre os indivíduos que se sentavam nas redes e os que se acocoravam no alpendre. O gibão de meu pai tinha diversos enfeites; no de Amaro havia numerosos buracos e remendos. [...] Os caboclos se estazavam, suavam, prendiam arame farpado nas estacas. Meu pai vigiava-os, exigia que se mexessem desta ou daquela forma, e nunca estava satisfeito, reprovava tudo, com insultos e desconchavos.⁹⁴

A longa citação é necessária porque encerra elementos cruciais da literatura graciliânica: os mecanismos da memória; o resultado da escrita como pesquisa, portanto o reconhecimento da indissociabilidade com a dialética dos tempos; a

⁹³ *Infância*, p. 9-10.

⁹⁴ *Infância*, p. 23-26.

ratificação da escolha pela superação do meio e o fincamento da observação social; e, mais pontualmente, o chamamento ao esforço da compreensão das disparidades sociais, ao mostrar a alienação das massas quanto ao processo de aquisição e manutenção da propriedade representada na ingênua curiosidade da criança que, ainda não compreendendo que a fazenda pertencia ao pai, notava na exclusividade do uso das redes e nos enfeites do gibão elementos distintivos, atribuindo a isso a raiz da fortaleza de seu grito, capaz de fazer com que todos abaixassem a cabeça e corresse a executar suas ordens. O proprietário agigantava-se diante das outras criaturas, dele inclusive, filho e herdeiro do patrão.

O extremo do poder discricionário do pai é, sem dúvida, o caso do cinturão, que ganhou um capítulo inteiro em *Infância*. Graciliano qualifica o caso como o primeiro contato que teve com a justiça. O pai dormia na rede, acorda e reclama o sumiço do cinturão: “Onde estava o cinturão? Eu não sabia, mas era difícil explicar-me: atrapalhava-me, gaguejava embrutecido, sem atinar com o motivo da raiva.” O que atordoava a criança, além da angústia de saber a rotina do cenário que a dominava, era não saber o real porquê da acusação e do ataque colérico. A ação do pai, inquiridora e ao mesmo tempo punitiva, dirigia uma típica cena de diálogo de surdos como as muitas que marcaram o contato do recente poder republicano com a população seja de grandes cidades ou dos rincões do país: de um lado, a massa, impedida de explicação e defesa, seja dispersa, como na Revolta da Vacina, em 1904, seja uníssona, como em Canudos, em 1897, é apanhada de surpresa num cenário de mudança e promessas, sem compreender ou aceitar o que lhe é imposto, é enquadrada, pagando na pele qualquer ousadia de desvio ou desmando; do outro, o Estado constituído, sua planificação e autoridade para a reprimenda, a impaciência por não serem suas metas devidamente entendidas e, portanto, prontamente atendidas, a consequência é o arroubo da violência diante do outro a quem julga representar, mas que no fundo simplesmente não encontra nele o eco das próprias palavras:

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que eu a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça. Nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira.

[...]

Onde estava o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo.

[...]

O suplício durou bastante, mas, por muito prolongado que tenha sido, não igualava a mortificação da fase preparatória: o olho duro a

magnetizar-me, os gestos ameaçadores, a voz rouca a mastigar uma interrogação incompreensível.⁹⁵ (grifo meu)

No início do capítulo, Graciliano indica que o maior perigo do uso da violência por quem exerce o poder está no processo de interiorização que passa a atuar sobre o outro: a criança, impossibilitada de enxergar para além da vontade dos pais, assume como natural o castigo: “batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.”

Praticamente todo o livro é atravessado por esse travo que a injustiça deixa por onde passa, servindo, como bem definiu Érica Garcia, de “*topos* privilegiado para tratar da opressão”,⁹⁶ como no caso de Venta Romba, um velho mendigo de Viçosa que adentrou a casa dos Ramos e assustou d. Maria Amália. À época, Sebastião Ramos, que “nada percebia de lei”, aceitara “sem nenhum escrúpulo” a oferta de emprego de juiz substituto. Graciliano aponta a aceitação da capacidade de julgar repentinamente adquirida pelo pai como o desembocar de uma tendência delineada por práticas que o aparentava a senhores de engenho, por votar na “chapa do governo”, por merecer a “confiança do chefe político”. Venta Romba sairia do incidente escoltado por soldados a mando de Sebastião Ramos que exercendo o poder recém-adquirido não lhe aceitava as desculpas enviesadas. Passaria uma noite na cadeia, tal qual Fabiano, que diferente do velho mendigo tinha força suficiente para vislumbrar uma entrada no cangaço que lhe permitiria vingança sangrenta, o que acaba por não acontecer. Graciliano encerra o capítulo sobre Venta Romba de modo semelhante ao que fizera no caso do cinturão: deixa transparecer que há um sustentáculo para essas injustiças, insinuando que a figura do pai funciona como catalisador do sistema político-econômico excludente e injusto. A diferença é que agora, criança mais crescida, vendo a manifestação da injustiça que sofrera espalhar-se nos usos naturalizados de uma autoridade adquirida, como acontece com Fabiano diante do Soldado Amarelo que o espanca e prende, Graciliano pôde tomar atitudes, respaldado nas marcas do aprendizado doloroso:

⁹⁵ *Infância*, p. 29-32. Episódios semelhantes ao do cinturão estão em *Vidas Secas* e *São Bernardo*. Serão trazidos para este estudo no sétimo capítulo. Especificamente sobre o caso do cinturão, ver o interessante artigo: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda, VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 111-121.

⁹⁶ GARCIA, Érica de Lima Melo. *A experiência da infância em Graciliano Ramos*. 2012. 184 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 34.

“mais tarde, quando os castigos cessaram, tornei-me em casa insolente e grosseiro – e julgo que a prisão de Venta Romba influiu nisso. Deve ter contribuído também para a desconfiança que a autoridade me inspira.”⁹⁷

A ideia de continuidade da atmosfera patriarcal pode ser representada também noutro personagem da ficção graciliânica, s. Ribeiro, patente de major que na época do Império gozava de prestígio em sua localidade. Na trama de *São Bernardo*, o contador da fazenda funciona como ponte entre o século XIX imperial e o XX republicado, funcionando também como um dos elementos que afirmam Paulo Honório, o dono da São Bernardo, como um homem de dois tempos: empreendedor e conservador, capaz de instalar na fazenda maquinários modernos e fazer uso da pistolagem para resolver contendas com vizinhos. Diz seu Ribeiro sobre as transformações na economia e política promovidas pela república:

No tempo de d. Pedro, corria pouco dinheiro, e quem possuía um conto de réis era rico. Mas havia fartura, a abóbora apodrecia na roça. Mamona, Caroço de algodão não tinham valor. Com a proclamação da república ficaram custando os olhos da cara. Por isso eu digo que essas mudanças só servem para atrapalhar a vida. A estrada de ferro...⁹⁸

A imagem das abóboras apodrecendo também aparece em *Infância*, quando o menino fala do período de inverno vivido na fazenda Pintadinho, no limiar da República. Ela serve para montar uma atmosfera de isolamento e mostrar a decadência de um modelo econômico cujo pai, filho de pai falido, experimentaria depois. Mas a melhor definição do *modus vivendi* da família Ramos, microuniverso das relações sociais do período, está na recordação de Graciliano registrada pelo filho Ricardo, ao indagar-lhe sobre o avô:

Meu pai não era velho, era antigo. Queria ser respeitável, poderoso e nisso ele se afastava. Sempre dividido. Empreendedor, aberto a novidade, ao progresso, e pagando a Lampião o esquecimento de suas fazendas, alegando a proteção de minhas irmãs. Eu gostava de um lado, me danava com o outro. [...] Só me dá pena que ele não tenha lido *São Bernardo*.⁹⁹

De certo modo, o livro de memórias compreende o rol temático que aparece no conjunto de sua obra até então, o qual se pode empregar a imagem da rosácea

⁹⁷ *Infância*, p. 217-224.

⁹⁸ RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 130. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

⁹⁹ RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado, op. cit., p. 24-25. *Infância* é lançado após a morte dos pais: Sebastião Ramos morreu em 1934 e Maria Amália, em 1943.

que Candido atribui especificamente a *Vidas Secas*: as relações patrão/empregado, poder institucional/população, meio físico/população, poder econômico/miséria, modernidade/tradição, vida prática/literatura, enquadramento/desvio social. No centro, que emana e colhe força dos temas recorrentes em órbita, está a condição de escritor, caminho que acabou por seguir, separando-se definitivamente da vereda que o levaria a ser um Fabiano ou um Paulo Honório.

Graciliano mostra que o menino tinha dois modelos a seguir: o avô materno, figura que de certo modo abarcava as intenções de seu pai; e o avô paterno, símbolo do desvio e da estranheza.

O primeiro foi mais presente na vida do menino com constantes visitas, era a promessa da riqueza e da prosperidade, da vida prática atravessada por livros-conta e negócios, do trabalho sobre coisas que se pode tocar e vender findo o dia: “não desperdiçava tempo em cantiga nem se fatigava em miuçalhas.” O segundo, figura vaga cuja presença era “um retrato desbotado no álbum que se guardava no baú”, fora senhor de engenho, mas “enganado por amigos e parentes sagazes” passou o resto da vida a depender dos filhos. Era bom músico, cantor e artesão, fabricando urupemas caprichadas, as quais ninguém dava maior importância. Segundo Graciliano, esse avô talvez lhe tivesse legado “a vocação absurda para as coisas inúteis”¹⁰⁰ – a mesma visão pessimista sobre o próprio ofício que Graciliano imprimiria em *Memórias do Cárcere*, como consta numa das epígrafes que abrem a primeira parte deste estudo. O interessante é que a declaração remonta à infância, formando-se uma corrente que vai dessa obra monumental que encerra sua carreira até o primeiro conto, mirrado, não chegando a duzentas palavras e de um pateticismo rasteiro. Na descrição desse avô fracassado, o autor das memórias abre uma senda por onde percorre primeiramente a característica geral do velho filigranista que aos poucos dá lugar ao depoimento do escritor diante dos espinhos de sua arte:

Tinha habilidade notável e muita paciência. Paciência? Acho agora que não é paciência. É uma obstinação concentrada, um longo sossego que os fatos exteriores não perturbam. Os sentidos esmorecem, o corpo se imobiliza e curva, toda a vida se fixa em alguns pontos – no olho que brilha e se apaga, na mão que solta o cigarro e continua a tarefa, nos beijos que murmuram palavras imperceptíveis e descontentes. Sentimos desânimo ou irritação, mas isto apenas se revela pela tremura dos dedos, pelas rugas que se cavam. Na aparência estamos tranquilos. Se nos falarem nada ouviremos

¹⁰⁰ *Infância*, p. 18 e 19.

ou ignoraremos o sentido do que nos dizem. E como há frequentes suspensões no trabalho, com certeza imaginarão que temos preguiça. Desejamos realmente abandoná-lo. Contudo gastamos uma eternidade no arranjo de ninharias, que se combinam, resultam na obra tortuosa e falha. Meu avô nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém, diversos, E a carência de mestre não lhe trouxe desvantagem. Suou na composição das urupemas.¹⁰¹

Sergio Miceli chama esse processo que culmina no ofício de escrever “processo de feminização”, que está profundamente associado à decadência financeira da família do escritor e que o levará a uma postura adversa da que tiveram seus pais no tocante à propriedade ou a “estratégias de sobrevivência material.” Em defesa da tese que une decadência financeira da família dos intelectuais e a formação dos quadros de servidores públicos na primeira metade do século XX, a exposição do quadro sociológico que abarca diferentes escritores talvez tenha deixado de fora o que é desvio ou o que de algum modo relativizaria a afirmação do sociólogo:

seja qual for a variante em que se enquadra cada um dos casos, os futuros cronistas da falência de sua própria classe encontram-se impedidos de reproduzir a posição social paterna, a não ser no espaço da reconstrução literária.¹⁰²

Tendo a concordar somente em parte com Micelli. O determinismo do “impedimento” é talvez o que mais deixa Graciliano em posição estranha na conclusão a que chega o sociólogo. Antes de escrever *Caetés*, seu autor trabalhou dos dezoito aos vinte e dois anos na loja do pai e dos vinte e três aos trinta e oito ficou à frente dos negócios da família em Palmeira dos Índios.¹⁰³ Com *Caetés* já escrito e várias crônicas publicadas, o comerciante acumulou em seus afazeres o cargo de prefeito da supracitada cidade. Portanto, o escritor, o intelectual que já estava delineado quando passa a trabalhar para o Governo do Estado e para o Governo Federal, a partir dos anos 1930, não estava necessariamente “impedido” de reproduzir a posição social paterna. É preciso considerar vários fatores para o distanciamento de sua trajetória em relação à trajetória do pai, dentre eles eventos

¹⁰¹ *Infância*, p. 18-19. Esse trecho traz o que Candido chama de “chave de vocação”, e é um dos pontos em que a associação com os personagens escritores pode ser feita. Ela será mais bem discutida no quinto capítulo, que trata do poder da palavra e o lugares ocupados por quem a domina.

¹⁰² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 169-182.

¹⁰³ Ver sobre os dezenove anos em que se dedica à loja de tecidos e armarinho em LIMA, Valdemar de Sousa. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*, op. cit., p. 55-68.

históricos e suas implicações, como a Revolução de 1930, ou ainda, as leituras sobre o pensamento socialista e filosofia.¹⁰⁴

Por outro lado, realmente se pode dizer que a escrita de Graciliano acompanha a decadência, ou melhor, os altos e baixos dos negócios do pai, que representam os resultados tanto de impacto dos fenômenos atmosféricos quanto da dinâmica da economia, paulatinamente mais sofisticada, ou seja, moderna e global, seguindo a lógica do capital em substituir práticas arcaicas por novas, quando se visa à eficiência e à competitividade. E é realmente junto aos afazeres da mãe, nas brincadeiras da meninice, que Graciliano dá os primeiros passos rumo à curiosidade literária, manifestada em inquérito quase infinito sobre o significado de uma palavra, no caso, o menino de seis anos queria saber da mãe o que era “inferno” – igual curiosidade sobre a mesma palavra tem o Menino Mais Velho de *Vidas Secas*, que no gosto dos pais, ao fim do livro, deveria frequentar a escola. A diferença básica entre as duas crianças está nas condições materiais que cada família tinha para alimentar essa curiosidade. Na organização de *Infância*, o capítulo ‘Inferno’ sucede a ‘O Fim do Mundo’, que por sua vez vem depois de ‘Padre João Inácio’. E está um pouco antes da parte dedicada ao aprendizado regular das letras. Exponho essa organização porque ela compõe um interessante caminho que pretendo discutir.

Padre João Inácio é mostrado como uma figura temida, que o menino não compreendia plenamente, mas o escritor que rememora completa-lhe a figura, ao falar de outros poderes, diferentes dos “sobrenaturais” que tanto assustavam a criança, pois, apesar de pobre e cheio de dívidas, o padre era o líder de um partido político, tendo ainda por sobrenome Albuquerque, família poderosa do Pernambuco de então. A presença ameaçadora do religioso fazia o menino desejar saber a oração da cabra-preta, palavras que o deixariam invisível e permitiriam chegar-se ao padre e olhá-lo de perto. O capítulo ‘O Fim do Mundo’ é todo desenvolvido a partir da leitura de “folhetos de capa amarela, publicação dos salesianos”, que a mãe passou a ler regularmente após se cansar de um romance lacrimoso de quatro volumes. Dos folhetos que chegavam regularmente pelo correio, veio a notícia da passagem de um cometa na virada do século que poderia destruir a vida na terra. O

¹⁰⁴ Uma lista das leituras sobre o Socialismo, o Evolucionismo e História pode ser vista em RAMOS, Graciliano. Carta 08, 08-02-1914. In *Cartas*, p. 23-24. Há pistas da leitura d’*O Anticristo*, de Nietzsche, na Carta 26, 24-05-1915. In *Cartas*, p. 56-57. Muito provavelmente, foi Fernando Cristóvão quem primeiro percebeu o uso das palavras do filósofo alemão por Graciliano, numa tentativa deste de explicar sua postura ateia para o pai. Cf. CRISTÓVÃO. Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, op. cit., p. 219.

desespero abateu-se sobre a mulher, levando ao paroxismo seus humores que já eram confusamente pendulares. O menino contesta a mãe, dizendo que Deus não tinha poder para matar padre João Inácio daquele jeito. Foi aos poucos acalmando a mãe, diminuindo o exagero das imagens de incêndio, de desmoronamento, enfim, transformando em irrealismo a profecia anunciada no folheto. *Inferno* é um pouco a junção dos dois tópicos anteriores: a curiosidade do menino abarca tanto o que há de escatológico no capítulo anterior, pois faz emergir na explicação da mãe imagens de fim de vida, quanto o que há de sobrenatural, o impossível que vem à tona graças à magia. A tentativa de tornar compreensível o inferno levou a mãe a adotar figuras conhecidas do menino: fogueiras de São João e tachos de breu derretido, bem como a clássica imagem dos demônios com rabo e chifres. Desconfiando de tudo, o menino exige o relato pormenorizado de uma testemunha ocular, fosse a própria mãe, que repetia o que Padre João Inácio lhe dissera, fosse o próprio padre, que teria ido lá primeiro. A desconfiança e a insinuação terminaram em chineladas. E Graciliano, mais uma vez, mostra do que a Literatura, ou certo tipo de Literatura, pode se alimentar: “ainda não me havia capacitado de que se descrevem perfeitamente coisas nunca vistas.”¹⁰⁵

Além de dados da trajetória da família Ramos e do próprio escritor, Miceli usa como fonte quase tão somente o mesmo *Infância*, de onde vêm esses trechos acima. No cotejo dos capítulos, percebe-se que a atmosfera da fantasia (o padre com poderes sobrenaturais, o fim dos tempos e os demônios imunes ao breu escaldante), bem como a atmosfera do belo artificial e distante do romance em quatro volumes, que contava uma história de amor dramática, nada disso prende o menino ou lhe dá algum alento diante ao fato de viver praticamente entre a casa e a venda. A leitura e, por conseguinte, a Literatura, na maneira como Graciliano as apresenta usando esses contatos iniciais do menino como termômetro, são elas, respectivamente, sinônimos de caminho que leva à mentira e a própria mentira. Nesse caminho, várias balizas assumem a forma do padre João Inácio. E apesar de o pequeno mais tarde flertar com a ideia de ser padre, fase não tão rara entre os meninos, mas que Miceli lança forte luz no endosso da teoria da feminização, será o aprendizado da Literatura e sua lenta transmutação de caminho da mentira para caminho da verdade o que forjará o espírito de escritor, espírito esse que durante toda a vida será testado e retestado pelo próprio Graciliano.

¹⁰⁵ *Infância*, p. 57-74.

Assim, será no comércio do pai, na vila de Buíque, em Pernambuco,¹⁰⁶ a partir de iniciativa movida por senso de utilitarismo (e com desastrosa estratégia pedagógica) que Graciliano aprenderá que as palavras são armas. E será, em alguns anos depois, na clausura de uma biblioteca da cidade de Viçosa, em Alagoas,¹⁰⁷ que a Literatura se mostrará como um mundo onde as realidades se rivalizam, e não será no ambiente da casa ou na companhia dos padres. Graciliano passará ainda pela escola, como acontece com qualquer sertanejo do período que não foi completamente destruído pela seca ou vive numa pobreza extrema e vigiada, à sombra de um coronel de fazenda.

Em ‘Leitura’, começa o frágil desenho desse entendimento, quando ao menino é mostrada a associação imediata que existe entre poder e leitura, muito embora, desse primeiro contato, o que impere seja certo ceticismo, e nos contatos seguintes, em sessões de alfabetização observadas por um porrete que o pai deixava a um canto, o que ficava era a sensação de pavor.

No balcão da loja, o pai apontava-lhe objetos e dizia as suas utilidades, o menino pergunta-lhe sobre uns “cadernos de capa enfeitada” que estavam na prateleira.

Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis. Isto me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores incrédulos.

Aí meu pai me perguntou se eu não desejava inteirar-me daquelas maravilhas, tornar-me um sujeito sabido como Padre João Inácio e o advogado Bento Américo. Respondi que não, Padre João Inácio me fazia medo, e o advogado Bento Américo, notável na opinião do júri, residia longe da vila e não me interessava. Meu pai insistiu em considerar esses dois homens como padrões e relacionou-os com as cartilhas da prateleira.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Como dito antes, a seca arruína os planos de Sebastião Ramos, que se muda da fazenda para a vila de Buíque. Já desmembrada de Garanhuns, só se tornaria cidade em 1904. Hoje, com mais de cinquenta mil habitantes, a cidade, basicamente agrária, começa a se destacar como ponto turístico devido a formações rochosas que renderam aparição em vários filmes nacionais.

¹⁰⁷ A cidade onde Graciliano morou dos sete aos treze anos saiu da condição de vila no mesmo ano do nascimento do escritor, 1892. Terra típica da zona da mata, foi habitada primeiramente pelos caetés, que lutavam constantemente contra outros índios na disputa por sua terra fértil e recursos naturais, como cursos d’água. O território de Viçosa sofreu várias alterações, com muitos de seus distritos se emancipando, inclusive Quebrangulo, onde Graciliano nasceu. Em fins do século XIX, quando a família de Sebastião Ramos chegava à cidade, o município contava cerca de quarenta mil habitantes, hoje, de acordo com o IBGE, sua população é de aproximadamente vinte e seis mil. Foi em Viçosa que nasceu Octávio Brandão, comunista de primeira hora, responsável por uma das primeiras traduções brasileiras do *Manifesto Comunista*. É em Viçosa onde se passa a trama de *São Bernardo*.

¹⁰⁸ *Infância*, p. 95.

A impaciência do pai, que resultava em desespero no menino, emperrou o processo e levou-o ao caminho lógico: a escola. Alfabetizou-se com a ajuda de D. Maria, lembrada com carinho. Logo depois vieram as lições do Barão de Macaúbas – o educador Abílio César Borges (1824-1891), diretor do Colégio Abílio, o ateneu onde se passa o triste romance de Raul Pompeia (1863-1895), de 1888.

Da experiência com o Barão de Macaúbas, Graciliano extraiu valiosa lição sobre educação infantil e a carregou por toda vida: o respeito aos limites da faixa etária. O Barão e sua crestomatia maltratavam-lhe com pesadas páginas de contos infantis nos quais passarinhos, moscas e aranhas conversavam, utilizando termos difíceis e superficiais, “adjetivos escolhidos no dicionário”, que a uma criança de sete anos nada cativam e, portanto, pouco ensinam. A descoberta de que aquela tortura era dividida em três tomos de grosso volume levava o pequeno Graciliano a acreditar que ao menos o terceiro volume seria palatável, que por recaída do autor haveria alguma coisa boa para o final. Engano. O volume sobre pontuação era tão difícil, enfadonho e misterioso que a única associação possível a ser feita era que em grau de mistério aquilo se assemelhava às lições do catecismo. Mas o pior ainda estaria por vir:

Foi por esse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha, da pontuação. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao Barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto.¹⁰⁹

O duro processo de alfabetização e as experiências da primeira fase escolar foram compensados somente em parte após a mudança para Viçosa. O pai continuava no ramo dos tecidos e armarinho, mas ampliando-o após firmar sociedade com um proprietário de engenho local. Na escola, não era apenas o Barão de Macaúbas o responsável pela apatia dos alunos. No entanto, havia escolas diferentes, aparentemente inalcançáveis a Graciliano, fosse pela escolha dos pais, que não depositavam nele confiança suficiente para enfrentar um

¹⁰⁹ *Infância*, p. 120-121. O primeiro registro do estrago causado pelas lições de Abílio Borges está em crônica de 1921: “voto ao muito ilustre educador Abílio Borges uma profunda aversão. Nunca perdorei àquelas barbaças as horas atrozes que passei a cochilar em cima de um horrível terceiro livro que malvados me meteram entre as unhas.” *Linhas tortas*, p. 68.

estabelecimento mais desafiador, fosse porque era caro. Isso não fica claro em *Infância*, mas arriscaria dizer que era por julgarem-no incapaz.

Aos nove anos, eu era quase analfabeto. E achava-me inferior aos Mota Lima, nossos vizinhos, muito inferior, construído de maneira diversa. Esses garotos, felizes, para mim eram perfeitos: andavam limpos, riam alto, frequentavam escola decente possuíam máquinas que rodavam na calçada como trens. Eu vestia roupas ordinárias, usava tamancos, enlameava-me no quintal, falava pouco.

A inveja registrada tantos anos depois é plenamente compreendida quando se confronta a expressão “escola decente”, a que os Mota Lima frequentavam, com a descrição da escola frequentada por Graciliano, em Viçosa:

Na minha escola de ponta de rua, alguns desgraçadinhos cochilavam em bancos estreitos e sem encosto, que as vezes se raspavam e se lavavam. Nesses dias nós nos sentávamos em madeira molhada. A professora tinha mãe e filha. [...]

D. Agnelina rezingava com a filha por questões de namoro e, em caso de necessidade, administrava-lhe corretivos. Uma vez discutiram a respeito da palavra *auréola*, que surgiu na minha seleta. A moça acertou, mas D. Agnelina, debruando um vestido, julgou *auréola* equivalente a *debrum*, estirou o beijo e, depois de hesitar, misturando baixinho *auréola* com *ourela*, recomendou-me que, para evitar dúvidas dissesse *aureóla*.

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me mataram. Abandonei os cadernos e as *auréolas*, não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler.¹¹⁰

Aos poucos, clarões foram se abrindo e dando esperança ao menino que julgava as batalhas da leitura e da escrita já perdidas. Episódios como o pedido do pai para Graciliano ler-lhe um conto de aventura: “um casal com filhos andava numa floresta, em noite de inverno, perseguido por lobos”, e a inesperada paciência ao dar-lhe dicas sobre o entendimento do enredo; depois, a contratação de um professor particular que, com boa dicção e rigorosa disciplina, marcou profundamente o menino ao ensinar-lhe os meandros da linguagem escrita a partir da pronúncia correta do nome Samuel Smiles, autor de histórias moralistas, provavelmente o pioneiro da autoajuda; e o primeiro texto do qual Graciliano se tornaria admirador, *O menino da mata e seu cão piloto*,¹¹¹ livro que lera somente parte, pois fora proibido pela prima, pois seu autor era protestante, sendo que a

¹¹⁰ *Infância*, p. 187-188.

¹¹¹ *Infância*, p. 187-188; 193-197; 199-203.

brochura ainda incutiu-lhe o hábito de consultar dicionários. Esses três eventos apresentaram ao futuro escritor uma rota da qual ele não pôde mais se desvencilhar, a de leitor voraz; apresentaram também o gosto pela criação e pela escrita, embora dele às vezes Graciliano viesse a se afastar e até mesmo querê-lo nulo.

Mas as duas fases mais significativas na formação do menino Graciliano foram a convivência mediada por livros com o tabelião Jerônimo Barreto e a incursão na escrita, guiada pelo literato Mário Venâncio, seu primeiro mentor.

O encantamento proporcionado pela leitura inacabada d' *O menino da mata e seu cão piloto* despertou em Graciliano um desejo incontável por leitura. Um dia, o menino de dez anos tomou coragem e foi pedir a Jerônimo Barreto acesso à biblioteca particular do tabelião. O homem colocou em suas mãos *O Guarani*. Num primeiro momento, as grandes barbas do escritor cearense foram associadas às do Barão de Macaúbas, mas o temor foi vencido e vieram outros: Joaquim Manoel de Macedo, Júlio Verne e Ponson Du Terrail (com seu Rocambole). À medida que os meses iam passando, as estantes de Jerônimo Barreto foram se tornando íntimas e vencidas.

Paralelo a esse movimento de abertura de novos mundos, novas épocas, outras possibilidades proporcionados pela Literatura, houve a retração e o isolamento, o que Dênis de Moraes tão bem definiu como a alteração de seu metabolismo interior provocada por febre literária.¹¹² Nessa época, Graciliano deixa as escolas primárias e passa a frequentar um colégio. As disciplinas escolares o enfadavam, menos as que ele podia fazer associação com os mundos que passara a frequentar nos romances e contos de aventura. Geografia e História passaram a ser vistas pelo filtro da Literatura, os lugares e os personagens históricos ganhando nova cor e mais proximidade. Contudo, o epíteto de esquisito cola-se a Graciliano, o mundo a seu redor passa a ser compreendido literariamente: “a existência comum se distanciava e deformava; conhecidos e transeuntes ganhavam caracteres das personagens de folhetim.”¹¹³

Mário Venâncio aparece na vida de Graciliano por duas vias: a partir da fama de literato, homem envolvido em eventos culturais como teatro e recitação; depois, como professor substituto de Geografia do Internato Alagoano.

¹¹² MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, *op. cit.*, p. 30.

¹¹³ *Infância*, p. 215-216.

Agente dos Correios, Venâncio não era de Viçosa, sendo bastante pobre, além de ter maneiras e aparência exóticas. Não demoraria correr de boca em boca a notícia que “havia chegado à terra um literato.” Descreve-o Graciliano:

Vi-o de longe, rápido e miúdo, o rosto fino como focinho de rato, modos de rato [...]. E alguém afirmou na loja que estava ali um sujeito profundo, colaborador de jornais, autor de livros, o diabo. As maneiras esquivas e torcidas exprimiam vida interior, desprezo ao senso comum, inspiração de poeta. Em geral os poetas tinham aparência maluca e usavam cabelos assim compridos, escondendo as orelhas.¹¹⁴

Na aula de Geografia, os mapas foram aos poucos sendo substituídos pela ideia de fundar um periódico do colégio. Somente Graciliano e um primo mantiveram-se agarrados ao plano. Assim, surgiu *O Dilúculo*, periódico quinzenal com tiragem de duzentos exemplares impressos em Maceió, tendo no menino Graciliano um dos responsáveis pela redação, a qual funcionava na agência do correio, juntando membros da escola dramática e da Instrutora Viçosense, que era, pelas atividades arroladas por Graciliano, uma espécie de academia de letras local. N' *O Dilúculo*, aos 24 de junho de 1904, Graciliano estreia com *O pequeno pedinte*, conto que, segundo o autor, apareceu no jornal pouco assemelhado ao original, pois fora revisado e praticamente refeito por Mário Venâncio, saindo assim cheio de “arrebiques e interpolações”:

Tinha oito anos!

A pobrezinha da creança sem pai nem mãe, que vagava pelas ruas da cidade pedindo esmolas aos transeuntes caridosos, tinha oito anos.

Oh! Não ter um seio de mãe para afagar o pranto que existe no seu coração!

Pobre pequeno mendigo!

Quantas noites não passára dormindo pelas calçadas expostas ao frio e á chuva, sem o abrigo de tecto!

Quantas vergonhas não passára, quando, ao estender a pequenina mão, só recebia a indiferença e o matejo!

Oh! Encontram-se muitos corações brutos e insensíveis!

É domingo.

O pequeno está á porta da igreja, pedindo, com o coração amargurado, que lhe dêem uma esmola pelo amor de Deus.

Diversos indivíduos demoram-se para depositar uma pequena moeda na mão que se lhes está estendida.

Terminada a missa, volta quasi alegre, porque sabe que naquella dia não passará fome. Depois veem os dias, os meses, os annos, cresce e passa vida, enfim, sem tragar outro pão a não ser o negro pão amassado com o fel da caridade fingida.¹¹⁵

¹¹⁴ *Infância*, p. 223-226;

¹¹⁵ RAMOS, Graciliano. *O Pequeno Pedinte*. In *O Dilúculo*, Viçosa-Al, 24 jun. 1904.

Não obstante o texto em nada lembrar o que escreveria a partir dos vinte anos, é preciso fazer duas observações sobre *O pequeno pedinte*: a primeira é que ele guarda fidelidade a certa preferência surgida em Graciliano desde a leitura d'*O menino da mata e seu cão piloto*, qual seja, a da criança abandonada, que pode perfeitamente ser observada, no conjunto da obra, em personagens que se veem deslocadas, marginais e desconfiadas da sociedade, mesmo quando alguns pequenos êxitos as deixam “quase alegres”; a segunda é que a convivência com Mário Venâncio e sua experiência como escritor, crítico e editor mirim deram ao menino a noção do universo literário, ajudando-o a enxergar seus próprios limites. Próximo ao fim da vida, diante de um conto escrito pela irmã Marili, Graciliano escreve-lhe, expondo sua opinião e dando-lhe alguns conselhos, recomendando à irmã que não tente escrever o que não tem condições de viver como experiência: “A Literatura é uma horrível profissão, em que só podemos principiar tarde; indispensável muita observação. Precocidade em Literatura é impossível: isto não é música, não temos gênios de dez anos.”¹¹⁶ O menino Graciliano parece ter sentido esse impedimento, afinal alternava o trabalho na redação com a saciedade de apelos infantis com a leitura de aventuras de capa e espada. Embora honesto, o drama n'*O pequeno pedinte* não é realista, pelo menos não no grau de profundidade que Graciliano passaria a enxergar o Realismo.

Mário Venâncio também exerceu o importante papel de ser facilitador da aproximação entre Graciliano e os catálogos da Editora Garnier e da Francisco Alves. Os títulos eram adquiridos com economias feitas a partir do furto de moedas da loja do pai, auxiliando-o numa maior aproximação com a Literatura do século XIX e início do XX. Nessa época, inicia-se o contato com as obras de Machado de Assis, Anatole France, Walter Scott, Balzac, que se juntaram as de Aluísio Azevedo, Victor Hugo (1802-1885), Daniel Defoe (1660-1731), já íntimas do menino em encontros na biblioteca do tabelião ou na da Instrutora Viçosense.

O Dilúculo morre de inanição em 1905. No ano seguinte, vindo de Maceió em período de recesso do internato, Graciliano ajuda a editar um novo jornal, que começa a circular em Viçosa novamente incentivado por Mário Venâncio, é o *Echo Viçosense*, que tinha a novidade do olhar mais voltado para as questões da terra. Dura apenas quinze dias, dois números. A última notícia é sobre o suicídio de seu idealizador, que antes de morrer vaticinara o destino literário de Graciliano. Esse

¹¹⁶ Carta 111, 23-11-1949. In *Cartas*, p. 213.

destino demorou muitos anos a se consolidar, mas suas bases estão nessa infância, mais seca do que triste, como é sua Literatura. Afastado do analfabetismo, da armadilha de ver na vida prática a única maneira de estar em sociedade e do pleno sofrimento que a estiagem pode causar, o distanciamento de um futuro cheio de fabianas não foi possível. Mas as feridas foram distintas daquelas dos viventes que tiveram menos armas com que enfrentar o Brasil atrasado na modernidade. Os novos mundos (reais e literários) que o jovem de treze anos passou a percorrer após mudar-se para o Internato, em Maceió, fizeram voltar em definitivo um rapaz de dezoito anos bastante atento a todas as misérias do universo de onde saiu e onde viverá por muitos anos, alimentando parte significativa de sua literatura na terra dos caetés.

3. CAPÍTULO II: CAETETERISMO

*Seria interessante saber-se o ponto exato
em que um sujeito deixa de ser patife e começa a ser herói.*

Graciliano Ramos
Factos e Fitas – Jornal O Índio

*Para que mexer nos caetés,
uma horda de brutos que outros brutos varreram há séculos?*

Graciliano Ramos
Caetés

Demorei a pensar num título para este capítulo. Cheguei a este que aqui está, mas o substitui por um mais direto, menos arriscado: ‘o começo na Literatura’. De fato, este capítulo falará dessa fase que culmina com a publicação de *Caetés*. Mas voltei atrás e mantive o trocadilho pouco elegante envolvendo “caetés” e “cateterismo”, menos para emprestar um tom espirituoso ao título do capítulo do que para ter nele a representação do que creio ter sido o movente nos escritos de Graciliano até então, culminando em seu primeiro romance: *uma profunda investigação de tipos e situações em Palmeira dos Índios, município que em sua obra representa a vida nas cidades do interior do país nas primeiras décadas do século XX*.

Mas não somente. O curto período de pouco mais de um ano (agosto de 1914 até setembro de 1915) que Graciliano passa trabalhando como revisor em jornais do Rio de Janeiro, à época Capital Federal, serviu de contraponto para que de um lado pudesse haver a verificação de traços que distinguem os tipos de Brasis, bem como para, doutro lado, perceber o que nos unia como brasileiros diante das demandas da modernidade.

Desafios e novidades encaradas de diferentes modos por interioranos nordestinos e litorâneos cosmopolitas, sendo que, em ambos os grupos, o enfrentamento de tais demandas despertaram caracteres de nossa formação, tão presentes em seu primeiro romance, publicado em 1933 – o primeiro exercício de longo fôlego de compreensão do brasileiro.

3.1 Letrar modernidades

O período de mais ou menos cinco anos (1905-1910) estudando no colégio Quinze de Março, em Maceió,¹¹⁷ alargou ainda mais o horizonte literário de Graciliano. Às novas leituras, juntaram-se os estudos de português e de várias línguas estrangeiras (francês, inglês, italiano), aprofundados depois por conta própria. Autores franceses agora eram enfrentados timidamente em sua própria língua, enquanto Dostoievski e Tolstói começavam a frequentar seu universo de leituras.

Nessa época, Graciliano começa a escrever poesia, mandando sonetos para jornais e revistas locais e dos grandes centros, dentre eles o *Jornal de Alagoas*, o *Correio de Maceió* e a revista *O Malho*, no Rio de Janeiro. Dividia a aventura de publicar com o amigo e vizinho de infância Joaquim Pinto da Mota Lima Filho. A feitura de poemas e seu envio para publicação durou até 1913. Pode-se dizer que os sonetos de Feliciano Olivença, Feliciano de Olivença, S. de Almeida Cunha, Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Soeiro Lobato, todos pseudônimos do autor, não alcançaram maior glória que o conto *O pequeno pedinte*. Graciliano já velho abominava tudo o que escrevera em verso e pediu ao filho Ricardo que nunca publicasse uma compilação de seus “sonetos idiotas”.

Fato é que os “sonetos idiotas” renderam-lhe, como também a J. Pinto da Mota Lima Filho, lugar na galeria dos escritores alagoanos do período, tão reduzido era o círculo literário de Maceió. O *Jornal de Alagoas* publica, aos 18 de setembro de 1910, o décimo terceiro “inquérito”, dum total de quinze sobre as preferências e a formação dos “luminares” da Literatura alagoana. Na abertura do inquérito, com dezoito anos incompletos, o jovem Graciliano Ramos já traz bem definida uma de suas características mais marcantes: *a lucidez pessimista e a autocrítica implacável*:

Antes de penetrar no labirinto mais ou menos intricado deste inquérito, cujos quesitos não poderei responder com precisão, devo dizer que o *Jornal de Alagoas* cometeu um erro grave colocando-me entre os literatos alagoanos. Minhas ideias têm pouco valor, porque de literatura conheço pouco.

¹¹⁷ Quando Graciliano Ramos chegou a Maceió para cursar o ginasial em regime de internato, a capital do Estado de Alagoas tinha mais ou menos cinquenta mil habitantes. No mesmo ano, 1905, nascia, na capital do Estado, Nise da Silveira (1905-1999), a inovadora psiquiatra que seria presa em 1936, acusada de participar das insurreições de 1935. Graciliano a conheceu na prisão e assim a descreveu: “... distingui afinal uma senhora pálida e magra, de olhos fixos, arregalados. O rosto moço revelava fadiga, aos cabelos negros misturavam-se alguns grisalhos. [...] Noutro lugar o encontro me daria prazer. O que senti foi surpresa, lamentei ver minha conterrânea fora do mundo, longe da profissão, do hospital, dos seus queridos loucos.” *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 224.

Creio importante o máximo registro desse inquérito, pois algumas questões dele extraídas serão bastante necessárias para a compreensão de qual tipo de escritor está em gestação, vindo a aparecer em *Caetés*.

À primeira pergunta: “qual o primeiro autor que leu?”, a resposta já traz uma das questões centrais não só em *Caetés*, mas em toda a literatura graciliânica:

Sem falar nas poesias e nos trechos clássicos espalhados em muitos compêndios escolares, a primeira obra que li foi o GUARANI [sic], de José de Alencar. Tinha eu dez anos de idade, quando comecei a admirar bonitas descrições, a linguagem atraente do autor de Iracema, os lances de fidelidade e de amor platônico de um índio, sentimentos, impossíveis entre os nossos selvagens, homens desconfiados, lúbricos, segundo a opinião de Southey, Levy, etc.

‘São muito afeiçoados ao pecado nefando’, afirma Gabriel Soares.

No entanto, talvez porque eu fosse demasiado ingênuo, aquele enredo intricado e belo parecia-me a coisa mais real possível, que naquele tempo eu ainda não conhecia o que há de podre pelo mundo afora.

Nesta resposta curta impera um contraponto estabelecido entre a proposta literária romântica, representada por José de Alencar, e as iniciativas acadêmico-científicas ou de pura descrição, nas figuras do historiador e escritor inglês Robert Southey (1774-1843), do sociólogo francês Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939) e do estudioso português Gabriel Soares de Souza (1540-1591). O jovem prenuncia a marca de seus escritos futuros, ou seja, a *incessante busca pelo verossímil*, pelo verificável, aquilo que o documento pode sugerir, a erudição pode comprovar ou o testemunho pode guardar. Contudo, essa relação com a credibilidade não se dará de modo mecânico ou submisso, visto que Graciliano não sairá do universo da criação literária, contudo, não permitirá à imaginação que se crie cenários, personagens e situações alheios à experiência.

No decorrer do inquérito, o escritor principiante dá algumas pistas de sua formação, sobretudo do que viria a aparecer com frequência nas crônicas de 1915, escritas no Rio de Janeiro para o pequeno jornal *Paraíba do Sul*, da cidade de igual nome, e nas de 1921, quando, de volta a Palmeira dos Índios, contribui no jornal local, e ainda no próprio *Caetés*, romance de estreia: Aluísio de Azevedo é seu campeão realista, pois “é o mais sincero de quantos manejam a pena em nosso país”, e mais, “afrontando uma sociedade atrasada e uma imprensa parcial e injusta, teve forças para driblar o romantismo caduco”; também admira Adolfo Caminha (1867-1897), a quem atribui “realismo nu” e Eça de Queiroz (1845-1900), com sua “linguagem sarcástica”. Ou seja, sinceridade, economia, acidez são os condutores

da escrita graciliânica; são seu elo com o Realismo do século XIX sem, contudo, confundir-lhe com um filho temporão.

Perguntado “para que ramo da beletrística ou das belas artes propende o seu espírito” e “por que”, a resposta, num misto de honestidade e clareza do papel da Literatura, mostra que a poesia com a qual se identificava, a parnasiana, não corresponderia ao anseio de uma arte que desse conta da realidade nacional:

O meu grande amor é pela prosa, mas gosto dos versos verdadeiramente artísticos de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Luiz Murat, Luiz Guimarães, etc.

Leio uma página de um romance realista, depois folheio as poesias de Olavo Bilac.

A ‘Alma Inquieta’ desfazendo a impressão deixada por uma página do *Bom Crioulo* de Adolfo Caminha.

Repito, porém, que preferia a prosa ao verso.

Se tenho feito alguns trabalhos poéticos, esquecendo a prosa – por que não confessá-lo? – é porque não tenho talento para cultivar a escola que prefiro: a escola realista.

E o verso ocupa menor espaço nos jornais.

A resposta diante da pergunta: “que pensa da literatura e das belas artes alagoanas?” traz mais uma das características que nunca abandonariam Graciliano, pessoa e escritor, *a retidão da opinião curta e seca*: “não devemos ser muito otimistas”.

Por fim, indagado sobre qual posição teria diante da criação de uma Academia Alagoana de Letras, responde:

Será uma associação que não trará desenvolvimento algum para a literatura do nosso estado. Sempre o espírito da imitação! Uma academia, em Alagoas, não será mais que a caricatura da Academia Brasileira de Letras. E o resultado? Teremos meia dúzia de ‘imortais’ que, escorados em suas publicações de duzentas páginas, olharão por cima dos ombros os amadores que estiverem fora da panelinha acadêmica.¹¹⁸

A resposta fecha o quadro das propriedades que marcaram a personalidade artística e a trajetória de Graciliano Ramos: *a posição coerente diante das instituições e das formações artístico-intelectuais*; com as instituições, o Estado, por exemplo, a relação foi sempre profissional; das academias e agremiações manteve o

¹¹⁸ SANT’ANA, Moacir Medeiros de. Inquérito Literário do Jornal de Alagoas realizado em 1910 – Graciliano Ramos. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 30 nov. 1975. (recorte, FGR/IEB/USP).

distanciamento, à exceção no aspecto político, como ocorrerá na década de 1940, quando entra para a Associação Brasileira de Escritores (ABDE).¹¹⁹

Pouco mais de um mês depois do “inquerito”, o já reconhecido escritor Graciliano Ramos saía do círculo intelectual de Maceió com o ginásio concluído e voltava ao interior do Estado para ajudar o pai a tocar a loja de tecidos *Sincera*, sendo agora o destino Palmeira dos Índios,¹²⁰ cidade próximo a Viçosa. Entre 1910 e 1914, Graciliano continua seus estudos e produz basicamente poesias e crônicas que manda de vez em quando para as revistas locais e do Rio de Janeiro. Nesse período, a vida que levava em Palmeira não se desviava do que a cidade podia proporcionar: alista-se no tiro de guerra, participa de saraus, frequenta bares, toca a loja do pai, lê, escreve e, convencido pelos amigos, chega a ministrar um curso de português, à noite, para cento e cinquenta alunos.

As cartas que troca com o amigo J. Pinto da Mota Lima Filho são repletas de cotidiano, relatos dos afazeres, namoricos e produção literária. Duas questões, porém, figuram com mais força: o namoro com a costureira Maria Augusta Barros, que em 1915 se tornaria sua primeira esposa, e a vontade mútua, tanto de Graciliano quanto de Mota Filho, de ganhar mundo, que na época queria dizer, ir à Capital Federal.

A declaração do desejo de levar a vida voltada para as letras em vez do comércio está numa carta-resposta que manda ao pai, ainda de Viçosa, quando a viagem ao Rio de Janeiro de projeto passara à realidade:

não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso.¹²¹

¹¹⁹ Sobre o papel das instituições e das formações no universo artístico ver WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 33-85.

¹²⁰ Palmeira dos Índios tem hoje população que passa dos setenta mil habitantes, sendo o terceiro maior município de Alagoas e o quinto no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. Em 1910, quando Graciliano retornou definitivamente da capital para o interior, com dezoito anos, a cidade tinha cinco mil habitantes, embora o escritor escrevesse que, por bairrismo, dizia-se haver dez mil. Os pais saíram de Viçosa para Palmeira dos Índios por dois motivos complementares. Sebastião Ramos já fazia contato com negociantes da cidade, tanto no ramo do comércio quanto no de descaroçamento de algodão, quando uma das filhas do casal adoeceu e precisava de lugar com clima mais equilibrado. Mudaram-se no mesmo ano em que Graciliano retornou de Maceió, 1910. Graciliano deixaria a cidade em 1914, voltaria em 1915 e nela ficaria até 1930, quando deixa o cargo de prefeito, assumido em 1928. A cidade é pormenorizadamente descrita em crônicas e no romance *Caetés*.

¹²¹ Carta 13, 21-08-1914. In *Cartas*, p. 33.

Dias depois, o desembarque no centro político e cultural do país. O entusiasmo com a imprensa logo se reverteu em dura realidade. Graciliano passa por apertos financeiros e trabalha como revisor regular em pelo menos três jornais: *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*, poupa na comida, abusando do café. Mora e dorme mal. Mas a convicção de que aquele ramo era o que queria seguir ainda falava mais alto: “... Em uma palavra, malgrado todas as dificuldades que tenho encontrado, acho melhor trabalhar numa banca de revisão que num balcão. É que a gente pode ter a consciência tranquila quando trabalha.”¹²²

Três meses se passam e as primeiras crônicas aparecem no *Jornal de Alagoas*, mas de modo irregular. Graciliano assina simplesmente R.O. Somente em abril de 1915, mais precisamente no dia quinze, R.O. passa a ter coluna fixa de crônicas semanais no pequeno jornal *Paraíba do Sul*, periódico da cidade de mesmo nome, no interior fluminense. A colaboração dura até o início de agosto do mesmo ano. Mesmo com as portas editoriais da capital praticamente cerradas, as crônicas geram alguma repercussão positiva, e ainda que haja o aparecimento de convites para publicar em alguns veículos importantes, como a recente revista *Concórdia*, fundada por Coelho Neto e Cândido de Campos, indicando haver frestas no círculo literário do centro editorial do país, Graciliano recorda que, juntamente à dureza de uma vida praticamente resumida entre a mesa de revisão e a cama da pensão na Lapa, havia o isolamento literário provocado pelo campo de força em torno dos escritores de então, voltados para si mesmos e para seu ofício, colocados numa esfera à parte da sociedade. Palavras do escritor, havia também uma atmosfera de orfandade após a morte de Euclides da Cunha e Machado de Assis, ocorridas a menos de dez anos:

– A pensão do largo da Lapa está em *Angústia* – confessa-me o escritor. – Dagoberto [estudante e repórter que a noite despejava na cama de Graciliano “um compendio de anatomia e uma cesta de ossos”] foi meu vizinho de quarto...

– Nessa sua primeira viagem à *Corte* procurou aproximar-se de algum escritor, fez camaradagem literária?

– Nenhuma. Os escritores daquele tempo eram cidadãos que, nas livrarias e nos cafés, discutiam colocações de pronomes e discorriam sobre Taine. Machado e Euclides já haviam morrido, e os anos 1914-1915, em que estive aqui, assinalam, na literatura brasileira, uma época cinzenta e anódina, de que é bem representativo um tipo como Osório Duque-Estrada, que então pontificava...¹²³

¹²² Carta 19, 09-01-1915. In *Cartas*, p. 46.

¹²³ SENNA, Homero. *República das Letras* – entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros, *op. cit.*, p. 198-199. A passagem entre colchetes está RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro:

Portas fechadas ou entreabertas, de todo modo a aventura no Rio de Janeiro foi interrompida pela tragédia familiar, provocada pela peste bubônica que, chegada à região de Palmeira dos Índios, em junho de 1915, teria levado a óbito, até setembro, mais de cento e cinquenta pessoas. Dentre os mortos, os irmãos Otacília, Leonor e Clodoaldo e o sobrinho Heleno, além de a mãe e outra irmã se encontrarem em péssimo estado. Graciliano deixa às pressas a cidade, os jornais e, pela primeira vez, a Literatura. Chegando a Palmeira para consolar os parentes e ajudar no que fosse possível, reencontra a namorada prestando ajuda a sua família. Algumas semanas depois, aos 21 de outubro de 1915, Graciliano e Maria Augusta se casariam no civil.

A vida de casado foi a fase na qual Graciliano se tornou o comerciante letrado e erudito de Palmeira dos Índios. A Literatura como elaboração ficaria em suspenso e daria lugar exclusivamente à leitura – mantendo-se fiel aos catálogos da Alves e da Garnier, e agora também comprando direto de Paris por intermédio do *Mercure de France* – aos negócios e à vida familiar: em 1919, Graciliano já era pai de três filhos. De fins de 1915 até o início de 1921, quando retorna à escrita e à publicação, como colaborador assíduo do Jornal local *O Índio*, acompanhou o mundo e os grandes acontecimentos através das folhas de Maceió, Recife e Rio de Janeiro. A Grande Guerra e a Revolução Bolchevique em especial detinham a atenção dos que procuravam entender o convulsivo começo de século. Dentre o mar de notícias difamatórias sobre a Revolução Russa, despontou um interesse particular pelo movimento comunista e seus desdobramentos, tanto que acabariam por aparecer em alguns de seus romances, quando certas passagens aludem ao período ou aos abalos causados pelas ideias e notícias vindas de e sobre Moscou.

Cinco anos após a grande tragédia familiar provocada pela peste, outra perda cai pesadamente sobre Graciliano. A esposa morre por complicações de parto no nascimento do quarto filho, no caso, a primeira filha. O viúvo de vinte e oito anos chora o luto enquanto tenta tocar a loja *Sincera* e o trabalho como professor de francês no Colégio Sagrado Coração.

É na atmosfera da perda e do enorme desafio que é prosseguir a vida nas condições em que se encontra que J. Calisto e Anastácio Anacleto, novos

pseudônimos de Graciliano Ramos, aparecem assinando duas colunas no jornal *O Índio*, editado pelo padre Francisco Xavier de Macedo, que o convidaria insistentemente a participar da empresa.¹²⁴ Anacleto era o responsável pela coluna *Fatos e Fitas*, composta de tiradas ácidas em verso ou prosa; como esta:

Vende-se em segunda mão, e por preço módico, uma consciência quase nova, em perfeito estado de conservação. Por um excesso de escrúpulo, declaramos que ela já foi usada, mas devemos acrescentar que o primitivo dono se serviu dela poucas vezes, podendo assim ser utilizado sem receio por qualquer cidadão.¹²⁵

Já Calisto assinava a coluna *Traços a Esmo*, dando, de certo modo, continuidade à proposta e ao estilo das crônicas de 1915, aguçando-lhe, contudo, a acrimônia em observações que utilizavam eventos e traços da sociedade palmeirense para chegar a questões nacionais e internacionais. Olhando-se atentamente as crônicas de abertura das duas colunas, separadas por seis anos e pela drástica alteração na vida pessoal de seu autor, nota-se uma fórmula que se repete, ao mesmo tempo em que se adapta, no contato inicial entre cronista e público leitor, que no fundo é um consumidor de sua própria imagem, lendo-se e vendo-se a partir do que um outro, distante ou próximo, diz-lhe sobre si mesmo.

A crônica de abertura no *Paraíba do Sul*:

Amável leitor.

Não tenho o prazer de saber quem és. Não conheço teu nome, tua pátria, tua religião, as complicadas disposições de teu espírito. Ignoro se tens a ventura de ser um pacato vendeiro enriquecido à custa de pequeninas e honestas trapanças, ou se és um celerado de figura sombria, calças rotas, botas sem saltos e paletó ignobilmente descolorido com remendos nas costas e inéditos nas algibeiras. É possível até que sejas uma admirável criatura de tranças louras e dentes de porcelana e que agora, de volta da igreja, onde ouviste uma detestável missa rezada por um velho padre fanhoso, abras este jornal para afugentar um bocado de tédio que encontraste escondido entre as páginas de teu manual encadernado de madrepérola.

Não te conheço. Entretanto, envio-te isto à guisa de carta meio anônima. Não é lá tarefa muito fácil, porque desejo que não passe por aqui a sombra de uma ideia. Não te admires, leitor amigo – comerciante abastado, poeta maltrapilho ou rapariga adoravelmente devota.¹²⁶ (grifo meu)

¹²⁴ Graciliano Ramos colaborou nos primeiros catorze números do hebdomadário, que circulou na cidade de Palmeira dos Índios entre 30 jan. 1921 e 15 jan. 1922.

¹²⁵ RAMOS, Graciliano. *Garranchos* – textos inéditos. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 89. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

¹²⁶ *Linhas tortas*, p. 17.

A crônica d'O Índio:

Leitor amigo:

Neste modesto canto de jornal, discreteemos, se te agrada. Mas, antes de entabularmos conversa, não seria mau que nos conhecêssemos.

Eu já sei quem tu és. (...)

(...) Não te quero enganar. Não te venho fazer elogios. Podes estar descansado. Mesmo porque nem sei se me seria fácil encontrar em ti matéria para elogio. Não direi, por exemplo, verdadeiro [*vendeiro, certamente*] amigo, que o quilo que usas tenha exatamente mil gramas e que tuas transações, vistas de perto, não possam ser censuradas. Não direi isso.

Não direi, pobre matuto desengonçado, que sejas resoluto, forte, vivo esperto. Eu mentiria se o fizesse. És apenas um pobre homem derreado ao peso da enxada, sofrivelmente achacado, otimamente obtuso. És o representante de uma raça condenada a desaparecer, absorvida por outras raças mais fortes, quando o país povoar-se. És o homem do deserto e acabarás quando o deserto acabar.

Não direi, rapariga bonita, que aplauda incondicionalmente os teus vestidos espalhafatosos e o pendor que possuis para só julgar coisas sérias, dignas de tua atenção, o pó-de-arroz, as fitas, o sapato à Luis XV, a saia escassa de pano.¹²⁷ (grifo e comentário meus)

Não é apenas o tom num misto de ironia e crueza o que marca tanto as crônicas do jovem solteiro de vinte e três anos, que enfrenta as novidades do grande centro, quanto as do homem já maduro, viúvo e pai de quatro filhos pequenos, o qual novamente instalado em cidade do interior olha-a como um outro íntimo. Há um mecanismo que equilibra distanciamento e aproximação, especulação e ação: “não tenho o prazer de saber quem és”, aos fluminenses; “eu já sei quem tu és”, aos palmeirenses. Aos primeiros, desculpa-se por ignorar as coisas e as pessoas do Estado do Rio de Janeiro: “tomo, portanto, o partido de não dizer nada por enquanto. Preciso primeiro conhecer-te, leitor amigo.” Por isso não quer que por ali, naquela crônica inicial, passe a “sombra de uma ideia.” De mais a mais, parece haver uma despreocupação com o ambiente que o circunda, do jornal que o chamou a escrever até o leitor, a quem procurará agradar semanalmente, traçando nos jornais algumas “sensaborias”. Diante dos palmeirenses prevalece, contudo, uma linha severa, a assegurar que naquela coluna coisas desagradáveis serão ditas, porque o cronista, além de conhecer o público leitor, sente não poder simplesmente afagar-lhes os defeitos: “não desejo ser-te agradável; prefiro ser-te útil. Sou assim uma espécie de vendedor ambulante de sabão para a pele, de unguento para feridas, de pomadas para calos.” Ainda assim, mesmo colocando-se na posição daquele que sabe, sente e fala aos seus como um diferenciado que enxerga mais longe, não espera ver em

¹²⁷ *Ibid.*, p. 51-52.

sua coluna de crônicas semanais mais do que um espaço de leitura que sirva de pretexto para rir (ou se rir) e, assim, fazer com que, ao menos durante dez minutos, o leitor se esqueça de “fazer mal aos outros.”¹²⁸

Há ainda nas crônicas de apresentação a abundância de “nãos”, que leva o leitor a enxergar o mundo mostrado pelo autor a partir do exercício da desconstrução, convidando-o à cumplicidade na prática da recusa, à companhia no universo da negativa, à parceria no trabalho da desconfiança.¹²⁹

Por fim, é facilmente perceptível a semelhança na estratégia de aproximação, quando confrontadas as duas cartas de intenção: a escolha de um trio de tipos para representar o público leitor. Em 1915 é um comerciante, um poeta, uma moça; em 1921 é um vendeiro, um matuto e uma moça. O que destoa? A substituição do poeta pelo matuto. Moças bonitas e vendeiros no interior, ou comerciantes nas médias e grandes cidades, são equivalentes às realidades ajustáveis a partir de redução ou ampliação de escala, num movimento centro/interior ou seu inverso. Graciliano expõe a fragilidade das bases educacionais de sua cidade, falando ao matuto que certamente não é seu leitor pelo óbvio motivo de não saber ler. A sensação de incoerência é desfeita quando, ao final do diálogo com o matuto, o cronista anuncia que está falando a um “representante de uma raça condenada a desaparecer, absorvida por outras raças mais fortes, quando o país povoar-se.” O progresso, a modernidade, suas exigências farão daquela porção de gente lembrança de uma era de atraso. Nessa fase de amadurecimento intelectual, não fica claro qual é sua posição diante de tal sentença, pois a perspectiva do que virá após tal substituição de “raças” não é necessariamente otimista. Duas décadas depois, em textos de inícios dos anos 1940, o gesto humanista diante do matuto sertanejo, percebido em *Vidas Secas* é relativizado por posições do projeto progressista, do qual se aproxima cada vez mais, exemplo mais contundente é a implacável crítica que faz a Antônio

¹²⁸ *Ibid.*, p. 52-53.

¹²⁹ Esse traço está fortemente presente em seus livros, provavelmente atingindo seu ponto máximo em *Vidas Secas*, quando o narrador, dividindo o espaço da narrativa com os monólogos interiores das personagens, abusa da interrogação em negativa para agudizar a atmosfera de privação e opressão por que passa o vaqueiro Fabiano e sua família, um limitado universo de desejos que lhes é negado e cuja negação passa pela comparação usual com os animais e com as ferramentas da atividade agropecuária, destituídos de razão, de vontade, de liberdade. Ver os trabalhos de fundo quantitativo e estruturalista de: ROCHE, Jean. *Etude quantitative Du style de Graciliano Ramos dans Vidas Secas*. In *Séminaire Graciliano Ramos*. Poitiers-FR: Centre de Recherches Latino-américaines, 1972, p. 01-53; CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, op. cit.; SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*, op. cit.

Conselheiro (1830-1897) e seus seguidores em 'Pequena História da República', de 1940.

Mas há uma importante operação, consciente ou não, sendo realizada nos dois conjuntos de crônicas. Nas de 1915, escritas para um pequeno público fluminense, mas assentada no cenário carioca, os temas gerais sobre o mundo moderno e as mudanças de comportamento, como a iluminação pública que modifica os hábitos noturnos, estão a serviço de uma redução de escala, caindo no mapeamento do bairro, da rua, dos sujeitos que têm sua vida de algum modo atingida pelas novidades; os tipos das grandes cidades, como os garçons, os moleques vendedores de jornais ou os jovens literatos, têm sua fisionomia descrita e suas ações capturadas como num quadro impressionista. Graciliano parece tentar entender e, ao mesmo tempo, explicar a modernidade do Rio de Janeiro a partir de seus sintomas, característica que à crônica não é nada estranha. Já nos textos de 1921, o movimento parece ser o inverso. Numa rápida panorâmica dos temas explorados, vê-se a mentira facilitada pela vida moderna, os hinos patrióticos, o carnaval, os livros infantis e a educação, a Semana Santa, a corrupção na justiça, o futebol, e até as discussões em torno dos rumores de um casamento maximalista (generalização de bolchevique) realizado Rio de Janeiro, enquanto Palmeira dos Índios está medularmente descrita nas crônicas, mas a serviço da compreensão de conceitos, tendências ou fenômenos que lhes atravessam e ultrapassam e cuja cidade pode estar indo ao encontro, ou de encontro, na dança entre modernidade e tradição.

Se, no inquérito de 1910, já podem ser notadas as posições de Graciliano diante do universo literário, mais ou menos noventa anos após sua publicação, essas crônicas irmãs podem muito bem ser vistas como um apanhado de elementos manifestos de como o escritor passou a demonstrar tal posição. Anteriores a todos os romances, seu reconhecimento e popularidade sobrevieram ao sucesso das grandes obras, mas somente porque há uma força nuclear já guardiã do estilo, da pesquisa, do foco, do rigor, do humor e da observação cética cujo resultado nunca consegue escapar ao desconforto. Força que, espalhada no texto semanal medido, converteu-se em amplitude aglutinada nas tramas romanescas.

3.2. Vale a pena o quanto pesa?

As crônicas de Graciliano livraram-se, como acontece com os textos dos grandes cronistas, da “corrosão dos tempos”, muito embora tragam em forma e em conteúdo a marca do efêmero, do quadro datado.¹³⁰ Elas respiram mais fortemente nas páginas do primeiro romance, *Caetés*, bem como nos curiosos relatórios do prefeito Graciliano Ramos de Oliveira. De certo modo, sua presença foi um dos pontos mais tocados pela crítica à época do lançamento do primeiro romance, bem como pela crítica recente, dado o grau da importância que tem para a compreensão da obra: à época do aparecimento do romance, José Lins do Rego chama-o de “crônica miúda e intensa sobre o brasileiro que não anda em automóvel e não veste casaca”.¹³¹ Para Aderbal Jurema (1912-1986), o romance é um “documento da vida das cidades do interior do nordeste nos tempos que correm”, portanto, engravado numa das características da crônica, o apego ao instantâneo.¹³² Mais de trinta anos após o lançamento de *Caetés*, e imbuído da missão de analisar o conjunto da obra de Graciliano, Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), apoiado em Lukács (1885-1971), vê prevalecer no livro o ‘método descritivo’ em vez do ‘narrativo’, abundantemente presente nas obras posteriores, consideradas por ele textos mais competentes que esse inaugural; o ‘método descritivo’, segundo Coutinho, desconhece a ‘unidade do real’, pois que “reproduz uma série de quadros isolados, servindo a ação como mero pretexto para ligar entre si estes fragmentos autônomos...”,¹³³ ou seja, Coutinho viu em *Caetés* uma forma de arranjo dos quadros estudados e expostos em crônicas numa única malha que, contudo, não

¹³⁰ O poder de alguns cronistas em fazer de suas crônicas guardiãs de um momento específico, ao mesmo tempo em que permanecem atuais no correr dos anos, pela grandeza mesma que elas possuem como obras literárias, tal poder talvez não tenha encontrado melhor definição que a de ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 53: “a crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, do consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. À primeira vista, como parte de um veículo como o jornal, ela parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma só vez, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nelas se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado.”

¹³¹ REGO, José Lins do. *Caetés*. *Literatura*, 05 fev. 1934. (recorte, pasta 03, FGR/IEB/USP).

¹³² JUREMA, Aderbal. Notas sobre “*Caetés*”. *Momento*, mar. 1934. (recorte, pasta 03, FGR/IEB/USP)

¹³³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 170.

consegue esconder a sensação de mosaico mal formado, porque impera a falta de um elemento verdadeiramente aglutinador. Opinião não só diversa, mas inversa, tem Erwin Torralbo Gimenez. Autor de uma das atuais críticas sobre o romance, Gimenez, na esteira de Antônio Candido, e a exemplo de Wander Melo Miranda, buscou mostrar que em *Caetés* “os episódios da esfera pública não servem senão como motivos que, carreados para as reflexões de Valério, vão, lenta e obliquamente moldando-lhe a consciência”; mas o ponto sensível tocado por Gimenez, e que aqui interessa mais do que o debate estilístico no qual o crítico se detém, é no que vem a dar o desdobramento desse confronto entre indivíduo/sociedade, subjetividade/objetividade: “conforme se acirra o processo na zona do indivíduo a visão acende do seu fracasso para o fracasso do mundo que o aniquilou – ao fim, a metonímia da cidade pequena se abre em chave maior, desenredando a fisionomia do país.”¹³⁴ Obviamente sem graça. Assim, *Caetés*, a partir de um ponto de vista específico que é o das cidadezinhas do interior do país, assume o papel de ser uma interpretação de nossa gente e de nossas convenções sociais em formato literário, o que de certo modo antes acontecera fragmentadamente no formato de crônica.

Mas o que vem a ser a trama de *Caetés*?

O protagonista e narrador da romance, João Valério, guarda-livros da casa comercial Teixeira & Irmão, em Palmeira dos Índios, é um forasteiro há muito instalado na cidade e sem maiores perspectivas quanto ao seu futuro. Frequentador das rodas literárias, dos saraus e jantares da elite intelectual e financeira da cidade, Valério, colaborador do jornal local, tem um projeto ambicioso: a escrita de um romance histórico centrado nos índios caetés e no famoso episódio antropofágico envolvendo o Bispo Sardinha. Paralelo a esse projeto, que finda por não se realizar, há o processo de conquista de Luísa, esposa de seu patrão, Adrião Teixeira. Esse projeto e seu desenrolar é o material que acaba por recheiar e conduzir as narrativas de Valério e, assim, em vez de silvícolas e colonizadores, passeiam pelas únicas páginas que consegue escrever seu próprio presente e as personagens típicas das cidades de então: o tabelião, o promotor, alguns comerciantes, o padre, todos com seus hábitos, posturas e opiniões. A passagem a seguir resume as intenções e limites de Valério, além de lançar talvez o principal conflito do romance: o quanto há

¹³⁴ GIMENEZ, Erwin Torralbo. *Caetés*: nossa gente é sem herói. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 47, t./2008, p. 167-168.

de barbárie na civilização, e ainda, que tipo de civilização está sendo formada no país:

...Que estupidez capacitar-me de que a construção de um livro era uma empreitada para mim! Iniciei a coisa depois que fiquei órfão, quando a Felícia me levou o dinheiro da herança, precisei vender a casa, vender o gado, e Adrião me empregou no escritório como guarda-livros. Folha hoje, folha amanhã, largos intervalos de embrutecimento e preguiça – um capítulo desde aquele tempo.

Também aventurar-me a fabricar um romance histórico sem conhecer história! Os meus caetés realmente não têm verossimilhança, porque deles apenas sei que existiram, andavam nus e comiam gente. Li, na escola primária, uns carapetões interessantes no Gonçalves Dias e no Alencar, mas já esqueci quase tudo. Sorria-me, entretanto, a esperança de transformar esse material arcaico numa brochura de cem a duzentas páginas, cheia de lorotas em bom estilo, editada no Ramalho.

Corrigi os erros, pus um enfeite a mais na barriga de um caboclo, cortei dois advérbios – e passei meia hora com a pena suspensa. Nada. Paciência. Quem esperou cinco anos pode esperar mais um dia. Atirei os papéis à gaveta. Naquele momento o Adrião deveria estar com o Miranda Nazaré defronte o tabuleiro de xadrez.

Caciques. Que entendia eu de caciques? Melhor seria compor uma novela em que arrumasse Padre Atanásio, o Dr. Liberato, Nicolau Varejão, o Pinheiro, D. Engrácia. Mas como achar enredo, dispor as personagens, dar-lhes a vida? Decididamente não tinha habilidade para a empresa: por mais que me esforçasse, só conseguiria garatujar uma narrativa embaciada e amorfa.

De repente imaginei o morubixaba pregando dois beijos na filha do pajé. Mas, refletindo, compreendi que era tolice. Um selvagem, no meu caso, não teria beijado Luísa: tê-la-ia provavelmente jogado para cima do piano, com dentadas e coices, se ela se fizesse arisca. Infelizmente não sou selvagem. E ali estava, mudando a roupa com desânimo, civilizado, triste, de cuecas.¹³⁵

No final da trama, uma carta anônima informa a Adrião o que está acontecendo entre sua esposa e seu funcionário, levando-o ao suicídio com um tiro no peito que não o mata imediatamente, arrastando sua agonia por vários dias, o que promove a alteração constante da postura de todos da cidade diante de sua morte: da piedade à impaciência. Depois de Adrião morto, Luísa conquistada e a posição social elevada, Valério aos poucos se desinteressa por tudo, chegando à conclusão que, em certas características, os caetés ainda perduram em si mesmo e nas gentes que o cercam.

Renegado por Graciliano, que nunca o reconheceu como digno de ombrear-se a *Angústia* ou a *São Bernardo*,¹³⁶ talvez marcado pela demora e os

¹³⁵ RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 22-23. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

¹³⁶ Essa espécie de repúdio ao primeiro livro aparece em vários momentos e está em vários registros; o que melhor o resume talvez seja o último, que está nas páginas de *Memórias do Cárcere*: “Com um estremecimento de repugnância, vi Sérgio embrenhado na leitura do meu primeiro romance. / – Pelo

aborrecimentos de seu atrapalhado processo de publicação,¹³⁷ ou pelo peso que possa ter adquirido alguma crítica desfavorável circulada à época, acusando-lhe de pouco profundo, ou ainda, e mais provavelmente, porque *São Bernardo* já estava pronto quando veio a público. Embora de um modo geral reconhecido como obra de qualidade quando de seu aparecimento, *Caetés* somente foi enxergado em sua plenitude pela crítica depois de já aparecidos *Vidas Secas* e *Infância*, e ainda após a morte do autor, sendo nele já apontadas várias das capacidades e procedimentos de Graciliano, como construtor de cenários e situações embasados na relação conflituosa e sufocante do indivíduo com a sociedade; como observador agudo das mesquinharias da sociedade e do homem ordinário, fazendo suas personagens, portanto essa sociedade, falarem de e por si mesmas sem que prevalecesse, ao fim, a atmosfera da artificialidade ou os rastros do estudo, porque o movimento do romance é o de dentro para fora; como modelador de uma linguagem literária equilibrada na aproximação da fala (conteúdo) e no rigor sintático a conduzir-lhe a narrativa (forma).¹³⁸

Assim, *Caetés* pode ser visto como o produto inaugural de mais um escritor do norte, o qual trazia, no entanto, a novidade de suprir em parte a demanda temática surgida na Literatura do contexto (mesmo sendo uma fatura de meados dos anos 20) aliada ao cultivo do estilo realista encontrado em Machado de Assis e Eça de Queiroz, constantemente trazidos pelos críticos para traçar as semelhanças e as

amor de Deus não leia isso. É uma porcaria. / Ingênuo tentei explicar-lhe em grande embaraço. A publicação daquilo fora consequência de uma leviandade.” *Memórias do Cárcere*, v. 1, p. 225.

¹³⁷ Realmente, a publicação de *Caetés* está cercada de episódios inusitados: o que anuncia, ou melhor, insinua a existência de um romance escrito é a repercussão nacional dos relatórios anuais das atividades e prestação de contas do município de Palmeira dos Índios, no período em que Graciliano fora prefeito (veremos os relatórios mais adiante). Os envolvidos no “descobrimento” do escritor foram Augusto Frederico Schmidt, dono da Editora Schmidt, que primeiro publica Graciliano; Rômulo de Castro, à época secretário de Schmidt e quem escreve perguntando ao desconhecido autor o que ele teria na gaveta que pudesse ser publicado; Marques Rebelo, um dos responsáveis por espalhar a notícia no Rio de Janeiro, e Santa Rosa, artista plástico responsável por levar ao Rio uma cópia dos relatórios que já haviam aparecido em vários jornais do Estado de Alagoas e da região. A carta de Rômulo de Castro chega à Palmeira dos Índios pouco antes de Graciliano renunciar ao mandato de prefeito, depois de aceito o convite feito pelo governador Álvaro Paes para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas. Assim, *Caetés* teve os originais corrigidos em Maceió. A reviravolta política de outubro de 1930 encontra Graciliano no lado perdedor. Por fazer parte da elite do governo é detido por uma noite. Heloísa e duas cunhadas, temendo uma batida policial, enterram os originais de *Caetés* embaixo dum pé de Sapoti. No entanto, o maior risco que o livro correu de não ser publicado foi nas dependências da própria Editora Schmidt. Quase em fins de 1932, com *São Bernardo* praticamente concluído, Graciliano chegaria a exigir de Schmidt a devolução dos originais de *Caetés*. Acontece que o motivo do constante adiamento da publicação estava exatamente aí: os originais haviam sumido e só foram encontrados no ano seguinte, após inúmeras revistas, e num lugar bastante incomum: o bolso largo de uma capa de chuva.

¹³⁸ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 235-237.

diferenças que o texto tinha em relação à Literatura que se solidificava, numa tendência que acabou tendo um curto e intenso período: o romance social. Desse modo, *Caetés* ocupa uma espécie de ‘zona de fronteira’ na Literatura do período: uma obra cujas bases realistas estão no século XIX e limiar do XX, cuja escrita ocorre durante a chamada fase heroica do modernismo, sem, contudo, haver qualquer relação mais significativa com o movimento iniciado em 1922, sendo que seu surgimento seis anos depois de escrito e com significativas mudanças políticas e culturais no cenário nacional separando os originais do impresso não deixou, apesar da aceitação geral da crítica, de fazê-lo figurar como um corpo estranho, ora a lamentarem a ausência de maior investigação social, ora a apontarem certa falta de apuro psicológico. Antonio Candido talvez tenha sido dos primeiros a enxergar no romance a primeira residência do equilíbrio que faria de seu autor um dos cumes da Literatura dos anos 1930, passando por todas as mudanças de paradigmas sem se aferrar a nenhum deles, e isso conseguido pelo cultivo mesmo da “correlação entre técnica e atitude em face da vida, mostrando que o interesse dos fatos decorre dum interesse prévio pela situação do homem frente a eles”.¹³⁹

Daí o jogo, na trama, entre a feitura de um romance histórico, impossível de vir à tona por vários motivos, dentre eles a falta de um interesse verdadeiramente relevante para que se arranjasse uma narrativa histórica composta por fatos do século XVI, e o registro de eventos hodiernos que precisam ser narrados por Valério, porque compõem o universo de sua aventura amorosa que, diante da náusea de uma conquista inglória, finda por encontrar sentido apenas num arremate comparativo com os caetés ocultados pelo malogro do projeto inicial, ou melhor, narrados, de certo modo, como espécie de entidade sobrevivente nas pessoas ditas civilizadas. Quase no fim do romance, a cena de todos os personagens da trama aglutinados na angustiante vigília de Adrião em seus momentos infundáveis de agonia é apresentada por Valério como o pronunciar da condição humana sem os artifícios da vida civilizada, como se, ignorada a história, a passagem do tempo deixasse de trazer os indícios de mudança, sendo simplesmente incognoscível e, portanto, superada, permitindo serem superpostas duas situações sociais separadas por quatrocentos anos:

¹³⁹ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 23. Apesar desse trecho se referir especificamente a algumas passagens de *Caetés*, ele bem sintetiza a atitude literária de Graciliano em todos seus escritos.

Depois daquela crise, na promiscuidade e na azáfama dos dias de angústia, existia entre nós todos uma familiaridade estranhável. Dormíamos quase sempre juntos, homens e mulheres, sentados, como selvagens. Muitas necessidades sociais tinham-se extinguido; mostrávamos às vezes impaciência, irritação, aspereza de palavras; pela manhã as senhoras apareciam brancas, arrepiadas, de beijos amarelentos; à noite procurávamos com egoísmo os melhores lugares para repousar. Enfim numa semana havíamos dado um salto de alguns mil anos para trás.¹⁴⁰

Nesse sentido, *Caetés*, mesmo com o tempo da trama bem definido, foi mais longe ainda do que iriam *Vidas Secas* e *São Bernardo* num salto para trás na busca por um conector no tempo que ajudasse a entender o brasileiro de então. No romance de 1938, com a falta de datação ou pistas contextuais e o tempo sendo representado apenas através da ciranda climática e da repetição cíclica da condição de explorado, Fabiano e sua família são constantemente comparados a animais, um recurso que em *Caetés* não poderia ter sido usado, porque nele o problema da condição humana não passava pela privação do básico ao homem: em *Caetés* a miséria é de outra ordem. No romance de 1934, a precisão do espaço e do tempo da ação, a fazenda São Bernardo nos fins dos anos 1920, tudo aponta para uma correlação igualmente precisa com o passado: o Segundo Império e as heranças do mandonismo local, num contexto de adaptação do capital moderno. O homem médio de uma pequena cidade do interior de um Estado distante do grande centro de poder, como é o do romance lançado em 1933, usufrui daquilo que os sertanejos de *Vidas Secas* mal conseguem imaginar e não vive na órbita estreita de uma fazenda comandada por mão de ferro, como acontece com Madalena em *São Bernardo*.

Onde estaria a privação em *Caetés*? O próprio nome do protagonista, João Valério, pêndulo entre o comum e o raro, entre a anonímia e o reconhecimento valoroso, aponta para privações internalizadas, sem impositores aparentes. Elas estariam presentes na incapacidade de realizar; na impossibilidade de fugir a atitudes sempre dúbias e ao mesmo tempo extremadas diante do outro; no desafio ao risco de criar e no apego ao que vem de fora, ao que é estranho e sublime, por assumir a feição de algo sagrado, acabado e perfeito; na castração de uma revolta, mesmo que morna, diante do reconhecimento de ser cópia mal feita das ideias e das práticas estrangeiras e na inaptidão para transformar esse reconhecimento em algo original, subvertendo o modelo copiado, sobrevivendo o meio termo, o desdito e o ressentimento.

¹⁴⁰ *Caetés*, p. 200-201.

Não ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilização, outras raças, outros costumes. E eu disse que não sabia o que se passava na alma de um caeté. Provavelmente o que se passa na minha, com algumas diferenças. Um caeté de olhos azuis, que fala português ruim, sabe escrituração mercantil, lê jornais, ouve missas. É isto, um caeté. Estes desejos excessivos que desaparecem bruscamente... Esta inconstância que me faz doidejar em torno de um soneto incompleto, um artigo que se esquia, um romance que não posso acabar... O hábito de vagabundear por aqui, por ali, por acolá, da pensão para o Bacurau, da *Semana* para a casa de Vitorino, aos domingos pelos arrabaldes; e depois dias extensos de preguiça e tédio passados no quarto, aborrecimentos sem motivos que me atiram para a cama, embrutecido e pesado... Esta inteligência confusa, pronta a receber sem exame o que lhe impingem... A timidez que me obriga a ficar cinco minutos diante de uma senhora, torcendo as mãos com angústia... Explosões súbitas de dor teatral, logo substituídas por indiferença completa... Admiração exagerada às coisas brilhantes, aos período sonoro, às miçangas literárias, o que me induz a pendurar no que escrevo adjetivos de enfeite, que depois risco...

[...]

Um caeté, sem dúvida. O pinheiro é um santo, e eu às vezes me rio dele, dou razão a Nazaré, que é canalha. Guardo um ódio feroz ao Neves, um ódio irracional, e dissimulado, falo com ele: a falsidade do índio. E um dia me vingarei, se puder. Passo horas escutando as histórias de Nicolau Varejão, chego a convencer-me de que são verdades, gosto de ouvi-las. Agradam-me os desregramentos da imaginação. Um caeté

[...]

Um caeté. Com que facilidade esqueci a promessa feita ao Mendonça. E este hábito de fumar imoderadamente, este desejo súbito de embriagar-me quando experimento qualquer abalo, alegria, ou tristeza!"

[...]

Diferenças também, é claro. Outras raças, outros costumes, quatrocentos anos. Mas no íntimo, um caeté. Um caeté descrente.

Descrente? Engano. Não há ninguém mais crédulo do que eu. E esta exaltação, quase veneração, com que ouço falar em artistas que não conheço, filósofos que não sei se existiram!

Ateu! Não é verdade. Tenho passado a vida a criar deuses que morrem logo, ídolos que depois derrubo – uma estrela no céu, algumas mulheres na terra...¹⁴¹ (grifo meu)

O entendimento da visão do brasileiro médio impingida por Graciliano durante todo o romance e acabada com um toque de total desesperança, como está nas últimas páginas do livro acima transcritas, levam à questão da mudança do valor autoatribuído à medida que o peso da pena flagra a passagem do palavreado falado à palavra escrita, necessitada de trabalho esmerado, de ideias sustentadas na própria força e expositora da figura social que a maneja. Esse entendimento pede tanto o olhar para trás, entre três e seis anos (se tomado como marco temporal o processo de escrita do romance), quanto para frente, cerca de sete anos (do mesmo marco) ou três (se tomada como baliza o ano de lançamento do romance).

¹⁴¹ *Caetés*, p. 221-223.

Provocado pela passagem “quase veneração, com que ouço falar de artistas que não conheço”, referente à importação de ideias e modelos culturais estrangeiros, o olhar para trás encontra, dentro de toda a tradição importadora, também a própria *Semana de Arte Moderna* de 1922 e sua forte contestação a tal prática embasada no diálogo com as vanguardas europeias.¹⁴² Mesmo que em abstrato, a aproximação entre os mentores da *Semana de Arte Moderna*, seus continuadores e as vanguardas promovia uma ruptura profunda, cujos sintomas na superfície, ou seja, as obras que levavam o projeto de ruptura adiante, incomodavam sobremaneira a Graciliano, no que tange ao enfrentamento da norma da língua. O estabelecimento de tal conflito só seria forçado se não houvesse uma constante na vida intelectual do escritor: a atenção negativa dada ao Modernismo de primeira hora e aos grandes nomes do movimento, em especial Mário de Andrade e, no campo da poesia, sobretudo aos escritores que sobrevivem à chamada “geração de 45”.

O primeiro registro dessa atenção é, muito provavelmente, uma passagem de carta ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, que ficara no Rio de Janeiro desde a empresa de 1915. Na carta de 1926, com *Caetés* já iniciado, um Graciliano cheio de reticências quanto às inovações modernistas despeja ácido sobre *Poema*, de Mário de Andrade:

Li hoje uma poesia que tem este começo:

‘Neste rio tem uma iara...

De primeiro o velho que tinha visto a iara

Contava que ela era feiosa, muito!’

Isto é bom, com certeza, porque há quem ache bom. Naturalmente os meus netos aí descobrirão belezas que eu não percebo. Questão de hábito. Se não me engano, é opinião de M. Bergeret. Acreditas que no Brasil possa aparecer alguma coisa nova? Em vista da amostra, eu dispensava o resto.

[...]

Outra coisa: vê se me arranja aí uma gramática e um dicionário de língua paulista, que não entendo, infelizmente. E manda-me dizer se é absolutamente indispensável escrever sem vírgulas.¹⁴³

¹⁴² De acordo com Bosi, “o experimentalismo estético dos melhores artistas de 22 fez-se quase sempre *in abstracto*, ou em função das vivências de um pequeno grupo, dividido entre São Paulo e Paris. Daí o viés ‘primitivista-tecnocrático’ de uns e o ‘Verdeamarelismo’ de outros refletir, ao menos na sua intenção pragmática, a esquemas culturais europeus: art nègre, a Escola de Paris, as ideias, ou as frases, de Spengler, Freud, Bergson, Sorel, Pareto, Pepini e menores.” BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, op. cit., p. 383.

¹⁴³ Carta 34, 18-08-1926. In *Cartas*, p. 83-84.

O ilustre desconhecido que ambicionava escrever uma obra eciana no agreste nordestino fortalece o contraponto diante das ousadias modernistas quanto à forma, usando como parte de seu argumento frase atribuída a M. Bergeret, o famoso personagem de Anatole France, um dos picos do romance histórico do século XIX e representante de uma Literatura que para os demolidores/construtores do movimento modernista não servia mais, como mostra o editorial de abertura da revista *Klaxon*, de 15 de maio de 1922:

KLAXON não é exclusivista. Apesar disso jamais publicará inéditos maus de bons escritores já mortos.

[...]

KLAXON cogita principalmente de arte. Mas quer representar a época de 1920 em diante. [...]

KLAXON procura: achará. Bate: a porta se abrirá. Klaxon não derruba *campanile* algum. Mas não reconstruirá o que ruir. Antes aproveitará o terrenos para sólidos, higiênicos, altivos edifícios de cimento armado.¹⁴⁴

O segundo registro a destacar o olhar do autor sobre o modernismo é o de 1940. Bem mais distante da onda de 1922, e já escritor consagrado, Graciliano escreveu na *‘Pequena História da República’*, tópico ‘1922’, o resumo de uma série de agitações que ia dos afogamentos da campanha política daquele ano até a *Semana de Arte Moderna*:

Havia indisciplina em toda parte: nos quartéis, nas fábricas, nos *ateliers*, nos cafés, nos quartos de pensão onde sujeitos escrevem. E a revolta, meio indefinida, tomando aqui uma forma, ali outra, manifestava-se contra o oficial, que exigia a continência, e contra o mestre-escola, que impõe a regra. A autoridade perigava.

Afastou-se o pronome do lugar que ele sempre tinha ocupado por lei. Ausência de respeito a qualquer lei.

Com certeza seria melhor deslocar o deputado, o senador e o presidente. Como estes símbolos, porém, ainda resistssem, muito revolucionário se contentou mexendo com outros mais modestos. Não podendo suprimir a constituição, arremessou-se à gramática.¹⁴⁵

A implicância com as radicais mudanças na norma culta continuaria até o fim da vida de Graciliano. Sendo professor de gramática quando moço, revisor no

¹⁴⁴ Com som próprio, a rebeldia da Klaxon não deixava, contudo, de ser eco da rebeldia dos que na Europa despejavam de seu próprio território os “fantasmas” indesejáveis, como acontece com Anatole France (citado acima por Graciliano), o primeiro “mandarim da Europa” a ser expulso, no *Ultimaton*, de 1917, de Álvaro de Campos (Fernando Pessoa). Ver em TELES. Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997, p. 248-263; 295.

¹⁴⁵ RAMOS, Graciliano. *Pequena História da República*. In *Alexandre e Outros Heróis*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 178.

começo da carreira jornalística e no fim da vida, além de inspetor de ensino secundário, também até o fim da vida, o antiacademicismo do escritor não passava pela destruição da norma. Esse traço profundo em *Caetés* estaria em toda sua obra, mesmo naquelas cujo exercício da aproximação da escrita com a linguagem oral pediu um realismo mais radical, um “natural” desdobramento da abertura na linguagem escrita para a oralidade feita pelos modernistas.

Graciliano, aliás, não só não se considerava modernista, como de acordo com os comentários acima citados, tinha bastante dificuldade em ver-se como herdeiro, continuador ou mesmo melhorador do que fora iniciado pelos nomes de 1922. Nesse sentido, destacava a fissura e não a sobreposição de fases, com 1922 sendo o tempo da estética, e o decênio de 1930, o campo da ideologia.¹⁴⁶ O terceiro momento a ser destacado é de 1948, quando declara a Homero Senna que não há qualquer relação entre ele e os modernistas.

– E que impressão lhe ficou do Modernismo?

– Muito Ruim. Sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos. (...) Os modernistas brasileiros, confundindo o ambiente literário do país com Academia, traçaram linhas divisórias, rígidas (mas arbitrarias) entre o bom e o mau. E, querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muito coisa que merecia ser salva.

– Quer dizer que não se considera modernista?

– Que ideia! Enquanto os rapazes de 22 promoviam seu movimentozinho, achava-me em Palmeira dos Índios, em pleno sertão alagoano, vendendo chita no balcão.¹⁴⁷

Essa aparente ignorância, decerto proposital, quanto ao alcance do nosso conceito de Modernismo e da abertura provocada pelo movimento da qual o chamado “romance de 30” de algum modo se beneficiou, limitava o reconhecimento apenas do caráter iconoclasta dos modernistas de 22. Quase dez anos antes da entrevista a Homero Senna, no artigo ‘Decadência do Romance Brasileiro’, ao mesmo tempo em que identifica o trabalho de desobstrução dos modernistas, Graciliano encarcera tal esforço em si mesmo, deixando a tarefa de propor uma Literatura nacional exclusivamente aos “desconhecidos” de a partir de 30 que, surgindo de vários pontos do país,

¹⁴⁶ Ver essa tese em: LAFETÁ, João Luiz. Estética e ideologia: o modernismo em 30. In: *A dimensão da noite*, op. cit., p. 55-71. E seu contraponto, pelo menos sua relativização in: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 43-66.

¹⁴⁷ SENNA, Homero. *República das letras*: entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros, op. cit., p. 201-202.

se afastavam dos preceitos rudimentares da nobre arte da escrita e, embrenhando-se pela sociologia e pela economia, lançavam no mercado, em horrorosas edições provincianas, romances causadores de enxaqueca ao mais tolerante dos gramáticos.¹⁴⁸

A relação harmônica entre *Caetés*, a sintaxe, a gramática e a linguagem oral não continuará a mesma em *São Bernardo*. Nesta obra se respira um projeto que suplanta a ambição documental que caracteriza o romance de estreia. E esse segundo romance, inteiramente fincado no pós-1930, demonstra um autor contaminado pela missão do construtor, enfrentando a tradição literária brasileira, serva da fonte portuguesa ao tentar injetar nas veias da Literatura o veneno do verbo brasileiro, contaminando o verbo português do Brasil. Em carta de 1932, num raro momento de otimismo e satisfação, explica à esposa como isso se daria:

O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para brasileiro, um brasileiro encrencado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação, da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico?¹⁴⁹

Vinte anos depois, numa palestra proferida em 1952, um Graciliano debilitado fisicamente e quase irado atacaria duramente os novos literatos num discurso que os pôs em sintonia com as mudanças intencionadas pelos “rapazes” de 22, sobretudo Mario de Andrade, acusando-os de abandono da técnica e de produzirem Literatura grosseira, sem esmero, e com o objetivo de impor uma língua brasileira, projeto análogo ao que tinha quando escreveu *São Bernardo*. Sobre 22 e a ideia de Mário de Andrade fazer a “Gramatiquinha da fala brasileira”, comenta: “essa gramatiquinha não foi publicada, é claro: não existe língua brasileira. Existirá, com certeza, mais por enquanto ainda percebemos a prosa velha dos cronistas.” E sobre os novos poetas e romancistas, ataca:

O que não existe, ao sul, ao norte, a leste, a oeste, são as novidades de pretenderam enxertar na literatura, com abundância de cacofonias,

¹⁴⁸ RAMOS, Graciliano. Decadência do Romance Brasileiro. In *Garranchos – textos inéditos*, op. cit., p. 263.

¹⁴⁹ Carta 67, 01-11-1932. In *Cartas*, p. 134-135.

tapeações badaladas por moços dispostos a encoivarar duas dúzias de poemas em vinte e quatro horas e manufaturar romances com o vocabulário de um vendeiro.

Ninguém por estas bandas, que me conste, usou na linguagem falada preposições em fim de período. Esta construção inglesa não nos dará nenhum Swift. Porque em francês se diz *jouer avec*, o literato nacional descobre a pólvora escrevendo: “Temos aqui uma coisinha para a gente brincar com”. Tencionarão justificar isso lembrando a sintaxe dos índios, mas a verdade é que não falamos *nheengatu*, e a composição insensata, alegremente recebida por garotos propensos a conquistar a glória num mês, é falsa.¹⁵⁰

Para encerrar esse olhar para trás, que acabou recrutando mais eventos subsequentes, cabe destacar dois pontos: primeiro, transparece em Graciliano não a negação do Nacionalismo, inclusive na língua a ponto de haver um idioma brasileiro, essa possibilidade é que não é para agora, como aparece em mais de um comentário já citado – por quê? A resposta muito provavelmente está no forte apelo ideológico que tal inovação deveria encampar e o Brasil ainda não experimentara; segundo – e aqui entramos no olhar para frente – não parece haver, em relação a nossas raízes étnicas, lugar para a busca profunda, a compreensão e a adaptação na chegada da modernidade. Mais interessado no que sobreviveu como cultura falada, prática ordinária, traço psicológico, organização social e dinâmica econômica, trazidos pelo processo histórico até seu presente e deixando à mostra pistas que permita a compreensão das trajetórias e das possibilidades do próprio processo, Graciliano passa ao largo, por exemplo, do estudo apurado de uma herança cultural indígena. Não há maior esforço em ver a contribuição isolada das três etnias em nossa formação, tampouco uma preocupação em enxergar o homem brasileiro de então como resultado harmônico ou doloroso de amálgama racial. O caeté sobrevivendo em João Valério, o qual diante do espelho olha “o nariz bem feito, os olhos azuis, os dentes brancos, o cabelo louro”, não necessariamente é o miolo índio habitando a casca portuguesa, e sim o brasileiro de seu hoje que não consegue se livrar das raízes do processo histórico que o formou, processo tocado pela mão pesada do colonizador que, se não se isolou às práticas indígenas e depois africanas, foi quem instituiu as bases sociais, econômicas e político-administrativas do Brasil, ora implantando-as inflexivelmente, ora adaptando-as frouxamente. João Valério – brasileiro – é mais um olhar que a Literatura lançou sobre esta espécie de “pecado original”. No campo do ensaio, essa visão estaria

¹⁵⁰ *Linhas tortas*, p. 276-277.

mais próxima de um *Retrato do Brasil* – escrito e lançado enquanto *Caetés* era feito – que de um *Casa Grande & Senzala*, lançado no mesmo mês que o romance de estreia de Graciliano chegou às prateleiras.

Mas as duas últimas páginas do romance, transcritas quase na íntegra acima, antecipam, de certo modo, o ‘homem cordial’ que Sérgio Buarque de Holanda traçaria três anos depois do lançamento de *Caetés*. João Valério assume a figura do brasileiro, agora não o brasileiro de uma cidadezinha do interior, esse detalhe é abolido em prol da amplitude, e os ‘eus’ e os ‘meus’, espalhados no desabafo de Valério, têm o mesmo peso que os ‘nós’ e os ‘nossos’ fartamente distribuídos em *Raízes do Brasil*.

No inventário de suas características, no qual se extremam euforia e preguiça, veneração e desinteresse, inconstância e confusão, atravessa-lhe a peculiar relação que o brasileiro tem com a vida em sociedade, o peso da opinião alheia e a noção ambígua de individualidade, cuja defesa pouco resistente é compreensível diante do hábito de sofrer em público com uma ritualística bastante imprecisa, tangida mesmo pelo sabor dos sentimentos e pouco disfarçada numa polidez incompetente, porque jamais compreendida ou satisfatoriamente copiada do modelo europeu. O verniz que cobre o brasileiro seria poroso, portanto, incapaz de proteger tanto a palavra que entra – elogiosa, despertando a euforia e o planejamento ousado e pouco frutífero, ou crítica, levando à cama o ofendido que experimentará dolorosa paralisia – quanto a palavra que sai, na necessidade de expor que convoca, mais cedo ou mais tarde, a defesa da mentira. Em *Raízes do Brasil*, encontra-se facilmente um João Valério entre suas linhas:

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez.

[...]

No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro (...) tende a ser o que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.¹⁵¹

Contrastando-se a pouco firme postura de ateu, o comentário sobre a crença em deuses passageiros é outro expediente utilizado por Graciliano para falar da fraca vocação que tem o brasileiro de se interessar pelo conhecimento de sua

¹⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 147.

própria potência, preferindo pedi-la de empréstimo a outras culturas, ou satisfazendo-se em se sentir superior, evidenciando a fraqueza do vizinho, que também pode ser o vizinho temporal, o de ontem. Para Sérgio Buarque, a maneira peculiar com que se ritualiza o Cristianismo no Brasil é uma evidência a mais de que “a vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada”, mantêm-se o que se tem não numa estrutura rígida e sim numa substância mole, pois é fundamental que se opere a sensação de liberdade, já que parece possível “se abandonar a todo o repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades.”¹⁵²

Se *Raízes do Brasil* foi o veículo para Sérgio Buarque de Holanda “identificar qual passado estava então para ser superado”,¹⁵³ pode-se dizer que *Caetés* é o começo de uma série de “estudos” com finalidade análoga, mas numa outra esfera de conhecimento. Fato é, para Graciliano Ramos, e não só para ele, não havia graça alguma em sermos tupis tangendo alaúdes.

¹⁵² *Ibid.*, p. 151.

¹⁵³ MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico* – vol. 1. São Paulo: SECAC, 2001, p. 238.

4. CAPÍTULO III: BERNARDOS E ESQUÁLIDOS ¹⁵⁴

*A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso,
viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários,
miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado,
assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas.
Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos,
briguei com gente que fala aos berros
e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas.*

Graciliano Ramos
São Bernardo

*Entro a falar sobre minha vida de cigano, de fazenda em fazenda,
transformado em mestre de meninos. [...]
E coisas piores, que me envergonho e não conto ao Moisés.
Empregos vasqueiros, a bainha das calças roída, o estômago roído,
noites passadas num banco, importunado pelo guarda [...]
Mais tarde, já aqui em Maceió, gastando sola pelas repartições,
indignidades, curvaturas, mentiras, na caça ao pistolão.*

Graciliano Ramos
Angústia

Então, o país estava marchando para onde e tangendo o quê? Sem um fato específico decisivo – mesmo com uma reviravolta política de permeio, porque os processos históricos nelas avançam, mas não só delas se alimentam ou dependem – o país, ou melhor, suas elites econômicas e políticas, derrotadas ou vencedoras na passagem dos anos 1920 para os 30, empenharam-se em trilhar o caminho a ser seguido num cenário que em curto período passou da euforia para a crise do capital, e em que o Brasil teria de se desenvolver, buscando, ao mesmo tempo, ultrapassar a condição de país meramente exportador de matéria-prima e sistematicamente realizar a modernização no mundo do trabalho. Isso acontece menos por ruptura que por processos que equacionaram mudanças e acomodações. E a História mostrou que a agenda foi cumprida em parte e a partir de medidas políticas que tentaram, a todo custo e das mais variadas formas, enquadrar as relações sociais e as manifestações culturais num nacionalismo moderno que, a seu modo, imitava as experiências centralistas europeias do pós-guerra e que encontrou, inevitavelmente,

¹⁵⁴ Assim como o capítulo anterior, este utiliza o processo de feitura, aparecimento e repercussão de obras para expor Graciliano Ramos, tanto em sua trajetória pessoal quanto intelectual. *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936) dividem a tarefa de apresentar um autor mergulhado nas questões que dominam o cenário político, econômico e social do país, na primeira metade dos anos 1930.

outra variedade de resistências, tanto dos setores conservadores quanto dos progressistas, de orientação à esquerda.

E se o surto de modernidade experimentado por uma pequena fração do Brasil – esmigalhada em algumas capitais ou centros de entreposto comercial – permitia o vislumbre de todo um país renovado, seu restante – imagem da conservação de estruturas sociais arcaicas – era o respiradouro de parte da elite atrelada aos moldes de uma república feita para oficializar o mando e a exploração à revelia das novas regras do Capitalismo. Contudo, os grandes centros urbanos e os líderes de sua política voltada para as novidades modernas, também não estavam livres, ou melhor, mesmo eles exerciam papel apenas parcial no tocante às mudanças efetivas, afinal, também usufruíam as benesses de um sistema sustentado em séculos de exploração dos estratos sociais mais pobres do país; primeiramente, por meio de exploração escrava e, posteriormente, já no contexto da República, exploração do trabalhador livre e desprotegido, à mercê das vontades e humores patronais.

Visto “de longe”, como descrito nos parágrafos acima, o Brasil das décadas de 1920 e 1930 – em suas particularidades regionais (ainda elas estampas bem amplas da complexa realidade sociocultural) – estava no centro de uma encruzilhada com ideologias diversas a apontar-lhe várias direções. O caminho que parecia ser o mais pavimentado, e que depois mostrou sua forma, vinha sendo gestado desde o início dos anos 1920, com o movimento dos tenentes – também ele nada uníssono.¹⁵⁵

É nesse contexto, antes mesmo da reviravolta política de 1930 trazer a agenda de mudanças estruturais para o país, que a partir de 1922, outra agenda de mudanças entrava em confronto com estruturas igualmente sedimentadas, de ordem artístico-cultural. Nosso Modernismo, como definiu Mário de Andrade, “manifestado especialmente pela arte”, também havia manchado “os costumes sociais e políticos”, sendo “o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”. O balanço-testamento de vinte anos depois de um dos nomes

¹⁵⁵ Ver sobre os principais pontos do contexto tanto o clássico: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. II. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, quanto trabalhos mais recentes, que a partir do tema da cultura fizeram um balanço das principais questões na passagem dos anos 1920 para os 1930: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 146-158; BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e políticas. In BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 11-35.

mais importantes do “movimento modernista” traz essa visão possivelmente não tão nítida à época das investidas contra o *ancien régime* da cultura letrada brasileira. O papel de outros ramos do Modernismo, aqueles que se “dissolveram na política”, alinhando-se ao Estado pós-revolucionário de 1930 e, sobretudo ao Estado Novo, certamente ajudaram Mário de Andrade a melhor enxergar o papel da arte, assumida por ele a partir dos anos 1940 (melhor, mesmo, reafirmada), em plena crise mundial da Segunda Grande Guerra, como “mais larga e complexa”, tendo, portanto, “funcionalidade imediata social”, e sendo, com efeito, “uma profissão e uma força interessada da vida.”¹⁵⁶

Não à toa, intelectuais orgânicos do Estado Novo estabeleceram relação direta entre ‘a modernidade política’ imposta e o Modernismo. Típica tentativa nacionalista, ao mesmo tempo chamando a si mesma de novo, enquanto procurava ladrilhar o passado até o limite mais remoto, a fim de estabelecer uma tradição adormecida, apta a ser trazida para um movimento presente rumo ao futuro.¹⁵⁷ Exemplo mais nítido é a constante contribuição de Cassiano Ricardo na construção de uma ancestralidade bandeirante do Estado Novo.¹⁵⁸

Como a progressiva perda da importância do município e dos líderes locais, os coronéis pertencentes a uma rede oligárquica¹⁵⁹ e o surgimento de uma Literatura voltada menos para as questões de nossa formação (à exceção dos importantes ensaios de base historiográfica e/ou sociológica) do que para os pontos mais sensíveis de nossa “deformação” social (espaço ocupado pelas letras ficcionais), outros elementos dessa realidade compõem o mosaico de um país cujos movimentos rumo à transformação são bastante desiguais, pois, ao mesmo tempo em que rupturas a caminho podiam ser anunciadas por e para uma minoria rica e influente da população, em especial a urbana, permanências de estruturas políticas e culturais podiam fortemente ser sentidas por uma maioria acostumada a ver as minorias lhe ditarem o modo de viver e o lugar na sociedade – para esses, não importando estar na cidade ou no campo, o Brasil não possuía qualquer

¹⁵⁶ ANDRADE, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002, p. 253; 276.

¹⁵⁷ Para a questão do nacionalismo, ver BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹⁵⁸ RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. In *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, mar./1941. Essa questão voltará no oitavo capítulo, quando discutirei o papel do intelectual e das letras na política brasileira.

¹⁵⁹ Ver a questão no clássico LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

interrogação em seu formato quando pensado, a conformação social (e a palavra “conformação” aqui tem mesmo dupla função), trazia o peso da tradição que as lufadas modernas, quando vinham, pareciam fazer mais reafirmar que estremecer.

Graciliano Ramos viveu a juventude e boa parte da fase adulta numa porção do país que apresentava poucas possibilidades de variação para o quadro dentro do quadro, que era o conteúdo teimosamente arcaico numa fôrma de modernidade, mas que, em última instância, a tradição arcaica corroborava de modo particular para o desenvolvimento dessa modernidade centralizadora e personalista, embora fosse constantemente apontada como o ‘calcanhar de Aquiles’ do desenvolvimento do país, o que, de certo modo, inaugurava um novo regionalismo, de caráter particular, funcional, agregado a um todo como a polifonia a serviço de um canto orfeônico.¹⁶⁰ Graciliano chegou, inclusive, a permear essa estrutura na posição de administrador local duma cidade de pequeno porte, quando parte de suas preocupações se voltava para fazer o município funcionar, e a outra parte refletia sobre as reais condições de evolução de um município com tamanhos e profundos vícios sociais.

Sua entrada no serviço público, na última metade dos anos 1920, e a continuidade nele até o fim da vida, passando pela convulsão revolucionária de 1930, em Maceió; o golpe de manutenção de 1937, no Rio de Janeiro; o golpe de redemocratização de 1945; a volta de Getúlio Vargas (1882-1954) ao topo do poder federal pelo voto popular, tudo isso, mas, sobretudo, os primeiros anos do decênio de 1930, na capital do Estado, e sua experiência como prefeito, no interior, deram material para Graciliano construir textos nos quais apareciam, numa esfera ao mesmo tempo mais sociológica e psicológica, novos “caetés”, novos (ou nem tanto assim) brasileiros que enfrentavam a realidade dos tempos que se anunciavam modernos.

Esses brasileiros são os “bernardos” e “esquálidos” do título deste capítulo. Entre eles e o João Valério de *Caetés* há alguma semelhança, mas ambos estão distantes do fastio liberal que conduzia as ações do guarda-livros. Paulo Honório, o

¹⁶⁰ Segundo Lúcia Lippi Oliveira, os ideólogos “imbuídos dessas diferentes matrizes regionais têm presença e atuação destacada na estrutura organizacional do Estado Novo. O governo autoritário passa a assegurar de tal forma a centralização, que as manifestações regionais não ameaçam o todo, mas, ao contrário, apenas mostram a diversidade na composição da sociedade brasileira.” OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*, op. cit., p. 197.

bernardo¹⁶¹, é o capitalista ambicioso a colecionar conquistas que depois não consegue manter; Luís da Silva, o esquálido,¹⁶² é o carente funcionário público, estreitado em sua própria angústia, numa busca desesperada por espaço na sociedade e algum reconhecimento. Os dois são respectivamente os protagonistas de *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936) e ambos são extremas do comportamento social guiado pela ambição, pela incapacidade de confiar, pela disputa, pelo que prega a ordem econômico-social em processo de vigência, adentrando as portas das escolas, alimentando modernos discursos políticos, estampando as páginas dos jornais, entremeando-se nas ações cotidianas e, ainda assim, incapaz de se descolar por completo da cartilha tradicional que arrastava modos pré-capitalistas de convívio e exercício de poder.

Este capítulo trata, portanto, de um Brasil em movimento, com suas frações sociais se vendo mais claramente. O conflito aparece como resultado de ações, e o desenrolar dos acontecimentos não parece mais ser guiado pela mão invisível do acaso, como acontecia em *Caetés*. A crítica aparece mais forte, porque vê-se com mais clareza as contradições da República. E se em *Caetés* o passado é constatado na sobrevivência dos hábitos, em *São Bernardo* e *Angústia* salta a sobrevivência do passado através da violência e do abuso, os quais lança mão o próprio Estado, praticamente sumido no livro de estreia do escritor. Neste, a modernidade era uma estranha que chegava; naqueles, ela é uma íntima presença, de cujas promessas de mudança não se consegue confiar. Sob a luz elétrica, então passado o ânimo da novidade moderna, enxerga-se o chão ocreado da realidade. O final de cada um dos romances é um apagar de luzes. Um convite a pensar.

¹⁶¹ Apesar de estar diretamente associado a São Bernardo de Clairvaux (1079-1153) e à Ordem de Cister, criada no século XI, o termo 'bernardo' também tem significado pejorativo, relacionado à glotonaria e às ações exageradas para satisfazer o apetite voraz; essas ações podem ser chamadas de 'bernardices'.

¹⁶² O termo 'esquálido' tem dois sentidos associados: imundo ou descuidado e desnutrido ou abatido. Qualquer dos dois sentidos cabe perfeitamente na figura de Luís da Silva e no teor geral do romance, que poderia se chamar 'esqualidez', devido às passagens que aproximam o homem da sujeira, gerando repugnância. À época, e depois, vários críticos, incluindo-se o equilibrado Antonio Candido, não se contiveram em chamar a atenção para essas passagens, deixando mesmo transparecer o desconforto que elas lhe causaram, como se houvessem, de algum modo, manchado o romance – em *Ficção e Confissão*, Candido chama a passagem de Luís da Silva sentindo a presença de Marina no banheiro contíguo de “página grosseira”. CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*, op. cit., p. 55.

4.1. Os lados do poder: mapas do conflito

Graciliano prossegue na tarefa de perscrutar os 'caetés' do Brasil, mas, nesses textos dos anos 1930, eles estão postos em dois polos que, de certo modo, ombreiam o cenário do primeiro romance, mas sem a ele se oporem em fronteiras rígidas: o primeiro, uma claustrofóbica propriedade rural, cujas práticas modernas de beneficiamento consorciavam-se com o que, à época e depois, foi chamado por significativa parcela da crítica literária e de influente grupo de análise da situação brasileira de rescaldo feudal de nossa formação; o segundo, paisagem aberta de uma capital litorânea fora do eixo decisório do país, cuja movimentação social de superfície escamoteia posições bastante fincadas no "quem é quem" basilar do poder local.

Porém, antes de ver mais de perto *São Bernardo*, *Angústia* e seus protagonistas, será preciso voltar mais uma vez para os anos 1920, onde está o nascedouro desses personagens e a situação pessoal do escritor que os animou.

Como visto há pouco, antes de se tornar prefeito, o viúvo Graciliano empenhara-se na tarefa de escrever um romance, enquanto ensinava e administrava os negócios da família. Antes disso, porém, outro projeto era aventado, embora seu contexto o permitisse mais como desejo do que mesmo como programa: voltar ao Rio de Janeiro e continuar de onde parara, em 1915.

Após a colaboração no semanário de Palmeira dos Índios, portanto, no início dos anos 1920, um Graciliano desesperado e, por isso mesmo, tendente ao exagero, escreve ao amigo Joaquim Pinto da Mota Lima Filho, contando-lhe da sua situação após a morte da esposa:

Pedes-me que te fale de minha vida e de meus filhos. Que te posso eu dizer, meu bom amigo? Sou um pobre-diabo. Vou por aqui arrastando-me, mal. Há cinco anos não abro um livro. Doente, triste, só – um bicho. Tenho quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria. Esta, coitadinha, provavelmente não viverá muito, está à morte. Se morrer, será uma felicidade. Para que viver uma criaturinha sem mãe? Os outros são três rapazes endiabrados. O mais velhinho, de quatro anos, conhece as letras e já começa a ler os títulos dos artigos dos jornais. São desenvolvidos, mas o segundo, Júnio, é de uma estupidez que espanta. Será feliz, talvez. Muito atirado, vaidoso, não tem amizade a ninguém. Não conhece uma letra nem quer saber das rezas que uma tia tenta meter-lhe na cabeça. São eles que aqui me prendem, meu velho. Já teria voltado para aí, se tivesse ficado só. Malgrado as desilusões, a cidade ainda me tenta. Se um dia me for possível, voltarei. É um sonho absurdo, talvez. Para voltar necessito uma fortuna, e, apesar da guerra, estou quase nas condições em que estava quando aqui cheguei.¹⁶³

¹⁶³ Carta 30, 10-05-1921. In *Cartas*, p. 74.

É o período de retração literária, de profundo mergulho na sociedade, da qual o autor colherá seus primeiros protagonistas e a vasta lista de personagens secundários que compõem a urdidura das primeiras obras. Esse período é também marcado por fundo desespero. Impossibilitado de voltar à capital federal, desgostoso com os negócios que iam mal e infeliz na sua viuvez, dum diálogo entre o duro universo ao seu redor, decerto piorado pelo filtro pessimista de seu universo interior, e esse mesmo universo interior, chagado pelos acontecimentos e pela visão de um futuro nada promissor, surgiu o acanhado retorno à Literatura, mais como fuga que mesmo como expressão artística.

Dois depoimentos do autor, um de 1939, 'Alguns tipos sem importância', e outro de 1945, 'Paulo Honório', mostram como a escrita de Graciliano está em profundo consórcio com o andamento de sua vida pessoal, sendo, contudo, o teor de sua narrativa dificilmente marcado por dobra sobre sua própria face – distanciamento fundamental que marca sua posição de destaque na Literatura Brasileira, ao mesmo tempo em que exige de seu leitor interessado que seja considerada a porção extratextual de seus textos.

Foi a partir deles que se soube como apareceram, ainda que em forma de rascunho, João Valério, Paulo Honório e Luís da Silva. O primeiro, caeté em mangas de camisa; o segundo, bernardo que mergulha na falta de medida do ter; o terceiro, esqualido em sua paradoxal quixotice mesquinha.

Devo declarar, logo no começo, que nunca supus ajeitar-me a este indecente meio de vida. É certo que, por volta dos treze anos, achei que devia ser agradável construir uma espécie de *Inocência* ou *Casa de Pensão* e fiz algumas tentativas. Com o correr do tempo os modelos se tornaram maiores, mas aí veio o bom senso e vieram ocupações razoáveis: a ideia de ser literato desapareceu completamente.

Há alguns anos porém, achei-me numa situação difícil – ausência de numerário, compromissos de peso, umas noites longas cheias de projetos lúgubres. Esforcei-me por distrair-me redigindo contos ordinários e em dois deles se esboçaram uns criminosos que extinguiram as minhas apoquentações. O terceiro conto estirou-se demais e desandou em romance, pouco mais ou menos romance, com uma quantidade apreciável de tipos miúdos, desses que fervilham em todas as cidades pequenas do interior. Várias pessoas se julgaram retratadas nele e supuseram que eu havia feito crônica, o que muito me aborreceu.

(...)

Nesses oito anos deram-se graves desarranjos na minha vida: mudanças, viagens, doenças, ocupações novas, uma trapalhada medonha. Outra vez assaltado por ideias negras, lembrei-me dos criminosos dos contos. Um deles entrou a perseguir-me, cresceu desmedidamente, um que batizei com o nome de Paulo Honório e reproduzia alguns coronéis assassinos e ladrões meus conhecidos.

(...)

A verdade é que os meus negócios andavam encrencadíssimos. É possível que esse sujeito reflita alguma tendência que no autor existisse para matar alguém, ato que na realidade não poderia praticar um cidadão criado na ordem acostumado a ver o pai, homem sisudo em meio termo, pagar o imposto regularmente.

Não reli o conto, receando que o protagonista não estivesse lá como eu agora o via enorme e que os comparsas, uns bonecos silenciosos de tempo da gramática, me atrapalhassem a composição que iniciei doente e interrompi quando entrei no hospital. Ao sair, arrastado ainda com a barriga aberta, findei o trabalho.

Em 1935 novas dificuldades me surgiram – e o criminoso do outro conto me importunou. Localizei esse tipo na capital, fiz dele um pequeno funcionário, último galho duma família rural estragada, e dei-lhe um nome insignificante. Luís da Silva, condenado a passar despercebido era prejuízo certo para o editor. Foi o que eu disse a José Olímpio quando ele me falou a respeito da publicação.

-- Não vende cem exemplares.

Foi o que eu disse. Vendeu mais porque algumas pessoas querendo ou sem querer, fizeram do livro uma propaganda imerecida, em consequência dum trambolhão muito sério que dei involuntariamente. Sim senhor, involuntariamente.

O meu Estado é um Estado respeitável e tem produzido homens de consideração, até alguns heróis. Foi lá que se comeu o bispo Sardinha, em 1559. Enfim é um Estado de que nos orgulhamos. Mas tem o defeito de ser pequeno e estar repleto. Por isso lá nos apertamos e nos incomodamos. Afinal emigramos. É o meu caso, emigrei. Ou antes, fui emigrado em condições bem desagradáveis. Essa viagem inesperada contribuiu para que vários leitores travassem conhecimento com o meu Luís da Silva, o que não teria sucedido se ele e eu vivêssemos ainda na nossa modesta capital, bocejando nas repartições.¹⁶⁴

Este depoimento de 1939 é amplo, abrangendo as situações em que se encontrava o escritor durante as quase duas décadas que separam esses primeiros “contos ordinários” do sucesso editorial *Vidas Secas*, com seu autor consagrado por *Angústia*, mas sem qualquer estabilidade financeira. Daí Graciliano dizer que o literato pertence a um indecente meio de vida, que a poucos dá estabilidade.

Neste primeiro depoimento, apesar de o autor qualificar Paulo Honório e Luís da Silva de criminosos, também os chama de “coronel” e “funcionário”, respectivamente, sugerindo o ambiente e as particularidades socioculturais de cada trama, o que demonstra uma preocupação que vai além da motivação psicológica para execução dos crimes e uma forte ligação entre o lugar narrado e a atmosfera do lugar de onde se narra. Paulo Honório ganha corpo definitivo no interregno palmeirense das estadas em Maceió, quando Graciliano pode refletir o exercício do poder num comparativo capital/interior, vendo distanciadamente seu próprio papel como prefeito e a relação ‘coisa pública’/mando local, observando os rumos

¹⁶⁴ *Linhas tortas*, p. 194-196. Este depoimento foi escrito a pedido do crítico e historiador cultural Brito Broca (1903-1961).

possíveis para os coronéis. Luís da Silva, personagem urbano de passado rural, ganha as ruas da capital alagoana no retorno de Graciliano para o serviço público, agora como diretor da Instrução Pública de Alagoas, portanto, um funcionário.

Outro ponto interessante é a relação entre a necessidade de escrever, a situação de apuros em que se encontra o autor e o tipo de sujeito que brota da observação do mundo a sua volta e dos sentimentos que o afligem: em 1924, data que o autor somente sugere neste depoimento, mas explicita no de 1945, quando aparecem os seus criminosos, ele se encontrava em “situação difícil”; oito anos depois, portanto, 1932, quando começa a escrita de *São Bernardo*, os “negócios andavam encrocadíssimos”, pois Graciliano havia renunciado ao cargo no governo de Alagoas; em 1935, a escrita de *Angústia* veio acompanhada de “novas dificuldades”. Se isso não sugere que os romances do escritor alagoano só possam ser entendidos à luz de sua trajetória pessoal, no mínimo indica uma forte presença do ‘eu’ escritor nos ‘eus’ personagens. A ideia de “esboçar” criminosos (sujeitos capazes de levar às últimas consequências suas ambições ou senso de justiça) surgir justamente em momentos de “projetos lúgubres” – sendo que Paulo Honório, reprodução de alguns “coronéis assassinos e ladrões” conhecidos, é um sujeito que poderia refletir “alguma tendência que no autor existisse para matar alguém” – tudo isso mostra a Literatura funcionando como exteriorização das sensações de um autor incapaz de inventar a partir da pura imaginação, condenado a só se abalançar a “expor a coisa observada e sentida”,¹⁶⁵ comportando-se, assim, como um esquadrinhador da realidade, cujo resultado de suas observações está num suporte diverso do científico, exigindo do (ou conduzindo ao) seu leitor uma apreciação, de saída, ligada ao seu aporte da ficção.

Luís da Silva surge no final do depoimento¹⁶⁶ para ocupar o lugar da insignificância num ambiente mais passível de mudanças significativas do que o território fechado da fazenda São Bernardo ou num descampado vivido e internalizado pelos personagens que mais tarde apareceriam em *Vidas Secas*, este último fortemente influenciado pela experiência da prisão do autor e pela necessidade de tecer o caminho de volta rumo à sua infância, infância também daqueles tempos que culminaram no Estado Novo. Por isso, Luís da Silva é – mais

¹⁶⁵ *Memórias do Cárcere*, v. 1, p. 61.

¹⁶⁶ Quando digo “final do depoimento”, refiro-me a parte aqui transcrita, pois o autor ainda fala do processo de criação de *Vidas Secas*, já tratado anteriormente.

do que o mesquinho, preguiçoso e enfasiado João Valério, ou o cruel, ambicioso e solitário Paulo Honório, ou o bruto, insulado e miserável Fabiano – o retrato mais contundente do fracassado.

No entanto, Graciliano não estava sozinho nessa tendência à exposição do “fracassado nacional”, como chamou Mário de Andrade, no famoso artigo ‘Elegia de abril’, de 1941. Para Mário de Andrade, o “triste personagem de *Angústia*” seria um dos muitos que compõem um preocupante fenômeno, fruto exclusivo do ambiente contemporâneo – leia-se, anos 1930:

Se o complexo de inferioridade sempre foi uma das grandes falhas da inteligência nacional, não sei se as angústias dos tempos de agora e suas ferozes mudanças vieram segredar aos ouvidos passivos dessa mania de inferioridade o convite à desistência e a noção do fracasso total. E não é difícil imaginar a que desastrosíssima incapacidade do ser poderá nos levar tal estado-de-consciência. Toda esta literatura dissolvente será por acaso um sintonia de que o homem brasileiro está às portas de desistir de si mesmo? ¹⁶⁷

O alarma soado por Mário de Andrade traz, possivelmente, o sentido de haver nesse fenômeno recente a substituição do personagem “povo”, imbuído de um mecanismo autolibertador adormecido, cujo romance social poderia despertar, por esse personagem “fracassado”, que à denúncia opaca associaria à renúncia trágica e cujo resultado dificilmente fugiria à sensação de angústia paralisante diante da realidade. Isso deixa o *Angústia*, como acontecera com o *São Bernardo* e o próprio *Caetés*, a meio caminho dos anseios ideológicos de então, perdendo a luta intelectual um instrumento didático eficiente, ganhando a Literatura nacional mais um clássico, equilíbrio entre a visão do social e o aprofundamento psicológico, tendo a História da cultura mais um nó com que lidar. Mas uma pista merece ser seguida e mais adiante ela retornara: é o fato de Graciliano ter feito de Luís da Silva o “último galho duma família rural estragada”, dando-lhe “um nome insignificante”. Talvez Graciliano não estivesse somente construindo o tipo fracassado e *Angústia* traga em suas páginas possibilidades ou, ao menos, significantes alertas para os que defendiam determinado projeto de Brasil.

Por fim, esse primeiro depoimento traz, no estilo típico de Graciliano, a associação entre o tom do comentário que tece sobre *Angústia* às cores crepusculares do romance, parecendo mesmo ser o próprio Luís da Silva quem se está comentando na criação do outro. A lucidez (ou desconfiança) de Graciliano não

¹⁶⁷ ANDRADE, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 212-214.

o permitia ver o acolhimento desse romance, incluindo-se a concessão do prêmio Lima Barreto, dissociado do que ocorrera com seu autor: preso político que amargou nove meses nos calabouços do governo federal; o que teria, segundo ele, feito com que “vários leitores travassem conhecimento com o meu Luís da Silva, o que não teria sucedido se ele e eu vivêssemos ainda na nossa modesta capital, bocejando nas repartições”.¹⁶⁸

Mais voltado para a construção do personagem Paulo Honório e do projeto do que se tornou o segundo romance de Graciliano, embora traga muito do que fora dito no depoimento de seis anos antes, o segundo depoimento expõe, pormenorizadamente, ou com novos pontos de vista, a situação do escritor que até então publicara praticamente poemas e crônicas:

Em 1924, em Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, encontrei dificuldade séria, pus-me a ver inimigos em toda parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei. Talvez isto não seja tão idiota como parece. Abandonando o contas-correntes, o diário, outros objetos de minha profissão, havia-me embrenhado na sociologia criminal. Que me induziu a isso? Teria querido matar alguns fantasmas que me perseguiam?

Naquele inverno de 1924, numa casa do Pinga-Fogo [bairro de Palmeira, onde se passa boa parte da trama de Caetés], sentado à mesa da sala de jantar, fumando, bebendo café, ouvindo a arenga dos sapos, o mugido dos bois nos currais próximos e os pingos das goteiras, enchi noites de insônia e isolamento a compor uma narrativa. Surgiu um criminoso, resumo de certos proprietários rijos existentes no Nordeste. Diálogo chinfrim, sintaxe disciplinada, arrumação lastimosa. Felizmente essas folhas desapareceram. Mas as preocupações que me afligiam desapareceram também, pelo menos adelgçaram: ressurgi, desenferrujei a alma, tornei-me prefeito municipal. Aventuro-me a admitir, pois, que o suicídio se tenha de fato realizado.

Passaram-se anos. Deixei a prefeitura, vendi a loja, mudei-me para Maceió e fui bocejar, falar ao telefone e discutir literatura na Imprensa Oficial. Em consequência da bagunça revolucionária de 30, demiti-me – e no começo de 1932 arrastava-me para de novo em Palmeira dos Índios, com vários filhos pequenos, sem ofício nem esperanças, enxergando em redor nuvens e sombras.

Nessa crítica situação voltou-me ao espírito o criminoso que em 1924 me havia afastado as inquietações – um tipo vermelho, cabeludo, violento, de mãos duras, sujas de terra como raízes, habituadas a esbofetear caboclos na lavoura. (...) E, sem recorrer ao manuscrito de oito anos, pois isto prejudicaria irremediavelmente a composição, restaurei o fazendeiro cru, à lápis, na sacristia da igreja enorme que meu velho amigo padre Macedo andava a construir.

(...)

¹⁶⁸ Numa carta a Murilo Miranda, de 11 de junho de 1937, Graciliano agradece aos organizadores do prêmio Lima Barreto, da *Revista Acadêmica*, e membros do júri a indicação de *Angústia* para ganhador do prêmio, mas aponta a importância do ato, que segundo ele “não se tratou de literatura”, residir no fato de ter sido “um ato de coragem indispensável num momento de covardia generalizada”, tendo sido o prêmio não concedido a ele, Graciliano, e sim às “centenas de criaturas” que se achavam em condições análogas às suas, no cárcere do Estado que em breve se anunciaria novo. *Garranchos*, p. 151-153.

Finda a escrita, copiei-a, tentando suprimir-lhe excrescências e acessórios dispensáveis. Houve, pois, três redações: uma completamente abandonada em 1924, duas em 1932. Esforcei-me em demasia para conseguir simplicidade.

Em novembro Paulo Honório me parecia mais ou menos apresentável. Acompanhou-me à capital. Valdemar Cavalcanti datilografou-o. Gastão Cruls editou-o. E os críticos lhe dispensaram algumas cortesias.¹⁶⁹

Já assentada na feitura do romance, no percurso até chegar à linguagem enxuta e em seu processo de reescrita/acabamento, a segunda metade do depoimento traz a confirmação de um procedimento marcante no escritor: a não recorrência a manuscritos ou esboços, como tornaria a acontecer a partir do ano seguinte, quando o autor inicia a escrita de *Memórias do Cárcere* sem as preciosas notas da prisão, jogadas na água por temor de uma revista e flagrante complicarem ainda mais sua situação na Colônia Correccional. Uma importante observação em *Memórias do Cárcere* confirma a prática do autor em se desfazer de textos considerados menores e a sustentação prática da atitude, que significava, em última instância, não transformar a escrita das memórias num exercício quase acadêmico-científico de realismo:

Representavam meses de esforço, nenhuma composição me fora tão desigual e custosa, mas naquele momento experimentei uma sensação de alívio. Não me ocorreu o prejuízo. [...] Perda escassa: estavam pessimamente redigidas, e longos anos tantas vezes me sucedera queimar prosa ordinária que não me abalava a destruição de mais algumas páginas. De certo modo aquilo desculparia o desânimo e a preguiça, serviria de pretexto para furtar-me à obrigação cacete.¹⁷⁰

Do conto de 1924, volta apenas seu personagem central, que novamente tomaria corpo, arrastando consigo as razões cingidas a seu aparecimento e que, de algum modo, uniam-se à difícil conjuntura favorável ao seu retorno. Essa atmosfera de “nuvens e sombras” servia tanto ao entendimento do passado breve quanto, diante dos últimos acontecimentos, recrutava elementos desse passado para o entendimento do presente e a visualização do futuro. Não à toa, a narrativa em primeira pessoa é, ao mesmo tempo – em tom confessional, meio para atingir a

¹⁶⁹ *Garranchos* – textos inéditos, p. 272-273. O texto feito a pedido do jornalista e colecionador João Condé, que publicava na revista *O Cruzeiro* a coluna ‘Arquivos Implacáveis’. Este depoimento de Graciliano e de outros importantes autores brasileiros formaram o volume CONDÉ, João (org.). *10 Romancistas falam de seus personagens*. Rio de Janeiro: Edições Condé, 1946.

¹⁷⁰ *Memórias do Cárcere*, v. 2, p. 39.

expição – o olhar ao passado (matéria-prima mesma do romance) e gesto de expectativa.

O início do depoimento tem o mesmo tom daquele de 1939: a associação entre o nascimento de um personagem violento, “resumo de certos proprietários rijos existentes do nordeste” com momentos de séria dificuldade. Mas dois pontos merecem maior atenção: primeiro, a referência à leitura da “sociologia criminal”. Se a leitura de muitos clássicos românticos, naturalistas e realistas foi base dialógica em favor do aparecimento de *Caetés*, o contato com a leitura de outras áreas, incluindo também o Direito Comercial,¹⁷¹ evidencia que, a um só tempo, as personagens, os enredos que as constroem e o próprio escritor estavam ampliando-se tanto em alcance quanto em profundidade na incontornável consonância com o contexto, já que a premissa de não perder o chão realista continuou mantida. Foi assim que surgiram os contos ‘A carta’ (*São Bernardo*) e ‘Entre grades’ (*Angústia*), exercícios de uma Literatura que, ao menos em temática, já se diferenciava do outro conto que cresceria primeiro, vindo a ser, entre 1925 e 1928, *Caetés*.

O segundo ponto diz respeito à expressão: “... desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei.” De certo modo, ela faz par com aquela expressão “alguma tendência que no autor existisse para matar alguém”. Ambas sugerem se não uma tendência verdadeiramente violenta do autor, tanto para o ato no contexto específico quanto na ação de recordar tais momentos, a violência como esfera da sociedade brasileira que não se quer ou não se pode simplesmente ignorar na literatura. Os dois depoimentos, respectivamente datados no início e no fim da Grande Guerra, também eles não escaparam à necessidade, ou missão, de estabelecer o sincronismo entre a palavra escrita e o sofrimento na carne.

¹⁷¹ Nas memórias da convivência com o pai, Ricardo Ramos registra dois momentos que revelam a intimidade do escritor com essas leituras acessórias na construção de Paulo Honório e Luís da Silva: “As leituras de meu pai sempre me surpreenderam. Uma noite, cursava a faculdade e lia *O homicida*, de Ferri. Ele chegou e perguntou o que era, mostrei, falou do livro mencionando trechos, destacando um ou outro aspecto, segui a conversa com Beccaria, Lombroso e Garofalo. Bem à vontade em criminologia, no humanitarismo italiano. Eu já o tinha visto assim com história ou sociologia, mas aquilo era demais. Riu do meu espanto:

– Você acha que eu teria feito o Luís da Silva sem estudar isso?”

Dois anos mais tarde, provavelmente às voltas com outra prova, ele me encontrou lendo direito comercial. E veio me ensinando (...) Foi minha vez de perguntar:

– Onde diabo você aprendeu isso?

E ele, reflexivo, me respondeu:

– Em 29 eu aguentei a crise, a prefeitura de Palmeira e você.

Fora o ano em que nasci. Acidente, mas contornável. Tanto que seguiu, concluindo:

– Se não soubesse um pouco de direito comercial, de escrituração, eu tinha falido. Mas não, sobrevivi. Porque não mandei fazer por mim.” RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado, *op. cit.*, p. 111.

Mas, ao contrário da passagem que fala em matar alguém, logo desdita no decorrer do depoimento, a que se refere ao suicídio vai crescendo, provocando o interesse em saber do que exatamente Graciliano está falando, já que após arrolar suas assolações – coincidentes com os choques da viuvez – e destacar a perda das folhas manuscritas, onde os contos dormiam, associa ele seu ressurgimento para o mundo à condição de prefeito municipal, a qual o comerciante, professor e escritor colaborador de revistas é alçado ou, pelo tom como coloca a situação, rebaixado. É nesse exato momento da narrativa que a questão do suicídio volta, dessa vez em forma de ratificação: “...se tenha de fato realizado.” A questão é interessante porque apesar de os problemas financeiros persistirem e a desconfortável associação a setores conservadores da política local trazerem mais problemas que facilidades, é nesse período, início de 1928, entre a eleição e a posse, que Graciliano conhece Heloísa, uma avassaladora paixão que em dois meses, mais precisamente no dia 16 de fevereiro de 1928, levaria o prefeito recém empossado novamente ao altar. Heloísa acompanharia Graciliano até o fim da vida, sendo a guardiã de seus escritos e a divulgadora de sua obra na segunda metade do século XX. Portanto, Graciliano estava vivendo um momento de renovação, “desenferrujando” a alma, como ele mesmo afirmara. O suicídio aparece como alegoria da posição de prefeito, sobretudo porque se tratava de uma configuração que permitia uma ação efetiva, ou, ao menos, a ilusão de que a ação poderia existir, ao mesmo tempo em que colocava Graciliano num jogo político atrelado ao passado e à caduquice de um sistema que veria seu fim (ao menos seu desmonte) acontecer em breve, encontrando-se o escritor de *Caetés*, como dito antes, no lado dos perdedores, quando da reviravolta política de 1930.

Mais uma vez, faço referência a Mário de Andrade, agora na tentativa de compreender a posição de Graciliano, na utilização semelhante da palavra “suicídio”, inclusive quando ao homem de letras parece substituir o administrador público. Em carta a Murilo Miranda, de novembro de 1936, o autor de *Macunaíma* elabora o aspecto central desse “suicídio”, ao explicar o porquê de assumir o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, administrada por Fábio da Silva Prado, tio de Caio Prado Jr. e sobrinho do primeiro prefeito da cidade durante o regime republicano: “Me lembro perfeitamente bem que disse para você que encarava isso com um suicídio... porque não podia aguentar mais ser um escritor sem definição política.” Nesse ponto específico, Graciliano estava em posição diferente. Não era

conhecido, não tinha sobre si pressão por definição e estava longe de qualquer centro de poder. Mas, assim como o nacionalmente conhecido e respeitado Mário de Andrade, o professor e comerciante do interior Graciliano Ramos sabia que podia ampliar sua ação, contribuir, modificar a realidade sem, contudo, modificar-se como artista, mesmo um artista em gestação que sequer tinha pista sobre seu destino de escritor. Na continuação da carta a Murilo Miranda, Mário de Andrade explica a questão do “suicídio” melhor do que eu o poderia: “O Departamento vinha me tirar do impasse asfixiante, ao mesmo tempo que dava ao escritor suicidado uma continuidade objetiva à sua ‘arte de ação’ pela arte.”¹⁷² Arte de ação pela Arte. Graciliano não poderia fazer isso como administrador de uma cidade que sequer possuía um Departamento de Cultura. Tentou fazê-lo pela educação básica, logrou algum êxito, mas a expressão usada por Mário de Andrade – claramente referindo-se à política cultural desenvolvida no espaço de poder que assumira – pode, e deve, no caso de Graciliano, ser entendida invertidamente: a Arte agindo dentre da ação. Como já fora comentado, a Arte se manifestaria nos famosos relatórios administrativos, fazendo muito do *Caetés* aparecer disfarçadamente entre cifras, justificativas orçamentárias, listas de ações do executivo local.

Essa questão do “suicídio” não está fincada somente no desvio para o campo da política, caminho que, aliás, não ofereceu a Graciliano possibilidade de pleno desligamento, desde então. É importante lembrar que o manuscrito do depoimento data de 18 de outubro de 1945, mais ou menos dois meses após a filiação do escritor ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que não descarta a possibilidade de no texto estar embutida não só a reflexão sobre como se tornar prefeito pode ser o suicídio de um escritor, mas de como esse ser social específico, agora oficialmente militante da causa progressista, teve um começo no plano da vida pública reconhecidamente equivocado, se não em ação, mas em posição ocupada no tabuleiro político de fins dos anos 1920.

Fato é que a complicada atuação de Graciliano na Prefeitura de Palmeira dos Índios, conjuntamente às atividades no magistério, no comércio, no jornalismo e ao aporte literário que incluía até profundo conhecimento de mitologia, tudo isso possibilitou que, do olhar sobre seu tempo, surgissem livros que simultaneamente

¹⁷² Sobre a carta de Mário de Andrade a Murilo Miranda ver em: MOURA, Fabiana Silveira. *Modernismo, política e poder*: seguindo as pistas deixadas pela leitura da *Atlântico Revista Luso-Brasileira*. 2012. 187 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Teologia e ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012, p. 46-77.

davam conta do drama social e do mal-estar individual de figuras simbólicas importantes para o entendimento de um país que experimentava o trauma de transformações socioculturais, ao mesmo tempo em que, temente a mais traumas, agarrava-se a aspectos sedimentados das relações sociais e institucionais, o que só agravava o trauma quando vinha a transformação, geralmente imposta, parcamente compreendida, sobejamente elitista.

Exemplo aparentemente tangencial, mas revelador da dificuldade de compreensão de um país interior é o depoimento de José Lins do Rego, quando do encontro, em 1927, com o comerciante, professor e presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios Graciliano Ramos, então às voltas com a trama de *Caetés*:

O tabelião de Mata Grande nos havia dito: os senhores vão encontrar em Palmeira dos Índios o homem que mais sabe mitologia em todo o sertão. Nós éramos dois literatos numa comitiva oficial. Que homem terrível seria este de Palmeira? Um homem com todos os deuses e deusas da mitologia para nos esmagar na conversa. Fiquei com medo do sábio sertanejo. E de fato, na tarde do mesmo dia entrávamos em contato com a fera em carne e osso. O prefeito nos apresentou: este é o professor Graciliano Ramos. – Professor de coisa nenhuma – foi nos dizendo ele. E ficou para um canto da sala encolhido, de olhos desconfiados, com um sorriso amargo na boca, enquanto o governador falava para os correligionários. Quis provocá-lo, e tive medo da mitologia. Mas aos poucos fui me chegando para o sertanejo quieto de cara maliciosa. Falou-me de uns artigos que havia lido com a minha assinatura, com tanta discrição no falar, com palavras tão sóbrias que encantaram. O homem que sabia mitologia também entendia de Balzac, de Zola, de Flaubert, de literatura, como se vivesse disto. Soube que era comerciante, que tinha família grande, que era ateu, que estivera no Rio, que fizera sonetos; que sabia inglês, francês, que falava italiano.¹⁷³

Não obstante o reconhecimento da aproximação que o desconhecido sertanejo tinha com a coisa literária, José Lins do Rego tenta demonstrar a solidez do ídolo, justamente a partir da ausência dos pés de barro que, em tese, deveriam ser a base de um sábio sertanejo metido com as coisas dos sábios da grande cidade – muito embora, como lembrou Guimarães Rosa, muitos gigantes da estatura de Goethe (1749-1832), Tolstói ou Flaubert (1821-1880) também fossem espécies de sertanejos.¹⁷⁴ Na recordação do amigo Zé Lins, Graciliano era, em última instância, uma contradição. E a cada livro lançado, do início de sua carreira até *Angústia*, o “homem terrível” que sabia mitologia levava essa contradição ao paroxismo através de seus personagens narradores que não deveriam estar ali, contando histórias com

¹⁷³ REGO, José Lins do. O mestre Graciliano. In: SCHMIDT, Augusto F. et alii. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943, p. 89.

¹⁷⁴ INSTITUTO MOREIRA SALES. *Cadernos de Literatura Brasileira – João Guimarães Rosa*. São Paulo: IMS, 2006, p. 92.

aquela narrativa elegante – clássica e ao mesmo tempo moderna, simultaneamente regional e universal, inovadora na linguagem e na forma e ainda assim guardiã da norma. Dessa contradição, Graciliano consolidou-se, transformando-a em traço característico, estilo próprio, renovação do consagrado, novidade clássica.

O segundo romance de Graciliano, feito no retorno a contragosto a Palmeira e lançado no regresso esperançoso do escritor a Maceió, quando não retornaria mais à cidade de que fora prefeito, *São Bernardo* fala da posição vacilante de camadas sociais privilegiadas do interior do Brasil no contexto de transformações socioeconômicas, e por isso mesmo é alvo da discussão sobre o lugar da Literatura nesse momento de mudança política, contemporânea à ascensão do que ficaria conhecido como romance social. Antes de *São Bernardo* aparecer mais fortemente neste trabalho, faz-se necessário localizar melhor Graciliano nessa passagem da década de 1920 para a de 1930.

Entre 1930 e 1936 Graciliano viajou bastante. Os escritos surgidos nesse itinerário de várias estações, idas e vindas, imprevistos, sensações dessaboridas de acomodamento e gosto salobre da partida rumo à prisão, acompanham os passos do escrevente de coisas “observadas e sentidas”, fazendo de cada espaço conhecido e enfrentado o lugar de elaboração do vivido e da expectativa sonhada imbricando, de vez e explicitamente, sua literatura ao seu mundo. Segundo Facioli, essa fase “variada de alternativas, com reviravoltas súbitas, altos e baixos inesperados” é “quando ele se torna, de fato, homem público e escritor fora do âmbito da província, na verdade, de repercussão nacional”.¹⁷⁵

A primeira estação desse itinerário é Maceió, entre março de 1930 e fins de 1931, quando o ex-prefeito do interior trabalha como diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas. Na capital, Graciliano vivencia as diferenças entre a estrutura de poder local e a máquina da unidade federativa. Nesse período, também acompanha a mudança provocada pelo golpe de outubro de 1930, vindo a renunciar ao cargo no final de 1931, inconformado com o controle exercido pelos interventores do Estado. Com *Caetés* escrito, mas não lançado, Graciliano participa da *Revista Novidade*, editada por Valdemar Cavalcanti (1912-1982) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993), entre abril e setembro de 1931. O periódico semanal propunha-se a ser um

¹⁷⁵ FACIOLI, Valetim. Um homem bruto da terra – biografia intelectual. In: GARBUGLIO, J.C.; BOSI, A.; FACIOLI, V. (orgs.). *Graciliano Ramos* – antologia e estudos. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 41.

espaço de discussões culturais, onde se equilibravam a observação e opiniões políticas e o fazer poético. Na revista, publica ele um dos capítulos de *Caetés* e algumas crônicas, como ‘Lampião’ e ‘Sertanejos’, que antecipavam questões mais tarde desenvolvidas em *São Bernardo*.¹⁷⁶

A segunda estação é Palmeira dos Índios: em janeiro de 1932, beirando os quarenta anos, desempregado, apartado da família que ficara em Maceió, Heloísa grávida do segundo filho, Graciliano volta a Palmeira e inicia a construção do *São Bernardo*. Uma queda de escada provocou uma inflamação em seu abdômen, psoíte. Mal cuidado o dano, volta a Maceió, em abril, para uma cirurgia. A experiência rende alguns contos sobre a atmosfera do hospital, o discurso médico e os desejos e pensamentos surgidos na dor física – esses contos foram unidos a outros na compilação *Insônia*, de 1947. No meio do ano estava de volta a Palmeira para concluir o livro. Enclausurado na sacristia da igreja de Nossa Senhora do Amparo, Graciliano resumia sua vida social a poucas conversas com o pai e alguns de seus amigos, que lhe serviam de dicionário do português matuto; também voltara a ministrar aulas noturnas para levantar algum dinheiro. Essas viagens para a capital estão fortemente presentes em *São Bernardo*. Creio que na trama do romance sua função é elevar em grau a relação que se estabelece entre campo e cidade, ou melhor, interior e litoral; ligação cada vez mais física que se intensifica à medida que o trem, um dos meios e símbolos mais eficiente do progresso do século XIX e início do XX, avança rumo aos interiores do país.¹⁷⁷

Em novembro de 1932, praticamente concluído o segundo romance, enquanto aguardava impacientemente o lançamento do primeiro, Graciliano parte novamente para Maceió, dessa vez para não mais voltar. A terceira estação dura até o início de 1936 – período de relativa calma. Em janeiro de 1933, o interventor Capitão Afonso de Carvalho, militar de carreira e poeta parnasiano frequentador das rodas culturais, convida Graciliano para assumir o posto de Diretor da Instrução Pública do Estado. Suas experiências como prefeito, e antes como presidente da

¹⁷⁶ Ver a relação do escritor com o periódico em LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.

¹⁷⁷ Do início do século XX até 1950, as linhas férreas do Nordeste foram controladas pela *Great Western*. A cidade de Viçosa, onde se passa parte da história de *São Bernardo* contou com o trem desde a primeira década do século. Já Palmeira dos Índios só teria sua estação a partir de 1933, justamente quando Graciliano partia definitivamente da cidade. Em 1936, Graciliano estaria pegando outro trem da *Great Western*, de Maceió para Recife. Viajava juntamente com outros presos até a capital de Pernambuco e de lá seguiria para o Rio de Janeiro, para cumprir uma absurda pena que se arrastou por nove meses.

Junta Escolar de Palmeira dos Índios, além do período na administração da Imprensa Oficial do Estado, qualificavam-no para a escolha.¹⁷⁸ Nesse ínterim, continua publicando em jornais e escrevendo o *Angústia*, com Luís da Silva e toda a fauna urbana do romance circulando em novo ambiente na obra do autor: estradas carroçáveis são substituídas por vias públicas pavimentadas; trabalhadores da roça são agora operários cobertos de graxa; a vastidão das propriedades rurais do agreste converte-se em solidão aglomerada dos subúrbios. Permanece, contudo, o traço violento das relações sociais e da efetivação dos desejos. É nessa época que firma as relações de amizade com os escritores Rachel de Queiroz (1910-2003), José Lins do Rego, Jorge de Lima (1893-1953) e Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989), todos residindo e trabalhando em Maceió. A escrita de *Angústia* era dividida com as tarefas de secretário do Estado e com a vida jornalística, até que a prisão transforma a vida da família Ramos.

Não creio ser este espaço (ou mesmo este trabalho) adequado à discussão dos motivos da prisão do Diretor de Instrução Pública, em Maceió, e de seu encaminhamento para os cárceres do Rio de Janeiro. Da acusação de comunista participante dos levantes de novembro de 1935, acusação sustentada pelo general Newton Cavalcanti, responsável pelo “cerco” aos comunistas, à perda de paciência de alguns membros do primeiro escalão do governo interventor com a postura independente e desafiadora de Graciliano, qualquer uma dessas motivações expõe a enorme distância que o país se encontrava dos princípios democráticos, conjuntura que podia levar qualquer um a ser o que Dênis de Moraes chamou de “vítima da ordem”.

Praticamente uma sequência de trama policial desenvolvida sobre um argumento kafkiano, a prisão de Graciliano dá-se no desenrolar de dois dias, envolvendo personagens menores, como uma parenta distante, que poderia ter denunciado o escritor após uma discussão, até bilhetes alertando-o e sugerindo-lhe fuga que, por fim, foram ignorados, embora a ideia de fugir para a região das dunas tenha sido ventilada, já que dias antes a região fora visitada por Graciliano para a composição da passagem do aborto de Marina, em *Angústia*, o que sustenta o que venho desenvolvendo nesses últimos parágrafos sobre a relação do autor com os lugares vividos, transposta para a prosa de ficção. Na manhã do dia da prisão, 3 de

¹⁷⁸ A eficiente e polêmica administração de Graciliano à frente da diretoria de Instrução Pública será vista mais de perto no oitavo capítulo deste trabalho.

março de 1936, Graciliano entregou a D. Jeni, sua secretária, os originais de *Angústia* para serem datilografados e, a partir da cópia, o autor fazer sua costureira revisão ceifadeira. Em carta a Antonio Candido, o autor explica como foi a escrita desigual do livro, retomando um pouco a atmosfera dos depoimentos sobre a feitura de *São Bernardo*:

Forjei o livro em tempos de perturbações, mudanças, encrencas de todo o gênero, abandonando-o com ódio, retomando-o sem entusiasmo. Matei Julião Tavares em vinte e sete dias; último capítulo, um delírio enorme, foi arranjado numa noite. Naturalmente seria indispensável recompor tudo, suprimir excrescências, cortar pelo menos a quarta parte da narrativa. A cadeia impediu-me essa operação. A 3 de março de 1936 dei o manuscrito à datilógrafa e no mesmo dia fui preso. Nos longos meses de viagens obrigatórias supus que a polícia me houvesse abafado esse material perigoso. Isto não aconteceu – e o romance foi publicado em agosto. Achava-me então na sala da capela. Não se conferiu a cópia com o original. Imagine. E a revisão preencheu as lacunas metendo horrores na história. Só muito mais tarde os vi. Um assunto bom sacrificado, foi o que me pareceu.¹⁷⁹

Memórias do Cárcere descreve os meses repletos de deslocamentos dentro dos limites estreitos da prisão, característica primeira da última obra que guarda semelhança com *Infância* e *Vidas Secas*, escritas após a liberdade. Com *Infância*, a conexão é a relação antipática com a justiça e a situação de total dependência das vontades alheias; com *Vidas Secas*, essas mesmas questões estão postas, envoltas numa nebulosa possibilidade de construção do futuro.

Na verdade, todos os escritos de Graciliano contêm esse embate entre deslocamento e restrição, sendo a motivação que leva ao que merece ser relatado o que compõe a síntese da experiência no lugar, como isso afeta o homem e revela as possibilidades do contexto. Michel de Certeau (1925-1986) escreveu que “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço”.¹⁸⁰ Obviamente se referindo aos romances de viagem, entre outras categorias de relatos atrelados a “ações geográficas”, a alusão à afirmação de De Certeau parece, num primeiro relance, não ser cabível. Acontece que os dois romances seguintes a *Caetés* apresentam tramas que comportam as idas e vindas do próprio autor. Se o enredo do romance de estreia se constrange a Palmeira dos Índios, cidade onde o autor permaneceu de 1915 a 1930, *São Bernardo* e *Angústia*, apesar de, no primeiro, o claustro ser a vida

¹⁷⁹ “. CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 11.

¹⁸⁰ De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994, p. 200.

vigiada na fazenda; no segundo, o confinamento do protagonista ser mais mental que de qualquer outra ordem, ambos trazem a movimentação entre as cidades do interior de Alagoas e a capital do Estado, bem como alusões mais vivas ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Assim, desviando-me da proposta de De Certeau, mas dela extraindo essa possibilidade, o papel da viagem na obra de Graciliano Ramos, mesmo num livro que leva exatamente esse nome, *Viagem* (1954),¹⁸¹ não é servir de substrato para construção de tramas atreladas às paisagens físicas e sociais encontradas nos deslocamentos, como que olhadas pela janela perscrutadora de um vagão de trem, e sim sobreviver na trama como elemento de verossimilhança que garanta ao autor a disposição de seus personagens, porque neles o meio atua – não como determinação, mas como meio a mais, usado mesmo por grupos sociais para exercerem poder na sua órbita mais próxima. A fazenda, em *São Bernardo*, e o órgão público, em *Angústia*, são os veículos dessa incursão na paralisia do claustro.

No primeiro, a narrativa é quase contábil, guiada pela administração da propriedade; no segundo, a convulsão da narrativa demonstra, entre outras questões, o vazio do espaço público, confinado à repetição e vítima do humor dos dirigentes políticos, em constante inter-relação promíscua com indivíduos relevados dos setores privilegiados da sociedade. No primeiro, a visão é de cima, de quem exerce controle, com o passado mais ou menos definido em balizas que, se não são estéreis, reconhecem, contudo, o seu lugar, servindo mesmo de organizadoras do tempo vivido e de elementos que possibilitam a especulação do futuro. Farto de posses e de passado, o narrador ruma sua trajetória, num esforço de entendimento do acontecido e de reconhecimento do seu lugar. No segundo, a visão vem de todos os lados, ou de todos os tempos, mas sempre numa perspectiva cônica, ora com o mundo olhado de dentro de um poço, portanto focado, ora através de um caleidoscópio, ou seja, confuso. O tempo é uma maré que desrespeita a lua, indo e vindo quando bem quer; e o narrador, faminto de futuro, narra seu passado muito próximo, repleto de reminiscências frouxas da infância, como que numa busca

¹⁸¹ Aparentemente um o típico relato de viagem – descrições impressionistas da visita da comitiva comunista brasileira à União Soviética, Tchecoslováquia e outros países europeus para as comemorações do 1º de maio – *Viagem*, com sua estrutura memorialístico-expositiva, quase um relatório diário das atividades da comitiva entre abril e junho de 1952, guarda uma tensão que só apareceria mais a nu quando dos episódios envolvendo a interferência do partido na publicação de *Memórias do Cárcere* e do próprio *Viagem*. Havia o receio de que as palavras de Graciliano soassem como inapropriadas na descrição de posturas de figuras importantes do PCB. Essas e outras questões, como as que envolvem a participação do escritor na revista oficial *Cultura Política*, voltarão no quinto capítulo deste trabalho.

frenética por entender não necessariamente o que acabou de fazer, mas a partir desse reconhecimento de si, antever e justificar seu próximo passo.

Se *São Bernardo* é um triste olhar sobre o passado, *Angústia* é um desenho borrado, mas apavorante, do porvir. O primeiro está mais próximo da perspectiva do romance social, um exercício de realismo crítico que, contudo, não se enquadrava plenamente na cartilha do gênero; o segundo, por seu turno, era um desafio enorme à crítica e aos defensores do romance social, os quais – vendo em Graciliano expoente da Literatura moderna e sujeito social que trazia na experiência trágica com o *establishment* o estandarte pessoal da luta pela liberdade – teriam, no entanto, de lidar com esse romance estranho, um escrito cuja realidade, tão cara aos partícipes de uma Literatura engajada, cabe toda no pesadelo constante da mente perturbada do narrador, que mal consegue narrá-la. Na verdade, a figura do narrador sempre foi o ponto de partida (ou de chegada) da crítica sobre a obra do autor. Esse talvez seja o caminho para o enfrentamento dos dois romances, no intuito de entender quais lugares ocupam o *São Bernardo* e o *esquálido* no que venho chamando de interpretação graciliânica do Brasil.

4.2. Honorável capital bandido

Um olhar apressado concluiria ser *São Bernardo* um clássico exemplo de enredo do tipo ‘ascensão e queda’. No entanto, o romance não desemboca na ruína do protagonista, mas na quebra do encanto da manutenção de suas conquistas, na quebra de seu pragmatismo. Paulo Honório é o narrador da própria história: fora guia de cego, empregado de eito da fazenda que dá nome ao livro que escreve e vendedor ambulante pelos sertões, até voltar e conquistar a antiga fazenda onde trabalhara. Todo esse itinerário dá-se entre as décadas de 1880 e 1930, os cinquenta anos que Paulo Honório diz ter em sua descrição:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. A idade, o peso, as sobancelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo têm-me rendido muita consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor.¹⁸²

¹⁸² *São Bernardo*, p. 10.

Com ares de coronel atento às renovações do capital moderno que chega ao agreste alagoano, o proprietário fora preso quando moço e eliminou fazendeiros adversários, como o velho Mendonça; e assim se fez reconhecido e respeitado pelas elites políticas e intelectuais do município de Viçosa e redondezas: juízes, advogados, jornalistas, padres, chefes políticos. Paulo Honório tenta empregar a mesma estratégia de conquista material em todas as esferas de sua vida, assemelhando a pressão sobre Padilha, antigo proprietário da fazenda, à conquista de Madalena, professora pobre por quem se interessa e cujo humanismo, solidariedade e pensamento moderno sobre as relações sociais e o papel das instituições fazem-na simultaneamente um frágil e contundente contraponto às práticas agrestes do marido. Guiado pelo sentimento de posse, Paulo Honório cega diante da postura da mulher e, por ser incapaz de enxergar-lhe o socialismo utópico (provavelmente inconsciente) que a anima, desenvolve o ciúme doentio cuja sufocação culmina no suicídio da esposa. Madalena lhe deixa um filho e uma nova consciência a martelar-lhe a mente. É essa consciência presente na solidão dos anos recentes que move Paulo Honório direto à confissão, no intento de se encontrar. Graciliano pôs nas costas deste personagem o peso da herança imperial do mando local e a necessidade republicana de modernidade, e a isso aliou a discussão sobre o papel da própria Literatura nos tempos de mudanças estruturais por que passava o país.

Numa sala semiescura da fazenda São Bernardo, o fazendeiro narra as dificuldades de registrar em prosa sua trajetória nos últimos cinco anos. Fala aos leitores, preparando-os para obra literária de um não literato:

[...] Tenciono contar minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particulares úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes[...]

Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho moroso, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. [...] ¹⁸³

O livro que começara a escrever em inícios de 1931 é um doloroso exercício de rememoração, impingido pela necessidade de interpretação de si, mecanismo esse que – aplicado aos grandes temas ou às questões sociais – converte a memória em História. Em *São Bernardo*, Graciliano não quer fazer de seu

¹⁸³ *São Bernardo*, p. 08.

personagem um retrato histórico de alguém em específico, muito menos se esforça para despistar o sentido de tipo social que o contexto histórico empresta a seu personagem. Fato é que, através de Paulo Honório, o autor propõe um romance impregnado da explícita subjetividade, atuante no ato aparentemente objetivo de dispor em sequência as lembranças de uma vida. Por outro lado, não constrói um livro impulsionado apenas pelo patético do arrependimento, afinal, na conclusão a que Paulo Honório chega, ao final do romance, reconhece ele que faria tudo novamente. O homem que salta do livro é como os homens de Marx, que “fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”¹⁸⁴

É assim que um tipo social em seu estudo por dentro – recurso que a Literatura dispõe naturalmente – sobressai do livro, sendo sua imagem mais marcante, talvez mesmo única. Antonio Candido o chamou de “homem de propriedade”, alguém cujo “sentimento de propriedade, mais do que simples instinto de posse, é uma disposição total do espírito, uma atitude geral diante das coisas”.¹⁸⁵ À esteira de Cândido e a partir do conceito de reificação desenvolvido por Goldmann (1913-1970), João Luiz Lafetá (1946-1996) concentra boa parte da energia de seu famoso artigo de 1974 nessa relação do personagem com as bases ideológicas do Capitalismo, como chave analítica do romance, chegando a estabelecer uma ponte temporal com os anos 1970. Após transcrever a descrição de si feita por Paulo Honório – “Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. [...] Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado.”¹⁸⁶ –, Lafetá ratifica a solução de Graciliano, tomando para si e pondo-as no corpo de sua crítica palavras do próprio Paulo Honório que o crítico não consegue (ou não quer) contornar, fazendo, assim, coro com o autor de *São Bernardo*, no que tange à postura diante do Capitalismo, estabelecendo a analogia entre o que anima as relações socioeconômicas de cada época:

O homem reificado é este aleijão que ele nos descreve e vemos por toda parte: o coração miúdo e uma boca enorme, dedos enormes. [...] A vida agreste, que o fez agreste, é a culpada por Paulo Honório não ser capaz de enxergar Madalena. A vida agreste são as lutas pela propriedade, pelo rebanho, pelas plantações de algodão e mamona, pelo poder e pelo capital.

¹⁸⁴ MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.17.

¹⁸⁵ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 39.

¹⁸⁶ *São Bernardo*, p. 190.

O homem agreste é aquele ser no qual se transformou Paulo Honório: egoísta e brutal...¹⁸⁷

O desafio de Graciliano era construir um personagem que fosse ao mesmo tempo mais realista que João Valério e, ainda assim, não caísse na armadilha da inverossimilhança, por se tratar, em última instância, de um escritor amador, cuja fala teria de ser preservada; daí a necessidade de Graciliano ter escrito primeiro o livro em português para depois transcrevê-lo para um “brasileiro encarecido”. Sendo o livro a confissão de um homem que mentiu, matou, explorou, espancou e oprimiu, todo ele está calcado na ideia de verdade, uma verdade correspondente à realidade vivida por Graciliano desde a infância, por um ângulo, e quando fora prefeito, por outro. Assim, o romance tem a dupla tarefa de ser a vida em formato de Literatura, da parte de seu narrador; e ser a Literatura em forma de vida, da parte de seu autor.

Para atingir tal efeito, o autor constrói, ou melhor, conduz uma elaborada paisagem social a serviço da atmosfera aglutinada dos domínios materiais de um homem. Paisagem social (ratifico) conhecida de perto por Graciliano. Esse serviço é de dupla face: a paisagem social do romance foi fonte de força e campo de ação do protagonista, dela retirando e sobre ela exercendo poder; depois, a partir da sua exposição através da escrita, a paisagem social em sua dinâmica conflitante (devoração do fraco pelo forte) tornou-se o único meio para a compreensão da própria fisionomia: coração, boca e dedos de patrão.

Mais do que se fazer conhecer, Paulo Honório quer entender-se. Para tanto, não pode aparecer como um personagem de ficção. É preciso que surja uma face clara, total e viva desse sujeito que, envolto às sombras, necessita mostrar-se sob a luz forte de um texto que o revele, que o realize como figura animada por motivos reais, envolvido em atividades reais, complexo como o mais comum dos homens, numa encruzilhada que lhe revela a vida que teve, enquanto expõe suas possibilidades, ou seja, que esteja em perfeita interação com o contexto, interação que, em Graciliano, é sempre conflituosa, dolorida. Talvez não haja exemplo mais nítido dessa necessidade vital de realidade na obra do que o trecho a seguir:

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável.

Foi aí que me surgiu a ideia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A ideia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo

¹⁸⁷ LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: *A dimensão da noite*, op. cit., p. 91.

sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me.

Era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro da igreja.

De repente voltou-me a ideia de construir o livro. Assinei a carta ao homem dos porcos e, depois de vacilar um instante, porque nem sabia começar a tarefa redigi um capítulo.

Desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tinge de preto.¹⁸⁸

Esses poucos parágrafos demonstram o esforço de uma Literatura que, antes de tudo, pretende-se honesta: a morte de Madalena misturando-se aos negócios envolvendo porcos e gado zebu; o grito da coruja, lembrando os acontecimentos mais graves e provocando o agendamento de uma tarefa corriqueira; a resposta negativa em carta ao homem dos porcos, seguida da confecção dum capítulo introdutório, feito para dizer que a narrativa iniciada, vacilantemente, tratava-se de um projeto menos literário que expiatório. Tudo isso misturado, aparentemente confuso, mas comprometido com a verossimilhança.

De certo modo, este era um exercício literário revivido, só que inversamente. Se há aqui elementos banais de realidade, impregnando de prosaísmo um texto que se pretende profundo, pela necessidade mesma que o anima, nos relatórios da prefeitura – confeccionados com retalhos de informações técnicas e financeiras, misturados a tiras de acidez literária que lembram algo das *Cartas Chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810), e muito d’*Os Bruzundangas*, de Lima Barreto – respira o romance escrito engavetado: *Caetés*. Dois exemplos extraídos do segundo e terceiro relatórios ilustram essa aproximação que, aplicada inversamente em *São Bernardo*, favoreceu a verossimilhança de uma obra escrita por um não escritor:

A administração municipal absorveu 11:457\$497 – vencimentos do Prefeito, de dois secretários (um efetivo, outro aposentado), de dois fiscais, de um servente; impressão de recibos, publicações, assinatura de jornais, livros, objetos necessários à secretaria, telegramas.

Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; comunicam-se datas históricas ao Governo do Estado, que não precisa disso, todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha – um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua – um telegrama; porque o deputado federal esticou as canelas – um telegrama. Dispêndio inútil.

¹⁸⁸ *São Bernardo*, p. 183.

Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1559 D. Pero Sardinha foi comido pelos Caetés.¹⁸⁹

O primeiro parágrafo é relatório, prestação de contas; o segundo, aparentemente dispensável no documento, é Literatura, informação crítica sob a lente do exagero cômico a respeito de um hábito provinciano que o prefeito abomina, usando o literato para dizê-lo. No entanto, o trecho cresce tanto que a informação seca sobre os gastos com telegramas acaba por servir à reflexão de uma prática administrativa que evidencia um traço político local. Costurados os retalhos com as linhas da excelência da escrita e do veio cômico, o primeiro parágrafo subsume-se no teor do segundo. A leitura do relatório é guiada para um caminho diverso do habitual e o episódio antropofágico do passado colonial que fecha o tópico não aparece por acaso, como que apenas para demonstrar a erudição do prefeito: ele é sintoma das ideias que estavam frescas no escritor quase anônimo que o prefeito não conseguiu ou não quis conter.

O outro trecho que extraí dos relatórios traz faceta diversa daquele de um ano antes. Voltada mais para o futuro que para o passado, tem ele algo de impotência e cansaço. Além do tom amargo já conhecido e passagens verdadeiramente hilárias, o prefeito parece cansado, o que ficaria evidente em breve:

Iniciarei, se houver recursos, trabalhos urbanos.

Há pouco tempo, com a iluminação que temos, pérfida, dissimulavam-se nas ruas sérias ameaças à integridade das canelas imprudentes que por ali transitassem em noites de escuro.

Já uma rapariga aqui morreu afogada no enxurro. Uma senhora e uma criança, arrastados por um dos rios que se formavam no centro da cidade, andaram rolando de cachoeira em cachoeira e danificaram na viagem braços, pernas, costelas e outros órgãos apreciáveis.

Julgo que, por enquanto, semelhantes perigos estão conjurados, mas dois meses de preguiça durante o inverno bastarão para que eles se renovem.

Empedrarearei, se puder, algumas ruas.

Tenho também a ideia de iniciar a construção de açudes na zona sertaneja. Mas para que semear promessas que eu não sei se darão frutos? Relatarei com pormenores os planos a que me referia quando eles estiverem executados, se isto acontece.

Ficarei, porem, satisfeito se levar ao fim as obras que encetei. É uma pretensão moderada, realizável. Se não realizar, o prejuízo não será grande.

O município, que esperou dois anos, espera mais um. Mete na prefeitura um sujeito hábil e vinga-se de mim dizendo cobras e lagartos.¹⁹⁰

¹⁸⁹ RAMOS, Graciliano. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record; Recife-PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994, p. 40. Desta nota em diante, quando houver nova citação dessa obra neste estudo, serão informados apenas o título e o número da(s) página(s) referente.

¹⁹⁰ *Relatórios*, p. 58-59.

Graciliano renunciaria três meses após este relatório. Há algo de confessional nesta passagem: ao menos, o registro da prática pouco comum de um administrador em recusar fazer promessas, bem como da relação um tanto biliar com o município e a administração da qual era o timoneiro, tais são os sintomas de uma sinceridade dissonante na tradição nacional do mando político. Graciliano não iria ser mais fantasioso como literário do que fora o prefeito em seus relatórios. Mesmo se utilizando da lente de aumento sobre os eventos narrados para neles alcançar efeitos emocionais no leitor, sua prosa não utilizava o evento ordinário dum todo contextual para simplesmente reportá-lo, informá-lo, arrumá-lo logicamente para convencer.

Desnudado constantemente no livro, mas principalmente nos dois capítulos iniciais, o processo de escrita de *São Bernardo* revela a Escola Realista atuando na obra, mas sobretudo revela que tipo de Realismo Graciliano abraçou. O episódio de uma conversa que Paulo Honório teve com d. Glória num vagão da *Great Western*, vindo de Maceió e rumando a Viçosa, é seguido de uma explicação sobre os procedimentos literários adotados pelo narrador:

Essa conversa, é claro, não saiu de cabo a rabo como está no papel. Houve suspensões, repetições, mal-entendidos, incongruências, naturais quando a gente fala sem pensar que aquilo vai ser lido. Reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras. (...) É o processo que adoto; extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço.¹⁹¹

Isso lembra, em muito, as passagens iniciais de *Memórias do Cárcere*, quando o autor, igualmente a Paulo Honório, abre seu longo depoimento com notas explicativas do método utilizado que, no entanto, não o agarram, qual camisa de força: “Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente”.¹⁹² A diferença brutal entre um livro explicitamente de memórias, voltando para narrar e entender eventos condensados em pouco mais de nove meses, e um livro de ficção, apoiado na atitude de rememorar acontecimentos de uma vida que se subsumem no afunilamento dos últimos cinco anos – compreensão da ascensão material e queda em si do narrador –, tal diferença reside no necessário reconhecimento de

¹⁹¹ *São Bernardo*, p.77.

¹⁹² *Memórias do Cárcere*, v. 1, p. 36.

confrontos possíveis entre o primeiro e a lembrança dos outros, que grassam no livro de memórias e possuem registro em cartório.

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, complementam-se e me dão hoje a impressão de realidade. Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias?¹⁹³

À exceção de *Vidas Secas*, cujo espaço para comentários sobre a escrita não é explícito (embora esteja lá), mesmo em algumas crônicas, contos e artigos dos últimos quinze anos de vida, essas notas aparecem para ratificar a posição do autor. Pode-se dizer que, a partir de *São Bernardo*, Graciliano jamais abandonaria tal estilo, mesmo não se detendo a um único modo de exercê-lo.¹⁹⁴

Nesse sentido, Graciliano avança em relação a *Caetés*, no que tange a colocar a Literatura num ambiente, em princípio, inapropriado para seu brotamento. Consegue ele tal efeito, enfatizando a materialidade do pensamento, ao tomar a obra literária como sendo, primeiramente, o fruto da necessidade de escrever, que por vezes assalta o indivíduo;¹⁹⁵ e, por conseguinte, associando evento narrado e disposição narrativa para atingir o grau desejado de mundanidade literária.¹⁹⁶

¹⁹³ *Memórias do Cárcere*, v. 1, p. 36-37

¹⁹⁴ João Luis Lafetá desenvolveria um longo estudo sobre esse fio condutor de uma obra que não repetia fórmula. O esquema teórico traçado por Lafetá agiria sobre o rico tripé formado pela análise sociológica de Lukács, pela teoria dos gêneros de Northrop Frye (1912-1991) e pela análise psicanalítica da Literatura de Marthe Robert (1914-1996). Ao mesmo tempo mais profundo (por tratar de estilo) e talvez menos ambicioso que esta tese (por não tentar apontar e desenvolver teses a partir do conteúdo das obras), o trabalho inconcluso de Lafetá tinha como ponto de partida uma inquietação similar à minha: “em que medida o tradicional e o moderno (o neo-realismo e as conquistas literárias das vanguardas) se combinavam em Graciliano?”, e mais, qual proposta não declarada essa literatura trazia para continuar sendo o que foi desde o início, não obstante suas trocas de modo? Os problemas levantados e as diretrizes traçadas por Lafetá, tão inspiradores da melhor formulação dos meus, ver em: LAFETÁ, João Luiz. Três teorias do romance. In: *A dimensão da noite*, op. cit., p. 284-295.

¹⁹⁵ Importante estudo de Raymond Williams (1921-1988) que tenta abarcar os estudos culturais em perspectiva multidisciplinar, *Marxismo e Literatura* é o caminho mais seguro na tarefa de amortecer a sensação mecânica deixada por um Materialismo Histórico simplista em relação à cultura. Acompanhando a evolução do próprio Materialismo, Williams discute a relação obra de arte/mundo a partir de uma série de conceitos que orbitam a questão: ‘determinação’, ‘forças produtivas’, ‘reflexo’, ‘mediação’, ‘tipificação’, ‘homologia’ e ‘hegemonia’. Para o estudioso inglês, calcado no vocabulário de meados dos anos 1970, “a parte mais interessante e difícil da análise cultural, nas sociedades complexas, é que busca compreender o hegemônico em seus processos ativo e formativo, mas também transformacional.” E conclui: “as obras de arte, pelo seu caráter substancial e geral, são com frequência de especial importância como fontes dessa evidência complexa.” Isso porque, para

Não obstante o reconhecimento geral da crítica da época e a reafirmação, por décadas, de sua qualidade excepcional, *São Bernardo* não esteve isento de observações severas. Destaquemos dois grupos dessas críticas. O primeiro, recai exatamente sobre o discutido acima: a questão da verossimilhança. Para alguns críticos, Graciliano caía na armadilha que tanto advertia, construindo uma trama verdadeira sobre a base movediça da impossibilidade de seu narrador fazer Literatura.

A crítica mais contundente sobre esse suposto traço inverossímil de *São Bernardo* talvez seja a de Álvaro Lins. O crítico pernambucano aponta como “principal defeito” do livro o fato de o narrador ser um “personagem primário, rústico, grosseiro, ordinário”, conduzindo uma “novela de tanta densidade psicológica, elaborada com tantos requintes de arte literária”. Permitida a toda obra escrita em primeira pessoa, a margem de inverossimilhança utilizada por Graciliano teria, segundo o crítico, sido “excessiva e inaceitável”. Sobre outras bases, a mesma crítica se estende a *Vidas Secas*, romance cujo protagonista emudecido pelo escritor pensa, segundo Lins, ainda em excesso.¹⁹⁷

Williams, as obras de arte são, em certo sentido, “formas explícitas e acabadas” de pensamento, portanto, “estruturas de sentimentos” presentes, materiais. Ver em WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 116 e 131. De certo modo, mas sem as mesmas pretensões de Williams, Graciliano aponta para a mesma direção no artigo sobre o fator econômico no romance brasileiro, calcado, por seu turno, na perspectiva materialista do pós-guerra, quando diz que o artista procura dizer a verdade, não a grande, mas as pequenas, “essas que são nossas conhecidas”, e que certamente apontam a complexidade do real, e ele se colam como reforço ou crítica.

¹⁹⁶ Centro de uma longa discussão que envolve tanto as bases interpretativas aristotélicas quanto o desnudamento da condição que o romance moderno se atribuiu na ocupação de lacunas que as nascentes ciências sociais deixavam – tornando-se ele mesmo um local privilegiado para desvendar realidades humanas inatingíveis por aquelas –, desvendamento atribuído à análise estrutural contemporânea, a relação letra/mundo significa, para críticos e estudiosos da Literatura que têm em Barthes um farol, o recurso usado pelo Realismo “que procura se passar por natural, pontuando a narrativa de elementos que aparentemente lhe escapam: insignificantes, eles ocultam a onipresença do código, enganam o leitor sobre a autoridade do texto mimético, ou pedem sua cumplicidade para a figuração do mundo”. O que em última instância significa uma “ilusão referencial”, sendo possível à Literatura falar somente de Literatura. Para Compagnon, a complexidade do todo literário encontra-se na complexidade do todo da linguagem, desenvolvida para “tratar das coisas que não são da ordem da linguagem”. Escritor, crítico e historiador da Literatura, assim como Raymond Williams, a missão do teórico belga é exorcizar o que chama de “demônio da teoria”, e assim reabilitar a mimese, não para realocá-la à posição deixada por Aristóteles, mas para que seja permitido aos que estudam Literatura fugir ao cinturão teórico de base semiótica que, levando ao paroxismo expressões de Mallarmé e Blanchot, parecia querer fazer da Literatura “comunicação angélica”. Colocados em paralelo, pode-se dizer que Williams procurou amenizar o caráter determinista do Materialismo, enquanto Compagnon procura avivar o atrito entre letra e mundo, desejosamente posto de lado pelo excesso de teoria experimentado a partir do pós-segunda guerra. Ver COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, op. cit., p. 95-135.

¹⁹⁷ LINS, Álvaro. Valores e misérias das Vidas Secas. In: *Os mortos de sobrecasaca: obras, autores e problemas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Embora eu não queira enveredar além da conta na questão, discutir a posição de Lins se faz necessário. Gostaria de lembrar que estudiosos de correntes bem-sucedidas da Historiografia contemporânea, interessada na produção cultural, veriam, em *São Bernardo*, um documento mais confiável do que Lins o faria se fosse historiador, a tomar por sua posição em relação ao crível literário. Para ilustrar melhor minha asserção, basta lembrar dois detalhes, um de ordem literária e outro de ordem histórica.

O de ordem literária enfatiza o quando da escrita memorialística no livro. Está claro que Paulo Honório escreve – como um historiador, um memorialista ou até mesmo um jornalista o faria – a partir do ocorrido, mesmo que um ocorrido próximo. Ou seja, pondo o passado em separado, como dado a ser percebido, como se faz em relação ao outro. Mas como ocorreria com o historiador, o memorialista e o jornalista, em diferentes graus, esse passado se colaria ao presente, funcionando, no mínimo, como elemento constitutivo do ‘por quê?’, que, no presente, impinge o voltar-se para trás. Assim, o que quer que saia como resultado desse processo opera com essa dupla faceta do passado.¹⁹⁸ Abalado pela solidão, reconhecendo-se um aleijado corroído pela posse e pelo ciúme, é perfeitamente aceitável a posição onde Madalena é colocada pelo narrador, crescida em conceito, incluindo-se o conhecimento do qual era próximo por profissão, enquanto Paulo Honório se diminui, movido pelo subjetivo da situação, sem, contudo, abandonar o projeto objetivo de contar o que se passou. Escrever uma história e não apenas dispor no papel a cronologia dos acontecimentos é um meio de tentar colocar-se no lado onde esteve Madalena, mesmo o fazendeiro não possuindo tantos recursos para a tarefa. Como Paulo Honório mesmo escreve: “O que é certo é que, a respeito das letras, sou versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero.” Não saber exatamente o que significa “Comunismo” ou ter sido iniciado nas letras sem vocação, longe de José de Alencar, Émile Zola (1840-1902), ou qualquer outro tentáculo romântico ou naturalista, não significa total impossibilidade de se construir uma obra literária complexa – a estrutura do texto demonstra o rigor de um homem de tarefas, que se incumbiu de uma missão, movido por um profundo remorso, como acontece na confissão e no suicídio; e não é mesmo na hora da confissão ou do suicídio que uma espécie de

¹⁹⁸ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*. São Paulo, n. 17, Nov. 1998, p. 66.

ordenador de nossas ideias entra em ação, tentando sintetizar o que se encontra alastrado ou buscando transformar o detalhe em mote explicativo? Como bem apontou Antonio Candido a respeito de Paulo Honório escritor: o livro permite que ele obtenha “uma visão ordenada das coisas e de si”, pois “a inteligência se elabora nos destroços da vontade”.¹⁹⁹ É bom lembrar que *São Bernardo* é o primeiro exercício profundo de Graciliano, visando a uma Literatura penetrante na cultura interiorana do país, utilizando-se dos elementos típicos da renovação literária brasileira do segundo quartel do século XX.

O detalhe de ordem histórica complementa o primeiro. Paulo Honório conhece a linguagem do mundo e também a linguagem das letras, afinal, nos três anos em que esteve preso – quando moço (por conta de briga à faca num forró) – aprendera “leitura com o Joaquim sapateiro, que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes”.²⁰⁰ Esses detalhes não podem ser simplesmente ignorados: três anos, um profissional liberal, a bíblia dos protestantes. Não se trata de uma situação artificial, e sim de uma possibilidade compatível às pequenas mudanças por que passava o país nas primeiras décadas republicanas, permitindo, ainda que timidamente, movimentação vertical entre os elementos de diferentes segmentos sociais. Paulo Honório é o fruto dessas mudanças. Quando sai da prisão, está com um plano traçado: ganhar dinheiro, amealhar posses. Tira o título de eleitor; encosta-se ao chefe político local, que também era agiota; alia conhecimentos adquiridos de matemática financeira à prática violenta, já íntima, para negociar e cobrar dívidas em transações arriscadas; aprende a equilibrar aproximação prática com os jornais e os magistrados (Costa Brito, jornalista de Alagoas; Azevedo Gondim, do periódico local; João Nogueira, advogado; Dr. Magalhães, juiz) ao mesmo tempo em que lida com cabras do eito (como Marciano e mestre Caetano) e peritos em tocaias (como Casimiro Lopes), desenvolvendo a verve narrativa em prol do convencimento e, na falta desta, frases curtas, duras, cortantes, anunciando ameaças. A passagem que melhor esclarece a complexidade desse movimento e o lugar que a Literatura ocupa nesse meio está no final do livro, em mais um momento de reconhecimento de si:

Coloquei-me acima de minha classe, creio que me elevei bastante. Como lhes disse, fui guia de cego, vendedor de doce e trabalhador alugado. Estou convencido de que nenhum desses ofícios me daria os recursos intelectuais necessários para engendrar essa narrativa. Magra, de acordo, mas em

¹⁹⁹ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 43.

²⁰⁰ *São Bernardo*, p.12

momentos de otimismo, suponho que há nela pedaços melhores que a literatura do Gondim. Sou, pois, superior a mestre Caetano e outros semelhantes. Considerando, porém, que os enfeites do meu espírito se reduzem a farrapos de conhecimentos apanhados sem escola e mal cosidos, devo confessar que a superioridade que me envaidece é bem mesquinha.

Além disso estou certo de que a escrituração mercantil, os manuais de agricultura e pecuária, que forneceram a essência da minha instrução, não me tornaram melhor que o que eu era quando arrastava a peroba. Pelo menos naquele tempo não sonhava ser o explorador feroz em que me transformei.

(...)

Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite, na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na graça de Deus.²⁰¹

Assim, diferentemente da de *Caetés*, a empreitada da escrita do *São Bernardo* não é registrada na narrativa de um pretense escritor, e sim por alguém que desde saída viu a tarefa de escrever não só distante das suas possibilidades, mas ausente em seu ordenamento do mundo, tanto que, em princípio do projeto, houve a ideia de dividir o livro com colaboradores para aliviar o peso da pena. Editado na longa e necessária citação abaixo, o primeiro capítulo tem a dupla função de apresentar escritor e narrador: este último como aprendiz tateando um caminho espinhoso inédito; aquele, um artista da palavra, defendendo uma posição no universo literário:

Antes de iniciar este livro imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.

Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria meu nome na capa.

[...]

João Nogueira queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante. Calculem.

Padre Silvestre recebeu-me friamente. Depois da revolução de outubro, tornou-se uma fera, exige devassas rigorosas e castigos para os que não usarem lenços vermelhos. Torceu-me a cara. E éramos amigos. Patriota. Está direito: cada qual tem as suas manias.

Afastei-o da combinação e concentrei as minhas esperanças em Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, periodista de boa índole e que escreve o que lhe mandam.

[...]

A princípio ocorreu tudo bem, não houve entre nós nenhuma divergência. A conversa era longa, mas cada um prestava atenção às próprias palavras, sem ligar importância ao que o outro dizia. Eu por mim,

²⁰¹ *São Bernardo*, p.186-187.

entusiasmado com o assunto, esquecia constantemente a natureza do Gondim e chegava a considerá-lo uma espécie de folha de papel destinada a receber as ideias confusas que me fervilhavam a cabeça.

O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do *Cruzeiro* apresentou-me dois capítulos dactilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei:

– Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

– Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode.

– Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.²⁰²

Primeiramente, a partir da apresentação do projeto da escrita pela “divisão do trabalho” – projeto que se malogra pela natureza mesma da demanda –, Paulo Honório mostra seu caráter prático de homem empreendedor, capaz de pensar a escrita do livro a partir da racionalização da produção capitalista. Nessa apresentação, o leitor é inserto num universo por ele desconhecido, cujos elementos, praticamente um amontoado de informações, pouco ou nada lhe servem de localização no tempo ou no espaço (esse conforto é cedido pouco a pouco nos capítulos seguintes, mas de modo preciso – não há uma intenção de conduzir o leitor para uma armadilha labiríntica),²⁰³ mas indicam que se trata de uma trama cujo círculo social é a elite econômica e intelectual de um lugar; e um dado, a Revolução de Outubro, desanuvia a atmosfera política, se não do enredo mesmo que se narrará, pelo menos do entorno do ato de narrar, colado, na óptica do autor, ao que se escolheu registrar em letra de fôrma. É o que Candido chamou honestidade de um “caderno de notas”.²⁰⁴

O segundo grupo de críticas, mais contemporâneo ao lançamento do livro, deitou atenção sobre seu conteúdo em relação às questões sociais levantadas no romance e seu posicionamento, ou seja, o posicionamento do autor: engajamento ou conformismo? Colocando a questão desse modo, pareço estar simplificando o complexo ou bifurcando o que de fato é trama. Ignorando a complexidade da questão, críticos e literatos importantes de boa parte dos anos 1930 dividiam assim, nesses grupos, os livros lançados. É óbvio que a qualidade da obra pesava no

²⁰² *São Bernardo*, p. 05-07.

²⁰³ LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: *A dimensão da noite*, op. cit., p. 72-76.

²⁰⁴ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, op. cit., p. 43.

juízo, ficando a própria crítica como que aguardando um novo passo para posição mais firme, tanto elogiosa quanto depreciativa.

A maioria das críticas a *São Bernardo* seguiu esse último aspecto. Os elogios quanto à qualidade do texto foram praticamente unânimes, mas podemos dividir as críticas, negativas ou céticas, em dois subgrupos: as de cunho político, exigindo algo mais; e as de cunho moral, sugerindo algo de menos.

Do primeiro subgrupo, a crítica de Jorge Amado para a revista de esquerda *Movimento* talvez seja a melhor representante dessa tendência que pressionava escritores a assumir posição política mais clara através de seus escritos. Contudo, o texto começa ressaltando a evolução do escritor alagoano:

Nesse segundo livro do Sr. Graciliano Ramos, nota-se, inicialmente, um grande progresso sobre o primeiro, ainda muito cheio de Eça de Queiroz. Dele se pode dizer que está muito cheio do Sr. Graciliano Ramos, pois o escritor alagoano, se bem deixe aos seus heróis absoluta liberdade de ação, não se pode afastar do seu livro, talvez devido a sua maneira de romancear.²⁰⁵

A estratégia de Amado não foi exclusiva. Antes de se tornar um dos oradores da “Banda de Música da UDN”, o Carlos Lacerda (1914-1977) da década de 1930, antes mesmo de Amado, apontou para direção similar à do escritor baiano, contudo, o paradigma ao qual Graciliano estaria preso era outro: Machado de Assis. Para Lacerda, *Caetés* foi um exercício rígido de “pura mecânica literária”, ainda muito temerosa de “descarnar o arcabouço da organização social vigente para não perturbar a serenidade da vidinha”,²⁰⁶ artifício típico do ‘Bruxo do Cosme Velho’, o que, segundo Lacerda, é superado em *São Bernardo*.

Voltando à crítica de Amado, o autor de *Suor* (1934) prossegue, descrevendo o livro de Graciliano como o “retrato em corpo inteiro de um senhor de fazenda do nordeste” que tem, apesar da rudeza e do analfabetismo, “um sentido de propriedade e de classe pouco comum”. Essas observações do escritor baiano são bastante perturbadoras, pois, além de colocar Paulo Honório na condição de analfabeto (o que não seria correto, a não ser que tenha se referido a analfabetismo político, pondo a questão noutro patamar), aponta ele que no personagem habita um sentido incomum de propriedade que, no livro, aparece abertamente, de maneira

²⁰⁵ AMADO, Jorge. Livros Nacionais – São Bernardo. *Movimento*, maio/1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

²⁰⁶ LACERDA, Carlos. São Bernardo e o cabo da faca. *Revista Acadêmica*, jan/1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

confessional: o fazendeiro é um homem que não mede a ação para atingir seus propósitos, sejam eles de ordem financeira ou pessoal, daí o ciúme como uma profunda marca, complementar ao sentido de propriedade e ao de classe.

A crítica de Amado é, até esse ponto, tão somente preparação para a questão mais ampla, referente à demanda do romance social em voga. Depois de falar da evolução de Graciliano como escritor cada vez mais dono de seu próprio estilo, o texto rumo na direção do ser social autor, começando por verificar o que disso está refletido no texto e na posição ideal, ainda não atingida pelo romancista, mas nele germinando como promessa:

...o que eu quero fazer notar é que, devido mesmo essa descrição da vida e dos ciúmes de um senhor rural, aparecem de quando em vez no livro, algumas cenas sobre a vida dos trabalhadores dessas fazendas do nordeste. E, se bem essas cenas não sejam senão secundárias no movimento do romance, dão uma boa medida do que é a vida miserável daqueles trabalhadores, que continuam tão escravos quanto os negros antes de 13 de maio. (...) E no dia em que se dispuser a fazer o romance daqueles trabalhadores em vez do do(sic) seu patrão, nos dará um livro de grande alcance humano e social.²⁰⁷

Na mesma senda seguiu o escritor paraense Dalcídio Jurandir (1909-1979), para quem Graciliano não deveria ser enfrentado diretamente, buscando-se encontrar em seu texto um sentido social claro. Contudo, a expressão “escritor revolucionário” já aparece como cobrança; e é dado ao romancista Graciliano o benefício de ser um revolucionário em desenvolvimento, mas que, afinal de contas, já escolhera um lado por lutar:

Não devemos espichar muito o sentido social dos Romances de Graciliano. Não há dúvida que S. Bernardo traz umas cogitações inesquecíveis no assunto. Pode ser mesmo que ele não tenha intenções. Dantes eu teimava na negativa das intenções do romance. Mas todo escritor hoje que não é um revolucionário é homem morto. (...)

Graciliano é um escritor revolucionário. Ele vai subindo a “escada”. Tem ainda uma volúpia muito literária de espremer e jogar xadrez com os personagens. Mas há no fundo o sentido seríssimo (sic) de conspirador de um homem que se mudou pro nosso lado, para o lado humano dos proletários de todos os países.²⁰⁸

Bem menos certo disso estava o paraibano Aderbal Jurema. O jornalista de assuntos culturais – de orientação esquerdista, nos anos 1930, e futuro político

²⁰⁷ AMADO, Jorge. Livros Nacionais (sic) – São Bernardo. *Movimento*, maio/1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

²⁰⁸ JURANDIR, Dalcídio. O patrão em São Bernardo. *Revista Acadêmica*, ago/1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

cambiante na segunda metade do século XX – reconhecia em *São Bernardo* o progresso estilístico do escritor em relação a *Caetés*. Mas, se para Jurema o romance de estreia foi decepcionante no que ignorava maior ação social, esse segundo livro possuía algo perigoso, pois, apesar de trazer um conflito de classes em sua trama, a pouca presença da “gente dos casebres úmidos e frios”, que “não tomou conta do livro”, mostra um autor ainda resistente em assumir a linha de frente do romance social. Nessa crítica de um mês após o lançamento do livro pela Editora Ariel, de Gastão Cruls (1888-1959) e Agripino Grieco (1888-1973), Jurema chega a identificar a partir da figura do funcionário da fazenda São Bernardo, o velho s. Ribeiro, um meio para Graciliano respirar certo saudosismo, tornando-se “um poeta regional” – a expressão vem logo em seguida à afirmativa de que Paulo Honório é o único personagem realmente fustigado por Graciliano, mas que o autor ainda caía numa espécie de armadilha elitista, amaciando a vida rural com o canto poético típico dos regionalistas. Em outras palavras, impera na crítica uma profunda desconfiança: “O ‘seu’ Ribeiro, contando a sua vida, nos comunica alguma coisa mais forte do que simples piedade para com a sua decadência. Esta alguma coisa me parece muita poesia. Uma poesia que podemos chamar de recordativa”.²⁰⁹

Se por um lado houve críticos que se dedicaram a ver o que faltava no livro, sua timidez em ser Arte a serviço da discussão do social, no segundo subgrupo de críticas o que mais se reclamava era o controle da linguagem obscena, o distanciamento da postura pendular entre Arte e propaganda, a resistência em deixar-se levar pela vaga neonaturalista, que chamava para a Arte a responsabilidade de expor as chagas humanas e nacionais, numa linguagem pouco atraente para o público. Os críticos dessa tendência se ocupavam mais com o comportamento dos personagens (o ciúme de Paulo Honório e seus modos grosseiros) e com o livro funcionando como veículo desse comportamento. Sintetiza bem essa posição a crítica do cearense Fran Martins (1913-1996):

O autor, como quase todos os escritores modernos, confundiu, muitas vezes, o baixo calão com linguagem popular. Daí as passagens inconvenientíssimas que se encontram, quase seguidamente, em *S. Bernardo*, de modo a tirar o efeito de sua leitura suave. (...)

O livro do Sr. Graciliano Ramos, não há dúvida, é um volume que contém muitas páginas apreciáveis. O construtor de *S. Bernardo*, porém, não soube higienizar o seu livro – e quando dizemos higienizar não é no sentido de fazer do romance um breviário místico e carola, mas sim um livro

²⁰⁹ JUREMA, Aderbal. *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos. *Boletim de Ariel*, dez/1934. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

que, em todas as suas páginas honre a literatura sertanista do Brasil ou, pelo menos, procure desfazer a impressão, já bastante arraigada, de que toda obra regional só é perfeita quando encerra capítulos que não possam ser lidos em voz alta ou por pessoas sérias.²¹⁰

Acompanham tal apelo moralista, seja pelo escrutínio conservador no que tange ao comportamento, seja pela observação direitista, no que se refere à postura do livro, o paulista Plínio Barreto, a quem o livro, apesar de atraente, é “semeado de surpresas desagradáveis, pois que a grosseria, com que tratava a esposa e os amigos, o herói também a estende aos leitores”,²¹¹ e o pernambucano amineirado Oscar Mendes, este um pouco mais cauteloso, mordendo e soprando em sua crítica tanto sobre a linguagem grosseira do narrador (exercício moderado do autor, seguindo a moda literária recente) quanto sobre a respiração esquerdista do romance (apelo do qual o autor simplesmente não contorna, embora nele não mergulhe):

Seguindo, ainda, o *dernier cri* do figurino literário do momento, pespegou o Sr. Graciliano Ramos no seu livro alguns palavrões obscenos. Mas inteligente que é, coibiu-se em tempo.

Não quis também transformar o seu romance em boletim de propaganda socialista, com cabras de engenho, líricos e lidos em Marx, a vociferar versículos lenineanos e profetizar miragens paradisíacas. Um dos artificialismos do livro de seu livro é mesmo, essa Madalena, normalista letrada e escritora (contraste muito acentuado com a rudeza do marido), a conversar reformas sociais com o cretinizado Padilha, professor de primeira letras no engenho.

Mas esses ensaios de propaganda reformista não vão adiante. O autor para em tempo.²¹²

Em ambos os conjuntos de críticas, a questão central tem a ver com o que se convencionou chamar de “romance social”. Como a maioria das classificações, essa colocava num mesmo nicho alguns elementos que se autodefiniam estranhos diante dos demais; ao mesmo tempo, também como a maioria das classificações, ela não orbitava num eixo estranho ou destituído de eficiência. O que fazia a classificação “romance social” funcionar era, sobretudo, a prosa que se produziu a partir de *A Bagaceira*, do paraibano José Américo de Almeida (1887-1980), portanto, a partir de 1928, no Nordeste. O caudal criativo e editorial que se seguiu ao aparecimento d’*A Bagaceira* gerou expressões contemporâneas, como “romance social” e “literatura do Norte”, bem como expressões que vieram depois, fruto de observações do

²¹⁰ MARTINS, Fran. S. Bernardo. *O Povo*, 06 mar. 1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

²¹¹ BARRETO, Plínio. *O Estado de São Paulo*, 05 jan. 1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

²¹² MENDES, Oscar. Egoísmo. *Folha de Minas*, 17 fev. 1935. (recorte, pasta 05, FGR/IEB/USP).

processo histórico, como “romance de 30”, esta muitas vezes utilizada para designar o período como a segunda fase do Modernismo que, por mais detida à prosa e ao aspecto social da realidade do país do que a geração da década anterior, teria produzido uma Literatura combativa no âmbito do tema, enquanto a primeira teria se detido mais à prática de atirar-se conta a forma dominante.

Nas últimas décadas, vem se tornando cada vez mais forte, na crítica e, sobretudo, na História da Literatura a relativização dos limites e das filiações. Afinal, 1928 não é 1930, o romance social não existiu somente a partir do “Norte”, e nem o romance do período era, por excelência, social. Cada vez mais foram ouvidos (e lidos) os próprios autores pelo prisma da heterogeneidade. Graciliano Ramos é um autor fundamental na compreensão dessa heterogeneidade dos anos 1930 e 1940, subsumida em certa homogeneidade emprestada pelas interpretações fortemente guiadas pelo Materialismo Histórico durante os anos 1960 e 1970, que enxergava na dominante (porém, não exclusiva) tendência antinazifascista da primeira metade do século um importante aglutinador do vário, fora, claro, a radiografia do social, contida na maioria das obras, nem sempre pautadas na excelência literária que, para Graciliano, significava o equilíbrio entre o Realismo honesto e a natureza mesma da obra de Arte.

Isso significa que em Graciliano a aversão a rótulos ou a escolas que condicionavam a Literatura à luta pela liberdade dos povos não se convertia em ausência de pontos dos quais o autor não abria mão. Esses pontos existiam na mesma proporção e força da linguagem econômica e cortante e do interesse pelos personagens que deflagravam os sintomas do mal-estar social, fosse nos tempos liberais sem democracia de antes de 1930, fosse em tempos de democracia empurrada garganta abaixo pelas botinas dos interventores da Revolução – um tipo de liberdade gerenciada, típica das ditaduras personalistas (assentadas ou em formação, como era o caso brasileiro de meados dos anos 1930). Na realidade, esses pontos se confundiam com essas características em sua Literatura, sendo mesmo impossível separá-los. Trata-se da discussão das bases histórias que sustentam a dialética entre fortes e fracos, entre os detentores do poder decisório institucional ou do poder cotidiano, exercido tanto no malabarismo de muita imagem e pouca substância, ou na brutalidade pura e em certa permissividade dos espectadores, algumas vezes anemicamente revoltosos ou tristemente resignados. Trata-se também, e talvez mais constante e incisivamente, de expor a dialética dos

tempos, na qual o presente de cada obra (romance, conto ou crônica) está repleto da substância pretérita que o anima e desafia, e nele se processa, dele escorrendo possibilidades de futuro. Essas possibilidades, contudo, Graciliano nunca as expõe, seja através de seus personagens ou de si mesmo, para além de mais um presente que se insinua à medida que vai deixando de ser por vir. Em Graciliano, o conceito ou teoria ou ideologia (o que se quer) que possa permitir apontar essas possibilidades servem, no máximo, como parâmetros para a inteligência desse movimento. O resultado: brota algum otimismo (como acontece no final de *Vidas Secas* e, de certo modo, no final de *Infância*) e muito desespero, paralisante ou convulsivo (como nos finais de *São Bernardo* e *Angústia*) diante do processo que se descortina (o que se vê).

4.3. A luz difusa na selva

O romance social, Literatura por si mesma dialética, nunca foi negado por Graciliano como possibilidade literária. Aliás, o escritor o via como algo incontornável; o romance proletário, esse sim, foi visto pelo autor como uma utopia da Literatura, cuja nascente era, quase que invariavelmente, a burguesia. Numa esclarecedora entrevista de 1944, concedida a Newton Rodrigues, Graciliano discute o romance social. Pergunta-lhe o jornalista:

– *Vive-se por aí a falar de boca cheia em romance social para cá e romance social para lá. Como conceberia um romance social?*

– Qualquer romance é social. Mesmo a literatura “torre de marfim” é trabalho social, porque só o fato de procurar afastar os outros dos problemas é luta social.

– *Desse modo pode haver um romance social afastado da massa? Pode haver um romance social só da burguesia, por exemplo, e que não tenha nada com as demais classes?*

– Se fôssemos conceituar romance social como romance do povo, dos problemas do povo etc., só haveria um romance social operário quando escrito pelo próprio operário, como já ficou dito [alusão a uma pergunta anterior da entrevista, quando Newton Rodrigues pergunta se somente um proletário poderia escrever um verdadeiro romance proletário – a resposta do entrevistado foi: sim]. Mas essa literatura eu não posso julgar porque não existe. Um escritor pode escrever para a massa e o operário nem o ler. Eu já tentei isso quando escrevi *São Bernardo*, mas o povo não leu *São Bernardo* e continuo sem saber por quê. De qualquer modo o romance social terá que ser sentido e é preciso que o personagem seja o próprio autor.

– *E até onde caberiam os dramas íntimos dentro dele?*

– Não há limitação para os dramas íntimos. A vida de um pode retratar tudo, um problema inteiro. Mesmo a miséria tem que ser vista segundo o temperamento de cada um. Essa “miséria em si” não pode surgir

num romance diretamente, mas apenas através do homem que a sofreu e a interpretou.²¹³ (comentário meu)

Já tendo escrito e publicado, em espanhol e inglês, o artigo ‘Decadência do Romance Brasileiro’, no qual se incluía na crítica feita aos romancistas da década anterior, por abandono do Realismo crítico, sintoma de afrouxamento da luta social dos escritores, a resposta de Graciliano – ao mesmo tempo em que elucida os limites sociais do discurso literário – defende uma Literatura sem fôrma temática ou atrelada a uma postura específica, ou seja, Literatura possuidora de vida social própria que, de um modo ou de outro, será sempre parte da vida social. Assim, revela que há uma espécie de disputa interna no campo literário, no qual a Literatura do tipo “torre de marfim” por mais que se queira pairada sobre a crueza cotidiana da realidade será, invariavelmente, um produto estético fruto de uma escolha prenhe de matéria social. Respondendo a uma pergunta que insiste na questão, Graciliano sentencia: “Não há arte fora da vida, não acredito em romance estratosférico. (...) O escritor está dentro de tudo que se passa, e se ele está assim, como poderia esquivar-se de influências?”²¹⁴

O jornalista pergunta sobre a guerra em andamento e que tipo de Literatura poderia sair do pós-guerra. Cauteloso, Graciliano diz não poder dizer, já que ela ainda não existe, mas que se houver mudança de regime na Europa, prejudicando a liberdade, a Literatura sofreria com isso. Daí, Newton Rodrigues lança uma espécie de armadilha:

– Quer dizer então que o clima melhor para a literatura é esse clima de “paz social” como querem alguns? O clima do liberalismo inglês...

– De certo modo sim, já que permite a liberdade. Eu não admito literatura de elogio. O liberalismo ao menos permite uma liberdade relativa. Quando uma ala domina inteiramente, a literatura não pode viver; pelo menos até que haja mais necessidade de coagir, o que significa liberdade outra vez. O conformismo exclui a arte, que só pode vir da insatisfação. Felizmente para nós, porém, uma satisfação completa não virá nunca.²¹⁵

Um dos mais contundentes *leitmotiven* de *Angústia* é essa constatação que o autor não abandonará, nem mesmo quando do seu ingresso no Partido Comunista: *a busca pela liberdade e a insuperável insatisfação humana movem todas as questões*. Aparentemente consonante em toda sua extensão com os ditames do

²¹³ MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, op. cit., p. 353. A entrevista saiu na revista *Renovação*, em meados de 1944.

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 354.

partido, Graciliano soaria muitas vezes como um ruído na canção comunista, embora, como veremos adiante, sua conduta tenha sido pautada pela disciplina.

No intervalo entre *São Bernardo* e *Angústia*, Graciliano escreveu duas importantes cartas que ajudam a compreender sua posição diante do mundo literário e sua relação com a política e a dinâmica social. A primeira, endereçada a Oscar Mendes, comenta a crítica sobre *São Bernardo* e endossa a observação do jornalista sobre a propaganda que desponta no romance, e é logo refreada. Diz Graciliano:

Acho que transformar a literatura em cartaz, em instrumento de propaganda política, é horrível. Li umas novelas russas e, francamente, não gostei. O que é certo é que não podemos, honestamente, apresentar cabras do eito, homens da bagaceira, discutindo reformas sociais. Em primeiro lugar, essa gente não se ocupa com semelhante assunto; depois os nossos escritores, burgueses, não poderiam penetrar a alma dos trabalhadores rurais.²¹⁶

Posição semelhante a que defenderia na entrevista de 1944, com um detalhe: o reconhecimento do lugar por onde brota a Literatura, a burguesia, e a aceitação da crítica de Oscar Mendes não impedem, na óptica do escritor, que os romancistas se lancem como componentes da realidade descrita, nem que a queiram alterada. Num artigo escrito na mesma época dessa carta, Graciliano aponta como antídoto, tanto à Arte pela Arte quanto a Arte pela propaganda, a observação honesta, a aproximação sem perda de foco e a utilização de uma linguagem que não alimente a ruptura entre leitura e vida.

Na literatura de ficção é que a falta de caráter dos brasileiros se revelou escandalosamente. Em geral nossos escritores mostraram uma admirável ignorância das coisas que estavam perto deles. Tivemos caboclos brutos semelhantes aos heróis cristãos e bem-falantes em excesso. Os patriotas do século passado, em vez de estudar os índios, estudaram tupi nos livros e leram Walter Scott.

[...]

Os romancistas atuais compreenderam que para a execução de obra razoável não bastam retalhos de coisas velhas e novas importadas da França, da Inglaterra e da Rússia. E como deixaram de ser obrigatórias as exibições da porta do Garnier, os provincianos conservaram-se em suas cidadezinhas, acumulando documentos, realizando uma honesta reportagem sobre a vida no interior.

[...]

Hoje desapareceram os processos de pura composição literária. Em todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram o cuidado de

²¹⁶ MORAES, Dênis de. Graciliano no fio da navalha: cooptação, engajamento e resistência. In ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 88.

tornar a narrativa não absolutamente verdadeira, mas verossímil. (...) Ninguém confia demasiado na imaginação.²¹⁷

Quando confrontada com as observações de Oscar Mendes, a última parte do artigo ganha uma dimensão interessante. Ela aponta para duas questões que vão aparecer no livro em construção (*Angústia*) e em outros artigos: o escritor como ser político e o romance social (aqui chamado de “romance do Nordeste”, em observação à expressão que se cunhou no período) como uma força crescente, não necessariamente por pertencer a um recorte geográfico específico, mas porque nesse recorte geográfico, mais do que em qualquer outro, os escritores resolveram fazer dos problemas sociais material para suas histórias. Assim, para Graciliano, a definição de romance social – menos abrangente do que aquela ligada à própria existência social do livro e à circulação de seu conteúdo – estava assentada em toda obra que expressasse os desafios da sociedade em lidar com as desigualdades, suas componentes que estão à vista, como nas fábricas ou nas ruas, ou soterradas, como no sertão, nos corredores da prisão ou nas relações de poder, ao mesmo tempo cotidianas e pouco perceptíveis, e cuja apreensão só seria possível a partir do estudo por dentro dos casos e do uso de linguagem adequada, que permitisse a representação verossímil e honesta da realidade. Em relação à revolução política, suas motivações e desenvolvimento até então, os textos desses escritores não teriam sido consequência, e sim concomitância.

Esses escritores [referindo-se a Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado] são políticos, são revolucionários, mas não deram a ideias nomes de pessoas: os personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão para a cadeia, passam fome nos quartos sujos duma hospedaria.

Os nossos romancistas não saíram de casa à procura de reformas sociais: a revolução chegou a eles e encontrou-os atentos, observando uma sociedade que se decompõe.

[...]

O que é certo é que o romance do Nordeste existe e vai para adiante. As livrarias estão cheias de nomes novos. Não é razoável pensarmos que toda essa gente escreva porque um dia o sr. José Américo publicou um livro que foi notado com espanto no Rio.²¹⁸

Fazendo, inclusive, alusão à correspondência destinada ao crítico mineiro, a segunda carta, de tom bem mais pessoal, escrita para Heloísa, traz pelo menos três

²¹⁷ *Garranchos*, p. 138-140.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 140-141. De certo modo, já aparece nesse artigo um dos motes que envolverão Graciliano numa discussão sobre a Literatura do Norte x Literatura do Sul.

questões que o terceiro romance do escritor consome exaustivamente. Proponho um cotejamento entre essa carta e o romance que estava sendo escrito. Antes, um breve resumo da trama de *Angústia*.

O enredo do romance é relativamente simples. É o retorno de Luís da Silva, um dos infelizes que Graciliano concebeu, ainda sem retoques, em meados dos anos 1920. Em Maceió, o protagonista narrador sofre os dissabores de uma vida medíocre, recheada de lembranças tristes do sertão e ornada por um estranho senso de justiça, que lhe dá autoridade para julgar, condenar e punir. Funcionário público, baixo clero, com alguma visão política, mas pouca inclinação a pô-las em prática, Luís da Silva apaixona-se pela vizinha, Marina, moça fútil e pobre que chega a ser sua noiva. Marina é atraída pela conversa, o *mise-en-scène* e, sobretudo, o dinheiro de Julião Tavares, um sujeito gordo, filho de comerciante, viajado, perfeitamente adaptado às negociações cotidianas da vida moderna e que, na trama, funciona como o oposto de Luís da Silva: retraído, magro, de poucas posses, filho da falência, cheio de instintos, algo de selvagem, algo de arcaico. À futilidade de Marina, o protagonista soma o poder político, o dinheiro, a rede de contatos de Julião Tavares e lança tudo no rol da indecência. Com essa motivação e o reconhecimento do próprio fracasso, Luís da Silva se torna um assassino, enforcando o rival, fazendo justiça, mas sem um propósito realmente claro. Seu gesto é mais uma ideia que o persegue e se materializa do que uma atitude resultante dum plano.

Voltando à carta, a questão inicial é o primado da relação com o contexto, mesmo quando aparece enovelado num discurso existencial:

Eu sou um literato horrível, e só dou para isso. Tenho procurado outras profissões. Tolice. (...) O Estado está pegando fogo, o Brasil se esculhamba, o mundo vai para uma guerra dos mil diabos, muito pior que a de 1914 – e eu só penso nos romances que poderão sair dessa fôrnalha em que vamos entrar.²¹⁹

Essa passagem da carta parece conter uma confissão de alheamento do mundo, contudo, e paradoxalmente, ela reforça a ideia da Literatura brotando da realidade que a circunda, mesmo quando a atitude do escritor parece ser a de virar as costas para os acontecimentos. Que tipo de romance brotaria de uma nova realidade global de guerra?

²¹⁹ Carta 74, 23-03-1921. In *Cartas*, p. 142.

Em *Angústia*, a violência seria uma questão incontornável, como fora em *São Bernardo*, com seu protagonista atlante dono das ações e quase sempre no controle, colocando-se à disposição das marcas do tempo, consoante os acontecimentos que, após a guinada de 1930, conduziam o país com a profunda presença do velho autoritarismo, num movimento que prometia, não obstante as curvas de 1932 e 1934, ao final, uma figura mais próxima de uma ferradura, ausente de novas angulações. No contexto da escrita de *Angústia*, Graciliano sentia de perto as baforadas de uma nova guinada política, que ocorreria pouco depois, em 1937.

Em relação a *Caetés*, a violência aparece, quase que invariavelmente, como uma atitude dos outros: as conquistas do protagonista dão-se adventiciamente, talvez por seus propósitos, nunca muito claros; sua ousadia resume-se, praticamente, ao cheiro no pescoço roubado da mulher no patrão, tendo suas ações a ver com o liberalismo praticado na década de 1920. No terceiro romance, contudo, nos pensamentos embaralhados do narrador Luís da Silva, funcionário público e escritor de artigos para jornais da capital, vinham-lhe, fosse pelas palavras dos amigos, fosse pela tensão internacional que rondava os noticiários, episódios sangrentos da tradição sertaneja, “Revolução na China” ou “uma guerra na Europa”. A imagem de nações resolvendo seus impasses internos e externos pela violência atravessava a cabeça de Luís da Silva, ele mesmo buscando resolver questões com o antagonista Julião Tavares, que arruinara seus planos de conquistar Marina.²²⁰ Tem-se nesse escritor amador, diferente dos outros dois, a propensão para agir conjugada ao reconhecimento da própria fraqueza, resultando uma violência praticada pelas próprias mãos, mas parecendo vir de fora, ou de longe no tempo, como uma herança das gerações já mortas, e ainda assim, vivas na memória e no sangue. Isso dá ao espírito do narrador, sempre informante das convicções e reticências do autor, a coloração adquirida na mistura dos acontecimentos com as sombrias perspectivas globais, nacionais e locais, misturadas ainda às decepções e aos eventos pessoais do presente. O caleidoscópio emocional e os *memorabilia* que se atropelam, revelando a falta de método de um narrador aparentemente movido pela necessidade de escrever sua revolta já transformada em ato, tudo isso é o anverso da estratégia graciliânica de localizar o ser social agora numa estrutura mais variada que a cidadezinha do interior ou a fazenda do agreste.

²²⁰ *Angústia*, p. 57 e 114.

Angústia é, assim, a indicação mais explícita de como Graciliano via o intelectual no período, sobretudo o de esquerda.²²¹

E ampliando-se mais o horizonte interpretativo: como ele via a própria classe média do país. Luís da Silva é essa classe média de um grande centro, que se diferencia do proletariado (representado por seu Ramalho, pai de Marina, portanto, vizinho do protagonista) pelo consumo amíúde da cultura letrada, mas não tão distante dele financeiramente; e assemelhada à alta burguesia no tocante ao reconhecimento e usufruto de certos ambientes sociais, mas bastante distanciada dela em relação ao poder aquisitivo e ao trânsito nas cúpulas de poder. Luís da Silva, funcionário público de baixo escalão, escolarizado, frequentador das rodas culturais de Maceió, detentor de poucos recursos, carrega nas costas carga mais pesada e complexa que os protagonistas anteriores. Ele não é somente o principal personagem de uma trama convulsiva, é um tipo social de um país que passou por uma mudança de rumo traumática após 1930 e cuja bússola aponta na direção de um novo estado de acomodação política, baseado no uso constante e combinado de cooptação e força repressiva.

Outra observação cara a Graciliano é a da diferenciação entre escritores e outros tipos de indivíduos que compõem a sociedade:

Alagoas tem um milhão e duzentos mil habitantes. Mas na minha estatística há apenas uns três indivíduos, uns três e meio, quatro no máximo. Os que fazem política, os que vendem ou compram fazendas, os que plantam

²²¹ Sobre a repercussão internacional do romance, Ricardo Ramos escreveu: “nunca o vi tão satisfeito como após a leitura, numa revista americana, de artigo considerando *Angústia* não apenas romance de um drama pessoal, um ensaio sobre a loucura chegando ao crime, mas, e principalmente, a crônica da condição do intelectual nos países subdesenvolvidos da América Latina.” RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*, op. cit., p. 110. O artigo ao qual Ricardo Ramos se refere é, muito provavelmente, o ensaio de Samuel Putnam sobre a cultura brasileira no regime de Vargas, publicado na revista esquerdista *Science and Society*. Um trecho do artigo sustenta que a combinação entre o psicologismo e o comprometimento com a representação do social passa pela estratégia narrativa própria do autor, mas também conformada às condições dos artistas num regime de controle que cada vez mais se intensificava. Sobre o artigo de Putnam e outros críticos estadunidenses ver: SADLER, Darlene J. Lendo Graciliano Ramos nos Estados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*. São Paulo: IEB/USP; Editora 34, n. 54, p. 31-52, 2012. No último mês de vida do escritor, chegou à casa dos Ramos um número da revista acadêmica *Idea and Experiment*. Num artigo que insistia na comparação de Graciliano com Dostoiévski, o poeta, ensaísta e professor de Literatura latino-americana, o chileno Arturo Torres-Rioseco reforçava, após quinze anos, a perspectiva de Putnam, afirmando que o “sentimento trágico da vida”, tão forte em *Angústia*, “surge como resultado de fatores tanto hereditários quanto ambientais.” E completa: “nas personagens de Ramos, ideias e emoções existem num mundo cujo sentido é profundamente incompleto, posto que está configurado como alternativa para um cotidiano sem sentido.” TORRES-RIOSECO, Arturo. Graciliano Ramos and the tragic sentiment of life. *Idea and experiment* – University of California, mar/1953. (recorte, FGR/IEB/USP).

algodão e os que fabricam açúcar são de espécie diferente da minha. (...) hei de fazer sempre romances. Não dou para outra coisa.²²²

Sem se desviar de sua convicção (“só dou para isso”; “não dou para outra coisa”), esta passagem revela que, fizesse o que fizesse, Graciliano tinha encontrado sua vocação definitiva: “hei de fazer sempre romances”. Essa certeza o tornaria inapto para autorrealização plena em outra função social. De certa forma, ele fora até então um pouco de cada um dos tipos que elenca como opostos à certeza do que era agora. Assoma-se ao estabelecimento da distância entre os que detêm o poder político e econômico, escultores da história oficial, e o escritor por vocação a posição política de esquerda, o que colocava o diretor da Instrução Pública em constante suspeita e conflito com o interventor de ocasião.²²³

Em *Angústia*, uma página apenas separa a descrição de Julião Tavares – “Conheci esse monstro numa festa de arte no Instituto Histórico. (...) Família rica. Tavares & Cia., negociantes de secos e molhados, donos de prédios, membros influentes da Associação Comercial, eram uns ratos.” – do resumo da rotina que Luís da Silva passou a chorar a perda:

Habituei-me a escrever, como já disse. Nunca estudei, sou um ignorante, e julgo que os meus escritos não prestam. Mas adquiri cedo o vício de ler romances e posso, com facilidade, arranjar um artigo, talvez um conto. (...)

Trabalho num jornal. À noite dou uns saltos por lá, escrevo umas linhas. (...) Além disso recebo de casas editoriais de segunda ordem traduções feitas à pressa, livros idiotas, desses que Marina aprecia. Passo uma vista nisso, alinhavo notas ligeiras e vendo os volumes no sebo. (...)

Ora, foi uma vida assim cheia de obrigações cacetes que Julião Tavares veio perturbar. Atravancou-me o caminho, obrigou-me a paradas constantes, buliu-me com os nervos.²²⁴

²²² Carta 74, 23-03-1921. In *Cartas*, p. 142-143.

²²³ Apesar de a prisão em março de 1936 ser um sintoma da onda repressiva que resultaria no golpe do Estado Novo, a relação entre Graciliano e a chefia do poder local nunca foi mesmo serena. No início de novembro de 1933, correria a notícia de que os diretores de Instrução Pública e de Saúde de Alagoas puseram seus cargos à disposição. Sem mencionar detalhes, a notícia dizia ser essa atitude um “sintoma de que os que têm alguma coisa a perder não desejam assumir responsabilidades que os coloquem mal perante a opinião pública”, e que os dois diretores, “elementos de valor próprio” e independência, “não abrem mão para aceitar qualquer parte dos compromissos de uma administração em divórcio com o povo” Cf. *Correio da Manhã*, 03 nov. 1933, <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=19089>. Acesso em 22 maio 2013. Em março de 1935, dez dias antes da carta a qual essa nota se refere, Graciliano dá notícias a Heloísa da tensão envolvendo a passagem de bastão na liderança do governo entre Osman Loureiro de Freitas (jurista e poeta) e Edgar de Góis Monteiro (do clã político-militar Góis Monteiro): “Logo que cheguei aos Martírios [palácio sede do governo] soube que os Osman ia deixar o governo sem esperar decisão do Rio. (...) Quando saí dos Martírios, antes do meio-dia, tínhamos sido exonerados: os atos já estavam na Imprensa Oficial. Agora a noite seu Américo me disse (...) que a publicação havia sido suspensa.” Carta 74, 23-03-1921. In *Cartas*, p. 142-143. Osman Loureiro voltaria a ser interventor do Estado e será na sua gestão que a prisão de Graciliano ocorrerá.

²²⁴ *Angústia*, p. 55-56.

A terceira passagem traz o último elemento na composição do escritor como Graciliano o via. O que o tornava uma criatura social solitária ou de poucas amizades e filiações? O que é mesmo um ser escritor? E que tipo de sentimento ou atitude característica o atravessa:

Somos uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros, duma sensibilidade excessiva, duma vaidade imensa que nos afasta dos que não são doentes como nós. Mesmo os que são doentes, os degenerados que escrevem história fiada, nem sempre nos inspiram simpatia: é necessário que a doença que nos ataca atinja outros com igual intensidade para que vejamos nele um irmão e lhe mostremos as nossas chagas, isto é, os nossos manuscritos, as nossas misérias, que publicamos cauterizadas, alteradas em conformidade com a técnica.²²⁵

O autor de *Caetés*, com seu limitado narrador-escritor, diferencia-se do autor de *São Bernardo*, com seu narrador simplesmente limitado, de poucas pretensões nas letras; e estes, por sua vez, diferenciam-se do autor de *Angústia*, novamente com um limitado narrador-escritor, contudo, mais vivido e viajado, munido de recursos conceituais eficientes, embora imprecisos, para descrever e julgar o mundo.

Ainda assim, esses diferentes Gracilianos que, durante dez anos, conjugaram-se nos limites de um mesmo homem, chegam todos à mesma conclusão: definitivamente há um “nós” e um “eles”. Na trama de *Angústia*, Julião Tavares é o símbolo do outro a combater. Obviamente, as armas de Luís da Silva são equivocadas, e a base de suas ações por vezes contraditória, como se nele Graciliano aglutinasse toda a potência para a mudança efetiva, mas pela pobreza de conceitos, esse emblema avesso (visto que abstração de uma situação social concreta) não chegaria às atitudes sistemáticas de projeto, quando muito, à perpetração de um crime.

Mas esses traços de Luís da Silva, assim como as idiossincrasias dos outros narradores, são reflexões sobre a dinâmica social e a complexidade de seus atores. Em contexto de plena solidificação da Revolução (pós-investida de 1932, pós-constituição estratégica de 1934 e pós-instalação da Lei de Segurança Nacional), Graciliano, no centro do poder local, especula as possibilidades da classe média, dos intelectuais e dos operários face ao processo nacional e global de reacomodação do Capitalismo. Desse exercício, saltam algumas certezas, como o

²²⁵ Carta 77, 03-04-1935. In *Cartas*, p. 147.

fato de o embate violento entre possuidores e despossuídos ser inevitável pela posição, modos, linguagem, objetivos e história que põem em lados opostos grupos sociais com poucas, mas algumas intersecções:

O outro sujeito inútil que nos apareceu era muito diferente. Gordo, bem-vestido, perfumado e falador, tão falador que ficávamos enjoados com as lorotas dele. Não podíamos ser amigos. Em primeiro lugar o homem era bacharel, o que nos distanciava. Pimentel, forte na palavra escrita, anulava-se diante de Julião Tavares. Moisés, apesar de falar cinco línguas, emudecia. Eu, que viajei muito e sei que há doutores quataus, metia também a viola no saco.

Além disso Julião Tavares tinha educação diferente da nossa. Vestia casaca, frequentava os bailes da Associação Comercial e era amável em demasia. Amabilidade toda na casca.

(...) A minha linguagem é baixa, acanhada. Às vezes sapeco palavrões obscenos. Não os adoto escrevendo por falta de hábito e porque os jornais não os publicariam, mas é a minha maneira ordinária de falar quando não estou na presença dos chefes. Com Moisés dá-se coisa semelhante. Apenas, se lhe acontece engasgar-se, recorre a locuções estrangeiras. As nossas conversas são naturais, não temos papas na língua. Abro um livro, fico alguns minutos fazendo cacoetes, de repente dou um grito:

– Que sujeito burro! Puta que o pariu! Isto é um cavalo.

Moisés toma o volume, lê uma página com atenção, fungando:

– Tem coisas boas, tem ideias.

– Que ideia! Isto é um sendeiro, não sabe escrever.

Julião Tavares veio tornar impossíveis expansões assim. Dizia, referindo-se a um poeta morto:

– Era um grande espírito, um nobre espírito. Quanta emoção! Além disso conhecimento perfeito da língua. Artista privilegiado.

Filho de uma puta. Esse artista privilegiado aperreou-me durante semanas, tirou-me o apetite. Na repartição, no cinema, no jornal, no café, perseguia-me a lembrança da voz antipática:

– Um grande espírito, um nobre espírito. Emoção e conhecimento perfeito da língua.

Filho de uma puta. Não podia ser nosso amigo.²²⁶

Julião Tavares e Luís da Silva não são diametralmente opostos nem caminham de costas um para o outro. Ponto de interseção entre os dois, Marina é um Brasil viçoso que adoece fácil; promissor, mas propenso a se perder em vulgaridades; acolhedor de atos heroicos mas, pelo hábito, inclinado a receber atos velhacos. Por quem sentimos certa empatia, não obstante as náuseas que nos causa, Luís da Silva é, até então, o primeiro personagem de Graciliano a ter um antagonista real, e arriscaria, pela primeira vez, personagens antagonizados menos em suas aspirações e mais em suas táticas e recursos, tocando em pontos comuns tão somente para se chocarem, violentamente, inclusive. Em variações de grau, *Caetés* e *São Bernardo* são romances sobre o ‘querer’ e o ‘poder ter’. *Angústia* tem

²²⁶ *Angústia*, p. 60-61

semelhante vocação, mas o ‘querer’ possui uma série de imprecisões, como se faltasse um projeto de ‘querer’; e o ‘poder ter’ está mais voltado para o direito de continuar a burilar o ‘querer’ do que para propriamente possuir e agir sobre o possuído. Nesse texto inflectido, indicador de mudança significativa e aparentemente definitiva do “romance social” para o “romance psicológico”, Graciliano falava, contudo, das disputas entre conservadores, progressistas e o governo de Vargas, numa trama traspassada por doenças da alma num corpo fraco dum protagonista construído com muitos pedaços do autor, porquanto tem as balizas temporais da trajetória pessoal de Graciliano; com muito do presente misturado aos delírios de Luís da Silva, ponte para o estudo da formação do Brasil moderno, expediente utilizado nos romances anteriores; com muito ódio e suores que pouco têm a ver com a revolta e o suor dos personagens típicos do romance social. Em resumo, *Angústia* é mergulho psicológico na perda de discernimento que as disputas sociais podem causar. Isso dá ao livro um duplo papel: em certos momentos, o livro funciona como autobiografia psicológica do autor, ele mesmo vivendo na instabilidade política e no aperto financeiro; noutros *Angústia* é, sobretudo, um salto no Realismo brasileiro, ao fugir da aproximação do real pela via do romance proletário (geralmente propositivo e mecânico) sem, contudo, deixar-se cair na espiral do psicologismo.

A localização perfeita do romance na prateleira graciliânica foi feita por Antonio Candido, quando diz ser *Angústia* o mais ambicioso dos romances do escritor e que, por ser “excessivo”, cheio de “partes gordurosas e corruptíveis”, tornou-se o “mais facilmente transitório” de seus textos. Na conhecida tese do crítico, a obra do romancista alagoano faz o movimento da ficção para a confissão, tendo em *Angústia* o ápice da suave curva. O romance, segundo Candido, é ao mesmo tempo “a sua projeção pessoal até aí mais completa no plano da arte”, pois tem muito do autor, tanto no plano consciente quanto no inconsciente, e o “ponto extremo da ficção, o máximo obtido na conciliação do desejo de desvendar-se com a tendência de reprimir-se”.²²⁷

Em relação à crítica, há pelo menos três momentos na trajetória do romance que podem ser distinguidos: esse de mais ou menos dez anos após seu aparecimento, ou seja, a visão que equilibrava a importância do aspecto interior da obra, seu estudo psicológico, com a importância do entendimento da esfera social,

²²⁷ CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 63.

das relações de poder e dos diferentes setores da sociedade que se moviam de acordo com suas condições, mas também as desafiando a partir de seus desejos. Foi Otto-Maria Carpeaux (1900-1978), provavelmente, o primeiro a seguir essa linha que encontrou no ensaio de Candido o ponto mais alto. Outro momento é o de certa perda de *status* de obra-prima. Luís Bueno observou uma curva descendente de seu prestígio, queda que lentamente se inicia e continua até os anos 1980.²²⁸ Tal movimento não deixa de confirmar a transitoriedade como marca desse livro, como a observou Candido. Mas o movimento que mais me interessa aqui é o que expõe a perplexidade da acolhida do romance à época de seu aparecimento. Já disse antes que o livre recebera, no final de 1936, o prêmio Lima Barreto, instituído pela *Revista Acadêmica* e que Graciliano atribuía à sua condição de preso político um peso maior do que mesmo a importância artística que do romance, numa habitual autocrítica severa. A meu ver, a crítica que saiu logo após o lançamento de *Angústia* talvez não tenha conseguido contornar esse misto de reconhecimento do valor da obra associado à admiração por seu autor, um dos principais atores no espetáculo de caça às bruxas que se seguiu ao levante comunista de novembro de 1935. Chegando às livrarias com o autor preso, mas escrito e finalizado após a reação do Estado à iniciativa dos comunistas em tomar o poder, *Angústia* acaba funcionando como um longo prólogo ficcional para o que apareceria somente em 1953, com o lançamento póstumo de *Memórias do Cárcere*: os intestinos de um estado de sufocação promovido pelo moderno nacionalismo brasileiro.

Há significativa diferença entre o tratamento dado ao autor de *São Bernardo* e ao de *Angústia*, um romance, decerto, mais estranho às premissas da Literatura social que o anterior. Um bom exemplo está na crítica de Dalcídio Jurandir. Para o crítico e escritor paraense, ele mesmo um preso político por participação na Aliança Nacional Libertadora, *Angústia* é “um *bric-à-brac* humano”, com Graciliano ao final, ou por trás, de toda a ação dos “anõezinhos atrozes”, parecendo “nitidamente realista”, pela forte “condensação social” e “poderosa captação do chamado inconsciente coletivo”. A crítica só não é plenamente condescendente ao rumo tomado pelo romance quando, ainda em tom elogioso, chama a atenção para o aspecto construtivo ou propositivo que a obra literária deve ter:

Um realismo à sua maneira sufocante, e pelo sarcasmo e pelas análises que encerra, golpeia e dói como um chicote. Apesar do muito interesse e

²²⁸ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 619-620.

mesmo da paixão com que se mistura entre os seus tipos, o romancista tem um inocultável desprezo pela maior parte deles. Quanta força interior num romancista assim! Sabe que o homem ainda não “está” nos seus romances e que a arte segue as renovações a que a vida se impõe, para descobrir e conquistar esse verdadeiro homem...²²⁹

Mas a própria datação da crítica permite divisar os apelos de uma Literatura que se firma, sustentando a vocação realista, mas exigindo-se mais do que mera especulação, geralmente artificial, dos problemas sociais do país. Se antes *São Bernardo* servia de termômetro para os críticos localizarem seu autor, criticar *Angústia* parecia ser um exercício de reflexão da própria posição, dos próprios limites, da própria dúvida, da própria esperança. Fato é que, nos anos 1936 e 1937, pouco se conseguiu falar de *Angústia* sem utilizar-se do ‘eu’ ou do ‘nós’, tamanho e incontornável o desconforto causado pelo livro.

De tendências integralistas, o crítico baiano Adonias Filho o via como um “romance difícil de ser situado”, por culpa do próprio autor, que “entrosando o seu romance, a jeito de autobiografia, [...] obscureceu, em parte, o trabalho da crítica”. Para Adonias Filho, o romance “não existe como expressão realista e não existe como expressão suprarrealista”; e ainda que “revele intensa penetração interior e exponha o comum da vida no ser humano, não é nem uma nem outra coisa.” Confuso, mas profundamente honesto, chegando a concluir: “*Angústia* pertence, desse modo, a todas as posições”.²³⁰

O militar de esquerda e então crítico literário Nelson Werneck Sodré (1911-1999) tenta encontrar no livro que denomina “sem paisagem” e “narração do drama interior, da tempestade espiritual”, a partir das personagens secundárias decadentes uma linha originária e um fio que possa conduzir o leitor pelo labirinto do romance. Werneck não deixa de conectar o livro à atmosfera do país: “miserável legião de vencidos, os homens atravessam o cenário, ombros caídos, cabeças curvadas, uns idiotas, outros alcoolizados, vítimas de um peso enorme que os sufoca e os acabrunha.” Mas na crítica, o que fica dessa conexão, do reconhecimento da vida adstringida, não se converte em ânimo: “essa pintura cruel do marasmo e do desalento chega a nos impressionar e a nos deprimir.”²³¹

²²⁹ JURANDIR, Dalcídio. Graciliano Ramos e uma velha impressão de Anatole. In RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 259-261.

²³⁰ ADONIAS FILHO. *Angústia*. In RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*, op. cit., p. 240-245.

²³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Livros novos*. In RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*, op. cit., p. 246-249.

Posição bem diferente tem o crítico Nicolao Montezuma, pseudônimo do ainda então comunista Carlos Lacerda. Na sua visão, o livro parece conter um ensinamento, uma força redentora: “o grande rio do inconsciente leva nas suas águas muito sofrimento. Mas essas águas são boas e curam todas as doenças.” A tese de Lacerda é marcadamente dialética. Ele consegue ver operar no romance todo o movimento iniciado nas demandas modernistas, um movimento que une passado e presente, essência e aquisição, o exorcismo do nosso pior para realização do nosso melhor:

É uma necessidade elementar, quase diria uma exigência de um dever que ele chamou a si, que o faz lutar contra as ideias adquiridas, os preconceitos herdados. (...) Nessa luta visando o terceiro elemento, pode-se conceber a ideia de uma conciliação entre as ideias que se adquire e os sentimentos que não nos deixam. Conciliação para colaboração. Podem trabalhar juntos visando um terceiro elemento, que é a plenitude da força intelectual, da sinceridade da inteligência, da dignidade humana, enfim. Essa conciliação se faz, geralmente, no sofrimento. Em bem dura escola o autor de *Angústia* está conciliando suas ideias novas, que se transformam em exigência do seu espírito, com os sentimentos velhos, que sempre se transformam.²³²

Posição igualmente interessante é a do crítico, poeta e escritor gaúcho Reinaldo Moura. Adepto da Literatura dita psicológica, ele enxergou uma faceta do romance aparentemente ignorada pelos demais críticos da época. Para Moura, *Angústia* “é o dia a dia de uma pequena existência de intelectual truncado.” Ao seguir por essa senda, o livro é visto, mesmo que pelo prisma do drama interior, como o contexto de um indivíduo de situação social específica, o que sugere o alcance enxergado no artigo da revista norte-americana e que tanto agradara a Graciliano. Mas Moura vai mais além, pondo ao chão qualquer possibilidade de o livro ser tido como produto nordestino, fincado numa cultura localizada ou mesmo pertencente a um único cenário:

Angústia, como exemplo do presente, é o romance brasileiro destes últimos tempos, porque, sem fazer regionalismo, Graciliano Ramos consegue uma paisagem espiritual perfeita do homem trágico que anda pelas cidades do litoral e pelas vilas modorrentas do sertão.²³³

Transitoriedade, ausência de paisagem, interiorização do drama, porção autobiográfica. Tudo isso deu suporte para que *Angústia* e seu autor passassem a

²³² MONTEZUMA, Nicolao. *Angústia*. In RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*, op. cit., p. 254-256.

²³³ MOURA, Reinaldo. *Angústia*. In RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*, op. cit., p. 257-258.

ser estudados pelo viés da Psicologia, veio que não perdeu fôlego com o passar das décadas.²³⁴ Ricardo Ramos revela, inclusive, que “o primeiro livro sobre Graciliano saiu em 1950” – um ensaio crítico-psicanalítico do autor de *Vidas Secas* – sendo, justamente, uma tentativa de “explicar o romancista com exageros de psicologismos, descobrindo símbolos e estabelecendo relações imprevistas, [...] desprezando as mais elementares referências sociais, mas sempre guiado pela maior admiração.”²³⁵

De acordo com o autor do ensaio, H. Pereira da Silva, responsável por várias análises pautadas na Psicanálise, como *A Megalomania Literária de Machado de Assis*, o conjunto da obra é o caminho mais seguro para entender o homem, assim como sua infância é o caminho mais seguro para entender a obra. A conclusão do ensaio, após percorrer os principais romances do escritor, repisando a tese de que cada personagem é reflexo de um segmento psicológico de Graciliano é o reconhecimento da incompletude da tarefa proposta, deixada para a posteridade como desafio; aqui, prontamente evitado. Seria inútil seguir sem os necessários contornos sócio-históricos. E a lição vem do próprio Luís da Silva: “quando a realidade me entra pelos olhos, o meu pequeno mundo desaba.”²³⁶ É justamente esse enfrentamento de mundo, nunca evitado pelo autor, o combustível para esta análise.

Diferente de *Caetés*, temporão pelo descompasso entre a escrita e o lançamento, e mesmo de *São Bernardo*, que rivalizara com o livro de estreia por sua linguagem mais afastada da estratégia naturalista, num tempo de impulso do romance social, *Angústia* é tanto o livro de afirmação de Graciliano como escritor dos mais capacitados a falar das realidades subjacentes da organização e da dinâmica social brasileira quanto o livro de realocação do escritor no então universo literário nacional, o que não deixa de ser, em última instância, a confirmação de uma tendência presente nos romances anteriores: em seu aparecimento em meio ao

²³⁴ *Angústia* e *Infância* são os textos do autor majoritariamente escolhidos para análises críticas, acadêmicas ou não. A título de verificação de tal tendência, ver o panorama de trabalhos que envolvem estudos de Psicanálise, Psicologia e Pedagogia: FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos: reflexos de sua personalidade na obra*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967; WITKOWSKY, Adriane. *O doloroso aprendizado de Graciliano Ramos*. D.O. Leitura. Ano 19, nº 09, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, setembro/2001; LEMOS, Taísa Vliese de. *Graciliano Ramos: a infância pelas mãos do escritor – um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*. Juiz de Fora-MG: UFJF; São Paulo: Musa Editora, 2002; RODRIGUES, Marco Antonio. *Não só, mas também: criminologia positiva em Angústia, de Graciliano Ramos*. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

²³⁵ RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado, *op. cit.*, p. 119-120.

²³⁶ *Angústia*, p. 89.

longo e emblemático episódio da prisão de seu autor, *Angústia* permitiu, ou mesmo forçou, uma visão sobre Graciliano que a crítica (sobretudo a de orientação comunista), se não de todo ignorava, aparecia pela metade ou a contragosto, qual seja, Graciliano era um escritor/cidadão engajado e preocupado com as mesmas questões que animavam as ações do partido e dos intelectuais militantes, mas sua Literatura – ao menos a que condensava toda sua técnica de escritor – não caberia nos estreitos limites estéticos do “romance proletário”. *Angústia* encarnaria o que Luís Bueno chamou de “tempo da nova dúvida”,²³⁷ período orientado pela drástica mudança política que colocava todo o país e suas manifestações sociais e artísticas à sombra de um Estado formalmente autoritário. E numa ousada reviravolta temática dentro do processo evolutivo do autor, *Vidas Secas* colocaria a questão romance proletário x romance psicológico noutra esfera, exigente de novas soluções estéticas para uma Literatura que ambicionasse ser, ao mesmo tempo, moderna e realista.²³⁸

É nesse tempo, após a saída da prisão, que a Literatura graciliânica começa a se afastar da forma romance, assumindo, por motivos não exclusivos à esfera das tendências literárias, um caráter fracionado. Se junta a essa característica formal o conteúdo memorialístico, que não só alimenta livros com temáticas definidas (*Infância* e *Memórias do Cárcere*), como está fortemente presente em contos e crônicas, inclusive as de cunho informativo (ou formativo), como as dos “Quadros e Costumes do Nordeste”, publicado no periódico oficial *Cultura Política*.

²³⁷ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 401-487.

²³⁸ *Ibid.*, p. 658-664.

5. CAPÍTULO IV: MEMÓRIAS NA VITRINE ESPELHADA

*Durante uns três dias Fabiano fez alguma figura na vitrine.
Depois escondeu-se e os compradores se sumiram. É o diabo.*

Graciliano Ramos
Carta ao filho Júnio Ramos

*Dos indivíduos que escrevem neste país (se é vaidade, perdoem)
sou um dos que podem atestar as misérias,
as infâmias que aqui se praticaram em 1936.*

Graciliano Ramos
'Porão' – Linhas Tortas

*Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias
nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos
e por três ou quatro romances.
Essa vizinhança me induz a apoquentá-lo,
coisa que não teria sido possível antes de 1930.*

Graciliano Ramos
Carta ao Presidente Getúlio Vargas²³⁹

O período que abrange os últimos dezesseis anos da vida do autor de *Angústia* é marcado, no que tange à sua produção literária, pelo forte caráter fragmentário, traço esse cuja importância deve ser destacada, não só por evidenciar tanto o reconhecimento do autor das novas forças literárias em ascensão quanto sua posição diante dessas forças,²⁴⁰ mas, sobretudo, por evidenciar a situação do homem Graciliano diante dessa nova configuração político-social que se forma no país, após a ameaça de ruptura vinda das malogradas iniciativas comunistas de 1935 – um dos sintomas da ascensão antiliberal no cenário internacional, que também incluía, no plano mundial, o Fascismo e o Nazismo, e, num plano nacional,

²³⁹ Tive contato epistolar com Luiza Ramos, filha mais nova de Graciliano e, por muito tempo, guardiã da carta. Ela me esclareceu alguns pontos sobre o referido documento, destacando, como eu a entendi, que se tratava mais de um desabafo registrado do que mesmo uma tentativa de contato com o chefe do Estado Novo. Assim comentou sobre a carta: “não estamos certos de que seu autor tenha tido a intenção de enviá-la, ou de publicá-la, uma vez que seu original manuscrito (...) nem ao menos foi assinado. Infelizmente, não temos mais detalhes sobre o documento e, na verdade, só viemos a tomar conhecimento dele muitos anos mais tarde. Também não nos recordamos de ter ouvido por parte de Graciliano qualquer comentário que demonstrasse interesse maior em, pelo menos, levá-la a público.” A carta pode ser encontrada na íntegra no site: <<http://graciliano.com.br>>.

²⁴⁰ Como já destaquei no primeiro capítulo deste trabalho, a partir das observações do professor Erwin Torralbo Gimenez sobre o depoimento passar a ser a forma acolhida por Graciliano nos seus últimos livros.

a peculiar versão brasileira do nacionalismo conservador de extrema-direita, o Integralismo, com seu fracassado *putsch* de maio de 1938.

Assim, talvez mais que os anteriores, esse período da vida do escritor contribua para o entendimento de suas obras literárias, não no que elas têm de força artística, resultado de uma ação em última instância solitária, que, após ganhar mundo, passa a ser detentora de uma energia própria, imiscuída no delicado equilíbrio entre conteúdo e forma – energia para a qual os olhos do historiador talvez sejam pouco treinados a ver, mas que, ainda assim, devem ser exercitados, como na reivindicação de Raymond Williams, no que as obras têm de “fato literário”, logo, fato histórico – não só não apartado da energia artística que o compõe e o envolve em certo mistério renovável e, por isso mesmo inalcançável, como profundamente arraigado à existência social da qual não consegue se desvencilhar, dando-se, portanto, à leitura do historiador a partir do que o fato histórico/fato literário tem de materialidade e sentido, o que Williams chamou de “estruturas de sentimentos”.²⁴¹

Na História da literatura graciliânica, a partir de 1937, continuam as crônicas e as críticas literárias, publicadas em vários periódicos do país. Mas a elas não se juntam mais romances, e sim contos (reunidos no volume *Insônia*, de 1947); livros curtos para o público jovem (*A Terra dos Meninos Pelados*, escrito em 1937 e publicado dois anos depois; *Histórias de Alexandre*, publicado em 1944; e *Pequena História da República*,²⁴² escrito entre 1938 e 1940, mas publicada somente em 1960); o capítulo ‘Mário’, do romance coletivo *Brandão entre o Mar e o Amor*,²⁴³ de 1942; estudos, ensaios e artigos encomendados ou de cunho abertamente político [crônicas de costumes, trabalhos etnográficos, críticas bibliográficas e capítulos de memórias publicados entre março de 1941 e agosto de 1944 nas revistas oficiais

²⁴¹ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 25-26.

²⁴² De acordo com Dênis de Moraes, Graciliano cogitou inscrever o texto num “concurso de obras didáticas” promovido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Mas, por ter sido escrito em linguagem despojada e sarcástica, e por ser o público jovem o alvo das publicações oficiais, em pleno Estado Novo “aquele atrevimento poderia dar cadeia”, afinal Graciliano ridicularizava muitos vultos nacionais. MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, op. cit., p. 192. Somente em 1960, repartido em dois números da *Revista Senhor*, é que o texto sai do arquivo do escritor. Aliás, apenas para registrar, na rica companhia de artigos e crônicas de Antonio Callado, Lúcio Costa, Josué de Castro, memórias e textos de Marques Rebelo e Nelson Rodrigues e gravuras e desenhos de Goeldi e Portinari.

²⁴³ A ideia de escrever um romance a dez mãos foi de Aníbal Machado, que chamou Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano para comporem cada um o seu capítulo. Em cinco números da revista *Diretrizes*, o livro veio a público já em 1941, sendo publicado na íntegra em 1942, pela Editora Martins. Não só a crítica não deu muita importância, como o próprio Graciliano, anos depois, mostrou a incoerência do projeto. Ver em GIMENEZ, Erwin Torralbo. Graciliano Ramos, uma poética da insignificância. *Estudos Avançados*, op. cit., p. 231-250.

Atlântico e Cultura Política,²⁴⁴ bem como artigos, discursos e relatórios publicados no periódico comunista *Tribuna Popular* ou apresentados nas reuniões do Partido Comunista Brasileiro, após sua filiação, em agosto de 1945, ou ainda proferidos em eventos da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), quando a presidiu em 1951],²⁴⁵ livros de memória (*Infância*, idealizado em 1936, iniciado bastante espaçadamente em 1942 e publicado em 1945; *Memórias do Cárcere*, iniciado em 1946, publicando-se alguns capítulos entre 1949 e 1952, no *Correio da Manhã*, e lançado postumamente, em 1953, posto que inacabado; *Viagem*, relato da experiência na Europa e na União Soviética, entre abril e junho de 1952, escrito parte na viagem de volta ao Brasil e parte dividindo o tempo com os capítulos finais de *Memórias do Cárcere*, com o trabalho de revisor, de inspetor de ensino e com a luta contra o câncer); uma peça teatral (*Novas Ideias*, concluído apenas o primeiro quadro, publicado em julho de 1942), e uma novela (como seu autor gostava de chamar *Vidas Secas*, um romance, de fato, que, no entanto, quase sempre veio acompanhado do termo “desmontável”, uma espécie de auxílio indispensável para a melhor compreensão de sua arquitetura narrativa, composta de contos independentes, mas organizados em volume, numa ordem entre si, formando um todo coerente.²⁴⁶

Por estarem profundamente atreladas ao cotidiano de seu criador (assim como estavam as obras de outros tempos), esse conjunto fraturado de obras tão diferentes desnuda, já na própria forma assumida de retalho (da concepção à materialidade do produto final exposto na prateleira), as condições de seu surgimento e, ainda mais importante, a permanência de uma atitude literária e de um

²⁴⁴ Para o periódico português *Atlântico*, Graciliano enviou três capítulos do *Infância*, ainda em construção: ‘O fim do mundo’, ‘Moleque José’ e ‘Barão de Macaúbas’. Coincidência ou não, todos os três capítulos trazem certo desmonte de três aspectos fundamentais da manutenção conservadora: o braço religioso oficial, a formatação social baseada na desigualdade e a educação conservadora. A contribuição na revista *Cultura Política* foi mais duradoura: vinte e cinco artigos, sendo os primeiros vinte publicados mensalmente entre março de 1941 e outubro de 1942, e os primeiros dezoito exclusivos à cobertura de aspectos do Nordeste. Ver mais em ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 27-56. Estudo mais aprofundado e detalhado das contribuições de Graciliano para a *Cultura Política* ver em: SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²⁴⁵ O recente livro de inéditos, *Garranchos*, traz esse material de caráter mais abertamente político, juntando-se a ele vários outros textos, incluídos as primeiras contribuições para jornais.

²⁴⁶ Foi Rubem Braga (1913-1990), em crítica de 1938, quem cunhou a expressão “romance desmontável” para *Vidas Secas*, o segundo livro de Graciliano a sair pela casa editorial de José Olympio. O primeiro, *Angústia*, saiu em 1936, com o autor ainda preso.

modo com que ver e mostrar o país. São esses fatos literários os condutores deste capítulo.

5.1. “Pronomezinho irritante”

Desse longo e último período da vida de Graciliano, podemos estabelecer seu início com a saída do cárcere, em janeiro de 1937. Na verdade, a partir da saída da prisão, Graciliano tem reais condições de mensurar os efeitos do período, tanto sobre ele quanto sobre a sociedade brasileira. Afinal, até se tornarem *Memórias do Cárcere*, as memórias do cárcere ficaram cerca de dez anos fermentando numa solução composta de acontecimentos que a elas se agregaram, reforçando algumas certezas, acrescentando ou desfazendo outras, trazendo novas dúvidas sobre o passado e sobre o futuro, fosse a partir de algumas reviravoltas (tudo o que envolve o movimento ‘queremista’²⁴⁷ e o golpe militar que apeou Vargas do poder, em fins de 1945), da reedição de práticas repressoras em contexto de democracia formal (o novo cancelamento do registro do PCB, em 1947), ou ainda a partir das contradições dentro da própria esquerda comunista, da qual fez parte efetivo a partir de 1945. Atreladas a esse contexto amplo, estavam as demandas cotidianas, que incluíam a sobrevivência literária e mesmo física do escritor. Surgem, agora abertamente, tanto a necessidade quanto a imposição de usar o ‘eu’, no seu entender um “pronomezinho irritante”.

Contudo, se esse é o período no qual Graciliano mais diretamente reflete sobre o país e seu povo, como venho tentando demonstrar nos capítulos anteriores, não é o período inaugural dessa prática. A experiência da prisão não é o encontro inédito com conceitos-chave para o entendimento do país – como o autoritarismo

²⁴⁷ Especificamente sobre o ‘queremismo’, a posição de Graciliano era, segundo Jorge Ferreira, a de um antigetulista na linha de frente, em abril de 1945. Para derrubar o ditador, Graciliano engrossava uma lista de nomes cuja ideologia pouco ou nada se identificava com a sua: Ademar de Barros, Arthur Bernardos e membros da família Caiado são alguns dos nomes listados por Ferreira que se uniram em torno da candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes. Ver em: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 34. No entanto, a política de alianças em torno da campanha de Eduardo Gomes, contava com outros nomes da esquerda, como Caio Prado Jr. e Tito Battini, que não seguiram. Em agosto do mesmo ano, no auge da pressão contra Vargas, Graciliano é convidado pelo próprio Luís Carlos Prestes para ingressar no PCB, agora legalizado. Em outubro, por fidelidade às decisões do partido em apoiar Vargas, Graciliano escreveu sobre a necessidade de uma nova Constituição, demanda que fazia parte do programa de alianças que Vargas costurava com seus apoiadores. A posição de Graciliano no PCB, seus discursos e relatórios, serão vistos no oitavo e último capítulo deste trabalho.

político baseado no poder econômico e atento ao controle do saber –, é, sim, o vivenciar mais direto desses conceitos já bastante sedimentados em sua literatura, que pede, inclusive, a visita a situações análogas remotas, como as de *Infância*. Por mais que doam as descobertas no cárcere, elas são o encontro, ou o reencontro mesmo, da sua vida com sua arte. Os rumos tomados pelas elites do país, levando de roldão os diversos setores sociais no encontro do entusiasmo artificial do discurso do progresso com a inclinação para pôr em prática o novo com um *modus operandi* tradicional, disposto a anular projetos alternativos, não devem ser lembrados aqui para a conclusão, talvez mecânica, de Graciliano estar certo em *Caetés*, em *São Bernardo* e em *Angústia*, muito embora essa conclusão, pouco sujeita à rejeição plena, traga em si enorme relevância e sirva de embasamento para tantos estudos que buscam ver a Sociologia e a História habitando sem cerimônia seus textos. Mais importante que isso, creio, é perceber o grau de interação entre sua literatura, sua vida e a sociedade brasileira, o que dá, para além ou aquém do valor literário, a feição complexa de seu texto, guardião de uma particular expressão histórica de conteúdo e forma que é, aos olhos do historiador, um testemunho privilegiado do enfrentamento e da compreensão do tempo.

Portanto, esse período, se necessário apontar-lhe um marco, começa mesmo em 1936, já nos preparativos do embarque no trem que levaria o ex-diretor de Instrução Pública, do Batalhão de Caçadores de Maceió – “onde estivera preso uma noite em 1930”²⁴⁸ – até um quartel, o Forte das Cinco Pontas, em Recife. Mesmo na condição de preso, Graciliano teve de pagar um carro para chegar à estação, junto com sua escolta. Esse procedimento da justiça alagoana foi registrado como “mesquinho”, e também como desfecho patético e quebra definitiva dos vínculos com o poder local, do qual fizera parte de diversas maneiras, desde 1928: “esta foi a última relação que tive com os poderes públicos de Alagoas,”²⁴⁹ escreveu em *Memórias do Cárcere*.

No trem, a ideia de prisão se confundia com a de partida. Uma espécie de recomeço, ao mesmo tempo forçado pelos outros e desejado por si mesmo, que em última instância revelava sua dissensão com a sociedade que lhe dera as bases para o entendimento de sua própria natureza cultural e papel social. Sociedade sua conterrânea e coetânea, depósito de lembranças e eventos transformados em ficção

²⁴⁸ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*: uma biografia de Graciliano Ramos, op. cit., p. 116.

²⁴⁹ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 55.

realista, e que, gradualmente, se distanciava e se voltava contra esse elemento considerado “íngrato”, teimoso em não lhe cantar loas ou hinos e ainda em mostrar-lhe as feridas descascadas e suas causas por dentro. Desde que fora prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano se viu incomodado por estar em consórcio político com grupos e pessoas dos quais era divorciado ideologicamente:

Aquela viagem era uma dádiva imprevista. Estivera a desejar-la intensamente, considerando-a difícil, quase irrealizável, e alcançava-a de repente. (...) o mal [o *desemprego*] e o desastre [a *cadeia*] ofereciam-me um princípio de libertação. (...) Parecia-me que saldava uma dívida, me livrava de pesos interiores. Qualquer favor ali recebido findava. Bom que me deixassem partir esquecido e em silêncio: estávamos quites. E nesse ajuste de contas figuravam governo e particulares.²⁵⁰ (comentários meus)

Relembrando a estada no quartel de Recife, Graciliano conduz seu depoimento por um torvelinho cujo objetivo é registrar a sensação de perda, de falta, de afundamento e distanciamento da luz, numa definição profunda de descida ao mundo trágico do qual nunca se escapa intacto:

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e para cá do muro – nuvens, incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização.²⁵¹

Em Recife, o primeiro pensamento sobre o futuro utiliza o recurso que já havia aparecido em *Infância*: “nuvens”. Nesse recurso, dentre outros igualmente eficientes, talvez resida a melhor representação do compromisso em não fazer de seu depoimento o repositório da verdade, visto que também não deixa de ser memória. Sendo, pois, o resultado filtrado por desejos, por escolhas – a realidade leve e frágil de uma nuvem. Ainda assim, no exercício da exposição sincera da dúvida, que só existiu no tempo do vivido e não no da recordação, Graciliano busca extrair, tanto da memória quanto do depoimento, o realismo da descrição, ao invés da especulação interpretativa, trazendo sempre teso o fio conceitual específico do *homem diante de uma força autoritária e, de repente, dona do seu destino e da sua vida*. Fio que se desenrola para dar sentido a eventos ou processos cujo desenlace já é sabido. Noutras palavras, a partir dessa tensão, Graciliano busca a justeza de não cair no anacronismo, embora do futuro daquele passado ele já tenha sofrido as marcas e até mesmo as tenha trabalhado em contos, aparecidos em *Insônia* e no próprio

²⁵⁰ Ibid., p. 56-57.

²⁵¹ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 67.

Vidas Secas, seu exercício confessional mais disfarçado e de conceituação mais ampla: *a fragilidade da condição humana daqueles desprovidos de qualquer voz* – de certa maneira, a ampliação da condição no cárcere transposta para a realidade aberta do sertão semideserto.

Toda a estratégia de manuseio do tempo é usada em (e por) seus personagens, quase todos numa dupla consciência, ao mesmo tempo sabedora e ignorante do futuro. Seus personagens ainda são profundamente marcados pela tarefa de trazer constantemente o passado para o entendimento do presente numa busca desesperada de melhor ver o futuro que se lhes desenha. Precisam explicar seu espanto ao enfrentar a formação desse horizonte enquanto vão explicando o que realmente foi esse futuro, porque, na verdade, já fora vivido por eles; que pouco podem fazer em relação a isso, a não ser transformá-lo num presente narrado o mais inteligível possível. São, portanto, personagens profundamente consorciados com a História e com suas implicações, tanto factuais quanto cognitivas, ou seja, vivem e refletem sobre a História, escrevem-na até, mesmo que pelo prisma do particular. Não obstante personagens de obra fictícia, têm, invariavelmente, força de imagem social.

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano busca o alcance do mesmo efeito, menos para literaturar a tragédia de sua experiência pessoal do que para se consociar a seus personagens em suas próprias tragédias. Com efeito, o movimento não é de poetizar a realidade, antes, é de realizar a poesia. Marcante em Graciliano, e longe de afastá-lo da observação literária, essa característica que é mais sua do que em qualquer outro escritor do período corrobora, contudo, para o olhar do historiador interessado na Literatura realista, essa que, de algum modo, mais se aproxima da escrita historiográfica.

Já comentado anteriormente, o chão realista da obra graciliânica exerce forte poder gravitacional sobre seus intérpretes, e a expressão “realismo”, típica de uma epistemologia iluminista, logo moderna, teima em aparecer fortemente nos comentários, como é também o próprio oxigênio da obra. E se na historiografia o guia da escrita é o arcabouço teórico-conceitual, como afirmou Koselleck, na Literatura de Graciliano, as tramas, incluindo as “reais”, são guiadas por conceitos

filosóficos-existenciais bastante precisos, como demonstrado nos capítulos anteriores.²⁵²

Na citação de há pouco está uma das chaves escolhidas por Zenir Campos Reis para ver a experiência do cárcere como “um laboratório privilegiado”, ou trágico, e dele obter o entendimento da dinâmica social brasileira em tempos de repressão explícita. As chaves utilizadas pelo crítico – “nivelamento” e “despersonalização” – ambas surgidas da situação extrema não só de privação da liberdade, mas da perda de parâmetros humanos de convivência e sobrevivência, são conceitos caros não só em *Memórias do Cárcere* ou *Infância*, embora seja nessas obras que o leitor interessado encontre o “escrúpulo da observação” em sua força plena, o que é, ainda segundo Reis, um problema ao mesmo tempo “estético, existencial e político”.²⁵³

Tal posição diante da obra/depoimento é compartilhada (e mesmo aprofundada) por Alfredo Bosi, num movimento inclinado à discussão da proximidade da obra com o registro histórico, mas também atento à luta do escritor em permanecer equidistante do discurso analítico e do ficcional. Conforme Bosi, que toma por base o capítulo introdutório das memórias, Graciliano discute o lugar dessa obra que, mesmo sendo pessoal, acaba se lançando ao social, como retrato de uma coletividade (intelectuais) diante de uma situação-limite que, de um modo ou de outro, atinge a sociedade brasileira (o revide oficial diante da alternativa comunista); e mesmo sendo documental, por ser um testemunho, desenha-se como Literatura. Bosi aponta a firme convicção de Graciliano em demonstrar que “o testemunho não é documento histórico no sentido tradicional de espelho fiel da realidade”, e que, por isso mesmo, sua escrita “deve dispor de uma margem de liberdade.” Por outro lado,

²⁵² A questão ‘realismo’ é de enorme complexidade. Pode-se, entretanto, dentre tantos, traçar dois caminhos. O primeiro, a partir de Leandro Konder, que vê o realismo para além de uma escola ou período que caracteriza autores específicos. De acordo com Konder, todas as grandes obras de Arte tornaram-se grandes porque foram, de algum modo, realistas. Nesse sentido, não é de se admirar que vários críticos tenham chamado Graciliano de um clássico/moderno. Ver mais em: KONDER, Leandro. *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 59-74. O outro caminho é a observação de Adorno (1903-1969) sobre a “exterioridade” e “interioridade”, chamando a atenção para o narrador que tenta falsear um espanto diante da realidade já sabida. Nesse sentido, o narrador em Graciliano não seria alvo da crítica do pensador alemão que diz ser a criação do espaço interior um meio que lhe “poupa o passo em falso no mundo estranho”. A crítica ao realismo feita por Adorno, se lançada às obras de Graciliano, não as encontraria nem no extremo do “foi assim” nem no outro extremo da “negatividade do positivo”. O que Graciliano reivindica em sua literatura é a verdade que um “lugar” tem o direito de reivindicar. Ver mais em: ADORNO, Theodor L. W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 55-63.

²⁵³ REIS, Zenir Campos. *Memórias do Cárcere: compreender, resistir*. *Folhetim*, 29 jul. 1984. (recorte, jornais, FGR/IEB/USP)

a relação entre subjetividade e objetividade – que no depoimento de Graciliano é conduzida pelo equilíbrio realista do qual falamos há pouco, mesmo que “plúmbeo”, como o definiu Bosi – aponta para uma filiação à “verdade superior”, podendo a “verdade subjetiva de uma só testemunha (...) valer pela verdade objetiva que a história pretende guardar e transmitir.”²⁵⁴

Na verdade um meio de contornar a sentença ‘ficção/confissão’ fora elaborado por Antonio Candido, mas, ainda assim, dela partindo para exercitar a sentença perspectivismo/interpretação histórica. Creio estar bem evidente o movimento que fiz ao olhar para as bases condutoras da escrita de *Memórias do Cárcere*, qual seja, parti do conceito ‘autoritarismo’ como chave analítica e depois cheguei ao debate com a verdade. Para tanto, houve o necessário diálogo com a Crítica Literária (Reis), depois com a História da Literatura (Bosi). Falta-me, creio, o diálogo como a História da Cultura, o que leva à posição da própria Historiografia em relação à obra, sendo perfeitamente possível, reforço, sua amplificação pelo conjunto dos escritos gracilianos.

Em dois artigos sobre *Memórias do Cárcere*, tanto o sociólogo francês Jacques Leenhardt quanto a historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento (1945-2009) chamam atenção ao fato de *Memórias do Cárcere* ser objeto de uso contínuo dos historiadores quando o assunto é Estado Novo. Ambos vão para além dessa constatação óbvia que, contudo, revela o forte papel que tem a História (fatos e grafia) na construção da memória sobre o vivido no cárcere.

Para Leenhardt, a atenção constante de Graciliano recaía sobre “a articulação da observação individual, controlada por uma consciência cognitiva que sabe aquilo que seus olhos viram, com uma credulidade coletiva aberta aos boatos”. E isso sugere o reconhecimento de que “suas mais acertadas observações não constituem, por assim dizer, ‘uma verdade das coisas’, porque elas estão marcadas radicalmente pelos movimentos psíquicos incontrolláveis erguidos sobre a angústia.” Mas para não ter seu testemunho marcado unicamente como produto do “pronomzinho irritante” eu (ou seja, o puro subjetivismo), Graciliano recorre ao que Leenhardt chama de “juiz imparcial”, ou seja, a História (escrita elaborada sobre o

²⁵⁴ BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. In: *Literatura e resistência*, op. cit., p. 233-236.

vivido), “porque distante”.²⁵⁵ Reproduzo a passagem que o sociólogo colheu de *Memórias do Cárcere* para sustentar sua argumentação:

As notícias me arrefeciam, animavam terrores latentes, e em vão queria livrar-me de uma horrível curiosidade malsã. Na verdade Medina tinha razão: pus-me a afirmar isto sabendo que afirmava uma estupidez: as minhas observações no lugar infame não valeriam nada. Mas a sujeira imensa, a disenteria, a falta de água, um milheiro de homens a apertar-se num curral de arame não me deixavam sossegar. Aquilo merecia ser visto, pelo menos serviria para indicar a nossa resistência, de algum modo fortalecer-nos.²⁵⁶

As duas expressões “não me deixavam sossegar” e “aquilo merecia ser visto” são fortes o suficiente para fazer entender que, além dos impedimentos da vida prática que se interpuseram entre a saída do cárcere e o início da escrita sobre o cárcere, durante dez anos conviveu em Graciliano o ânimo da precisão urgente do desabafo com o exercício lento da precisão rigorosa que o merecimento do registro exigia.

Tanto é assim que a elaboração do registro, cerca de dois meses após a saída da prisão, já estava acontecendo, empurrada pela ideia que não lhe “sai da cabeça”:

Apesar de tudo não me sai da cabeça a ideia de escrever essa história comprida que você sabe, em quatro volumes. Penso naquela gente que vi o ano passado, uns tipos ótimos. Falei no projeto a alguns conhecidos daqui, excelente projeto na opinião deles, está claro. Tudo é excelente. Se me arranjar aqui, farei o romance em dois anos.²⁵⁷

Quase dez anos depois, com os primeiros capítulos das memórias já feitos, Graciliano aliará à fidelidade do projeto que estabelecera o reconhecimento do limite das próprias forças em contraste à sua meticulosidade característica e ao tamanho do desafio. Escreveu ao escritor e crítico pernambucano Haroldo Bruno:

Tenho aqui ao meu lado vários capítulos de uma história de cadeias, acontecida em 1936. Escrevi hoje umas vinte linhas; possivelmente não chegarei à última página, pois tenho mais de cinquenta anos e o negócio dará talvez uns quatro volumes. Como Infância foi composta em sete anos, presumo, assim andando em marcha de caranguejo, não concluir o trabalho

²⁵⁵ LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos: *Memórias do Cárcere* - uma *mise en abîme* da escrita da história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ría (orgs.). *Pelas Margens*: outros caminhos da história e da literatura. Campinas-SP: Ed. Da Unicamp; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000. p. 228-229.

²⁵⁶ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 18.

²⁵⁷ Carta 94, 01-03-1937. In *Cartas*, p. 181-182.

num quarto de século. Rebentarei antes, é claro: a Colônia Correcional me arrasou os pulmões.²⁵⁸

Perseguido pelas memórias do cárcere do mesmo modo que fora pelos desviados sociais de 1925 que lhe invadiram a mente quando utilizava a Literatura como fuga para os “momentos difíceis”, Graciliano não conseguia utilizá-las com o mesmo intuito. A ideia era equacionar necessidade com apuramento: ceder ao que era necessário, talvez levasse seu relato para o campo da reportagem; exagerar no apuramento, talvez o levasse ao excesso de análise, transformando seu relato num estudo sociológico, incluindo-se aí a própria forma do discurso acadêmico. Assim, no período de fermentação do livro, três certezas foram constantemente reafirmadas: a divisão do livro em quatro volumes (cada uma correspondente a um estágio do cárcere: a prisão e o porão do navio Manaus, o pavilhão dos primários, a colônia correcional em Ilha Grande e a sala da capela), a concentração nas personagens (os “tipos ótimos”, como gostava de dizer) e o distanciamento da reportagem. É provável que este último cuidado tenha surgido a partir do aparecimento do livro *Porão*, de Newton Freitas, duramente criticado pelo escritor em crônica de 1937.

Digamos que não se trata de literatura. Esta palavra no mundo inteiro exprime qualquer coisa séria, mas aqui se acanalhou, desgraçadamente. *Porão* é muito boa literatura, mas, para não prejudicá-lo, convençamos o público de que é apenas reportagem. Sendo reportagem, está claro que não venho fazer crítica literária. Não venho. Não sou crítico, e o que desejo é trazer a Newton um depoimento. Dos indivíduos que escrevem neste país (se é vaidade, perdoem) sou um dos que podem atestar as misérias, as infâmias que aqui se praticaram em 1936.

(...)

Mostraram sem nenhuma cerimônia: o tratamento que dispensam aos malandros e aos vagabundos foi apresentado sem disfarce aos intelectuais, que durante um ano se confundiram com os vagabundos e malandros, numa promiscuidade nunca vista por estas bandas.

(...)

Seria ótimo que todos os romancistas do Brasil tivessem passado uns meses na Colônia Correcional de Dois Rios, houvessem conhecido as figuras admiráveis de Cubano e Gaúcho. Podem tomar isto como perversidade. Não é. Eu acharia bom que os meus melhores amigos demorassem um pouco naquele barracão medonho. É verdade que eles sofreriam bastante, mas talvez isto minorasse outras dores complicadas que eles inventam. Existe ali uma razoável amostra do inferno – e, em contato com ela, o ficcionista ganharia.

(...)

O autor só nos mostra a parte externa dos indivíduos. As suas personagens andam bem, falam, mexem-se. Notamos os seus movimentos e vemos onde elas pisam, mas não percebemos o interior delas. Estão atordoadas, evidentemente, não podemos pensar direito, mas teria sido

²⁵⁸ Carta a Haroldo Bruno, Rio de Janeiro, 01 set. 1946. (Correspondência ativa, microfilme M-103, caixa 01, FGR/IEB/USP)

bom que os acontecimentos se apresentassem refletidos naqueles espíritos torturados.²⁵⁹

O aparecimento de *Porão* não ficaria registrado apenas em comentário crítico à época do seu surgimento. Ele é novamente citado no capítulo introdutório das memórias, como o contraponto entre a pressa do registro puro e simples e a espera para o depoimento balizado entre experiência individual e contexto histórico, ao qual o primeiro está colado. Outro balizamento visava a colocar a Literatura como ponto de equilíbrio entre um estudo sociológico ou historiográfico e uma reportagem movida a impressões. Graciliano quer ser novamente prisioneiro de um cárcere, a memória, mas não de um método. E a escrita, meticulosa e lenta, é o diferencial que o salva do registro memorialístico e do estudo acadêmico.

Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias. Realmente há entre os meus companheiros sujeitos de mérito, capazes de fazer sobre os sucessos a que vou referir-me obras valiosas. Mais são especialistas eruditos, inteligências confinadas à escrupulosa análise do pormenor, olhos afeitos a investigação em profundidade. Há também narradores, e um já nos deu há tempo excelente reportagem, dessas em que é preciso dizer tudo com rapidez [é aqui onde refere-se, muito provavelmente, a *Porão*, de Newton Freitas, preso político de quem Graciliano registra, além do desejo manifesto de narrar a viagem no porão do navio Campos, as ruidosas gargalhadas, as memórias]. Em relação a eles, acho-me por acaso em situação vantajosa. Tenho exercido vários ofícios, esqueci todos, e assim posso mover-me sem nenhum constrangimento. Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos.²⁶⁰

É a partir da ideia de memória localizada – “lugar de memória”, para usar a terminologia de Pierre Nora (1931-) – que Sandra Jatahy Pesavento vê *Memórias do Cárcere* como um “acesso à passeidade” do Estado Novo, daí ser tomado como um “argumento de autenticidade”. Como lugar de memória, historicamente localizado, mas também “construção carregada de sentido”, o Estado Novo não é algo neutro e tem uma inteligibilidade própria dentro da chamada ‘História Nacional’.²⁶¹

²⁵⁹ *Linhas tortas*, p. 97-98.

²⁶⁰ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 35-36.

²⁶¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História dentro da história: leituras cruzadas de *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria (orgs.). *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*, op. cit., p. 237-250.

Nesse caso, sem deixar de ser Literatura e continuando a ser memória, *Memórias do Cárcere* constitui-se, com efeito, História porque sua elaboração leva em conta a diversidade das versões e a argumentação do próprio depoimento, sustentado na experiência vivida e na prática literária já sabidamente realista, incapaz de se despregar do viés experimental. Sobre esse jogo de verdades, afirma Graciliano, na abertura do livro de 1953:

Outras [verdades], porém, conservaram-se, crescerem, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade. Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa – e involuntariamente criei um boato. Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas, o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí não se encaixaram com o intuito de logro? Nesse caso havia conveniência em suprimi-los, distinguir além deles uma verdade superior a outra convencional e aparente, uma verdade expressa de relance nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção de outro, substituiu-a. Onde estará o erro? Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, complementam-se e me dão hoje a impressão de realidade.²⁶² (comentário meu)

De certo modo, o círculo se fecha se mais duas observações forem trazidas, ambas partindo da memória, passando pela Literatura, chegando à biografia.²⁶³ Na primeira, de cunho literário, Wander Melo Miranda chama a atenção para o consórcio promovido em *Memórias do Cárcere*, visando a fazer da autobiografia nos episódios do cárcere uma obra em harmonia com o conjunto literário anterior e, ainda assim, reverente à sua porção documental:

A re-visão autobiográfica das *Memórias do Cárcere*, ao realizar-se mediante a desconstrução de pontos de vista predeterminados do eu narrador, livra-se, portanto, do ranço narcisista que poderia reduzir ou comprometer o alcance do seu questionamento. Ao agir assim, descolando ou deslocando o eu de si mesmo no confronto intermitente com o Outro – “verídicos espelhos” que refletem tanto semelhanças quanto dessemelhanças – a narrativa consegue fazer com que a introspecção e o muralismo, os dois polos caracterizadores do processo criativo em Graciliano, apareçam como nunca indissociados, sem perde a tensão que lhes é inerente.²⁶⁴

²⁶² *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 36.

²⁶³ Na verdade, uma terceira observação, de cunho psicológico, poderia ser feita. Ele viria a partir do que discutiu Michel De Certeau, à luz de Freud, sobre a relação História e Literatura e o que o historiador chamou de “romance’ psicanalítico”. Infelizmente, não me senti seguro o suficiente para trazer esse elemento a mais na discussão. De qualquer modo, sobre essa possibilidade, sugiro o terceiro capítulo de: De CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2011, p. 91-115.

²⁶⁴ MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago, op. cit., p. 111-112.

Na segunda, de cunho historiográfico, a respeito da biografia intelectual, François Dosse traz o que chama de “paroxismo da tensão aporética” das pretensões objetivistas da biografia, quando esta depara com a vida dos homens de pensamento. Diante do impasse: “que pode captar o biógrafo, de um filósofo ou intelectual, que já não esteja em suas obras?”, Dosse desenvolve a questão a partir de exposição diacrônica, envolvendo desde a biografia de Zenão, por Diógenes Laércio (séc. III d.C.) até às biografias recentes dos chamados “mestres da antibiografia”, como Foucault (1926-1984). A conclusão a que chega ultrapassa em muito o campo dos estudos biográficos, chegando mesmo às premissas da atual Historiografia, servindo à ambição deste estudo: o objetivo não é o relato cronológico, mas “apreender a maneira como se configura num dado momento histórico a atividade cognitiva”. É reconhecer, como sugere Certeau (1925-1986), “que a biografia de uma homem e a exposição de seus pensamentos são indissociáveis”. A partir do que vem desenvolvendo tanto a história da cultura como a história cultural,

A biografia participa assim da reviravolta interpretativa adotada pelos trabalhos históricos atuais e atesta a necessidade de não se deixar encerrar na falsa alternativa entre uma cientificidade que remeteria a um esquema monocausal organizador e uma deriva esteticizante. A operação historiográfica, para retornar a expressão de Michel de Certeau, é uma operação complexa, mista, que torna caduco qualquer objetivismo, o que não quer dizer que ela rompe, por isso mesmo, com o horizonte que constitui para ela, desde sempre, a ideia de um contrato de verdade a revelar.²⁶⁵

A razão desse longo interregno a que me permiti foi de perceber a função da memória nos escritos de Graciliano. Levei em conta o grande número de textos avulsos e o caráter fragmentário, que em princípio mostra uma mudança brusca na poética do autor de *Angústia* após a saída da prisão, indo até sua morte, ou seja, entre 1936 e 1953. O que percebi foi uma conexão muito forte entre as condições da vida do escritor e o formato de seus textos, coincidentes com a ascensão do romance psicológico e a instalação do Estado Novo.

Foi só assim, ou ao menos só assim, que consegui entender o aparecimento de *Vidas Secas*, dos livros de memórias e dos textos tidos por menores, sintomas não somente da declinação do romance nacional, que se afastava paulatinamente

²⁶⁵ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*, op. cit., p. 361, 403, 409.

do temário social, mas sintomas também da condição do escritor de esquerda, do intelectual pobre, do homem de letras cuja ação em seu universo nunca esteve dissociada da situação social em que se encontrava. É a partir da experiência no cárcere e da recomposição de sua vida em todos os planos: da prosaica arrumação de uma casa para comportar a família, agora deslocada de Maceió para o Rio de Janeiro, à necessidade de retomar a poética da transformação do brutal vivido e visto em Literatura fiel a seus princípios, mas impossibilitada da maturação típica dos escritos de até então, que o caminhar político-social de Graciliano e seus textos devem ser vistos. Ratifico: menos como meros resultados artísticos da realidade do que manifestações com características que lhe são próprias, portanto, até certo ponto autônomos em relação à passagem dos tempos, os textos revelam, contudo, sua inextricabilidade com o tempo, a partir da condição básica de terem passado a existir quando antes não existiam.

Voltando à odisseia pelos cárceres pré-Estado Novo, da curta parada em Recife, Graciliano logo estava no porão do navio *Manaus*, rumo ao Rio de Janeiro, sendo levado, junto a outros presos ‘políticos’ capturados na campanha do tipo ‘rede de arrasto’, chefiada pelo general Newton Cavalcanti,²⁶⁶ e ainda delinquentes de várias idades e especialidades no mundo do crime, num rápido processo de ajuntamento de vários presos do Nordeste, para uma prisão federal. A sensação de fissura definitiva entre ele e a sociedade alagoana – forte o suficiente para ser registrada mais de uma vez no livro de memórias, após uma década – parece confirmar a observação repisada em cartas de 1935 e mesmo a sensação constante que persegue o protagonista de *Angústia*:

O *Manaus* desancorou, sumiram-se pouco a pouco as dunas, os coqueiros, os tetos de armazéns acaçapados. (...) Experimentava uma vaga mistura de alívio e decepção. As pessoas lá fora pareceram-me indiferentes e covardes. (...) Estávamos ali mortos, em decomposição, e era razoável evitarem contágio. Bom que se conservassem longe. Ninguém poderia nos oferecer uma dessas mesquinhas lisonjas indispensáveis na vida social; estávamos diante de uma verdade muito nua e muito suja, e qualquer aproximação nos originaria vergonha e constrangimento. O resto da humanidade se afastava; no marasmo e no assombro, sentíamos que se

²⁶⁶ Mesmo na frieza dos números, o levantamento feito por Dênis de Moraes impressiona por indicar o estado de terror instalado no país, que punha sob suspeição qualquer um que o Estado julgasse ter-se manifestado em desalinho. O número estimado é de trinta e cinco mil detidos. Apenas com base na Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935, tem-se registrado 10 mil indiciamentos, quase sete mil processos e mais de quatro mil condenações. O destino final desse grosso plantel de presos era, quase sempre, a Colônia Correccional, na Ilha Grande. Em 1936, mais que quadruplicará sua população carcerária, passando de menos de trezentos presos para quase mil e quatrocentos. Cf. MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, op. cit., p. 114 e 134.

afastava em excesso. Impossíveis os entendimentos: muros intransponíveis nos separavam.²⁶⁷

Agora, Graciliano não era apenas um acorde dissonante. Era, de fato (embora fato concreto não houvesse para assim enquadrá-lo), considerado um perigo à ordem, um fora da lei, incentivador da importação de ideias estranhas ao caráter e à formação histórica do país, um formador de perigosas opiniões. Não apenas um elemento que precisava ser afastado da sociedade maceioense ou alagoana, mas um desgarrado de tendências comunistas cujo contato com a sociedade brasileira deveria evitado a qualquer preço.

Do porão do *Manaus*, os presos seguiram para o Pavilhão dos Primários, ainda no continente. Graciliano ficou cerca de quatro meses nesse confinamento, e nele viu a transferência de Olga Benário Prestes para a Alemanha nazista, testemunhou a chegada e a partida de figuras importantes do pensamento e atuação de esquerda, aprendeu o funcionamento por dentro e as bases conceituais de organizações como as Forças Armadas e os partidos progressistas, mas, sobretudo, viu no extraordinário que era sua situação a reprodução do ordinário das relações sociais. Talvez este tenha sido um dos motivos que o levou a registrar como um dos traços componentes de seu autorretrato ser-lhe “indiferente estar preso ou solto” – expressão que tanto pode ser vista como direta manifestação de desprezo pela vida quanto recurso para causar efeito de impacto, manutenção da imagem já cristalizada de homem seco e pessimista. Acontece que, escrito o autorretrato em 1948, com o projeto *Memórias do Cárcere* já iniciado (à época simplesmente chamado de *Cadeia*) e o país vivendo nova onda repressora na atmosfera geopolítica da Guerra Fria (1945-1991), declarar ser pouca a diferença entre prisão e liberdade foi, no mínimo, contestar o que então se entendia por ‘liberdade’.

Graciliano estava no inferno. E o Pavilhão dos Primários se apresentava, apesar dos roubos, dos estupros, da alimentação péssima, como um limite suportável, o terceiro e último de seus níveis.²⁶⁸ Realmente, nove não tinha, dessemelhando-se numericamente daquele de Dante, mas os níveis iam para além de três. Escrevendo como um historiador que sabe o que se passou, mas se

²⁶⁷ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 138.

²⁶⁸ Fazem coro com as descrições de Graciliano sobre O Pavilhão dos Primários, outros depoimentos, como o de Abel Chermont. Ver mais, incluindo dados técnicos sobre as celas em: ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas*: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954). São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 118-136.

mantém fiel à dúvida que acomete os que estão no tempo presente da narrativa, após a viagem no *Manaus*, quando no porão os presos foram rebaixados ao conteúdo de latrina, o pavilhão, para Graciliano, parecia ser o cenário onde a prisão ganharia seus contornos clássicos, mesmo que terríveis. Mas o processo de destruição se fazia presente em dois movimentos: o envio de turmas para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, o que provocava ansiedade insuportável, descrita como “abafamento”, e o retorno dessas turmas, com suas figuras moídas portando dois discursos: o da fala e o do corpo.

As figuras de Francisco Chermont, o elegante filho do senador Abel Chermont, suplente de Luís Carlos Prestes que fora preso com o filho, e a do expansivo alagoano Enzmann Cavalcante, provocavam o efeito daquilo que o escritor chamou de “degringolada metódica”, que era a remessa constante (primeiro discreta, depois explícita) de lotes de detentos para a Colônia Correcional, onde era feito o desmonte físico e espiritual dos presos.

No retorno de Enzmann Cavalcante, a mudez de um cadáver ambulante:

A aparência de Enzmann Cavalcante me surpreendeu. Os olhos baços, frios, a boca entreaberta, o rosto longo, inerte, como se os músculos se houvessem distendido, bambos e sem força. Caminhava devagar, arrastando as pernas com dificuldade. Tentei puxar conversa, examinar as causas da murchidão; resmungou monossílabos difíceis, contrafeito: era evidente que não se achava de nenhum modo propenso a falar. Respeitei-lhe a depressão e a reserva, julgando inútil qualquer interesse...²⁶⁹

Após uma semana na colônia, a aparência irreconhecível de Chermont, que sentia, de volta ao Pavilhão dos primários, a necessidade de narrar o acontecido, o que só piorava a situação dos que podiam ser mandados para Dois Rios na semana seguinte:

Decorreu uma semana. Certa manhã, à porta do banheiro, aguardando vaga, notei ali perto um desconhecido muito diferente dos moradores do Pavilhão. Chegou-se, falou me. Retribuí a saudação, confuso, perguntando a mim mesmo onde e quando me avistara com semelhante indivíduo. A presença dele me trazia agouros maus: certamente iam degradar-nos. Tínhamos vivido meses entre pessoas de aparência mais ou menos decente, e mandavam-nos agora um vagabundo sórdido. Evidentemente procedia do morro, esfomeara-se, estragara-se a malandrar nas favelas. A roupa imunda e sem cor amarfanhava-se, coberta de placas de lama seca: sem dúvida o homem se deitara no chão molhado e não pensara em recompor-se. Não lhe precisaríamos a idade – vinte ou cinquenta anos. Um ar de fadiga inquieta, a pele baça, o olhar esgazeado, e completo desleixo, indiferença de quem desceu muito e já nem tenta causar boa impressão. A

²⁶⁹ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 332.

barba atestava ausência regular de navalha e sabão; no crânio rapado a máquina, de lividez cadaverosa, protuberâncias avultavam. A fala abafada entrecortava-se de hiatos. Lembrei-me vagamente de já ter ouvido aquela voz, mas, por muito que esquadrinhasse a memória, não me seria possível reconhecer a figura lastimosa. Percebendo-me na cara o pasmo e a interrogação, o homem apresentou-se:

– Francisco Chermont.

Não entendi, fiquei um minuto a examiná-lo, sem atinar com o motivo daquela referência ao estudante de cabelos negros e olhos vivos, o fato de casimira a envolvê-lo naturalmente, como se tivesse nascido com ele. Atônito, aguardei esclarecimentos, e quando ele veio, aos pedaços, recusei admiti-lo:

– O senhor?

Impossível distinguir na desgraçada ruína vestígios do moço elegante.

– O senhor?

(...)

Em vivo constrangimento, remói palavras difíceis, baixando a vista, procurando abafar a terrível impressão, morto por desviar-me dali. Falávamos com muitas pausas. Vali-me de uma e interrompi a conversa, fui lavar-me. Em seguida me recolhi, em desassossego, buscando na leitura e na escrita apagar o caso desagradável, receando minúcias, informações penosas. Vieram à noite.²⁷⁰

Pouco tempo depois foi a vez de Graciliano. O escritor teria passado onze dias na Colônia Correcional. O itinerário se completara abismo a dentro. Assim, ao “nivelamento” e à “despersonalização” outro termo se mostra igualmente importante: “exclusão”. A exclusão seria o objetivo final daquele exercício punitivo; numa ilha, imagem real do isolamento, antimetáfora da morte física ou psicológica.

– Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.

Embora não me restasse ilusão, a franqueza nua abalou-me: sem papas na língua, suprimiam-nos de chofre qualquer direito e anunciavam friamente o desígnio de matar-nos.

(...)

– Que idade tem o senhor? perguntou-me alguém.

Veio-me o desejo de conhecer meu aspecto:

– Calcule.

– Sessenta e cinco anos, disse o interlocutor sem vacilar.

– Por aí, pouco mais, pouco menos, concordei num abatimento profundo.²⁷¹

Graciliano contava quarenta e quatro anos incompletos. A soma de mais de vinte anos, adquirida em poucos meses, fez juntarem-se nivelamento, despersonalização e isolamento na palavra morte. De algum modo esse era o objetivo do cárcere:

²⁷⁰ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 323-324.

²⁷¹ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 69-70.

Os males interiores refletiam-se nas caras lívidas, escaveiradas. E os externos expunham-se claros, feridas horríveis. Homens de calças arregaçadas exibiam as pernas cobertas de algodão negro, purulento. As mucuranas haviam causado esses destroços, e em vão queriam dar cabo delas.

Na imensa porcaria, os infames piolhos entravam nas carnes, as chagas alastravam-se, não havia meio de reduzir a praga. Deficiência de tratamento, nenhuma higiene, quatro ou seis chuveiros para novecentos indivíduos. Enfim não nos enganavam. Estávamos ali para morrer.²⁷²

Um outro episódio, às vésperas de ser mandado para a Colônia Correccional, evidencia a ideia de morte social:

Deixamos o Pavilhão, dirigimo-nos à rouparia, onde recebi o meu chapéu. Tornei a ver a horrível tatuagem no antebraço do rapaz que lá trabalhava: um esqueleto sem pernas.

– O senhor aqui? murmurou descobrindo-me. Ainda não saiu?

O espanto dele certamente não foi igual ao meu. Estranha memória. Achava-me ali uma noite. E no dia seguinte pela manhã tínhamos conversado meia hora. Decorridos quatro meses, de novo nos encontrávamos, e súbito o moço me identificava num grupo numeroso. (...) A tatuagem meio desfeita era medonha. Esforçara-me em vão por desviar dela a vista, o homem delicado aventurara uma confidência assombrosa: acabava de cumprir sentença e temia ser solto. Para onde havia de ir? Acostumara-se ao serviço leve na rouparia. Dentro de dois anos mandá-lo-iam embora. E perguntava aflito: – “Para onde?” Essas palavras tinham-me impressionado e não me cansava de repeti-las. Ao deixar a sala, fazia a mim mesmo a pergunta do rapaz do esqueleto:

– Para onde?

Para onde me enviavam com aquela gente desconhecida? Pensei no gracejo de Walter Pompeu: – “Liberdade? Nunca mais. Quando houver uma greve de barbeiros, agarram você.” A Colônia Correccional, uma desgraça. Mas se por acaso me lançassem na rua, seria desgraça também. Em que me iria ocupar? Sentia-me incapaz de trabalho, a vida se estragara. Camaradas antigos voltariam a cara, dobrariam esquinas ao ver-me, receosos de comprometer-se. Havia em mim pedaços mortos, ia-me aos poucos, habituando à sepultura; difícil ressurgir, vagar na multidão, à toa, como alma penada.²⁷³

Insisto nessa ideia de morte, porque a vejo como crucial para o entendimento do que aparecerá depois na literatura do escritor alagoano. Romancista, *stricto sensu*, Graciliano não voltaria a ser. No cárcere, a ideia constante era escrever contos e o depoimento daquela experiência – tudo fruto direto da memória. Nesse ponto, é imprescindível reforçar que a marca indelével da exclusão que acompanhou os escritos deste então está em profunda conexão com os escritos de antes da prisão. E o ‘eu’ graciliânico não aparecerá somente a partir daí, embora o pronome irritante tenha se tornado incontornável:

²⁷² Ibid., p. 73-74.

²⁷³ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 377-378.

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.²⁷⁴

Na verdade, a escrita de *Memórias do Cárcere* começou depois de terminado *Infância*, no qual um ‘eu’ distante emanava ecos que se encontrava com o ‘eu’ de agora. Ajudava na transmissão da mensagem continuísta os personagens dos contos, das crônicas, de *Vidas Secas*. E aquele agora ganhava ares de velhice, como a continuação de uma infância triste, como a manutenção das desigualdades vistas, das injustiças sentidas pelo menino. Renovavam-se, contudo, as maneiras por que as enfrentar e os revides delas aos desviados.

Duas críticas, uma antes da prisão, outra depois, reforçam a assertiva de que o ‘eu’ não só era uma constante presença nos escritos de Graciliano, como era uma cobrança que fazia aos escritores, um chamado à responsabilidade de manejar “sujeitos mais ou menos imaginários”, mas ligados à realidade social do escritor, pelo menos dos que Graciliano julgava digno de carregar esse nome:

A partir da tendência defendida por Jorge Amado de os romances passarem a ter cada vez mais personagens coletivos, Graciliano, em fevereiro de 1935, na *Folha de Minas*, escreveu sobre *Suor*, do escritor baiano:

O Sr. Jorge Amado tem dito várias vezes que o romance moderno vai suprimir o personagem, matar indivíduo. O que interessa é o grupo – uma cidade inteira, um colégio, uma fábrica, um engenho de açúcar. Se isso fosse verdade, os romancistas ficariam em grande atrapalhão. Toda a análise introspectiva desapareceria. A obra ganharia em superfície, perderia em profundidade.

(...)

O Sr. Jorge Amado embirra com os heróis. Acha, por isso, que, em *Suor* o personagem principal é o prédio. História. Não é muito difícil emprestar qualidades humanas a um gato, a uma cobra, a um rato. Já houve quem humanizasse até formigas. Com um imóvel a coisa é diferente. Dizer que ele “vive da vida dos que nele habitam” é jogo de palavras. Em *Suor* há um personagem de carne e osso muito mais importante que os outros; é Jorge Amado, que morou na Ladeira do Pelourinho, 68 e lá conheceu Maria Cabassu e todos aqueles seres estragados que lhe forneceram material para um excelente romance.²⁷⁵

²⁷⁴ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 37.

²⁷⁵ *Linhas tortas*, p. 95-96.

Em julho de 1938, no *Diário de Notícias*, a crítica foi sobre *Rua do Siriri*, de Amando Fontes (1899-1967). O mote que conduzia a crítica era a linguagem artificial:

No livro do sr. Amando Fontes, dialogado quase todo, não topamos um palavrão.

(...)

Afirmam por aí que as personagens duma história começando a mexer-se, têm vida própria e arrastam o autor, fazem coisas que ele não desejaria fazer. Refletindo, vemos que isso é uma frase sem sentido, dessas que se repetem e acanham na boca de toda a gente. As personagens são talvez o autor, e se aparecem diferentes, é que o romancista, como um ator, se transforma, vira santo ou patife conforme as circunstâncias, às vezes os dois simultaneamente.

O sr. Amando Fontes muda pouco e não chega a extremos, mas as suas heroínas estão mais perto da hagiografia que da crônica policial.²⁷⁶

Voltando para as *Memórias do Cárcere*, Antonio Arnoni Prado fez uma importante observação sobre os mecanismos da memória e da linguagem não só nessa obra, mas como em todo o conjunto literário do autor de *Angústia*. Para Arnoni Prado, *Memórias do Cárcere* é um veículo no qual funciona “a linguagem como um libelo do excluído”, que

dialoga com um projeto ficcional que anuncia sua própria destruição [e depois] retrabalha o empenho ensaístico da memória (...) amarrando os sintomas da consciência encarcerada ao espectro imaginário do projeto ficcional para depois ajustá-los a uma espécie de estratégia do ressurgimento.²⁷⁷

No início do livro, quando expõe os motivos e métodos da longa empreitada, diz Graciliano: “Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando.”²⁷⁸

Para Antonio Arnoni Prado, a biografia funciona na obra de Graciliano Ramos como “desfecho motivado que amplia a leitura dos esquemas de ficção de que depende.” E mais, essa ampliação vem para que se possa “incorporar à mutilação calada dos homens que descreve uma reflexão aguda sobre a própria ruína.”²⁷⁹

Assim, *Memórias do Cárcere* é um livro cuja razão de ser não está somente no ‘eu’ do autor, embora não seja uma etapa isolada no conjunto de sua obra, visto ser um exercício a mais de memorialística.

²⁷⁶ *Linhas tortas*, p. 115-116.

²⁷⁷ PRADO, Antonio Arnoni. Um exílio na metáfora: *Cemitério dos Vivos e Memórias do Cárcere*. In *Trincheira, palco e letras*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 218.

²⁷⁸ *Memórias do cárcere – vol. I*, p. 35.

²⁷⁹ PRADO, Antonio Arnoni. Um exílio na metáfora: *Cemitério dos Vivos e Memórias do Cárcere*. In *Trincheira, palco e letras*, op. cit., p. 229.

De acordo com Hélio Pólvora, o memorialismo é o aspecto central da obra graciliânica: “a melhor classificação que se pode aplicar a Graciliano Ramos é a de memorialista. Foi um escritor de poucos temas, ferozmente concentrado na sua experiência dolorosa.”

E prossegue, afirmando que em Graciliano

a imagística está presa ao passado e é deflagrada pelo presente: perpassa pela obra inteira um mote contínuo que assume a forma do coro, característica do delírio e do *ritornello* da angústia. Paulo Honório é um Fabiano estilizado, mas igualmente bruto. Luís da Silva é um João Valério sem tinturas romanescas. Essas figuras vivem em função de outras, menores, que as instigam e condicionam – e todas elas se fundem, ou se confundem, com Graciliano.²⁸⁰

Na mesma direção proposta por Candido, Pólvora embarça o movimento harmônico de substituição com que aquele parece ver o conjunto da obra do autor de *Angústia*, que, de um modo geral, é a passagem da “ficção” para a “confissão”. Mesmo diante do *Vidas Secas*, escrito em terceira pessoa e cuja trama se passa no mais distanciado dos ambientes frequentados pelo autor, se comparado ao dos romances anteriores, o jornalista e escritor baiano sustenta a presença do depoimento e da experiência:

O romancista, que parecia haver esgotado, nos três romances anteriores, a confissão entremeada na ficção, ainda aqui se identifica com seres brancos, analfabetos, que não possuem sequer a consciência de figurarem na humanidade. Por isso, certamente, é que um crítico observou: nós confundimos Graciliano com Fabiano, da mesma forma que identificamos partes de sua angústia no atormentado Luís da Silva e no João Valério de *Caetés*, que é um cético de natureza romântica.²⁸¹

O relato precisava virar livro, as figuras precisavam tornar-se personagens reais de uma trama verossímil. Escrever era a única saída, a única arma, a única promessa que (se) faz quando da partida da Colônia Correccional:

Chegávamos à cancela. E experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me numa clara ameaça. A desarrazoada tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma ideia de perigo.

– Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.

– Pagar como? exclamou a personagem.

– Contando lá fora o que existe na ilha Grande. – Contando?

– Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel. O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:

²⁸⁰ PÓLVORA, Hélio. Um aspecto de Graciliano Ramos. In Graciliano, Machado, Drummond & outros. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

²⁸¹ Ibid., p. 36.

– O senhor é jornalista?
 – Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correcional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.

O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando: – A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.²⁸²

De volta ao continente, na Sala da Capela, Graciliano ainda ficaria meses no cárcere, sendo presença frequente no hospital. Nesse período, soube do lançamento de *Angústia* e da campanha para soltá-lo, duas novidades tocadas pela esposa Heloísa e pelo amigo José Lins do Rego. Aliás, será o autor de *Meus Verdes Anos* o alvo de uma das mais contundentes críticas de Graciliano.

No quinto capítulo da quarta e última parte de *Memórias do Cárcere*, Graciliano está convalescendo de uma cirurgia. Tendo recebido de Heloísa alguns livros e revistas, sendo um deles o recém-lançado *Usina*, de José Lins do Rego, Graciliano, ao ler sobre a continuação de *Moleque Ricardo* e deparar com a descrição do cárcere em Fernando de Noronha, tece, no início dos anos 1950 a crítica contida nos escritos da década de 1930, quando da polarização entre romance social e romance psicológico estava no auge. Ou seja, ao relembrar a sensação ruim que teve ao ler o amigo afastar-se dos princípios da Literatura “honesta”, Graciliano reforça sua posição literária:

Estranhei ver José Lins afastar-se da bagaceira e do canavial, tratados com segurança e vigor em obras anteriores, discorrer agora sobre Fernando de Noronha, onde nunca estive. Um crítico absurdo o julgara simples memorialista, e o homem se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria desconhecida. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. O indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida. Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos – nem sabemos para onde nos levam. Zanguei-me com José Lins. Porque se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos. O começo do livro de José Lins torturava-me. Quase desejei ver o meu amigo preso.

(...)

Não me seria possível reconstituir Gaúcho, Paraíba, seu Mota, guardas ébrios, o diretor magro, Alfeu a dar pontapés num molambo de

²⁸² *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 158.

gente. Isso era trabalho para José Lins, retratista de almas, capaz de movimentar uma sociedade. Senhores de engenho, trabalhadores do eito, sinhás-moças, negras velhas mais ou menos escravas, mexiam-se à vontade na obra séria do romancista excelente.

(...)

Agora, comprometido e célebre, dava-nos coisas mortas. Para que, Deus do céu? A exigência do leitor ou do crítico não deveria levá-lo a desonestidade. Afastei a palavra dura. Não era bem isso. Ingenuidade, sim, ingenuidade. Esperávamos dele a experiência. Surpreendi-me a dizer coisas tolas:

– Somos sapateiros. Devemos fazer sapatos, bons sapatos. Para que fabricar pulseiras e brincos? Sapateiros, bons sapatos.

Os meus sapatos ainda apresentavam nódoas de lama vermelha. Necessário engraxá-los. Essa mistura me desagradava.²⁸³

O exercício de humildade em relação a José Lins do Rego, o mais apto, segundo Graciliano, a descrever aquela situação por qual passara, esconde o repisar de um moto contínuo: era preciso ver e sentir, para escrever.²⁸⁴ Nesse sentido, a motivação dos temas da obra graciliânica equivale à do historiador inglês Raymond Williams, de *O Campo e a Cidade*. Recorte de cinco séculos de um objeto de variadas possibilidades, o estudo de Williams foi possível, nas palavras do próprio historiador, porque “antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inquestionável.”²⁸⁵

Memórias do Cárcere ganhou as prateleiras das livrarias do Brasil após a morte de seu autor. A autenticidade do total da obra foi questionada à época e gerou um debate caloroso, envolvendo inclusive membros da família Ramos – debate esse que não cabe nas pretensões deste trabalho. Os dezesseis anos que separam evento vivido do advento do livro, fizeram da obra um material caro para os que

²⁸³ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 215-216.

²⁸⁴ Num longo ensaio sobre *Em Liberdade*, livro no qual Silviano Santiago cria um diário da vida de Graciliano liberto, dando uma espécie de desfecho ao livro/depoimento inacabado de seu autor, a historiadora Elizabett Cancelli sugere certa vacilação de Graciliano em escrever o livro de memórias. O próprio autor, no capítulo introdutório, revela o desconforto em escrever sobre homens que ainda estão vivos. Ver em: CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2012. Longe de querer varrer para longe essa possibilidade, apenas trago um dado: apesar de publicado em 1953, após a morte do autor, as memórias da vivência no cárcere, incluído o capítulo introdutório, começaram a aparecer em fins de 1949, com o autor vendendo para jornais alguns capítulos avulsos. Ver em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=51012>. Acesso em: 20 maio 2013. Com isso, quero apenas enfatizar que Graciliano usou constantemente do expediente de vender a retalho o que ia produzindo, do mesmo modo que aceitava encomendas de textos e críticas para completar o orçamento. Essa observação tem o intuito mesmo de demonstrar o que já defendi em mais de uma passagem deste estudo: tentar não colocar texto e ser social em esferas diferentes da realidade histórica.

²⁸⁵ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*, op. cit., p. 13.

queriam entender parte da recente política brasileira. Mas seu aparecimento não orbita apenas nessas quase duas décadas.

De acordo com o jornalista potiguar Dorian Jorge Freire (1933-2005), correspondente do jornal carioca *Última Hora*, além de ser “o libelo mais grave já proferido contra a ditadura e o fascismo” (portanto um olhar ao passado próximo), *Memórias do Cárcere* é também, para aquele início de 1954, “época em que o integralismo levanta sua cabeça de cobra e tenta, novamente, firmar-se, aproveitando a confusão e o desprestígio da instituição democrática” um “alerta aos brasileiros” ²⁸⁶ (portanto um pensar no futuro próximo, no que estava em jogo, na movimentação das peças ideológicas em contexto de Guerra Fria).

Lúcia Miguel-Pereira (1901-1959) traz na sua crítica sobre o livro de Graciliano um aspecto bastante importante: sua vendagem. De acordo com a ensaísta mineira, *Memórias do Cárcere* teve sua primeira edição, de dez mil exemplares, esgotada em apenas três meses. O sucesso editorial teria como motivos mais às vistas a morte recente do escritor e o conteúdo mesmo da obra, relato do regime autoritário encabeçado pelo então presidente Getúlio Vargas, agora eleito democraticamente. Além de o livro aparecer num momento de crise do governo Vargas, o que também despertava seu interesse, Lúcia Miguel-Pereira aponta apara a excelência do texto, que sem deixar de ser documento constituía-se obra-prima. A relação com *Infância* é imediata: “não foi, porém, só o preso político que dormiu no chão, mas também o menino que não conheceu carinho”,²⁸⁷ deixando o *Memórias do Cárcere* com certo ar de registro de fatos com precedentes, ou seja, dando-lhe lugar numa tradição de excessivo controle político em consórcio com pouca ou quase nenhuma atenção social.

A experiência do cárcere, contudo, marcava a História do país porque marcou a do homem, e ao marcar a do homem, marcou a do literato.

Trinta anos após o surgimento de *Memórias do Cárcere*, Zenir Campos Reis afirma que após a vivência na prisão, a despersonalização e o nivelamento provocados, “Graciliano estava preparado para escrever *Vidas Secas*, para meter-se

²⁸⁶ FREIRE, Dorian Jorge. À margem de *Memórias do Cárcere*. *O Mossoroense*, Mossoró-RN, 07 fev. 1954 (recorte, FGR/IEB/USP). Esse soerguimento do Integralismo, alertado pelo jornalista mossoroense está, muito provavelmente, associado ao aparecimento do jornal *A Marcha*, órgão informativo do Partido de Representação Popular-PRP (1945-1965), que reunindo os integrantes da extinta Ação Integralista Brasileira, disputaria as eleições para presidente em 1955.

²⁸⁷ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Memórias do Cárcere*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1953 (recorte, FGR/IEB/USP).

na pele de Fabiano, de sinhá Vitória, dos meninos, de Baleia.” Em 1984, época do lançamento da versão cinematográfica do livro, o Brasil reivindicando ares democráticos após vinte anos de violenta ditadura e toda a obra de Graciliano já lançada, a afirmação do crítico parece mais panfletária e carente de fundamentação do que mesmo uma observação relevante.

Acontece que Reis não estava necessariamente criando uma filiação direta entre a atmosfera abafada do cárcere e a vastidão seca do sertão nordestino. À época do aparecimento de *Vidas Secas*, mais de um crítico, e praticamente todos eles assentados numa perspectiva marxista, faziam essa conexão em pleno Estado Novo, universalizando a seca particular de Graciliano, ampliando o conceito de cárcere aos proletários da terra e trazendo os sertões do mundo todo para as pensões do Rio de Janeiro de 1937.

5.2. Universalidades da seca particular

Nas análises literárias, *Vidas Secas* costuma ser associado à *Infância*²⁸⁸ (aqui mesmo, neste estudo, o capítulo ‘Infância Seca’ teve a constante presença da história da família retirante). Já do ponto de vista da análise da cultura política, ou em trabalhos biográficos, *Vidas Secas* é mais associado a *Memórias do Cárcere*.²⁸⁹ Encontrar-se o livro nessa constante dupla identificação no universo literário graciliânico não constitui, necessariamente, um problema.

Na verdade, essas duas associações colam-se ao texto de 1938, em virtude do poder que ele tem de promover distanciamento e aproximação, seja através da ultrapassagem do espaço regional pela força humanista empregada em suas situações e estampadas em seus personagens, seja pela falta de localização temporal, um dos trunfos do livro em favor do flagrante das contradições sociais brasileiras. Ou ainda pela escrita em terceira pessoa, fragmentada, com ares de documentário cinematográfico. Fato é que *Vidas Secas*, como já aventado neste trabalho, é a extrema da Literatura de Graciliano. A partir dessa obra, a vista alcança a maior parte do Brasil, geográfica e historicamente falando.

²⁸⁸ Ver, por exemplo, em: VILLAÇA, Alcides. Imagem de Fabiano. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2007, p. 235-246.

²⁸⁹ Ver, por exemplo, em: MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos: o manifesto do trágico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

E se parece não haver Graciliano no texto, aparentemente esgotado até então em *Angústia*, é porque mais do que sentir-se um “Luís da Silva qualquer”, Graciliano – classe média, ex-presidiário, na encruzilhada social dum país em processo de modernização – sentia-se perdido, retirado, uma fabiana social²⁹⁰ vagando pelas ruas da capital do país, à caça de emprego, de renda, de patrão. A ‘liberdade’ tinha um peso diferente, assim como ‘sobreviver’ parecia ter ganhado nova conotação. Não à toa, na biografia escrita por Dênis de Moraes, o capítulo que trata desse período foi nomeado ‘A Liberdade com os Bichos’ – Fabiano será um contraponto do entendimento dessa liberdade, pois com a possibilidade de se ver livre, ainda no cárcere o escritor sentia-se inapropriado a viver com as pessoas do seu meio.

A perspectiva de liberdade assustava-me. Em que iria ocupar-me? Era absurdo confessar o desejo de permanecer ali, ocioso, inútil, com receio de andar nas ruas, tentar viver, responsabilizar-me por qualquer serviço. Longo tempo me esforçara por justificar a preguiça: todos os caminhos estavam fechados para mim, nenhum jornal me aceitaria a colaboração, inimigos ocultos iam prejudicar-me.²⁹¹

Mais uma vez, a fidelidade do texto de Graciliano demonstra sólida coerência, assim como fundas são as marcas dos acontecimentos em sua memória, pois sendo óbvio que o escritor registrou esse sentimento só anos depois, com o medo superado, as editoras e os jornais de portas abertas, o próprio Estado Novo o contratando e um emprego fixo, desde agosto de 1939, no setor de educação, em abril de 1937, diante da notícia de que o segundo filho mais velho, Júnio, com vinte anos, estava pensando em se casar e ir para o Rio de Janeiro, Graciliano escreve a Heloísa, preocupado com o futuro nada promissor:

Diga ao Júnio que, sem querer intervir na vida íntima dele, acho que ele deve pelo menos retardar um ato que pode ter consequências desagradáveis. Não o posso trazer para aqui, está claro. Agora isto é impossível, absolutamente impossível. Trabalho para ver se posso fazer qualquer coisa por todos eles. Mas se não querem, se apenas desejam ser marinheiros, soldados, funcionários de trezentos mil-réis, paciência, não posso transformar ninguém. É necessário que eu não endoideça, apesar da cadeia. Preciso ter a cabeça no lugar certo e afastar essas coisas do coração. Se o coração entrar na dança, acabo enforcando-me. E por enquanto não pretendo enforcar-me.

(...)

É meia-noite. Vou dormi um bocado. Às quatro horas preciso levantar-me e continuar o trabalho que devo entregar essa semana a Otávio Tarquínio.²⁹²

²⁹⁰ Em Alagoas, o sentido da palavra ‘fabiana’ corresponde a ‘ferida’, ‘lesão física’.

²⁹¹ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 298.

²⁹² Carta 101, 11-04-1937. In *Cartas*, p. 198.

As palavras da carta encontram-se com as da obra póstuma. E se com o passar do tempo o cenário foi-se desenhando favorável, as muitas portas abertas revelaram-se pequenas, suportando apenas visitas breves: textos curtos, de cinquenta mil-réis. Artigos, contos, ensaios e até uma peça. Graciliano escrevia muito e em várias direções para pagar contas. A sensação era de certa ausência de Literatura. Mas não se tratava apenas da ausência de textos longos, de romances que necessitavam ser manipulados à exaustão na busca da medida correta e não podiam ser feitos naquele contexto. No âmbito da vida pessoal, o escritor reconhecido, respeitado e premiado, é marcado pela passagem lenta e desigual da situação de total incerteza após deixar para trás os arames do cárcere para certa estabilidade socioeconômica que o colocava, contudo, numa posição não muito acima daquela de 1915, quando era novato, desconhecido e forte.

E paralelo a essa economia de conta-gotas, a sensação de liberdade vigiada, de a prisão ter apenas aumentado de escala e o país, à sombra do Estado autoritário seguindo a vaga centralista, vir a se tornar uma escola de ditadores subservientes. O mundo se mostrava (ou era visto) por lentes obcecadas pelo autoritarismo e Fascismo. No início de fevereiro de 1937, Heloísa voltou a Alagoas para providenciar a reunião da família no Rio de Janeiro. Na primeira carta escrita à esposa, num sábado de carnaval, Graciliano oferece uma visão de mundo filtrada pela experiência da prisão e pelo quadro geopolítico mundial. Por todo lado, a partir da observação dos mais prosaicos acontecimentos, vê a prática do mando, do autoritarismo arrogante; a realidade abundante em militares, autoridades, *Hitlers*.

Depois que o *Itanagé* [navio a vapor de cabotagem, provavelmente o que levara Heloísa a Maceió] se sumiu, fiquei ainda algum tempo encostado ao guindaste, meio zonzo. Saí e fui encontrar na rua aquela gente que estava no cais. Tomamos um bondinho da Lapa. O condutor, um sujeito de modos galináceos, cobrava as passagens com uma autoridade imensa, uma autoridade rara, mesmo em militares. Apesar de não possuir bigodes, parecia Hitler, se não na cara, pelo menos nas maneiras.²⁹³ (comentário meu)

No sábado seguinte, o mensário *Observador Econômico e Financeiro* circulou pela capital do país. Num especial sobre o problema das secas no Nordeste, espremido entre um histórico sobre as secas no Estado de Pernambuco e um balanço sobre as políticas de crédito agrícola, um pequeno texto de Graciliano punha a questão da seca na ordem dos problemas sociais que atingem toda a

²⁹³ Carta 90, 02-1937. In *Cartas*, p. 171.

sociedade brasileira. Falando mais especificamente do retirante, da produção e do contingente populacional da região, Graciliano constrói (consciente ou não) uma espécie de sumário crítico do que viria a ser *Vidas Secas* (inclusive utilizando, *ipsis litteris*, a frase aspeada que encerra este parágrafo). Dentre tantos aspectos da questão, Graciliano destaca que, sustentado pela visão equivocada de que o Nordeste é como um Saara brasileiro, o descaso econômico fez de grande parte da população pobre que se revoltava contra o governo, lê-se cangaceiros, problema em voga nos noticiários da época, crendo-se que “apanhar de governo não é desfeita”:

Certamente há demasiada miséria no sertão, como em toda a parte, mas não é indispensável que a chuva falte para que o camponês pobre se desfaça dos filhos inúteis.

(...)

Temos um deserto estranhamente povoado, um deserto com doze habitantes por quilômetro quadrado no Ceará, densidade igual à do Rio Grande do Sul, e quarenta e sete em Alagoas, densidade apenas inferior à do Estado do Rio. (...)

O tipo heroico do cangaceiro do século passado, espécie de Quixote que se rebelava contra a ordem para corrigir injustiças, por questões de honra ou desavença política, é uma figura que vai desaparecendo ou desapareceu completamente. O cangaceiro atual é uma criatura que luta para não morrer de fome. Aquele era um proprietário que, perseguido por vizinhos mais fortes, tomava armas e, com um pequeno grupo de parentes e aliados, resolvia eliminar o delegado, o juiz, todas as autoridades que favoreciam seus inimigos; este é um sujeito sem melindres, que provavelmente não conserva a lembrança de ofensas recebidas e se alguma vez teve negócio com a polícia, e dormiu no tronco, acha o fato natural, pois “apanhar do governo não é desfeita.” O cangaço antigo, em que surgiam rasgos de cavalheirismo, certamente duvidoso, mas afinal aceitos sem dificuldade e propagados pelos trovadores brancos do interior, era um fenômeno de ordem social; o de hoje, bárbaro, monstruoso, é uma consequência de desorganização econômica. O primeiro deu Jesuíno Brilhante, o segundo produziu Lampião.

Essa desorganização não é talvez efeito apenas de seca. Processos rotineiros na agricultura, indústria precária, exploração horrível do trabalhador rural, carência de administração, devem ter contribuído, tanto como a seca, para o atraso em que vive a quinta parte da população do Brasil.²⁹⁴

É a mesma Literatura, o estilo, a mesma força argumentativa e visão complexa dos eventos e processos, mas em suportes muitas vezes estranhos ou pouco usuais para o escritor, como os contos publicados em jornais, abundantes deste então, se comparados à meia-dúzia publicados até o lançamento de *Angústia*. Frequentador da Livraria José Olympio, Graciliano ampliava a rede de contatos, e através dela escrevia artigos, crônicas, contos e ensaios não só para o *Observador Econômico e Financeiro*, também para *O Jornal*, *Revista do Brasil*, *Lanterna Verde*,

²⁹⁴ *Linhas Tortas*, p. 133-134.

Diário de Notícias, Vamos Ler!, Jornal do Comércio, Revista Pan (infantil), *O Popular*, o periódico argentino *La Prensa*. Nos anos 1940, Graciliano escreveria tanto na revista oficiosa *Cultura Política* quanto em periódicos de filiação ou orientação comunista.²⁹⁵

Na segunda metade dos anos 1930, o cronista e o analista cultural retornaram com força. Nesse retorno, foram marcantes duas vertentes. A primeira, a demarcação de lugar: sempre que o texto permitia, ele deixava claro que era uma peça amputada do tabuleiro nordestino, mas nem por isso uma peça inválida no tabuleiro do centro político e econômico do país. A segunda, o reconhecimento de que no país havia dois grandes tipos de Literatura: uma em ascensão e outra em franco desuso. Sempre que o texto permitia, o autor se colocava nesse segundo grupo, o dos escritores incômodos e incomodados, que retiram da realidade a matéria-prima de seus escritos. Textos como ‘O Fator Econômico no Romance Brasileiro’ (abril de 1937), ‘Norte e Sul’ (abril de 1937), ‘Caminhos de Pedra’ (maio de 1937), ‘Jardins’ (julho de 1937), ‘O Teatro de Oswald de Andrade’ (setembro de 1937), ‘Os donos da Literatura’ (setembro de 1937), ‘Uma Tradução de Pero Vaz’ (março de 1938), ‘Os Amigos de Machado de Assis’ (junho de 1939), e contos como ‘Paulo’ (abril de 1937), ‘O Relógio do Hospital’ (julho de 1937), ‘Um Pobre Diabo’ (julho de 1937), ‘A Testemunha’ (julho de 1938), ‘Samuel Smiles’ (novembro de 1938), ‘A Primeira Aventura de Alexandre’ (janeiro de 1939) e ‘Um Ladrão’ (junho de 1939), embora haja outros; todos eles são veículos para uma das vertentes, às vezes para as duas.

Mas eles revelam também outro movimento: o da visita ao passado do escritor. Não aos moldes do quase delírio, como em *Angústia*, mas a partir do estudo sistemático da sua região e do si mesmo de antes.²⁹⁶ Assim, daquele início de 1937 até fins de 1939, impregnado demais do si mesmo de agora, Graciliano experimentava esse contato com tempos e realidades mais distantes. Nessa experiência, numa ficava por lá – no outro ele de antes – pois as realidades aparentemente distantes se lhes mostravam surpreendentemente vivas e atuais, não

²⁹⁵ Esse arrolamento foi possível a partir da consulta nos levantamentos feitos por SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação), op. cit.; e MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, op. cit.

²⁹⁶ Mesmo considerando-se a denúncia em *Memórias do Cárcere* e o ziguezague vacilante em *Angústia*, em relação à memorialística as lembranças de Graciliano não são nem “instrumentais” nem pertencem ao universo fraturado típico do devaneio. Ver sobre lembranças instrumentais em: LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*, op. cit. p. 89-116.

havendo, portanto, o intuito final de transportar o vivido para o presente, como se esse outro no tempo estivesse resolvido e, portanto, plenamente extraível. “Na tessitura de vozes revividas, no reencontro emocionado com o *Outro*,” Wander Melo Miranda observou que “não se trata de eternizar o passado, mas de confrontá-lo com o presente e inocular a própria mobilidade deste no narrado, reinventando com as imagens arbitrárias da memória e da imaginação a trajetória comum de vida percorrida”, pois em Graciliano “a restauração da memória não se prende a métodos apriorísticos de perquirição, dependentes de um horizonte de referência meramente documental da experiência vivida”, visando à satisfação de “expectativas previsíveis de configuração textual.” Para Graciliano o que interessava era fazer rodar as engrenagens desse processo que leva o particular transmutar-se em coletivo. A linguagem, o fluído dessa ‘máquina’, cumpre o “papel efetivo de instrumento socializador da memória.”²⁹⁷

É nesse sentido que o Brasil de agora parecia demais com o de antes. E antes de ganharem as vitrines com *Vidas Secas*, *Infância* e *Memórias do Cárcere*, ganhavam as bancas de jornais, circulavam nos cafés. Era a mesma Literatura, em porções reduzidas e frequentes.

Num desses exercícios de ir e vir no tempo, sem abandonar a metonímia, Graciliano se entregou à metáfora e à infância como cenário. E no lugar do depoimento do cárcere, trabalhou os conceitos de ‘diferença’, ‘modernidade’, ‘reencontro’. O primeiro texto construído após a prisão foi a fábula *A Terra dos Meninos Pelados*: uma grande metáfora sobre a diferença, na qual o diferente se refugia para um outro mundo, onde não existem espinhos, incompreensão e preconceito. Afinal, apesar da cadeia, era necessário não enlouquecer. De certo modo, a terra de Tatipirun, onde habitavam os meninos pelados, era a imagem em negativo (ou em positivo) da realidade recente encontrada no Rio de Janeiro de 1937. Mas os carros (Economia) e vitrolas (Arte) possuíam feições diferentes, e Raimundo, menino da cabeça pelada e de olhos de duas cores, podia se encontrar com outros, numa colônia que nada tinha de correccional:

Raimundo deixou a serra de Taquaritu e chegou à beira do rio das Sete Cabeças, onde se reuniam os meninos pelados, bem uns quinhentos, alvos

²⁹⁷ MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago, op. cit., p. 121.

e escuros, grandes e pequenos, muito diferentes uns dos outros. Mas todos eram absolutamente calvos, tinham um olho preto e outro azul.²⁹⁸

Texto infantil. No entanto, uma fantasia voltada para um objetivo prático: o concurso do Ministério da Educação, empreitada incentivada por José Lins do Rego.

Finda a paralisia imposta pelo cárcere, o deslocamento na busca por terreno firme passou a ser uma constante. Graciliano é conhecido, mas precisava ser visto. Dois meses morando em pensões, cedendo ao convite insistente de José Lins do Rego, Graciliano acompanha o autor de *Usina* em viagem a São Paulo.²⁹⁹ Lá, estabeleceu contato com a Imprensa Brasileira Reunida Limitada (I.B.R. Ltda), agência de notícias paulistana fornecedora de artigos para grandes jornais do país, e que já contava com José Lins do Rego e Gilberto Freyre em seu plantel.³⁰⁰ Nessa viagem a São Paulo, Graciliano reencontra Oswald de Andrade, que promete instalá-lo de vez na capital paulista, a partir de um contato com Sérgio Milliet. Exercitando a indefectível desconfiança, mas não podendo dar-se ao luxo de não ter esperanças, Graciliano informa a promessa a Heloísa tentando manter-se neutro. Mas o que acaba acontecendo é um relato que movido por esperança termina em desconfiança:

Eu ignorava que Sérgio Milliet fosse troço. Pois é chefe aí de qualquer coisa. (...) Não sei de que se trata. A coisa depende de Sérgio Milliet e de outro que não conheço nem de nome, mas que é meu amigo na opinião de Oswald. Não creio muito nisso, que está me parecendo fácil demais, o que nunca me acontece...³⁰¹

Consagrado e respeitado – tentava-o convencer disso o amigo José Lins – mas empobrecido, debilitado e envolto por textos curtos que precisavam se

²⁹⁸ RAMOS, Graciliano. *A Terra dos Meninos Pelados*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 17. Na época da escrita e revisão do texto, apartado da família, nas cartas escritas a Heloísa, Graciliano a chama de Talima, a heroína do conto, por quem Raimundo se encanta.

²⁹⁹ Dênis de Moraes traçou um comovente mapeamento das acomodações de Graciliano no Rio de Janeiro após a prisão: a casa dos tios de Heloísa; depois a casa de Naná e José Lins do Rego; após o carnaval de 1937 a pensão no Catete, onde moravam Rubem Braga e outros escritores e jornalistas, como Moacir Werneck de Castro (1915-2010), todos simpatizantes do socialismo (Heloísa seguira para Alagoas); na mesma pensão em meados do mesmo ano, divide um quarto com a esposa e duas filhas; nova pensão no Catete no início de 1939, mas nas mesmas condições; pouco depois, um apartamento de dois quartos na Lagoa, pois Graciliano não se recuperava de tosses desde 1937 e as crianças não podiam ficar expostas a alguma doença contagiosa. Nesse período, sobretudo os primeiros meses, Graciliano chegou a negociar com editores argentinos o envio de dois a três contos por mês, a vinte e cinco pesos por conto. MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, op. cit., p. 149-173.

³⁰⁰ SALLA, Thiago Mio. O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política, op. cit., p. 98-99.

³⁰¹ Carta 94, 01-03-1937. In *Cartas*, p. 181-182.

transformar em réis, o aparecimento das primeiras linhas do que viria a ser *Vidas Secas*, deu-se em meio a um dilema: receber o restante da família (ou parte dela) no Rio de Janeiro e tentar a sorte, ou voltar a Alagoas, fixar-se no interior, sertanejar-se novamente, voltar aos hábitos e rotina observados na infância:

Quando nos separamos, ficamos certos de que eu teria tempo para cavar a vida, para esperar o fim das vacas magras, e dois meses depois você muda e quer que vivamos pelo menos cinco pessoas numa pensão com duzentos e cinquenta mil-réis, que é o produto dos cinco artigos a que alude. (...) a resolução de nos juntarmos agora desorienta-me. Não há recursos para vivermos aqui. Mas você tem razão, e proponho-lhe o seguinte. Posso abandonar tudo isso e voltar para Alagoas. Será um desastre completo e chegarei aí morto de vergonha. Mas se você achar conveniente, irei dentro duma semana. Abandonarei todos estes sonhos, sairei daqui sem me despedir de ninguém, passarei em Maceió algumas horas, escondido, e seguiremos todos para o sertão onde criaremos raízes, não falaremos em literatura nem consentiremos que os meninos peguem em livros. Irei sem nenhum desgosto, sinhá Ló, será a repetição do que eu fiz uma vez, embora hoje as condições sejam outras.³⁰²

Talima se transformara em sinhá Ló, referência a sinhá Vitória, esposa do vaqueiro Fabiano, que juntamente à cachorra Baleia e os dois meninos, apareceram em papel três dias antes. Continuando a carta, Graciliano conta a novidade da pequena história escrita recentemente:

Escrevi um conto sobre a morte duma cachorra, um troço difícil, como você vê: procurei adivinhar o que se passa na alma duma cachorra. Será que há mesmo alma em cachorro? Não me importo. O meu bicho morre desejando acordar num mundo cheio de preás. Exatamente o que todos nós desejamos. A diferença é que eu quero que eles apareçam antes do sono, e padre Zé Leite pretende que eles nos venham em sonhos, mas no fundo todos somos como a minha cachorra Baleia e esperamos preás. É a quarta história feita aqui na pensão. Nenhuma delas tem movimento, há indivíduos parados. Tento saber o que eles têm por dentro. Quando se trata de bípedes, nem por isso, embora certos bípedes sejam ocos; mas estudar o interior duma cachorra é realmente uma dificuldade quase tão grande como sondar o espírito dum literato alagoano.³⁰³

Escrito no dia 4 de maio, o conto traz todos os elementos que servirão de conectores para os demais contos, proporcionando ao autor transformá-los em livro de uma única história. No entanto, a ideia só foi posta em prática mais de um mês depois, quando o conto 'Baleia' circulou em *O Jornal*, recebendo boas críticas, e com Graciliano, Heloísa, Luiza e Clara, respectivamente a menina mais velha e a menina mais nova do casal, todos dividindo um quarto na pensão do Catete. Ao

³⁰² Carta 103, 07-05-1937. In *Cartas*, p. 200-201.

³⁰³ Idem.

modo Graciliano, 'Baleia' também foi o texto do escritor mais próximo de certa visão utópica da efetivação das justiça sociais. Ainda assim, nele há o alerta para qual *télos*, ou finalidade, estamos mais inclinados: fazer ou esperar?

Anos depois, cedendo à insistência renitente do jornalista e arquivista João Condé, em carta publicada na sessão 'Arquivos Implacáveis', da revista *O Cruzeiro*, Graciliano explicou detalhadamente a estratégia da narrativa e os recursos memorialísticos empregados na feitura do livro:

Terrível Condé.

Atendo à sua indiscrição. No começo de 1937, utilizei num conto a lembrança de um cachorro sacrificado na Maniçoba, interior de Pernambuco, há muitos anos. Transformei o velho Pedro Ferro, meu avô, no vaqueiro Fabiano; minha avó tomou a figura de sinhá Vitória; meus tios pequenos, machos e fêmeas, reduziram-se a dois meninos.

Publicada a história, não comprei o jornal e fiquei dois dias em casa, esperando que os meus amigos esquecessem 'Baleia'. O conto me parecia infame e surpreendeu-me falarem dele. A princípio, julguei que as referências fossem esculhambação, mas acabei aceitando como razoáveis o bicho, o matuto, a mulher, os garotos. Habituei-me tanto a eles que resolvi aproveitá-los de novo. Escrevi a 'Sinhá Vitória'. Depois apareceu 'Cadeia'. Aí me veio a ideia de juntar os cinco personagens numa novela miúda – um casal, duas crianças e uma cachorra, todos brutos.

Otávio de Faria me dissera, em artigo enorme, que o sertão, esgotado, já não dava romance. E eu havia pensado: – Santo Deus! Como se pode estabelecer limitação para essas coisas.

Fiz o livrinho sem paisagens, sem diálogos. E sem amor. Nisso, pelo menos ele deve ter alguma originalidade. Ausência de tabaréus bem falantes, queimadas, cheias, poentes vermelhos, namoros de caboclos. A minha gente, quase muda, vive numa casa de fazenda; as personagens adultas, preocupadas com o estômago, não têm tempo de abraçar-se. Até a cachorra é uma criatura decente, porque na vizinhança não existem galãs caninos.

A narrativa foi composta sem ordem. Comecei pelo nono capítulo. Depois chegaram o quarto, o terceiro, etc. Aqui ficam as datas em que foram arrumados: Mudança – 16 de junho de 1937; Fabiano – 22 de agosto; Cadeia – 21 de junho; Sinha Vitória – 18 de junho; O Menino Mais Novo – 26 de junho; O Menino Mais Velho – 8 de julho; Inverno – 14 de julho; Festa – 22 de julho; Baleia – 4 de maio; Contas – 29 de julho; O Soldado Amarelo – 6 de setembro; O Mundo Coberto de Penas – 27 de agosto; Fuga – 6 de outubro.

Dou estas minúcias porque me dirijo a um homem curioso, que guarda convites para enterros e cartas de cobrança.

Adeus Condé. Um abraço.

Graciliano Ramos, Rio – junho 1944.³⁰⁴

Vidas Secas circulou em março de 1938, sendo um fenômeno de vendas e uma fonte de espanto, alvoroçando a crítica, em especial a de orientação à esquerda. Segundo Laurence Hallewell, *Vidas Secas* é o livro do ano de 1938, com

³⁰⁴ A reprodução desta carta pode ser encontrada em: ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Editora da UnB, 1999; CRISTÓVÃO. Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, op. cit.

sua primeira edição esgotada em apenas nove meses, mas não tendo reedição imediata. Na verdade, no período entre 1938 e 1941, fase na qual o Estado Novo mais intensifica sua atenção aos chamados perigos internos, a Livraria José Olympio não reeditou nenhuma obra de Graciliano, assim como de outros escritores sob a atenção do Estado Novo. À exceção de *Angústia*, reeditado em 1941, os livros para adultos de Graciliano só voltaram a ser reeditados em 1947.³⁰⁵

Ou seja, Graciliano continuaria na fabricação de textos curtos. Essa situação provocava em Graciliano duas sensações, ou mesmo duas certezas. Ao mesmo tempo em que a situação financeira o empurrava na procura de um porto seguro, essa mesma vulnerabilidade deixava-o em constante condições de “se vingar”, descrevendo e criticando a realidade e a sociedade brasileiras, como de fato aconteceu entre 1937 e 1939. Registrou desse modo a situação em carta a Dalcídio Jurandir:

Não nos enriquecemos nem entraremos na Academia, mas estou certo de que morreremos depressa. Em todo o caso, continuamos a trabalhar, nem sei para quê. Estou com vários livros começados, todos ruins, é possível que não chegue a concluir nenhum, vou entregar pedaços deles nos jornais, porque enfim, preciso viver. Nestes últimos meses tenho levado uma vida muito semelhante à do meu Luís da Silva, um pouco pior do que a dele. Talvez essa medonha encrenca determine um pouco deste pessimismo. Que quer você? Não consigo separar as minhas desgraças miúdas das obras, as grandes, e o resultado é este: vingo-me na literatura, que até hoje só me tem rendido aborrecimentos, prisões, inimigos, calúnia...³⁰⁶

Mas no final dos anos 1930, um processo de aproximação entre o escritor e órgãos do Estado começou a se desenhar.³⁰⁷ Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), chefe de Gabinete do ministro Gustavo Capanema (1900-1985), foi o primeiro a oferecer emprego a Graciliano: Inspetor Federal do Ensino Secundário, no Rio de Janeiro. Era o período da implantação da reforma do antigo Científico e hoje Ensino Médio, e o Ministério da Educação e Saúde, desde final de 1937, mas, sobretudo, a partir de 1939, aplicava e atualizava algumas medidas da reforma de Francisco Campos (1891-1968), de 1931. Dentre as medidas estava a “criação de um sistema

³⁰⁵ HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005, 444; 460.

³⁰⁶ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*: uma biografia de Graciliano Ramos, op. cit., p. 171.

³⁰⁷ Começando no Ministério da Educação e Saúde (por sinal ficando neste emprego até o fim da vida), no início dos anos 1940, Graciliano exerceu dupla função no Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo: revisor e colaborador na revista *Cultura Política*. Questões desse período aparecerão em capítulos adiante neste estudo.

nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feita por uma rede de inspetores regionais.”³⁰⁸

Se o problema financeiro encontrava essa luz, as questões políticas e o exercício da escrita só se complicavam diante das novas configurações nacionais e internacionais: mais forte do que nunca, o Estado Novo exercia o duplo papel de pedagogo da nacionalização e vigilante dos extremos, tanto à esquerda quanto à direita. No cenário internacional, o Pacto de não agressão estabelecido entre a União Soviética e a Alemanha nazista (23/8/1939) confundia os que agiam e discursavam contra o Fascismo desde sua ascensão. Já no quadro de funcionários do ministério, Graciliano publicou dois textos que demarcava sua posição diante do cenário. No natal de 1939, ele publicou, na revista *O Cruzeiro*, o conto ‘As atribulações de Papai Noel’, criticando a base racional do Capitalismo, ou seja, a desigualdade social.³⁰⁹ Em maio de 1940, em plena vigência do pacto de não agressão, e quando da invasão da Holanda e da Bélgica pelas forças do “Eixo”, saiu, pela revista *Vamos Ler!*, a crônica ‘Conversa Fiada’, na qual Graciliano alerta para a postura de neutralidade diante da vaga nazifascista, indo assim contra a orientação geral da cúpula do PCB, com a qual mantinha estreito contato.³¹⁰

Dessas críticas, e do próprio *Vidas Secas*, saltam os apelos à Democracia e ao humanismo. De um modo geral, os críticos à época ressaltaram esses aspectos do livro de 1938, embora alguns tenham enxergado na obra mais a denúncia localizada – a seca no Nordeste brasileiro – enquanto outros não só procuravam ver o que havia de imensamente largo na obra, ou seja, o aspecto humanista, como ainda buscavam estabelecer identificação entre o maior estilista da Literatura nacional desde Machado de Assis e o vaqueiro Fabiano, um tipo nada grácil que reunia praticamente todos os entraves para o progresso nacional. De qualquer modo, tanto a riqueza literária da obra quanto o histórico recente do autor, bem como as condições políticas de um Estado forte explicitamente autoritário ou ainda o cenário internacional, no qual uma nova grande guerra se mostrava inevitável – inclusive prevista pelo próprio Graciliano desde 1935 – tudo isso fez de *Vidas Secas*

³⁰⁸ Para ver mais sobre a reforma no ensino secundário e a atuação de Carlos Drummond de Andrade ver em: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 204-216.

³⁰⁹ *Linhas Tortas*, p. 200-201.

³¹⁰ *Linhas Tortas*, p. 206-207.

um romance que ao mesmo tempo punha a nu seu autor e algumas das mais graves contradições brasileiras.

Quem cunhou a expressão “romance desmontável” para auxiliar na compreensão da forma do último romance de Graciliano Ramos foi o escritor, amigo e vizinho de pensão Rubem Braga:

Eu conheço o quarto onde Graciliano escreveu o romance “Vidas Secas”, e sei mais ou menos a situação em que ele escreveu. Essa situação determinou a própria estrutura do romance. Tem, portanto, a sua importância para o público.

Quem pega no romance logo repara. Cada capítulo desse pequeno livro dispõe de uma certa autonomia, e é capaz de viver por si mesmo. Pode ser lido em separado. É um conto. Esses contos se juntam e fazem um romance. Graciliano não fez assim por recreação literária. Fez por necessidade financeira. Ia escrevendo e ia vendendo o romance à prestação. Vendeu vários contos. Alguns capítulos ele fez de maneira a poder rachar no meio. Foi colocando aquilo a varejo, em nosso pobre mercado literário. Depois vendeu tudo por atacado, com nome de romance.

Quase tão pobre como o Fabiano, o autor fez assim uma nova técnica de romance no Brasil. O romance Desmontável.³¹¹

O movimento da crítica de Rubem Braga partia da grandeza literária de Graciliano à pequenez extremada de Fabiano, e dela, das condições sociais de Fabiano às dos demais fabianos do Brasil e do mundo, o que, de certa maneira, reencontrava Graciliano e as condições em que o autor se achava no processo de elaboração dos contos. O conceito de classe aparece na crônica com a função de mostrar o que o livro tem de romance social, justamente a partir da ausência do sentimento de coletividade, uma fragilidade a mais do brasileiro pobre em isolamento.

Quanto à sociedade, ela está contada dentro do próprio Fabiano. É vista, naturalmente, do ponto de vista dele. Um patrão que rouba nas contas e dá ordens berrando. E o governo, representado por um fiscal da Prefeitura, que dá multas, e por um soldado amarelo que pisa, com sua botina reúna [sic – reiuna: típica botina militar], na alpercata de Fabiano e o bota na cadeia. Um patrão, um soldado, um fiscal. E pessoas da cidade, que sabem falar coisas que ele não entende. Se Fabiano fosse um operário ou mesmo trabalhasse numa plantação de café ou de cacau, ele se sentiria numa classe, com irmãos de classe. É um vaqueiro, que trabalha sozinho, isolado.³¹²

Desse modo, essa crítica de Rubem Braga amalgama as principais questões que circularam em críticas por todo o país. No plano da Literatura, o surgimento de

³¹¹ BRAGA, Rubem. Vidas Secas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

³¹² Idem.

Vidas Secas foi “necessário para dar nova feição ao romance brasileiro”, afirmava o cearense Fran Martins.³¹³

Ainda em relação ao lugar literário da obra, Joel Silveira sintetiza o que parecia ser o temor comum a todos os que esperavam encontrar, no novo romance de Graciliano, o repisado tema da seca se tornando maior que o próprio livro. Segundo Silveira, havia mesmo esse receio de Graciliano ter-se tornado realmente velho. E assim como a maioria dos críticos à época do lançamento, Joel Silveira substituiu o temor pelo alívio e a ele agregou certa tarefa que o livro exigia. *Vidas Secas* foi, segundo o crítico sergipano, “um longo convite à análise”.³¹⁴

Seguindo o conceito de José Lins do Rego e como que contaminado por textos anteriores do próprio Graciliano, Waldemar Cavalcanti utilizou *Vidas Secas* para a demonstração de dois tipos de Literatura em disputa no país: uma para “leitores de paladar requintado”, fornecida por “escritores gordos”; e outra, a dos “escritores magros”. Nesse sentido, para Cavalcanti:

A ideia que se tem ante a saliência desse autor singular, é a de um *fakir* (sic). Em relação a muito campeão de adiposidade que anda por aí suando eloquência, Graciliano Ramos lembra um penitente, que cada dia se sacrifique mais no peso com exercícios para emagrecer.

E prosseguiu, destacando que a obra conseguia ser o seu livro ao mesmo tempo “mais cheio de vida e de amargor”.³¹⁵

Sob o pseudônimo Gildo Pastor, Astrojildo Pereira, além de tocar em todos os pontos já mostrados acima, lançou uma questão sobre o fenômeno social, político e econômico por trás da história daquela família de retirantes: “como vamos nós recebê-los?”³¹⁶

Mais clara não poderia ser a intenção daquela pergunta: como seria incorporada a massa proletária do campo, que saindo da exploração tradicional e anômala chegaria às cidades e encontraria, além de exploração similar, embora noutros termos, um jogo baseado na teoria geral da luta de classes? Essa questão seria uma das pedras de toque para o PCB, sobretudo no período da legalidade.

³¹³ MARTINS, Fran. Movimento Literário. *O Estado*, Fortaleza, 07 ago. 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

³¹⁴ SILVEIRA, Joel. ‘Vidas Secas’ – um convite à análise. *D. Casmurro*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

³¹⁵ CAVALCANTI, Waldemar. O romancista dos pobres diabos. *Gazeta do Povo*, Curitiba-PR, 27 abr. 1938. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

³¹⁶ PASTOR, Gildo. *Vidas Secas*. *Revista Acadêmica*, n. 37, jul. 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

Mas, teoricamente obra de alcance mais abrangente, mais humanista do que materialista, *Vidas Secas* lançava a questão naquele 1938, ou pelo menos permitia que nela se encontrassem meios de lançar a questão “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”.

A jornalista e escritora paraense Eneida de Moraes (1904-1971), parceira de Graciliano no Pavilhão dos Primários, segue por essa trilha. Primeiro, coloca a obediência de Fabiano numa circunstância história inteligível a partir do isolamento e não como uma condição ontológica:

Fabiano não é um fracassado. Se atende aos berros do patrão, berros sem precisão, se ouve as ‘descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço’, isso não significa que ele tenha adaptado à servidão. É ainda seu isolamento que o obriga a obedecer sem discutir. É servo e não servil.

Depois, ela coloca a temática do livro num panorama da Literatura universal, deixando ao regional a função de fornecer o chão realista para os elementos materiais do que ela chama de “romance análise”:

Vários críticos chamara a ‘Vidas Secas’ um romance sobre a seca. Não nos agrada a classificação. O livro de Graciliano (...) é um romance análise, romance vida real e, por isso mesmo, enormemente humano, emocional. Tão análise que não nos dá, em absoluto, um sentido regional.³¹⁷

Moacyr Werneck de Castro lembra a repressão como força motriz da obra, trazendo a experiência de Graciliano como termômetro tanto para a descrição dos instrumentos da repressão quanto para trabalhar na medida certa a compaixão que se sente por Fabiano e sua Família:

Uma vez ele dizia que pouco se importava que todos os sofrimentos do mundo o atingissem: o essencial era arrancar deles material para a arte. O soldado amarelo, na sua verdadeira encarnação, foi utilizado assim; e prestou sem saber um grande serviço à literatura.
(...)

Mas Graciliano não estende a mão aos fabianos, não os obriga a descobrir de repente, como por encanto, o caminho da salvação.” (...) “a função do artista não é aplinar dificuldades, mas contemplar e amar, com os meios de sua arte”.³¹⁸

Numa inflamada, extensa e até extravagante análise de *Vidas Secas*, Júlio Tavares, o então pseudônimo de Carlos Lacerda (1914-1977), elenca quinze pontos

³¹⁷ ENEIDA. *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. *Esfera* – Revista de letras, artes e ciências, ano I, n. 1, Rio de Janeiro, maio 1938, p. 27-28. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

³¹⁸ CASTRO, Moacyr Werneck. ‘Vidas Secas’. *Boletim da casa do Estudante do Brasil*, abr. 1938.. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

para entender o que chama de “romance/conto” – são as “sugestões” do título da crítica. Passando pela detecção do desafio de construir Literatura a partir de matéria tão simples, pela utilização de tão severa economia de palavras, e até por uma inusitada defesa do “patético” como o caminho mais seguro para uma verdade advinda da Arte, alguns pontos da crítica de Lacerda ajudam a entender as questões trazidas para este tópico. Primeiro, interpretação e experiência:

O interprete de seu tempo não é aquele que resume com pretensa neutralidade o conjunto das opiniões, sentimentos e modos de ser do seu tempo. É o que melhor encarna – na própria carne, entenda-se – determinados sentimentos de determinada parte da humanidade do seu tempo. Foi assim que Balzac, reacionário, se imortalizou, assim como se imortalizou o revolucionário Gorki.³¹⁹

Segundo, como isso foi possível com Graciliano, descrevendo o “roceiro”, para cuja compreensão “ainda estamos nascendo”? A resposta: o cárcere.

Certa vez, sobre “S. Bernardo”, Graciliano disse que ainda não podia representar a vida do roceiro pobre, porque “o caboclo é fechado”, se esquia à observação, se faz impermeável ao contato.

Agora ele pôde. E quanto! Ele terá compreendido, com a lição de imensa amargura, que nessa fuga, nesse esquivo espírito do roceiro, nesse indecifrável, está exatamente a decifração do seu mistério.

Embora não seja desenvolvida, aí em 1938 – o que só seria feito mais tarde, por estudiosos mais bem aparelhados e com a militância menos incisiva, portanto pouco propensos ao pateticismo – de algum modo essa excessiva aposta na captura da realidade toca no mesmo ponto em que Moacyr Werneck de Castro feriu, qual seja, a descoberta do outro, ou melhor, do caminho para chegar ao outro a partir da elaboração de situações vividas que permitam o exercício especular, tomando como comuns aos homens experiências que podem estar afastadas umas das outras pelo tempo ou pelas distâncias.

É assim que, numa espécie de reelaboração da convocatória comunista que abre o Manifesto de 1848, Lacerda defende ser o estudo de Fabiano, feito por Graciliano, uma obra pautada na verdade:

o roceiro é mais parecido com o *coolie* [trabalhador oriental pelo mundo], com o *pária* [indiano sem casta], com o homem de Tampico [américa central], do Arizona, da Terra do Fogo, do Planalto Andino [América do Sul],

³¹⁹ TAVARES, Júlio. Sugestões de Vidas Secas. *Revista Acadêmica*, n. 35, maio 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

da Colônia do Cabo [África do Sul], da Europa Central, da Ukrania, do que com o coronel seu imediatamente próximo.³²⁰

Essa crítica de Lacerda e tantas outras da época do lançamento do livro, bem como na época das suas reedições, mostram que, mais do que qualquer outra obra do escritor alagoano lançada até então, *Vidas Secas* atingiu um ponto onde sua leitura interessada teria de passar, inevitavelmente, pela questão da obra como Arte e discurso.

Dessa questão consigo ver saltar mais nitidamente outras três. Provavelmente a mais nítida e já apontada por vários críticos é que, mergulhando na paisagem regional do Nordeste, Graciliano demonstrou o caráter universal de sua literatura. “Graciliano Ramos não depende do Nordeste”, foi o que afirmou o ensaísta português Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), no final dos anos 1950. De acordo com Casais Monteiro, essa dependência não existia porque, diferentemente do escritor regionalista, que “faz da região o centro do mundo”, acentuando “a desproporção entre o pequeno e o grande mundo”, e com isso instilando “a dúvida sobre se este será importante assim”, em Graciliano, “o Nordeste não é o centro do mundo: o centro do mundo é a infinita miséria dos homens. E nós sentimos o Nordeste através desta miséria, como através da particular miséria dos seus heróis sentimos a dos homens de qualquer parte da terra.”³²¹

Outra questão importante é a que revela a responsabilidade do texto em terceira pessoa: dominante nos contos e absoluto nas crônicas do autor, estratégia narrativa do livro de 1938, existência sugerida nos capítulos de *Infância* e *Memórias do Cárcere*, fazendo de Graciliano, sempre um autor ‘de’ e ‘em si mesmo’, também uma atenciosa e honesta ponte entre os homens das letras e os grupos sociais. Ou seja, desafiando a ortodoxia – praticamente onipresente em toda sorte de discursos à esquerda³²² – Graciliano só se dispõe a estabelecer essa ponte a partir de

³²⁰ Idem. Sugestão compartilhada por Ruy Facó, para quem “os sertanejos do Sr. Graciliano Ramos fazem-nos lembrar a cada momento os *cafoni* [massa camponesa do romance social *Fontamara*, de 1933] de Silone [Ignácio Silone (1900-1988)], e estão, como aqueles, a procura do ‘que devem fazer’”. Ver em: FACÓ, Ruy. *Vidas Secas. Estado da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1938. (recorte, pasta 08, FGR/IEB/USP)

³²¹ MONTEIRO, Adolfo Casais. Graciliano sem Nordeste. *Gazeta de Alagoas*, Maceió-AL, 24 maio 1959 (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

³²² Hobsbawm (1917-2012) comenta que é “somente em um campo podemos falar de um autêntico internacionalismo descentralizado de intelectuais de esquerda. Como era de esperar, isso ocorreu no campo da literatura e das artes, que estavam ligadas à política de esquerda menos por uma reflexão teórica do que por um comprometimento emocional dos artistas e de seus admiradores pelas lutas do período.” Mais especificamente ao período que nos interessa e a questões que anda serão

situações em que haja o mínimo de intimidade, para assim poder chegar à universalidades a partir do particular. É a existência dessa ponte que faz o letrado e urbano Luís da Silva e o analfabeto camponês Fabiano remoerem consigo a mesma frase, que traz o duplo sentido de sofrimento acumulado e força ainda suficiente para seguir: “Tenho comido toicinho com mais cabelo.”³²³

A última questão, que abre espaço para o capítulo seguinte – sobre o lugar de Graciliano Ramos, na Literatura e na História da Cultura do Brasil – é sobre o legado deixado pelo escritor, sobretudo a partir de *Vidas Secas*, da possibilidade de descrever o outro social e psicologicamente. Para Luís Bueno,

Com *Vidas Secas*, Graciliano Ramos deu um xeque-mate no romance proletário, deixando a nu as suas limitações, ao mesmo tempo que o elevou a um grau de realização que jamais seria alcançado de novo. Sem deixar de ser romance engajado, o livro é a demonstração cabal de que a fatura artística pode servir para impulsionar o conteúdo político de uma obra, mas o contrário é muito difícil de acontecer. Dentro do horizonte ideológico de toda essa geração de escritores, ninguém conseguiria dar uma resposta tão completa ao problema da arte que se quer fator atuante no seu tempo. Ninguém figuraria o outro de uma forma tão complexa no plano do pensamento e ao mesmo tempo tão orgânica no plano da arte, porque ninguém fora capaz de preservar o outro como outro, com toda sua complexidade e com suas razões, e assim, nessa inteireza, interessar-se por ele. Precisáramos de uma visão sobre o homem pobre brasileiro construída noutro horizonte mental para que surgisse, com Guimarães Rosa, outra solução estética eficaz para a figuração do outro dentro da ficção brasileira.³²⁴

Graciliano abre (ou reabre) caminhos para enxergar o sujeito histórico pela lente literária. Caminhos que a Literatura no período – fosse por olhar demais para dentro ou por olhar demais para fora – não conseguia ver ou pouco via. O lugar Graciliano é esse, cuja visão não descarta nenhuma seta da rosa dos ventos.

trabalhadas em capítulos adiante, o historiador inglês ainda observa que “poucos comunistas contestaram abertamente o “realismo socialista”, que se tornou oficial na União Soviética a partir de 1934, embora seja significativo que o debate sobre o que poderia ser chamado de “modernismo” nunca tenha cessado de todo e o lado não ortodoxo jamais capitulasse realmente.” Ver mais em: HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 242-243

³²³ *Angústia*, p. 121; *Vidas Secas*, p. 125. Em *Memórias do Cárcere*, essa ponte, “lição de imensa amargura”, para usar a expressão de Julio Tavares, é sentida em sua construção quando Graciliano diz ter começado “perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar, ou tinham cessado.” *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 48.

³²⁴ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 664.

6. CAPÍTULO V: O “LUGAR” GRACILIANO

*O meu bárbaro pensamento é este:
um homem, uma mulher, dois meninos e um cachorro,
dentro de uma cozinha, podem representar muito bem a humanidade.
E ficarei nisto, enquanto não me provarem que os arranha-céus têm alma.*

Graciliano Ramos
Carta ao tradutor argentino Benjamin de Garay

Num sábado de fevereiro de 1969 – o Brasil sob a ressaca dupla do carnaval terminado há alguns dias e do Ato Institucional n. 5 em vigor há alguns meses – circulou em Belo Horizonte, no jornal *Minas Gerais*, periódico da Imprensa Oficial mineira, seu Suplemento Literário, trazendo a seguinte manchete: ‘O Graciliano que nos interessa’. Assinado pelo poeta e ensaísta Affonso Ávila (1928-2012), o artigo fazia um balanço das leituras críticas feitas sobre o autor de *Caetés*, celebrando a chegada de *Estruturas: ensaio sobre o romance de Graciliano Ramos*, do crítico mineiro Rui Mourão. Segundo Ávila, o trabalho de Mourão era um divisor de águas, distanciando-se das “fórmulas da velha crítica, de índole psicológica ou sociológica” e trazendo o que havia de mais atual, com a chamada “crítica estruturalista”.

Localizando Mourão num movimento iniciado na década de 1950, com Luiz Costa Lima, Cavalcanti Proença, os irmãos Campos e Benedito Nunes, Ávila defende que o interesse do crítico ao enfrentar “o universo ficcional de Graciliano (...), uma das personalidades mais complexas e densas de riqueza subjetiva da literatura brasileira”, era esclarecer o funcionamento do texto do escritor, “percorrendo uma direção de evolutiva criatividade, em que informação semântica e informação estética terminam por concluir numa linguagem, numa escritura, num texto de alto nível artístico que é *Vidas Secas*.”³²⁵

O Graciliano que interessava era, pois, o textual, o que vivia e respirava a partir dos aparelhos da linguagem. Graças à superação de análises biografistas e sociológicas, o texto poderia encontrar seu lugar apropriado, ou seja, ser completo em si mesmo. Com efeito, reduzir o texto de um escritor ao reflexo de sua personalidade e atitude histórico-social tira-lhe a particularidade da existência.

³²⁵ ÁVILA, Affonso. O Graciliano que nos interessa. *Suplemento Literário do Minas Gerais*, Belo Horizonte-BH, 22 fev. 1969. (recorte - FGR/IEB/USP)

Reconheceu isso até mesmo Nelson Werneck Sodré, para quem a história é fator indispensável na análise de qualquer produção cultural.

Mas, assentada ou não em abordagem fenomenológica, se a perspectiva semiótica de análise de produtos culturais compreende a autossuficiência do texto, a perspectiva histórica de análise desses mesmos produtos culturais, incluindo-se a ascensão de novas estratégias para sua análise, não. Afinal, o novo Graciliano encontrado na análise de Rui Mourão e celebrado pelo comentarista Affonso Ávila, é o que “interessa” a esses novos leitores da Literatura Brasileira. Uma pergunta que pode ser feita é: esse Graciliano era o que interessava somente ou era também o que somente poderia ser mostrado naquele contexto de vigilância aquilina às universidades e aos veículos culturais não alinhados à ditadura que então se mostrava plena?

Afeitos à contextualização – a pergunta acima é sintoma disso – os historiadores da cultura também vemo-nos em processo em desenvolvimento, trazendo para nossa tarefa as novidades que possibilitam o trânsito menos mecânico, portanto, menos hierarquizado entre contexto e texto, como a aproximação ao procedimento semiótico, no intuito de chegarmos a reentrâncias da realidade que à historiografia tradicional não interessavam.

É assim que Graciliano e seus textos, Graciliano em seus textos e os textos graciliânicos são vistos nessa perspectiva que, como está na introdução deste estudo, compreende o autor e seus feitos como componentes de um “lugar”, onde eles são ao mesmo tempo sujeito, objeto e fonte.³²⁶ E com isso, os conceitos e entendimentos que podem surgir ou servir de guias para sua análise, mesmo vindos de outros “lugares”, de certa maneira também se agregam a esse “lugar”, seja para redizê-lo ou para enfrentá-lo num movimento de desmonte ou mesmo superação, mas, de qualquer modo, contaminam-se por uma escolha cujo interesse parte da realidade, universo coletivo de todos os “lugares”.³²⁷

³²⁶ Ver na Introdução deste estudo o diálogo com Michel de Certeau.

³²⁷ Não encontro melhor exemplo para o entendimento dessa questão do “lugar” do que a discussão de Francisco Foot Hardman a respeito do Modernismo. Com a expressão intrigante “antigos modernistas”, Hardman elabora um histórico da apropriação do sentido de modernidade e moderno no Brasil a partir do “lugar” que se sagrou vitorioso como melhor e mais visível detentor dos pressupostos modernistas, ou seja, o movimento da Semana de 1922, lugar guardião do conceito de moderno, e implantação da modernidade, que só teria ocorrido a partir de 1930, devendo àquele movimento a fermentação do conceito de moderno. Detectando um “*continuum*” negado por esse “lugares” – 1922 e 1930 – Hardman põe em xeque as rupturas consagradas, dando-as lugares históricos de atuação num processo que recua até pelo menos os anos de 1870. Ver mais em:

Diante dessa questão, o “lugar” Graciliano que me interessa, desenvolvido neste capítulo, leva-me a duas tarefas a cumprir: a primeira, chegar a um “lugar” chamado Graciliano Ramos, tentando entender seus principais relevos. Segunda, entender os sentidos atribuídos a esse “lugar”, sobretudo quando parte dele não podia mais discutir o que do todo se dizia, ou seja, a partir dos anos 1950.

6.1. Ab-ismos (ou nem péssimo nem ótimo)

O título deste tópico tenta expressar a ideia de que, não obstante a defesa de suas convicções literárias e a clareza da filiação política, à exceção do Realismo Crítico, Graciliano não ficou preso em nenhum abismo conceitual ou paradigmático, mantendo-se em distância segura dos vários “ismos” com os quais teve contato íntimo: Modernismo, Realismo socialista, Queremismo, e até o próprio Socialismo, além de outros.

É verdade também que, se o escritor não foi modernista e sim pós-modernista, no enredo diacrônico de nossa História Literária, foi moderno por definição ampla do conceito.³²⁸ Verdade também que, por ser militante de partido, seguiu as orientações do PCB, e que sua visão de democracia, progresso social e combate às injustiças o colocam numa atmosfera indubitavelmente comunista, principalmente se observadas as aquisições para sua biblioteca particular desde o final dos anos 1930, com obras de Lenin, Engels, Gladkov (1883-1958) e Gorki (1868-1936),³²⁹ e se observada também sua postura diante do Fascismo e seus desdobramentos nacionais e internacionais. Mas o que Graciliano tomava como caminho certo não o tornava prisioneiro das próprias escolhas, embora a elas permanecesse fiel.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992, p. 289-305.

³²⁸ Na discussão sobre o ‘pós-modernismo’, Jameson iniciou seu estudo cultural o tema traçando uma série de contraditos entre o que seria ‘moderno’ e ‘pós-moderno’. Assim, acabou esboçando definições de modernismo que serão úteis para localizar Graciliano Ramos nesse universo nada homogêneo mas “mono direcional” do período. De acordo com Jameson, se ambos (modernismo e seu após) se interessam pelo novo e pela ruptura, “os modernos estavam interessados no que poderia acontecer depois de tais mudanças e nas suas tendências gerais: pensavam no objeto em si mesmo, substantivamente, de modo essencialista ou utópico”. E mais: “no modernismo, (...) ainda subsistem algumas zonas residuais da ‘natureza’, ou do ‘rei’, do velho, do mais velho, do arcaico; a cultura ainda pode fazer alguma coisa com tal natureza e trabalhar para reformar esse ‘referente’”. JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo* – a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática. 2007, p. 13. É nesse sentido que Graciliano é um escritor e um intelectual moderno.

³²⁹ Ver no acervo da biblioteca particular de Graciliano Ramos – Biblioteca do IEB/USP.

Um exemplo dos mais esclarecedores está no fato de até o fim da vida não ter se afastado da orientação política do PCB, ou seja, o Estalinismo, e ainda assim ter pedido ao editor José Olympio, em 1952, que a próxima reedição de suas obras tivesse o texto introdutório de Antonio Candido, um militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), nascido do enfrentamento interno das esquerdas por conta do dogmatismo dos comunistas na década de 1940. A escolha não agradou seus correligionários. Assim como não os agradou a descrição simpática do polonês e trotskista judeu Ferbus Gikovate, companheiro de Graciliano em vários momentos difíceis no cárcere.³³⁰

Como se vê, Graciliano pertencia ao restrito grupo de homens de ideia que são, ao mesmo tempo, ferrenhos defensores de uma causa e ainda assim conseguem se distanciar do sectarismo – mais um “ismo”, por sinal. Não à toa, o jornalista e escritor português Paulo de Castro, ao falar sobre *Memórias do Cárcere*, fez menção especial a Sobral Pinto (1893-1991), o advogado conservador que defendera Luís Carlos Prestes, em 1935, e ajudou a Graciliano sair da prisão. Castro fez certa comparação aproximativa entre ambos, ressaltando nas duas figuras de orientações opostas o marcante antissectarismo:

A presença de Sobral nestas Memórias e a simpatia que lhe vota Graciliano, vem, segundo creio, de uma comum perspectiva não sectária do mundo e da vida.

Porque eram homens de essências e não de fórmulas, resistiram à tentação do sectarismo, que é a mímica da fidelidade e, em última análise, nas almas superficialmente religiosas como em ateus de convicção flácida, apenas o velho receio do pecado.

O sectário é um conservador, mesmo quando serve a um partido de esquerda, pois tudo nele é resistência à criação, tendência a repetir, mera pedagogia de uma dogmática, horror a inteligência e à interpretação da realidade cambiante e mutável. Neste sentido, o sectário de esquerda contraria a raiz emocional, filosófica e política da ideia que pretende servir. Por isso nos aborrece e deprime.

No homem da direita, pelo contrário, o sectarismo é o invólucro adequado, já que os homens dessa feição espiritual admitem como princípio a estreiteza de pensamento, a imunidade, o estatismo da vida, a disciplina cega, o culto das minorias sacratizadas (sic).

³³⁰ Depoimento de Antonio Candido sobre Graciliano no evento comemorativo dos setenta e cinco anos de *Angústia*. Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p3r-dY-0Ows>>, acesso em: ago. 2013. O PSB se configurou como o contraponto mais importante ao PCB dentro das esquerdas. Com a permanência de alguns preceitos marxistas, a crítica do partido aos comunistas, bem como aos trabalhistas do PTB, pautava-se, sobretudo, no ideal socialdemocrata. Para o melhor entendimento da posição desse partido que contou com a aderência imediata de importantes nomes da intelectualidade brasileira, como Rubem Braga e Sérgio Buarque de Holanda. Ver, além do próprio manifesto do partido, o ensaio de CANDIDO, Antonio. A situação brasileira. In: *Textos de Intervenção*. São Paulo: Ed. 34; Ed. Duas Cidades, 2002, p. 337-346. Esse ensaio de Candido, também membro de primeira hora do novo partido, saiu pela Folha Socialista, nos dois primeiros números, em 27.11 e 15.12.1947.

O não sectarismo de Graciliano é lógico, o de Sobral, mais próximo teoricamente da direita e das suas fatalidades, é maravilhosamente absurdo. Há em Graciliano uma harmonia política da sua vida e da sua obra, que permaneceu para tristeza de muitos até ao momento em que os seus olhos para sempre se fecharam.

Beleza moral de Sobral Pinto está, ao contrário, na contradição entre os seus esquemas filosóficos conservadores e a sua atitude de rebeldia tensa perante a injustiça, que é, historicamente, um sinal e uma dignidade da esquerda. Daí o carácter ao mesmo tempo belo e desconcertante, admirável e paradoxal, da sua intervenção na vida pública.³³¹

Na busca por um “lugar” Graciliano, optei por três setores da vida do escritor e seu aspecto mais às vistas, ressaltando que, para além da estratégia narrativa deste tópico, não há mesmo maneira de ver esses setores em separado. Na esfera literária, resalto o Realismo; no plano político, a visão materialista da História e a filiação ao Comunismo; e no plano pessoal, o pessimismo.

No plano literário, já discutido em capítulos anteriores, sua filiação ao Realismo nada tinha de circunstancial. Mesmo suas principais obras enredadas no contexto de ápice do romance social, de base Neorrealista ou Neonaturalista, Graciliano não é um apartado nem do estilo clássico nem do uso do coloquial, facilitado pelas novidades do Modernismo dos anos 1920, por ele reconhecidas. Também lançava mão de muito do temário dos escritores da virada e início do século XX, bem como reconhecia a aproximação da Literatura com os estudos econômicos e sociológicos, para chegar a personagens pouco explorados em nossa literatura. Sua prosa pertence a uma espécie de força cultural convencida de que o uso da ficção deve ultrapassar os limites das escolas literárias e das fronteiras geográficas para alcançar o ilimitado da vida social:

Realizou-se na literatura o que indivíduos importantes não conseguiram em política: tornar independentes várias capitânias desta grande colônia. (...) Trabalharemos em qualquer parte, no Brás ou no Acre. Correremos o risco de ficar ignorantes, os homens sábios dirão que somos analfabetos. Ficaremos espantados descobrindo coisas que há cem anos eram velhas e escorregaremos no solecismo com uma constância desesperadora. Seremos ingênuos e indiscretos narrando as coisas que existem por este mundo ruim, não as que desejaríamos que existissem.³³²

O autor de romances como *Caetés* e *Angústia* – livros que, aliás, poderiam ser chamados de “irmão mais velho” e “irmão mais novo” no que tange às incursões

³³¹ CASTRO, Paulo de. Sobral Pinto e Graciliano, s/d (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP). Paulo de Castro foi colaborador assíduo de dois periódicos: *Portugal Democrático* e *Correio da Manhã*. É provável que esta matéria tenha saído num desses jornais.

³³² MANUSCRITO de Graciliano Ramos, fl. 02-03 (manuscritos, caixa 1, nota 12.6, FGR/IEB/USP)

pelo romance urbano – tornou-se um clássico da Literatura nacional mais por ser de difícil alocação, portanto dono de um estilo próprio, do que por ter sido o campeão de determinada escola literária.

Em 1981, o jornalista fluminense Moacir Werneck de Castro, a propósito do centenário da morte de Dostoiévski (1821-1881), ressuscitou a contenda entre os chamados “escritores noturnos”, achegados ao irracionalismo e à perspectiva subjetivista, e os “escritores solares”, do romance social, afeitos aos dramas coletivos e à observação da realidade social. Chamando a querela como “provinciana” e até “grotesca”, o jornalista lembra que Graciliano, no auge do chamado romance social, efetivara dialeticamente um movimento que unia o que havia de melhor nas duas perspectivas, conseguindo ser ao mesmo tempo “social” e “introspectivo”.³³³

Mas na “querela”, provinciana ou não, Graciliano ocupava posição bem definida no lado dos autores “solares”. E a discussão envolvia questões para além da escolha entre aspectos exteriores e interiores das personagens dos romances. Segundo Graciliano, não devendo ser panfletários, os escritores deveriam ter consciência de que seu produto circula e provoca algum tipo de reação – assim, de um modo ou de outro, a Literatura exerce um papel político e seus representantes ocupam posição no quadro social, estando sempre incomodando ou acomodando-se à ordem das coisas.

No fundo, era isso o que movia a discussão envolvendo o autor de *São Bernardo* e Octávio de Faria, escritor de orientação política conservadora, sobre a chamada “Literatura do Norte” e seu excesso de “testemunhos”, “todos eles se pretendendo romances, mas na maioria dos casos simples depoimentos sobre a mediocridade literária nacional.” Segundo Octávio de Faria, “confundi-se romance com testemunho, com obra educacional, com geografia, com história, com propaganda (nacional ou anti-nacional), com pornografia, com vinte outras coisas.”³³⁴

Num dos primeiros artigos após a saída da prisão, apareceria a resposta de Graciliano, contundente, ainda que tardia. A estratégia do autor de *Angústia* foi menos ater-se à geografia – preferindo não dividir o país – do que aos literatos,

³³³ CASTRO, Moacir Werneck de. Dostoiévski e o Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 fev. 1981. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

³³⁴ FARIA, Octávio. Excesso de Norte, apud BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit., p. 402.

dividindo-os não entre os que faziam e os que não faziam Literatura, mas pelo que os dois principais tipos de escritores trazem em suas obras:

Realmente a geografia não tem nada com isso. Não podemos traçar no mapa uma linha divisória dos campos onde os cordões cantam e dançam [referência às pastorinhas do Natal, que formam o cordão azul e o cordão vermelho].

O que há é que algumas pessoas gostam de escrever sobre coisas que existem na realidade, outras preferem tratar de fatos existentes na imaginação. Esses fatos e essas coisas viram mercadorias. O crítico, munido de balanças e outros instrumentos adequados, pode medi-las, pesá-las, decidir sobre a mão de obra e a qualidade da matéria-prima, até certo ponto aumentar ou reduzir a procura, mas quem julga definitivamente é o freguês, que compra e paga.³³⁵ (comentário meu)

A partir daí, o artigo parte para a definição dessa arte dos escritores nordestinos; para a defesa de uma Literatura amiga da vida, mesmo que ela seja desagradável e a arte advinda dessa amizade seja igualmente desagradável; parte também para o ataque aos literatos afastados da realidade, insinuando postura elitista, mais condizente com o tipo de produto que lançam à sociedade:

Ora, nestes últimos tempos surgiram referências pouco lisonjeiras às vitrinas onde os autores nordestinos arrumaram facas de ponta, chapéus de couro, cenas espalhafatosas, religião negra, o cangaço e o eito, coisas que existem realmente e são recebidas com satisfação pelas criaturas vivas.

As mortas, espalhadas em bibliotecas, naturalmente se aborrecem disso, detestam o sr. Lins do Rego, que descobriu muitas verdades há séculos, escondidas no fundo dos canaviais, o sr. Jorge Amado, responsável por aqueles horrores da Ladeira do Pelourinho, a sra. Raquel de Queirós mulher que se tornou depois do “João Miguel”.

Os inimigos da vida torcem o nariz e fecham os olhos diante da narrativa crua, da expressão áspera. Querem que se fabrique nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende. Põem essas almas longe da terra, soltas no espaço. Um espiritismo literário excelente como tapeação. Não admitem as dores ordinárias, que sentimos por as encontrarmos em toda a parte, em nós e fora de nós. A miséria é incômoda. Não toquemos em monturos.

(...) São delicados, são refinados, os seus nervos sensíveis em demasia não toleram a imagem da fome e o palavirão obscuro. Façamos frases doces. Ou arranjemos torturas interiores, sem causa. É bom não contar que a moenda da usina triturou o rapaz, o tubarão comeu o barqueiro e um sujeito meteu a faca até o cabo na barriga do outro. Isso é desagradável. É mesmo. É desagradável, mas é verdade. (...) E a literatura se purificará, tornar-se-á inofensiva e cor-de-rosa, não provocará o mau humor de ninguém, não perturbará a digestão dos que podem comer. Amem.³³⁶

³³⁵ *Linhas Tortas*, p. 135.

³³⁶ *Linhas Tortas*, p. 135-136.

Vários textos do período tocaram na mesma questão, compartilhando em menor ou maior intensidade a defesa de um tipo de Literatura que por estar em profunda associação com os aspectos visíveis da realidade corriam o risco, não obstante sua qualidade literária, de ser considerada inferior. Foi assim Graciliano na crítica de maio de 1937 a *Caminho de Pedras*, de Rachel de Queiroz:

Não sei como irão receber esse livro os figurões gordos que em 30 faziam salamaleques à autora. Por alguns sinais vejo que não estão satisfeitos. E com razão: Caminho de pedras é uma história de gente magra, uma história onde há fome, trabalho excessivo, perseguições, cadeia, injustiças de toda a espécie, coisas que os cidadãos bem instalados na vida não toleram. Há ali tristeza demais, rostos amarelos, desânimos, incompreensões, desavenças.³³⁷

Sobre a necessidade de elementos materiais para as personagens dos romances nacionais, escreveu ele em abril do mesmo ano:

Como quer que seja, vemos aqui nos livros uma pequena humanidade incompleta, humanidade que às vezes sente e pensa, mas é absolutamente desprovida das necessidades essenciais. Com certeza os nossos autores dirão que não desejam ser fotógrafos, não tem o intuito de reproduzir com fidelidade o que se passa na vida. Mas então por que põem nomes de gente nas suas ideias, por que as vestem, fazem que elas andem e falem, tenham alegrias e dores?

Pode efetivamente haver grandeza nesses monstros, mais é inegável que são monstros. Abandonando os fatos objetivos, investigando exclusivamente o interior dos seus tipos, alguns escritores geraram uma fauna de seres estranhos em que há pouco de homens, muito de espíritos e demônios.³³⁸

Mesmo numa crítica a *Descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro (1897-1983), a questão fora posta, desta vez atentando-se à discussão de o filme – excelente, na opinião do escritor – ter perdido a oportunidade de discutir um tema consagrado da História nacional numa perspectiva realista, condizente com os resultados conhecidos da empresa exploradora lusitana:

Os estrangeiros se extasiavam na presença dos hóspedes beijudos e pintados que jogam fora a comida e cospem a bebida. São uns santos portugueses, têm uma expressão de beatitude que destoa das façanhas que andaram praticando em Terras de África e de Ásia e por fim neste hemisfério. É o próprio almirante que põem cobertores em cima dos selvagens e lhes arruma travesseiros com uma solicitude, uma delicadeza de mãe carinhosa. Os visitantes praticam numerosos disparates – e os brancos não desmancham um sorriso de condescendência babosa.

(...)

³³⁷ *Linhas Tortas*, p. 137.

³³⁸ *Linhas Tortas*, p. 256.

Mas a intenção dos criadores da melhor película brasileira não foi denegrir o invasor: foi melhorá-lo, emprestar-lhe qualidades que ele não tinha. Se nos mostrassem apenas ofertas de cascavéis e voltas de contas, muito bem. Mas vemos um sorriso beato nos lábios daqueles terríveis aventureiros, vemos o comandante da expedição, com desvelo excessivo, lançar cobertas sobre os tupinambás e retirar-se nas pontas dos pés, para não acordá-los. Como não é possível admitir que o almirante pretendesse iludir criaturas adormecidas, é razoável supormos que ele tinha um coração de ouro.

(...)

E lamentamos que nesse trabalho de Mauro, trabalho realizado com tanto saber, se dê ao público retratos desfigurados dos exploradores que aqui vieram escravizar e assassinar o indígena.³³⁹

Os exemplos são muitos e, na verdade, perduraram até as últimas linhas escritas por Graciliano. Mas o que diferenciava o escritor de um mero defensor ferrenho da escrita realista? O que o distanciava de um simples militante de esquerda que tinha na Literatura a única forma de “gritar” palavras de ordem travestidas de Arte?

Duas análises ajudam a compreender o Realismo de Graciliano. A primeira, de um historiador, voltando-se quase exclusivamente para a qualidade do texto, ainda traz a querela realidade exterior *versus* realidade interior:

A corrente dominadora nos anos que procederam imediatamente, e sobretudo no decênio que sucedeu à revolução de 30, ajustava-se bem aos nossos gostos tradicionais de gente naturalmente extrovertida, que se detém com frequência nos aspectos mais ostensivos da realidade exterior. No caso, podia deter-se não só nos mais ostensivos como até nos mais gritantemente coloridos, e foi esta, sem dúvida, uma das razões para a acolhida amplamente favorável que a novela regionalista obteve de parte de nosso público leitor.

Em contraste com esta o romance de vida interior dispôs sempre de raros cultores e apreciadores. Quase se pode dizer que nossa própria linguagem ainda não está muito habituada a exprimir a personalidade humana em seus refolhos mais íntimos e refratários à luz solar, pelo menos a exprimi-la de modo interessante e perfeitamente conveniente.

É certo que Machado de Assis, entre as gerações precedentes, pôde descobrir alguns recursos aparentemente aptos para a abordagem dessa realidade tão recalcitrante à nossa imaginação. E nos dias atuais é provavelmente o sr. Graciliano Ramos, melhor do que ninguém, quem domina um arsenal próprio às vezes singularmente eficaz para a aventura interior.

Com todas as reservas que pode surgir imagem tão grosseiramente mecânica, eu diria que em uma ou outra dessas duas correntes – a que se insere na “*linha*” machadiana e a mais recente, que procede largamente do autor de *São Bernardo* e de *Angústia* – distribuem-se os romancistas que, entre nós, embarcaram na mesma aventura.³⁴⁰

³³⁹ *Linhas Tortas*, p. 143-144.

³⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária – 1948-1959*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 317-318.

Na disputa entre ‘escritores do externo’ e ‘escritores do interno’, o olhar mais ou menos afastado de Sérgio Buarque de Holanda aponta Graciliano – não obstante reconhecê-lo como pertencente à geração que deu nova feição regionalista à Literatura brasileira – como o mais capacitado dos escritores de então a se aventurar pelas trilhas psicológicas dos personagens.

A segunda análise, de um crítico literário, volta-se quase exclusivamente para os “requisitos da produção literária” no contexto dos anos 1930 e o papel do Realismo como postura política dos literatos, sendo muitas vezes mais valorizado pela crítica do período o “temário” do autor do que mesmo sua riqueza artística. A partir de um plano traçado por Abguar Bastos para o romance *Safra*, de 1937, Candido discute o raro alcance do equilíbrio entre “intenção social” e “aparência artística”:

Estas considerações mostram consciência clara do problema essencial na elaboração literária; mas comparadas com a realização, em seu autor e muitos outros, ficam mais com alegação ritual; e os “planos” (isto é, os intuitos, as convicções) acabam absorvendo o resto, como uma “tese” a ser “ilustrada” pela ficção. Poucos, naquele período, tiveram a capacidade de corresponder ao programa traçado por Abguar Bastos: Graciliano Ramos, Dionélio Machado, alguns mais. E pouquíssimos puderam unir a formulação crítica adequada à realização correta, como se observa num veterano do decênio precedente, Mario de Andrade.

(...)

E talvez um artista de grande nível, como Graciliano Ramos, tenha sido mais valorizado pelo temário, considerado inconformista e contundente, do que pela rara qualidade da fatura, que lhe permitiu fazer obras realmente válidas.³⁴¹

Tanto à época da crítica de Antonio Candido quanto à de Sérgio Buarque de Holanda (esta última contemporânea à fatura de *Viagem*, último livro concluído por Graciliano), a experiência do Realismo Socialista no Brasil, com suas polêmicas e resultados de qualidade artística inferior já era conhecida.³⁴² O Realismo Socialista, observou Candido, foi uma das “consequências formais de ‘consciência social’ dos escritores e artistas”. Após tornar-se “compulsória” a partir do Congresso de Karkov, em 1934, a cartilha de Zhdanov (1896-1948) serviu de orientação para os que estavam formalmente afiliados ao PCB, bem como para os que possuíam a

³⁴¹ CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009, p. 38-40.

³⁴² Num rápido balanço da arte produzida pela escola do Realismo Socialista, Hobsbawm aponta o campo das artes plásticas como o mais prejudicado, seguido pela Literatura, com resultados medíocres e a fotografia e cinema como os que verdadeiramente conseguiram ser ao mesmo tempo propaganda ideológica explícita e arte de valor significativo. HOBBSAWM, Eric. J. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013, p. 276.

‘consciência social’ reivindicada pelos defensores do Realismo. Graciliano esteve duplamente inserido nos campos de ação da orientação soviética da Arte revolucionária, primeiro como apoio adjacente, depois, a partir de 1945, como membro oficial do PCB.

No entanto, diante da orientação artístico-panfletária do Realismo Socialista, Graciliano nada cedeu de sua Arte, a não ser o tempo gasto efetivando tarefas a ele atribuídas. Trabalhou para o partido produzindo textos com as mesmas nuances de ironia, amargor e crítica, usadas na composição dos artigos para a revista *Cultura Política*; tanto que, em periódicos do partido, chegou a usar os mesmos textos numa sessão com o mesmo nome da que colaborara no período de contratação pelo DIP.³⁴³

Graciliano possuía visão bastante equilibrada do que significava o romance social. Primeiro, sabia exatamente sua relação com o contexto pós-revolução de 1930, vendo-o no meio de um movimento plural de interesse pelos temas nacionais;³⁴⁴ segundo, entendia que a eficácia dessa literatura se encontrava no reconhecimento de pertença a um universo intelectual em expansão, no qual coexistiam e se nutriam reciprocamente Literatura, Sociologia, História e Economia;³⁴⁵ terceiro, essa eficácia só poderia existir se tanto a relação com os temas centrais da situação brasileira quanto o reconhecimento de pertença ao universo intelectual desnudador e/ou propositivo estivessem insertos na prática mesma de escritor, calçada na criação artística e exercício formal. Esse terceiro ponto leva a um quarto, talvez o mais importante: o necessário distanciamento honesto.

A recusa em abraçar o “herói positivo” não estava, muito provavelmente, no entendimento que tinha das possibilidades revolucionárias das camadas populares, às vezes vistas com profunda cautela, mas no improvável sucesso de a Literatura de qualidade ser um eficiente instrumento pedagógico revolucionário e, ainda assim, permanecer Arte. Para obter algum resultado na penetração do espírito do cidadão, a Arte não podia passar-se por construtora de um modelo a seguir. Somente como Literatura, a escrita literária poderia sair de um círculo restrito, pois não estaria se passando por manual ou panfleto, produtos que já circulavam com esses nomes e

³⁴³ Ver mais em: SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*, op. cit., p. 44-48.

³⁴⁴ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, op. cit. p. 206

³⁴⁵ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 377-380; 447-449.

com formato apropriado. Em mais de um artigo ou crítica, Graciliano comentou esse papel da Literatura, ratificou a honestidade como movente do narrador. Mas talvez seja numa passagem de *Angústia*, o mais hermético dos textos do escritor, que essa expressão honesta aparece:

Ainda não disse que moro na Rua do Macena, perto da usina elétrica. (...) Tenho vivido em numerosos chiqueiros. Provavelmente esses imóveis influíram no meu caráter, mas sou incapaz de recordar-me das divisões de qualquer deles. Não esperem a descrição destas paredes velhas que dr. Gouveia me aluga, sem remorso, por cento e vinte mil-réis mensais, fora a pena de água.

Afinal, para a minha história, o quintal vale mais que a casa. (...)

(...)

O meu horizonte ali era o quintal da casa à direita: as roseiras, o monte de lixo, o mamoeiro. Tudo feio, pobre, sujo. (...) Talvez o mamoeiro, as roseiras, o monte de lixo me passassem despercebidos, e se os menciono, é que, escrevendo estas notas, revejo-os daqui.³⁴⁶

Através de Luís da Silva, Graciliano dá pistas do trabalho do escritor, suas escolhas, o campo de visão influenciando na composição dos cenários, as condições materiais de trabalho, o fazedor de ficções como um cidadão, desdobrando-se em outras atividades e usando a pena para expressar seus sentimentos e visão de mundo. Aproxima a vida ‘no’ texto da vida ‘do’ texto, existindo porque vários fatores concorreram para isso, e a vida ‘fora do’ texto, aquela onde o leitor respira, decidindo se continua ou não a leitura, se comenta a obra com alguém, se estabelece, por conta própria e risco, relações com aqueles personagens, fazendo coisas que ocorreram na “rua do Macena, perto da usina elétrica”.

Não foi por outro motivo que Graciliano se considerou um sapateiro da Literatura, comparando o produto que fabrica ao dos sapateiros, desejando que “o fabricante deles seja honesto, não tenha metido pedaços de papelão nos tacões,” e esperando “também que os meus fregueses fiquem satisfeitos com a mercadoria que lhes ofereço, aceitem as minhas ideias ou pelo menos, em falta disso, alguns adjetivos que enfeitam o produto.” E mais, para fazer os sapatos-textos, usa-se de ferramentas como papel e caneta, assim como para fazer sapatos se manejam sovelas e pequenas facas, mas “as sovelas furam e a faca pequena corta. São armas insignificantes, mas são armas.”³⁴⁷

³⁴⁶ *Angústia*, p. 51.

³⁴⁷ *Linhas Tortas*, p. 188.

No plano do pensamento e ação políticas, Graciliano é facilmente alocado no Comunismo. Fez parte de célula do partido, subiu em palanques, proferiu discursos, saiu em defesa do partido após cada ataque sofrido pelos correligionários do PSB, concorreu a uma vaga de Deputado Federal nas eleições de dezembro de 1945, anunciou crer que os ideais do partido eram o caminho correto para dar nova feição ao Brasil.

Quando levados em conta o período de aproximação efetiva com PCB e o logo anterior a ele, o da colaboração no DIP, duas hipóteses logo aparecem, alimentadas pelo fato de Graciliano não ter mais feito romances. Sobre o primeiro período, creio que já foi satisfatoriamente discutido no capítulo anterior a este a questão da precariedade econômica do autor após a prisão.

É no segundo período que talvez esteja um dos motivos mais evidentes e facilmente aceitos para o fato de o autor de *Vidas Secas* não ter voltado a fazer romances, dedicando-se mais às tarefas do partido. Realmente, Graciliano chegou a reclamar por escrito ao Comitê Central do PCB a falta de tempo para desenvolver tarefas mais condizentes com o ofício de escritor.³⁴⁸ Mas num cálculo rápido sobre suas obras avulsas, um total de mais ou menos 220 textos,³⁴⁹ cerca de 20% são desde o começo da carreira até 1937, quando sai da prisão; 60% foram produzidos entre 1937 e 1945, ano da filiação ao PCB e do lançamento de *Infância*; e apenas 20% são de 1945 em diante, enquanto escreve o *Memórias do Cárcere* e *Viagem*. Ou seja, a questão econômica não é apenas um fator exigido pelo escritor para dar mais fundo realista às obras literárias.

Nessa análise, esses aspectos devem ser levados em conta para que a interpretação do país enxergada em seus textos não esteja viva apenas no plano das ideias, as quais pedem, por serem presença nos textos, o reconhecimento da sua relação com a realidade imediata e, portanto, que se tenha o cuidado de interpretação encontrada, exposta e defendida, não retornando e sendo encastelada no plano das ideias. Chega-se a isso tomando a Literatura produzida como ação, o texto em relação mutua com o mundo material. Eis o Materialismo de Graciliano Ramos.

³⁴⁸ Garranchos, p. 277-282.

³⁴⁹ Ver levantamento dos textos avulsos em: SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha*: Graciliano Ramos e a *Revista Cultura Política*, op. cit.

Em dois textos do autor, fica bastante clara e datada sua posição diante do econômico, da materialidade do mundo e sua relação com a Literatura realista. Publicado em 1937, no *Observador Econômico e Financeiro*, o artigo 'O Fator Econômico no Romance Brasileiro' expõe a preocupação com o tratamento da realidade econômica e política aparecer sem uma base econômica:

Faltava-nos naquele tempo, e ainda hoje nos falta, a observação cuidadosa dos fatos que devem contribuir para a formação da obra de arte. Numa coisa complexa como o romance o desconhecimento desses fatos acaba prejudicando os caracteres e tornando a narrativa inverossímil.

Parece-nos que romancistas mais ou menos reputados julgaram certos estudos indignos de atenção e imaginaram poder livrar-se deles. Assim, abandonaram a outras profissões tudo quanto se refere à economia. Em sequência disso, fizeram uma construção de cima para baixo, ocuparam-se de questões sociais e questões políticas, sem notar que eles dependiam de outras mais profundas, que não podiam deixar de ser examinadas.

Talvez os amadores que falam tanto em Balzac e fingem imitá-lo não hajam percebido que este escritor em um só livro estuda a fabricação do papel, a imprensa de Paris, casas editoras, teatros, restaurantes, oficinas de impressão, etc. levantada essa base econômica, é que principia a mover-se a sociedade balzaquiana, políticos, nobres, jornalistas, militares, negociantes, prostitutas e ladrões, tipos vivos que ainda nos enchem de admiração. Mesmo as figuras exageradas, que resvalam para o folhetim, familiarizavam-se com as outras: o jogo, a finança, a indústria, o comércio, aquele mundo de negócios, tudo as conduz para a realidade, quase para a atualidade, apesar de se terem afastado muito de nós, de se haverem iluminado com velas de cera e viajado em diligências.

Os romancistas brasileiros, ocupados com a política, de ordinário esquecem a produção, desdenham o número, são inimigos de estatísticas.

(...)

Para sermos completamente humanos, necessitamos estudar as coisas nacionais, estudá-las de baixo para cima. Não podemos tratar convenientemente das relações sócias e políticas, se esquecemos a estrutura econômica da região que desejamos apresentar em livro.³⁵⁰

O viés marxista num texto como *O Fator Econômico* é evidente. Nele, a preocupação com o entendimento das relações sociais e políticas no âmbito nacional exige dos escritores o conhecimento e entendimento da formação das nossas condições materiais, da nossa especificidade como nação e do nosso papel no mundo movido pelo capital.³⁵¹ Mas em momento algum Graciliano deixa de falar em produção literária. Não escreveu teorias, ensaios ou mesmo estudou fora do que

³⁵⁰ *Linhas Tortas*, p. 253-259.

³⁵¹ Como observou Joao Almino, "trata-se de um realismo que não transige com a realidade, não para nas superfícies nem se limita aos ritmos monótonos da vida cotidiana. Penetra nos subterrâneos da alma a nas mais baixas condições materiais e espirituais dos personagens, invadindo seus segredos e desvendando sua condição desumana". ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a grande transação*. São Paulo: SECAC, 2000. p. 63.

pode ser Literatura direta ou comentário sobre ela. Por outro lado, não descolou a Arte de escrever do intercurso com a vida real.

No segundo texto, a carta a Haroldo Bruno já citada neste trabalho, reforça a proposição base/superestrutura, agora numa alusão explícita ao subjetivismo:

... no começo apenas desejei mostrar uma cidadezinha do interior – fuxicos, preguiça, conversas à porta da farmácia. Até por volta de 1930 surgiram ataques à novela de costumes, ao estudo social, ao documento, e elogios imoderados ao romance intempestivo. Sem dúvida pretendiam anular o fator econômico – e em consequência apresentavam-nos fantasmas. Ora, essas divagações arbitrárias não me despertavam interesse. Achei que só realizaríamos interpretação direta examinando a coisa externa, pois o meio do subjetivo não exclui o objetivo: baseia-se nele. Quem fugia à observação tinha evidentemente um fim político, mas as mofinas contra as reportagens eram de fato razoáveis. Conseguiríamos, evitando a parolagem chinfrim dos comícios, ferir os nossos inimigos com as suas próprias armas. Usaríamos até a linguagem correta, instrumento que eles de ordinário não utilizavam. A sintaxe é também arena, não lhe parece? É meio de opressão, assim, pensando, fiz os meus últimos livros.³⁵²

A relação estabelecida é bastante mecânica. Datada, portanto. Está, inclusive, em perfeito consórcio com a publicação que saiu no mesmo ano, a crônica ‘Os Donos da Literatura’, na qual ele propõe, ironicamente, que os dois grupos de literários, o de homens gordos e bem vestidos e o de magros e maltrapilhos, façam uma espécie de acordo empregatício:

Por que é que essas duas instituições, que não têm parentesco e usam o mesmo nome, não entram na combinação?

Já que a primeira, constituída pelos patrões, é bem alimentada e não produz, e a segunda, a da gentinha, trabalha com a barriga colada no espinhaço, podiam entender-se. A primeira daria um salário (ou ordenado, que é o nome decente) à segunda, e esta faria livros que, com alguns concertos na ortografia e na sintaxe, poderiam ser assinados por ministro, conselheiro, desembargador e outros letrados desse gênero.³⁵³

Mas os pontos levantados por Graciliano, partindo do plano da Literatura e muito provavelmente sem maiores pretensões de se tornarem paradigmas, constituem, creio, uma das encruzilhadas da relação Marxismo e cultura, tanto no que diz respeito à atuação quanto no que diz respeito à representação, em última instância, ela também ação.

À luz de Marx e de Engels d’A *Ideologia Alemã*, Alfredo Bosi colocou a questão nos seguintes termos: “as práticas, tomando-se a palavra no seu sentido

³⁵² Carta a Haroldo Bruno, Rio de Janeiro, 01 set. 1946. (Correspondência ativa, microfilme M-103, caixa 01, FGR/IEB/USP)

³⁵³ *Linhas Tortas*, p. 101.

mais lato, são o fermento das ideias na medida em estas visam a racionalizar aspirações difusas nos seus produtores e veiculadores”. Em outras palavras, há sempre “uma relação íntima” entre “as representações de uma sociedade” e sua “realidade efetiva”.³⁵⁴

Mais recentemente, à luz da ‘Tese n. 4 Sobre o Conceito de História’, de Walter Benjamin (1892-1940), Terry Eagleton reforça a ideia de que o pensamento, e tudo o que advém dele como produção intelectual, é também do mundo material. De acordo como o crítico inglês:

para os humanos, pensar é uma necessidade material, como acontece de forma mais rudimentar com os esquilos e os porcos-espinhos. Precisamos pensar em virtude do tipo de animais materiais que somos. Processos cognitivos para Marx andam de mãos dadas com o trabalho, a indústria e a experimentação. “A produção de ideias, concepções, consciência”, escreve ele em *A ideologia alemã*, “é de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercurso material dos homens, a linguagem da vida real”.

E citando Benjamin: “é uma batalha pelas coisas toscas e materiais sem as quais nada que fosse refinado e espiritual poderia existir”.³⁵⁵

Muito provavelmente foi Raymond Williams quem, após Benjamin, levou mais a fundo a discussão sobre a coexistência do “refinado” da Arte com o campo de “batalha pelas coisas toscas”. *Marxismo e Literatura*, já presente neste estudo, é fruto de elaborações sobre a proposição base/superestrutura desenvolvidas por Williams desde início da década de 1970 a partir do conceito de “hegemonia”, de Antonio Gramsci. Tentando operar com a proposição saturada de mecanicismo, Williams aponta como saída, que aparece logo como prática em *O campo e a Cidade* e depois se configura em aporte teórico para estudos culturais em *Marxismo e Literatura*, a importância de levar em consideração as “questões históricas” ao invés das “questões de época”, o que permite perceber o funcionamento e as relações das formas alternativas de cultura que sempre escapam ao exercício da base dominante e sua forma de cultura correspondente.³⁵⁶

Bosi, Eagleton e Williams atualizaram e trabalharam o que Marx apontou, mais não chegou a desenvolver, o que Benjamin reelaborou e Gramsci expandiu. O

³⁵⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 194.

³⁵⁵ EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 121-123.

³⁵⁶ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 42-68.

que, de certo modo, aproxima-se do que Graciliano observou e defendeu ao dizer que “a sintaxe é também arena”.

Indicações da posição política do escritor, sempre à esquerda, podem ser encontradas em vários de seus textos, senão em todos. Escolhi uma que pode parecer inusitada:

Alexandre, como já vimos, tinha um olho torto. Enquanto ele falava, cuspiendo a gente, o olho certo espiava as pessoas, mas o olho torto ficava longe, procurando outras pessoas para escutar as histórias que ele contava. A princípio esse olho torto lhe causava muito desgosto e não gostavam que falassem nele. Mas com o tempo se acostumou e descobriu enxergava melhor por ele que pelo outro, que era direito.³⁵⁷

Esse olho de Alexandre, torto e do lado esquerdo, enxergava mais longe, enxergava melhor, permitia ver a conjuntura e não somente o evento, e ainda fornecia informações úteis na batalha da sintaxe.

Batalha que Graciliano nunca considerou a vitória. Seu grau de militância não o permitiria escrever um *Cavaleiro da Esperança*. E cartas como a que escreveu a Portinari, com ambos já filiados ao PCB, se indicam que o escritor vê o compromisso da Arte em desnudar um mundo de exploração e miséria, também dão forte embasamento à classificação de pessimista geralmente atribuída ao escritor de São Bernardo.

Caríssimo Portinari:

Dizem que somos pessimistas e exibimos deformações; contudo as deformações e a miséria existem fora da arte e são cultivadas pelos que nos censuram.

O que às vezes pergunto a mim mesmo, com angústia, Portinari, é isto: se elas desaparecessem, poderíamos continuar a trabalhar? Desejamos realmente que elas desapareçam ou seremos também uns exploradores, tão perversos como os outros, quando expomos desgraças?

Dos quadros que você mostrou quando almocei no Cosme Velho pela última vez, o que mais me comoveu foi aquela mãe a segurar a criança morta. Saí de sua casa com um pensamento horrível: numa sociedade sem classes e sem miséria seria possível fazer-se aquilo? Numa vida tranquila e feliz que espécie de arte surgiria? Chego a pensar que faríamos cromos, anjinhos cor-de-rosa, e isto me horroriza.

Felizmente a dor existirá sempre, a nossa velha amiga, nada a suprimirá. E seríamos ingratos se desejássemos a supressão dela, não lhe parece? Veja como os nossos ricos em geral são burros.

Julgo naturalmente que seria bom enforcá-los, mas se isto nos trouxesse tranquilidade e felicidade, eu ficaria bem desgostoso, porque não nascemos para tal sensaboria. O meu desejo é que, eliminados os ricos de

³⁵⁷ RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 10.

qualquer modo e os sofrimentos causados por eles, venham novos sofrimentos, pois sem isto não temos arte.³⁵⁸

No plano pessoal, o pessimismo de Graciliano, com várias histórias que o transportam para o campo da acidez divertida, é mesmo uma marca a se considerar. Pois é levando-o em conta como parte do estilo, e não mera retórica da amargura, que se pode entender sua posição de síntese do contato entre o plano literário realista e o plano político-conceitual materialista. Mais de um crítico chamou a atenção para a característica “desconfiança” do autor de *Vidas Secas*. É provável que a base de seu pessimismo esteja no fato de desconfiar das coisas como dadas. Graciliano foi um ateu leitor da Bíblia, tinha amigos padres; foi o sertanejo que cantou seu torrão desencantando-o, mesmo quando estava nele; foi o homem que acreditou nada estar bem, e ainda assim seguiu, mantendo-se quase sempre o mesmo; foi alguém que confessou não saber fazer outra coisa a não ser escrever, e ainda assim, desdenhava constantemente a própria escrita, ao mesmo tempo que se julgava suficientemente capaz de defendê-la como linha correta na evolução literária do país, como o fez várias vezes; foi o escritor que deixou seus personagens à própria sorte, porque o futuro nunca está mesmo dado. Seu ideal não era realizável, pois muito provavelmente jamais operou sua Literatura com algum ideal lá adiante, aceitando apenas o real que se lhe desenhava no presente. Foi um observador. E como o historiador de hoje que não pode impedir a Revolução Francesa de acontecer em 1789, desresponsabilizou-se da tarefa de enxergar o amanhã, ainda sem luz, ainda germe.

Num estudo do sentido, ou do estilo, da Literatura graciliânica, Carpeaux elencou alguns elementos que compõem a estrutura de sua “maestria singular”. A monstruosidade de seus protagonistas, ora autodestrutiva ora repugnante ou simplesmente digna de compaixão: “todas as personagens de Graciliano Ramos são tais monstros, revoltados, caçados, nostálgicos na morte, com os quais o Demiurgo, o ‘presidente dos imortais’, brinca.” O pessimismo, que provoca aversão de muitos “leitores e críticos”: “O pessimismo não é uma moral nem uma filosofia. É um estado de alma. É preciso esboçar uma psicologia do pessimismo.” A ironia, “arma suprema”, que diante da necessidade, por vezes forçada, de a Literatura mostrar-se

³⁵⁸ RAMOS, Graciliano. Carta a Portinari – 18 fev. 1946. Documento digitalizado disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/1946/02/carta-de-graciliano-ramos-a-portinari/>> - acesso em: 22 maio 2013.

apta a empunhar a bandeira da revolução, possivelmente crença ideológica do autor, impede-lhe, contudo, a construção ingênua do tipo revolucionário: “Conheço bem ou bastante as suas convicções, para ficar convencido, da minha parte, que representam apenas a superfície do seu pensamento. Não são transformáveis em arte; e isto é significativo.” Como último elemento, Carpeaux aponta a combinação da necessária abordagem do real numa perspectiva de enfrentamento destruidora, que ele prefere chamar de “extremo egoísmo do sonho”, mas que pode também ser chamado de descompasso entre o eu desviante e seu entorno construtivo. Passagens de *Angústia* e *São Bernardo* são constantemente trazidas pelo crítico para embasar suas observações. Tanto no último livro, com Paulo Honório e sua “cobiça de propriedade”, de terra e de mulher; quanto naquele, com Luís da Silva, aparentemente um extremo oposto, para quem propriedade e dinheiro ensejam violência, o ciúme funciona como “forma extrema desta cobiça” que, no fundo, pede a destruição do mundo ou a própria, já que há uma plena consciência do que teria levado os dois criminosos a serem o que se tornaram ou o que sempre foram.³⁵⁹ Este descompasso acentuado pelo desejo está sintetizado na lúcida passagem de *Angústia*: “Quando a realidade me entra pelos olhos, o meu pequeno mundo desaba.”³⁶⁰

Tomando-se exclusivamente o elemento “pessimismo”, se é correto não ceder à tentação de seguir por essa senda aparentemente mais segura, pois razoavelmente pavimentada e devidamente iluminada, sossega os olhos nas horas escuras e evitando escorregos em demasia, é igualmente correto saber que para entender o “lugar” Graciliano não se pode dispensar o traço marcante de uma escrita que, ao afirmar, utiliza-se mais ainda da negação; que, a sugerir, prefere interrogar, comprazendo-se, mesmo quando a situação não o pede, em demonstrar o esforço exaustivo de manter-se sóbrio. Exemplos dessa atitude não faltam, e muitos já estão presentes nas páginas anteriores deste estudo. Mas talvez um pouco frequentador das críticas e análises dos textos do escritor alagoano sintetize essa atitude, ajudando a compreender mais que uma postura pessimista, uma atitude equilibrada diante do perigo que é o movimento da História. Na manhã em que saiu da Colônia de Dois Rios para voltar à Casa de Correção, registrou:

³⁵⁹ CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: SCHMIDT, Augusto F. et alii. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943, p.55-73.

³⁶⁰ *Angústia*, p. 89.

No pátio branco, as árvores enfileiradas, marciais, despojavam-se das folhas amarelas, que voavam lentas na aragem branda. Havia no céu um desperdício de tintas. O negrume ferruginoso dos montes próximos ganhava tons dourados. E a distância, verdes e finas, as piteiras imergiam num banho luminoso. Seriam talvez seis horas.³⁶¹

O amanhecer de um dia, creio, foi poucas vezes descrito com tanta beleza e com tanta falta de alinhamento ao que aquela manhã significava, afinal era a saída do inferno. Mas ao mesmo tempo em que se leva em conta que o narrador é sabedor de tudo o que veio depois e o personagem da narrativa não, percebe-se que Graciliano não descartou nem a perspectiva de quem soube quanto tempo ainda ficou preso e as dificuldades que passou após liberto, nem as dúvidas de quem, embora aliviado por sair da Ilha Grande, não sabia quanto tempo duraria no outro cárcere, tão debilitado que estava. A beleza do dia amanhecendo não foi negada, mas havia “no céu um desperdício de tintas”.

Mas uma vez a necessidade de estabelecer uma saída:

Não podia encerrar-me no pessimismo; indispensável regressar à humanidade, fiar-me nela; impossível satisfazer-me com partículas de humanidade, poeira. Muito embaixo, na lama e na chuva, o frio a partir-me os ossos, um sujeito anônimo e sem rosto amparara-me, desviara-me da treva e da morte. Revolucionários infiltravam-se na polícia e procediam dessa maneira, discretos e silenciosos. Outros indivíduos chamavam-me de cima. Outros indivíduos. Como seriam eles? Imaginei-os Cubanos civilizados e brancos, desgostosos por saber-me inerte, a bocejar. As informações minguavam. Sobral Pinto não se distinguia bem do soldado paciente que me arrastara quilômetros no aguaceiro. Essa comparação atenazava-me. Achava-me propenso a misturar homens discrepantes, inconciliáveis, superiores, inferiores.³⁶²

Qual seria? Repisando o que foi dito acima, seguir pelo famoso pessimismo de Graciliano Ramos talvez seja o caminho mais simplista na tentativa de lhe silhuetar o espírito – tarefa por si só fadada à incompletude qualquer que seja o caminho escolhido. Mas tentar cumprir essa tarefa se justifica pelo objetivo geral deste estudo, sendo, portanto, impensável ver uma imagem de Brasil no conjunto literário de Graciliano, a partir de uma perspectiva historiográfica, sem a procura de uma imagem coesiva do próprio autor. Tudo o que foi escrito até agora neste capítulo esteve voltado para o cumprimento dessa tarefa.

Na virada do século XX para o XXI, Edward Said, crítico literário palestino, compôs uma série de textos para reabilitar o humanismo como força interpretativa e

³⁶¹ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 158.

³⁶² *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 298-299.

de atuação política e cultural no atual contexto de orfandade teórica e excessiva procriação de relativismos. Cita como desafio da questão ultrapassar três obstáculos: o primeiro, a associação entre humanismo e pensamento e postura elitista; o segundo, a oposição entre o “tradicional e canônico” e “o novo e intelectualmente representativo do presente”; o terceiro, a visão da História como um passado dado e resolvido *versus* a visão da História como incompleta e o próprio passado como algo irresolúvel.³⁶³

Graciliano trabalhou em todos os seus escritos com esses três problemas. Não lhes deu respostas precisas ou inventou fórmulas para resolvê-los. Mas no labor de fabricar sapatos de confiança, exercitou, através da linguagem, visão e postura humanistas, usando-as como ponte para atravessar todos os abismos.

6.2. Futuro do pretérito feito

Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atenazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar. Isso me trouxe ao pensamento a brandura de nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos de má fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco. Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil., quarenta milhões de habitantes, pela sentença do zarolho. (grifo meu).³⁶⁴

Dante Moreira Leite reproduziu em texto hoje clássico o trecho de *Memórias do Cárcere* logo acima – exceto a frase final, sublinhada – para em seguida chamar a obra de “observação ocasional” que possuía, em certa medida, relação com algumas ideologias do caráter nacional brasileiro. Diz Moreira Leite sobre outros casos de semelhante correlação:

A incapacidade de associação, indicada por Machado de Assis, foi também apresentada por Sérgio Buarque de Holanda; a sensibilidade, ridicularizada por Alcântara Machado, será notada por Fernando de Azevedo; a crítica de Graciliano encontra seu alvo nas descrições de Gilberto Freire e Fernando de Azevedo.³⁶⁵

A interessante expressão “observação ocasional” merece atenção na medida em que Moreira Leite estabelece sua importância no desenvolvimento da

³⁶³ SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 19-51.

³⁶⁴ *Memórias do cárcere – vol. II*, p. 298-299.

³⁶⁵ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992, p. 142.

metodologia de sua análise das ideologias que sustentam as interpretações do Brasil, sobretudo as que vão até metade do século XX. Pode-se dizer que ela funciona como um divisor do que é joio e do que é trigo para que o psicólogo social pudesse estabelecer os alvos de sua crítica. Afirmando que “no caso do Brasil – pelo menos até a década de 1940 ou 1950 – não podemos ser muito rigorosos ao exigir coerência ou um mínimo de organização teórica”, a explicação encontrada foi que

a ausência de universidades, ou, pelo menos, de uma tradição de estudos superiores realizável em nível comparável ao de outros países, fez com que nossos escritores tenham sido literalmente desorientados em matéria de teorias filosóficas, sociológicas ou psicológicas.³⁶⁶

O exemplo usado para reforçar tal condição da maioria da intelectualidade brasileira foi Plínio Salgado e sua torrente inconsistente de “citação de muitos autores, com ou sem propósito.” Finalizando, Moreira Leite assume que a seleção de autores para a crítica das ideologias do caráter nacional – ou seja, a crítica das interpretações de Brasil – era formada apenas por “autores que apresentam o mínimo de coerência, sendo inútil aumentar o número de autores analisados”, que “nada ou pouco acrescentam ao que dizem os autores de nível mais elevado.” A última observação, de grande importância para este trabalho é:

não significa que não seja interessante obter o conhecimento de imagens relativamente dispersas e que poderiam ser encontradas em poesias, romances, ensaios, artigos de jornal, discursos políticos e assim por diante. Significa, apenas, que essa pesquisa teria um outro objeto.³⁶⁷

Essas colocações de Moreira Leite, mesmo num texto cuja matriz é da década de 1950 e sua reescrita do final dos anos 1960, trazendo elementos de datação, mas não de velhice, levam à reflexão de pelo menos dois pontos: 1) não obstante sua escolha, a observação quanto à validade de outros autores e obras diferentes do universo acadêmico, em específico, o científico, de modo mais amplo, não só mantinha aberta a possibilidade de fazer análises das interpretações de Brasil por caminhos diferentes, como os muitos trabalhos que surgiram nas últimas décadas sobre esses autores e obras, produtores de “imagens dispersas”, mostraram a riqueza dessa via; 2) Quando fala em dispersão e em “observação ocasional”, já imbuído em suas escolhas, Moreira Leite obviamente ignora o

³⁶⁶ Ibid., p. 143.

³⁶⁷ Ibid., p. 144.

mergulho profundo num único autor dessa seara das “imagens relativamente dispersas.” Tentando aproveitar a senda aberta relativa à primeira observação e, por isso mesmo, fazendo o mergulho profundo num único autor, o que a segunda observação reivindica, este segundo tópico tem por tarefa ampliar o mergulho, agora horizontalmente, observando alguns usos das observações nada ocasionais de Graciliano, durante a segunda metade do século XX, em especial o período do regime militar.

Mas antes, duas outras observações. Cerca de um ano após a morte de Graciliano, Oswald de Andrade, já doente e frequentando assiduamente hospitais, escreveu para *O Estado de São Paulo* um texto curioso, e mesmo confuso, no qual entre muitos assuntos discorre sobre o conceito de “angústia” a partir da matriz kierkgaardiana. O texto desemboca para o *Angústia*, de Graciliano, reconhecendo o valor da obra em confrontar-se com a “angústia polar” do filósofo dinamarquês. Mas nesse ponto, o autor de *Serafim Ponte Grande*, perito na arte de polemizar, faz a seguinte observação sobre Graciliano:

Todo mundo sabe quanto Graciliano Ramos se fechou como um peru dentro de um círculo vermelho de cultura, nada tratando de conhecer ou de aprender. Nunca vi homem mais ausente de curiosidade intelectual e humana. O marxismo foi seu alimento ortodoxo, a sua dieta, o seu pobre banquete. Como conhecia a língua e escrevia bem, deu ótimos livros, entre os quais essas “Memórias do Cárcere”...³⁶⁸

Do próprio Graciliano, a outra observação vai na mesma direção, apenas não especificando o fator de limitação. Trabalha com a ideia mesma de limitação e pronto: “José Lins do Rego tem razão quando afirma que a minha cultura, moderada, foi obtida em almanaques”.³⁶⁹

Vê-se claramente certa harmonia entre o que disse Dante Moreira Leite, Oswald de Andrade e o próprio Graciliano a respeito de sua obra ter pouca profundidade conceitual e poucos referenciais nítidos de Filosofia, História e mesmo

³⁶⁸ ANDRARE, Oswald de. Do órfico e mais cogitações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 abr. 1954. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 08 dez. 2013. Apenas uma curiosidade: ao lado da coluna de Oswald de Andrade, está um texto de Sérgio Milliet, com o título ‘Caminhos cruzadas’ sobre a coluna de crítica de mesmo nome de Afrânio Coutinho. Sérgio Milliet, como já dito neste estudo, era o contato que Oswald de Andrade tanto queria fazer chegar a Graciliano para que o escritor alagoano fincasse a vida em São Paulo. O desenrolar da história, como é sabido, foi o caminho dos três não se cruzarem naquele início de 1937.

³⁶⁹ RAMOS, Graciliano. Auto-retrato. *Leitura*, dez. 1942. p. 12, apud. RIO DOCE, Cláudia. Literatura e política cultural pelas páginas de *Leitura*. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 54, Mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 ago. 2013.

Literatura clássica. Leitores interessados, costumamos rir constrangidos quando alguém ainda teima em comparar *Angústia* a *Crime e Castigo*, sendo-nos mais confortável a comparação entre o *Ulisses*, de Joyce (1882-1941), com o nosso *Grande Sertões: Veredas*, fruto do talento e da erudição do médico, diplomata e poliglota Guimarães Rosa (1908-1967). Até o sobrenome dos dois escritores concorrem para essa aceitação, afinal, procuramos mais a beleza da rosa do que a vulgaridade dos ramos. Mas a história cultural do Brasil mostra-nos tendência que, se não é contrária a esta, ao menos não concorda com essa pequenez da obra do escritor saído da província.

Desde os anos 1950, Graciliano vem sendo cada vez mais traduzido, estudado e requisitado, seja quando o mercado editorial reedita suas obras ou quando eventos ou processos da atual conjuntura pede olhares lançados às mesmas questões no passado.

A partir dos anos 1960, os intelectuais e artistas (vivos ou falecidos) que enfrentaram as questões políticas e culturais dos anos 20, 30, 40 e 50, tiveram suas obras constantemente lembradas tanto pelos que neles viam um ponto de partida para o entendimento e o combate da realidade estabelecida a partir dos anos 60 – como ocorreu com o *Cinema Novo* e o cinema pós-anistia³⁷⁰ – quanto pelos que, com temor, viam neles esse mesmo terreno fértil para o questionamento a partir da exposição de nossos nervos sociais mais sensíveis e nossos traços culturais mais complexos e contraditórios, como ocorreu quando foi escolhido para ser o primeiro Ministro da Educação do regime ditatorial o reitor da Universidade Federal do Paraná, o conservador Flávio Suplicy de Lacerda, que recentemente havia mandado “expurgar da biblioteca a coleção da revista “Anhembi”, dirigida por Paulo Duarte, e as obras de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e outros.”³⁷¹

³⁷⁰ Ver entre muitos, o filme de Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963): cangaço brasileiro na década de 1930, obra que condensa na narrativa cinematográfica as experiências literárias de três autores basilares: Euclides da Cunha (*Os Sertões*, 1902), Graciliano Ramos (*Vidas Secas*, 1938) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão: veredas*, 1956). Ver de Joaquim Pedro de Andrade, *Macunaíma* (1969): obra homônima de Mário de Andrade, 1928. Ver de Leon Hirszman, *São Bernardo* (1972). Ver de Nelson Pereira dos Santos, *Vidas Secas* (1963) e *Memórias do Cárcere* (1984). Ver de Roberto Santos, *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1965). A obra de Jorge Amado seria focada principalmente na década de 1970 e 1980, com viés mais culturalista do que político. A obra de José Lins do Rego também ganharia versões para cinema: *Menino de Engenho*, de 1965, foi o filme de estréia de Walter Lima Jr.

³⁷¹ EDUCAÇÃO & Cultura. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1964 (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP).

No depoimento de Guilherme Mota sobre sua formação, Graciliano é lembrado e ombreado aos autores recentes que inspiravam o jovem historiador da cultura a entender as contradições do desenvolvimentismo nos arredores de 1960:

A construção de Brasília, o surgimento de autores como Guimarães Rosa, João Cabral, a leitura de Graciliano e inúmeros outros intelectuais, tudo nos dava a sensação da necessidade de acelerar a mudança, num processo que iria desembocar, a partir de 1960, quando já estávamos na faculdade, nos debates nacionais acalorados e nutridos pelas reformas de base (agrária, universitária, bancária, política, sindical, urbana etc.).³⁷²

O foco, no entanto, deve ser no campo da crítica. A partir dos anos 1960, as análises excessivamente psicológicas ou voltadas unicamente para o texto provocaram a reação violenta dos críticos de esquerda. Mais uma vez, as obras de Graciliano encontravam-se no fogo cruzado dos que veem na Arte uma função social e nos que a tomam como universo completo em si mesma.

Leandro Konder, em crítica positiva ao ensaio de Carlos Nelson Coutinho sobre Graciliano, que saiu nos números cinco e seis da *Revista Civilização Brasileira*, ao mesmo tempo em que diz o trabalho Coutinho ser a contribuição mais completa, mesmo inédita, da análise do conjunto de uma obra literária brasileira a partir dos mais recentes métodos da crítica marxista da cultura, a saber, o “estruturalismo genético”, e os “princípios da teoria da literatura e da crítica de Lukács e Lucien Goldmann”, ataca as análises voltadas exclusivamente para o aspecto formal, por ignorarem a verdadeira profundidade do Realismo.

De mãos dadas, o formalismo e o naturalismo trabalham contra o realismo (tomada a expressão “realismo” em sentido mais amplo, menos dogmático). Nas escolas, nas universidades, o realismo é apresentado com uma escola entre outras, uma época um estilo, uma corrente: na verdade, todas as grandes obras de arte, todos grandes romances, na medida em que seus autores souberam recriar na imaginação criadora a essência da realidade que conheceram, foram realistas. O realismo é a essência da arte; ele não se deixa encerrar em fórmulas, não se compromete com nenhuma escola, não é privilégio de nenhuma época em especial e não tem nada a ver com cópia “fiel” (ou subserviente?) da realidade.³⁷³

³⁷² MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2011, p. 29-30.

³⁷³ KONDER, Leandro. Novidade sobre o maior romancista brasileiro. *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, 28 abr./04 maio 1966, p. 18. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP). O semanário *Folha da Semana* ficou conhecido como o primeiro veículo da imprensa a se opor abertamente ao regime militar, tendo sua circulação proibida em dezembro de 1966, pelo então Ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva. Ver mais sobre o periódico em: <<http://www.abi.org.br/a-abi-presta-homenagem-a-antonieta-santos/>>. Acesso em nov. 2013.

Dez anos depois, Nelson Werneck Sodré lamenta o que estariam fazendo com a obra de Graciliano, chegando mesmo a chamá-lo de vítima atual da onda de análises que, segundo o historiador carioca, parecem querer levá-lo ao divã:

Seria longo mostrar a série de inverdades, distorções, incompreensões, conversas fiadas, a propósito da obra de Graciliano, publicadas após sua morte. Queremos mostrar como, longe de ter melhorado a situação, vem piorando, agora por força de métodos de análise e de crítica peculiares a um período de eclipse da cultura, dominando o estruturalês (sic) mais desenfreado e uma psicanálise em terceira via que não recua diante de tolice alguma. Se, realmente, um H. Pereira da Silva colocara bem, porque mais voltado para a obra do que para a vida do escritor, a sua interpretação, aparece, agora, por exemplo, um Lamberto Puccinelli, para quem Angústia é o “romance das origens sociais da neurose”. Caetés situam “a mãe do escritor e o drama edipiano latente no romance.” A bibliografia de Puccinelli balança entre a sociologia de Gilberto Freyre e a análise de Karen Horney. Acusa Graciliano de ter abusado de determinado personagem: “pretendeu deitá-lo no divã do psicanalista e convidar o especialista a equacionar os seus problemas”. Acusa-o, ainda, de ter, em *Vidas Secas*, elaborado “uma dialética mística”.³⁷⁴

A cada novo lançamento da obra completa de Graciliano, os críticos, num movimento condizente com a dinâmica do universo jornalístico sobre cultura, procuravam trazer novos modos com que ver a obra do “Velho Graça”.

Hélio Pólvora, em artigo de 1975, descobre a alargada existência do conto no conjunto dos escritos graciliânicos, não sendo, pois, *Insônia* (a coletânea da segunda metade dos anos 1940), a única, ou mesmo a mais importante investida de Graciliano no gênero. *Vidas Secas* e *Infância* são lembrados pelo crítico como livros que têm sua força justamente por serem contos independentes e por trazerem, como também o fizeram Guimarães Rosa, Murilo Rubião, Breno Acirole e Aníbal Machado, elementos indispensáveis para a consolidação do conto moderno brasileiro, ou como, chamou Pólvora, “a história curta” brasileira.

Ainda de acordo com Pólvora, tais elementos seriam: retomada do regionalismo com linguagens e questões universais; investimento na ficção urbana; estrutura novelística que facilita a introspecção; menor apego à lógica e à exteriorização como garantias de melhor proveito da expressão estética. E Graciliano deve ser visto como um dos pioneiros nessa renovação do conto.

Graciliano Ramos sente-se à vontade nessa conceituação nova de conto, que se insinuava nos meados dos anos 40, por ser um escritor

³⁷⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. A vítima: Graciliano Ramos. *Movimento*, Rio de Janeiro, 25 out. 1976, p. 19. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

impressionista; é um ficcionista de paisagens íntimas, com preferências pelo tons sombrios e notas pessimistas.³⁷⁵

Não obstante a confirmação dessa tendência, cujos extremos foram sempre alvo das críticas do próprio Graciliano, seus contos (ou capítulos/contos se compreendida sua produção fragmentada após a saída do cárcere), ancorados na memorialística, reforçam seu equilíbrio estilístico entre as duas tendências dominantes da ficção brasileira, o Realismo e o Psicologismo, sendo definido por Pólvora como um “ficcionista psicossocial”. Sua contribuição à “história curta brasileira”, segundo Pólvora, estaria em “haver transformado empreendimentos parciais em um aglomerado cujo núcleo encerra substratos de tendências.”

Essa expressão de Pólvora, “encerra substratos de tendência”, não só não deve ser tomada exclusivamente aos contos, como deve ser vista como uma das características marcantes de todo o conjunto literário de Graciliano. E mais do que presa às tendências do meio literário, essa observação deve ser estendida às questões da vida prática. Não houvesse esse caráter e sua obra fosse uma série de “observações ocasionais”, o autor de *São Bernardo* e o rol de personagens problemáticos de sua Literatura não estariam no centro de importantes discussões sobre o destino do país, como aconteceu no final dos anos 1970.

Período fundamental da História Contemporânea Brasileira, o final da década de 1970 foi marcado pelo início da delicada operação de desmonte da estrutura truculenta construída durante os primeiros quinze anos da Ditadura Militar dos anos 1960 a 1980. Em tal operação, articulavam-se medidas de amortecimento da inclusão das esquerdas na vida política oficial do país, como a Lei Falcão (nº 6.339, de julho de 1976), controle das campanhas eleitorais reduzidas à apresentação de currículo, com medidas ainda pautadas na cartilha repressora, como a reação violenta às greves do ABC paulista, em 1978.

Nesse cenário, o pernambucano Felix de Athayde (1932-1995), articulista político de esquerda e jornalista, publicou um artigo que pensava os rumos da abertura “lenta e gradual” do regime a partir de duas questões caras para este estudo.

Primeiro, Athayde lança mão do conceito de “intra-história” para discutir a produção do conhecimento sobre a formação do Brasil, segundo ele, ainda pautado

³⁷⁵ PÓLVORA, Hélio. Dossiê Graciliano – No conto, a paisagem íntima. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 out. 1975. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

numa História do tipo tradicional, ampla e com olhos somente para os grandes eventos e seus vencedores.

A expressão “intra-história” teria sido desenvolvida no mundo ibérico, na chamada ‘geração de 98’, e é frequentemente atribuída ao filósofo e escritor Miguel de Unamuno (1864-1936). Athayde usa a expressão a partir de outro nome da geração de 98, Antonio de Azorín (1873-1967), para, no entanto, afirmar que vem de mais longe ainda a expressão que opõe a História do cotidiano dos homens comuns de uma região àquela escrita e ensinada para a formação da imagem das elites, num âmbito nacional. Para tanto, recorre ao dramaturgo e ensaísta português Almeida Garrett (1799-1854), e assim, com esse movimento, adentra no segundo ponto: a Literatura permitindo visões paralelas à visão oficial da História. Athayde citando Garrett:

Esta contínua e recíproca influência da literatura sobre a sociedade e da sociedade sobre a literatura é um dos fenômenos mais dignos da observação dos filósofos e dos políticos. Quando a história for verdadeiramente o que deve ser (...) há de falar menos em batalhas, em datas de nascimentos, casamentos e mortes de príncipes, e mais na legislação, nos costumes e na literatura dos povos. (...) Nossos bárbaros avoengos não conheciam outro poder senão a força – a força material; daí não historiaram senão dela. (...) Mas deve ser muito estúpido o que não vir melhor a história de D. Manuel em Gil Vicente do que em Damião de Góis...³⁷⁶

No final do artigo, Athayde revela que desenvolveu a ideia de trazer tal debate em momento tão delicado após a releitura de *Vidas Secas*, que lhe despertou para a questão: “terá o Brasil uma ‘intra-história’?”

Fechado o livro, abri os olhos e vi que tudo ‘continua como antes no quartel de Abrantes’: um país parado, pois as voltas que o cachorro dá atrás do rabo não é movimento. O Produto Nacional Bruto não produziu uma nação. Tem culpa o Governo e a Oposição, que não consegue convencer o povo de que é muito melhor do que o Governo. (...)

Há hoje no Brasil um afã de fazer História. (...) Mas todos querem fazer História com palavras, baseados em biografia pessoal, e não na biografia do povo brasileiro.

(...)

Talvez seja conveniente aos políticos – civis e soldados – reler *Vidas Secas*, livro em que Graciliano Ramos descreve a ‘intra-história’ do Brasil.³⁷⁷

³⁷⁶ ATHAYDE, Felix de. Agonia nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1978. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

³⁷⁷ Idem.

Não é mera coincidência as palavras de Athayde sobre o pioneirismo da Literatura funcionando como estudo dos assuntos sociais se assemelharem às de Engels, já citadas neste trabalho. Elas ainda reforçam a contundente afirmação de Caio Prado Jr., que, numa entrevista ao jornal gaúcho *Correio do Povo*, em 1960, afirmou que foram os literatos “que abriram caminho para os problemas nacionais. (...) A literatura é vanguarda. Ela é quem atinge primeiro os problemas”.

A observação vinha à reboque da crítica do historiador marxista sobre os estudos sociológicos e historiográficos no Brasil terem dado atenção quase exclusivamente aos processos formativos do Brasil, não havendo interpretações sistemáticas dos fatos históricos recentes. “No Brasil”, observou Caio Prado Jr., “o que foi realmente estudado, pesquisado, é aquela parte da História que vai até o começo do século passado”. Perguntado novamente sobre questões literárias e tendência da Literatura brasileira em tratar dos assuntos sociais, Caio Prado Jr. respondeu:

Sem dúvida. Veja-se os romances de Jorge Amado, por exemplo. Falta-lhe consistência, maior profundidade. Mas a sua obra abre caminho para as especulações sociológicas de problemas nacionais, graças a seu grande talento de romancista. Talento sobra a Jorge Amado, mas falta-lhe um maior esforço de pesquisa. O contrário se deu com Graciliano Ramos. Escreveu excelente português, depurado, trabalhado. Falha que se observa em Jorge Amado. Mas escreveu pouco. Talvez porque tenha começado a escrever tardiamente. No entanto, observa-se nele a pesquisa e o cuidado.³⁷⁸

Creio ser de fácil percepção o desfile de intelectuais de esquerda neste tópico, o que pode indicar que considero as visões sobre Graciliano fora desse universo não tão apreciáveis ou importantes. Em verdade, vários críticos de orientação conservadora ou à direita, também deitaram atenção sobre os livros de Graciliano. Trazer essas visões, contudo, exigir-me-ia um trabalho exaustivo e aparentemente exclusivo sobre recepção da obra, o que não é nem a proposta geral deste estudo e nem é o que este historiador está capacitado a fazer. Mas uma passagem do próprio Graciliano sobre crítica e afinidades merece ser transcrita nesse tópico:

Nem sempre, julgo, o comportamento leviano revela irresponsabilidade ou malícia: enxergaremos nele talvez deficiência de método. Em vez de se considerar um livro, medi-lo, pesá-lo, toma-se de ordinário uma parte dele,

³⁷⁸ OSTERMANN, Ruy Carlos. Caio Prado Junior em Porto Alegre – entrevista. *Correio do Povo*, Porto Alegre-RS, 05 mar 1960. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP).

abandonando passagens nocivas a afirmações apriorísticas. Desse modo, um católico provará que também sou católico; outros alinharão princípios morais, quererão obrigar-me a escorar-me neles. Pregam-nos rótulos, matriculam-no à força numa ou noutra escola; exumam padroeiros exóticos, os figurinos que dizem adotarmos. Como se tivéssemos a pretensão de avizinhar-nos dessa gente grande. Enfim, nos atribuem as suas ideias, as suas preferências, os seus ódios.

Pergunto a mim mesmo se poderia ser de outra forma, se não estão certos. Devem estar. Não somos nunca, é possível, inteiramente objetivos: reproduzimo-nos tentando ocupar-nos de outra pessoa. Monte Brito, porém, identifica-se tanto com minhas histórias que nos dá a impressão esquisita de sair de si mesmo, analisar, comparar, aceitando casos e indivíduos como estão nos romances, bem ou mal, não como ele acaso desejasse vê-los. Nada trunca, nada enxerta.

Se não me engano, é razoável imputarmos isso a uma concordância de juízos. Como admitimos certo número de noções e apreciamos de igual jeito a sociedade, não lhe terá sido muito difícil explicar e comentar sem receber choques, sem ferir-se em nenhuma aresta.

Aliás, excluindo essa analogia de conceitos, alcançaremos uma interpretação verdadeira? As minhas narrativas, confessemos, são chinfrins, mas foram construídas na terra, as minhas mãos bisonhas pretenderam cavar alicerces. Não terá isso contribuído para que Monte Brito me olhasse com simpatia? Se eu conseguisse uma obra-prima isenta de realidade, feita com pedaços de sonho, não lhe torceria Monte Brito o nariz? Foi, presumo, a afinidade que lhe excitou a perspicácia e o levou a descobrir nos meus escritos o material necessário ao seu trabalho.³⁷⁹

Nessa longa citação, é possível destacar três passagens importantes no tocante ao processo de interpretação da obra literária do ponto de vista do autor de *Linhas Tortas*. Na primeira delas, há uma propensão à desqualificação de parte da crítica que, mais por “deficiência de método” do que mesmo por leviandade, força o texto alheio num sentido previamente traçado, levando consigo o autor que pode muito bem ser confundido com um católico, ainda que seja declaradamente um ateu. O exemplo da conversão a contragosto representa bem uma das rivalidades no campo literário brasileiro: intelectualidade católica x intelectualidade de esquerda, que, desde a década de 1930, debatem acirradamente. A legalização do PCB após 1945, findo o período ditatorial, poria o debate entre católicos e comunistas noutra configuração, mantendo, contudo, as bases de antes: questões referentes à moralidade, materialidade, espiritualidade, linguagem agressiva e, sobretudo, ponto de vista de classe e seus dramas.

³⁷⁹ RAMOS, Graciliano. Carta a Allyrio. *Teresa: revista de literatura brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, n. 02, p. 171-173, 2001. (Carta publicada em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 nov.1947, escrita em 21.10.1947 – correspondência ativa, microfilme M-103, rolo 1, FGR/IEB/USP). A carta de Graciliano era resposta a uma série de seis artigos do crítico Monte Brito, publicada entre agosto e outubro de 1947. Os seis artigos estão na seção de recortes do Fundo Graciliano Ramos do IEB-USP; o sexto artigo foi publicado na revista *Teresa*, mesma edição mencionada nesta nota.

A segunda passagem traz um tom mais conciliativo. Há o reconhecimento de que no universo literário, tanto o escritor quanto o crítico não conseguem ser “inteiramente objetivos”. Assim, seria inevitável a ambos falar de si – e tudo o que isso representa, como formar opiniões ou defender teses – mesmo quando se estivesse ocupado falando de outrem. Existe, assim, também o reconhecimento de que, se o autor do texto não consegue deixar de reproduzir-se, também o crítico assim o faz. Tanto o autor, interessado em dar conta da realidade, quanto o crítico, interessado em analisar o texto do autor, portanto uma realidade que ali está posta, ambos não conseguem deixar de ser invasivos e de deixar sua marca num trabalho cercado de apuro técnico e procedimentos éticos.

Na óptica de Graciliano, o que salvaria a análise crítica? A resposta está na parte final da citação, quando aponta ser necessária uma “analogia de conceitos” para se conseguir a “interpretação verdadeira”. Não tenho que – e não vou – simplesmente concordar com tal afirmativa, pois seu princípio vai de encontro à própria noção de crítica ou de interpretação histórica que, decerto, dispensa de suas bases a “concordância de juízos”. O interessante é ver como Graciliano se relaciona com as críticas que, ou põem palavras e tendências em seus textos ou deles tiram as pilastras, concentrando-se em detalhes que permitem aquelas intromissões. Parece que a questão é resolvida a partir do compartilhamento de certas tendências ou o conhecimento do projeto literário do autor. Afinal, fala ele em “cavar alicerces”, e Monte Brito, pseudônimo do crítico paraibano de esquerda Allyrio Meira Wanderley, parece não só saber quais alicerces seriam esses como por eles nutrir simpatia partidária. Os resultados obtidos de método diverso a esse talvez pudessem ser perdoados, mas não encontrariam a credibilidade do autor nesse contexto de disputas políticas também no interior do universo das esquerdas, sobretudo após a constituição do Partido Socialista Brasileiro, em meados de 1947.

Mas talvez seja mais interessante ainda perceber que há uma exigência menos mecânica por trás dessa condição imposta. Graciliano pede que o autor seja conhecido, e seus projetos, limites e formação levados em conta quando do enfrentamento interpretativo de seus textos. Daí, diante da seleção inevitável, eu ter escolhido críticos e comentaristas que levaram esse pedido em conta.

Quero terminar este capítulo tocando em mais uma questão. É preciso falar de números. Em 1978, o jornalista e escritor mineiro Otto Lara Resende (1922-1992) escreveu uma crônica cheia de preocupação com o quadro social no Brasil após os

vinte e cinco anos da morte de Graciliano. O período de duas décadas e meia representou na evolução das instituições políticas, e da conduta policial e da justiça um estado de apatia ou mesmo de piora:

Vinte e cinco anos após a morte do escritor, seria o caso de indagar como está o país de que ele deu testemunho imorredouro. Estará no mesmo lugar, moralmente falando, se não estiver pior, na medida que mais habituado à violência da injustiça, mais acomodado ao arbítrio. O mesmo Estado que prendeu Graciliano Ramos comprou-lhe a casa em que nasceu e nela instalou um museu em sua memória. Seus amigos e admiradores se multiplicam. Morto há um quarto de século, hoje inofensivo, está gloriosamente domesticado. A menos que o leiam, o que é imprudência que poucos cometem, porque nada convida à leitura – e muito à desconfortável leitura de um homem que podemos oficialmente sepultar em sua glória de pobre-diabo; ou de pária. Ou de escritor, o que dá no mesmo.³⁸⁰

Não obstante a importante observação de Resende sobre a situação do país no que tangia ao uso da violência de Estado, e cuja obra de Graciliano ajuda a traçar parâmetros entre as ações de uma ditadura e outra separadas por duas décadas de frágil e vacilante experiência democrática, o que mais chama a atenção no texto é a Literatura do autor de *Caetés* ser vista como esquecida.

Sabendo-se que os indicativos do universo da ‘leitura’ vão para muito além dos dados quantitativos levantados (reedições e volume de livros em circulação),³⁸¹ o livro, como lembrou o próprio Graciliano no discurso de abertura da “Campanha do Livro” – promovida pelo PCB no início de 1947 –, é também uma mercadoria,³⁸² sendo, pois, integrante de uma lógica de mercado regida por mecanismos similares aos de outras mercadorias, na qual a reprodução do produto segue a lei básica da ‘procura e oferta’. Assim, no início da década de 1970, os números sobre a vendagem dos livros de Graciliano são impressionantes, não sendo apenas “amigos e admiradores” que se multiplicam, também seus leitores, se pensarmos nas editoras como empresas.

Em 1972, o levantamento feito pelo jornal *O Estado de São Paulo* informa que as palavras de Graciliano circulam pelo mundo em mais de 1,4 milhão de

³⁸⁰ RESENDE, Otto Lara. Graça e desgraça. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1978. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

³⁸¹ Ver em CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990; CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. *O Livro: uma mudança de perspectiva*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Lopes, 1995.

³⁸² *Garranchos*, p. 293-295.

exemplares. Dividida por títulos, a tabela publicada trazia os números referentes às edições nacionais e às traduzidas:³⁸³

OBRA	NACIONAL	TRADUÇÕES
Vidas Secas	250 mil	420 mil
São Bernardo	110 mil	95 mil
Angústia	90 mil	30 mil
Memórias do Cárcere	60 mil	10 mil
Infância	60 mil	30 mil
Alexandre e Outros Heróis	80 mil	10 mil
Caetés	60 mil	3 mil
Insônia	80 mil	5 mil
Linhas Tortas	30 mil	-
Viventes das Alagoas	30 mil	-
Viagem	20 mil	-
TOTAL	870 mil	603 mil

No mesmo ano de 1972, Graciliano Ramos, mais especificamente *São Bernardo*, foi leitura obrigatória no vestibular das Universidades Federais, decerto, um dos indicativos para o significativo volume de vendas do romance de linguagem bem distante daquela de *Vidas Secas*, inspiradora do humanismo que salta do livro e um dos fatores que o fizeram o campeão de vendas do catálogo graciliânico.

Mas esse dado leva a outro, igualmente importante. Em 1972, em plenos “anos de chumbo”, o então Ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, quando da abertura do Encontro das Academias de Letras do Brasil, reconheceu que a reunião dos escritores “ocorria num momento em que a tradição brasileira de liberdade da criação intelectual tem algumas limitações, que por alguns são consideradas insuportáveis.”

Sob a atmosfera da censura prévia do AI-5, o arremate argumentativo do Ministro para que a criação permanecesse, embora dentro dos limites impostos pela conjuntura, não poderia ser mais tristemente irônico: “a criação resiste até mesmo à limitação total da liberdade, pois há sempre uma forma de resistir criando, e outra de esperar, como o fez Graciliano Ramos com suas *Memórias do Cárcere*”. A manobra de Passarinho para justificar a liberdade de criação dentro de um controle da liberdade, passava pelo uso estratégico da palavra “espera”, como se dissesse, “escrever, sim; publicar, não”, ou, o que é mais provável para uma ave afeita a

³⁸³ PALMEIRA dos Índios. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, São Paulo, 22 out. 1972.

gaiolas, a criação deveria ser destituída de realismo, distante da linguagem vulgar, “um artifício usado para chocar e despertar sentimentos subalternos.”³⁸⁴

Após a negociação entre a Editora José Olympio e a Editora Martins pelos direitos autorais da obra do escritor alagoano, em 1961, e desta última para a Editora Record, atual detentora desde 1974, estima-se que foram comercializados cinco milhões de livros do catálogo Graciliano Ramos. O autor já foi publicado em dezoito idiomas, e seus livros demonstram nos últimos anos fôlego para reedições, com *Viagem*, um título menos conhecido, contando com dezenove reedições e *Vidas Secas* passando das cento e vinte.

Desde 2007, um programa cultural de uma grande instituição financeira faz levantamento via *internet* sobre o interesse que a Literatura Brasileira desperta nos leitores estudiosos estrangeiros. Essa presença é medida a partir da declaração espontânea, aquecida em época de feiras internacionais de Literatura ou congressos sobre a área. Atualmente, num universo de mais de trezentos estudiosos de cento e trinta universidades, distribuídas por trinta países, Graciliano ocupa a sexta posição, num *ranking* que conta com quatrocentos e setenta e sete autores citados.³⁸⁵

Mais recentemente, a terceira edição da pesquisa encomendada pelo Instituto Pró-Livro sobre o retrato da leitura no Brasil, apontou Graciliano Ramos como o vigésimo primeiro autor mais admirado no país, numa lista que traz à sua frente campeões de popularidade e vendagem como Paulo Coelho, Augusto Cury, Chico Xavier e Pe. Marcelo Rossi. Na mesma pesquisa, *Vidas Secas* ocupou a vigésima segunda posição entre os livros mais marcantes, a concorrência incluía a *Bíblia*, *O Pequeno Príncipe*, *Romeu e Julieta*, os clássicos infantis *Os Três Porquinhos* e *Branca de Neve*, e os atuais best-sellers *Harry Potter* e *Código Da Vinci*.³⁸⁶

Creio que tudo o que foi mostrado nestes dois últimos tópicos ajuda a dimensionar o “lugar” Graciliano na cultura brasileira não apenas como Arte, mas como Arte na qual as questões principais do país foram pensadas, veiculando imagens do passado nacional, flagrando imagens do nosso presente; e que fazem a expressão “nada ocasional”, utilizada no começo deste tópico, ter sua razão à medida que preso ao estilo (embora sempre alterando a forma), Graciliano foi um

³⁸⁴ O GLOBO. Passarinho a “imortais”: liberdade tem limitações. Rio de Janeiro, 21 abr. 1972, p. 03. (recorte, pasta 13, FGR/IEB/USP)

³⁸⁵ Ver em: <<http://conexoesitaucultural.org.br/parceiros/>>, acesso em: 04 out. 2013.

³⁸⁶ Ver relatório completo em: <www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>. Acesso em 04 out. 2013.

observador atento manejando o quarteto conceitual trabalhado no tópico anterior: realismo, materialismo, pessimismo e humanismo, todos concorrendo para uma visão crítica de pontos fundamentais e contraditórios da nossa História Contemporânea: modernidade conservadora, democracia mandonista e cultura letrada bastante inclinada a servir de manutenção a certa deseducação cidadã.

6.3. O autorretrato

Neste tópico, Graciliano fala por si mesmo:

Autorretrato aos 56 anos³⁸⁷

Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas
 Casado duas vezes, tem sete filhos
 Altura 1,75.
 Sapato nº 41.
 Colarinho nº 39
 Prefere não andar
 Não gosta de vizinhos
 Detesta rádio, telefone e campainhas
 Tem horror às pessoas que falam alto
 Usa óculos. Meio calvo
 Não tem preferências por nenhuma comida
 Não gosta de frutas nem de doces
 Indiferente à música
 Sua leitura predileta: a Bíblia
 Escreveu “Caetés” com 34 anos de idade
 Não dá preferência a nenhum de seus livros publicados
 Gosta de beber aguardente
 É ateu. Indiferente à Academia
 Odeia a burguesia. Adora crianças
 Romancistas brasileiros que mais lhe agradam:
 Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis,
 Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz
 Gosta de palavrões escritos e falados
 Deseja a morte do capitalismo
 Escreveu seus livros pela manhã
 Fuma cigarros “Selma” (três maços por dia)
 É inspetor de ensino, trabalha no “Correio da Manhã”
 Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo
 Só tem cinco ternos de roupa, estragados
 Refaz seus romances várias vezes
 Esteve preso duas vezes
 É-lhe indiferente estar preso ou solto
 Escreve à mão
 Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano
 José Lins do Rego e José Olympio
 Tem poucas dívidas
 Quando prefeito de uma cidade do interior,
 soltava os presos para construírem estradas
 Espera morrer com 57 anos.

³⁸⁷ O “Autorretrato aos 56 Anos” foi publicado pela primeira vez em “Letras e Artes” – suplemento de *A Manhã*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1948.

PARTE II **UM PAÍS SEM GRAÇA**

*...O que não achava certo
era ouvir Julião Tavares todos os dias afirmar,
em linguagem pulha, que o Brasil é um mundo,
os poetas alagoanos uns poetas enormes,
e Tavares pai, chefe da firma Tavares & Cia.,
um talento notável, porque juntou dinheiro.*

Graciliano Ramos
Angústia

Sempre os exageros a respeito do Brasil.

Graciliano Ramos
Linhas Tortas

*Lembrava-se da História do Brasil.
(...) – “Quem foi o primeiro Governador-Geral?”
Quantas mudanças depois desse primeiro Governador-Geral!*

Graciliano Ramos
‘A prisão de J. Carmo Gomes’ – Insônia

Se o conjunto dos textos de Graciliano Ramos mostra um ator social que usou as marcas das situações-limite pelas quais atravessou para compor personagens envolvidos em dilemas fronteiriços – compreendendo-se ‘fronteiriço’ tanto no sentido de rotura temporal quanto no de limite entre o aceitável e o reprovável na conduta em sociedade –, esse mesmo conjunto revela, em igual medida, as questões fundamentais para o entendimento dos cenários sociais nos quais essas personagens se movimentam.

Sendo assim, tais cenários não devem ser reduzidos à condição de rotundas colaborando unicamente para o sucesso do efeito de verossimilhança almejado pelo romancista. Esse cuidado a mais evita, por exemplo, que o autor de *Vidas Secas* seja visto apenas como eficiente e sofisticado representante de uma Literatura regional nordestina cujo teatro social geralmente tem um fim em si mesmo e está limitado pela discussão objetiva de pontos específicos do recorte regional. O Nordeste brasileiro (assim como o Sul brasileiro), pedaço um tanto ou quanto fictício do país, é, com efeito, o laboratório geográfico da maioria dos escritos de Graciliano, que evitou, por questão de fidelidade realista, construir personagens envolvidos em

situações típicas da Amazônia ou do interior paulista, regiões pouco ou nada conhecidas do autor de *Viagem*. Ainda assim, esse laboratório menos decanta (nos dois sentidos do termo – enaltecimento e purificação) o homem da região para entender-lhe as particularidades regionais e mais o escarna, ou seja, percorre essas particularidades regionais, percebidas na busca pelo o “olhar honesto” da experiência, num movimento cada vez mais incisivo que procura a ossatura sociocultural do brasileiro comum em períodos historicamente determinados (a maioria das personagens de *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia*, *Memórias do Cárcere*, *Pequena História da República*, *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas*) ou em circunstâncias sociais que, de tão tradicionais, aparentam-se naturalizadas, próprias de um espaço e existindo à revelia do tempo (as personagens de *Vidas Secas*, *A Terra dos Meninos Pelados*, muitas das personagens de *Insônia*, e algumas de *Viventes das Alagoas*).

De todo modo, o homem da obra graciliânica é invariavelmente percebido como um dado sociocultural, logo, em constante altercação com o meio que lhe testa incessantemente a alteridade. Assim, toda a vida social ganha importância de protagonista nos seus textos porque é o que rivaliza com seus personagens principais, criaturas que se veem no isolamento, mas que nunca estão realmente sós ou destituídas de desejos que as obriguem agir. Desse modo, falando basicamente de nordestinos, Graciliano nivela o brasileiro médio a partir desse parâmetro, porque sabe que sua arte sempre esteve à caça de carne humana.³⁸⁸ Junta-se a isso o reconhecimento da função social da literatura num país que se quer moderno, e dos jogos políticos dos quais ela faz parte,³⁸⁹ e permite-se dizer que Graciliano Ramos não fala de outro homem que não seja o brasileiro ou de

³⁸⁸ Frases semelhantes escreveram o historiador francês Marc Bloch e o próprio Graciliano a respeito dessa relação da escrita (Historiografia ou Literatura) com a realidade, mediada pela busca de carne humana. Do historiador: “... são os homens que a história quer capturar” e “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.” Ver em: BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 54. Do escritor: “Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada.” Ver em: Carta 111, 23-11-1949. In *Cartas*, p. 213.

³⁸⁹ Para além das contendas que marcaram por certo período o cenário literário nacional, mais especificamente o decênio de 1935 a 1945, e nas quais Graciliano se envolveu, sobretudo as disputas entre a Literatura realista e a de cunho introspectivo, sempre que pôde, e não fê-lo poucas vezes, o autor de *Infância* deitou atenção aos lugares sociais que ocupavam diferentes tipos de Literatura. Na crônica ‘Os donos da literatura’ diz haver dois tipos: a gorda, “honorária, escorada e oficial” e a magra, “suada”, “mal vestida” e suburbana. Aquela fazia a sala aos estrangeiros, e esta era a que efetivamente produzia. Ver em: *Linhas tortas*, p. 100-101.

outro lugar que não seja o Brasil. Daí, como mais de uma vez afirmado neste estudo, habitar em seus textos uma interpretação do Brasil moderno.

Essa interpretação, pelo que caracteriza o lugar de produção do saber do qual compartilha a linguagem e o movimento de origem e retorno, parte do particular e do sensível, mas, nem por isso, deixa de obedecer ao método rígido de seu criador. O que permite ao leitor interessado ver a articulação entre os diversos escritos e, a partir dessa articulação, chegar à forma ampla e coesa do estudo dos tipos servindo à apresentação da interação conflituosa entre indivíduo e sociedade, entre os diversos grupos sociais, entre as instituições, entre o tradicional e o moderno, saltando daí os pontos principais de uma visão sobre o Brasil cuja órbita temática compreende o embate entre progresso e atraso, opressão e liberdade, saber e poder, apontando para a visão de um país em constante formação que teima em carregar consigo aspectos que contradizem o próprio discurso oficial, sempre renovando a imagem de modernidade e de paridade social.

Creio que antes de desenvolver os capítulos que compõem a segunda parte deste estudo será necessário o esclarecimento de três pontos: um de ordem conceitual, outro de ordem metodológica e o último, fruto de uma escolha.

Primeiro, por quê Brasil moderno e não Brasil republicano? Não obstante modernidade vir significando, num plano ocidental, as mudanças políticas, sociais e culturais em desdobramento desde o século XVI e XVII, e aqui no Brasil ser ela confundida com a fase pós-colonial, é no período republicano que ela é pensada sistematicamente e o país, a partir de suas profundas contradições, é incansavelmente confrontado com seus primórdios formativos. A *intelligentsia* brasileira, incluindo-se seus ficcionistas, enfrentou – e pode-se dizer ainda enfrenta – essa questão como que à procura de identificar e/ou entender um modo próprio de ser do país no mundo, ou, mais realisticamente, auscultar os particularismo regionais e suas intersecções, também na busca de identificar algo que nos una como nação e que seja mais profundo que as artificialidades oficiais.

O conjunto dos textos de Graciliano traz indicações que obrigam a olhar mais para trás de 1915, início de suas publicações sistemáticas em jornais. Com efeito, o Brasil do autor de *Memórias do Cárcere* é o Brasil republicano, e mais de uma vez neste estudo essa expressão apareceu e ainda aparecerá adiante. Porém, ficar apenas com essa expressão não seria de todo preciso, já que o recorte político, compreendendo o período a partir do marco 1889, embora seja o que

majoritariamente aparece nas obras do escritor, não cinge por completo seus escritos: neles há o João Valério, de *Caetés*, tentando escrever um romance histórico sobre os índios da região que, entre outros feitos, devoraram o bispo Sardinha no período colonial; há o seu Ribeiro, guarda-livros de *São Bernardo*, estabelecendo comparativos entre os tempos da República e os tempos do Império, provocando no leitor, com tal exercício, a sensação de estar vendo em Paulo Honório, protagonista da trama, um homem que vive num hiato temporal ou, em hipótese melhor, num mundo cujo novo e velho acomodam-se não sem esforço – práticas coronelescas num capitalismo moderno; há o próprio Graciliano de *Pequena História da República*, contando didática e sarcasticamente a formação republicana do Brasil deixando que se detectem as permanências do antigo regime. Os exemplos estão espalhados em vários textos do autor. Mesmo sendo inegável o interesse pelo Brasil republicano, percebe-se que o recorte temporal no conjunto da obra recua: até a colônia, quase nada; na primeira fase do Brasil imperial e no período das regências, muito pouco; a partir de 1870, com o avançar das chamadas “ideias exóticas” e as crises do modelo imperial, significativamente. Esse Brasil moderno então não é plenamente republicano, embora neste modelo tenha ido dar. Tal modelo enfrenta as heranças da formação do país até então, conjugando-as com os novos desafios que surgem à medida que as demandas da modernidade se impõem.

O segundo ponto: de acordo com a leitura das fontes, não visualizo a possibilidade de destinar determinados livros ou textos do autor como encaixe para determinados temas, embora haja, sim, livros ou textos que se deem mais com determinadas questões e, portanto, na discussão sobre elas apareçam mais fortemente. Ainda assim, não haverá exclusividade. Exemplos são o *Vidas Secas*, importante tanto na questão *campo e cidade* quanto na *autoritarismo e democracia*; e artigos, como os da época de atuação no PCB, que aparecerão tanto na questão *autoritarismo e democracia* quanto na *cultura escrita e poder*.

O terceiro ponto: a escolha pela expressão ‘país sem graça’ tem mais a ver com uma constatação do que mesmo com o trocadilho explícito que ela sustém – afinal, ‘Graça’ era o apelido do autor de *Angústia* e o Brasil do qual parte este estudo dista seis décadas do desaparecimento do escritor. A constatação é que Graciliano é mesmo um pessimista, e pertence a certa tradição da intelectualidade brasileira cujo filtro com que vê a realidade é o ceticismo.

Mas se toda a primeira parte deste trabalho permite que se chegue a tal conclusão, de modo algum ela autoriza estabelecer nessa assertiva permanência tranquila. Graciliano consome a dor de ser brasileiro associando-se àqueles que têm pouca ou não têm nenhuma forma de elaborar sobre essa dor. Para tanto, desnuda as bases e a dinâmica da manutenção dessas dores por indivíduos e grupos interessados em sustentar o *status* adquirido no processo evolutivo de exclusão social brasileiro ao longo dos séculos. Foi assim que Graciliano aproximou-se do marxismo, por nele encontrar bases conceituais semelhantes empregadas em sua literatura, declaradamente avessa aos princípios capitalistas. Logo, percebe-se que o pessimismo em Graciliano tem como marca a atitude de plena desconfiança das promessas e das ações. Desconfiança que praticou tanto dentro da filiação ao marxismo, não rara vezes tido como caminho, verdade e vida, quanto em relação à própria Literatura moderna – arte nascida na ascensão da burguesia.

Embora profundamente irônico, fazendo saltar de seus textos uma espécie de humor cortante, nunca é o riso o que prevalece após sua leitura. Mesmo repleta de passagens realmente hilárias, o que fica da sua biografia são as marcas do esforço que se deve fazer para permanecer digno. Não posso afirmar que Graciliano tenha lido o Pe. Antônio Vieira, mas parece pertinente trazer uma passagem de seus sermões que, de algum modo sintetiza o caminho escolhido pelo escritor alagoano:

Por isso nasce o riso na boca, como eloquente, e o pranto nos olhos, como mudo. (...) confesso que a primeira propriedade do racional é o risível; e digo que a maior impropriedade da razão é o riso. O riso é o final do racional, o pranto é o uso da razão. Para confirmação disto, que julgo evidência, não quero mais prova que o mesmo mundo, nem menos prova que o mundo todo. Quem conhece verdadeiramente o mundo, precisamente há de chorar; e quem ri, ou não chora, não o conhece.³⁹⁰

Mas Graciliano foi antes de tudo um humanista. Se bem que um humanismo tenso e desconfiado, portanto, nada contemplativo ou esperançoso. O mundo, o Brasil de Graciliano, aparece como um imenso e poderoso inimigo íntimo da maioria dos brasileiros. E nisso, ele nos mostrou não haver a menor graça.

³⁹⁰ VIEIRA, Pe. Antonio. Lágrimas de Heráclito – defendidas em Roma pelo Padre Antônio Vieira contra o riso de Demócrito. In *Sermões*, tomo 2. Org.: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, p. 543.

7. CAPÍTULO VI: CAMPO E CIDADE

*O campo revela ao homem
apenas sua própria loucura e desespero,
e a vitória é um ilusão de filósofos e néscios.*

William Faulkner
O Som e a Fúria

*A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora.*

Luiz Enriquez & Sérgio Bardotti
(versão: Chico Buarque)
A Cidade Ideal – saltimbancos

*Vivíamos num país onde os lugares
se diferenciavam muito uns dos outros.
O Nordeste era superpovoado, o Amazonas era quase deserto.
Tínhamos criaturas civilizadíssimas em Copacabana
e selvagens de beijo furado no Mato Grosso.*

Graciliano Ramos
Pequena História da República

Em meio à tensão política no início de novembro de 1937, Graciliano publicou no *Diário de Notícias* a crônica ‘Um velho cartão-postal’, a partir da lembrança de um cartão-postal duma série sobre vários países do mundo, visto lá na mocidade. A crônica servia ao propósito de revisitação da ‘tese’ desenvolvida por Graciliano em *Caetés*.

O cartão-postal que intrigara o jovem Graciliano trazia o Brasil representado por duas figuras humanas: um índio, ao mesmo tempo nu e enfeitado, recebendo numa rede vermelha correspondência de um carteiro fardado, numerado. Graciliano confessa que se indignara com a representação, convencendo-se que ela só podia ser obra de algum francês mal informado, desconhecedor de Rui Barbosa e Machado de Assis, brasileiros que há muito teriam superado a dicotomia sugerida no cartão. Da ofensa inocente de nacionalista em formação à reflexão do adulto abalizado pela experiência, a síntese encontrada punha o Brasil numa configuração em nada diversa da que chegara grande parte dos intelectuais da década. Mas entre tangenciar um otimismo do tipo *freyreano* ou se filiar a certo caráter proposicional encontrado em *Raízes do Brasil*, ou ainda acolher o espírito denunciativo e mesmo

indignado de um Paulo Prado, Graciliano focou no contexto de um país que se modernizava sob a rigidez de um estado ditatorial que não chegou a subverter a ordem econômica e social – práticas, modos, posturas e pensamentos atrasados em vestimenta, contatos e meios para adquirir, consumir e viver aspectos do chamado mundo civilizado – preferindo, assim, reforçar a ideia central defendida nos três romances anteriores: o brasileiro é um amálgama temporal, cujas práticas se confrontam com a pedagogia das novidades sociais, a elas se associando, negando ou negociando meios-termos, nem sempre resultando em equilíbrio, e sim, muito mais em manutenção de estruturas sociais que do novo se apoderam para se alimentarem e alimentarem um *continuum* arcaico no jogo progressivo das mudanças sem ruptura:

Afinal, achei que o francês, inventor de disso (naturalmente era francês), pensava com acerto. Acontece, porém, que ele havia posto, no papel, dois indivíduos, quando na realidade existe apenas um: – empregado público e tupinambá. No cartão havia um desdobramento – e isso revelava o talento do artista.

Essa ideia do desdobramento é particularmente interessante: tendo escrito sobre um contador do interior (profissional do setor privado); um fazendeiro do agreste (ao mesmo tempo coronel e empreendedor); um funcionário público de uma cidade capital (filho de uma elite agrária decadente) e depois uma família de flagelados do sertão ressequido (deixando o ambiente cada vez mais ermado de onde nascera, levada pelo canto das oportunidades que vinha da aglomeração das capitais), Graciliano se associa ao engenho do desenhista, capaz de fracionar o todo, expondo seus componentes em dialética.

Segue Graciliano o comentário sobre a imagem do cartão-postal, agora em sintonia com o contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), da expansão do Nazifascismo pelo mundo, do contato com os avanços técnicos proporcionados pela burguesia e as guerras dos últimos dois séculos. Graciliano deixa-se flagrar em suas bases científicas (progresso e evolução), e numa proposta irônica, faz surgir a ideia de abandono da civilização como ela se nos apresentava (eliminar o carteiro) e voltarmos a usar penas para enfeitar a nudez (caetenizarmo-nos):

Uma parte do brasileiro quer civilizar-se, a outra conserva-se bugre, pintada a jenipapo e urucu; usa enduape e tem saudade da antropofagia. Há alguns meses, esse funcionário tamoio foi levemente funcionário e tamoio demais. Intratável, nostálgico, só pensava em Anchieta e outros missionários de épocas escuras.

Bons tempos! Não havia automóvel, nem aeroplano, essas máquinas exóticas que não se harmonizam com a índole pacífica do nosso povo, mas, em compensação, existia fé nos corações. E quando isso faltava, um medo salutar envergava os espinhaços. Bons tempos, tempos de força e de ordem!

Mas, os espíritos irrequietos inventaram novidades, cantaram a “Marselhesa”, outra esquisitice, incompatível com as nossas tendências ordeiras, puseram-se a ler em demasia. Afastamo-nos da tradição.

Necessário pôr fim a semelhantes desregramentos, retornar o bom caminho. Pois não! Seria bom a gente recuar uns duzentos anos, suprimir inovações perigosas e adotar a candeia de azeite.

Dois séculos ou mais.

Devíamos era restaurar o Brasil de Cunhambebe, rebaixar o funcionário e elevar o canibal.

Parece que o cartão postal, que vi na escola primária, estava certo. Dois tipos: — um vestido, carregado de papel impresso; outro nu, feroz, com os dentes pontudos, cacete na mão.³⁹¹

Com *Vidas Secas* já concluído fica mais clara a proposta irônica de Graciliano. Ao mesmo tempo, dentro do conjunto literário do escritor, a mesma imagem desdobrada do brasileiro aparece. Com o Fabiano de *Vidas Secas*, Graciliano melhor perfilou as bases do ‘caeteterismo’ na formação brasileira, o que não significa que a observação de Octávio de Faria sobre Luís da Silva ser “o mais autêntico ‘caeté’ do autor de *Caetés*” esteja destituída de razão.³⁹²

Como explicar isso? Com o desencanto que Graciliano joga num mundo sempre tendente a dividir e classificar o real num exercício vão de ocultar as contradições. Graciliano abraça a contradição e se expõe a ela. Afinal, filia-se a ideias que comungam com o avanço progressista, mas reconhece que essas ideias, independente da ideologia política que as sustentaram ou ainda as sustêm, nunca foram ou ainda não estão em harmonia com as particularidades de um país periférico como o Brasil, com o extenso e contundente histórico de exclusão social e ignorância de suas próprias diversidades geográfica, social e cultural.

Este capítulo trata a questão como um temas centrais da Literatura graciliânica. Mas reconhece-se aqui que o debate sobre a relação campo-cidade abrange tantas questões, de áreas tão diversas, que a tentativa de contemplar todas a contento, num único capítulo, seria uma estratégia no mínimo ingênua.

Campo e cidade ganharam significados para além das características desses meios: para o habitante de uma metrópole, qualquer outra cidade, mesmo que bem aparelhada, um eficiente espaço urbano, pode ser considerada campo, ou a ele ser

³⁹¹ *Linhas Tortas*, p. 172-173.

³⁹² FARIA, Octávio.de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. In: RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

remetida, seja pela atividade econômica que sustenta o município ou pela proximidade a grandes áreas agricultáveis. Assim, campo e cidade – para além do que os caracterizam à primeira vista – devem ser observados mais por sua dinâmica cultural e seus aspectos humanos. Essa lição não só não é minha como também não é nova e tem forte relação, inclusive de proximidade temporal, com o tipo de Literatura com o qual me dispus a dialogar. Essa lição é de Antonio Candido:

Talvez se possa dizer que os romancistas da geração dos anos de 1930, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro, porque tentaram resolver a grande contradição que caracteriza nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior – entendendo-se por litoral e interior menos as regiões geograficamente correspondentes do que os tipos de existência, os padrões de cultura comumente subentendidos em tais designações.³⁹³

Em 1945, Candido enxergava nesse tipo de literatura a problemática campo-cidade aparecendo sob óptica diferente da herdada do século XIX. As experiências modernista nas Artes e no pensamento e a onda modernizadora que chegava ao país, a partir da década de 1920, compunham, ainda que timidamente, pautas que punham o campo da Literatura e governos a trabalhar – ora paralelamente, ora entrelaçados – questões como o isolamento do homem do campo e o mal-estar do homem urbano.

A literatura de Graciliano Ramos – não exclusiva ao período no que tange a denúncias sobre as más condições de vida das camadas pobres num meio ou noutro – não separou de todo esses dois universos.³⁹⁴ E se metade das obras mais significativas de sua ficção – *São Bernardo* e *Vidas Secas* – tem sua trama ambientada no meio rural é porque ele simplesmente não podia inventar espaços cuja experiência não alcançava. As crônicas no tempo da primeira fase, do Rio, são tipicamente urbanas, voltadas para as novidades que chegavam ao grande centro; as crônicas da segunda fase também são tipicamente urbanas, mas voltadas para os hábitos resistentes às mudanças ou para as mudanças que inauguravam hábitos;

³⁹³ CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*, op. cit., p. 41.

³⁹⁴ Mostrar os problemas da realidade em forma de literatura não dispensava o fato de o Brasil ser um país eminentemente agrário na primeira metade do século XX. Na década de 1940, de acordo com IBGE, a população rural brasileira correspondia a dois terços do contingente nacional. Em 1936, ano em que Graciliano é levado de Alagoas para cumprir pena nos cárceres varguistas, o estado acompanhava essa média que não trazia, é bem verdade, nenhuma unidade da federação que se destacasse bruscamente. Ver em INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *População absoluta e relativa das Unidades Federadas, por Zonas fisiográficas, calculada para 31 de dezembro de 1936*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1937/populacao1937aeb_12_a_13.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

o primeiro romance, *Caetés*, nada cosmopolita, é, no entanto, também tipicamente urbano, pois se fala de uma cidadezinha ainda fortemente atravessada de ruralismos, também registra a penetração do pensamento científico, das novidades urbanas que chegam atrasadamente, defasadas; *Angústia*, o terceiro romance, é mais uma vez tipicamente urbano, passando-se numa capital atrasada que se posta diante aos grandes centros do país, e sua personagem central trazendo nas costas a herança agrária, sertaneja, interiorana que não é só a do alagoano ou do nordestino da época.

No que tange ao campo e à cidade, o ponto mais interseccional da literatura graciliânica é, contudo, o isolamento, o desespero do desamparo. O deserto sertanejo não é necessariamente um deserto físico, assim como a aglomeração urbana não é necessariamente a garantia de companhia ou mesmo de conforto identitário. A auscultação do homem rude do mato, como Graciliano costumava defender seu método, não difere muito da observação de tipos urbanos: o trabalhador da fábrica banhado em óleo, o funcionário público, o guarda-livros jornalista, o literato preso, a professora, os policiais, os habitantes de pensões – todos eles criaturas constantemente comparadas a bichos, todos vivendo num ambiente hostil como o sertão seco, o agreste brejado, a cidade imunda e perversa.

Nos artigos para a *Cultura Política* ‘O moço da farmácia’, ‘Habitação’, ‘Teatro I’, Graciliano contrabalanceia a descrição do ambiente sertanejo, uma casa perdida nos “cafundós de Pernambuco”, com a disposição da pequena cidade de “cinco mil habitantes” em aparelhar-se para acompanhar os avanços que o mundo ocidental impunha no início do século.³⁹⁵ Campo e cidade se complementam numa realidade que traz a segunda matando a primeira aos poucos, no seu próprio terreno; enquanto traz a primeira sobrevivendo na tessitura social das cidades, na linguagem, nos hábitos alimentares, na comparação de temporalidades. *Caetés* e *Angústia* trabalham à exaustão essa dinâmica que ajuda a entender, entre outras, as relações de poder, tanto no setor político quanto no econômico.

³⁹⁵ *Viventes das Alagoas*, p. 41-44; 57-61; 63-66.

7.1. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra

João Valério recebe da criada Casimira, um livro do Centro da Boa Imprensa, leitura edificante, moralizante, segundo o narrador da trama de *Caetés*. Quem remete o livro é Marta Varejão, aparentemente enamorada por Valério. Marta é afilhada de D. Engrácia, a mulher mais rica da cidade. Junto ao livro vem uma pergunta, uma proposta: “– Ela quer saber se o senhor vai ao cinema... se vai à missa.”

Passagem bastante prosaica, como é mesmo todo o romance de estreia de Graciliano, escrito e ambientado numa cidadezinha do interior do Brasil. Mas os dois locais para um possível encontro, cinema e missa, são elementos de uma realidade já complexa, ainda que aparentemente monocórdia. O primeiro, símbolo do movimento, da pressa, do progresso, vários quadros de filmes rodando por segundo para a promoção do entretenimento e admiração da capacidade humana de inventar. A segunda, calmaria de gestos, contemplação retroativa e introspectiva, exercício de humildade onde mora a verdade e o eterno. A passagem encerra, portanto, a convivência, desigual mas existente, de movimento e paralisia no interior alagoano em meados da década de 1920.

A resposta de João Valério, enredado num romance com Luísa, a esposa do patrão, não podia ser mais vacilante: “– O cinema... respondi atarantado. À missa... Não posso, estou com febre.”³⁹⁶ Mais do que evidenciar a dúvida em marcar um encontro num dos templos da modernidade ou no templo da tradição, a saída pela abstenção alegando febre sugere o temor de abraçar um dos projetos que de algum modo se lhes desenhava.

No plano nacional, o presidente Washington Luís dizia que “governar era abrir estradas”, a vitrine de seu governo foi então a Rio-São Paulo, a primeira via asfaltada de grande porte do Brasil.³⁹⁷ Construída numa atmosfera de austeridade econômica a estrada, segundo Graciliano, foi “cara e inútil”,³⁹⁸ e se seu trajeto fazia parte da estratégia de crescimento econômico do país, eram também alimento para a síndrome de caranguejo diagnosticada a quatrocentos anos por Frei Vicente Salvador. No plano local, o prefeito Graciliano construía estradas de rodagem com a

³⁹⁶ *Caetés*, p. 110.

³⁹⁷ “GOVERNAR é abrir estradas”: será inaugurada amanhã a estrada Rio-São Paulo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 maio 1928. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/washington-luis-inaugura-primeira-rodovia-asfaltada-do-brasil-8849272>>, acessado em nov. 2013.

³⁹⁸ *Pequena História da República*, p. 181.

mão de obra carcerária.³⁹⁹ Um pouco antes, na sua obra de ficção, Paulo Honório abria estradas por contra própria, fazendo às vezes de governo local. E Fabiano e família percorriam curtas veredas, ora pela caatinga ora pelo leito seco dos rios. Tudo isso num período entre 1925 e 1940.

É, em resumo, o quadro diversificado de um país que se dizia moderno, porque queria ser moderno. Um dos papéis da Literatura da geração de 1930, e dos textos de Graciliano, em particular, foi reduzir a escala e deslocar o foco, pondo em suspeição a modernidade propagandeada pelas elites políticas e econômicas desde o final do século XIX:

Do novo romance que surgiria na década de 30 está ausente qualquer crença na possibilidade de uma transformação positiva do país pela via da modernização. É em *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, que se encontrará a expressão romanesca mais acabada dessa descrença na modernização, que vai junto com uma avaliação pouco otimista da revolução de 30.⁴⁰⁰

As expressões ‘movimento’ e ‘paralisia’, usadas acima, fazem parte de uma longa lista de imagens antípodas comumente trazidas para explicar o que se sentia nas grandes cidades do Brasil na virada do século XIX para o XX e como se vivia nas áreas mais isoladas do país no mesmo período. A historiadora Margaria de Souza Neves preferiu, por exemplo, o par “vertigem” e “marasmo”: “Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas”, por um lado; e pelo outro, “um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida.” A historiadora recolhe um trecho do capítulo ‘Manhã’, de *Infância*, como alegoria das relações entre o homem e o tempo no campo, extraíndo dele elementos para se estabelecer comparação entre a “modorra da vida no interior e a vida vertiginosa do Rio de Janeiro”.⁴⁰¹ Com efeito, o contexto trazido pela historiadora está mais próximo do 15 de novembro de 1889 do que do 3 de outubro de 1930, e tende mesmo a ser elemento de uma estratégia historiográfica que lança visão panorâmica sobre o país, buscando enxergar em largas linhas a inteireza desses dois cenários, a fim de entender os embates ocorridos entre eles, como no

³⁹⁹ RAMOS, Graciliano. Autorretrato aos 56 Anos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1948.

⁴⁰⁰ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2006, p. 69.

⁴⁰¹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. I: o tempo de liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-16.

episódio de Canudos, no fim do século XIX. Essa visão, contudo, não é fruto apenas das muitas décadas passadas desde o início do período republicano.

Em meados dos anos 1950, foi publicada uma pequena nota a respeito da crítica de Ginette Guitard-Auviste sobre *Infância*, publicada na *Les Nouvelles Littéraires*. A nota é composta basicamente da transcrição de algumas observações da jornalista sobre o contexto do livro e sobre certa ‘evolução’ das condições sociais das camadas pobres brasileiras:

O Brasil, por volta de 1900, entrava com grande dificuldade, no concerto do mundo moderno. A abolição dos escravos havia produzido perturbações que uma política infeliz e uma justiça arbitrária alimentavam. Violência e pobreza, religião e superstição se defrontavam num clima rude contra o qual a população se via mal protegida.

Nessas condições de vida precárias uma criança procura o seu caminho, e tudo isso, que pertence a um passado próximo, parece surgir do fundo das idades em torno dos seres e das coisas recompostas pela memória de Graciliano Ramos, visão estranha, exótica de um país em plena transformação, que venceu depois, com desenvoltura, as etapas da história.⁴⁰²

O que talvez possa ser acrescentado no texto da crítica francesa dos anos 1950 e no da historiadora brasileira, já do século XXI, é que no restante do capítulo ‘Manhã’, é registrado que o menino Graciliano, ou a alegoria da República infante, tinha dois modelos a seguir: o avô paterno (letrado e cantor, construtor caprichoso de urupemas inúteis) e o avô materno (proprietário de gado, homem rude, íntimo da terra). Quando os dois modelos se encontravam: “Esse avô bárbaro dispensava ao civilizado, artífice e cantor, exageros de atenção, em que havia talvez surpresa, desdém, o receio de magoá-lo, estragá-lo com as mãos duras.”⁴⁰³ Ou seja, mais uma vez, modelos em convivência, embora um muito frágil diante do outro.

Tanto em *Caetés* quanto em *Infância* está claro que a crítica maior recai sobre a manutenção do atraso e das injustas relações sociais no interior do país. Assim como *São Bernardo* é o livro que leva essa crítica ao extremo possível, enquanto *Vidas Secas* é o alerta para que se vejam os resultados da manutenção do atraso e da injustiça, já num contexto pós-revolução de 1930. Nos textos dos anos 1940 em diante, mais elementos urbanos aparecem, ou reaparecem, fechando um círculo com as primeiras crônicas da década de 1910. Todas essas críticas tendem à

⁴⁰² GRACILIANO e a crítica francesa. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP) Obs. 1: recorte de jornal com data anotada do ano de 1955, s/data específica e s/autoria. Obs. 2: é provável que a data anotada esteja errada, já que a crítica se refere à tradução para o francês de *Infância* (Enfance, Galimard) que seria lançada apenas em fevereiro de 1956.

⁴⁰³ *Infância*, p. 20.

confirmação das expressões “paralisia” ou “marasmo”, principalmente quando recrutamos o dinamismo da cidade grande para a comparação. Mas há várias outras críticas existentes nessas obras, trazendo outras faces da complexidade social, não permitindo taxá-las de lamentos por certas regiões em determinadas épocas não saberem acompanhar o relógio do progresso.

No fundo, são críticas lançadas ao próprio país – a seus líderes – que alterou formas de governo, base produtiva, normas de convívio, sem um plano horizontal que levasse em conta os vários tipos de distância entre os centros de poder e os interiores do Brasil. Conclusões como as de Paulo Rónai (1907-1992) sobre a Palmeira dos Índios do romance *Caetés* – “como aquela cidadezinha do interior alagoano reflete todas as cidadezinhas do mundo e, ao mesmo tempo, como deve condensar a existência estagnada de mil perdidos lugarejos do Brasil!”⁴⁰⁴ – estão longe do erro crasso, mas talvez sejam excessivamente ligadas ao agora da obra, que se confrontado com o agora de outras obras do autor, ambientadas em outros lugares, com a estrutura político-econômica tendo sofrido algum tipo de alteração, provocam a releitura em conjunto e possibilitam ver mais o processo com suas contradições do que os eventos com sua positividade isolada.

Em *Angústia*, por exemplo, ambientado na Maceió de 1935, uma forte passagem mostra Luís da Silva aguardando por Marina, alvo de sua paixão doentia, fazer o aborto do filho de outro homem, o antagonista Julião Tavares. Escondido num bar, o confuso e amargurado protagonista opera essa comparação entre o lugarejo perdido e estagnado e a capital:

A minha pátria era a vila perdida no alto da serra, onde a chuva caía numa neblina que escondia tudo. Se eu tivesse ficado ali, ignoraria o resto do mundo. (...) Tão longe! Pensei no jornal francês lido na véspera e aqui chegado vinte e quatro horas depois de publicado. As notícias dos municípios sertanejos do meu Estado chegam mais atrasadas que um número de jornal europeu.⁴⁰⁵

Mas isso diz pouco, afinal corrobora com a visão cristalizada de o sertão ser o lugar, por excelência, do atraso, da paralisia, do isolamento compulsório, uma espécie de imenso vazio incapaz de produzir notícias. No início do livro, uma passagem de movimento similar pede a relativização do que seria realmente esse atraso:

⁴⁰⁴ RÓNAI, Paulo. No mundo de Graciliano Ramos. In *Encontros com o Brasil*. Rio de Janeiro: Batel, 2009, p. 89.

⁴⁰⁵ *Angústia*, p. 175.

Distraio-me, esqueço Marina, que algumas ruas apenas separam de mim. Afasto-me outra vez da realidade, mas agora não vejo os navios, a recordação da cidade grande desapareceu completamente. O bonde roda para oeste, dirige-se ao interior. Tenho a impressão de que ele me vai levar ao meu município sertanejo. E nem percebo os casebres miseráveis que trepam o morro, à direita, os palacetes que têm os pés na lama, junto ao mangue, à esquerda.⁴⁰⁶

Este trecho possui pelo menos três questões bastante importantes: a primeira delas diz respeito a relação entre Marina e Luís da Silva, mar e selva, litoral e interior, a constante atração que o primeiro exerce sobre o segundo, como demonstrado numa espécie de antipoética concretista que Luís da Silva renega e pratica: “em duas horas escrevo uma palavra: *Marina*. Depois, aproveitando as letras deste nome, arranjo coisas absurdas: *ar, mar, rima, arma, ira, amar*.”⁴⁰⁷

As incontáveis pontes temporais feitas por Luís da Silva durante o romance, ligando sua infância no mato ao seu presente próximo ao mar são também pontes geográficas e, mais ainda, pontes culturais e econômicas interdependentes. O que é mais interessante é que essas pontes foram feitas em praticamente todos os textos de Graciliano. E nelas, a questão de progresso e atraso ganha dimensão menos maniqueísta do que a superfície do texto pode sugerir.

Em *Caetés* e *São Bernardo*, o litoral ou os grandes centros são associados ao desfrute da riqueza, embora a ida até eles não se efetive. No primeiro, ele é o sonho acordado de João Valério, visualizando um futuro de luxo no Rio de Janeiro após casar com Marta Varejão – novamente o “mar” – desfrutando a herança de D. Engrácia.

Ficávamos noivos, casávamos, D. Engrácia morria. Imaginei-me proprietário, vendendo tudo, arredondando aí uns quinhentos contos, indo viver no Rio de Janeiro com Marta, entre romances franceses, papéis de músicas e flores de parafina. Onde iria morar? No Tijuca, em Santa Teresa, ou em Copacabana, um dos bairros que vi nos jornais. Eu seria um marido exemplar e Marta uma companheira deliciosa, dessas fabricadas por poetas solteiros. Atribuí-lhe os filhos destinados a Luísa, quatro diabretes fortes e espertos. Suprimi radicalmente Nicolau Varejão, ser inútil.

Achava-me em pleno sonho, num camarote do Municipal, quando Adrião se abeirou da carteira:

- Diga-me cá, por que foi que você não apareceu mais lá em casa?⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ *Angústia*, p. 25.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 22

⁴⁰⁸ *Caetés*, p. 38.

Em *São Bernardo*, uma viagem de férias com Madalena para o Rio de Janeiro e São Paulo é cogitada como maneira de tentar salvar o casamento complicado e também de Madalena recuperar a saúde.⁴⁰⁹ De todos os personagens centrais da literatura de Graciliano, Paulo Honório é o único que pode desfrutar, às próprias custas, das riquezas e novidades dos grandes centros, porque ele é também o único que gerou e possui riquezas e o único que pode deliberar importar novidades que lhe interessam. Madalena suicida-se, fugindo do círculo reificante da fazenda São Bernardo, e o “mar”, para Paulo Honório, fica pela metade, está lá, mas não lhe interessa mais, na verdade, nunca o interessou.

Para Luís da Silva, Marina só trouxe desgostos para sua “vida de parafuso” na cidade grande, e a Capital Federal deixou-lhe amargas recordações de noites dormidas ao relento e pouca comida. Luís da Silva é, assim, o personagem que mais viveu o litoral, que mais se aproximou das duas realidades. Desgosta das duas, porque tem motivos para desconfiar tanto da vida agreste quanto da vida à beira-mar. Em *Vidas Secas*, o mar não existe, podendo vir a existir, mas não será para o desfrute da família de retirantes, que com ele só possuía relação através do nome da cadela. Assim, os personagens que foram ou que irão até o mar, fizeram ou o farão pela necessidade, não pela vontade; foram ou irão para serem desfrutados, não para desfrutar. Modernidade, para esses, foi, é ou será uma armadilha significativa.

Outra questão envolve a expressão “o bonde roda para o oeste”, onde estão os “municípios sertanejos”, expressão que causa certa estranheza, já que município lembra ordem e burocracia, como sertão, mando e tradição. Só com essa expressão, Graciliano já estabelece a existência de um meio termo tantas vezes ignorado na História do processo modernizador no Brasil.

Mas não é necessariamente do “município sertanejo” que Graciliano fala no artigo ‘A Marcha para o campo’, de 1938, quando cita o isolamento e o descaso das autoridades com o interior do país, em especial o semiárido nordestino. Nos arredores do lançamento de *Vidas Secas*, o artigo tem mais a ver com a promessa de integração do Brasil feita pelo Estado Novo recém instalado e com o crescimento

⁴⁰⁹ *São Bernardo*, p. 165.

substancial da Economia, puxado pelo salto industrial da primeira metade dos anos 1930⁴¹⁰:

Realmente o Brasil sofre duma espécie de macrocefalia. Enquanto a capital se desenvolve enormemente para cima e para os lados, importando por avião e transatlântico os bens e os males da civilização, o campo definha, pacatamente rotineiro, longe da metrópole no espaço e no tempo. Faltam-lhe vias de comunicação – e certos lugares, verdadeiras ilhas no mundo atual, pouco diferem do que eram sob o domínio dos capitães-mores. (...)

Parece que o homem da roça experimenta uma certa vergonha da sua origem, vergonha provavelmente causada pela pobreza que ali reina. É essa humilhante sensação de inferioridade que o faz despregar-se facilmente do seu torrão e desejar esquecê-lo depressa. Transplantado para a cidade, talvez ele não volte, prefira continuar a percorrer as avenidas e a esperar um milagre que lhe endireite as finanças, ainda quando a revolução econômica se opera dentro do país.

(...)

Melhorados e aumentados os meios de transporte, utilizados os nossos recursos em toda a superfície do país, especialmente o carvão, o petróleo e o ferro, o que originará melhor distribuição demográfica e elevação consequente do nível cultural, os camponeses não mais precisarão buscar na cidade o que ela não lhes pode oferecer.⁴¹¹

Na abertura do texto, há mesmo referência ao discurso de primeiro de janeiro do presidente Vargas e sua clara alusão ao bandeirantismo.⁴¹² Este, por sua vez, é depositário da teoria neobandeirante de Cassiano Ricardo, aglutinada em artigo que sairia em 1941, na revista *Cultura Política*,⁴¹³ contendo as claras diretrizes para a manutenção de um Estado forte baseado na unidade central, em detrimento do Federalismo.

⁴¹⁰ Em dois momentos da década de 1920 (1920-22 e 1927-28) o produto industrial atinge picos de 6,2% e 8,0% respectivamente, o que contribui positivamente para a elevação dos índices do PIB nesses dois períodos (3,2% e 12,4%). O grande crescimento industrial de 1933 a 1936 (14,1%) – os anos do milagre – puxa o PIB do período para uma taxa de 9,4%, o que, ante o mau desempenho do PIB durante os anos de recessão (1929-1932), representa um salto excepcional. Nesse período os setores industriais mais dinâmicos são o têxtil, químico, o de papel, cimento, aço e pneus. Ver em:

⁴¹¹ *Linhas Tortas*, p. 128-129; 131. Ver mais em: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. II: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-249.

⁴¹² Trecho do discurso de Vargas: “A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, transpor planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro caminho da brasilidade é a marcha para o Oeste.” Ver em: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*, apud SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha*: Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*, op. cit., p. 391.

⁴¹³ RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, op. cit., p. 110-132.

Graciliano elogia a iniciativa do presidente em promover a interiorização do Governo Federal no país, ação que por mais de cinquenta anos era esperada. Ainda assim, há o cuidado para não cair em discurso triunfalista, laudatório ou ufanista.

Há uma horrível maneira de contar certas histórias desagradáveis responsabilizando a gente miúda por falhas de que ela não pode ter culpa. Se o sertanejo é pobre, é porque tem preguiça de plantar; se migra, é por nasceu com vocação para vagabundo. Esse meio cômodo de afastar dificuldades caluniando o matuto é uma brincadeira cruel, pelo menos tão inútil e mentirosa como as loas que outros lhe cantam, celebrando lhe imoderadamente a coragem, a inteligência, enfim um razoável catálogo de virtudes possíveis, virtudes que se estiram junto ao inventário de numerosas vantagens da terra: cachoeiras, minas, o comprimento dos rios e a extensão das matas.⁴¹⁴

A terceira questão tem a ver com desigualdades sociais na própria cidade grande. Luís da Silva diz nem perceber os casebres que estão nos morros. O que melhorou? O que nisso é diferente da miséria no sertão ou nas extremidades das cidades pequenas do interior? O que é realmente violência e atraso? Sem necessariamente saltar uma explicação de seus textos, percebe-se, contudo, que numa visão de conjunto, Graciliano relativiza as imagens de litoral e interior a partir da crítica ao que abrange todas essas questões: a modernidade se espalha como discurso, mas atua apenas nuclearmente. Há uma ligação entre os que vivem nos núcleos dos pequenos centros com o que vivem nos núcleos dos grandes centros. As periferias, em qualquer dos dois lugares, talvez não possuam mais sorte que o sertão; talvez livres do isolamento, seus habitantes possam sofrer em conjunto e, assim, conseguirem a rebeldia das aglomerações, embora a aglutinação em torno de um beato, por exemplo, seja mais difícil e mesmo improvável, pois, afinal, moram na cidade. E essa é uma contradição das mais sérias.

A Palmeira dos Índios de *Caetés* não está isolada ou estagnada: é durante viagem de Adrião (patrão de João Valério) a Maceió, que Luísa trai o marido com seu funcionário. Em *São Bernardo*, Paulo Honório sai da sua fazenda, passa por Viçosa, e de lá segue de trem até Maceió para surrar o jornalista Costa Brito, o qual, não tendo recebido a propina cobrada para noticiar as novidades que Paulo Honório estava trazendo para o interior, fez um artigo acusando o fazendeiro de ter assassinado o vizinho Mendonça, rival do narrador em questões de limites das propriedades. Após pagar fiança, Paulo Honório volta no outro dia para a fazenda

⁴¹⁴ *Linhas Tortas*, p. 130.

num vagão da *Great Western*, como se nada tivesse acontecido. Em *Vidas Secas*, tudo indica que Fabiano e a família rumam para uma cidade grande do sul do país. O litoral já não é somente onde bate o mar de Alagoas, a atração seria o centro econômico do Brasil. E Fabiano, vaqueiro, não vivia numa cidade, e sim, numa fazenda semiabandonada que recebia raras visitas de um patrão invisível instalado na cidade mais próxima, a mais de dezoito quilômetros de distância física, mas há muitas décadas de alguns avanços tecnológicos e costumes típicos da multidão. No capítulo ‘Festa’, após percorrerem as mais de três léguas, a família acanhada chegava à cidade. Os meninos estranharam “haver tanta casa e tanta gente”; olhavam sem entender as luzes abundantes, as lojas, as prateleiras, e incomodavam-se, assim como Baleia, com o burburinho e com o excesso de claridade.⁴¹⁵ Na fazenda São Bernardo, longe da cidade, mas próxima do poder e do capital, Paulo Honório registra um de seus orgulhos: “devagarinho, foram clareando as lâmpadas da iluminação elétrica. Luzes também nas casas dos moradores. (...) Luz até meia-noite. Conforto! E eu pretendia instalar telefones.”⁴¹⁶ Luís da Silva, como já dito antes, morava num bairro afastado, próximo a usina elétrica. João Valério encerra sua narrativa descrevendo a paisagem da noitinha nas aglomerações pobres distantes do centro:

Para os lados do Xucuru, meia dúzia de luzes indecisas. Aquilo há pouco tempo era dos índios. Outras luzes na Lagoa, que foi uma taba. No Tanque, montes negros como piche. (...) Negra também, a Cafurna, onde se arrastam, miseráveis, os remanescentes que da tribo que lá existiu.⁴¹⁷

Na Palmeira dos Índios do prefeito Graciliano Ramos, os gastos com o fornecimento de luz foram denunciados nos *Relatórios* como um roubo dos cofres públicos: “a prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para fornecimento de luz. Apesar de ser um negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um *bluff*. Pagamos até a luz que a luz no dá.”⁴¹⁸ E o jovem Graciliano, recém chegado à Capital Federal, descrevia, em 1915, com ironia e malícia, a mudança de hábitos em certas ruas da cidade, que, às escuras há menos dez anos, antes da chegada do Grupo *Light*, servia de ponto de trabalho para as descendentes de Afrodite. Não ficaria bem para a modernidade urbana

⁴¹⁵ *Vidas Secas*, p. 71-74

⁴¹⁶ *São Bernardo*, p. 47.

⁴¹⁷ *Caetés*, p. 222-223.

⁴¹⁸ *Relatórios*, p. 52-53.

compatibilizar “os carros da *Light* e o amor”; e havia também, com o intuito de resguardar a moralidade, receio de que, sob a luz do progresso, algumas “raparigas virtuosas”, vissem o espetáculo e, “seduzidas por uma vida livre e fácil, tivessem tentação de tomar o freio nos dentes e mandar o pudor às favas.”⁴¹⁹ O resultado: as moças que se ofereciam a preço fixo nas ruas escuras da Capital Federal foram afastadas para mais longe e para a escuridão, como os remanescentes dos índios de Palmeira, dez anos depois.

É consensual o uso do oxímoro “modernidade conservadora” para definir a culminância, a partir dos anos 1930, do processo de avanço da modernidade no Brasil e sua acomodação diante da força da tradição em vários setores da realidade nacional. Não obstante a mudança de regime, de imperial para republicano, assim como a orientação teórica romântica para a positivista, e ainda a separação entre Igreja e Estado, tal processo incluiu manifestações da tradição estabelecida desde as bases nacionais construídas no período imperial.⁴²⁰ Essas manifestações (antes e depois da virada interna republicana dos anos 1930), deram-se, principalmente, nos interiores do país, embora algumas das mais significativas também tenham ocorrido em grandes centros urbanos.

Mas o poder da tradição verificado nas manifestações durante os primeiros quarenta anos republicanos: Revolta de Canudos como a revivescência mais dramática da revolta de Quebra-quilos, ainda no Império; Contestado e Caldeirão, no Sul e no Nordeste, respectivamente; Revolta da Armada e da Vacina, ambas na Capital Federal, não revelam apenas um país cujo contingente populacional em sua esmagadora maioria respirava ares conservadores e, por isso, revoltava-se contra as novidades modernas que a República empurrava-lhe goela abaixo, ou seja, “o poder da tradição”, como observou José Murilo de Carvalho, “não se revelava apenas na reação às mudanças. Ele estava presente no próprio conteúdo do que era visto e considerado como moderno por setores da elite.”⁴²¹

Como resultado dessa dupla ação conservadora de revoltosos pobres e elite barganhista – juntando-se a isso uma concepção elitista de progresso, na qual “mais

⁴¹⁹ *Linhas Tortas*, p. 21-23.

⁴²⁰ Quais sejam: “indianismo romântico” como base intelectual, estética e filosófica; “liberalismo estamental”, como base político-econômica; “catolicismo hierárquico”, como base de comunicação e encenação de poder, além de capilaridade institucional mais eficiente. Ver em: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 51-65.

⁴²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 119.

que indiferentes” os pregadores da modernidade eram mesmo “alérgicos ao povo brasileiro” e um movimento operário de pouca força para ações de efetiva ruptura na cadeia exploradora – o que se verificou na Primeira República foi a chegada e a acomodação da modernidade numa sociedade conservadora, o que não “gerava a cidadania, no máximo criava a ‘estadania’, a incorporação ao sistema político pelo envolvimento na malha crescente da burocracia estatal”, o que deturpava, segundo Carvalho, a um só tempo “a boa modernidade e a boa tradição.”⁴²²

Graciliano enxergava esse encaixe negativo para o qual as elites estavam conduzindo o país. Mostrara-o, num espaço um pouco maior do que uma década, escrevendo sobre uma cidade do interior, uma fazenda mais Brasil adentro, uma capital, o sertão ermo; e, expondo nesses cenários sua configuração política, econômica e social, movimentou Graciliano o empregado da pequena empresa, o fazendeiro explorador, o funcionário público, o vaqueiro analfabeto e dezenas de personagens, para mostrar na estampa social as diferenças gritantes entre quem adquiria o que se considerava cidadania e os que se situavam abaixo dessa linha.

Na tentativa de estabelecer a “formação de um padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania”⁴²³ a partir das relações de poder e dependência entre ricos proprietários e a massa pobre de homens livres pós-abolição – relações calçadas na violência e em códigos pessoais, não institucionalizados e subsumidos numa aura de tradição que, por seu turno, tende a naturalizar a condição de dependente de uma multidão livre de pobres que seriam a “presença ausente” do escravo como elemento base de uma economia ao mesmo tempo modernizada e tradicionalista – Jessé Souza, na esteira da tese desenvolvida por Maria Sylvia de Carvalho Franco, chama a atenção para o fato de a Literatura brasileira, no caso a graciliânica, haver lançado luz tanto sobre a figura típica do agregado urbano e rural quanto ter trazido o elemento diferenciador dessa conformação social moderna que, em teoria, permite a ascensão do ex-agregado, do ex-dependente em patrão. Obviamente, Jessé Souza refere-se ao Paulo Honório de *São Bernardo*, que, confrontado com a figura social desenhada por Carvalho Franco, serve a duas importantes constatações: primeiro, “o processo de desumanização que a ascensão social neste contexto de insegurança, precariedade e violência

⁴²² *Ibid.*, p. 127.

⁴²³ SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da marginalidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 153.

exige”; segundo: “a realidade abordada por Carvalho Franco [específica da segunda metade do século XIX] era nacional, assim como a ‘sombra’ da escravidão que a condicionava.”⁴²⁴

Portanto, um vale-tudo, tanto urbano quanto rural, num mundo que se globalizava (embora o termo não fosse usado), encurtando distâncias, estreitando relações sociais mediadas por demandas surgidas a partir de necessidades urgentes que até pouco tempo não eram sequer cogitadas. Em crônica de 1921, aparece no jornal de Palmeira dos Índios um arrolamento das exigências e das possibilidades modernas, como o consumo teórico dos discursos de Lenin e a prática diária da cartilha inglesa, seguido tudo isso da indicação do conhecimento que parece ser essencial no dia a dia desse mundo estreitado:

Necessitamos o jornal, o cinema, o teatro, o colarinho, o amor, o guarda-chuva, a filosofia, o bonde, a eletricidade, o francês, o jogo do bicho, a literatura, o automóvel e as mensagens do presidente Epitácio.

Em matéria de necessidades, o homem moderno abrange todas as latitudes. Tem a cabeça em um polo, os pés em outro, o equador passando-lhe mais ou menos pela altura do umbigo.

Está em todas as longitudes. Seus braços, fantasticamente longos, enlaçam o mundo. O que se inventa hoje na Dinamarca é de uso comum amanhã na Terra do Fogo. Calçamos os sapatos de John Bull e meditamos os discursos de Lenine. O ianque acotovela o *chim*, o esquimó pisca o olho ao patagão.

(...) Nem sempre o objeto que se inventa corresponde a uma atitude imediata – vai criar muitas vezes utilidades futuras.

(...)

A civilização impõe-nos tiranicamente uma caterva de noções, que, bem ou mal, temos de adquirir. Precisamos saber fazer a barba, abotoar os sapatos, escrever uma carta, mandar para um bonde, morder um amigo, dançar o tango, escovar os dentes, elogiar discretamente um sujeito que nos pode ser útil. Tudo isso requer uma iniciação demorada.

Mas entre todos os conhecimentos que a um cidadão se exigem, o essencial é este – saber mentir.”⁴²⁵

Dezesseis anos depois, no conto ‘Dois Dedos’, essa exigência da mentira nas relações é levada à situação-limite e absurda de um encontro não programado entre Dr. Silveira, um médico de subúrbio, e o Governador de Estado, colegas do tempo do Liceu, apartados por mais de duas décadas. O desfecho escolhido por Graciliano é surpreendente, na medida em que todos os elementos da minúscula trama não deixa dúvidas quanto a qual escritor pertencem. O encontro com o Governador de “olhos empapuçados” era uma visita de cortesia, mas o político não o reconheceu quando adentrou a sala com a mesa enorme: “Teve raiva da timidez que o

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 124-128.

⁴²⁵ *Linhas Tortas*, p. 53-55.

amarrava, ergueu a cabeça e quis pisar firme. Uma criança, um matuto, encabulado” numa “visita de cortesia. A roupa era de mendigo. Não tinha pensado na roupa ao sair de casa”:

O homem de olhos empapuçados julgava-o um pulha, um pedinte de emprego (...). Dr. Silveira não precisava do osso. Queria conversar alguns minutos, lembrar o tempo de Liceu, a senhora velha que lia o romance, as meninas, os pontos, o átomo, as amolações de Silveira pai. Impossível falar sobre essas coisas. Tinham sido dois dedos, assim, mas estavam separados. Como vencer a separação, a mesa enorme que se interpunha entre eles, rodeada de cadeiras altas? Iria pela direita ou iria pela esquerda?

(...)

– Olá! Como vai? perguntou o homem de olhos empapuçados.

Dr. Silveira sentou-se numa das cadeiras altas demais, começou a gaguejar. Cadeiras tão altas! Esfregou as mãos. E pediu o emprego. (...) Esfregava as mãos encabulado, mostrando a esmeralda. Um emprego na saúde pública.⁴²⁶

Graciliano deixou em suspenso se o Governador reconheceu ou não Dr. Silveira, mais um elemento cujo nome remete à mata, ao mato do subúrbio, à distância do poder colado ao litoral, um Governador sem nome que o escritor coloca junto do mar. Um política sem rosto. Chegar pela direita ou pela esquerda? Dois homens formados, exercendo posições elevadas na sociedade, e o comportamento e ação resultante é a mais mesquinha das relações sociais: o pedido de uma sinecura no serviço público.

Não é só nos equipamentos urbanos e na distribuição das benesses sociais que residem as contradições da modernidade. No plano político, campo e cidade, tão diferentes nas ações finais, foram vistos pelo autor como irmanados nos jogos de manutenção ou instalação de poder. Dos chefes políticos locais em sua relação umbilical com o líder do Estado, até a manutenção do centralismo nacional pós-Estado Novo usando da manobra prestidigitadora de fazer sumir, num passe se mágica, tanto o mandonismo local quando o cultivo da ignorância que a ele era atribuído.⁴²⁷

Heloísa Maria Murgel Starling discute o republicanismo brasileiro a partir dessa relação centro/periferia, lançando mão de três literatos que a esse fim são úteis: Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. De modo geral, a autora identifica as críticas que esses escritores fazem da nossa República em três aspectos: primeiro, o urbano machadiano e a corrupção corrosiva, paralisante e

⁴²⁶ *Insônia*, p. 112-114.

⁴²⁷ Ver, por exemplo, no conto ‘Uma visita inconveniente’, em *Garranchos*, p. 221-224.

ludibriosa que condiciona a vida republicana ao “estrito pragmatismo”, à “ausência de um projeto de vida pública” e à “falta de convicção republicana”. Depois, Graciliano é convocado para, principalmente a partir de *Vidas Secas*, expor a face madrastra da República Brasileira, esquecida de vários de seus filhos, que passam sem ser notados pela malha larga da sociedade, ao mesmo tempo excludente e apostadora duma concepção centralista de nação, vivenciada, sobretudo, a partir de 1937. Guimarães Rosa e sua obra principal aparecem no rol argumentativo de Starling como sendo a atualização do mote lançado por *Vidas Secas*, verificando a permanência “dessa nova e absurda modalidade de desterro” e servindo de “registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil, modernizado pelo *desenvolvimentismo* de Kubitschek, não conseguiu mais aproveitar e a República descartou por improdutivo, supérfluo, inútil”.⁴²⁸

No final dos anos 1960, outra obra, habitante doutro suporte, chegaria forte na discussão do lugar ocupado pelo republicanismo na manutenção de uma multidão de subcidadãos que transitavam entre as casas de barro dos sertões e os barracos de zinco, papelão e retalhos de compensado das favelas: “Pobreza por pobreza / sou pobre em qualquer lugar / A fome é a mesma fome que vem me desesperar / E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar”. As canções de Luiz Gonzaga Jr. aparecendo na voz do pai, o ícone da música popular Luiz Gonzaga, são,⁴²⁹ por si só, demonstração de que o novo e o velho conviviam tanto na parceria artística quanto na sobrevivência de problemas sociais que já beiravam um século e, volta e meia, serviam de conteúdo a animar produções artísticas interessadas na justiça social e na discussão de questões que punham em suspeita as promessas republicanas de modernidade, trazendo novamente o tema da revolução.

O que se verifica na História do período republicano é a sobrevivência do preocupante diagnóstico feito já por Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930:

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela Monarquia ainda guarda um prestígio, tendo perdido sua razão, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do

⁴²⁸ STARLING, Heloísa Maria Murgel. A República e o subúrbio: imaginação literária e republicanismo. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 167-197.

⁴²⁹ O álbum de Luiz Gonzaga, *Canaã*, de 1968, é um marco, nesse sentido. Com várias canções como “Pobreza, por pobreza”, “Festa” e “Diz que vai virar” (todas composições de Luiz Gonzaga Jr.), o álbum ultrapassava a descrição patética de outras canções interpretadas pelo ‘Rei do Baião’ – a asa branca partindo e voltando – e trazia a possibilidade de organização do homem pobre pautada na experiência, por exemplo, das Ligas Camponesas.

sistema tradicional, depois de desaparecida a base que o sustentava: uma periferia sem centro. A maturidade precoce, o estranho requinte do nosso aparelho de Estado, é uma das consequências de tal situação.⁴³⁰

Resultado: “neste país fervilham os democratas. Quem há por aí capaz de afirmar que não é democrata? Já tivemos até uma democracia autoritária.”⁴³¹ Essa democracia autoritária era a substituição, na aparência, de uma ordem política central frágil com alcinha de liberalismo por uma ordem política central forte com a alcinha de nacionalismo. Os poderosos locais faziam “sacrifícios” individuais, suprimindo a imoderação pelo comedimento, para resguardar as prerrogativas básicas do grupo social.⁴³²

Pari passu à sobrevivência de práticas políticas arcaicas, subsumidas na estampa da modernidade, a combinação moderno/arcaico também vinha no plano econômico. No final dos anos 1950, Florestan Fernandes chamava a atenção para o cuidado necessário ao se interpretar o chamado “antagonismo à mudança”, “porque ele faz parte da autodefesa do setor arcaico.” Fazendo um jogo entre o que os setores arcaicos buscavam manter e os modernos buscavam inaugurar, Fernandes esclarece que, “na verdade, eles se superpunham e se agregavam aos níveis estrutural e histórico, aos interesses investidos neste setor de origem colonial, produzindo-se uma articulação dinâmica entre ambos.” A imagem escolhida pelo sociólogo para ilustrar essa teoria não poderia ser mais literária:

À medida que se formassem novos afluentes e, em particular, à medida que os homens drenassem o velho rio e o retificassem, é que a contribuição da massa de água adquirida iria revelar todo o seu potencial. Essa imagem não é meramente retórica. Lembremo-nos de que da vinda da família real, em 1808, da abertura dos portos e da Independência, à Abolição, em 1888, à Proclamação da República e à “revolução liberal”, em 1930, decorrem 122 anos, um processo de longa duração, que atesta claramente como as coisas se passaram.⁴³³

⁴³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 176

⁴³¹ *Garranchos*, p. 251.

⁴³² É o que defende SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos e Novos Coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES/UFPE, 1974, p. 30-32: “É verdade que o período de 1930-45 assistiu a inclusão de novos elementos na estrutura global do país, sem contudo acarretar modificações em sua essência. Verifica-se que houve acomodação do governo às regras políticas dos coronéis, mesmo em fins do período do Estado Novo. O governo federal aceitou a continuação da autonomia local dos coronéis, uma vez que as atividades agrárias ainda representavam o suporte básico da economia nacional. Os coronéis continuam a se manter através das relações de compromisso, já não somente com o governo federal, mas também com o novo grupo de interesses econômicos, o industrial. (...) O país assume, portanto, seu antigo processo, embora readaptado aos novos elementos que ameaçam o mandonismo rural local”

⁴³³ FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008, p. 47-48.

E ela está mesmo em *São Bernardo*, no diálogo entre Paulo Honório e seu Ribeiro. Conta-lhe o velho que, há cinquenta anos – mais ou menos a idade de Paulo Honório, mais ou menos a idade do efetivo movimento republicano – ganhara do Império a patente de major e fazia no povoado às vezes de polícia, justiça, burocracia. A agricultura era descontrolada e os homens “pretos não sabiam que eram pretos, e os brancos não sabiam que eram brancos.” Mas a água foi secando, para usar a imagem de Florestan Fernandes, e, aos poucos, a água nova foi ocupando o lugar da outra: “o povoado transformou-se em vila, a vila transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia. Trouxeram máquinas – e a bolandeira do major parou”. Por conseguinte, “a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade, o cinema. E impostos.” Só aí seu Ribeiro foi tentar outra vida na cidade grande, após a ruína. Finda a narrativa do velho, a conclusão a que chega Paulo Honório, prática, como é sua marca, foi: “– Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Por que não andou mais depressa?”⁴³⁴

O que significava esse “mais depressa” de Paulo Honório? Justamente imiscui-se na água nova que ia tomando de conta dos veios da economia: ampliar-se nas relações e concentrar-se no domínio lucrativo:

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei mecanismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na *Gazeta*, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis.

Não obstante essa propaganda, as dificuldades surgiram. Enquanto estive esburacando S. Bernardo, tudo andou bem; mas quando vareei quatro ou cinco propriedades, caiu-me em cima uma nuvem de maribondos. Perdi dois caboclos e levei um tiro de emboscada. Ferimento leve, tenho a cicatriz no ombro. Exasperado, mandei mais cem mil-réis ao Costa Brito e procurei João Nogueira e Gondim:

– Desorientem essas cavalgadas. Olhem que eu estou fazendo obra pública e não cobro imposto. É uma vergonha. O município devia auxiliar-me. Fale com o prefeito, dr. Nogueira. Vê se ele me arranja umas barricadas de cimento para os mata-burros.⁴³⁵

⁴³⁴ *São Bernardo*, p. 34-37.

⁴³⁵ *São Bernardo*, p. 40.

Paulo Honório exercitava ao mesmo tempo a representação do *farmer* estadunidense, modelo a ser seguido pelos defensores ruralistas da modernidade no campo,⁴³⁶ e a do coronel nanico, célula de uma rede de poder arcaico que sobreviveria às mudanças do tempo se “andasse mais depressa”, para não ser atropelado pelo carro do progresso das mudanças econômicas, sociais e políticas.

É por isso que, quando estourou o movimento de 1930, o agricultor moderno foi recrutado para defender a ordem: “à noite o chefe político escreveu-me pedindo armas e cabroeiras. De madrugada enviei-lhe um caminhão com rifles e homens.”⁴³⁷ Mas é por isso também que, acatando certa dica impositiva do governador, abriu uma escola rural, seguindo o que de mais novo havia na arte de qualificar, segregar e disciplinar os ditos “homens inferiores”.⁴³⁸

Foi assim que, tanto na virada do século XIX para o XX quanto na virada política dos anos 1930, grande parte dos políticos, atuando nas frinchas da fraqueza institucional crônica do país, “defendiam a modernização formal, consolidando e radicalizando as diferenças econômicas e sociais e agravando os problemas do País.”⁴³⁹ Um dos fatores do agravamento era a manutenção do latifúndio.

Nos meses de julho e agosto de 1944, saíram as duas últimas colaborações de Graciliano pela revista *Cultura Política*, após um intervalo de quase um ano da colaboração anterior. No mês de agosto, o autor de *Vidas Secas* também publicou no jornal *Folha Carioca* uma nota severa, denunciando o descaso das autoridades do Estado de Alagoas que não tomavam providências para aplacar as condições subumanas em que se encontravam as vítimas (no campo, nas cidades e na periferia de Maceió) da grande enchente de fins de 1943 e início de 1944. Na

⁴³⁶ “Levando em conta seu peso social e política no desenvolvimento agrícola dos Estados Unidos, seria ele o núcleo das representações acerca do futuro da agricultura brasileira que esses ruralistas julgavam antecipar, desde inícios do século XX. Modernização, racionalidade e, sobretudo, o binômio mecanização/diversificação produtiva, eram as ideias-força desse projeto idealizado, que dizia ser possível superar a crise em que vivia imersa a agricultura do país e, por extensão, seu agricultor. Como se percebe, a pequena propriedade era um dado subjacente ao universo discursivo desses ruralistas.” Para saber mais sobre o modelo “farmer”, ver em: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Grandes propriedades, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)*. In SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História econômica da primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp, 2002, p.176-177.

⁴³⁷ *São Bernardo*, p. 176.

⁴³⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Grandes propriedades, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)*, op. cit., p. 175.

⁴³⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão da terra na Primeira República*. In SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História econômica da primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp, 2002, p. 155-156.

abertura do texto, um único parágrafo resume a situação, não somente das vítimas das enchentes, mas dos pobres em geral do estado:

(...) na praia há charco, mosquito, sezão [malária]; na caatinga há seixo, cardo [mandacaru], fome. Entre as duas zonas aperta-se a mata, com algodão e cana-de-açúcar, mas aí não se consegue terra facilmente, o salário é baixo – e para lá das cancelas o despotismo do proprietário vale o mosquito e o cardo juntos.⁴⁴⁰

Como não dá para exigir o fim dos mosquitos ou dos mandacarus do Nordeste, a crítica às lideranças locais recai também na liderança nacional. Quase uma década e meia após a tomada do poder em 1930 e mais seis anos vivendo sob o controle político do Estado Novo, o país nada avançara na distribuição de terras, permanecendo os latifundiários, bem menos numerosos que os mosquitos e os cardos.

Luís da Silva era neto de um líder de povoado, aos moldes de seu Ribeiro. Como aconteceu com este, à decadência financeira seguiu a social. Graciliano não deixa claro o fator responsável pela falência, mas o cunho autobiográfico de *Angústia* indica o misto de má administração e o azar de seguidas estações secas.

Volto a ser criança, revejo a figura de meu avó, Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, que alcancei velhíssimo. Os negócios na fazenda andavam mal. E meu pai, reduzido a Camilo Pereira da Silva, ficava dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar, cortando palha de milho para cigarros, lendo o *Carlos Magno*, sonhando com a vitória do partido que padre Inácio chefiava. Dez ou doze reses, arrepiadas no carrapato e na varejeira, envergavam o espinhaço e comiam o mandacaru que Amaro vaqueiro cortava nos cestos. O cupim devorava os mourões do curral e as linhas da casa. No chiqueiro alguns bichos bodejavam. Um carro de bois apodrecia debaixo das catingueiras sem folhas. Tinham amarrado no pescoço da cachorra Moqueca um rosário de sabugos de milho queimados.⁴⁴¹ [O rosário de sabugos de milho queimados é usado nos cães e porcos no interior do nordeste para espantar sardas e tosses – comentário meu] (comentário meu)

Para Luís da Silva, os primeiros trinta e cinco anos do novo século, coincidentes com a sua idade, foram de evolutiva perda de prestígio, de posses, de demonstrações tradicionais de poder, ficando no homem médio urbano que ele se tornou, imagens violentas e moralistas de uma organização social pautada no mando de superioridade econômica e prestígio político. Luís da Silva e o próprio Graciliano são as sobras pobres dessa estrutura que, em alguns membros,

⁴⁴⁰ *Viventes das Alagoas*, p. 177.

⁴⁴¹ *Angústia*, p. 25.

encontrou sobrevivência. Foram para a cidade grande e lá assistiram a outros tipos de violência, a outras espécies de mando, a outros níveis de pobreza.

No relatório da prefeitura de Palmeira dos Índios, Graciliano registrou a ação voraz dos latifundiários sobreviventes, um dos fatores que empurravam os pobres do campo para serem pobres nas cidades:

Favoreci a agricultura, livrando-as dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais; exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e o consumidor.

Se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforcarme.

Sei bem que antigamente os agentes municipais eram zarolhos. Quando um infeliz se cansava de mendigar o que lhe pertencia, tomava uma solução heroica: encomendava-se a Deus e ia à capital. E os Prefeitos achavam razoável que os contraventores fossem punidos pelo Sr. Secretário do Interior, por intermédio da polícia.⁴⁴²

Assim como *Memórias do Cárcere* é um importante registro da atmosfera repressora que o país experimentou a partir de 1935, os *Relatórios* de Graciliano são igualmente importantes como registro do funcionamento administrativo no contexto de um pretenso Liberalismo político das primeiras décadas do século XX. Se levado em conta que Graciliano foi eleito com o apoio do partido conservador do Estado e do líder político local, as medidas austeras tomadas pelo prefeito faziam de Graciliano um transeunte na contra mão da prática corrente:

Havia em Palmeira dos Índios inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha sua administração particular, com Prefeitos coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

Para que semelhante anomalia desaparecesse, lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela – dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bílis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos do Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.⁴⁴³

E, segundo o relato de Ricardo Ramos, foi exatamente isso o que aconteceu. Atiraram, mas o tiro não atingiu o alvo. Passando por estradas que cortavam propriedades rurais, na volta de um passeio, estavam Graciliano, Heloísa – grávida do primeiro filho – e o motorista do carro. Dois homens os emboscaram atirando. O

⁴⁴² *Relatórios*, p. 56-57.

⁴⁴³ *Relatórios*, p. 37.

motorista sacou da arma e respondeu ao ataque. Graciliano correu atrás de um deles, conseguindo pegá-lo. O outro fugiu. O atirador não confessava quem dera a ordem para matar o prefeito. E Graciliano, após alguns dias acompanhando o interrogatório, mandou-o embora:

Mas antes avisei:
 – Escuta aqui. Você é de Pernambuco?
 – Não sou de lugar nenhum.
 – Está bem. Mas, se for, não volte. Não cruze a fronteira. Se voltar é um homem morto. Entendeu?”⁴⁴⁴

No jornal católico *O Semeador*, de 4 de fevereiro de 1929, o elogio à administração do prefeito de Palmeira dos Índios trazia a marca da confusão conceitual em que se encontrava o país. Segundo o jornal, Graciliano estava sendo aplaudido por agir como um déspota: “... deu cabo dessa república chinesa, reduzindo-o a uma monarquia em que ele de fato reina e governa.”⁴⁴⁵

Por outros motivos, pobres como Fabiano faziam parte de uma subcidadania ainda invisível. Não tinham o que perder, apenas o que continuar. Seguir linhagem de serviçais, de despossuídos e nômades que tiveram, no passado, apenas simbolicamente, algum lugar de destaque: “tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família.” E para frente, seria “indispensável os meninos entrarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, consertar secas, amansar brabos. Precisavam ser duros, virar tatus.”⁴⁴⁶

No plano político e econômico, os personagens de Graciliano, do campo ou das cidades (pequenas e grandes) estão enredados, em maior ou menor grau, na intersecção da “modernização conservadora” com o “liberalismo excludente”. A instalação do Estado Novo inauguraria uma etapa mais eficiente e sistemática de organização social, mas sob o que Graciliano chamou de “democracia autoritária”. Em outras palavras, o que a primeira metade do século XX legou para a segunda

⁴⁴⁴ RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*, op. cit., p. 37-38.

⁴⁴⁵ *Relatórios*, p. 84-85.

⁴⁴⁶ *Vidas Secas*, p. 96, 24. Em *Vidas Secas*, Graciliano trabalha a perspectiva da “ancestralidade” do vaqueiro, que poderia levá-lo até uma origem de brasilidade representada por um tipo heroico e livre, como aconteceu com parte da literatura do XIX. Ver em: BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum*. O Sertão do Ceará na Literatura do século XIX, op. cit., p. 101. No entanto, essa perspectiva da descendência foi utilizada por Graciliano para outro fim: o da denúncia da continuidade de atrelamento e subserviência que a figura do vaqueiro representou na manutenção de uma ordem secular no sertão nordestino. E mais, com a chegada da modernidade do campo e a atração de atividades urbanas, aos poucos o vaqueiro, ao mesmo tempo livre e subserviente, transformou-se em solitário e desamparado.

em termos de organização político econômica mostra que não estávamos “nem tanto ao mar nem tanto a terra”.

Dois recentes estudos econômicos ilustram essa “conclusão ambígua”.

Um parte dessa assertiva:

Durante o período 1929-1987 o Brasil foi um dos países que mais cresceram em todo o mundo. Essa onda de crescimento econômico já vinha desde o início do século XX, mas toma impulso no primeiro governo Vargas, que realiza a difícil tarefa de responder às turbulências internas e externas e fazer desse desafio um aprendizado para crescer de forma continuada.⁴⁴⁷

O outro chega à seguinte conclusão:

Embora o PIB per capita brasileiro se tenha expandido a uma taxa bastante alta entre 1930 e 1964 – da ordem de 2,5% ao ano – seu desempenho foi superado por outras economias latino-americanas, tais como o Peru e a Venezuela (...) Como a economia brasileira partiu de uma base muito modesta em 1930 – era, de longe, a mais pobre entre as maiores economias latino-americanas – permanecia nesta posição em 1964.⁴⁴⁸

O processo de entendimento costuma exigir a presença do passado. As bases modestas remetiam aos tempos dos caetés. E as novidades, vindas do mar, Graciliano as observou, mediu e pesou, usando como parâmetro o que havia na terra, para manipulá-las e digeri-las. Optou pela descrição crítica, reconhecendo o movimento próprio e doloroso dos processos históricos: ondas moldando a costa, esculpindo falésias, salgando a foz dos rios. O sertão viraria mar?

7.2. Aspectos da rusticidade: os bípedes da cidade e do campo

No tópico ‘As Coisas’, da *Pequena História da República*, o então Inspetor Federal do Ensino Secundário Graciliano Ramos escreveu sobre o cenário nacional às vésperas da Proclamação da República: “O Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso e as florestas do Mato Grosso comportavam-se como hoje.” O enfrentamento da natureza era tímido, com poucos recursos e muito insucesso. A tecnologia disponível ainda não permitia ao homem voar, circular de carro ou ouvir futebol no rádio, porque nada disso existia no Brasil. Mas existiam homens e, com eles,

⁴⁴⁷ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. II: o tempo do nacional-estatismo, op. cit., p. 243.

⁴⁴⁸ ABREU, Marcelo Paiva. *A economia brasileira 1930-1964*. São Paulo: PUC-Rio. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf>>. Acesso em: dez. 2013.

hábitos. Se voar não era possível, “figuradamente, sujeitos sabidos, como em todas as épocas e em todos os lugares, voavam em cima dos bens dos outros”. No tópico seguinte, ‘Os Homens’, o autor detectou o processo formativo das autoridades dos anos 1930, a partir do que faziam na sua infância e do que eles iriam receber da República que se desenhava: “os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no sul, montava em cabos de vassoura; o sr. Ministro da Guerra comandava soldados de chumbo...”.⁴⁴⁹

Seguia-se a isso o arrolamento dos tipos: padres, militares, proprietários de terra, políticos, negros libertos e pobres, brancos pobres, cada qual representando instituições, *modus vivendi*, posição social. Somente depois, completando o exercício que percorria a cartilha realista de Taine (1828-1893) – se fosse um historiador, seria possível alguém dizer que era uma espécie de antecipação grosseira e empírica do método das temporalidades de Braudel (1902-1985) – é que vinham os eventos, a espuma das ondas.⁴⁵⁰

Na interpretação de Brasil no conjunto literário do escritor alagoano, o jogo com os hábitos e as posições sociais diante dos eventos é crucial para o entendimento da conjuntura onde se movimentam seus personagens. Em alguns desses jogos, Graciliano estabelece as diferenças significativas entre os cidadãos e os sertanejos, mas manejando a relativização e a desconstrução de certos padrões, muito embora construindo outros ou aderindo a certezas. Por isso pôs o menino Getúlio Vargas montado num cavalo-de-pau e o menino Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) comandando soldados de brinquedo.

É o que acontece com a figura do sertanejo.

Na Maceió de 1931, Graciliano publicou uma crônica partindo o sertanejo em vários: o do campo que arribou e voltou – pobre, continuando pobre; rico ou sabido, apto a explorar os outros, pobres que voltaram ou que nunca saíram –; o moradores das cidades, dos “municípios sertanejos”, como apareceria em breve no *São Bernardo*, transformando a cidade numa miniatura mal-acabada dos grandes centros mal-acabados, como estava no *Caetés*, já escrito e ainda desconhecido:

Para o habitante do litoral o sertanejo é um indivíduo meio selvagem, faminto, esfarrapado, sujo, com o rosário de contas enormes chapéu de couro e faca de ponta. Falso, preguiçoso, colérico e vingativo. Não tem morada certa, desloca-se do Juazeiro do Padre Cícero para o grupo de

⁴⁴⁹ Alexandre e outros heróis, p. 134-135.

⁴⁵⁰ BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editotial, 1970.

Lampião, abandona facilmente a mulher e os filhos, bebe cachaça e furta como rato.

É esse, pouco mais ou menos, o sertanejo que a gente da cidade se acostumou a ver em jornais e em livros. Como, porém, livros e jornais de ordinário são feitos por cidadãos que nunca estiveram no interior, o tipo que apresentam é um produto literário. (...) Os homens de minha terra podem ter por dentro a cartucheira e os molambos, mas exteriormente são criaturas vulgares, sem nenhum pitoresco.

Os sertanejos dos campos estiveram no Amazonas, em São Paulo e no Espírito Santo; tiraram borracha, plantaram café, voltaram com maços de notas e dispostos a esbanjá-las depressa. Alguns, incapazes de exercícios pesados, meteram-se no exercício e na marinha, e os que haviam ido à cadeia e levado pancada entraram na polícia e vingaram-se.

Todos esses sujeitos regressaram muito sabidos, estranhando tudo, falando difícil, desconhecendo os amigos, ignorando os nomes dos objetos mais corriqueiros, confundindo bode com onça naturalmente não quiseram mais criar bodes. Tornaram-se negociantes ambulantes ou adquiriram um pedaço de terra e foram explorar o trabalho dos outros.

Os moradores das cidades leram jornais e aprenderam bastante. (...) conhecem o José de Alencar, o Júlio Verne, a Constituição brasileira e a seleção natural.

Aparecem entre eles alguns doutores que defendem a liberdade, outros atacam o vigário. E há o rábula, o farmacêutico, o tabelião, o caixeiro que estuda gramática, o redator da folha semanal.

(...) O assunto preferido é a política. Escangalham o prefeito e o delegado de polícia, vão subindo e, com ligeiras paradas nas secretarias e no gabinete do governador, acabam desmantelando o ministério e o presidente da República.

Falam demais, não ganham quase nada e começam a sentir necessidades exorbitantes. Têm rodovias, estradas de ferro, luz elétrica, cinema, praças com jardins, filarmônicas, máquinas de escrever e pianos. Só faltam escolas e hospitais. Por isso os sertanejos andam carregados de muita verminose e muita ignorância.⁴⁵¹

A maioria das personagens, temas, instituições e espaços dessa crônica aparecerá nos textos futuros do autor, que indica ser, desde essa época, a experiência o antídoto contra a generalização.

À esteira do desenvolvimento do conceito de “experiência”, E. P. Thompson (1924-1993), em *Os Românticos*, defendeu a teoria de que, no restante da Europa, em meados do século XVIII, era nítido o distanciamento entre a “cultura letrada ou refinada” e a “cultura da gente do povo”. Esse distanciamento, segundo o historiador inglês, era um dos fatores para a criação de uma “imagem fictícia de um campesinato virtuoso”, verdadeira obsessão dos escritores populistas, ilusão, portanto. E quanto maior o espaçamento social, “mais espaço havia nele para o florescimento de ilusões.” O autor de *A Miséria da Teoria* ratificava sua própria observação, chamando a atenção para dois exemplos mais contemporâneos: na Rússia, antes e depois de 1917; e mais atualmente ainda, na África. A outra face

⁴⁵¹ Garranchos, p. 115-116.

dessa moeda estava no fato de que esse camponês mítico não apareceu na Inglaterra do século XVIII, e nem depois. Thompson atribui essa peculiaridade a dois fatores: um menor distanciamento entre a “cultura letrada” a “cultura do povo” e ainda a base cultural das relações sociais ser o “paternalismo realista”. Creio que, no fundo, Thompson está discutindo o conceito de classe, e, por conseguinte, seus desdobramentos em imagem literária e experiência por aproximação.⁴⁵²

Sensibilidade conceitual não encontrada em Agripino Grieco (1881-1973), que recorre, para justificar a profundidade dos personagens do *São Bernardo*, ao que ele mesmo deveria considerar como um oxímoro útil para definir tanto o criador quanto a criatura:

Se às vezes o Sr. Graciliano Ramos complica um sertão simplório é no interesse da obra de arte, que não poderia existir se ele se submetesse de todo ao rudimentarismo de almas da região. Logo, indicar o que ele levou de convencionalismo literário ao tema, não importa em nenhuma restrição quanto à essência do seu talento, do talento do escritor em si.

(...)

Em suma, há um civilizado, um grande civilizado nesse sertanejo que trata de sertanejos. A dose de fatalismo árabe que vai pelo livro, que se espalha por tantos corações sonolentos, como que torna o romance sonoro para uma repercussão nos corações longínquos.⁴⁵³

Visto como um dos pontos centrais dos problemas de formação do Brasil, o sertanejo que Graciliano nos apresenta – incluindo-se o que escreveu de si mesmo – tem contorno diverso de um culpado por suspeita ou de um eleito por inocência. O zelo permanente na observação histórica, a ausculta atenta do contexto, da Geografia, da dinâmica econômica, do individual a serviço da compreensão do coletivo fez com que sertanejos camponeses e sertanejos citadinos, interioranos e litorâneos, nordestinos e brasileiros acabassem por se encontrar num conjunto de obra que abarca o país menos com teorias e necessidade de desenvolver o problema da *formação* e mais com a percepção que o presente tem de si mesmo e do passado. Daí, a organização temática de sua obra seguir pela série e não pelo ciclo.

Essa opção permite, que na visão panorâmica do conjunto dos personagens graciliânicos estendidos num único plano, os bípedes tanto do campo quanto das cidades (pequenas ou grandes) possam ser confrontados quando as conjunturas

⁴⁵² THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-47.

⁴⁵³ GRIECO, Agripino. Um romance. *Diário de Pernambuco*, Recife-PE, 30 dez. 1934. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

lhes testem a condição humana, a condição de cidadãos, a condição de bípedes. Tais são Nicolau Varejão e 'seu' Ivo, os bêbados maltrapilhos de *Caetés* e *Angústia*; são as prostitutas dos mesmos livros, atendendo no Pernambuco Novo e na Rua da Lama, herdeiras de Afrodite, como as moças exibidas da Rua do Lavradio, expulsas pelos carros da *Light*; são os matutos Rosa, Marciano, mestre Caetano e Casimiro Lopes e o letrado falido Luís Padilha, professor da escola da fazenda, todos engrenagens miúdas da São Bernardo, assim como o jornalista Azevedo Gondim, o advogado João Nogueira e o padre Silvestre são as grandes engrenagens situadas na cidade do Viçosa; são 'seu' Ramalho, operário da usina elétrica e vizinho de Luís da Silva, e os passageiros pingentes dos bondes do Rio de Janeiro; são o ladrão de subúrbio e o médico de subúrbio diante do Governador ocupado e de olhos empapuçados; são os presos da Colônia Correccional de Dois Rios e o retardado Venta Romba, preso pelo pai de Graciliano etc.

De todos esses bípedes do universo literário do criador de 'Baleia', Fabiano e Luís da Silva são os que carregam a faina de elaborar sobre a condição humana de sua existência a partir de sua posição social, da sua significância:

O patrão de Fabiano, como vimos no tópico anterior,

(...) quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida?⁴⁵⁴

O pensamento aparentemente rebelde do vaqueiro deságua num autoconvencimento de que as reclamações do patrão não faziam sentido. Não porque Fabiano achasse que tinha autonomia ou que merecesse ser respeitado, e sim pelo fato de ele ser uma peça fiel, honesta e esforçada, e que exigia, a seu modo e proporção, o reconhecimento do cumprimento da sua função de cuidar como dele o que era do outro, ou seja, agarrava-se àquela condição como única forma de se reconhecer como gente: vaqueirando, aboiando, correndo livre.

Mas daí surge numa ideia confusa, destituída de ordem e conceitos, impasse que o próprio Fabiano lança às partes: seria ele um homem, um homem livre, ou

⁴⁵⁴ *Vidas Secas*, p. 22-23. Tal qual Casimiro Lopes, o jagunço fiel de Paulo Honório, "Fabiano sempre havia obedecido. Tinha muque e substância, mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia." *Vidas Secas*, p. 27.

apenas um bicho da fazenda, um bicho duro de morrer e fácil de mandar? Ao pensar no sofrimento por que passaram, vivendo como “ratos”, mas superando esses sofrimentos, atesta: “– Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.” Mas parou, pensou e adquiriu outra certeza: “(...) Pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar as coisas dos outros”. Reflete um tanto mais e prossegue nessa espécie de involução: “– Você é bicho, Fabiano.” Mas logo se consola: “Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.” Daí, Graciliano lança outro elemento para completar essa classificação zoomórfica que Fabiano faz de si mesmo: ter um dono e obedecê-lo. Para tanto, utiliza-se da cadela Baleia para reforçar esse ponto: “Deu estalos com os dedos. A cachorra Baleia, aos saltos, veio lambe-lhe as mãos grossas e cabeludas. Fabiano recebeu a carícia, enterneceu-se: – Você é um bicho, Baleia.” Estavam os dois na mesma qualidade de bicho, atendendo prontamente o chamado do “dono” e lambendo-lhe as mãos? A dúvida retornava, pois não se contentou com a ideia de ser bicho, quadrúpede: “Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca. Andaria com a cabeça levantada, seria homem.” E mais uma vez convence-se: “– Um homem, Fabiano”, para novamente desconfiar da própria palavra: “Não. Provavelmente não seria homem: seria aquilo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia.”⁴⁵⁵

O problema de Luís da Silva não era somente ser mandado por pedaços de papel na repartição ou no jornal onde colaborava, pois não havia necessariamente a dúvida de ser ou não um homem. Seu grande “ser ou não ser?” era fazer-se visível e apumado ou continuar insignificante e curvo. O comparativo que o arrasava era Julião Tavares, sua imagem oposta, sempre empertigado, esbanjando dinheiro, notável.

(...) Quando a limousine rolou no paralelepípedo e o peitilho de Julião Tavares se sumiu, não me afastei da janela.

Por que seria que o peitilho de Julião Tavares brilhava tanto e não se amarrotava? (...)

A minha camisa estufa no peito, é um desastre. Quando caminho, a cabeça baixa, como a procurar dinheiro perdido no chão (...). A camisa sobre constantemente, não há meio de conservá-la estirada. Também não é possível manter a espinha direita. O diabo tomba para a frente, e lá vou marchando como se fosse encostar as mãos no chão. Levanto-me. Sou um bípede, é preciso ter a dignidade dos bípedes. Um cachorro como Julião Tavares andar empertigado, e eu curvar-me para a terra, como um bicho! (...) Sou um bípede. É isto, um bípede. Mas não é necessário que dr.

⁴⁵⁵ *Vidas Secas*, p. 18-24.

Gouveia, o governador e o secretário apareçam na rua. Aliás, é bom que eu não veja essas criaturas exigentes. Se elas desejarem qualquer coisa de mim, falarão de longe... (...) Esses homens dominam-me sem mostrar o focinho: manifestam-se pelo arame, num pedaço de papel.⁴⁵⁶

Esses dois personagens, distanciados pela realidade aparente que a cada um rodeia, irmanam-se na necessidade e desafio de primeiro se convencerem que são homens, e não tatus, curvados, ao rés do chão. Em espaços tão diferenciados ambos estão solitários, aparentemente sem classificação social e, logo, sem classe, grupo ou bando a qual se unir. Ambos pensam em cangaço, ambos pensam em violência, ambos têm tudo para se vingar, mas apenas o da cidade mata. Sem unhas ou mordidas, com o auxílio de um equipamento, uma corda. Morte limpa, sem sangue, como convém a um bípede.

Mas Graciliano não tem olhos apenas para descrever a opressão e a violência. Afinal, os bípedes, camponeses ou urbanos, fazem algo mais além de sofrer: jogar futebol e sambar, por exemplo. Fatores de aglomeração e construção identitária são também resistências e, de modo particular, demonstrativos de várias questões e demandas sociais.⁴⁵⁷

Nem sempre Graciliano percebeu isso. Mas, também a seu modo particular, soube enxergar no carnaval, no samba e no futebol, traços importantes da sociabilidade, sensibilidade, comportamento e cultura do brasileiro. Isso pode ser inferido, observando-se a evolução dos seus registros no conjunto literário do autor de *Insônia*.

O futebol está presente em muitas obras de Graciliano, sempre aparecendo como uma atividade desacreditada. Primeiro, no início dos anos 1920, o cronista d' *O Índio* disse que o esporte era uma moda passageira, “não pega”, que nossa disposição e conformação física, deveria ser usada para o verdadeiro esporte nacional, a rasteira.⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ *Angústia*, p. 126-127.

⁴⁵⁷ De acordo com Ginzburg, “os populares não aceitam tal discriminação, investindo toda a sua energia em manifestações culturais, garantindo a expressão de suas necessidades, anseios e aspirações, nisto que a cultura configura-se como o principal veículo de coesão e de construção de uma identidade própria, especialmente num contexto que lhes exclui do reconhecimento de direitos. Inclusive, desde muito cedo, desenvolveram-se as trocas culturais, interpenetrando-se suas manifestações com aquelas dos segmentos mais elevados. GINZBURG, Carlo *apud* SOIHET, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. II: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 302.

⁴⁵⁸ *Linhas Tortas*, p. 79-83.

Depois, numa curta passagem de *Caetés*, João Valério narra a rápida travessia por um campo de futebol abandonado que pertencera a uma extinta sociedade esportiva – o campo agora era plantação de algodão e mandioca.⁴⁵⁹

Em *São Bernardo*, já nos anos 1930, há uma pista importante para a recusa de Graciliano em aceitar o esporte bretão. Na longa narrativa da degradingolada de ‘seu’ Ribeiro, o velho diz ter sido abandonado de vez quando a filha e o filho, que jogava futebol, passaram achar o lugar atrasado e fugiram.⁴⁶⁰ Pelo prestígio social de ‘seu’ Ribeiro e o fato de os filhos terem fugido para a capital ou para o sul, a informação sobre o futebol, esporte que no fim do século XIX e início do XX era praticado pela elite, pode sugerir a razão das críticas mais firmes nos anos 1920 e o abrandamento nesse contexto de início dos anos 1930, quando o esporte passava a fazer cada vez mais parte do cotidiano nacional, popularizando-se.

O futebol já é aceito como realidade no texto dos anos 1940 ‘O Jogo do Bicho, Fator Econômico’. Junto com as “lutas políticas”, o futebol e o carnaval são vistos como instituições regulares que provocam adesão e emoção.⁴⁶¹

Junto ao futebol, o carnaval e o samba aparecem mais ou menos com a mesma evolução – primeiro, críticas ferozes, depois aceitação da realidade e até o uso dos sambas e marchinhas como maneira de entender o comportamento das classes. Numa crônica de 1921, a crítica, com um interessante método de redução de escala:

O Brasil é um país fundamentalmente carnavalesco. Palmeira é uma cidade essencialmente brasileira. Grande parte dos defeitos e das virtudes que no brasileiro se encontram, em geral, o palmeirense possui, em particular. Reproduz-se entre nós, em ponto pequeno, o que o país em ponto grande produz.

A nação é um cinematógrafo; a cidade é um Cosmorama. Menos que um Cosmorama, talvez: um estereoscópio. Na essência, exibição de figuras. Coisas de ver, de mostrar, exposição de objetos bonitos.

Por cima e por baixo, o mesmo fenômeno, com diferença de gradações: estopa pintada de preto, a fingir casimira.

A pátria é um orangotango; nós somos um sagui. Diversidade em tamanho, inclinações idênticas. Imitações, adaptações, reproduções – macaqueações.

O que o Rio de Janeiro imita em grosso nós imitamos a retalho. Usamos um fraque por cima da tanga, alpercatas e meias.⁴⁶²

⁴⁵⁹ *Caetés*, p. 150-151.

⁴⁶⁰ *São Bernardo*, p. 37.

⁴⁶¹ *Viventes das Alagoas*, p. 173. A data e o veículo de publicação desse texto não foram encontrados ainda por nenhum pesquisador. É provável que ele tenha ficado apenas como manuscrito até a publicação no livro organizado por Ricardo Ramos. Quanto a data, o que dá para garantir é que o texto não é anterior a outubro de 1941, quando o jogo do bicho passou a ser considerado contravenção, o que é aludido no texto.

⁴⁶² *Linhas Tortas*, p. 60-61.

Vinte anos depois, apareceu na revista *O Cruzeiro* um texto mais ou menos fora dos padrões de Graciliano. Não tanto na forma, mas no tema usado pelo escritor famoso, por ser indiferente à música. A partir de duas marchinhas de 1940, *Oh! Seu Oscar*, de Ataulfo Alves e Wilson Batista, e *Aurora*, de Mário Lago e Roberto Roberti, o autor de *São Bernardo* traça um mapa classista de como o homem brasileiro se comporta ante a traição ou a boemia da mulher. Sou obrigado a transcrever boa parte da crônica:

Uma, duas vezes por semana, a cuíca ronca no morro, onde se elabora a fornada nova de sambas que a cidade vai ouvir durante o carnaval. Essa elaboração, porém, não se faz toda nas casas de madeira e lata: começa aí, mas a segunda fase da produção realiza-se na planície. O morro vende matéria-prima e compra mercadoria – dá ritmos e sentimentos, recebe obras musicadas, literatizadas, impressas em folhetos, expostas no disco e no rádio.

(...)

Imaginemos o casal muito rico. Aurora, transformada em madame, não deixa a casa: tem as derrapagens naturais, dentro das conveniências, e é boa mãe de família. Seu Oscar, livre de apoquentações, faz vista grossa a insignificâncias, recolhe os favores duma segunda Aurora, depois os duma terceira, o que provoca vingança. E assim por diante.

Um degrau abaixo, com posses menores e maior dose de moral, inibido de achar alívio, seu Oscar se aborrece um pouco, sente-se vítima duma injustiça e tem o cuidado de se apresentar bastante feliz, para evitar escândalo.

Afastando-se daí, proprietário de algumas luzes e precisando manifestar-se em letras, seu Oscar arranja uma história introspectiva, cataloga as ruínas que o ciúme produz no espírito do cristão.

No interior de seu Oscar está quase em segurança. Caso morre em cidade pequena e disponha de recursos, tem a população, devota e ociosa, para fiscalizar de graça os costumes de Aurora, que procede bem à força. No campo, membro da canalha, facilmente larga a Aurora infiel, ou lhe dá uma surra, ato que ajusta as contas até nova traição.

A desgraça verdadeira para seu Oscar é pertencer à classe média e residir na capital. Arma-se contra ele uma quantidade enorme de desvantagens, a perfídia conjugal determina complicações irremediáveis. Funcionário escrupuloso, dono dum botequim no subúrbio ou vendedor de geladeiras, tipo de hábitos medidos, dócil ao ponto, ao horário do negócio, ao vencimento da prestação, deseja, recolhendo-se, achar em ordem a mulher e os chinelos. Certamente seu Oscar não dedica um afeto excessivo a Aurora, mas isto não é razão para que se prive dela. Também não se apaixonou pelo *bureau* da repartição ou pela caixa registradora do estabelecimento, e perturbar-se-ia se um desses objetos desaparecesse. As ações de seu Oscar estão orçadas e rigorosamente escrituradas. Há um dia para o cinema, um dia para as visitas, e as viagens se fazem sempre no mesmo ônibus. O chofer já se acamaradou e para o carro antes da esquina. Seu Oscar dorme regularmente nove horas, trata do xexéu, lê o noticiário da polícia, respeita em demasia a opinião dos chefes, dos amigos, vizinhos. Evidentemente numa existência assim organizada as escorregadas da consorte originam distúrbios imensos. Aquilo não está previsto, ataca preceitos firmados. Seu Oscar se desorienta, procura uma saída, mas falta-lhe imaginação e falta-lhe pecúnia, coisas indispensáveis para desatrapalhar-se. Os chinelos sumiram-se, a mulher se demora na rua, e

isto é horrível. A mulher e os chinelos são como órgãos – seu Oscar sente-se amputado. Não se conforma. Que dirão os vizinhos, os amigos, os chefes? De que modo reagiram eles se se vissem num aperto semelhante? Seu Oscar perde o sono, perde o apetite e perde o ônibus, atrasa-se no serviço, embrulha-se nas contas ou nas informações. Se o caso lastimoso existisse desde o princípio, não seria lastimoso: tudo estaria muito bem. Como não existia, ou parecia não existir, ocasiona uma surpresa – e as surpresas são intoleráveis. Que fazer? Fervilham resoluções disparatadas, diferentes das que o jornal noticia nas encencas sentimentais. Seu Oscar emagrece, deixa a barba crescer, baralha as despesas. Vai murchando, secando, pega uma ideia que o alucina. Piora sempre – e ao cabo dum ano dá cinco tiros em Aurora e é preso. Exatamente como os outros, os figurantes das reportagens que ele costuma ler. Provavelmente o que sucederia aos amigos, aos vizinhos, aos chefes.

Nada disso no morro. Lá seu Oscar não lê jornais, não receia a opinião pública, ignora o que se passa no resto do mundo. Lastima-se, cata ingênuo os espinhos que tem no íntimo. E, paciente e choroso, não desanima: “Aurora, se você fosse sincera...”⁴⁶³

O que primeiro chama a atenção é para os modos de composição dos sambas numa interação morro/asfalto. Graciliano parecia estar perfeitamente atualizado com as inovações de Noel Rosa, Geraldo Pereira, Wilson Batista e tantos outros sambistas que, aos poucos, faziam o samba romper as fronteiras sociais. Depois, seguia-se a especulação sobre os comportamentos sociais. No fundo, Graciliano faz um estudo de classe, chegando à questão nevrálgica da classe média, equidistante entre a informalidade e certa desinformação das camadas pobres e a manutenção das aparências, às custas de hipocrisia e tradição das camadas ricas.

Todas essas questões têm a ver com o tipo de texto que Graciliano apresenta a seus leitores. Aparentemente taxativos, movidos por uma meta muito clara e por certo apelo moralista e excessiva racionalidade, sensação provocada pelo rigor da própria escrita e organização das ideias (claro, à exceção de *Angústia*), todos os seus escritos vão aos poucos ganhando ares interrogativos, abrindo-se à reflexão, e, sobretudo, permitindo ver o autor dos textos em processo de reflexão, o que aproxima, por esse prisma, o rigor do romancista ao rigor de intelectual, dos estudiosos do social.

Numa lúcida crítica sobre essa característica de alguns romancistas da geração de 30, Affonso Arinos de Melo Franco reconheceu a importância da Literatura em juntar-se aos “estudos de caráter político ou sociológicos” na tarefa de conhecer o que à época era chamado de “problemas brasileiros”

⁴⁶³ *Linhas Tortas*, p. 215-217.

Há uma verdade brasileira que reponta poderosamente, perfurando a superfície formal dos textos, seja a ciência, poesia, romance, sociologia. Por isso a gente passa sem esforço de um plano a outro, de um livro a outro, encontrando a mesma matéria em diferentes estados de organização.

Digamos, pois, que certos problemas brasileiros se insinuam uniformemente nas páginas de romances destinados a retratar ambientes completamente diversos entre si. Isto vem provar duas coisas: primeiro, que os problemas são verdadeiros de acordo com o conceito acima exposto e, segundo, que são causados pelo homem e não pelo meio, porque este é diferente aqui e ali, ao passo que aquele, de uma maneira geral infligiu ao país através da Colônia, do Império e da República, certos vícios de organização, talvez inevitáveis, mas que deram nascimento aos erros que o romancista observa o retrata.

Por cima da geografia que nos separa temos este fator profundo de unidade que são as nossas penas comuns. Nas dificuldades de vida é que o povo brasileiro, muita vez, se parece e se encontra consigo mesmo.⁴⁶⁴

Com as questões da modernidade – na produção, na organização social e política, e em algumas e práticas sociais – em sua relação com o tradicional, um dos mais profundos “problemas” que marcam a “verdade brasileira” vista por Graciliano passa pelo autoritarismo e a luta pela democracia, os quais, por sua vez, passam pelos embates entre grupos socioeconômicos e as posições ideológicas. Esses elementos da realidade brasileira aparecem fortemente na obra do autor de *Memórias do Cárcere*, constituindo-se um dos temas incontornáveis de sua interpretação do Brasil.

⁴⁶⁴ FRANCO, Affonso Arinos de Mello. Três romancistas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1938 (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP).

8. CAPÍTULO VII: AUTORITARISMO E DEMOCRACIA

*Alias, Graciliano já era um encarcerado.
Fechado em si, poucas palavras tinham para seus melhores amigos.
Fizeram com ele toas as abjeções e todas as injustiças
e daí resultou esse grande depoimento cristalino,
que são as memórias desse tempo.*

Oswald de Andrade
10 de novembro de 1953 – Correio da Manhã

*... os homens verdadeiramente grandes
devem padecer neste mundo uma grande dor.*

Fiódor Dostoiévski
Crime e Castigo

*Essa autoridade invisível, remota, com um rápido mandado
nos cortara a vida social, nos trancara...*

Graciliano Ramos
Memórias do Cárcere

No dia 4 de julho de 1964, onze anos após a morte do autor de *Memórias do Cárcere*, e passados apenas três meses da instalação de mais um regime autoritário no país, o jornal *Correio da Manhã* trouxe a seguinte notícia: “DPPS invade casa da viúva de Graciliano”.⁴⁶⁵ O corpo da notícia informava os detalhes da operação ocorrida na noite anterior, como a recusa da alegação de Clarita Ramos, filha do escritor, de que sua mãe, Heloísa, estava ausente do Rio de Janeiro. Assim como ocorrera em 1936, com o próprio escritor, em Maceió, a casa dos Ramos fora invadida sem que se esclarecesse o porquê da ação do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS).

Ainda de acordo com a notícia, houve busca por “material subversivo” que resultou na apreensão de gravuras que Heloísa Ramos trouxera de viagem à China e alguns livros, dentre eles um de Jurema Finamour⁴⁶⁶ com dedicatória da autora (o título não é citado) e *A Tempestade*, do russo Ilya Ehrenburg (1891-1967).

⁴⁶⁵ *CORREIO da Manhã*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1964. (recorte, periódicos posteriores a 1962, FGR/IEB/USP)

⁴⁶⁶ Autora do livro *Pablo e Dom Pablo* (1975) que traz polêmica visão da vida pessoal do poeta chileno Pablo Neruda, a jornalista Jurema Yary Finamour, que foi para o Chile ser secretária do poeta após o golpe civil-militar de 1964, escrevera até aquele ano livros-reportagem como *Quatro Semanas*

Se no processo de instalação da ditadura Vargas, Graciliano fora preso mais provavelmente pelas ideias que desenvolvia em seus escritos, sobretudo no romance *São Bernardo*, do que por uma suposta e improvável participação em células que engendraram a malograda insurreição comunista de 1935, na ditadura de 1964, sua família foi perseguida pelos livros que possuía ou lia e pelas ligações – consideradas perigosas – estabelecidas com intelectuais, desde a atuação política de Graciliano, principalmente a partir de 1945, quando o escritor entra para o Partido Comunista.

Sempre à esquerda, com os amigos que o acompanharam e ficaram após sua morte cultivando de um modo ou de outro ideais análogos aos seus; o conjunto de sua obra desnudando na primeira metade do século XX os problemas profundos da sociedade brasileira, herdados de séculos de colonização, trabalho escravo e poder centralizado, a posição política de Graciliano Ramos discutia, ao mesmo tempo, as possibilidades de um país que se pretendia moderno e ainda se agarrava ao autoritarismo como única forma de conduzir-se à modernidade. Tudo isso fazia com que aqueles que de algum modo estivessem colados à sua imagem, despertassem qualquer tipo de desconfiança em tempos de retorno do medo à ameaça comunista, agora no contexto novo da Guerra Fria, que compreendia instalação de ditaduras alinhadas ao bloco capitalista, baseadas na doutrina de segurança nacional.

Instaladas no cone sul do continente americano entre as décadas de 1960 e 1970, proliferariam nessas ditaduras ações que buscavam nas casas de professores, intelectuais, estudantes e políticos qualquer vestígio de material considerado perigosa influência para a população. Não raro, os donos da casa ou quem estivesse com eles eram levados juntos para interrogatórios que podiam culminar em detenção, tortura, exílio ou execução. O que acontecera aos parentes de Graciliano era um filete compondo uma intrincada rede de ações ostensivas do Estado.⁴⁶⁷

A história de Graciliano Ramos foi toda ela atravessada por períodos autoritários que acabaram servindo de matéria para seus escritos, de uma ditadura a

na *União Soviética* (1948), *China Sem Muralhas* (1956) e *Vais Bem, Fidel* (1962), obras que entravam em profundo desacordo com os ditames do regime recém-instalado no Brasil.

⁴⁶⁷ Nos primeiros tempos do Golpe de 1964, isso se deveu principalmente ao zelo do então governador da Guanabara Carlos Lacerda (que ainda não caíra em desgraça com o regime). Ênio Silveira, juntamente com muitos outros eminentes cariocas de posições suspeitas (Ferreira Gullar, Dias Gomes, Moacyr Félix, Álvaro Lins, Édison Carneiro, Carlos Ribeiro, Alex Viany, José Leite Lopes e Oscar Niemeyer), tiveram suas próprias casas invadidas pela polícia em busca de livros para confiscar. Cf HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 576.

outra, passando por períodos de frágil exercício da democracia, não fora esquecido. Na primeira ditadura, como escritor em processo de afirmação diante de um ditador personalista, Graciliano sofrera com o cárcere; na segunda, ausente e consagrado como um dos maiores escritores do país, e já ele e sua história valiosos para o entendimento do Brasil republicano, teve sua casa e memória vasculhadas pelos agentes de uma repressão aparentemente sem rosto que conjuntamente à mudança de ditador, no revezamento que durou até 1985, alternaria momentos de extrema repressão com distensão “lenta, segura e gradual”. Nem melhor nem pior que o Estado Novo implantado por Getúlio Vargas, em 1937, apenas uma ditadura de cara amorfa, com projetos mais obscuros e um nacionalismo paradoxal.

Quando *Memórias do Cárcere*, filme, apareceu em meados dos anos 1980, Florestan Fernandes fez uma lúcida observação sobre a estratégia narrativa escolhida por Nelson Pereira dos Santos, diretor e roteirista do filme, que procurou colar-se à atmosfera do livro. Assim, conseguiria o efeito reflexivo de Graciliano numa ditadura, enquanto possibilitava ao público fazer a mesma reflexão no contexto de outra, o que ajudaria a ver ambas as ditaduras como parte de um mesmo processo estrutural:

Ao sobrepujar seu rancor e as humilhações sofridas, o intelectual descobre o significado da prisão e da violência que imperam em toda a sociedade brasileira, de modo a identificar o microcosmo dentro do qual fora lançado como o limite mais brutalizado e esquecido do todo, mas, ao mesmo tempo, o mais expressivo e revelador. De um golpe, o Estado Novo e as franjas psicológicas, policiais, militares ou políticas da opressão mostravam-se no que eram, em sua realidade histórica específica e nas projeções que a soldavam ao passado escravista e colonial mais ou menos remoto e recente, ou seja, em sua realidade histórica “estrutural”.⁴⁶⁸

Mas repressão e exercícios de autoritarismo não ficaram restritos a períodos de ditadura explícita. Instalada por militares e movida por ideário positivista, não raro impositivo às camadas que não tiveram formação mínima para entender ou encarar a crueza do jogo liberal, a República à brasileira foi um desfile irregular, porém, contínuo de autoritarismo, assentado na prática do mando, regulada pela vontade dos financeiramente superiores.

Passando pela consolidação nacional até chegar à fase republicana, a ideia de o autoritarismo ser um dos traços mais nítidos da nossa formação está

⁴⁶⁸ FERNANDES, Florestan. *Memórias do Cárcere*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1984. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

fortemente presente em toda a obra de Graciliano Ramos, assim como na dos principais intérpretes do Brasil. Já a ideia de rebeldia, enfrentamento ou mesmo possibilidade de que uma fina linha democrática (ainda que tracejada) possa compor a realidade brasileira, essa, nem tanto. Ao invés de funcionar como um inibidor de posturas rebeldes, o aparente pessimismo permite visualizar ações rebeldes subsumidas em panoramas de diferentes autoritarismos: o universo familiar, o ambiente profissional ou social ou político-partidário aparecem com a força exata com que o escritor as vê e não com a que ele deseja que elas tenham – o suicídio da humanista de esquerda, Madalena, em *São Bernardo*, mostra a impotência das utopias no cenário brasileiro de então. No ano seguinte à publicação do romance, o levante comunista se transformaria numa derrota que trazia o trágico reconhecimento das forças que em pouco tempo traria o país sob a rédea do mandonismo instituído.

No todo literário de Graciliano, pode-se notar pelo menos três grandes blocos temáticos tratando da complexidade da questão: os diversos matizes do mandonismo; essas diferentes formas de autoritarismo como exercícios de manutenção da ordem capitalista; a iminência da ação popular entre aposta e desconfiança.

Mas antes de prosseguir, melhor esclarecer uma questão terminológica. Acima usei dois termos para chegar ao mesmo ponto: ‘mandonismo’ e ‘autoritarismo’. Embora não sejam rigorosamente iguais, os dois termos não se anulam, na verdade, combinam-se para melhor caracterizar as ações das elites brasileiras no período coberto pela obra do autor *São Bernardo*. Enquanto o autoritarismo se configura como sistema, o mandonismo realiza-se mais como tendência ou prática.

Mais complexo, o autoritarismo existe numa cadeia que compreende: ideologia, “conservadora” e “fundamentada na desigualdade natural entre os homens”; indivíduos, “sensíveis em relação à influência de forças externas” e tendentes “a aceitar supinamente todos os valores convencionais do grupo social a que pertencem”; instituições, quando autoritárias, refletem o autoritarismo do regime que ajudam a vivenciar e amortecer, sendo, de um modo geral, mais autoritárias à medida que se reduz a participação de baixo para cima nas decisões; e regimes,

genericamente, os “antidemocráticos”.⁴⁶⁹ Nesse sentido, é mais autoritário o regime que mais tenciona todas essas cordas. No Brasil, regimes autoritários durante o século XX executaram o concerto do mando numa afinação bastante alta, o que não impede que sejam ouvidas as peças autoritárias em afinação média ou baixa nos chamados períodos democráticos.

O mandonismo, como o definiu José Murilo de Carvalho, constitui-se na ação propiciada por uma conjuntura que concorre para tanto. Por isso, é comumente confundido com ‘clientelismo’ e ‘coronelismo’, e, embora não sejam a mesma coisa, a associação acaba sendo correta, já que esses dois últimos seriam conjunturas tentando se manter como atuantes, fazendo uso, não raro indiscriminadamente, de toda sorte de práticas mandonistas.⁴⁷⁰

8.1. Matizes do mandonismo: (in)conveniências de (des)obedecer

Uma das primeiras crônicas escritas e publicadas por Graciliano Ramos, então com pouco mais de vinte anos, foi sobre a figura do ‘chefe político’. Usando de muita ironia e metáforas, fez uma espécie de tipificação e organização hierárquica das elites políticas brasileiras, antecipando com impressionismo muito do que apareceria com pesquisas e conceitos nas obras clássicas de Victor Nunes Leal (1914-1985) e Raymundo Faoro (1925-2003):

Em escala descendente, a começar no Catete, onde pontifica o chefe assu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho, mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitos.

(...)

Está aqui um deputado que é um poço de manha, papagueador quando parola com o eleitorado, mudo na câmara, gênero peru; ali está um presidente de estado que outra coisa não tem feito senão apregoar pelas trombetas oficiais as maravilhas que ninguém vê, mas que ele teve o louvável intuito de realizar; temos acolá um advogado ventoinha, equilibrista emérito, camaleão legítimo; vem depois o comerciante voraz, enriquecido com os favores clandestinos, negociatas escusas e contrabandos; mais distante, avulta a majestade rotunda do industrial insatisfeito, empanturrado pelas propinas que a guerra lhe meteu no bucho.

(...)

Todos eles são mais ou menos chefes. Não se sabe bem de que, mas o certo é que são. Graúdos, risonhos, nutridos, polidos, escovados, envernizados, lá estão inchando, inchando. São os grossos batráquios da lagoa republicana.

⁴⁶⁹ STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política* – vol I. Brasília: Editora UNB, 1994, p. 95-103.

⁴⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de História e Política*, op. cit., p. 130-153.

Muitos, menos volumosos, coxam pelos cantos, chefinhos incolores, numerosos, em chusma, minúsculas pererecas de poças d'água.

São os donos de todos os municípios destes remotos rincões que o estrangeiro ignora, que as cidades do litoral conhecem vagamente, através dos despachos da Agência Americana.

Mandatários do governo, forjadores de eleições, mais os menos coronéis, caciques em miniatura, têm frequentemente, para infundir respeito, uma espada da Guarda Nacional, um boné sebento, um lenço de tabaco e um par de socos.

Possuem um factótum, pau para toda obra, secretário particular e muitas coisas mais, criatura que se especializa no mister de enviar ao presidente ou governador do estado chavões telegráficos de congratulação pelo aniversário de gloriosas potocas que enchem nossa história.

São, a um tempo, intendentes ou prefeitos, juízes, promotores, advogados e jurados, conselheiros municipais, comissários de polícia e inspetores de quartirão.

Realizam a pluralidade na unidade!⁴⁷¹

O arremate, “realizaram a pluralidade na unidade”, define a razão por trás da sobrevivência dessa estrutura político-administrativa, não obstante a mudança de regime – a “periferia sem centro”, da qual falava Sérgio Buarque de Holanda. Daí o início da crônica trazer a desconcertante reivindicação de colocar mais um poder na “constituição da república”: o “chefe político”, que não sendo executivo, “o dono da casa”, nem legislativo ou judiciário, “moços de recado”, é “tacitamente considerado o sumário dos outros três”.⁴⁷²

Em outras palavras, se não por escrito, oficializado na Constituição, mas como conjunto de forças que constituíam e equilibravam a malha federativa nos quarenta primeiros anos da República (mais visivelmente), o mando local sobrevivia não somente porque no Nordeste o “arcaísmo político” grassava com a permanência de “estruturas mediterrânicas”, como afirma Joseph L. Love,⁴⁷³ mas também porque a sua existência e permanência interessavam aos que estavam mais próximos do centro de um poder de centralidade virtual, os que estavam próximo do “chefe assu”.

Isso significa que, desde muito cedo, o observador político Graciliano soube dosar as medidas variáveis dos elementos que sustentavam o rótulo coronelista da política local. Essas doses apareceram em várias de suas obras.

Em Caetés, o chefe local é o advogado, que não tendo enorme base financeira, possuindo instrumentalização e técnica para chegar-se próximo do centro

⁴⁷¹ *Linhas Tortas*, p. 09-10.

⁴⁷² *Linhas Tortas*, p. 09.

⁴⁷³ LOVE, Joseph L. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a grande transação*. São Paulo: SECAC, 2000, p. 142.

local de poder. Durante uma procissão, João Valério encontra o tabelião e jogador de xadrez Miranda Nazaré, que lhe conta as novas:

- O Evaristo vai para cima, hem?
- O Evaristo? Ignoro, respondi. De que se trata?
- Secretário do Interior. Creio que vão fazer dele Secretário.
- (...)
- Um sujeito que se meteu na política há um ano!
- Não senhor. Meteu-se nela desde que lhe nasceram os dentes. É o chefe local que mais trabalha. Veja como esse velhaco organizou isto. (...) Aquilo trepa, e se não for para a secretaria, dão-lhe outro lugar bom, que é de elementos assim que o governo precisa. (...) – Tem tudo. É bacharel, faz discursos, veste-se bem e sabe furar.⁴⁷⁴

Em *São Bernardo*, Pereira é o chefe político agiota da cidade de Viçosa, que está, diferente do chefe de Palmeira dos Índios, em franca descensão. A movimentação política local não funciona em torno de uma família, como acontecia no auge das oligarquias estaduais, abrindo assim espaço para uma rede de aproveitadores, como Paulo Honório, a quem a coisa pública interessa apenas como fator a mais na dinâmica dos próprios negócios. Numa conversa com os mais achegados à fazenda, Paulo Honório procura matizar as variações da política local. O chefe político – o mesmo que emprestara dinheiro a Paulo Honório no começo da sua ascensão do fazendeiro – amargava, além de problemas financeiros, a derrota do candidato que apoiara na última eleição municipal:

- Torcidas de verdade, sim: mandava os meus eleitores às urnas e recebia em troca os agradecimentos do partido. Tricazinhas locais, não. Se o Pereira tinha pisado em casca de banana, pior para ele: caía, vinha outro e arranjava-se nova chapa.
- (...)
- Levantei-me, fiz um sinal a João Nogueira e aproximamo-nos da janela.
- Ó dr. Nogueira, diga-me cá, perguntei em voz baixa, essa história da queda do Pereira é certa?
- João Nogueira aceitou um charuto e declarou que não havia dúvida nenhuma.
- (...)
- Pois, dr. Nogueira, murmurei abafando mais a voz, cuido que chegou a ocasião de liquidar os meus negócios com o Pereira. Tenho marombado, espiado a maré, porque o chefe era ele. Mas se foi ao barro, acabou-se. Está aqui enrascado numa conta de cabelos brancos. Vou entregar-lhe a conta. Veja se me consegue uma hipoteca.
- Perfeitamente, concordou João Nogueira.
- E entusiasmou-se:

⁴⁷⁴ Caetés, p. 133-134.

– Perfeitissimamente! Passe a procuração. O senhor vai prestar ao partido um grande serviço. Aperte o Pereira, seu Paulo Honório.⁴⁷⁵ (p. 50-54)

Na capital de 1935, Luís da Silva é a ponta de um dos tentáculos dos coronéis do interior. Aquele que é a caixa de ressonância do chefe político local na capital, junto ao corpo de legisladores e magistrados, mas, sobretudo, veículo que reproduz a voz do “coronel”, arremetendo-a de volta ao terreiro de atuação, onde há sempre outros à espreita, ou enfrentando-o abertamente.

Trabalho num jornal. À noite dou um salto por lá, escrevo umas linhas. Os chefes políticos do interior brigam demais. Procuram-me, explicam os acontecimentos locais, e faço diatribes medonhas que, assinadas por eles vão para a matéria paga. Ganho pela redação e ganho uns tantos por cento pela publicação. Arrumo desaforos em quantidade, e para redigi-los necessito longas explicações, porque os matutos são confusos, e acontece-me defender sujeitos que deviam ser atacados.⁴⁷⁶

Carlos Nelson Coutinho fez uma importante observação quando indicou que entre a feitura de *Caetés* e a de *São Bernardo* houve a revolução de 1930, a qual, com todas as “limitações”, “revelava o quanto era aparente e superficial a solidez daquela sociedade estagnada e mesquinha e indicando as tendências renovadoras latentes e encobertas.”⁴⁷⁷ Na verdade, *São Bernardo* foi finalizado concomitante aos acontecimentos da reação de São Paulo ao poder central em 1932.

Continuo a consertar as cercas do *São Bernardo*. Creio que está ficando uma propriedade muito bonita. E se Deus não mandar o contrário, qualquer dia terei de apresentá-la ao respeitável público. O último capítulo, com algumas emendas que fiz, parece que está bom.

Não temos aqui nenhuma notícia certa da revolução. O rádio desapareceu, os jornais não dizem nada, até os boatos são escassos. De sorte que estamos como presos, ignorando tudo o que se passa além dos montes que nos cercam.⁴⁷⁸

O mesmo pode ser dito do intervalo entre *São Bernardo* e *Angústia*, este último feito após a nova Constituição de 1934, de certo modo modernizadora, apesar de continuar a figura do Interventor Federal. Fato é que em *Angústia* vê-se nitidamente um Paulo Honório utilizando-se dos serviços de um Costa Brito, no caso, um Luís da Silva, para divulgar seus feitos e ideias através de matérias pagas.

⁴⁷⁵ *São Bernardo*, p. 50-54.

⁴⁷⁶ *Angústia*, p. 57.

⁴⁷⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*, op. cit., p. 172-173.

⁴⁷⁸ Carta 58, 01-09-1932. In *Cartas*, p. 123.

Memórias do Cárcere e alguns dos contos de *Insônia* mostraram a face exposta do autoritarismo se constituindo em regime. Mas, e *Vidas Secas*? Entre *Angústia* e o último romance do escritor houve a prisão e a soltura de Graciliano. O livro foi lançado com o Estado Novo já instalado no poder, mas seu último capítulo foi escrito há menos de um mês do golpe, em meio à efervescência política do período. *Vidas Secas* é, contudo, destituído de qualquer movimentação do universo partidário ou político-administrativo. E a explicação é simples: não há vida política atingindo a Fabiano. Há manifestações de mando. Mando possibilitado pela política vigente ou pelo que possa parecer a falta dela, o que é também um tipo seu de manifestação. Em resumo: Fabiano não entende o porquê da repressão que sofre do patrão, do soldado amarelo, do bodegueiro, do fiscal da prefeitura. E como todos esses agentes são da cidade, a única conclusão a que chega é que ele é inferior, já que é dos matos, do sertão. E parte incerto com a família.

Vidas Secas ainda traz outra questão importante: a violência do Estado sobre um civil comum, não envolvido em crime eventual, em bando de cangaceiros, em greve, em questões de pistolagem ou eleitorais. O soldado amarelo bate simplesmente porque acha que pode bater. A partir disso fica nítida a linha da violência percorrendo praticamente todos os escritos de Graciliano. Nessa linha estão dispostos o assassino Manuel Tavares, de *Caetés*, protegido do chefe político Evaristo Barroca e absolvido pelos jurados, deixado em pez pelo promotor; Casimiro Lopes, o capanga de Paulo Honório, que a mando do patrão eliminou o vizinho de propriedade, Mendonça; há o próprio Luís da Silva, resolvendo seus problemas, recorrendo ao pior da tradição.

Mas a linha começa e segue mesmo mais forte nas violências cotidianas, no exercício quase invisível de mando a partir do uso da força sobre os que estão totalmente desprotegidos. A linha começa no caso do cinturão, com o próprio Graciliano.

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.⁴⁷⁹

⁴⁷⁹ *Infância*, p. 29.

O caso, como já resumido neste estudo, envolvia o sumiço do cinto do Sr. Sebastião Ramos, que, de repente, culpa o menino Graciliano, puxa-lhe de trás dos caixões de mantimentos, onde costumava ficar e, enfurecido, à cata do cinturão, começa o interrogatório:

Onde estava o cinturão? (...) Provavelmente fui sacudido. O assombro gelava-me o sangue, escancarava-me os olhos.

(...)

Havia uma neblina, e não percebi direito os movimentos de meu pai. Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz.⁴⁸⁰

E chamar pelos amigos Amaro Vaqueiro e José Baia nada adiantaria. Estavam praticamente na mesma condição do menino, diante da autoridade do proprietário da fazenda.

Experiência marcou fundo. Seu resultado foi registrado no próprio *Infância*:

Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro. Onde estava o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo.⁴⁸¹

Como no *Memórias do Cárcere*, quando escreveu que o pai “fora um violento padrasto.”⁴⁸²

Depois, a linha da violência segue em *São Bernardo*, repetindo-se o ataque injusto e severo, quando Paulo Honório demonstra seu poder a Marciano, empregado da fazenda. O estopim para a fúria – assim como fora o sumiço do cinturão de Sebastião Ramos – um detalhe: cochos vazios do gado. Segundo Paulo Honório, era sinal de vagabundagem, logo, ofensa, desrespeito:

- Já para as suas obrigações, safado.
 - Acabei o serviço, seu Paulo, gaguejou Marciano perfilando-se.
 - Acabou nada.
 - Acabei, senhor sim. Juro por esta luz que nos alumia.
 - Mentiroso. Os animais estão morrendo de fome, roendo a madeira.
- Marciano teve um rompante:
- Ainda agorinha os cochos estavam cheios. Nunca vi gado comer tanto. E ninguém aguenta mais viver nesta terra. Não se descansa.

⁴⁸⁰ *Infância*, p. 30.

⁴⁸¹ *Infância*, p. 31.

⁴⁸² *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 178.

Era verdade, mas nenhum morador me havia ainda falado de semelhante modo.

– Você está se fazendo de besta, seu corno?

Mandei-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zonzinho, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira. Enfim ergueu-se e saiu de cabeça baixa, trocando os passos e limpando com a manga o nariz, que escorria sangue.⁴⁸³

Batia porque podia bater, e isto era natural. O menino frente ao pai: devendo-lhe a vida, a comida, o vestir, um teto... O empregado frente ao patrão: temendo-lhe a retirada da vida, da comida, do vestir, do teto... Graciliano pinta essas relações, colocando a vítima numa situação de total enredamento ou dependência. No caso dos cochinhos vazios, quando a ira irrompe, Paulo Honório chama a Marciano de “corno”. A expressão não é somente insulto. Está-lhe dizendo a verdade. Anuncia sua condição de mandado em todos os sentidos possíveis, pois a Rosa, esposa de Marciano, há muito, desde que Paulo Honório adquirira a São Bernardo, vinha-lhe servindo além das obrigações de doméstica, sendo a situação, aparentemente, sabida por todos. Em comentário que faz sobre Marciano, páginas antes do incidente, elogia-o assim: “Todos esses malucos dormem demais, falam à toa. Marciano, coitado, nem por isso. Cuida bem do gado, é marido da Rosa.”⁴⁸⁴

Por fim, Fabiano e o soldado amarelo. Na cidade, na venda de seu Inácio, bebendo cachaça, Fabiano entra num jogo de trinta-e-um a convite do soldado sem nome. O matuto começa a perder o dinheiro, que era para a compra do querosene. Desiste de jogar e sai apressado, sem se despedir de ninguém. O policial, que também vinha perdendo, sente-se ofendido e sai à procura do vaqueiro.

Debaixo do Jatobá da praça, o encontro. Bem menor que Fabiano, o franzino soldado o encara reclamando respeito. E aí ocorre uma inversão até então inédita nos portes físicos. Enquanto nos outros casos, o do cinturão e dos cochinhos vazios estabelece-se uma relação do tipo “Davi e Golias”: o menino Graciliano e seu Sebastião Ramos; Marciano e Paulo Honório, no caso de Fabiano com o soldado amarelo, essa relação ao mesmo tempo em que se inverte e se transforma numa metáfora que confirma o caso bíblico. Se o soldado amarelo é como o pequeno Davi e Fabiano como o gigante Golias, Deus – leia-se governo – está do lado do primeiro,

⁴⁸³ *São Bernardo*, p. 107-108.

⁴⁸⁴ *São Bernardo*, p. 60.

conferindo-lhe a autoridade, guiando-lhe os movimentos, avolumando-lhe a voz – para tanto deu-lhe colegas, farda e apito.

O vaqueiro tenta, sem sucesso, desfazer a confusão. Diz que assim como o ‘praça’ ele também estava perdendo no jogo e ninguém tinha culpa disso. O soldado pisa-lhe com força o pé:

– Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente.

O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá.

Toca pra frente, berrou o cabo. Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu. [Onde estava o cinturão?]

Está certo, disse o cabo. Faça lombo, paisano.

Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lâmina de facão bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. A chave tilintou na fechadura, e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto, rosnando:

Hum! hum!⁴⁸⁵

Fabiano fica lá, confuso, pensando no que acontecera e por que acontecera. Não encontra resposta. Não sabe por que os outros *homens* faziam isso com ele, que tinha tão pouco e era tão pouca coisa. E mesmo encontrando-se depois com o soldado franzino no meio do mato, com facão na mão, Fabiano sente o peso de uma força por traz da farda, assegurando as ações do soldado. Chega à conclusão que Governo é Governo, e seria melhor deixar o amarelo seguir. Novamente o “podia porque podia bater”. Assim, irmana-se ao Graciliano menino, ao Marciano e (por que não?) ao Graciliano do cárcere.

Há uma coincidência de datas, que junto ao registro em diário do jurista mineiro Paulo Mercadante, levou a uma interessante interpretação sobre quem seria o soldado amarelo de *Vidas Secas*. Mercadante era colega de Ricardo Ramos na Faculdade, fazendo parte de um seleto grupo de jovens que se tornou íntimo de Graciliano em sua velhice. Num desses encontros, em 1949, Mercadante registrou uma conversa sobre o inusitado episódio do encontro entre Graciliano e Vargas, numa noite quente de agosto ou setembro de 1937. O capítulo ‘Soldado Amarelo’ fora escrito no dia 6 de setembro, véspera das comemorações do Dia da Independência:

⁴⁸⁵ *Vidas Secas*, p. 29-30.

Passava das oito horas, quando decidiu caminhar até a Praia do Flamengo, descendo a Correia Dutra. Na calçada tomou a direção de Botafogo, rente ao longo muro de pedra. [...]

O tempo correrá naquela caminhada sem destino e vendo-se próximo à Av. Rui Barbosa, deliberou-se a retornar pelo mesmo trajeto. Lembrava-se que a calçada parecera-lhe longa no retorno, sem os casais de namorados que há menos de meia hora se encostavam na murada que continha o mar. Pela altura da rua Paissandu cruzou a praia, regressando. Andou trinta metros mais ou menos, quando, em sentido contrário, viu caminhar só, em passos vagarosos, uma pessoa baixa e gorda. O local estava vazio, poucas as casas com luzes no alpendre. Não deu importância ao fato, continuando em direção à esquina com a rua Senador Vergueiro, para dali obliquar ao Catete. Qual não foi a surpresa quando se viu diante de Getúlio, que o fixou atento, curvando a cabeça num cumprimento. Graciliano seguiu o caminho, sem responder ao aceno, perplexo, passando junto a seu corpo, chegando-lhe a sentir o perfume. Rápido o cruzamento, talvez durante dez segundos ou passos, entre a identificação e o afastamento.⁴⁸⁶

Não é propósito deste estudo encontrar para cada episódio da ficção do autor de *Angústia* um equivalente biográfico. Se esses equivalentes aparecem é para conferir o grau de experimentação das questões que compõem o corpo interpretativo daquela realidade brasileira, habitando a obra do escritor que, carente de conceituação e técnicas de verificação, recorre ao nível de excelência de verossimilhança para garantir credibilidade dos escritos que se reivindicam realistas. O que obriga ao pesquisador não ser excessivamente arbitrário e simplesmente encaixar os episódios das obras em equivalentes da Historiografia consagrada, ao mesmo tempo em que alerta o pesquisador para não ficar buscando todas as possibilidades interpretativas, sobretudo as de cunho psicológico, porque é preciso, ao final, apontar um caminho.

É nesse sentido que o encontro entre Graciliano e Getúlio, narrado por Mercadante aparece neste trabalho, servindo de contraponto à visão panorâmica que, às vezes, é a única que a Historiografia consegue mostrar.

Nisso, outro exemplo que pode surgir do mesmo caso do soldado amarelo é que o sujeito social por trás do personagem, talvez o general Newton Cavalcanti, cujo nome Graciliano teima em não citar nas memórias. Alagoano como Graciliano, mais especificamente de Palmeira dos Índios, o general foi o responsável direto pela caça aos comunistas do Nordeste, dentre eles o ex-Diretor da Instrução Pública de Alagoas. Há uma passagem em *Memórias do Cárcere* que ajuda a dar complexidade à partida de Fabiano e sua família, não encaixando a ação de partir

⁴⁸⁶ MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos: o manifesto do trágico*, op. cit., p. 94-95.

do sertão como consequência única e direta da seca e dando certa pista da recusa do próprio Graciliano em voltar a Alagoas:

É assim na minha terra, especialmente no sertão. Vivente espancado resiste: em falta de armas, utiliza unhas e dentes, abrevia o suplício e morre logo, pois, se sobreviver, estará perdido. Nunca mais o tomarão a sério. É possível que ele esqueça o chicote, precisa esquecer: cá fora tenta reaver os seus insignificantes direitos de cidadão comum. Os outros não esquecem. Aquilo é estigma indelével, tatuagem na alma. Quando estiver desprecitado, julgando-se normal e medíocre, um riso, um gesto, um olhar venenoso o chamarão à realidade, avivarão a lembrança do pelourinho, do rosto cuspidor, das costas retalhadas. Afinal aquele tratamento não foi infligido senão para isso. Indispensável aniquilar um inimigo da sociedade. Quem é ele? O assassino? Evidentemente não. Na minha terra uma vida representa escasso valor.

(...)

Não me ocorrera a ideia de que prisioneiros políticos fossem tratados da mesma forma: a palavra oficial dizia o contrário, referia-se a doçura, e não me achava longe de admitir pelo menos parte disso. (...) Provavelmente existia nas prisões certa humanidade, relativa humanidade. Capacitara-me disso, por não me parecer que os atos ferozes fossem úteis. Talvez não estivesse aí o motivo da minha credulidade. Habitara-me de fato, desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa. Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos. E estávamos ali, encurralados naquela imundície, tipos da pequena burguesia, operários, de mistura com vagabundos e escroques. E um dos chefes da sedição apanhara tanto que lá ficara em Natal, desconjuntado, urinando sangue.⁴⁸⁷

A violência e a vergonha que dela fica em quem apanha: eis um traço humano que Graciliano aplica em sua obra, nacionalizando um sentimento de um sertanejo do Nordeste.

Newton Cavalcanti ainda teria outro papel interessante em *Memórias do Cárcere* – fazer clarear no autor de *Angústia* a imagem do capital por trás da violência do Estado, travestida de defensora da moralidade e da tradição.

Numa única página do jornal *Correio da Manhã*, poucos dias após a prisão de Graciliano, pode-se ver claramente a movimentação no xadrez político do país, cujas principais jogadas eram protagonizadas pelos cavalos e pelas torres, ou seja, militares e cadeias, o que, em verdade, convertia o xadrez num jogo policial, e não político, na concepção nobre da palavra. Logo acima de uma curtíssima nota que secamente dizia: “Maceió, 5 (Havas) – Foi exonerado o Sr. Graciliano Ramos do cargo de Diretor da Instrução Pública”⁴⁸⁸ (notícia, aliás, que encobria outra –

⁴⁸⁷ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 141-142.

⁴⁸⁸ Ver em: *Correio da Manhã*. 06 mar. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=19089>. Acesso em: 22 maio 2013.

Graciliano já estava sendo levado para o Pavilhão dos Primários, no Rio de Janeiro), havia duas notícias detalhadas mostrando as ações do general Newton Cavalcanti desde o final do mês de fevereiro.⁴⁸⁹

A primeira notícia continha a transcrição do telegrama do general, comandante da 7ª Região Militar, ao Presidente da Corte Suprema, demonstrando insatisfação e desapontamento com os juízes federais de Alagoas e Rio Grande do Norte que estariam, segundo o militar, agindo com “benevolência” nos inquéritos policiais “sobre os movimentos extremistas” e seus “elementos comunistas”, ameaça “ainda não completamente afastada”. Newton Cavalcanti anulou vários *habeas corpus* emitidos por juízes federais, mandando prender novamente os elementos “perniciosos à ordem pública e à estabilidade do *regimen*.”

A segunda notícia, mais em tom intimidador que mesmo informativo, era o registro de uma visita ordinária a um batalhão de Fortaleza-CE. Esse evento de inspeção serviu de veículo para uma das mais claras mensagens sobre a atitude, a intenção e os projetos do *establishment* varguista. Disse o general a um repórter: “Não sei falar, só sei agir. Vim ao Ceará em inspeção saber como a guarnição estava executando as ordens recebidas. Não tenho política, tanto me faz que seja amigo do governo ou inimigo. Qualquer barulho comunista acabarei à bala.” Depois do discurso frontal de Cavalcanti, a reportagem ainda fornecia duas preciosas informações. No mesmo dia, o general havia lembrado ao governador do Estado da necessidade de se instalar o Centro dos Escoteiros do Ceará, ou seja, aposta no futuro fardado, com mais cidadãos dispostos a não questionar a disciplina e a ordem. Outra informação relevante era o itinerário do General: de Fortaleza, ele seguiria para Souza, na Paraíba, e de lá até Recife.

A importância desse último dado é que foi com esse espírito combativo, e convencido de que era necessário continuar a repressão, que Newton Cavalcanti chegou à capital Pernambucana. No forte onde Graciliano estava preso, os dois se encontraram.

⁴⁸⁹ Só dos intelectuais presos ligados à Livraria José Olympio, a lista é consideravelmente longa, constando, além de Graciliano: Jorge Amado, preso pela primeira vez em fins de 1935 e depois em novembro de 1937; Eneida de Moraes, Rachel de Queiroz e o ilustrador Tomás Santa Rosa, em abril de 1936; o antropólogo Nunes Pereira, em fins de 1937. Ainda seriam presos ou detidos: Gilberto Freyre; José Lins do Rego, o arquiteto Oscar Niemeyer, o artista Cândido Portinari e o biógrafo do ditador, André Carrazoni. Cf HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 577-578.

No registro do encontro, um misto de revivescência da sensação vivida há não menos de dez anos e análise de conjunto, baseada em vivência e conhecimento histórico – propriedade maior do conteúdo de suas obras. Capitão Lobo, responsável pelo forte, apresentou os dois prisioneiros ao general:

Finda a apresentação, o homem alto pregou-me um olho irritado:

– Comunista, hem? Atrapalhei-me e respondi:

– Não.

– Não? Comunista confesso.

– De forma nenhuma. Não confessei nada.⁴⁹⁰

Espiou-me um instante, carrancudo, manifestou-se:

– Eu queria que o governo me desse permissão para mandar fuzilá-lo.

– Oh! General! murmurei. Pois não estou preso?

E calei-me prudente: o diabo da frase podia ser interpretada como um desafio, que eu não estava em condições de lançar. Felizmente o homem não ligou importância a ela, deu-me as costas, voltou-se para o meu companheiro e interrogou-o com dureza.⁴⁹¹

O companheiro a que Graciliano se refere é o Capitão Mata, militar acusado de traição por suposta participação nos eventos de 1935. Após a saída do general, Capitão Mata critica a postura desafiadora de Graciliano. A resposta, calcada numa parca experiência em ameaças de fuzilamento⁴⁹² é, com efeito, um resumo da prática ditatorial no trato com o preso político no Brasil, na ditadura que se firmaria quase trinta anos depois, inclusive.

Não, ninguém tinha interesse em fuzilar-me. Além disso quando um vivente quer extinguir outro, não lhe vai revelar este desejo: extingue-o, se pode. Recurso ingênuo ameaçar as pessoas à toa, sem saber se elas se apavoram. No Brasil não havíamos atingido a sangueira pública. Até nos países inteiramente fascistas ela exigia aparência de legalidade, ainda se receava a opinião pública. Entre nós execuções de aparato eram inexequíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar

⁴⁹⁰ A certeza do general em chamar Graciliano de comunista, e ainda por cima confesso, pode ter ligação com as investigações feitas por Filinto Müller para efetuar a prisão de Prestes. A pesquisa feita pelo sociólogo estadunidense R. S. Rose, a partir de entrevistas e documentos, chegou a uma lista de suspeitos que poderiam indicar o paradeiro do líder comunista: “Na lista havia só três nomes: André Trifino Correia, Astrogildo Pereira Duarte Silva e Graciliano Ramos”. Ver mais em: ROSE, R. S. Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954, op. cit., p. 106-108.

⁴⁹¹ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 94.

⁴⁹² Graciliano já havia sido ameaçado de fuzilamento antes. Narra o fato no depoimento do cárcere, na presença do então comandante da ofensiva, Agildo Barata, agora preso, como ele: “Em 1930 um piquete das forças revolucionárias de Agildo Barata agarrou-me no interior de Alagoas e fingiu querer fuzilar-me. No Pavilhão dos Primários Agildo ria escutando a narração dessa proeza besta. Eram dezesseis malucos. Esvaziaram-me os pneumáticos do carro, encheram-me de perguntas e ameaças. Atrapalhado em excesso, não respondi; tirei do bolso um papel e mastiguei-o. Preso, estirado na cama, o chapéu cobrindo-me o rosto, ouvi pancadas; sentei-me, vi perto um indivíduo a bater com a soleira do fuzil no chão, querendo assustar-me. – ‘Você dispara esse diabo e mata um companheiro. Com licença.’ Estirei o braço e virei a asa do registro de segurança. *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 114.

prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos.⁴⁹³

Como dito antes, o depoimento de Graciliano, com todas as precauções tomadas pelo autor para encontrar o equilíbrio entre verdade, denúncia e ponto de vista, deve sempre ser tomado como um texto ligado a dois contextos: o que está no livro, envolvido no compromisso do rigor descritivo; e o que comporta o livro, que impede o depoimento se tornar um produto pretensamente neutro. O projeto da fatura do livro é anunciado ao filho Júnio, em carta escrita poucos dias depois da participação do escritor no famoso comício de campanha para as eleições de dezembro de 1945, na Praça Sáenz Peña: “Findo alguns compromissos neste resto de ano, iniciarei um trabalho a respeito das prisões de 1936. É difícil e arriscado: tenciono apresentar aquela gente em cuecas, sem muitos disfarces...”⁴⁹⁴ Três meses depois, registrou a Heloísa, empolgado, as atividades no partido e o importante encontro que teve com o Meireles, um rapaz do Rio Grande do Norte, que esteve com ele no porão do *Manaus* e lhe passou “observações importantes”. As pesquisas e a escrita de *Cadeia* estavam cravejadas de empolgação militante, raras vezes aparente em seus escritos: “esses fofos papões covardes que nos queriam fuzilar em 1936 meterão o rabo entre as pernas...”⁴⁹⁵

O escritor aceita as regras do jogo imposto, no qual figura como antagonista (embora nunca deixe de se julgar de pouquíssima monta), elemento inconciliável que precisa ser destruído ou vigiado, sabendo-se que mais cedo ou mais tarde haverá denúncia, revide, levante, visto que o sentimento de mortandade é, nele, talvez mais forte que no general, ainda que menos factível.

É degradante. Demais estaria eu certo de não haver cometido falta grave? Efetivamente não tinha lembrança, mas ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis, via com satisfação os muros pichados, aceitava as opiniões de Jacob. Isso constituiria um libelo mesquinho, que testemunhas falsas ampliariam. Tinha o direito de insurgir-me contra os depoimentos venenosos? De forma nenhuma. Não há nada mais precário que a justiça. E se quisessem transformar em obras os meus pensamentos, descobririam com facilidade matéria para condenação. Não me repugnava a ideia de fuzilar um proprietário por ser proprietário. Era razoável que a propriedade me castigasse as intenções.⁴⁹⁶

⁴⁹³ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 95-96.

⁴⁹⁴ Carta 107, 12-10-1945. In *Cartas*, p. 207.

⁴⁹⁵ Carta 108, 12-01-1946. In *Cartas*, p. 209. O registro do horário da carta, “4 ½ da manhã”, é um indício do entusiasmo do escritor naquele contexto.

⁴⁹⁶ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 46.

A “matéria para a condenação”, alertara-o o advogado Sobral Pinto, estava “nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo.” “Se eu fosse chefe de polícia”, continuou o advogado de Prestes e Harry Berger, “o senhor estaria aqui regularmente, com processo.”⁴⁹⁷

Exemplos desse material não faltavam. Escolhi um dos mais às vistas, do romance *Angústia*, que ganhava as livrarias naqueles mesmos dias:

Não consigo escrever. Dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições, as duas colunas mal impressas, caixilho, dr. Gouveia, Moisés, homem da luz, negociantes, políticos, diretor e secretário, tudo se move na minha cabeça, como um bando de vermes, em cima de uma coisa amarela, gorda e mole que é, reparando-se bem, a cara balofa de Julião Tavares muito aumentada. Essas sombras se arrastam com lentidão viscosa, misturando-se, formando um novelo confuso.⁴⁹⁸

A imagem do “novelo confuso” é bem-vinda, porque, não obstante pertencer ao universo cognitivo de um sujeito em pleno processo de perda da posse de suas faculdades mentais, ela indica a complexidade dos elementos em jogo na manutenção daquela realidade movida a mandonismo, barganhas, violência, informação e capital.

Ela é o entendimento possível do uso arbitrário do sistema político e demais instituições de poder como uma consciência própria e tradicional desenvolvida ao longo dos séculos e associada ao apetite da atual forma capitalista que, tendo desenvolvido a capacidade de mutação, atualizando a exploração no contexto da modernidade, conservou a inclinação para a opressão sistemática, posta em prática sempre que conviesse, e usando, inclusive, elementos do discurso democrático como legitimação do enfretamento de demandas e obstáculos previstos, esperados ou, até mesmo, criados – exercício constante que é o flerte com o risco e o consumo da própria evolução, pois é no cultivo das diferenças onde moram os impulsos da conquista e principia o processo de autoindulgência.

Se o capitalista fosse um bruto, eu o toleraria. Aflige-me é perceber nele uma inteligência, uma inteligência safada que aluga outras inteligências canalhas. Esforço-me por alinhar esta prosa lenta, sairá daí um lucro, embora escasso – e este lucro fortalecerá pessoas que tentam oprimir-me. É o que me atormenta. Não é o fato de ser oprimido: é saber que a opressão se erigiu em sistema. O general manifestara desgosto por não poder fuzilar-me: revelara fraqueza. Se ele embirrasse comigo e quisesse matar-me, comportar-se-ia animalmente, honestamente. Não embirrara,

⁴⁹⁷ *Memórias do cárcere* – vol. II, p. 299-300.

⁴⁹⁸ *Angústia*, p. 23.

deixara-se levar por informações, obedecera às conveniências da classe detestada. Tinha uma consciência, e isto nos incompatibilizava. Era inegável, porém, que ele procedia consequentemente e não devia espantarme. Numa explosão de franqueza, expusera um intuito irrealizável certamente escondido em numerosos espíritos.⁴⁹⁹

Assim, o jogo só é aberto em parte, porque paralelo à sustentação do sistema econômico, está também a construção de toda uma atmosfera política e cultural próprias que, mesmo se utilizando do uso da força, lança mão do discurso como estratégia fundamental para a manutenção da ordem – a repressão, portanto, tem sua utilidade limitada e, embora não desapareça, mistura-se ao projeto formativo.

É o que fazia José Lins do Rego dizer que o Brasil “é o país mais extraordinário do mundo”, ao ver dispostos numa sala da casa do então candidato à Presidência da República, o Ministro José Américo de Almeida, em março de 1937, três escritores de ideias esquerdistas, sendo que dois haviam sido presos por isso, Graciliano e Jorge Amado, Raul Machado, juiz do Tribunal Especial e o editor José Olympio.⁵⁰⁰ Mais ou menos um mês antes, quando fora com o mesmo José Lins entregar cópia d’*A Terra dos Meninos Pelados* no Ministério da Educação, o escritor de *Banguê* teria inaugurado essa ideia da organização excêntrica de nossa sociedade. Cauteloso, Graciliano refletiu:

(...) Vi lá, num corredor, o nariz e o beijo caído de s. exa. o sr. Gustavo Capanema. ZéLins acha excelente a nossa desorganização, que faz que um sujeito esteja na Colônia [Colônia Correccional – Ilha Grande-RJ] hoje e fale com ministros amanhã; eu acho ruim a mencionada desorganização, que pode mandar para a Colônia o sujeito que falou com o ministro.⁵⁰¹ (comentários meus)

Nenhum dos dois romancistas estava errado, mas talvez Graciliano estivesse mais correto. A conciliação plena não poderia existir, pois havia bifurcação no princípio. Direções opostas, que, por mais próximas que já tenham ficado ou viessem a ficar, continuariam direções e continuariam opostas. Sobre essa questão, não há imagem mais clara na obra de Graciliano do que a do casamento entre Madalena e Paulo Honório.

Comunista e Materialista. Bonito casamento! Amizade com o Padilha, aquele imbecil. ‘Palestras amenas e variadas.’ Que haveria nas palestras? Reformas sociais, ou coisa pior. Sei lá! Mulher sem religião é capaz de tudo.
(...)

⁴⁹⁹ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 111.

⁵⁰⁰ Carta 98, 22-03-1937. In *Cartas*, p. 192.

⁵⁰¹ Carta 93, 28-02-1937. In *Cartas*, p. 178.

Procurei Madalena e avistei-a derretendo-se e sorrindo para o Nogueira, num vão de janela.

Confio em mim. Mas enxerguei os olhos bonitos do Nogueira, a roupa bem feita, a voz insinuante. Pensei nos meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho de sobrelhas espessas. Cruzei descontente as mãos enormes, cabeludas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena – e comecei a sentir ciúmes.⁵⁰²

E continua:

Até com o Padilha! Como diabo tinha ela coragem de se chegar a uma lezeira como o Padilha? A questão social.

– Está aqui para a questão social. O que há é sem-vergonheza.

Depois a colaboração no jornal do Gondim. Continuava a colaborar. Pouco, mas continuava. O Gondim e ela tinham sido unha com carne. Lembram-se da tarde em que ele me deu parabéns, estupidamente? Familiaridade. E discutiam as pernas e os peitos dela!

Eu tinha razão para confiar em semelhante mulher? Mulher intelectual.⁵⁰³

Graciliano revestiu o proprietário com o tecido do ciúme. Esse é o conceito guarda-chuva que abarca todos os conceitos antidemocráticos usados na luta contra qualquer forma de Socialismo. E assim como fez com a questão do autoritarismo, vendo-o mais profundo do que apenas boiando na superfície dos eventos políticos, o criador de ‘Baleia’ situou o embate entre capitalistas e socialistas numa atmosfera que fugisse do meramente econômico.

8.2. Três cães ou mais: questão de classes

‘Conversa de cachorros’ é o título dum original artigo de Otto Maria Carpeaux, publicado n’*O Jornal*, em 28 de julho de 1946, no qual o crítico vienense, a partir da novela de Cervantes *Coloquio de los Perros*, elabora em grossos traços um projeto fictício duma ‘Antologia do Cão’, que, partindo de Homero, com o cão Argos, chegaria a Graciliano Ramos, com a cachorra Baleia, passando, claro, por Machado de Assis e seu Quincas Borba.⁵⁰⁴

A ideia de Carpeaux fazer essa lista de famosos personagens caninos da Literatura inspirou-me a fazer o mesmo dentro do universo literário de Graciliano.

⁵⁰² *São Bernardo*, p. 133.

⁵⁰³ *São Bernardo*, p. 136.

⁵⁰⁴ CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaaios Reunidos* - vol. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 82-83. Só para constar, quando li o artigo senti falta da cadelinha Kashtanka, do conto homônimo de Tchekhov, de 1887.

Contudo, a pequena lista que fiz serve ao propósito analítico de ver como Graciliano movimentava os grupos sociais em disputa. Quando li que, na defesa de Harry Berger, Sobral Pinto recorreu a um artigo do Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934, que estabelecia medidas de proteção aos animais, percebi que minha ideia não só não era ousada demais, como fazia pleno sentido.⁵⁰⁵

Além dos cães figurantes que compõem os cenários de fazendas e cidades pequenas ou grandes, a massa sem nome, sem foco, três cães aparecem mais nitidamente nos textos de Graciliano.

Baleia, de *Vidas Secas*, que “consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas.”⁵⁰⁶

No capítulo ‘Contas’, quando é verificada uma diferença entre as contas feitas por sinha Vitória e pelo patrão, no processo da quarteada,⁵⁰⁷ Fabiano questiona, surpreso, a ninharia recebida: “Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano” e a justificativa era os juros oriundos das dívidas adquiridas pelo vaqueiro para comprar os víveres para a família. Fabiano “não se conformou: devia haver um engano. (...) O Patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.” Diante da ameaça de uma liberdade inútil, “Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à-toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia seu lugar. Um cabra.”

O vaqueiro se submete ao patrão mais pelo temor à realidade contida em seu argumento do que propriamente por alguma devoção que lhe deva. No entanto, o argumento é o do patrão, que não necessita do uso da violência para fazer Fabiano se recolher ao seu lugar, bastando jogar com os elementos de sua dura realidade. Nessa realidade apresentada pelo escritor, o exercício do poder do patrão não necessitava da opressão ou do choque, pois até a compreensão da liberdade, que consistia em estar à toa, sem amparo, estava a serviço de quem manda.⁵⁰⁸

⁵⁰⁵ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas*: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954), op. cit., p. 142-143; 265.

⁵⁰⁶ *Vidas Secas*, p. 89.

⁵⁰⁷ Recebimento da quarta parte dos bezerros nascidos durante o inverno.

⁵⁰⁸ Em *Conformismo e Resistência*, Marilena Chaui tenta dialogar com o aspecto ambíguo que parece prevalecer nas relações sociais. Só a partir da aceitação dessa ambiguidade, que leva em conta aspectos simultâneos, como o conformismo e a resistência, numa mesma ação, é que a autora crê possível o entendimento das relações socioculturais do Brasil. Para o interior do país, ela expõe um quadro que, de certo modo, enriquece o olhar sobre as realidades que Graciliano quis mostrar: “...do lado do proprietário há o favor (feito pelo patrão-padrinho-festeiro-chefe político) e do lado do não-proprietário há a dívida (contraída pelo empregado-afilhado-compadre-folião-eleitor). Pela

Sobrava, então, para o vaqueiro a incompreensão das atitudes do patrão, sua fome desenfreada por migalhas que eram, por direito, de Fabiano, tanto por merecimento quanto por serem migalhas:

Se lhe dessem o que era dele, estava certo. Não davam. Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos. Porque seria que os homens ricos ainda lhe tomavam parte dos ossos? Fazia até nojo, pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias.⁵⁰⁹

E a revolta, raramente externada, vai consumindo Fabiano à medida que outras situações o põem na condição de impotente e miúdo frente a um outro, que, de algum modo, toma-lhe algo, tenta enganá-lo ou o humilha. É o caso do 'seu' Inácio, bodegueiro que lhe vende querosene misturado com água e simplesmente ignora a reclamação do cliente;⁵¹⁰ ou do fiscal da prefeitura que arbitrariamente aplica o imposto sobre a carne de um porco que Fabiano tenciona vender na cidade. Como não entendia de impostos, o vaqueiro conclui que o fiscal *"julgava que podia dispor dos seus troços"*⁵¹¹ pelo simples fato de representar o Governo, algo ao mesmo tempo forte, cujo nome convocava uma espécie de crença, e indefinido, porque estava sempre ausente, agindo através de representantes que falavam em seu nome.

E Fabiano se esforça para entender, assim como faz em relação ao "apetite descomunal" do patrão, as atitudes do fiscal da prefeitura e, principalmente, do soldado amarelo, daquele representante do governo que deveria ser a extensão dessa "entidade" compreendida como perfeita, divina e, portanto, legítima proprietária dos homens, mas também sua protetora, e não aquela que humilha e rouba:

E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza.⁵¹²

patronagem, o primeiro se apresenta como benfeitor e distribuidor de bens (o fazendeiro que permite ao empregado o uso de parte da terra para a cultura de sobrevivência; o padrinho que 'nos fez cristãos'; o festeiro que distribui comidas e donativos; o chefe político que traz benefícios aos seus eleitores). A dívida é material, moral e espiritual". CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 122-125.

⁵⁰⁹ *Vidas Secas*, p. 96.

⁵¹⁰ *Vidas Secas*, p. 26.

⁵¹¹ *Vidas Secas*, p. 94-95.

⁵¹² *Vidas Secas*, p. 34. Em *Vidas Secas*, assim como em *São Bernardo*, a organização social é imaginada e vivenciada pelos personagens como regida por uma força tirânica legitimada. Em 1574, numa França em processo de absolutização, vem a lume *O Discurso da Servidão Voluntária*, de Etienne De La Boétie (1530-1563), escrito entre 1552 ou 1553 (permanece a dúvida, já que nunca

Outro cachorro é o Tubarão, de *São Bernardo*, o cão de guarda que no romance apenas ladra, rosna e vigia.⁵¹³ É igualado a Casimiro Lopes, que serve com fidelidade de cão a Paulo Honório, tornando-se a extensão de sua tirania, ao eliminar os inimigos mais poderosos do fazendeiro. No capítulo trinta e um de *São Bernardo*, Paulo Honório está no alto da torre da igreja construída próximo à sede da fazenda:

E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame, porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve. Sentimo-nos bons, sentimo-nos fortes.⁵¹⁴

O apetite de Paulo Honório é tão ou mais voraz que o do patrão de Fabiano. O controle exercido e a consciência do mando, adquirida pela observação da própria ascensão, rara naquela estrutura social, faz de Paulo Honório um híbrido entre lobo e homem. A descrição da própria imagem é o resultado dessa transformação possível, pelos anos praticando a predação:

Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes.

Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas (...)

Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e a figura de um lobisomem.⁵¹⁵

Por fim, Moqueca, apenas citada em *Angústia*, como um dos símbolos do declínio da família de Luís da Silva.⁵¹⁶

foram encontrados seus originais, apenas a cópia que estava de posse de Maigne, conforme esclarece Marilena Chauí). Esse livro radiografa a constituição do poder do soberano que, entre práticas opressivas e estratégias do tipo “pão e circo”, depende, sobretudo, de uma cadeia de subditos que alcança o mais escondido dos súditos: “*Mas agora chego a um ponto que em meu entender é a força e o segredo da dominação, o apoio fundamental da tirania. (...) Não são os bandos de gente a cavalo, não são as companhias de gente a pé, não são as armas que defendem o tirano. São quatro ou cinco que mantêm o tirano (...) Sempre foi assim: cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos se aproximaram; ou então por ele foram chamados para serem os cúmplices de suas crueldades (...) Tão bem esses seis domam seu chefe, que ele deve ser mau para a sociedade não só com suas próprias maldades, mas também com as deles. Esses seis têm seiscentos que crescem embaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição elevaram (...) Em suma: que se chegue lá por favores ou subfavores, os ganhos ou restolhos que se tem com os tiranos, ocorre que afinal há quase tanta gente para quem a tirania parece ser proveitosa quanto aqueles para quem a liberdade seria agradável.*” LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 31-32.

⁵¹³ *São Bernardo*, p. 28; 103.

⁵¹⁴ *São Bernardo*, p. 158.

⁵¹⁵ *São Bernardo*, p. 190.

Na tradição sertaneja de colocar nome de peixe nos cachorros (Baleia – que entrou na lista por associação à água, lógico), Tubarão, Cação, Sardinha etc) para evitar hidrofobia,⁵¹⁷ Moqueca, que tem a ver com peixe, sugere uma espécie de vagueza, de amorfia, afinal é um peixe que não é mais, está liquidado, transformado em outra coisa.⁵¹⁸ Em *Angústia*, num café, Luís da Silva dissecou esse conjunto bastante heterogêneo:

Há o grupo dos médicos, o dos advogados, o dos comerciantes, o dos funcionários públicos, o dos literatos. Certos indivíduos pertencem a mais de um grupo, outros circulam, procurando familiaridades proveitosas. Naquele espaço de dez metros formam-se várias sociedades com caracteres perfeitamente definidos, muito distanciadas. A mesa a que me sento fica ao pé da vitrina dos cigarros. É um lugar incômodo: as pessoas que entram e as que saem empurram-me as pernas. Contudo não poderia sentar-me dois passos adiante, porque às seis horas da tarde estão lá os desembargadores. E agradável observar aquela gente. Com uma despesa de dois tostões, passo ali uma hora, encolhido junto à porta, distraíndo-me.⁵¹⁹

Fecha-se a lista? Se sim, os três cães representam os pobres, os proprietários e a classe média. Cada grupo com seu núcleo e intersecções.

Olhando mais uma vez para o conjunto da obra, percebe-se que os pobres mais na literatura de Graciliano são majoritariamente os do campo, sendo que o da cidade que aparece mais nítido é o pai de Marina, ‘seu’ Ramalho, operário da usina elétrica. Portanto, nos textos de ficção, o proletariado propriamente dito, praticamente não é visto.

O mesmo pode ser dito em relação aos patrões: Adrião Teixeira, na cidade do interior, o patrão de Fabiano, e Paulo Honório, encastelado na fazenda São Bernardo, todos mais ou menos ligados ao campo, sendo que, na cidade grande, apenas a família de Julião Tavares é citada de passagem. No entanto, nos textos de ficção, a radiografia do domínio econômico e sua rede de influência é vista com bastante clareza, e não raro aparecem sugestões de que a dominação tanto no

⁵¹⁶ *Angústia*, p. 25

⁵¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001, p. 423.

⁵¹⁸ Sobre burguesia e pequena burguesia, ver: KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 53-56. Ver também sobre o conceito de classe média, dentro do conceito maior de classe em: Ver WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, op. cit., p. 85-95.

⁵¹⁹ *Angústia*, p. 36.

campo quanto na cidade possui cartilhas semelhantes, pelo caráter de posição social que esses grupos assumem.⁵²⁰

Quanto à classe média, essa foi vista mais amiúde, o que não quer dizer que com mais nitidez. O próprio termo “pequena burguesia”, mais usado no período em que Graciliano escreve, e não menos complicado do que o próprio classe média, evidencia que a autoconsciência do pequeno burguês depende enormemente do fator formativo, portanto, está sempre mais aberto à mobilidade, e logo recorre constantemente à verificação dos limites abaixo e acima do parâmetro. A pequena burguesia figura mais forte nos textos do autor, porque é o lugar de onde ele fala, de onde parte seu olhar.

Luís da Silva descreve o grupo que frequenta, colocando-se quase como uma excrescência, não tendo firmeza desse pertencimento e reconhecendo a heterogeneidade do grupo. Só por isso permanece lá, divertindo-se, sobretudo, com o grupo dos desembargadores, que, se lá estão, devem ser o elo com o grupo dos de cima.

A partir de figura mais ou menos misteriosa, o amante de d. Mercedes, moradora das redondezas que Marina admirava – Luís da Silva – Graciliano estabelece outro grupo, o da burguesia, todos com boa chance de ter um cão chamado Tubarão:

Que estaria fazendo Marina? Pensei em d. Mercedes. Vida bem sossegada a dessa galega. Um sem-vergonha o figurão que a sustentava, um caloteiro: devia os cabelos da cabeça e dava festas, punha automóveis à disposição da amásia.

(...)

Peguei um livro, abri a porta e descí os degraus do quintal, furioso com o amante de d. Mercedes. Velhaco. Devia nas lojas, devia nas mercearias, devia ao alfaiate. Atracado aos usineiros, aos banqueiros, os homens da Associação Comercial, numa adulação torpe. Os credores miúdos deixavam-se esfolar com medo; os grandes sangravam por conveniência: tinham interesses, arranjavam o que queriam. E um safado como aquele era troço no Estado. Que desgraça!⁵²¹

⁵²⁰ Pode-se dizer que Graciliano esboçou um quadro da burguesia brasileira aos moldes daquele que trinta anos depois faria Caio Prado Jr.: “(...) Os setores agrário e industrial da economia brasileira e, pois, os dirigentes e beneficiários deles, a burguesia respectivamente de um e de outro, se entrelaçam assim intimamente, e conjugam seus interesses. Em suma, os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses.” PRADO-JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 116.

⁵²¹ *Angústia*, p. 66-67.

Mas há outro movimento percebido por Luís da Silva, o da sedução entre os grupos:

Julião Tavares continuou a frequentar a casa, levando presentes às mulheres. Às vezes jantava lá. Nesses dias um carregador trazia do armazém de Tavares & Cia. um caixão com embrulhos, latas e garrafas. Da minha sala de jantar, eu ouvia as conversas, as risadas, o barulho dos vidros e dos talheres. No fim a coisa descambava em discurso.

Seu Ramalho não tomava parte nessas orgias: embicava o chapéu, acendia o cachimbo e saía. D. Rosália balançava a cabeça com um sorrisinho safado.⁵²²

‘Seu’ Ramalho, o operariado, Graciliano não aprofunda, apenas sabe que se afasta, embora faça parte do jogo, ainda permite às situações seguirem pelo rumo que estão seguindo. Graciliano não sabe ou não vê a possibilidade de formação de um baleal urbano, assim como em *Vidas Secas*, tem certeza da impossibilidade.

Mas se a lista não estiver fechada, o que sobra? Os cães sem dono, espalhados e ao mesmo tempo juntos, ainda sem ideologia e sem noção exata do próprio lugar. No bairro pobre, Luís da Silva faz o mesmo exercício que fizera no café do centro, dessa vez, tentando entender aquela gente da periferia, tentando visualizar seu futuro:

Vagabundos? Nada. Estavam ali indivíduos de várias profissões. O moleque tismado era engraxate. A mulher de chinelos, que trazia uma garrafa de querosene pendurada no dedo por um cordel, tinha modos de pessoa séria, casada ou amigada. A rapariga pintada de branco e vermelho, com marcas de feridas nos braços, devia ser uma ratuína como Antônia. O homem gordo era pedreiro, via-se pelas manchas de cal na roupa. (...) O rapaz de cabelos compridos que tocava violão provavelmente não se ocupava. No carnaval devia ser uma das figuras mais importantes do cordão, e pela festa de Natal, na barca de terra e varas que ali estava armada em frente à bodega, seria um bicho na chegança, contramestre pelo menos, talvez almirante. Os meninos que brincavam na rua quando estia, às carreiras e aos gritos, horas depois estariam no grupo escolar, os cotovelos na carteira, escutando, ou não escutando, a voz da professora. Vinte anos depois seriam balizas no clube carnavalesco, contramestres de chegança, donas-de-casa sossegadas que levariam, pendurada no fura-bolo, uma garrafa de querosene amarrada pelo gargalo, mendigos como aquele que ali estava com a perna estirada coberta de trapos. (...) O dono da bodega era triste. Certamente pensava no aluguel, na figura odiosa de um dr. Gouveia, no imposto e nas faturas dos gêneros. Talvez dentro de seis meses a bodega estivesse fechada, e ele, com os cacarecos, a mulher, de garrafa pendurada no dedo, e os filhos, que agora dançavam na rua molhada, tivesse descido o morro pela banda do norte e vivesse à beira do Reginaldo [bairro pode Maceió, até hoje desassistido pelo poder público e sofrendo dos mesmos problemas que Luís da Silva relata], onde há febres, inundações e lixo. As crianças dançavam e cantavam na rua molhada. Dentro de vinte anos as que gostassem de torcer-se no mesmo canto seriam parafusos. Ignorariam o que existisse longe delas, mas conheceriam perfeitamente as coisas por onde passassem as suas roscas.

⁵²² *Angústia*, p. 102.

(...) Tudo ali era tão simples! Os bordões do violão gemiam, as gargalhadas sonoras da mulher pintada enchiam a praça. (...) Todas aquelas pessoas entendiam-se perfeitamente. Diferiam muito umas das outras, mas havia qualquer coisa que as aproximava, com certeza os remendos, a roupa suja, a imprevidência, a alegria, qualquer coisa. Eu é que não podia entendê-las. – "Sim senhor. Não senhor." Entre elas não havia esse senhor que nos separava. Eu era um sujeito de fala arrevesada e modos de parafuso.⁵²³ (grifos e comentários meus)

Após a fatura de *Vidas Secas*, Graciliano cogitou fazer um romance que, de certa maneira, preencheria esse quadro urbano – de proletários a patrões. Escreveu ao filho Júnio que estava

chocando um projeto vago, qualquer coisa a respeito dum romance que vá da favela ao arranha-céu, onde os tubarões da indústria digerem o país, e entre o morro e o escritório – a livraria, o jornal, a pensão do Catete, o restaurante Reis, o bar automático, o cinema, o teatro, o manguê e o café da Cinelândia.⁵²⁴

Se tivesse levado o projeto adiante, seria um importante elemento a mais na sua interpretação não declarada do Brasil. Mas foram os textos feitos, e não os que deixou de fazer, que tornaram Graciliano não só um dos literatos mais respeitados do país como também um dos observadores mais agudos e sensíveis das muitas faces desse “monumento à negligência social”, como nos definiu Hobsbawm.⁵²⁵

O leitor da revista *O Cruzeiro* que adquiriu a edição de dezembro de 1939 encontrou num texto a propósito do natal, a face escancarada desse monumento. ‘As Atribuições de Papai Noel’ traz um episódio desconcertante envolvendo a figura símbolo das festas natalinas, por sinal funcionário do Estado Novo, que sai

⁵²³ *Angústia*, p. 123-124.

⁵²⁴ Carta 105, 09-04-1938. In *Cartas*, p. 204. O pesquisador e crítico Erwin Torralbo Gimenez fez levantamento do projeto vago de Graciliano. Ver mais em: GIMENEZ, Erwin Torralbo. Um capítulo inédito de Graciliano Ramos: a liberdade incompleta de J. Carmo Gomes. *Estud. av.* [online]. 2013, vol.27, n.79, p. 259-270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300018&script=sci_arttext>. Acesso em: dez/2013.

⁵²⁵ Diz sobre o Brasil o historiador inglês: “Se essas décadas provaram alguma coisa, foi que o grande problema político do mundo, e certamente do mundo desenvolvido, não era como multiplicar a riqueza das nações, mas como distribuí-la em benefício de seus habitantes. Isso se dava mesmo em países pobres ‘em desenvolvimento’ que precisavam de mais crescimento econômico. O Brasil, um monumento à negligência social, tinha um PNB per capita quase duas vezes maior que o Sri Lanka em 1939, e mais de seis vezes maior no fim da década de 1980. No Sri Lanka, que subsidiara alimentos básicos e dera educação e assistência médica gratuitas até a década de 1970, o recém-nascido médio podia esperar viver vários anos mais que o brasileiro médio, e morrer ainda bebê mais ou menos na metade da taxa brasileira de 1969, e num terço da taxa brasileira de 1989 (*World Tables*, 1991, pp. 144-7, 524-7). A percentagem de analfabetismo em 1989 era quase duas vezes maior no Brasil que na ilha asiática.” HOBBSAWM, Eric John Ernest. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 555.

distribuindo os presentes às crianças não pelo comportamento que tiveram durante o ano, mas de acordo com a situação social:

Às crianças ricas ofereceu bicicletas, álbuns de figuras, cavalos de rodas, bonecas falantes, automóveis e estradas de ferro em miniatura; às pobres deu espingardas de folha, apitos, balãozinhos, cornetas, bolas de borracha e outras miudezas de casa de Cr\$ 4,40. E todas as crianças ficaram satisfeitas: porque as primeiras não saberiam brincar com espingardas e cornetas, as segundas teriam receio de sujar os cavalos e os livros de figuras. A distribuição era razoável: não prejudicava hábitos adquiridos, não atentava contra a natural diferença que há entre os meninos, não estabelecia confusão no espírito deles.

– Porque enfim, refletia Papai Noel, apitos e gaitas valem uma fortuna para o garoto que não possui nada; automóveis e estradas de ferro pouco interesse despertam no pequeno que tem um quarto cheio de trapalhadas semelhantes. Assim, o que devemos fazer é dar coisas preciosas aos indivíduos que não precisam delas e deixar trastes sem valor aos necessitados.

Mas houve uma falha na contagem dos presentes e o saco ficou vazio justamente na “ladeira de um morro vagabundo”, “por isso não foram visitadas as casas cobertas de lata com remendos de tábuas.”

Fatigado, o velho Noel acabou adormecendo. No amanhecer do dia, uma molecada do morro que ia “encher vasilhas no chafariz” acordou Papai Noel aos berros e gargalhadas, querendo saber quem ele era e porque usava aquela roupa de carnaval. Indignado com “pilheria” dos meninos, ordenou respeito, ameaçou levar os moleques à cadeia por rirem das “antiguidades respeitáveis”. E concluiu: “Estão aí os frutos da democracia.”⁵²⁶

8.3. O demo é o diabo?

Se o conjunto literário de Graciliano foi visto por Antonio Candido a partir do movimento que vai da ficção à confissão, fazendo ver a presença da primeira quando da existência plena da segunda, porque na primeira esta última já funcionava como matéria básica para aquela, operação parecida acontece na crítica de Bastide. A diferença significativa é que a obra de Graciliano não é enfrentada a partir de questões existenciais ou estéticas – mais ao gosto da crítica, ainda que aquela atenta ao contexto – mas pela analogia biológica, material mesmo, da construção “composição por decomposição”, na qual toda a estrutura narrativa e a ação nos textos ganha novas cores e impulsos quando é estabelecido o contato com

⁵²⁶ *Linhas Tortas*, p. 200-203.

fatores externos ou estranhos à situação dada até então e esses fatores passam a agir por dentro, como uma infecção. Diz Bastide sobre as personagens de Graciliano:

São seres simples os que nos apresenta o autor: caboclos, pequenos funcionários públicos, contadores de lojas, emperrados em seus hábitos, vivendo somente uma vida convencional, ritmada pelos horários das repartições, pelos trabalhos de campo. Uma vida que não é vida. Para que esses autômatos vivam de verdade, precisam da ação corrosiva do veneno agindo no interior do organismo, destacando do passado os fragmentos da memória que podem então voltar à consciência, decompondo os hábitos, acelerando o pulso, fazendo o coração bater. E não é obrigatoriamente uma mulher que precipita o processo de decomposição; pode ser uma imagem qualquer, a “cama real, de couro e sucupira” para Sinhá Vitoria, o soldado louro para o marido desta, o perigo comunista para Dona Júlia. A partir desse momento, os autômatos estão promovidos à dignidade da vida verdadeira, pois, a partir desse momento, há uma imagem que os devora como um cancro, que os come de dentro, célula por célula.⁵²⁷

A “ação corrosiva” dos “venenos agindo no interior do organismo” é a metáfora dialética a conduzir a análise de Bastide, assim, como a confissão flagrando a desconstrução das personagens em favor do aparecimento do autor é o que Candido percebe como marca mais nítida dessa obra que é, antes de tudo, uma entrega de si mesma. Assim, em ambas as maneiras de lidar com a obra do autor de *Insônia*, respira uma a estratégia dialética, talvez mais visível ainda em Bastide do que em Candido, mas nunca tão visível como na própria obra do escritor.

Nova diferença se estabelece: das duas críticas, a síntese que salta é a própria obra, ela como resultado de uma longa ação de enfrentamento. Na obra, a síntese fica aberta, à espera, processando-se, porque o autor, honesto em relação a seu ofício, não consegue e não quer tratar os temas escolhidos como eventos passados. Sua obra de ficção confessional compõe-se da decomposição do tempo, que, no entanto, nunca morre. A interpretação do Brasil, aos moldes graciliânicos, é profundamente presente, é representação de um passado de curto fôlego, cuja presença não permite a invisibilidade do processo e a naturalização do real. Por ser aposta no presente, o futuro nunca aparece antecipado. No entanto, no presente há desejo, há projetos que especulam e há confronto – a “ação corrosiva”, “os venenos” de que fala Bastide. Se, da opressão, da negligência social e da exploração explícitas, surge no outro a entrega ao desejo, dessa entrega surge, no outro, o

⁵²⁷ BASTIDE, Roger. O mundo trágico de Graciliano Ramos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1947. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

medo, a precaução e as práticas contorcionistas, num processo de manutenção. Nesse processo, qual lugar ocuparia Graciliano?

Se a pequena burguesia constituía-se num aglomerado amorfo, de complicada definição e, portanto, capaz de direcionamentos improváveis e surpresos, o que pensar do povo? Ou o que é mais complicado: o povo no poder?

(...) O bairro era uma desgraça: mato nas calçadas, lixo cães soltos, um ou outro maloqueiro vadiando à porta de quitandas miseráveis. As casas sujas, muitas riscadas com letras a carvão profundamente revolucionárias. Pensei em Tavares & Cia. e no dr. Gouveia.

– Com certeza Moisés anda por aqui, distribuindo boletins a esta gente.

(...)

"Proletários, uni-vos." Isto era escrito sem vírgula e sem traço, a piche. Que importavam a vírgula o traço? O conselho estava dado sem eles, claro, num letra que aumentava e diminuía. Talvez a datilógrafa dos olhos agateados morasse por ali, num dos becos que iam ter à rua suja. Escondida num quarto escuro a datilógrafa dos olhos agateados ocupava-se em bater na máquina um boletim subversivo. Um irmão decoraria dele a frase mais incendiária, que seria copiada carvão no muro de uma igreja de arrabalde.

Aquela maneira de escrever comendo os sinais indignou-me. Não dispense as vírgulas e os traços. Queriam fazer uma revolução sem vírgulas e sem traços? Numa revolução de tal ordem não haveria lugar par mim. Mas então?

– Um homem sapeca as pestanas, conhece literatura, colabora nos jornais, e isto não vale nada? Pois sim. E só pegar um carvão, sujar a parede. Pois sim. Moisés que se arranje.

(...) Aparentemente observava os letreiros das bodegas e as legendas revolucionárias. As bodegas tinham nomes difíceis. Julguei que os vagabundos me achavam diferente dos habitantes do bairro. E isto me fez apressar o passo e virar o rosto. Desejei retirar-me dali, ingressar de novo na sociedade dos funcionários e dos literatos.⁵²⁸

Luís da Silva prende-se às vírgulas e aos traços, num formalismo que lembra o zelo formal do próprio Graciliano, revelando temor quanto a uma revolução feita por pessoas com dificuldades em lidar com a gramática, quanto mais com a direção de um país.

Em *São Bernardo*, o caminho de fazendeiro Paulo Honório cruzou com o da professora Madalena, no entanto, nunca os dois caminhos se tornaram um só ou o casal pôde seguir sob o mesmo passo. Enquanto Paulo Honório representava o pensamento da exploração e do progresso, aliado à tradição patriarcal, Madalena representava o pensamento fraternal, que acolhe a busca de um sentido humanista para a vida e para a coletividade, o oposto da visão egoísta do esposo.

⁵²⁸ *Angústia*, p. 174-175.

Em momentos decisivos na caracterização dos personagens e no estabelecimento do conflito, como o jantar de comemoração dos dois anos de casamento, Madalena chega a apontar sutilmente para uma saída via revolução comunista, quando numa discussão sobre a situação política do país. É o ponto crítico que transforma em ciúme doentio o que na verdade é o reconhecimento do outro enquanto ameaça. Padre Silvestre começa:

– ...A facção dominante está caindo de podre. O país naufraga, seu doutor. É o que eu digo: o país naufraga.

Passei-lhe uma garrafa e informei-me:

– Que foi que lhe aconteceu para o senhor ter essas ideias? Desgostos? Cá no meu fraco entender, a gente só fala assim quando a receita não cobre a despesa. Suponho que os seus negócios vão bem.

– Não se trata de mim. São as finanças do estado que vão mal. As finanças e o resto. Mas não se iludam. Há de haver uma revolução!

– Era o que faltava. Escangalhava-se esta gangorra.

– Por quê? perguntou Madalena.

– Você também é revolucionária? exclamei com mau modo.

– Estou apenas perguntando por quê.

– Ora por quê! Porque o crédito se sumia, o câmbio baixava, a mercadoria estrangeira ficava pela hora da morte. Sem falar na atrapalhação política.

– Seria magnífico, interrompeu Madalena. Depois se endireitava tudo.

– Com certeza, apoiou Luís Padilha.

(...)

– Esperem por isso, atalhou Azevedo Gondim. Os senhores estão preparando uma fogueira e vão assar-se nela.

– Literatura! resmungou Padilha.

– Literatura não, gritou Azevedo Gondim. Se rebentar a encrenca, há de sair boa coisa, hem, Nogueira?

– O fascismo.

– Era o que vocês queriam. Teremos o comunismo.

D. Glória benzeu-se e seu Ribeiro opinou:

– Tem medo, seu Ribeiro? perguntou Madalena sorrindo.

– Já vi muitas transformações, excelentíssima, e todas ruins.⁵²⁹

A passagem do jantar em *São Bernardo* ocorre antes do movimento de 1930, tendo sido escrita depois, com o resultado dele à mão do escritor. A de Luís da Silva perambulando pelo lado pobre da cidade, ocorre antes da investida da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, embora tenha sido escrita, muito provavelmente, depois. Da Madalena humanista ao Luís da Silva cético, reticente, e preconceituoso, o que é a observação realista quanto à adesão do povo a movimentos de guinada de poder? Mais distanciado dos dois episódios e do que ocorreria em 1937, com a ascensão do Estado Novo, Graciliano reforçou em

⁵²⁹ *São Bernardo*, p. 128-129.

Memórias do Cárcere traços das duas passagens, num claro recado aos comunistas do final dos anos 1940:

Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à toa e depressa desanimavam, seriam capazes de aplaudir demagogos como os que, no princípio do século, defendiam a peste bubônica, a febre amarela e a varíola; as populações da roça distanciavam-se enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao coronel e a seu vigário, as duas autoridades incontrastáveis. Muitos anos seriam precisos para despertar essas massas enganadas, sonolentas – e a propaganda feita em alguns meses naturalmente fora escassa. Organização precária. Agitação apenas, coisa superficial. Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis. Lembrava-me de um desses conselhos, negro, a piche: “índios, uni-vos.” Nunca vi maior disparate, pois naquele arrabalde de capital pequena não vivia nenhum índio.⁵³⁰

Essa falta de preparação, de programa, de pensar a consequência aparece metaforicamente no estrangulamento de Julião Tavares.

O corpo de Julião Tavares ora tombava para a frente e ameaçava arrastar-me, ora se inclinava para trás e queria cair em cima de mim. A obsessão ia desaparecer. Tive um deslumbramento. O homenzinho da repartição e do jornal não era eu. Esta convicção afastou qualquer receio de perigo. Uma alegria enorme encheu-me. Pessoas que aparecessem ali seriam figurinhas insignificantes, todos os moradores da cidade eram figurinhas insignificantes. Tinham-me enganado. Em trinta e cinco anos haviam-me convencido de que só me podia mexer pela vontade dos outros.⁵³¹

Movido pela ideia fixa e pelos elementos que iam surgindo, como a corda que ‘seu’ Ivo lhe dera de presente, o esquálido Luís da Silva vê-se, de repente, sendo puxado ou tendo de aguentar o peso de Julião Tavares que tombava morto – um país inteiro e enorme que necessitava de direção, de construção de uma nova ordem, de substituição da viciada cultura política.

Adiantava pouco apenas opor-se a “uma pátria dominada por dr. Gouveia, Julião Tavares, o diretor da minha repartição, o amante de d. Mercedes, outros desta marca...” Não havia base programática na escolha pelo menos odioso e menos estúpido: “tudo odioso e estúpido, mais odioso e estúpido que o sujeito cabeludo que despejava aguardente no copo sujo”.⁵³²

Luís da Silva vai construindo esses pensamentos, enquanto espera Marina terminar o aborto do filho de Julião Tavares, uma espécie de interrupção da junção

⁵³⁰ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 83.

⁵³¹ *Angústia*, p. 195.

⁵³² *Angústia*, p. 174.

de dois Brasis que compreendia o pior da modernidade com o pior da tradição. E, do mesmo modo que especulara como seria a vida dos moradores da periferia dali a duas décadas, fazia agora o mesmo com o filho de Julião Tavares. Assim arranjava justificativa para o crime da aborteira:

D. Albertina era terrivelmente criminosa. Rumor de tambores, longe, toques de corneta. O filho de Julião Tavares era necessário ao patriotismo. A água fervendo na caixinha de lata, um frasco cheio de líquido vermelho, a chama do álcool tremendo, Marina com o rosto escondido entre as mãos, deixando-se apalpar pelos dedos hábeis de d. Albertina. Se não fosse isso, dentro de vinte anos a criatura mofina estaria volvendo à direita, volvendo à esquerda, decorando os nomes das peças de um fuzil e passagens gloriosas do Paraguai. Filho de casal direito, com pai rico, faria discursos no Instituto e declamaria versos; mas assim, coitado, nasceria às escondidas e não passaria daquilo – direita, esquerda, ordinário. D. Albertina era criminosa, mas não senti ódio a ela.⁵³³

Por outro lado, havia o Brasil surgindo da miséria, do morro, da ignorância, a qual continha a potência sem controle da multidão, do estouro da manada. Marina grávida, Luís da Silva perdendo o controle emocional, Julião Tavares já seduzindo novas vítimas – a imagem dantesca que sai dessa tríade miserável é um ventre enorme gerando um futuro perverso:

Dei um passo para trás e distingi uma criatura enorme que também havia recuado com o choque e estava diante de mim, a mão cobrindo um dos olhos, onde tinha batido a aba do chapéu. O olho descoberto, os beijos contraídos, as rugas da cara exprimiam espanto, raiva e dor. Encostei-me à parede, deixei-a passar. (...) Era uma mulher gorda, amarela, mal vestida, com uma barriga monstruosa. Não sei como podia andar na rua conduzindo aquela gravidez que estava por dias. A saia, esticada na frente, levantava-se exibindo pernas sujas e inchadas. Os pés, sujos e inchados, cresciam demais nos sapatos cheios de buracos. Com uma das mãos segurava o braço de uma criança magra e pálida, com a outra escondia o olho e um pedaço de cara. Eu encostava-me à parede, resmungando atrapalhado:

– Perdão! Perdão!

Findo o primeiro momento, aquela figura me provocara cócegas na garganta e um desejo idiota de rir. A barriga disforme resistia ao pano desbotado que tentava contê-la e empinava-se, tinha uma forma agressiva. Estava ali um cidadão que, antes de nascer, ameaçava a gente. A mãe, que só tinha uma banda de rosto, torcia-se por causa da pancada recebida e cravava-me um olhar duro, a metade de um olhar irritado e cheio de sofrimento.⁵³⁴

Que tipo de democracia surgiria de um país de face autoritária (com apenas um olho), capitalista (gordo, apesar da miséria), amarelo (como o soldado que

⁵³³ *Angústia*, p. 175.

⁵³⁴ *Angústia*, p. 137-138.

apareceria depois) e sujo (a base econômica baseada em séculos de aprimoramento da exploração)?

Todas essas questões Graciliano traz em *Angústia*, num formato que não poderia ser outro que não o da convulsão.⁵³⁵ Tínhamos o operariado nas cidades, o cangaço no campo, os comunistas, os integralistas, os católicos moderados, os militares de diversos matizes, o Governo personalista de Vargas, os intelectuais interessados num sem número de revoluções... veio o Golpe de 1937, nasceu a nova ordem: o parto resultante de todos os abortos.

Mas quem conduziria o país se o cenário fosse outro?

Antes, em *São Bernardo*, havia nascido outra criança, órfã da mãe, filha de um “lobisomem” indiferente: “se ao menos a criança chorasse... Nem sequer tenho amizade ao meu filho. Que miséria!”⁵³⁶

Depois, os meninos de Fabiano e Vitória, o mais velho e o mais novo, não haviam chegado ainda a lugar algum. Não haviam aprendido coisas difíceis, como queriam os pais esperançosos e fortes, também pensando, a seu modo, para daí a duas décadas. Ainda possuíam os limites estreitos, delimitados pelo pai que passara um risco de faca na frente dos pés e outro atrás, para confeccionar alpercatas de sola.⁵³⁷ Mas os pés cresceriam, e com eles a curiosidade, num ambiente com possibilidades conseguiriam saber o significado de “inferno”, e aí não parariam mais. De algum modo, era preciso esperar por eles. Todos ainda meio crianças, meio sonolentos.

Mas é outra criança quem melhor expressa a preocupação de Graciliano com o futuro. A menina Luciana, do conto ‘Minsk’, publicado no jornal *A Manhã*, de 5 de outubro de 1941, e depois recolhido no volume de contos *Insônia*.

Minsk, capital Bielorrússia então uma das repúblicas soviéticas, é o nome do periquito que Luciana, menina esperta e cheia de imaginação, ganhou do tio

⁵³⁵ “É verdade que na América Latina a direita tradicional (sobretudo onde ela se apoiava na Igreja) inclinava-se a simpatizar com a direita europeia relevante, que cada vez se encaminhava para uma aliança com o fascismo – como ocorreu muito especialmente na Guerra Civil Espanhola. Alguns movimentos de ultradireita também surgiram aqui e ali, sendo exemplos o sinarquismo no México e o integralismo de Plínio Salgado no Brasil. Por isso a esquerda teria também se identificado com o antifascismo, mesmo que já não tivesse sido tentada a fazê-lo por outros motivos, como uma simpatia pelo anti-imperialismo marxista, a poderosíssima influência cultural europeia sobre os intelectuais latino-americanos e suas experiências pessoais. É evidente que a Guerra Civil Espanhola desempenhou um papel crucial na América Latina, principalmente no México, no Chile e em Cuba.” Cf. HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*, op. cit., p. 247.

⁵³⁶ *São Bernardo*, p. 191.

⁵³⁷ *Vidas secas*, p. 54.

Severino. “Esqueceu os agradecimentos, meteu-se no corredor, atravessou a sala de jantar, chegou à cozinha, expôs à cozinheira e a Maria Júlia as penas verdes e amarelas que enfeitavam uma vida trêmula.” Como não houve entusiasmo por parte da cozinheira nem da irmã mais velha, Luciana pôs-se à tarefa de dar nome ao bicho. Não chegando a nada satisfatório, abriu um atlas e soltou o periquito, que “desajeitado, percorreu lento vários países, transpôs rios e mares, deteve-se numa terra de cinco letras. – Como se chama este lugar, Maria Júlia? Maria Júlia veio da cozinha, soletrou e decidiu: – Minsk.”

Segue o conto com uma lista de referências: o gato (pequena-burguesia) que Luciana recomendava viver em paz com bicho verde e amarelo; a mamãe (igreja e tradição), sempre tentando controlar os movimentos da menina; Maria Júlia (a intelectualidade), bamba e sem ânimo; papai (operariado) sempre ausente, trabalhando ou lendo jornais; D. Henriqueta da Boa Vista, personalidade que Luciana inventava quando queria se passar por gente grande, esquecendo-se da brincadeira favorita que era fugir de casa e pular na carroça de ‘seu’ Adão carroceiro (a massa pobre).

Os hábitos de Luciana foram mudando e em todas as brincadeiras e passatempos Minsk era seu companheiro. Uma dessas brincadeiras era andar de olhos fechados e de costas pelo corredor da casa, irritando as pessoas que andavam de um jeito comum. Mas como nem sempre conseguia se desviar dos obstáculos, “uma pisada em falso, um choque na mesa, um trambolhão, e o orgulho se desmanchava (...) Luciana baixava a crista, humilhada. Necessário recomeçar as experiências, até acertar.”

Um dia, nessa brincadeira, Luciana pisou numa coisa mole: Minsk

Parecia que era ela que estava ali estendida no tijolo, verde e amarela, tingindo-se de vermelho. Era ela que se tinha pisado e morria, trouxa de penas ensanguentadas. Minsk. Devia ser um sonho ruim, com lobisomens e bichos perversos. Os lobisomens iam surgir. Por que não acordava logo, Deus do céu? Saltar a janela, andar em ruas distantes, entrar na carroça de Seu Adão.⁵³⁸

⁵³⁸ *Insônia*, p. 69-77. Os papagaios e periquitos (bandeiras verde-amarelas), a exemplo dos cachorros, são animais recorrentes nas obras de Graciliano: Em *Caetés*, Nicolau Varejão, numa das suas mentiras imensas conta que fora ao Rio de Janeiro, em 1922, vender papagaios, mas todos morreram na viagem, e não puderam ser caçados por Cassiano Ricardo. Na fazenda São Bernardo havia um papagaio que a Rosa cuidava, mas era inteiramente mudo, como convinha ao patrão. Igual ao colega de *Vidas Secas*, que por não saber falar, causou menos remorso em sinha Vitória depois de ter estrangulado a única refeição disponível. Já a Vitória de *Angústia*, cuidava do papagaio enquanto ensinava-lhe o nome dos vapores que chegavam e partiam do cais de Maceió, era, portanto, um pássaro inclinado a estrangeirices.

Apesar da desconfiança característica, do receio de pisar e matar o próprio projeto, Graciliano filiou-se ao Partido Comunista para não se tornar um completo Luís da Silva. A maturação da experiência no cárcere e o aceno do partido aos intelectuais após 1943 foram razões fundamentais para que isso acontecesse.⁵³⁹ No entanto, os anseios comunistas estavam lá desde 1935. Na prisão, desconfiava de qualquer cara nova, temendo-as espiãs infiltradas para colher informações. Preocupava-se com a segurança dos próprios filhos, que seguiam o caminho usando as mesmas solas conceituais do pai e se organizavam com setores profissionais da pequena-burguesia e operários. Registra no *Memórias do Cárcere* saber que o Governo já tinha criado nessas camadas conscientes do povo a face do demônio comunista, e tentaria fazer da sua vida política um inferno.

Em horas de perturbação era-me impossível dominar a língua: dizia coisas impensadas, às vezes contrárias ao que era preciso dizer. Receava prejudicar alguém. Iria qualquer informação doida transformar-me em delator, levar à cadeia rapazes inofensivos que tencionavam eliminar a burguesia distribuindo às escondidas nos cafés papéis mimeografados? Um deles, Jacob, figurava no meu último livro, com o nome de Moisés. Encarregava-se de receber as prestações na venda do tio, judeu verdadeiro. Não recebia nada: dava aos fregueses opiniões incendiárias, folhas volantes vermelhíssimas, o que lhe rendia, segundo afirmavam, abundantes surras do patrão. Talvez Jacob estivesse guardado a chave. E meus filhos mais velhos, da Juventude Comunista, pichadores de paredes, provavelmente andavam perseguidos, a esconder-se. Ultimamente, haviam arranjado uma espécie de revista, enviado cem números para Moscou e cinquenta para Madrid. Um escândalo. E como Plínio Salgado recebera uma vaia formidável no Teatro Deodoro e fugira pelos fundos do palco sem piar, enquanto a milícia verde se alvoroçava no saguão, saltava grades, deixava camisas em pontas de ferro, um ressentimento amargo se concentrava nessas alminhas, contra rapazes do liceu, operários, soldados e cabos do exército. Eram todos agora denunciados, com certeza. Apavorava-me supor que uma indiscrição minha poderia fornecer aos carcereiros uma pista. Realmente não me informara de quase nada, eles deviam saber muito mais que eu, mas talvez uma indicação lhes fosse útil. O pormenor insignificante reforçaria provas, constituiria o elo necessário a uma cadeia interrompida. É desses pequeninos grãos que a polícia constrói os seus monumentos de misérias.⁵⁴⁰

A partir da entrada no partido, uma Literatura menor, voltada para a pedagogia política do povo? Já discuti neste estudo que a literatura de Graciliano possui a sólida unidade que as formas adquiridas por seus textos podem sugerir o

⁵³⁹ ANGELL, Alan. A esquerda na América Latina após 1930. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina* – Vol. VII – A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: Edusp: 2009, p. 471-543.

⁵⁴⁰ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 68.

oposto. Graciliano acreditava piamente na causa do partido, mas a seu modo. Que tomara o Comunismo como caminho está claro, como é claro e presumível a existências de concessões, como trabalhar para o Estado Novo ou cumprir uma tarefa dada pelo comitê central, mesmo que considerava inútil. Seguiu pelo caminho escolhido, mas o fez como escritor e pensador das possibilidades do povo do país. Isso fica claro no pedido de votos para a eleição a deputado constituinte:

Entre ser literato medíocre ou deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade. E digo isto sem falsa modéstia. Reparem no sentido exato das palavras. Não considero a minha literatura insignificante: ela é apenas medíocre e, por conseguinte, mais ou menos aceitável. Na livraria sinto-me à vontade, mas na Câmara é certo que me dariam papel bem chinfrim. Nenhuma conveniência em mudar de ofício neste fim de vida.

(...)

Entreguei-me de corpo e alma a um Partido, o único, estou certo, capaz de livrar-nos da miséria em que vivemos, e este Partido apresenta-se às urnas. Sou forçado a solicitar a vocês, para os nossos candidatos (os outros: insisto em declarar-me isento de pretensões), os vinte e quatro votos que estão dispostos a conceder-me.

Examinem as chapas dos partidos reacionários. Só existem nelas, em toda a parte, figuras da classe dominante. Nós comunistas, escolhemos gente da burguesia e do proletariado: operários, camponeses, militares, industriais, comerciantes, artistas, professores, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, escritores. Quando nos preparamos para dar ao país uma Constituição, não é razoável agora que ela seja uma Constituição de proprietários.⁵⁴¹

⁵⁴¹ *Garranchos*, p. 256-257.

9. CAPÍTULO VIII: CULTURA ESCRITA E PODER

*Quando houver uma reviravolta,
utilizarão as minhas habilidades de escrevedor?*

Graciliano Ramos
Angústia

*O emburramento era necessário.
Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados
e generais analfabetos?*

Graciliano Ramos
Memórias do Cárcere

Como os outros dois capítulos, este compreende um tema espinhoso, exigente de conceituação complexa, às vezes com muitas de suas partes em desacordo. Mas assim como procedi nos outros dois, tentei não me ater à tarefa de listar, escolher e conciliar conceitos. Se eles aparecem é porque são úteis para o entendimento do que Graciliano Ramos expôs em seus textos referentes à relação entre cultura escrita e poder, o que no fundo quer dizer: o papel do intelectual na sociedade.⁵⁴²

Outro ponto importante a esclarecer é que não faz parte deste trabalho tentar resolver a situação aparentemente contraditória em que Graciliano se encontrou a partir do final dos anos 1930 até meados dos 1940, quando colaborou com o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Tentar fazê-lo seria, tomando Graciliano como parâmetro, procurar dispor claramente as razões para a atuação, o grau de comprometimento e o desgaste dos intelectuais que de um modo ou de outro prestaram serviço ao Estado Novo – que, ponto pacífico, vem sendo compreendido como algo mais complexo do que um regime ditatorial que incrementou a organização política do país a partir de um Estado forte, o que justifica, em parte, eu ter usado o ‘aparentemente’ acima.⁵⁴³ De todo modo, esse

⁵⁴² Dos textos clássicos de Antonio Gramsci, passando pelos de Michel Foucault e Carlo Ginzburg e chegando as pesquisas historiográficas, sociológicas e filosóficas de Monica Pimenta Velloso, Angela de Castro Gomes, Sérgio Micelli, Francisco Foot Hardman, José Carlos Reis, é imenso o volume e variadas as possibilidades que o campo permite. Graciliano Ramos e outros autores devem aparecer mais amiúde nos novos estudos.

⁵⁴³ Como alertou Jean-François Sirinelli, o uso da “responsabilidade” como medida para estudar as ações dos intelectuais em sua relação com o poder enseja levar o pesquisador a uma arriscada distribuição de “condenações e aprovações”. Sem descurar dos termos éticos da questão, Sirinelli

traço específico da intelectualidade brasileira, incluindo-se o próprio Graciliano, vem sendo exaustivamente trabalhado, e seus resultados já apareceram neste estudo várias vezes. Mas não custa nada reforçar: Graciliano precisava de dinheiro para o sustento básico:

Os homens do primado espiritual viviam bem, tratavam do corpo, mas nós, desgraçados materialistas, alojados em quartos de pensão, como ratos em toca, a pão e laranja, como se diz na minha terra, quase nos reduzimos a simples espíritos. E como outros espíritos miúdos dependiam de nós, e era preciso calçá-los, vesti-los, alimentá-los, mandá-los ouvir cantigas e decorar feitos patrióticos, abandonamos as tarefas de longo prazo, caímos na labuta diária, contando linhas, fabricamos artigos, sapecamos traduções, consertamos engulhando produtos alheios. De alguma forma nos acanalhamos.⁵⁴⁴

A fala do início de *Memórias do Cárcere* refere-se à condição do intelectual, do escritor, do homem que vive de manejar letras, tentando delas fazer saltar algum sentido. É bem evidente o ar de constrangimento na confissão. Mas como disse o próprio escritor, era necessário apresentar aquela gente em cuecas, como fez João Valério diante do espelho, reconhecendo-se um caeté civilizado. Porém, nenhuma descrição do homem de Literatura no Brasil é mais cortante, categórica e humanista do que a de Carlos Drummond de Andrade, o poeta que arranhou o emprego de Inspetor do Ensino Federal para o colega de letras Graciliano.

Mas aqui se trata de certo tipo de criador literário, aquele que não ama velejar por mares, lendários nem ancorar à sombra do botequim: o escritor-homem comum, despido de qualquer romantismo, sujeito a distúrbios abdominais, em geral preso à vida civil pelos laços do matrimônio, cauteloso, tímido, delicado. A organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o.

(...)

Sem método, escrevo tais coisas pensando nos poetas, nos contistas, nos ensaístas que a esta hora ainda não sabem que o são, e lentamente se elaboram na Diretoria de Águas, no Ipase, na Divisão de Fomento da Produção Vegetal. Há que contar com eles, para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens, as ações que eles praticam, suas dores amorosas e suas aspirações profundas – o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado.⁵⁴⁵

lembra que sempre o problema é de fundo histórico. Ver em: SIRINELLI, Jean-François. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 259-261.

⁵⁴⁴ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 34.

⁵⁴⁵ ANDRADE, Carlos Drummond. A rotina e a quimera. In *Passeios na Ilha: reflexões sobre a vida literária e outras matérias*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 109-112

Se não o tudo de todos, mas de um modo geral, a figura do intelectual no conjunto literário do autor de *Infância* é a do registrador: das “experiências de passado”, das “experiências de presente”,⁵⁴⁶ do jogo arriscado, especulativo e às vezes imperceptível que é, ao traçar nitidamente as dúvidas em relação ao futuro, tudo isso com pouca inclinação para a explicação sintética. Sua ocupação remunerada regular ronda arquivos e registros em livros-caixa, e há também a particular atenção ao universo escolar. É um personagem que, assim como seu criador, tratava o ato de escrever como uma necessidade e não uma ocupação que merecesse algum tipo de glória, mas que também como Graciliano, reivindicava a escrita como expressão de um ponto de vista que ganhava a sociedade, ou seja, escrevia para um público leitor, por menor que fosse, expondo-se, confessando. Alguns receberiam por isso, outros simplesmente não se importavam.

É uma obviedade a figura que salta dessa descrição ser o próprio Graciliano – expressões como “ficção e confissão” e “autor e ator” deram títulos a estudos sobre o escritor e sua obra pela força que tem essa imagem de si mesmo. O exemplo mais às vistas desse expediente está no *São Bernardo*, cujo narrador, o rico, poderoso e opressor Paulo Honório, conta a história que poderia ter sido a do pai de Graciliano, mas não a do próprio Graciliano. A figura do intelectual no romance está em Madalena, a íntima antagonista do narrador.

Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. Tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferências e conduzem um marido ou outra coisa que o valha.

(...)

Aparecem nas cidades do interior, sorrindo, vendendo folhetos, discursos, etc. Provavelmente empestaram as capitais. Horríveis.

Madalena, propriamente, não era uma intelectual. Mas descuidava da religião, lia os telegramas estrangeiros.

E eu me retraía, murchava.⁵⁴⁷

Como Graciliano, Madalena fora professora. Como Graciliano e João Valério, Madalena preenchia livros-caixa. Como Graciliano, João Valério e Luís da Silva, Madalena colaborava em jornais.

Nesses personagens, a aproximação da escrita literária com a escrituração e a burocracia, remete à observação feita por Michel De Certeau a respeito de a escrita ser “a prática mítica” da modernidade: “nos últimos três séculos, aprender a

⁵⁴⁶ Para ver mais sobre o conceito de experiência ver em: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade, op. cit.

⁵⁴⁷ *São Bernardo*, p. 135.

escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora.”⁵⁴⁸ Cronologicamente falando, contemporânea e parte de um novo paradigma que se instalava no mundo ocidental, e que possibilitou o desenvolvimento do contraponto dessa sociedade capitalista a partir da mesma base cognitiva e utilizando-se a mesma arma, a escrita se massificou com a imposição da obrigatoriedade do ensino público. Como disse o próprio Graciliano: “a literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagens e sentir-se-ão feridos com as próprias armas”.⁵⁴⁹ Esse pensamento é um elaborado jogo de convencimento dentro do próprio Partido Comunista, que via com ceticismo o que o escritor poderia fazer, como escritor, pela causa socialista. Isso se justificava, tanto a posição do partido quanto a reação de Graciliano, pelo fato de a intelectualidade significar “ausência de estabilidade, posição neutra” e os intelectuais costumarem ser “rejeitados pelos extremos”.⁵⁵⁰

Um pouco antes do Graciliano de *Memórias do Cárcere*, mas de certo concomitante a um de seus guarda-livros e funcionários, Fernando Pessoa (1888-1935), no heterônimo Bernardo Soares (1889-1930), este último também um guarda-livros, expôs o impasse de maneira comovente e humanista, mas principalmente, atenta à questão social e ideológica. Após uma refeição incompleta, por não estar num dia bom, oprimido o corpo por “aquela angústia antiga que por vezes extravasa”, Soares surpreende-se com o ab-rupto “desejo as melhoras”, que lhe diz o garçom observador:

Ao toque de clarim desta frase simples a minha alma aliviou-se como se num céu de nuvem o vento de repente as afastasse. E então reconheci o que nunca claramente reconhecera, que nestes criados de café e de restaurantes, nos barbeiros, nos moços de frete das esquinas, eu tenho uma simpatia espontânea, natural, que não posso orgulhar-me de receber dos que privam comigo em maior intimidade, impropriamente dita...

A fraternidade tem sutilezas.

Uns governam o mundo, outros são o mundo. Entre um milionário americano, com bens na Inglaterra, um César ou Napoleão, ou Lenine, e o chefe socialista da aldeia — não há diferença de qualidade mas apenas de quantidade. Abaixo destes estamos nós, os amorfos, o dramaturgo atabalhoado William Shakespeare, o mestre-escola John Milton, o vadio Dante Alighieri, o moço de fretes que me fez ontem o recado, ou o barbeiro que me conta anedotas, o criado que acaba de me fazer a fraternidade de me desejar aquelas melhoras, por eu não ter bebido senão metade do vinho.⁵⁵¹

⁵⁴⁸ De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, op. cit., p. 227.

⁵⁴⁹ *Garranchos*, p. 260.

⁵⁵⁰ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 312.

⁵⁵¹ PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego* – composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 57.

Mesmo atento aos termos éticos envolvidos neste estudo e à diretiva historiográfica que ele segue, a exposição de Soares não tem como ser dissecada mais a fundo. Se eu a trouxe aqui, na abertura deste capítulo, é porque creio faltá-lhe um elemento, que se não anula a fundamental porção de humanismo que a discussão exige e Soares expõe, leva a questão a um setor do temário historiográfico brasileiro que Graciliano explorou à exaustão: a questão da educação como fator de distinção social. Se a “profissão” de Paulo Honório foi o que o separou dos pobres de seu tempo, no caso de Luís da Silva foi a educação e a Literatura:

Os vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixões de querosene, encostavam-se ao balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação. (...) Não simpatizavam comigo. Eu ali estava como um repórter, colhendo impressões. (...) A literatura nos afastou: o que sei deles foi visto nos livros. Comovo-me lendo os sofrimentos alheios, penso nas minhas misérias passadas, nas viagens pelas fazendas, no sono curto à beira das estradas ou nos bancos dos jardins. Mas a fome desapareceu, os tormentos são apenas recordações.⁵⁵²

Este capítulo trata dessas duas faces principais no campo intelectual do escritor alagoano: a relação com a educação e a relação do homem de letras com a sociedade e os vaiados projetos que a movimentam.

9.1. Educação: campo de batalha

O capítulo 33 de *Viagem*⁵⁵³ foi escrito no dia 4 de setembro de 1952, versando sobre uma festa oferecida pela Voks (Sociedade para as Relações culturais da URSS com os países estrangeiros) aos visitantes brasileiros, às vésperas de partirem da Geórgia de volta ao Brasil. Estavam reunidos na confraternização juristas, músicos, literatos, dentre eles, Graciliano Ramos, então presidente da Associação Brasileira de Escritores, que de repente se vê numa daquelas situações que tanto detestava: ter de discursar. Encurralado, enfrentou a mesa de intelectuais:

⁵⁵² *Angústia*, p. 122-123.

⁵⁵³ A viagem em questão que dá título ao livro foi a visita de uma delegação de intelectuais e líderes sindicais organizada pelo Comitê Central do PCB, a propósito das festividades do 1º de maio de 1952, na URSS.

Levantei-me confuso e temeroso: nem um desgraçado lugar-comum surgia das trevas de meu espírito. Ia arrasar-me. De repente me entraram na cabeça as notas do caderno, as questões infelizes expostas na União dos Escritores Georgianos. E servi-me delas, exibindo um confronto arrumado assim. A Geórgia tem quatro milhões de habitantes, quando muito. Se esse número for verdadeiro, a população do Brasil é treze vezes superior. O livro na Geórgia alcança, em primeira edição, dez milheiros, e caso interesse, é reeditado. Se o brasileiro soubesse ler como o georgiano e pudesse comprar como o georgiano as edições no Brasil seriam de cento e trinta mil. Longe disso. A gente é na maioria analfabeta e pobre. As nossas edições normais orçam por um milheiro, e há probabilidades escassas de reedição. Por aí se via que o Brasil, com referência às letras, estava cento e trinta vezes abaixo da Geórgia. Não merecíamos felicitações; digno delas era o sujeito que me havia saudado.⁵⁵⁴

Nesta passagem, há uma das muitas sustentações da permanência de Graciliano na escolha do Socialismo como a melhor via para o futuro do Brasil. Todo o livro funciona não só como o registro impressionista de uma terra distanciada pela Geografia e aproximada pelos ideais socialistas partilhados entre o escritor e os intelectuais soviéticos; funciona muito mais como o relatório comparador que põe um país visto como modelo a ser seguido diante de um país cujos modelos adotados até então não provocaram mudanças significativas.

Graciliano não está falando apenas de livros, Literatura e circulação da cultura escrita, embora seja, sim, um interessado direto numa desejosa explosão de crescimento do mundo editorial brasileiro. Sua fala leva a pensar na base educacional dum país que contava, em inícios da década de 1950, com mais da metade da população com idade acima de quinze anos mergulhada no analfabetismo. Nesse período, a população de zero a quatorze anos ultrapassava os 41%, e a população com mais de 65 anos era de apenas 3%, portanto, um país bastante jovem. Traduzindo isso, dos 52 milhões de habitantes, mais de trinta milhões estavam na grande faixa que compreendia as pessoas com mais de quinze anos, portanto, aptas à leitura regular, ao consumo de Literatura. Mas, desse contingente, mais de quinze milhões era de analfabetos; acrescentemos que, nos anos 50, o número de matriculados, englobando aí todas as faixas etárias e níveis de ensino, pouco ultrapassava os cinco milhões e seiscentos mil, e, a partir do ensino secundário, não chegava aos quinhentos mil.⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ *Viagem*, p. 191.

⁵⁵⁵ Todos os dados sobre população, analfabetismo, porcentagem das faixas etárias e número de matrículas referentes aos anos 1950 foram extraídos das seguintes fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Tendências demográficas no período 1950/2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf>

Cruzando todos esses dados aos que o autor de *Vidas Secas* lançou em sua fala, pode-se dizer que a lógica das editoras acompanhava a da demanda por leitura, ou melhor, acompanhava a lógica dos obstáculos que impediam essa demanda de crescer. Daí as franzinas edições e a vaga possibilidade de reedições. Se tantos estariam inaptos à leitura e, portanto, não cuidariam em ter livros, um objeto que além de caro se mostraria inútil, vinha a pergunta: livros para quem? A questão é posta de modo fatalista, porque supõe alguma dúvida quanto ao papel que o controle exercido sobre a educação básica durante muitas e muitas gerações teve na manutenção do poder de nossas elites políticas e econômicas. Ela, no entanto, demonstra toda a seriedade da questão. Basta antepô-la à seguinte passagem de *Memórias do Cárcere*:

Tolice reconhecer que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida par a cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso, dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo, cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário. Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados e gerais analfabetos? Necessário reconhecer que a professora mulata não havia sido transferida e elevada por mim: fora transferida por uma ideia, pela ideia de aproveitar elementos dignos, mais ou menos capazes.

(...)

... realmente eu havia sido ali uma excrescência, uma excrescência agora amputada, a rodar de bonde, a olhar navios e coqueiros. De certo modo as ameaças dos telefonemas me agradavam: embora indeterminadas, indicavam mudanças, forçar-me-iam a azeitar as articulações perras.⁵⁵⁶

A transferência da dita professora mulata do interior teria sido o primeiro motivo aventado pelo então Diretor de Instrução Pública do Estado de Alagoas para explicar os telefonemas ameaçadores que recebia no início de 1936. O registro do tipo “mulata” e a suspeita de esse fato ser o motivo das ameaças, denota a ordem social estabelecida no Estado que, de algum modo, Graciliano estava afrontando. Os telefonemas se transformaram em voz de prisão e os acontecimentos que sobrevieram serviram de matéria para as *Memórias do Cárcere*. O campo da educação aglutina e potencializa todas as mazelas dum país excludente que carrega a pesada herança de sua formação baseada no trabalho escravo e na desvalorização do estrato social do interior do país.

Acesso em: 23 de jun. 2011. Ver também : OLIVEIRA, Francisco de. Brasil. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, p. 212. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 375.

⁵⁵⁶ *Memórias do Cárcere* – vol. I, p. 41-42.

Junta-se a isso a postura tida por antipatriótica, acompanhada de uma visão que ampliava o direito à educação de crianças pobres e incluía a distribuição de tecido para os uniformes e cadernos:

Pelo meu cargo haviam passado em dois anos oito sujeitos. Eu conseguira aguentar-me ali mais de três anos, e isto era espantoso. Ocasionalmente, decerto cometera numerosos erros, não tivera a habilidade necessária de prestar serviços a figurões, havia suprimido nas escolas o Hino de Alagoas, uma estupidez com solecismos, e isto se considerava impatriótico.⁵⁵⁷

A postura infensa de Graciliano diante de práticas simbólicas, cotidianas e oficializadas, logo internalizadas e encravadas pelo hábito – e, assim, já não mais refletidas – não era apenas sintoma de uma excrescência, era uma dentre muitas outras práticas que levava ao campo da ação a ideia de que as bases – tanto da nacionalidade quanto da localidade – estavam mascaradas em cânticos, símbolos, heróis e eventos que romantizavam a realidade de um país injusto econômica, social, política e culturalmente.

O desconhecimento das particularidades de cada região do vasto país gerava a superficialidade do ensino formal. Tal superficialidade encontrava eco na falta do que efetivamente fazer com o ensino, voltado, sobretudo, para o beletrismo e para o consumo das modas políticas e literárias. No segundo relatório da prefeitura de Palmeira dos Índios, de janeiro de 1929, Graciliano faz comentário irônico sobre a educação de adultos:

Instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. O conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica à educação de adultos.

Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras.

Não creio que os alunos aprendem ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos, passatempos acessíveis a quase todos os roceiros.⁵⁵⁸

Percebe-se que Graciliano não critica necessariamente o que será ensinado, mas qual direcionamento esse conhecimento terá e, embutida na ironia “passatempos acessíveis”, está a ideia da exploração sem lazer, portanto, uma vida

⁵⁵⁷ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 38.

⁵⁵⁸ *Relatórios*, p. 53. Graciliano também não se conformava com a cidade gastar dois contos de réis por ano para manter uma banda de música que ninguém ouvia.

condicionada unicamente pelo tempo social baseado na produção. Em outras palavras, a questão era: qual seria a cultura da educação para as diferentes realidades do país, e mais, havia um programa de educação básica indistinto?

O tema aparece muito claro em dois livros. Em *Caetés*, o presidente da Junta Escolar (cargo que Graciliano chegou a ocupar antes de ser prefeito) está envolvido num debate sobre educação, com partidários do ensino técnico, do ensino religioso e até do não-ensino. O curioso é que o tema do ensino é desdobramento de uma discussão imediatamente anterior, envolvendo repressão e violência do Estado como solução para muitos males:

Nazaré absorveu dois copos de vinho e atacou o Barroca:

– isso de liberdade é pilhéria, doutor. Não precisamos de liberdade, precisamos cacete. Foi assim que sempre governaram, e assim vai bem. Gostamos de levar pancada. Veja como admiraram por aí os bandidos do Nordeste. E a instrução, para que serve instrução à canalha?

(...)

– O senhor é o presidente da Junta Escolar?

O Dr. Castro confessou que estava na presidência, infelizmente, e que aquilo era uma espiga. Mapas todos os meses, atestados, um horror de professoras e inspetores rurais, informação à diretoria e obrigação de visitar escolas. Ele, graças a Deus, nunca tinha entrado em nenhuma.

Com o olho vivo, Nazaré dizia a Barroca:

– Sim senhor, mas tudo isso é léria. Quando o nosso matuto tem um filho opilado ou raquítico, manda domesticá-lo à palmatória e a murro. O animal aprende cartilha e fica sendo consultor lá no sítio. Torna-se mandrião, fala difícil, lê o *Lunário Perpétuo* e o Carlos Magno, à noite, na esteira, para família reunida em torno da candeia. Qual é o resultado? A primeira garatuja que o malandro tenta é uma carta falsa em nome do pai, pedindo dinheiro ao proprietário.

Evaristo achou aquilo um exagero evidente, o outro jurou que era verdade.

– Pois se é verdade, a culpa deve ser do ancilóstomo. Que mal pode fazer a leitura?

Mas Adrião, que estivera calado, distraído e murcho, afagou devagar a careca, declarou que os matutos que ele conhecia os melhores eram os analfabetos:

– O roceiro que soletra tem vergonha de pegar na enxada.

(...)

Evaristo reconheceu que saber ler, simplesmente, era com efeito pouco.

– A educação religiosa... lembrou Padre Atanásio.

– A educação profissional.

– Aqui não há disso, atalhou Nazaré com voz trôpega. E como a que temos não presta e a que poderia servir não vem, era melhor que não houvesse nada.

– Apoiado! Exclamou o Presidente da Junta Escolar. O senhor parece que adivinha os meus pensamentos. Tem razão. Exatamente o que eu estava pensando, compreende?

– A educação religiosa... aventurou novamente o Padre.

– A educação religiosa, decerto, ecoou o Presidente da Junta Escolar. A educação religiosa é o suco.

– Não serve de nada, balbuciou o tabelião com a língua perra.⁵⁵⁹

Fabiano tinha a mesma opinião em relação a seu Tomás da bolandeira, que – por ler demais – não adquiriu força e dureza suficiente para aguentar o sertão em tempos de seca. O sertanejo matuto e analfabeto pensar assim é ingenuidade, internalização de uma imagem repisada por várias gerações. Já um jornalista como Octávio Domingos dizer, no *Folha de Minas*, que “a criança sertaneja carece é aprender como economizar a água... (...) Educar, sim; alfabetizar, não”,⁵⁶⁰ é da ordem mais conservadora a que um intelectual do período poderia chegar. No meio termo está o pensamento de Luís da Silva, reproduzindo a imagem de que, no sertão, aquele que não sabe lê vive uma vida pacata e afastada de problemas: “para que me habituei a ler papel impresso, a ouvir o rumor de linotipos? Desejaria calçar alpercatas, descansar numa rede armada no copiar, não ler nada ou ler inocentemente a história dos doze pares de França.”⁵⁶¹

Em *São Bernardo*, a escola é uma escada cujos degraus são exclusividade para o próprio Paulo Honório. Após a insistência do governador na instalação de uma escola rural em sua propriedade, Paulo Honório impede que a esposa, professora de profissão, trabalhe na escola. As “coisas difíceis e necessárias” que os filhos de uma Sinha Vitória e de um Fabiano aprenderiam para serem diferentes dos pais e terem a chance de construir um futuro diferente, não precisavam, na óptica de um Paulo Honório, de professores humanistas e socialistas, dignos e capazes. O mestre-escola da fazenda *São Bernardo* acabou sendo o Padilha, antigo proprietário da fazenda, preguiçoso e perdulário, com ideias vazias de conteúdo, frouxas as formas e *práxis* contraditória.

Assim como a modernidade e a democracia, a educação era um dos pontos nevrálgicos da República, uma questão a ser resolvida diante da mudança do regime político e da base social e econômica. Como bem resumiu Candido,

O caso do ensino é significativo. Não foi o movimento revolucionário de 30 que começou as reformas; mas ele propiciou a sua extensão por todo o país. Antes houvera reformas locais, iniciadas pela de Sampaio Doria em São Paulo (1920), que introduziu a modernização dos métodos pedagógicos e procurou tornar realidade o ensino primário obrigatório, com notável incremento de escolas rurais. Outras reformas localizadas foram as de

⁵⁵⁹ *Caetés*, p. 85-87

⁵⁶⁰ DOMINGOS, Octávio. O Thomaz da bolandeira. *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 1938. (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP)

⁵⁶¹ *Angústia*, p. 163-164. Outro ponto importante é perceber que o mais culto dos narradores de Graciliano é o que vive mais afastado do universo do ensino.

Lourenço Filho no Ceará (1924), a de Francisco Campos em Minas (1927), a de Fernando de Azevedo no então Distrito Federal (1928). Todas elas visavam a renovação pedagógica consubstanciada na designação de “escola nova”, que representava posição avançada no liberalismo educacional, e que por isso foi combinada às vezes violentamente pela Igreja, então muito aferrada não apenas ao ensino religioso, mas a métodos tradicionais. Ora, a escola pública leiga pretendia formar mais o “cidadão” do que o “fiel”, com base num aprendizado pela experiência e a observação que descartava o dogmatismo. Isto pareceu à maioria dos católicos o próprio mal, porque segundo eles favorecia perigosamente o individualismo racionalista ou uma concepção materialista e iconoclasta. Não faltou quem falasse em “bolchevização do ensino” a propósito da reforma corajosa e brilhante de Fernando de Azevedo.⁵⁶²

Um campo de batalha, portanto cujos espólios não foram colhidos, ou colhidos muito timidamente no Brasil, porque a desigualdade social que o ensino ajuda a aplacar mostra-se um adversário bastante forte, pois tem a seu favor os próprios meios e fins amplamente divulgados no universo da educação, que faz, percorrendo um tortuoso caminho, subsumir os conceitos capitalistas que o sustentam como sistema vigente.

Graciliano percebia tudo isso e o expunha quase caoticamente em sua obra, pois, como educador, presidente de junta escolar, prefeito, Secretário Estadual de Educação e Inspetor Federal de Ensino, registrou em seus textos situações que permitem a reflexão sobre faina exaustiva, controversa e não raro incompreendida do intelectual (de direita ou de esquerda), que invariavelmente passa, em maior ou menor grau, pelo que E. P. Thompson definiu como:

O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros [que era] (...) extremamente forte durante a época vitoriana: e permanece vivo ainda hoje.⁵⁶³ (comentário meu)

9.2. Intelectuais e os outros

Além do tema Educação, não vejo como possível discutir a questão do intelectual no Brasil sem levar em conta a força dos projetos nacionalistas. Os intelectuais são personagens centrais nessas intrincadas tramas que trazem no centro o presente, a apontar para certo passado, uma escolha interessada, pois as nações, como sustenta Hobsbawm, “são entidades historicamente novas fingindo

⁵⁶² CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*, op. cit., p. 19.

⁵⁶³ THOMPSON, E. P. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*, op. cit., p. 31.

terem existido durante muito tempo”, sendo “inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras”,⁵⁶⁴ e que – por mais contraditório que pareça – precisa da História escrita e do estudo sociológico para obterem êxito. Contudo, elas apontam também para o futuro, já que “a nação, desde o início, se pretende eterna”.⁵⁶⁵ Ou seja, encontram-se sempre no presente e para o presente essas duas temporalidades que dão ao nacionalismo as cargas de uma continuidade mítica, misteriosa, mas, ao mesmo tempo, constantemente revelada e de uma projeção de futuro triunfal. Necessita esse presente ser protegido a qualquer custo e, para tanto, faz-se sempre necessário que “a percepção da nacionalidade, a exposição do orgulho nacional e a autoestima do cidadão”⁵⁶⁶ estejam em interatividade com o núcleo-força da nação, o Estado.

Foi nesse enredo que Graciliano e muitos outros intelectuais acabaram envolvidos. A composição de uma política cultural no Estado Novo passava pelo recrutamento da intelectualidade do país, vista como veículo entre os anseios do governo e a população, necessitada de ser informada sobre seu país e formada na cultura política considera ideal.⁵⁶⁷ Espaços como a *Cultura Política* faziam parte da estratégia do Estado Novo que, com discurso pacificador e mobilizador, estabelecia “as bases do ‘acordo’ entre ordem e política social, e da necessidade de sua articulação com o verdadeiro ‘espírito nacional’”, cabendo ao intelectual esse papel de mediador.⁵⁶⁸

Soma-se a isso o fato de o projeto nacional do Estado Novo não destoar, e até mesmo se utilizar, das premissas do romance da “geração de 30”, de caráter

⁵⁶⁴ HOBBSBAWM, Eric. J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 285.

⁵⁶⁵ LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008, p. 238.

⁵⁶⁶ *Idem*.

⁵⁶⁷ Maria Helena Capelato lista uma série de intelectuais das mais diversas filiações e orientações que trabalharam no governo Vargas. Entre o *Jornal da Manhã*, no Rio de Janeiro, o *Jornal da Noite*, em São Paulo, e a revista *Cultura Política*, figuram os nomes de Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Mário de Andrade. Ver em CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 210-211. Angela de Castro Gomes informa que entre o 1º e o 30º número da revista *Cultura Política*, 261 pessoas dos mais diferentes ramos já haviam colaborado com o periódico: “professores primários, secundários e do ensino superior de diversas instituições do país, profissionais liberais em geral, além dos militares, magistrados e funcionários públicos”. Ver em GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 133.

⁵⁶⁸ GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*, op. cit., p. 139-140.

sociológico e interessado em discutir os problemas da nação,⁵⁶⁹ incluindo a Literatura irregular e iconoclasta da “geração de 22”, inovadora na forma e desbravadora de uma linguagem mais próxima do brasileiro (povo e língua):

As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do Modernismo na Literatura Brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira, fatigada do velho regime e das velhas fórmulas que a rotina transformara em lugar-comum, buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. Por outro lado, a evolução econômica do mundo, o progresso técnico e industrial, a ascensão do proletariado urbano como força ponderável na decisão dos fatos políticos estavam a exigir nova estruturação da sociedade e novas leis, capazes de atender com eficiência a essas necessidades. Uns e outros fatores se congregaram para forjar o movimento, que aos poucos se dilatou, criou raízes e finalmente amadureceu, determinando, de um lado, a renovação dos valores literários e artísticos, de outro lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições. Na verdade, o movimento modernista, nas Letras e nas Artes Brasileiras, foi um impulso revolucionário que cresceu e extravasou, como o foi o movimento político causador da Revolução de 1930.⁵⁷⁰

Em outras palavras, o Estado Novo queria dos intelectuais, dos escritores, não importando sua tendência, que eles fizessem aquilo que já iriam fazer ou estavam fazendo. E havia mesmo o reconhecimento explícito da heterogeneidade do processo histórico, mas, a partir desse reconhecimento, seguia-se a negação dos conflitos com as bênçãos do Estado, encontrando, assim, meios para divulgar um projeto que se pretendia comum a todos:

Nós todos esquecemos as desavenças de ontem, as diferenças de opinião e de doutrina, os conflitos possíveis de critérios na solução dos problemas”. (...) “A enorme, a eterna vitalidade das instituições democráticas decorre da sua grande missão histórica, (...) disciplinar as forças econômicas e políticas para que não proliferem os individualismo e possa haver, entre os homens, maior justiça, equidade, respeito e compreensão mútua.⁵⁷¹

Quatro anos antes de fundar e dirigir a revista *Cultura Política*, e vários meses antes da instalação oficial do Estado Novo, o então estudioso de Freud e de

⁵⁶⁹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*, op. cit., p. 113-114. Ver também: BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, op. cit., 438. E ver ainda a definição de Gilberto Freyre sobre a literatura dos anos de 1930 e seu aspecto sociológico: FREYRE, Gilberto. “Inquérito da *Lanterna Verde*” apud MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1933-1960) vol. VII*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977-78, p. 61.

⁵⁷⁰ Discurso de Vargas em 1951 – inauguração da Universidade do Brasil – ideia de Cassiano Ricardo – fonte: discurso de posse de evarismo mota filho na academia brasileira de Letras site: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=13298&sid=360> – acessado em 30 de janeiro de 2011.

⁵⁷¹ ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, vol. I, n. I, mar. 1941, p. 05-07.

conceitos jurídicos Almir de Andrade – um dos futuros pilares intelectuais do regime que se desenhava – publicou um importante balanço da Literatura brasileira, que tinha finalmente, segundo ele, a partir da análise densa das partes do país, encontrado sua vocação nacional, o que a conectava à Literatura mundial, visto ter-se tornado, por processo, humanista.

A literatura brasileira, nos últimos anos, vem se esforçando por libertar-se dos antigos limites; que a prendiam ao regionalismo e por alcançar formas mais universais de expressão humana.

Falamos também de toda essa literatura de finalidades marcadamente brasileiras, e que, entretanto, já revela um esforço notável no sentido de alcançar os grandes temas humanos através das suas concretizações regionais. Esforço que é, por assim dizer, o traço característico de todo o movimento cultural brasileiro que ultimamente se vem elaborando, tanto na literatura como nas artes em geral, na esfera do pensamento e no terreno das interpretações sociológicas e científicas.

Como José Lins do Rego, também Graciliano Ramos, com todo o seu cenário regional, é um romancista de arguta visão psicológica, um anatomista de almas humanas, que procura salientar, na movimentação das personagens, os motivos interiores, o colorido humano que não está nas formas de adaptação social, mas nas possibilidades morais e afetivas do próprio ser, na sua capacidade de miséria e de bondade, nas suas reações e nas suas tendências espontâneas.

Em suma, o movimento de humanização e de universalização da literatura brasileira, em parte iniciado por Machado de Assis, vai-se firmando definitivamente entre nós. Esse esforço de alcançar o humano através de suas concretizações brasileiras abre imensa perspectiva às nossas letras. É, aliás, o caminho da verdadeira literatura: Tolstol ou Dostolévsk não seriam tão grandes se não fossem visceralmente russos nos seus motivos.

O arrolamento que faz dos principais nomes e suas principais obras e características marcantes aponta a capacidade de Andrade de enxergar quais intelectuais estariam aptos a contribuir no projeto de construção de uma imagem nacional, a partir da discussão de seus pormenores regionais. Sempre voltada para o futuro, a estratégia narrativa adotada no artigo corrobora para a especulação de que Andrade sabia o caminho e a atitude que o governo deveria seguir e tomar no trato com os intelectuais de diversas tendências.

A literatura, para ser universal e humana, precisa extraordinariamente viva. E como, na vida real, não existe homem isolado no meio, nem homem sem uma definida formação social, o grau mais forte de vitalidade de uma literatura está em ver, ao mesmo tempo, expressão do homem como ser e expressão do meio onde, em cada época, se concretizam as suas aspirações.

A nossa literatura será tanto mais profundamente brasileira, quanto mais profundamente humana conseguir tornar-se.⁵⁷²

⁵⁷² ANDRADE, Almir de. Rumos literários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1937 (recorte, periódicos, FGR/IEB/USP).

De estrutura tentacular, indo da propaganda escancarada do regime a estudos aparentemente apolíticos da vasta terra Brasil, a revista *Cultura Política* funcionou mesmo como um informativo e, logo, formativo, da cultura política nacional, mostrando para os brasileiros a variedade de seu país, ao mesmo tempo em que extraía, dessa variedade, a unificação de interesse do governo forte, que a conduzia e dela consumia a legitimidade, mesmo que fabricada por ele mesmo.

Portanto, dos intelectuais de orientação esquerdista não era cobrada uma filiação ao governo, sendo sua narrativa desobrigada de qualquer panfletismo. Assim, os literatos estavam entre uma repressão que usava a própria arma da escrita contra os escritores, ao mesmo tempo em que lhes dava a pena para escrever. E entre escrever vigiado e não escrever, Graciliano preferiu a primeira.⁵⁷³

A situação não era nova para o autor de *Caetés* e, portanto, não era nova para a imprensa brasileira ou para a figura do intelectual, que tem nos periódicos o veículo para comunicar suas ideias. Na sincera crônica de estreia no jornal *Paraíba do Sul*, o Graciliano de 1915 antecipava o que mais de trinta anos poderia ser atribuído à leituras de manuais comunistas:

O homem que me convidou a traçar aqui uma série de sensaborias semanais, para tua desgraça, fê-lo tão às pressas que nem sequer teve tempo de dizer-me a que partido pertencia a folha e que homens ou coisas era preciso defender ou atacar

Vais chamar-me títere, vendido ou qualquer outro desses nomes pouco amáveis que a gente costuma aplicar, por distração, aos amigos ausentes.

(...)

Prometo-te solenemente que depois terei o cuidado de lisonjear tuas paixões, injuriar teus inimigos, queimar incenso a teus amigos, pensar como tu, enfim... tanto quanto o jornal o permitir, está claro.⁵⁷⁴

Na observação de mais de trinta anos depois, a discussão sobre classe social atualizava, sim, o que o rapaz sem nenhum romance feito ou publicado antecipava.

⁵⁷³ Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 9 de jan. de 1979, Joel Silveira comenta sobre o período, as publicações do DIP e os valores envolvidos: "(...) o DIP criou uma série de livros pequenos, tudo sobre Getúlio Vargas e o Teatro, Vargas e o Cinema, Vargas e a Literatura. Pagavam um dinheirão, em termos na época. Um pobre intelectual que ganhava, vamos dizer Cr\$1.500 com a edição de um romance, eles botavam Cr\$10.000 no bolso dele para escrever quarenta páginas sobre a coisa. Isso era um negócio terrível. Poucos resistiram. – Poderia Citar alguns nomes? – Não é bom porque a maioria são meus amigos. A fraqueza humana é terrível. Eu sei, por exemplo, que o Graciliano Ramos resistiu. Osório Borba e Carlos Drummond de Andrade também. Resistiram, particularmente, os intelectuais de esquerda, o pessoal ligado ao Partido Comunista, por motivos conhecidos, né?" ANTELO, Raúl. *Literatura em Revista*, op. cit., p. 09.

⁵⁷⁴ *Linhas Tortas*, p. 19.

A observação madura sobre o escritor jogava para as esquerdas o que o Estado Novo soubera desde a gestação.

Os defeitos mencionados vêm da nossa classe e da nossa profissão. Quase todos pertencemos à pequena burguesia. Asseveramos que ela seja realmente classe? É uma camada vacilante, e diremos talvez sem contrassenso que o que a caracteriza é a falta de caráter. Subindo um pouco, tenta insinuar-se no capital – e é favorável à violência, detesta reuniões, pensa em conformidade com a polícia, teme a foice, o martelo, a cor vermelha, afeiçoa-se ao golpista e ao delator; largando o emprego, esgotada a caderneta da caixa econômica, avizinha-se do proletariado – e entra nas filas, é pingente de bonde, assiste a comícios, descompõe a Light, excede-se em parolagem demagógica. Isto e o isolamento a que nos condenamos, inevitável quando produzimos, explica as nossas deformações. Originários dessa camada oscilante, somos induzidos ora a defender uma classe, ora a outra.⁵⁷⁵

De certa maneira, a experiência no DIP e na *Cultura Política* forneceram elementos para a base estratégica que Graciliano sugeriu ao PCB na tarefa de aproximar-se do povo através da palavra escrita como ficção. Já filiado ao partido, em 1946, ele discursou no Comitê Central, apresentando os resultados e propostas da Célula Theodore Dreiser, à qual fazia parte. Sobre a Literatura, explicou o histórico dos escritores realistas e como o tipo de romance desenvolvido na década de 1930 poderia ser útil aos interesses do partido e, ainda assim, permanecer Literatura de qualidade:

Inocentamos o criminoso e o vagabundo, mostramo-los vítimas de uma ordem social corrupta. Nenhum interesse tínhamos em esconder mazelas. Fomos ásperos e pessimistas. A crítica burguesa nos censurou; viu, portanto, que estávamos certos. Não somos românticos – e naturalmente desejamos destruir muita coisa. Outros usarão mais tarde o prumo, o nível, a colher de pedreiro. O nosso instrumento agora é a picareta. Mas está visto que não nos serve qualquer picareta.

É esta literatura que devemos oferecer ao Partido, se não nos enganamos. Habitua-mo-nos a ela, e nenhuma conveniência notamos em suspender as nossas atividades. Temo-las em conta de armas. Abominamos a arte neutra. Se exigirem de nós conferências, discursos, artigos, conseguiremos atamanca-los, sem vantagem apreciável: o nosso meio de expressão é o romance, é o conto. Seria proveitoso abandoná-los, apoiar o reacionário que diz sermos inimigos da cultura? De ordinário os nossos camaradas nos supõem fazedores de brinquedos inúteis, quando muito esquisitices dignas de exposição, motivo de inveja ao burguês.⁵⁷⁶

Havia ainda a proposta de descobrir novos talentos, com os mais experientes corrigindo os vícios e abrindo oportunidade para publicação: “um livro publicado por

⁵⁷⁵ Garranchos, p. 281-282. Creio que o mesmo pode ser dito sobre os cantores, os atores, os pintores e por que não (?) os acadêmicos?

⁵⁷⁶ Garranchos, p. 277-282.

nós, ou por um de nossos companheiros em que tivermos descoberto vocação literária, será de maior utilidade para o Partido do que as discussões filosóficas (teoria afastada da prática)".⁵⁷⁷ É o limite a que chega Graciliano do abismo chamado "realismo socialista".⁵⁷⁸

Da fase de textos para e pelo PCB, destaco outro relacionado à leitura, à importância do livro e de o texto ter qualidade (bons sapatos, para usar a metáfora de Graciliano), afinal, Graciliano nunca negou pertencer a uma Literatura de tendência,⁵⁷⁹ mas sempre negou colocar a segunda adiante da primeira:

Bem. Para não estarmos com prólogos, entro no assunto e declaro que, na minha fraca opinião, antes de vermos no livro um veículo de cultura, devemos considera-lo simples mercadoria.

(...)

As metralhadoras também são mercadorias, que, até hoje utilizadas contra o povo, irão resguardá-lo. É intuitivo, porém, que de nada servirão se ele não souber manejá-las.

(...)

A palavra escrita é arma de dois gumes.

(...)

Vamos ver se a página impressa é digna de admiração.

(...)

Terra de leitura escassa. Vemos filhas para banha, açúcar, pão, carne, o diabo, mas não conceberíamos fila diante de uma livraria. Realmente ali não se vendem comestíveis. Contudo é bom sujeito ler algumas vezes, ao menos para fingir importância na presença do chefe ou da namorada.

Literatura ao alcance da massa? Muito bem. O livro está perto, à mão, na vitrina. Foi redigido cuidadosamente: no interior dele não há cercas de arame farpado, evitaram-se atoleiros, rios cheios, pedras escorregadias e pinguelas, por todos os lados. Agora esperemos que o homem do povo se

⁵⁷⁷ *Garranchos*, p. 291.

⁵⁷⁸ Em seu estudo sobre o realismo socialista no Brasil, Dênis de Mares classificou Graciliano como a dissidência constante em relação à escola de estética puramente política: "Como dissidente, Graciliano sintetizou a luta surda (porque intramuros) frente a um 'projeto socialista' contaminado pelo autoritarismo. Como nota Ernst Bloch, a supressão das finalidades utópicas na herança de Marx constituiu um grande mal-entendido que acarretou graves prejuízos à imagem da marxismo no século XX. O pior deles, segundo Bloch, talvez tenha sido a compreensão exclusivamente 'científica' do marxismo como ciência das contradições econômicas, ofuscando-o como prática humanista e ética renovadora." Ver mais em: MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994.

⁵⁷⁹ Há perfeita harmonia com o pensamento de Walter Benjamin: "Pretendo mostrar-vos que a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário. (...) Portanto, a tendência política correta de uma obra inclui sua qualidade literária, porque inclui sua tendência literária." Ver em BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, op. cit., p.121. O "desrespeito" à tendência literária, movido por um projeto político pode ser bem definida nas palavras de Jorge Mendauar, que trabalhou na revista *Literatura*, de Astrogildo Pereira, forte nome no Partido Comunista Brasileiro. Em entrevista a Raúl Antelo ele explica alguns pontos da condução da produção literária: "Não havia propriamente planos traçados. Naquela época, tudo que falasse de prostitutas, de marginais, de bas-fond, era considerado progressista, mesmo que não desenvolvesse o ponto de vista do marxismo. Ou não tivesse sensibilidade poética. (...) Esse tipo de atitude afastou muita gente porque ninguém gosta de ser conduzido. O partido perdeu muita gente por falta de tato." ANTELO, Raúl. *Literatura em Revista*, op. cit., p. 302-303.

mexa, dê alguns passos até o balcão da livraria, peça o volume. E pague, naturalmente, pois os cidadãos que mourejam naquilo não vivem no éter.⁵⁸⁰

A preocupação de Graciliano em transformar o livro numa mercadoria de primeira necessidade (os itens listados para os quais se fazem fila são todos básicos) antecipa o que os estudos pedagógicos, à esteira de Roger Chartier e Daniel Roche, alertaram sobre o livro didático e sua função para além da informação, por ser um produto cultural que está na casa do estudante.

Foi a partir da imagem do livro à venda, exposto na vitrine, que Graciliano escreveu um texto, não enviado, ao Presidente Vargas. Novamente a figura do intelectual é posta em questão:

O meu editor referiu-me com entusiasmo (*sic*) a publicação de cinquenta milheiros dos discursos de V. Excia. – e isto me trouxe a ideia esquisita de que V. Excia. havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentar-o (*sic*), coisa que não teria sido possível antes de 1930.

Na carta, o escritor achava por bem o presidente saber que lhe escrevia. Precisaria o mais novo habitante das vitrines saber que o veterano já havia passado por alguns dos seus equipamentos de controle político, justamente por causa da Literatura que praticara e da forma como se comportava diante da educação formal de seu Estado:

Em princípio de 1936 ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. (...) ignoro a razão por que me tornei indesejável em minha terra. Acho, porém, que lá cometti (*sic*) um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em tres annos colloquei nellas cincoenta mil (*sic*), o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o peor (*sic*) é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos.

Aos poucos, Graciliano percebe-se escrevendo a um colega de profissão, e chega a alertar o literato estreante para a dureza que é escrever num país que não valoriza a Literatura e o saber:

V. Excia. é um escritor. Mas embora lance seus livros com uma tiragem que nos faz inveja, não vai ganhar muito e sabe que neste paiz (*sic*) a literatura não rende. (...) Sinto muito senhor presidente, haver-lhe roubado alguns

⁵⁸⁰ Garranchos, p. 293-295.

minutos. Mas a culpa é de V. Excia., que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos.⁵⁸¹

Por trás da irônica homologia que coloca o reprimido e o repressor num mesmo patamar, através da categoria de literato, o escritor alagoano mostra a preocupação que tem com o uso da linguagem e o poder da própria Literatura. Ao lançar livros contendo as próprias palavras, o ditador lançava mão de um recurso que também servia aos que de algum modo resistiam a ele e ao que ele representava.

Mas havia muitos outros com que lidar e muitas escolhas por fazer. Esse parece ser o exercício constante e infindo do escritor, do professor, do intelectual.

Sobre a questão das escolhas, ilustra-a o episódio na Colônia Correccional, quando o chefe dos guardas, Alfeu, chama o escritor para escrever um pequeno discurso sobre o diretor da prisão que aniversariava no dia seguinte. Graciliano recusa, afirmando não saber construir discursos. “– Sabe, afirmou o soldado. Pois eu não vejo o senhor mexendo em papel o dia inteiro? Demais o senhor foi importante na sua terra.” A saída do escritor é dar um curso intensivo de literatura realista:

– Bem. Suponhamos que eu saiba fazer isso. Imagina que posso fazer? Não adivinho os seus sentimentos. Se eu escrevesse o discurso, toda a gente compreenderia logo que ele não era seu.

Devo ter falado assim, com pouca alteração. Pelo menos estou certo de não exibir nestas linhas coragem falsa. (...)

– Use a sua linguagem, tornei. Não adianta dizer frases bonitas, alheias. Mostre com simplicidade o que tem dentro. É melhor, não é?

(...)

– E depois não tenho motivo para ser amável com o diretor. Você tem, é natural. Mas eu, acha que posso ser amigo dele?

O cafuzo, perplexo, continuava a agitar a cabeça e arregalava os olhos.

– Diga. Acha que posso ser amigo dele? – Não, rosnou com mau modo.

– E então? Ponha-se no meu lugar. Se você estivesse aqui preso e soubesse escrever, fazia esse discurso?

– Não fazia, murmurou o soldado.⁵⁸²

Os outros são a razão de ser do intelectual, incluindo-se o escritor mais intimista, o crítico mais formalista, o professor mais vaidoso. Diante do outro é que se forma o contorno visível e mole do intelectual: visível, porque precisa mostrar uma identidade; mole, porque sua atividade envolve a dinâmica do humano.

⁵⁸¹ CARTA a Getúlio Vargas. 29 ago. 1938. Disponível em: <www.gracilianoramos.com.br>.

⁵⁸² Memórias do cárcere – vol. II, p. 116-117.

É também de *Memórias do Cárcere* a reflexão sobre o outro. Numa das passagens mais tristes e chocantes do livro, os presos do Pavilhão dos Primários acordam com gritos desesperados. Era um estupro: “os gritos de um garoto violado”. Em meio a cochichos e informações vagas, Graciliano percebe haver um mundo abaixo daquele submundo em que estava. Havia a violência das relações homossexuais roubadas e toda uma gradação de relações consentidas. O escritor registra as sensações que sentiu e o esforço no exercício de compreender o outro:

De supetão divisamos hábitos inimagináveis, relações estranhas, uma esquisita moral, sensibilidade muito diversa da que revelam as pessoas comuns. Além disso paixões violentas, negócios escusos, inadmissíveis.

Essas coisas nos surgiam pouco a pouco, insinuavam-se, venciam resistência, mas, embora tentássemos explicá-las, aceitá-las, a dúvida permanecia. A força de repetições, chegávamos a admiti-las, pelo menos como possíveis à natureza humana, contingente e vária, capaz de tudo, até que viessem negá-las, enviar-nos à sociedade razoável, acomodada, sóbria, ignorante daqueles horríveis desvios.

Seguia a descrição dos tipos, das estratégias, dos modos de convencimento, chantagem ou imposição, tudo isso com indisfarçável mal-estar do narrador, reconhecendo a reprovação que praticava (antes e agora):

Certo são desagradáveis quando neles predomina a linha curva, afetam ademais femininos, têm voz dulçurosa, gestos lânguidos e caminham rebolando os quadris. Nem todos são assim, de ordinário não se distinguem por nenhum sinal particular. Nada que mereça desprezo. Como se iniciaram? Os angustiosos e inúteis apelos noturnos davam a resposta.

Mas depois veio a serenidade humanista, a reflexão desarmada, os conceitos e as ideologias ganhando o tamanho que devem ter:

As minhas conclusões eram na verdade incompletas e movediças. Faltava-me examinar aqueles homens, buscar transpor as barreiras que me separavam deles, vencer este nojo exagerado, sondar-lhes o íntimo, achar lá dentro coisa superior às combinações frias da inteligência – Provisoriamente, segurava-me a estas. Porque desprezá-los ou condená-los? Existem – e é o suficiente para serem aceitos.⁵⁸³

As duas situações passadas no cárcere, uma exigindo a escolha e a outra sugerindo a reflexão contribuem para a discussão sobre o papel do intelectual nos dias de hoje. Nas obras de Graciliano, os intelectuais de várias ocupações e tamanhos dividiam os cenários de cidades pequenas ou grandes, fazendas ou cadeias, livrarias ou favelas. Atravessados pelas diferentes marcas deixadas pelos

⁵⁸³ *Memórias do cárcere* – vol. I, p. 308-311.

variados tipos, todos esses lugares exigiram de Graciliano o entendimento de sua conformação. Nem sempre o entendimento apareceu em sua inteireza, na verdade, dificilmente aparece.

Mas e Fabiano e sua família? Eles são os outros mais distantes, e estão sempre vindo. Não são necessariamente sertanejos nordestinos e analfabetos, fugindo do mal humor do clima. O intelectual, amaldiçoado com o dom da palavra, de um modo ou de outro será convocado a recebê-los e terá de entender o que eles trazem dentro de si.

Graciliano cria em tudo isso e praticava quando podia. Desconfiava do homem, mas desacreditava em milagres.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Seu passo trágico escreve
A épica real do BR*

Murilo Mendes
Murilograma a Graciliano Ramos

Os versos de Murilo Mendes que abrem a última parte deste estudo talvez servissem por si mesmos como consideração final – são perfeitamente analíticos, sendo poderosamente sintéticos. Mas é preciso dizer mais algumas coisas, muito embora o que quer que apareça de meu nas próximas linhas não venha trazer maiores novidades em relação ao todo do estudo, e sempre será menor diante das duas linhas do poeta mineiro.

Há um traço na biografia de Graciliano Ramos que evitei colocar antes, achando mesmo arriscado aparecer aqui, embora vá servir ao propósito que sempre vi nele. Nas várias histórias sobre suas tiradas espirituosas, sempre observei certo ar profético: quase sempre que arriscou uma previsão, falada ou por escrito, acertou.

Numa despretensiosa e divertida crônica dos tempos da primeira viagem ao Rio de Janeiro, o jovem Graciliano falava sobre individualidade e nominação. Acabaria por criar uma ponte entre o passado, que tanto habitaria nos escritos posteriores, e o futuro, numa antevisão do que aconteceria na prisão em 1936:

Eu por mim tenho tanta amizade à palavra que um dia um padre caduco pronunciou sobre minha pessoa, numa língua esquisita, com uma pitada de sal misturada com rapé entre os dedos, que experimento uma sensação desagradável sempre que me trocam o nome.

E, por caiporismo, tem havido uma grande balbúrdia no modo pelo qual os outros designam minha individualidade. Em tempos de criança, davam-me um apelido gentil, coisinha suave, que me desgostava em extremo. Depois entraram a aplicar-me aquela grata palavra que foi pronunciada no batismo. Eu estava contente. No colégio, porém, tive apenas o sobrenome. Eu suportava. Mas houve alcunhas, complicações, o diabo! Morei em uma casa de cômodos, onde me chamei, durante meses, o *número 6*. Foi a designação pior que já me deram.

(...)

Penso sempre com desgosto que, se algum dia tiver necessidade de recolher-me a uma colônia correcional ou a um asilo de alienados, inda poderei ver minha firma transformada em uma série de algarismos. Muito desagradável.⁵⁸⁴

⁵⁸⁴ *Linhas Tortas*, p. 20.

Vieram os Algarismos: 35.35, seu número na Colônia Correcional, irônica referência em duplicidade ao levante comunista de 1935, do qual Graciliano não tomara parte, ao menos não efetivamente, a ponto de receber a referência em dobro.

Na crônica de 1944, sobre Guimarães Rosa e sua literatura apurada e complexa, outra previsão certa: “certamente ele fará um romance, romance que certamente não lerei, pois, se for começado agora, estará pronto em 1956, quando os meus ossos começarem a esfarelar-se.”⁵⁸⁵

Em 1935, antes do golpe, num dos devaneios na orla de Maceió, observando os coqueiros, Luís da Silva escreve: “penso numa ditadura militar, em paradas, em disciplina.”⁵⁸⁶

Em 1950, no dia 16 de julho, aconteceu o famoso ‘maracanaço’, derrota da seleção brasileira para o selecionado uruguaio, na final da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil. Ricardo Ramos narra a angústia da partida acompanhada pelo rádio e a atitude de Graciliano, indo e voltando do banheiro, aprontando-se para ir à revisão do jornal. Entre vestir uma peça e outra e limpar os dedos com pedra-pomes para tirar manchas de cigarro, o escritor perguntava sobre alguma novidade no placar. Terminada a partida e anunciada a derrota, Graciliano teria dito ao filho: “só falta o Getúlio voltar, desta vez eleito.”⁵⁸⁷ Exatamente um mês antes, Getúlio Vargas anunciara sua candidatura à Presidência da República, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Obteve a vitória.

Transcrevi essas passagens que têm certa leveza, não para discutir algum dom premonitório do escritor, antes para observar, a partir delas, a capacidade que Graciliano tinha de enxergar a realidade em seus processos. Na verdade, Graciliano não adivinhara nada, apenas tinha entendimento de qual projeto em gestação era o mais forte, o que cavaria mais fundo a realidade, impulsionando-se para o futuro.

Leandro Konder diz que a força da obra de Kafka “deriva de sua excepcional capacidade de enxergar e representar, literariamente, não o que viria a acontecer, mas o que já estava acontecendo.”⁵⁸⁸

Também sobre o escritor tcheco, Ginzburg disse haver “algo kafkiano na realidade do século XX mostrada por Kafka.”⁵⁸⁹

⁵⁸⁵ *Linhas Tortas*, p. 249.

⁵⁸⁶ *Angústia*, p. 24.

⁵⁸⁷ RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*, op. cit., p. 123.

⁵⁸⁸ KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*, op. cit., p. 50.

Antonio Candido lembrou que Dostoievski expõe a problemática do homem russo.⁵⁹⁰

Dizendo o que está acontecendo, pretende desnudar a realidade da qual é partícipe e, com isso, discutindo os sentidos possíveis que são, antes de tudo, os sentidos possíveis para si mesmo, Graciliano Ramos nos apresentou aspectos e problemáticas do homem brasileiro, dividido em tantos e por tantos motivos, que o resultado vem mais do esforço de buscá-lo do que propriamente de algum conceito que o contemple inteiro.

Pode-se dizer que Graciliano foi um descontente. Sua interpretação do Brasil reflete essa sensação de falta, de incerto. Mas é cristalina sua ideia de busca, de observação constante, de dúvida atenta, do horror à paralisia e à escuridão da ignorância. Como disse João Cabral de Mello Neto, Graciliano fala “a quem padece sono de morto e precisa um despertador acre, como sol sobre o olho”.⁵⁹¹

No seu aniversário de cinquenta anos, cercado de amigos e admiradores, disse o escritor sobre o papel e a necessidade de escrever, sobre o que dizer e o que disso deve resultar, numa demonstração de sensibilidade, atenção, consciência e humanismo – quesitos interessantes para um intérprete de um país como Brasil:

É preciso descobrirmos um motivo para esta reunião. Penso, meus senhores e amigos, que a devemos à existência de algumas figuras responsáveis pelos meus livros – Paulo Honório, Luiz da Silva, Fabiano. Ninguém dirá que sou vaidoso referindo-me a esses três indivíduos, porque não sou Paulo Honório, não sou Luiz da Silva, não sou Fabiano. Apenas fiz o que pude para exhibi-los, sem deformá-los, narrando, talvez com excessivos pormenores, a desgraça irremediável que os açoita. É possível que eu tenha semelhança com eles e que haja, utilizando os recursos duma arte capenga adquirida em Palmeira dos Índios, conseguido animá-los. Admitamos que artistas mais hábeis não pudessem apresentar direito essas personagens, que, estacionando em degraus vários da sociedade, têm de comum o sofrimento. Neste caso, aqui me reduzo à condição de aparelho registrador – e nisso não há mérito. Acertei? Se acertei, todo o constrangimento desaparecerá. Associo-me aos senhores numa demonstração de solidariedade a todos os infelizes que povoam a terra.⁵⁹²

⁵⁸⁹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história* – nove entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 280.

⁵⁹⁰ CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 23.

⁵⁹¹ MELO NETO, João Cabral de. Graciliano Ramos. In ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

⁵⁹² RAMOS, Graciliano. Discurso. In: SCHMIDT, Augusto F. *et alii*. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943, p. 29-30.

11. REFERÊNCIAS (Fontes e Bibliografia)

11.1. FONTES BÁSICAS

11.1.1. Obras de Graciliano Ramos

11.1.1.1. Romances

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2011. (1936)

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986. (1933)

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 64ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. (1934)

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 76ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. (1938)

11.1.1.2. Memórias e relatos

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, s/d. (1945)

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 21ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Record, 1986 (1953)

RAMOS, Graciliano. *Viagem*. Rio de Janeiro: Record, s/d. (1954)

11.1.1.3. Compilação de crônicas, artigos e discursos

RAMOS, Graciliano. Garranchos – textos inéditos. Rio de Janeiro: Recor, 2012. (coletânea organizada pelo pesquisador Thiago Mio Salla)

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986 (1962)

RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. 3ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1970. (1962)

11.1.1.4. Contos

RAMOS, Graciliano. *A Terra dos Meninos Pelados*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. (1939)

RAMOS, Graciliano. *Alexandre e Outros Heróis*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981. (1962)

RAMOS, Graciliano. *Insônia*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. (1947)

11.1.1.5. Cartas, discursos, documentos, manuscritos e entrevistas

RAMOS, Graciliano. Carta a Allyrio. *Teresa*: revista de literatura brasileira. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 02.11.1947)

RAMOS, Graciliano. *Carta a Getúlio Vargas*. 29 de agosto de 1938. (Documento publicado no site oficial www.gracilianoramos.com.br)

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982 (1981)

RAMOS, Graciliano. Discurso. In: SCHMIDT, Augusto F. et alii. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943.

RAMOS, Graciliano. Paulo Honório. In: CONDÉ, João (org.). *10 romancistas falam de seus personagens*. Rio de Janeiro: Edições Condé, 1946. (Edição especial com 220 exemplares – acervo: Museu Casa de Graciliano Ramos)

RAMOS, Graciliano. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record; Recife-PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994. (1928-1930)

SENNA, Homero. *República das Letras* – entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

11.1.1.6. Arquivos e acervos consultados

CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS – Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios – CMGR.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – Acervo: Biblioteca Digital – <http://bndigital.bn.br/>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira – <http://hemerotecadigital.bn.br/>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – Acervo: Periódicos.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV – <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

GRACILIANO RAMOS – Site oficial – <http://graciliano.com.br/site/>

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS – Arquivo/IEB – Fundo Graciliano Ramos – USP/IEB.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Acervo Digital – <http://acervo.estadao.com.br>

O GLOBO – Acervo digital - <http://acervo.oglobo.globo.com>

11.2. FONTES SECUNDÁRIAS

11.2.1. Sobre Graciliano Ramos (livros, ensaios, críticas, reportagens e biografias)

11.2.1.1. Livros, artigos, ensaios, críticas, trabalhos acadêmicos e reportagens

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

ADONIAS FILHO. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

ADONIAS FILHO. Volta a Graciliano Ramos. In: RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro: Record, 1975.

AGUIAR, Flávio Wolf de. *Graciliano Ramos*. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, p. 1026.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda, VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e*

- Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 111-121.
- ATHAYDE, Tristão de. Os ramos de Graciliano. In: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- BASTIDE, Roger. O Mundo trágico de Graciliano Ramos. *Teresa: revista de literatura brasileira*. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13.03.1947)
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- BRAGA, Rubem. Discurso de um ausente. *Teresa: revista de literatura brasileira*. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (27.10.1942)
- BRAGA, Rubem. Vidas Secas. *Teresa: revista de literatura brasileira*. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14.08.1938)
- BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos* – Coleção Fortuna Crítica, nº 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.
- BRITO, Monte. Graciliano Ramos - VI. *Teresa: revista de literatura brasileira*. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 05.10.1947)
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARPEAUX, Otto Maria. Amigo Graciliano. *Teresa: revista de literatura brasileira*. Nº 02. São Paulo: FFLCH/USP; Editora 34, 2001. (*O Globo*, Rio de Janeiro, 1953)
- CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: SCHMIDT, Augusto F. et alii. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943.
- CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Brasília/Rio, 1977.
- FARIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. In: RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos: reflexos de sua personalidade na obra*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- GARCIA, Érica de Lima Melo. *A experiência da infância em Graciliano Ramos*. 2012. 184 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- GIMENEZ, Erwin Torralbo. Caetés: nossa gente é sem herói. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 47, p. 161-180, set./2008.
- GIMENEZ, Erwin Torralbo. Graciliano Ramos, uma poética da insignificância. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 231-250, set./dez. 2009.
- GIMENEZ, Erwin Torralbo. Um capítulo inédito de Graciliano Ramos: a liberdade incompleta de J. Carmo Gomes. *Estudos Avançados [online]*. 2013, vol.27, n.79, p. 259-270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300018&script=sci_arttext>.
- LAFETÁ, João Luiz. *A dimensão da noite*. São Paulo: Duas Cidades; d. 34, 2004.

LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.

LEENHARDT, Jacques. Graciliano Ramos: Memórias do Cárcere - uma *mise en abîme* da escrita da história. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria (orgs.). *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas-SP: Ed. Da Unicamp; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000. p. 227-236.

LEMOS, Taísa Vliese de. *Graciliano Ramos: a infância pelas mãos do escritor – um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*. Juiz de Fora-MG: UFJF; São Paulo: Musa Editora, 2002.

LINS, Álvaro. Valores e misérias das Vidas Secas. In: *Os mortos de sobrecasaca: obras, autores e problemas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos: o manifesto do trágico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MORAES, Dênis de. Graciliano no fio da navalha: cooptação, engajamento e resistência. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. História dentro da história: leituras cruzadas de Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria (orgs.). *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas-SP: Ed. Da Unicamp; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000. p. 237-250.

PINTO, Roland Morel. *Graciliano Ramos: autor e ator*. Assis-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962.

PÓLVORA, Hélio. Um aspecto de Graciliano Ramos. In: *Graciliano, Machado, Drummond & outros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

PRADO, Antonio Arnoni. Um exílio na metáfora: Cemitério dos Vivos e Memórias do Cárcere. In: *Trincheira, palco e letras*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

RAMOS, Elizabeth (org.). *Fortuna Crítica de Angústia. Angústia (75 anos)*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ROCHE, Jean. Etude quantitative Du style de Graciliano Ramos dans Vidas Sêcas. In: *Séminaire Graciliano Ramos*. Poitiers-FR: Centre de Recherches Latino-américaines, 1972

RODRIGUES, Marco Antonio. *Não só, mas também: criminologia positiva em Angústia*, de Graciliano Ramos. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RÓNAI, Paulo. No mundo de Graciliano Ramos. In: *Encontros com o Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Batel, 2009.

SADLER, Darlene J. Lendo Graciliano Ramos nos Estados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*. São Paulo: IEB/USP; Editora 34, n. 54, p. 31-52, 2012.

SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Inquérito Literário do Jornal de Alagoas realizado em 1910 – Graciliano Ramos. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 30 nov. 1975. (Fundo Graciliano Ramos – Instituto de Estudos Brasileiro – IEB)

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Vidas Secas. In: *Análise estrutural de romances brasileiros*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

SCHMIDT, Augusto F. et alii. (org.) *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. Alba, 1943.

SCHNAIDERMAN, Boris. Duas vozes diferentes em *Memórias do Cárcere?* *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 09, n. 12, jan./abr. 1995.

VILLAÇA, Alcides. Imagem de Fabiano. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2007.

WITKOWSKY, Adriane. O doloroso aprendizado de Graciliano Ramos. *D.O. Leitura*. Ano 19, nº 09, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, setembro/2001.

11.2.1.2. Biografias e entrevistas

FACIOLI, Valetim. Um homem bruto da terra – biografia intelectual. In: GARBUGLIO, J.C.; BOSI, A.; FACIOLI, V. (Orgs.). *Graciliano Ramos – antologia e estudos*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

LIMA, Valdemar de Sousa. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*. Brasília-DF: Editora Marco, 1971.

MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.

11.3. BIBLIOGRAFIA

11.3.1. História do Brasil, Historiografia Brasileira e Interpretação do Brasil

ABREU, Marcelo Paiva. A economia brasileira 1930-1964. São Paulo: PUC-Rio. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf>>. Acesso em: dez. 2013.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, vol. I, n. I, mar. 1941, p. 05-07.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na Primeira República. In SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História econômica da primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp, 2002.

ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.

- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e políticas. In BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- CALDEIRA, Jorge (org.). *A história contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vols. I e II. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992, p. 289-305.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa –Omega, 1975. (1949)
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1992.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. II: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008.

LOVE, Joseph L. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a grande transação*. São Paulo: SECAC, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Grandes propriedades, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930). In SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História econômica da primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp, 2002.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2011.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico* - volumes 1 e 2. 3ª ed, 2ªed. São Paulo: SECAC, 2001, 2002.

MOURA, Fabiana Silveira. *Modernismo, política e poder: seguindo as pistas deixadas pela leitura da Atlântico Revista Luso-Brasileira*. 2012. 187 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Teologia e ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Ver também em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812819_2012_pretextual.pdf>; <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812819_2012_cap_4.pdf>.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. I: o tempo de liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Brasil. In: SADER, Emir (coord.) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006, p. 212.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

PRADO-JR., Caio. *A revolução brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

PRADO-JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. In *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, mar. 1941.

ROCHA, João Cezar de Casto (org.). *Nenhum Brasil existe*: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade Editora, 2003.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas*: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. Trad.: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos e Novos Coronéis*: um estudo das redefinições do coronelismo. Recife: PIMES/UFPE, 1974.

SANTIAGO, Silviano (org.). Introdução. In *Intérpretes do Brasil* – vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Mário, Oswald e Carlos – intérpretes do Brasil. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói-RJ, n. 38, jan./jul. 2009, p. 19-34. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/38/artigo1.pdf>>.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOIHET, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* – vol. II: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*: para uma Sociologia Política da marginalidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A República e o subúrbio: imaginação literária e republicanismo. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio*: o futebol e o Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

11.3.2. História Geral, Teoria da História, Ciências Sociais e Filosofia

ANGELL, Alan. A esquerda na América Latina após 1930. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina* – Vol. VII – A América Latina após 1930: Estado e Política. Trad.: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp: 2009.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BASTOS, Elide Rugai; et alii (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2001.

BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editotial. 1970

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 07-30, maio/ago. 2010.

De CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad.: Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

De CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Trad.: Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2011.

De CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. 2ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Trad. Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad: Samuel Titan Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. Trad.: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad.: Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Sobre história*. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. Trad.: Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. Trad.: Maria Elisa Cevalco; Iná Camargo Costa. São Paulo – SP: Ed. Ótica. 2007.

KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas, Carlos A. Pereira, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. 2ª ed. Trad.: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982. (coleção Elogio da Filosofia)

Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad.: Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*. São Paulo, n. 17, Nov. 1998.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Trad.: Leandro Konder; Renato Guimarães. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATOS, Olgária Chaim Féres. "A Rosa de Paracelso". In NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 14-21.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história – nove entrevistas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François; et. al. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2007.

SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOLSTÓI, Liev. A dificuldade de definir as forças de movem as nações *apud* GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Trad. Vítor Matos e Sá. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad.: Alípio Correia de Franco Neto. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Trad.: André Glaser. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª ed. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad.: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

11.3.3. Relação História e Literatura

ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura I*. Trad.: Jorge de Almeida. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a grande transação*. São Paulo: SECAC, 2000. p. 43-80.

ANDRADE, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª ed., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

ARRIGUCCI Jr., Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum - o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004

BOSI, Alfredo. Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. 2ª Ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 461-479.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed., São Paulo: Ed., Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. Um nó ideológico: sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis. In: *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2006.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (orgs.). *Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Globo, 2009, p. 17-42.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 12ª ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8ª ed., São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Ed. 34; Ed. Duas Cidades, 2002.

CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaio Reunidos - vol. II*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental - vol. VIII*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; SOUZA NEVES, Margarida de; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O Livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Lopes, 1995.

- CHAVES, Flávio Loureiro. *Érico Veríssimo: realismo e sociedade*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2ª ed. Trad.: Cleonice P. B. Mourão; Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1996.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. Trad.: Henryk Siewierski. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad.: Sônia Coutinho. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad.: Maria P. Villalobos; Lólio L. de Oliveira; Geraldo V. de Souza. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária – 1948-1959*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar, FACE, UFMG, 2009.
- KONDER, Leandro. *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1933-1960) - Vol. VII*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977-78.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre literatura e arte*. 3ª ed. São Paulo: Global, 1986.
- MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPINNI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira – volume III: modernismo*. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais na primeira república*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- STAROBINSKI, Jean. A Literatura. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

THOMPSON, E. P. *Os românticos*. Trad.: Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos: identidade nacional*. Vol. I, nº 02. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad.: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

11.3.4. Obras diversas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 63ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Passeios na Ilha: reflexões sobre a vida literária e outras matérias*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política – vol I*. 6ª Ed. Trad.: Carmem C. Varrialle, et. alii. Brasília: Editora UNB, 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Global, 2001.

INSTITUTO MOREIRA SALES. *Cadernos de Literatura Brasileira – João Guimarães Rosa*. São Paulo: IMS, 2006.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego – composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Trad.: Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2007.

VIEIRA, Pe. Antonio. *Sermões*, tomo 2. Org.: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001.